



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1072

Quinta-feira - 06 de Setembro de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos.....	3
Atalanta.....	3
Biguaçu.....	4
Braço do Trombudo.....	7
Caçador.....	7
Camboriú.....	44
Campo Alegre.....	44
Canoinhas.....	49
Capinzal.....	49
Catanduvas.....	51
Chapadão do Lageado.....	51
Concórdia.....	52
Cordilheira Alta.....	63
Coronel Martins.....	68
Corupá.....	85
Eral Velho.....	85
Forquilha.....	85
Fraiburgo.....	86
Garopaba.....	95
Garuva.....	96
Gaspar.....	97
Guaramirim.....	98
Herval d'Oeste.....	98
Ibiam.....	100
Imbituba.....	100
Iomerê.....	306
Ipumirim.....	307
Irineópolis.....	308
Itaiópolis.....	309
Itapoá.....	323
Joaçaba.....	323
Lages.....	324
Luzerna.....	345
Maracajá.....	348
Massaranduba.....	349
Monte Carlo.....	350
Navegantes.....	350
Nova Trento.....	350
Novo Horizonte.....	495
Palhoça.....	518
Palmitos.....	519
Passo de Torres.....	520
Porto Belo.....	526
Porto União.....	526
Rio do Sul.....	527
Salto Veloso.....	537
Santa Terezinha do Progresso.....	537

São Bento do Sul.....	537
São Lourenço do Oeste.....	544
Schroeder.....	547
Timbó.....	551
Videira.....	551
Vitor Meireles.....	553

### Associações

EGEM.....	553
-----------	-----

### Consórcios

CINCO.....	555
COINCO.....	556
CISAMA.....	556

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Portaria 256/2012

PORTARIA Nº 256/2012 de 03 de setembro de 2012  
"REENQUADRAR SERVIDOR QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Reenquadrar com, o Servidor Público Vera Lucia Daros Balestrin, CPF 027.692.789-32 do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Ensino Infantil, CC-03 para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento Financeiro do Município de Água Doce, CC- 03.

Art. 2º O nomeado exercerá as atribuições e prerrogativas inerentes ao cargo e perceberá seus vencimentos na forma dos Planos Cargos e Salários do Município.

Art.3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art.4º Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, com efeito retroativo a 01/09/2012 revogando-se as disposições em

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de setembro de 2012.  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Diretor Dpto de RH

### Portaria 257/2012

PORTARIA Nº 257/2012 de 03 de setembro de 2012  
"REENQUADRAR SERVIDOR QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Reenquadrar o Servidor Público Claudete Comunelo Signori, CPF 400.963.359-04 do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Ensino Fundamental, CC-03 para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Ensino Infantil do Município de Água Doce, CC- 03.

Art. 2º O nomeado exercerá as atribuições e prerrogativas inerentes ao cargo e perceberá seus vencimentos na forma dos Planos Cargos e Salários do Município.

Art.3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art.4º Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, com efeito retroativo a 01/09/2012 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de setembro de 2012.  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Diretor Dpto de RH

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

### Decreto Nº 1.563; de 24 de Agosto de 2012

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 571, de 23 de novembro de 2011;

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros de exercícios anteriores, segundo as vinculações que adiante se identifica e que devem ser utilizados na mesma finalidade de vinculação;

### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, com a inclusão de vinculações relativas a recursos vinculados e remanescentes de exercícios anteriores, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil, trezentos reais), para atender a seguinte ação:

09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental – FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 4.300,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0106.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 24 de agosto de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas Publicações

### Contrato Administrativo Nº 084/2012

Extrato de Contrato 084/2012	
Partes	Município de Alto Bela Vista e Empresa DIMO CONSTRUÇÕES LTDA.
Objeto	Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 032/2012, na modalidade de Tomada de Preços, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA, a execução, de forma indireta, por empreitada global da obra de construção de uma quadra recreativa coberta para a escola municipal sonho encantado nesta cidade.
Valor Total	R\$ 227.225,05 (Duzentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinco centavos).
Vigência	A vigência deste contrato inicia na data de 31 de agosto, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.
Base Legal	Processo de Licitação nº 032/2012 Modalidade: Tomada de Preços nº 04/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2012
	Alto Bela Vista - SC, 31 de agosto de 2012.
	Sergio Luiz Schmitz
	Prefeito Municipal
	Empresa DIMO CONSTRUÇÕES LTDA.
	Contratado

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Lei No 1.399/2012

LEI NO 1.399/2012

Denomina ruas no Município e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal em exercício, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica por esta lei denominada RUA FORTALEZA, a via pública com início no lado ímpar da Rua São Francisco, Bairro Canudos, tendo gabarito de 12,00m de largura e 147,57m de comprimento.

Art. 2º Fica por esta lei denominada RUA RECIFE, a via pública com início no lado par da Rua Fortaleza, Bairro Canudos, tendo gabarito de 12,00m de largura e 187,34m de comprimento.

Art. 3º Fica por esta lei denominada RUA PRAÇA BRASIL, a via pública com início no lado ímpar da Rua São Francisco, tendo gabarito de 12,00m de largura, fazendo bifurcação em U até encontrar a Rua Recife.

Art. 4º Fica por esta lei denominada RUA PETRÓPOLIS, a via pública com início no lado ímpar da Rua São Francisco, Bairro Canudos, tendo gabarito de 12,00m de largura e 147,57m de comprimento.

Art. 5º Fica por esta lei denominada RUA ILHÉUS, a via pública com início no lado ímpar da Rua São Francisco, Bairro Canudos, tendo gabarito de 12,00m de largura e 147,57m de comprimento..

Art. 6º Fica por esta lei denominada RUA PORTO SEGURO, a via pública com início no lado ímpar da Rua São Francisco, Bairro Canudos, tendo gabarito de 12,00m de largura e 147,57m de comprimento.

Art. 7º Fica por esta lei denominada RUA BELÉM, a via pública com início no lado ímpar da Rua São Francisco, Bairro Canudos, tendo gabarito de 12,00m de largura e 111,20 de comprimento.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 10º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 04 de setembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Lei Legislativa

LEI LEGISLATIVA Nº 162/2012

Denomina "RUA MANOEL JOÃO DA LUZ" e dá outras providências.

VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA MANOEL JOÃO DA LUZ, o logradouro

com início no lado ímpar da Rua São Francisco de Assis, até o encontro com a Rua Floriano Pedro Besen, possuindo 500 (quinhentos) metros de extensão e 10 (dez) metros de largura, na Localidade de Guimar de Baixo, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 04 de setembro de 2012.

VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER  
Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, no dia 06 de setembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### Lei N.º 1285/2012

LEI N.º 1285/2012

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 238.000,00 (Duzentos e trinta e oito mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola

4.4.90.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 215.000,00

07.00 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA

07.01 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA

08.243.0070.2.030 - Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

3.3.90.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.037 - Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI

3.3.71.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta LEI.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE



12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0105 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 05 de setembro de 2012.  
BRAZ BILCK  
Prefeito Municipal

### **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ATALANTA CMDCA  
RESOLUÇÃO Nº 001/2012

Estabelece prazo para envio do projeto de lei para a Câmara de Vereadores que Dispõe sobre as diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da lei 12.696/12.

A PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e considerando a deliberação do Conselho em sua Assembléia Ordinária, realizada no dia 21 de agosto de 2012, Considerando que o Conselho Tutelar constitui-se órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, tendo sido concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para desjudicializar e agilizar o atendimento prestado à população infanto-juvenil;

Considerando que o Conselho Tutelar é fruto de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pelas liberdades democráticas que buscam efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação das políticas públicas municipais;

Considerando a necessidade do estabelecimento dos parâmetros de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional que ocorrerá em 4 de outubro de 2015 em conformidade com as disposições previstas no Art. 139 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) com redação dada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012;

Considerando que a publicação da Lei Federal nº 12.696/12 promoveu diversas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, na parte relativa ao Conselho Tutelar;

Considerando a atribuição do CMDCA de estabelecer diretrizes e normas gerais quanto à política de atendimento à criança e ao adolescente no que se refere ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, conforme previsto na Lei nº 8.069, de 1990;

Considerando que a Lei Municipal nº 1.223/2011 já havia trazido uma série de conquistas, garantindo aos Conselheiros Tutelares os mesmos direitos trabalhistas dos demais funcionários Públicos Municipais regidos pelo Estatuto dos Servidores

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer prazo de trinta dias para adequação da lei municipal nº 1.223/2011 de acordo com o estabelecido na lei Federal nº 12.696/2012 e Resolução do CONANDA nº 152/2012 (anexo)

para fins de regulamentação do processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional, e garantia de direitos conforme as disposições previstas na referida Lei Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Atalanta, 22 de agosto de 2012.

CLAUDETE DEMARCHI BILCK

Presidenta do CMDCA

## **Biguaçu**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 192/2012**

DECRETO Nº 192/2012 DE: 31 DE AGOSTO DE 2012.

REVOGA O DECRETO Nº 154/2009, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PELO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, IMÓVEL NECESSÁRIO A INSTALAÇÃO DO FUTURO PARQUE EMPRESARIAL, LOCALIZADO NO MORRO DA BINA, NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal nº 154/2009, de 04 de novembro de 2009.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de agosto de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

#### **Decreto Nº 193/2012**

DECRETO Nº 193/2012 DE: 04 DE SETEMBRO DE 2012.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO DECRETO Nº 47, DE 20 DE ABRIL DE 2011, QUE INSTITUIU A UNIDADE EXECUTORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto nº 047, de 20 de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído a UEM - Unidade Executora Municipal, para fins de implantação do Convênio Habitar-Brasil/BID, a qual ficará responsável pela elaboração e implantação do projeto e ações dos subprogramas de DI e de UAS.

§ 1º - Para coordenar a referida unidade, fica nomeado a Superintendente de Engenharia, Genivalda Ronconi de Amorim.



§ 3º - O subprograma de UAS (Urbanização de Assentamentos Subnormais), é destinado à elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos integrados de assentamentos subnormais, ai compreendidos a regularização fundiária/dominial, a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e ações de recuperação ambiental, assegurada a plena participação da comunidade. Esse programa será chefiado pela Arquiteta Luana Schmitt Montero, ficando responsável pelas ações sociais/comunitárias a Assistente Social Fabiana de Oliveira Cervelin, enquanto que a parte compreendida pela regularização fundiária/dominial ficará a cargo do Senhor Mateus Hoffmann Machado.

§ 4º - As contas a serem prestadas, no que diz respeito ao projeto, ficarão sob a responsabilidade da Contadora Alessandra Pereira.”

“Art. 2º - A UEM ficará subordinada a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.”

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Biguaçu, 04 de setembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

### Decreto Nº 194/2012

DECRETO Nº 194/2012 DE: 04 DE SETEMBRO DE 2012.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º da Lei Municipal nº 3156/2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13 da Lei Municipal nº 3174/2011 - Lei Orçamentária para 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3174/2011:

#### 0301. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0002.1002	Reestruturação Física e Funcional do Prédio da Administração	16.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.82.000128	Outras Despesas Correntes	16.000,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.82.000128	Investimentos	16.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	3.000,00

#### 2101. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	4.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00
3.1.90.00/0.2.28.000187	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00

	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	3.000,00
3.3.90.00/0.2.28.000187	Outras Despesas Correntes	1.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	18.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	18.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	18.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.305.0004.2042	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	24.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000045	Pessoal e Encargos Sociais	24.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000045	Outras Despesas Correntes	24.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de setembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

### Portaria Nº 2251 de 03 de Setembro de 2012

PORTARIA nº 2251 de 03 de setembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LORRAINE ABDALLA ALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse LORRAINE ABDALLA ALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 04/09/2012 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 04/09/2012.

Biguaçu, 03 de setembro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 2252 de 03 de Setembro de 2012**

PORTARIA nº 2252 de 03 de setembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) SCHEILA MEIRA LOPES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SCHEILA MEIRA LOPES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/09/2012 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de setembro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 2253 de 03 de Setembro de 2012**

PORTARIA nº 2253 de 03 de setembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) DIEGO CALLAI SCHUH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DIEGO CALLAI SCHUH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/08/2012 a 15/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2012.

Biguaçu, 03 de setembro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 2254 de 03 de Setembro de 2012**

PORTARIA nº 2254 de 03 de setembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) DANIELE OLIVEIRA QUEIROZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DANIELE OLIVEIRA QUEIROZ,

de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/09/2012 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de setembro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 2255 de 03 de Setembro de 2012**

PORTARIA nº 2255 de 03 de setembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) TEREZINHA DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TEREZINHA DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/09/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 04/09/2012.

Biguaçu, 03 de setembro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

**Retificação Referente ao PP 174/2012 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO REFERENTE AO PP 174/2012 PMB

Comunicamos às empresas interessadas em participar do PP 174/2012 - PMB que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PARQUES INFANTIS" que, devido a IMPUGNAÇÃO protocolada pela empresa Brubring Ind. e Com. De Brinquedos Ltda ME, a Comissão de Licitação fez uma revisão nos documentos exigidos na Habilitação resultando em modificações no edital:

- Fica excluído o item:

a) Apresentar laudos emitidos por instituição pública ou privados com certificado de acreditação do INMETRO, comprovando testes realizados em laboratório em nome da licitante.

- Fica retificado o item 1.1 "Outras Comprovações" do Título VI - "Conteúdo do Envelope para Habilitação", conforme segue a baixo. O item 1.1 - "Outras Comprovações" passa a ter a seguinte redação.

1.1 - Outras Comprovações

a) Certidão de Pessoa Jurídica e Pessoa Física comprovando o registro na entidade profissional competente - CREA.

b) Contrato de trabalho firmado em Cartório de Títulos e Documentos ou Carteira de Trabalho Assinada do responsável técnico - Engenheiro - que comprove o vínculo empregatício com a empresa.

c) Certificado de Regularidade da empresa junto ao IBAMA.  
d) Certificado de Origem da Madeira emitido por Órgão Ambiental Federal ou Estadual.  
e) Certidão de Cadastro - Fundação do Meio Ambiente FATMA - demonstrando que seu empreendimento não integra a Listagem de Atividade Considerada Potencialmente Causadora de Degradação Ambiental.  
f) Atestado de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado compatível com o objeto licitado, especificando os materiais fornecidos ou serviços prestados, juntamente com ART - registrado no CREA.  
Diante do exposto, fica republicado o referido processo para a seguinte data:  
Data de Recebimento da Documentação e Proposta de Preços: dia 19/09/2012, até 13:45 horas no setor de licitação da PMB.  
Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 19/09/2012, às 14:00 horas no setor de licitação da PMB.  
As demais cláusulas do referido edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 03 de setembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Extrato 2º Termo Aditivo Referente ao Contrato N° 14/2012

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N° 14/2011  
Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: L.Gode & Cia Ltda.  
CNPJ 86.799.756/0001-68, sito a Rua Atalanta, 144  
Cidade de Trombudo Central - SC

Valor aditado: R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos) por Km rodado.

Objeto: Transporte escolar de alunos da rede estadual e municipal de ensino fundamental e infantil.

Data da assinatura: 04.09.2012  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

## Caçador

### PREFEITURA

#### Decreto N° 5.311

DECRETO N° 5.311, de 01 de agosto de 2012.  
Suplementa dotações orçamentárias, por conta do superávit financeiro e Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.865, de 22/12/2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância total de R\$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais) :

##### 02.04-DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016-Manutenção da Segurança Pública  
3.3.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 20.000,00  
Soma R\$ 20.000,00

##### 02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.049-Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.0019-Aplicações diretas R\$ 87.000,00  
Soma R\$ 87.000,00  
Total R\$ 107.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e por Excesso de arrecadação no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de agosto de 2012.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

#### Decreto N° 5.312

DECRETO N° 5.312, de 01 de agosto de 2012.  
Suplementa dotações orçamentárias, por conta de auxílios e convênios.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.865, de 22/12/2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador na importância total de R\$ 376.974,60 (Trezentos e setenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos):

##### 02.03-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

15.452.0030.1051-Construção, reformas de pontes, pontilhões e bueiros  
4.4.90.00.0024 - Aplicações diretas R\$ 355.374,60  
Soma R\$ 355.374,60

##### 02.05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.306.0011.2.064-Manutenção da merenda escolar  
3.3.90.00.0022-Aplicações diretas R\$ 21.600,00  
Soma R\$ 21.600,00  
TOTAL R\$ 376.974,60

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de auxílios e convênios no valor de R\$ 376.974,60 (Trezentos e setenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

### **Decreto Nº 5.326**

DECRETO Nº 5.326, de 17 de agosto de 2012.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.865, de 22/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

05.01-Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2.194-Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 50.000,00

Soma R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social:

05.01-Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2.194-Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 50.000,00

Soma R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

### **Decreto Nº 5.340**

DECRETO Nº 5.340, de 30 de agosto de 2012.

Nomeia Comissão Técnica e Comissão Comunitária da COMDEC- Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais a Lei Municipal nº 2.391, de 19/12/2006 e mais o previsto no Decreto nº 3.688, de 08/02/2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem a Comissão Técnica e a Comissão Comunitária da COMDEC- Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, pelo prazo de 02 (dois) anos, de acordo com a Lei Municipal nº 2.391, de 19/12/2006 e Decreto nº 3.688, de 08/02/2007, na forma que segue:

#### **I - COMISSÃO TÉCNICA**

1- representante da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento:

TIAGO BORGA

MICHELE ADRIANA BASEGGIO

2- representante da Secretaria de Infra-Estrutura:

DENISE CHIARELLO HARTMANN

PEDRO HENRIQUE PINO GARCIA

3- representante da Secretaria da Administração e Fazenda:

CELSO LUIZ THOMÉ

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

4- representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

EVELYN SCAPIN

ANDREA LUCY CARNEIRO

5- representante da Assessoria de Planejamento:

MIRIAM ROSSANA BIASI STASKOWIAN

CARINE MARCON

6- representante do Tiro de Guerra 05-006:

SAGTO. IVANO JOSÉ HOEGEN

MARCELO DOS SANTOS FERNANDES

7-sem representação

8- representante da Delegacia Regional de Polícia:

PEDRO DIAS

DARLAN MARTINS DA COSTA PASSOS

9- representante da 4ª Cia 3º Batalhão de Polícia Militar:

Tenente RAFAEL BATISTA DOS SANTOS

Tenente HUGO KOERICH BURING

10- representante das Centrais Elétricas de Santa Catarina- CELESC:

JOSÉ CARLOS ESPINDOLA DA SILVA

KARIM AFIF ALMESAN

11- representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento- CASAN:

LUIZ CARLOS DA SILVA VIEIRA

RODRIGO JUNIOR CREPALDI

12- representante da empresa de Pesquisa Agropecuária e extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI S.A:

GABRIEL P. LEITE

DORVILIO BUFFON

13- representante da Companhia Catarinense Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina- CIDASC:

ALVARO DOURADO

UBIRAJARA CAPRI MULITERNO

14- representante da 10ª Gerência Regional de Educação e Inovação- GEREI:

MARIO LUIZ CACHINSKI

GENI FERREIRA DA SILVA MARTINS

15- representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional:

DILSON EDGAR THOMÉ

MARINÊS BIGARELLA RIBEIRO

16- representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Caçador- ADEAC:

LUIZ CARLOS BITTENCOURT

EVANDRO JOSÉ MARTINS

17- representante do Conselho de Engenharia e Arquitetos e



Agronomia- CREA:  
TAISE TEODOZIO  
TIAGO BORGA

18- representante da Secretaria de Educação:  
ALDONIR ANCIUTTI  
ODAIR REBELO DO NASCIMENTO

19- representantes da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador:  
ANDERSON CAETANO DA SILVA  
VAGNER GONÇALVES

20- representante da Associação de Reservistas Duque de Caxias:  
ADMAR NHOATTO  
ODAIR URIO

21- representante da Guarda Municipal de Caçador:  
EZEQUIEL MARCIO COLAÇO  
OSMAR PEREIRA DIAS

## II- COMISSÃO COMUNITÁRIA

1- representante da Secretaria de Saúde:  
CINTIA APARECIDA CARVALHO ARAÚJO  
JORGE JAIR DE MOURA BORGES

2- representante da Secretaria de Assistência Social:  
NEIVA VIECELI  
MARINES DELAVECHIA COLAÇO

3- representante da Câmara Municipal:  
JAIRO RIBEIRO PEDROSO  
NILSE NASCIMENTO

4- representante da Associação Empresarial de Caçador- ACIC:  
ROSECLER FAORO  
CRISTIANE SCHWARTZ

5- representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador- CDL:  
LEILA LONGO ROMÃO  
ROSEMARI MENEGAZZO FERLIN

6- representante da Associação das Micros e Pequenas Empresas de Caçador- AMPE:  
NERI VEZARO  
ODELIR NEVES

7- representante dos Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE:  
NEIDE TRENTA YOSHIDA  
ILSE ILONA IRMA BALENA

8- representante da Comissão Municipal de Assistência a Infância e Adolescência- ACEIAS:  
MARIA DE LOURDES ROMAN ROSS CERATTI  
FABRICIO BELEBONI

9- representante da UNIARP:  
GIULIANO MENDER  
SUZANA FRANCO

10- representante do Hospital Maicé:  
ALAN CARLOS ARRAIS  
IZABEL DE AMORIN

11- representante do Grupo de Escoteiros Pindorama:  
HUMBERTO LUIZ BREZOLIN  
ALAN DA SILVA

12- representante da Loja Maçônica Luiz Balster:  
CLAUDIO GRANJA  
ELOI BETTONI

13- representante da Loja Maçônica XV de Novembro:  
ALTAMIR FRANCISCO ANTUNES  
CARLINHO JOSÉ BAZZEI

14- representante da Associação Caçadoreense de Deficientes Físicos- ACADEF:  
ARION MARÇAL DOS SANTOS  
ALDO MARGHOTTI

15- representante da União das Associações de Moradores de Caçador- UAMC:  
IVANIR JOSÉ PAGOTTO  
SIRLEY BRAGHINI

16- representante dos Sindicatos de Empregados de Caçador:  
LUIZ ANTONIO FURTADO  
IVO JOSÉ WEBBER

17- representante das Rádios Caçador FM e Caçanjurê AM:  
GILVANO GENUÍNO  
MARILENE CAREGNATO

18- representante dos Jornais de Caçador:  
MÁRCIO CORDEIRO  
ALEX MARCON

19- representantes do Caçador Jeep Clube:  
JADE RUBI BERARDI  
FERNANDO BUSCARONS

20- representante do Caçador Moto Clube:  
PEDRO PAULO DOBROCHISKI  
MARCELO BOGORNÝ

21- representante da Cúria Diocesana:  
MARILENE C. G. DE OLIVEIRA  
LUCIANA MARQUES

22- representante da igreja Assembléia de Deus:  
RENATO COLLET DA SILVA  
CLAUDIO CAETANO

23- representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI:  
VOLNEI CESAR MAGEDANS  
CLAUDAIR IMIDIO DE ASSIS

24- representante do serviço Nacional da Indústria- SESI:  
LUIZ CARLOS BONDICZ  
MARCO AURELIO VARGAS DAS NEVES

25- representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC:  
FABIANO BATTISTI ARCHER  
RICARDO RODRIGUES DA SILVA

26- representante do Lions Clube Caçador  
GILBERTO LUIZ BARZOTTO  
ZELIO ANTONIO RODRIGUES

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 5.013, de 30 de setembro de 2011 e 5.036, de 19 de outubro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Decreto Nº 5.341

DECRETO Nº 5.341, de 31 de agosto de 2012.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.936, de 29/08/2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância total de R\$ 3.260.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta mil reais):

#### 04.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.760.000,00

30.301.0008.2.165 - Manutenção do Setor de Controle Avaliação e Administração de MAC

3.3.90.00.0065 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Soma R\$ 3.260.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das dotações orçamentárias abaixo descritas, no valor total de R\$ 3.260.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta mil reais):

#### 04.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

4.4.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

10.301.0008.2.061 - Manutenção do Programa Saúde da Família-PSF

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

10.301.0008.2.151 - Manutenção do Setor de Farmácia

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.301.0008.2.183 - Implantação e Manutenção do PCCS da Saúde

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

10.301.0008.2.185 - Manutenção do Setor de Controle, Avaliação e Administração de Mac

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

10.301.0006.2.187 - Manutenção do Laboratório Municipal de Análises Clínicas

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

4.4.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

10.301.0008.2.189 - Manutenção de Unidade de Saúde Avançada (USA)

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10.302.0008.2.188 - Manutenção de Convênio com Hospitais

3.3.50.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

3.3.50.00.0065 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

TOTAL R\$ 3.260.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal de Caçador.

### Portaria Nº 21.964

PORTARIA nº 21.964, de 27 de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o meses de julho e agosto de 2012, especificando código, nome dos servidores, Secretaria e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº horas
11777	Andreia Rodrigues	Administração	20
10639	Eliane Fatima E. Schaitel	Administração	08
3750	Irene Ap. Macedo	Administração	37,30
861	Irini Milan	Administração	40
8551	Jorge Luiz Trindade	Administração	60
645	Klaiton Strey	Administração	60
600	Sandro Dallazem	Administração	20
11240	Ana Lucia Kletke	Ass. Social	04
11192	Doraci Ruppel	Ass. Social	16
11366	Edmar Sampaio	Ass. Social	60
8612	Elizeni do Amaral	Ass. Social	24
830	Eloir Fátima Antunes	Ass. Social	40
4081	Fátima Damaceno	Ass. Social	40
11189	João Bethien Brasil Neto	Ass. Social	28
2529	Lucia Cavalett	Ass. Social	24
7746	Santina Piacentini	Ass. Social	40
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	13
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	22
1928	Alex Moraes dos Santos	Bombeiros	40
7987	Alessandro Gonçalves	Dittesc	15
8337	Antonio Carlos M Conceição	Dittesc	12
2494	Bruno Gonçalves dos Santos	Dittesc	36
10300	Carlos Venâncio dos Santos	Dittesc	12
10297	Claudio Sonogo	Dittesc	12
10302	Cristiano Rodrigues	Dittesc	12
1206	Davi Ribeiro	Dittesc	06
2503	Dorival Soares	Dittesc	36
10292	Edgar Aimi	Dittesc	06
7991	Eduardo Bittencourt	Dittesc	06
8334	Eveline Semke Moraes	Dittesc	12
9200	Fábio Garcia	Dittesc	12
8336	Fernando Sinhorin	Dittesc	12
9195	Gustavo P. Boscarl	Dittesc	12
1439	Isaac Alves de Mello	Dittesc	40
1391	Ivanir Pagotto	Dittesc	40
2491	Jandir Antunes de Oliveira	Dittesc	36
1145	José Luiz Carvalho	Dittesc	40
1457	José Vilmar Miranda	Dittesc	20
9255	Lilian Ap. Oliveira	Dittesc	12
8335	Marcio Faccione	Dittesc	08
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	20

8333	Priscila da Luz	Dittesc	12
10296	Viviane Wosgrau	Dittesc	12
4953	Camilo Paganini	Educação	49
1993	Parcival Pinzigher	Educação	52
599	Ademir Novaes dos Santos	FME	40
1720	Sandro José Neres da Rocha	FME	40
1207	Adair F. da Luz	Fundema	28
38	Adriano de Oliveira Lourenço	Fundema	20
3521	Airton Rogério Bicki	Fundema	34
10770	Alisson Alan Olienik	Fundema	10
3382	Anderson José Oliveira	Fundema	24
3282	Angelo Fantin	Fundema	28
11703	Antonio Adelir da Silva	Fundema	20
224	Antonio Amadeus da Luz	Fundema	32
1384	Antonio Vanderlei Pires	Fundema	35
10179	Carlos Alberto Machado	Fundema	30
3391	Carlos Carlin de Lara	Fundema	32
33	Claudia Ap. Gomes	Fundema	12
36	Davi R. da Rocha	Fundema	28
296	Edemilson José Fernandes	Fundema	30
10467	Edina Ap. Domingues	Fundema	05
34	Elias de Oliveira	Fundema	17
9497	Elisiane Piedade	Fundema	05
	Eloir S. dos Santos	Fundema	20
7672	Gilberto Dalmédico	Fundema	40
29	Izaías Ribeiro dos Santos	Fundema	18
32	Izaltino Fernandes	Fundema	06
10050	João Antonio dos Santos	Fundema	24
9907	João Carlos Ferreira dos Santos	Fundema	08
2501	José Adelir Soares	Fundema	39
1242	José Aldo Moraes	Fundema	13
896	José Alves Ribeiro	Fundema	20
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Fundema	13
1417	Loreli Ap. Varella	Fundema	18
8317	Luiz Roberto de Souza	Fundema	39
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Fundema	39
47	Maria Ap. de Lima	Fundema	06
1033	Marcio Ernani Teles de Oliveira	Fundema	28
27	Marcio Silveira Pinto	Fundema	30
31	Marco Antonio dos Santos	Fundema	39
11895	Mauri Bueno	Fundema	39
	Mauricio de Oliveira	Fundema	18
10772	Maxure França	Fundema	20
10946	Mônica Galvão Varella	Fundema	18
10473	Nair Góes de Lara	Fundema	16
11595	Nilso Roberto Góes	Fundema	30
11138	Noeli G. Queiroz	Fundema	07
5066	Roseli Ap. Gribisk	Fundema	30
9493	Saete Adamio	Fundema	20
918	Samuel Flores Alves	Fundema	22
9464	Solange Vieira da Silva	Fundema	31
11072	Taisa Pelentier de Oliveira	Fundema	06
3416	Valcyr Vasconcellos	Fundema	12
2515	Valdir dos Santos	Fundema	06
786	Vilmar Moreira dos Santos	Fundema	40
11061	Waldir Richter	Fundema	24
5065	Adão Ortiz Goes	Infra-Estrutura	56
2507	Adão R. de Camargo	Infra-Estrutura	56
26	Amilton Cesar Mello	Infra-Estrutura	56
11707	Anderson Roberto Goes	Infra-Estrutura	58
10916	Anderson dos Santos	Infra-Estrutura	14
10947	Altamiro Figueroa	Infra-Estrutura	58

1003	Antonio Medeiros de Oliveira	Infra-Estrutura	58
846	Antonio Carlos Bittencourt	Infra-Estrutura	40
2634	Argemiro Zotto	Infra-Estrutura	56
1018	Carlos Sotel	Infra-Estrutura	58
2506	Celso Oliveira da Silva	Infra-Estrutura	38
11705	Claudinei A Pereira	Infra-Estrutura	58
286	Claudio Sobieski	Infra-Estrutura	58
11712	Clausnir Ribeiro Dias	Infra-Estrutura	58
576	Daniel Pires de Camargo	Infra-Estrutura	16
08	Darci Alves	Infra-Estrutura	56
563	Euclides A. Mello	Infra-Estrutura	56
1278	Eurico A de Oliveira	Infra-Estrutura	55
11782	Fábio José Cordeiro	Infra-Estrutura	20
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	Infra-Estrutura	56
716	Fernando Dal Puppo	Infra-Estrutura	34
8318	Giovani Lipka	Infra-Estrutura	58
2492	Ilto Adão Ferreira	Infra-Estrutura	56
11710	Ivo Osmar Machado	Infra-Estrutura	47
3409	Ivonei Antonio Pavelski	Infra-Estrutura	56
1899	Itamar Abreu do Nascimento	Infra-Estrutura	58
11781	Izaías Isaac Zarur	Infra-Estrutura	56
1833	Jair Ramos	Infra-Estrutura	58
478	Joacir Antunes de Oliveira	Infra-Estrutura	51
1347	João Maria Hornburg	Infra-Estrutura	60
1121	João Gonçalves	Infra-Estrutura	35
1279	João José do Prado	Infra-Estrutura	58
11706	José Ricardo Kuhn	Infra-Estrutura	56
198	José Valdir Peretti	Infra-Estrutura	56
881	José Volni Arruda Palhano	Infra-Estrutura	59
3174	Julio Cesar Petrikowsky	Infra-Estrutura	56
11103	Julio Cesar Recalcatti	Infra-Estrutura	56
46	Juruá Coelho de Souza Filho	Infra-Estrutura	40
869	Lucio Ademar Pereira	Infra-Estrutura	20
11714	Luiz Carlos Nica	Infra-Estrutura	53
428	Luiz Gonçalves	Infra-Estrutura	10
41	Marcelo Alves Silva	Infra-Estrutura	58
10777	Marcio Gonçalves Cordeiro	Infra-Estrutura	58
2522	Marcos Cordeiro	Infra-Estrutura	58
3517	Mario da Silva Medeiros	Infra-Estrutura	58
11364	Milton Tibes de Lima	Infra-Estrutura	56
49	Milton Gomes Ribeiro	Infra-Estrutura	24
12010	Nayara P. Camargo	Infra-Estrutura	36
11709	Nelson Borges Tibes	Infra-Estrutura	58
569	Oracides Pires de Camargo	Infra-Estrutura	48
884	Paulo N. Combim	Infra-Estrutura	56
10099	Paulo Voleinik	Infra-Estrutura	58
902	Pedro Locatelli	Infra-Estrutura	22
11711	Rubens Jofre Góes	Infra-Estrutura	22
2628	Rui Mattana	Infra-Estrutura	56
1963	Silvio dos Santos Varella	Infra-Estrutura	36
1328	Valmir de Prado Geraldo	Infra-Estrutura	56
2521	Vanderlei Alves	Infra-Estrutura	30
411	Wilson Schuwants	Infra-Estrutura	58
1964	Adelar Geraldo Piran	Sec. Saúde	60
1857	Adenir Zotto	Sec. Saúde	60
10788	Aires Roberta Rosa	Sec. Saúde	12
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	60
7739	Alice L.G.Lafavera	Sec. Saúde	40
2512	Altino Carneiro	Sec. Saúde	60
1453	Alvaro Santos de Castro	Sec. Saúde	60
10832	Ana Paula Castilha Souza	Sec. Saúde	20

11731	Cíntia Brasil	Sec. Saúde	24
8413	Claudete Bento Corrente	Sec. Saúde	24
364	Delma Dri Ficagna	Sec. Saúde	40
11815	Deyse Heine	Sec. Saúde	36
11816	Eliane Navroski	Sec. Saúde	40
7740	Elisandra Dietrich	Sec. Saúde	03
3745	Erenilda Americano	Sec. Saúde	30
769	Geni Ap. dos Santos	Sec. Saúde	12
10485	Hélio Luiz Wirschum	Sec. Saúde	40
888	José Osni Batista	Sec. Saúde	52
10787	Juliana Ap. Cordeiro	Sec. Saúde	13,23
10831	Katia Possamai	Sec. Saúde	18
7981	Laurita Aimi	Sec. Saúde	30
10786	Lorete Braum	Sec. Saúde	20
11055	Luciana Cristaldo	Sec. Saúde	18
11032	Luiz A Wancin	Sec. Saúde	40
7824	Maicon Sgarbossa	Sec. Saúde	40
7784	Mara Rúbia Cordeiro	Sec. Saúde	24
3852	Marcia Araujo Matia	Sec. Saúde	24
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	60
3273	Maria Estela Cavichioli	Sec. Saúde	22
9393	Maria Helena Magalhães	Sec. Saúde	30
10816	Marjuri S. Bom	Sec. Saúde	20
310	Moacir Pascoal de Lima	Sec. Saúde	60
10516	Moacir R. Carneiro	Sec. Saúde	30
8331	Mônica Witiuk	Sec. Saúde	33
7683	Nara Teske	Sec. Saúde	08
11350	Nicoli Comel	Sec. Saúde	41
			60 julho
1827	Odair Santana	Sec. Saúde	60 agosto
731	Odete Crivilatti	Sec. Saúde	33
2650	Odiney Leite	Sec. Saúde	60
7674	Patricia K. Cruz	Sec. Saúde	27
11886	Paula Zitkiewicz	Sec. Saúde	12
10102	Rosa Meri Coluzzi	Sec. Saúde	24
10764	Sandra Correa	Sec. Saúde	40
3437	Sayonara Galina	Sec. Saúde	38
10785	Vagner Gonçalves	Sec. Saúde	40
1849	Valdeci V. Alvarenga	Sec. Saúde	60
749	Valdecir J. P. da Silva	Sec. Saúde	60
1179	Vilma Jarschel	Sec. Saúde	40
2497	Vilmar Góes	Sec. Saúde	60
1866	Vilmar Lezan	Sec. Saúde	31,37
11105	Walter S. Neves	Sec. Saúde	40
11814	Wania Figura	Sec. Saúde	05
10455	Willian C. Pinto	Sec. Saúde	36
10790	Willian Cardoso Ribeiro	Sec. Saúde	20

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 27 de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário Da Administração.

#### Portaria Nº 21.965

PORTARIA nº 21.965, de 27 de agosto de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante os meses de julho e agosto de 2012, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº Horas
11240	Ana Lucia Kletke	Ass. Social	80
11192	Doraci Ruppel	Ass. Social	80
830	Eloir do Carmo Antunes	Ass. Social	112
4081	Fátima R. G. Damaceno	Ass. Social	112
11189	João Bethier Neto	Ass. Social	88
3384	Lucimeri Vieira	Ass. Social	120
7746	Santina Piacentini	Ass. Social	112
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	110
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	110
	Alex Anderson Moraes		
1928	dos Santos	Bombeiros	110
7987	Alessandro Gonçalves	Dittesc	24
8337	Antonio Carlos Conceição	Dittesc	144
	Carlos Venâncio dos		
10300	Santos	Dittesc	144
10297	Claudio Sônego	Dittesc	144
	Cristiano R. Rodrigues		
10302	Fernandes	Dittesc	09
10292	Edgar Aimi	Dittesc	72
9200	Fábio Garcia	Dittesc	144
8336	Fernando Sinhorin	Dittesc	144
9195	Gustavo P. Boscari	Dittesc	144
1457	José Vilmar Miranda	Dittesc	144
9255	Lilian Ap. Oliveira	Dittesc	144
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	144
10296	Viviane Wosgrau	Dittesc	144
	Joventino Rodrigues dos		
674	Passos	Fundema	112
	José Aldo Moraes da		
1242	Silva	Fundema	112
1347	João Maria Hornburg	Infra	144
	Oracides Pires de Ca-		
569	margo	Infra	144
1964	Adelar Geraldo Piran	Sec. Saúde	32
1857	Adenir Zotto	Sec. Saúde	14
10788	Aires Roberta Rosa	Sec. Saúde	03
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	21
7739	Alice Lafavera	Sec. Saúde	120
2512	Altino Carneiro	Sec. Saúde	24
1453	Alvaro Santos de Castro	Sec. Saúde	16
11731	Cíntia Brasil	Sec. Saúde	100
8413	Claudete Bento Corrente	Sec. Saúde	09
364	Delma Dri Ficagna	Sec. Saúde	08
11816	Eliane Navroski	Sec. Saúde	21
10485	Hélio Luiz Wirschum	Sec. Saúde	1,33
888	José Osni Batista	Sec. Saúde	14
11032	Luiz A Wancin	Sec. Saúde	37
7824	Maicon Sgarbossa	Sec. Saúde	19
7784	Mara Rúbia Cordeiro	Sec. Saúde	22
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	40
8331	Mônica Witiuk	Sec. Saúde	03
11350	Nicoli Comel	Sec. Saúde	122
			30 julho
1827	Odair Santana	Sec. Saúde	49 agosto
2650	Odiney Leite	Sec. Saúde	33
7674	Patricia K. Cruz	Sec. Saúde	06
11886	Paula Zitkiewicz	Sec. Saúde	06
10764	Sandra Correa	Sec. Saúde	118





10785	Vagner Gonçalves	Sec. Saúde	112
1849	Valdeci V. Alvarenga	Sec. Saúde	22
749	Valdecir J. P. da Silva	Sec. Saúde	24
1179	Vilma Jarschel	Sec. Saúde	25
2497	Vilmar Góes	Sec. Saúde	05
11105	Walter S. Neves	Sec. Saúde	88
11814	Wania Figura	Sec. Saúde	03
10455	Willian C. Pinto	Sec. Saúde	119

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 27 de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário Da Administração.

#### Portaria Nº 21.976

PORTARIA Nº 21.976, de 29 de agosto de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, mais o previsto na Lei Complementar nº 7, de 17/12/99 e a Lei Complementar nº 22, 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal NILCE FAITA FORNARI, do Cargo de Confiança de Diretora da Escola de Educação Básica Hilda Granemann de Sousa, pertencente ao "Grupo Ocupacional Confiança" da Secretaria da Educação, a partir de 29 de agosto de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI  
Secretário da Educação.

#### Portaria Nº 21.977

PORTARIA Nº 21.977, de 29 de agosto de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, mais o previsto na Lei Complementar nº 7, de 17/12/99 e a Lei Complementar nº 22, 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 20.525, de 16/05/2011, que COLOCOU A DISPOSIÇÃO da SEMEC diversos Servidores Públicos Municipais e DESIGNOU os mesmos para exercerem Funções Gratificadas, no que se refere a cedência e designação da Servidora Pública Municipal IRES TERESINHA DA SILVA, a partir de 31 de agosto de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI  
Secretário da Educação.

#### Portaria Nº 21.981

PORTARIA Nº 21.981, de 03 de setembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos, concedida ao Servidor Público Municipal LUIZ CARLOS BARREIRO FILHO, ocupante do cargo de Médico, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em exercício junto a Secretaria de Saúde, a partir de 03 de setembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 03 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

#### Portaria Nº 21.982

PORTARIA Nº 21.982, de 03 de setembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER prorrogação por mais 02 (dois) anos da Licença Sem Vencimentos, concedida aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo, secretaria e período da prorrogação, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec.	Período da Licença
3422	José Moreira Rosa	Aux. Serviços Gerais	Infra	01/09/12 a 01/09/14
1311	Joel Monteiro	Agente Serv. Agr. Florestais	Infra	02/09/12 a 02/09/14

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 03 de setembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO  
Secretário da Administração.

#### Portaria Nº 21.983

PORTARIA Nº 21.983, de 03 de setembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas

atribuições legais, mais o previsto na Lei Complementar nº 7, de 17/12/99 e a Lei Complementar nº 22, 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências

**RESOLVE:**

Art. 1º COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Secretaria de Educação a Servidora Pública Municipal NILCE FAITA FORNARI, ocupante do cargo de Professora, a contar de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º DESIGNAR a referida Servidora para exercer a Função Gratificada de 50% (cinquenta) por cento sobre seus vencimentos básicos, pertencente ao "Grupo Ocupacional Funções Gratificadas", da Secretaria de Educação, a contar de 30 de agosto de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de setembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI

Secretário da Educação.

**Contrato 83-2012 Prefeitura**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2011      DISPENSA Nº06/2011

CONTRATO DE RATEIO

CTR3/CINCO/0001/2012-9/AD

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº. 48/2012

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE CAÇADOR
CONTRATADO:	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
CONTRATO DE RATEIO:	48/2012
OBJETO:	Rateio Fixo e Variável das Despesas com a Manutenção da Iluminação Pública - MIP, previamente aprovadas em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2012, na ação: Desenvolvimento dos Serviços Urbanos.
DATA:	26.04.2012
VIGÊNCIA:	26.04.2012 a 31.12.2012
REDUZIDOS	164 -165-166--47

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam a alteração do valor previsto na Cláusula Terceira, ficando acrescido R\$ 379.332,88 (trezentos e setenta e nove reais trezentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caçador/SC, 27 de agosto de 2012.

Município de Caçador	Consórcio Integrado do Contestado - CINCO
CARLOS VILMAR RIBEIRO	ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração	Diretor Executivo do CINCO

**Testemunhas:**

1ª ELIZETE REGINA BLEICHUEHL	2ª ADRIANA M VAN PASSEL
CPF nº 558.040.809-97	CPF nº 696.592.820-00

**Contrato 86-2012 Prefeitura**

Contrato nº 86/2012 – Aquisição de eletrodomésticos destinados as escolas municipais. Processo Licitatório nº 94/2012 PR nº 59/2012. Contratado: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME/CNPJ nº 09.053.748/0001-27. Valor: R\$ 504,00. Prazo: 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
08	UNID	06	Liquidificador doméstico Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP) 40x21x18cm. Potência (w) mínimo 400W Copo super resistente mínimo 1,6 Lt cristal; - mínimo 5 velocidades + Pulsar; - Função Clean que facilita a limpeza; - Guarda-fio: Permite ajustar o tamanho de uso do cabo, além de encaixar o plugue facilitando na hora de guardar.	MALLORY	84,00	504,00
VALOR TOTAL					R\$	504,00

**Contrato 87-2012 Prefeitura**

Contrato nº 87/2012 – Aquisição de eletrodomésticos destinados as escolas municipais. Processo Licitatório nº 94/2012 PR nº 59/2012. Contratado: DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ nº 14.534.916/0001-36. Valor: R\$ 8.344,90. Prazo: 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
04	UNID	15	Fogão 06 bocas com forno Acendimento automático. Auto-limpante.	ESMALTEC	429,66	6.444,90
07	UNID	05	Liquidificador industrial com capacidade para 10 litros, copo e base em aço inox.	FAK	380,00	1.900,00
VALOR TOTAL					R\$	8.344,90

**Contrato 88-2012 Prefeitura**

Contrato nº 88/2012 – Aquisição de eletrodomésticos destinados as escolas municipais. Processo Licitatório nº 94/2012 PR nº 59/2012. Contratado: MASTER AUCTION COMÉRCIO DE ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA – ME/CNPJ nº 05.046.360/0001-48. Valor: R\$ 37.878,45. Prazo: 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
------	------	-----	-----------	-------	----------	-----------

01	UNID	24	Fogão industrial seis bocas Grelhas em ferro fundido 06 Queimadores simples Registro cromado Facilidades: Regulagem da chama na saída dos queimadores Compacto Dimensões aproximadas: Altura = 82,5 cm Largura = 107 cm Comprimento = 84 cm Com forno	TRON	610,00	14.640,00
02	UNID	17	Geladeira Biplax Capacidade bruta total (L) mínimo 264 Capacidade de armazenagem total (L) mínimo 260 Capacidade bruta do refrigerador (L) mínimo 211 Capacidade de armazenagem do refrigerador (L) mínimo 207 Capacidade bruta do freezer (L) mínimo 53 Capacidade de armazenagem do freezer (L) mínimo 53 Classificação de consumo - Selo Procel A Cor: Branca	ELECTRO LUX	810,00	13.770,00
06	UNID	05	Máquina de lavar: Capacidade de 8 kg. 4 Programas de Lavagem. Ação mistura Total. Cor: Branca. 220V Velocidade de centrifugação: mínimo 750rpm. Classificação energética: A. Consumo aproximado de água: 104L. Potência: mínimo 1230W (110V) mínimo 1080W (220V). Dimensões aproximadas (LxAxP): 570x1040x590mm. Peso aproximado: 34,5kg.	BRAS-TEMP	874,00	4.370,00
09	UNID	05	Batedeira Planetária Movimento planetário. Além do movimento de rotação sobre o eixo, gira ao redor e próximo às paredes da tigela, proporcionando maior homogeneidade. 220v	ARNO	237,62	1.188,10

10	UNID	05	Batedeira Com pedestal, mínimo 300W 5 velocidades apro- ximadamente, com batedores.Composição: Plástico	BLACK E DECKER	96,11	480,55
11	UNID	10	Cortador de legumes (tipo cabrita) médio Para cortar legumes em geral, feito de aço, ferro zincado e alumínio com grade superior removível para facilitar a limpeza, sem tripé.	FAK	42,12	421,20
12	UNID	20	Cortador de legumes (tipo cabrita) grande Para cortar legumes em geral, feito de aço, ferro zincado e alumínio com grade superior removível para facilitar a limpeza, com tripé.	FAK	56,43	1.128,60
16	UNID	02	Encerradeira in- dustrial (mm) 350 Motor elétrico(HP)0,75 Tensão(V)110/220. Dimensões aproxima- das: 350X1100 Sistema de Regulagem do cabo com pedal. Dispositivo de seguran- ça através de alavanca de acionamento liga/ desliga, oferece maior praticidade e comodida- de para o operador.	CLEANER	940,00	1.880,00
VALOR TOTAL						R\$37.878,45

### Contrato 89-2012 Prefeitura

Contrato nº 89/2012 – Aquisição de eletrodomésticos destina-  
dos as escolas municipais. Processo Licitatório nº 94/2012 PR nº  
59/2012. Contratado: OLITEC – BALANÇAS E EQUIPAMENTOS  
LTDA – EPP/CNPJ nº 81.367.203/0001-12. Valor: R\$ 25.916,00.  
Prazo: 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
03	UNID	22	Freezer Horizontal com duas tampas. Dupla função com acio- namento frontal. Capacidade bruta míni- mo 414 L	FRICON	1.178,00	25.916,00
VALOR TOTAL					R\$	25.916,00

### Edital de Contribuição de Melhoria Nº 14/2012. (Retificação)

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 14/2012.  
COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

### (RETIFICAÇÃO)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR publica a presente reti-  
ficação ao edital nº 14/2012, comunicando aos interessados que  
serão executadas as obras de pavimentação asfáltica com CAUQ  
– Concreto Asfáltico Usinado a Quente, na RUA JACOB SANTI com  
área total de pavimentação igual a 2.557,60 m2 e somatório das  
testadas igual a 722,05 metros lineares.

### CARACTERIZAÇÃO DA RUA:

Nome: JACOB SANTI

Bairro: DER

Somatório de testadas: 722,05 METROS LINEARES

Área de pavimentação: 2.557,60 m2

### MEMORIAL DESCRITIVO

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

Serviços de regularização da pista

Transporte de materiais

Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usina-  
do a Quente e dimensionamento conforme Planilha de orçamento  
descrita abaixo.

Serviços de Sinalização

### DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às  
obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o  
fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100%  
(cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização  
imobiliária.

### ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à  
execução dos serviços discriminados no memorial descrito acima,  
e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se  
encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades e  
custos unitários e totais, dando ao final o custo da obra, além dos  
valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear  
de testada.

ESPECIFICAÇÕES E SER- VIÇOS	UN.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL À VISTA
Placa de Obra modelo convênio	M²	6,00	277,64	1.665,84
Escavação mecânica de valas em qualquer tipo de solo, 0,00 a 4,00m	M³	170,00	8,03	1.365,10
Lastro de brita 6 cm x 60cm	M³	6,00	108,55	651,30
Colocação de tubo concreto simples classe – PS2 PB NBR 8890 de 30 cm	M	300,00	35,40	10.620,00
Colocação de tubo concreto simples classe – PS2 PB NBR 8890 de 40 cm	M	80,00	47,76	3.820,80
Colocação de tubo concreto simples classe – PA2 PB NBR 8890 de 80 cm	M	35,00	216,51	7.577,85
Reaterro de vala com mate- rial granular reaproveitado, adensado e vibrado	M³	115,00	13,13	1.509,95
Boca de Lobo	Un.	11,00	980,81	10.788,91
Regularização e compacta- ção de subleito até 20 cm de espessura	M²	2.557,60	1,89	4.833,86





Meio-fio de concreto moldado no local, usinado 15Mpa	M²	639,40	47,47	30.352,32
Base de camada de brita graduada –h=20 cm	M³	511,52	145,84	74.600,08
Imprimação com CM-30; taxa de 1,2L/m²	M²	2.557,60	3,35	8.567,96
Fornecimento e execução de pintura de ligação com RR-2C; taxa de 1,0L/m²	M²	2.557,60	1,25	3.197,00
Fornecimento e execução de concreto asfáltico usinado a quente CAUQ e=5,00cm, compactado.	Ton.	319,70	193,08	61.727,68
Sinalização Horizontal	M²	130,00	17,24	2.241,20
<b>SUBTOTAL</b>				<b>223.519,85</b>
<b>DEDUÇÕES (INCENTIVO)</b>				<b>111.759,92</b>
<b>TOTAL</b>				<b>111.759,92</b>

#### VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no caput do seu art. 74 como segue:

$$CMI = VO \times AI / SAT$$

Sendo:

CMI = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

VO = Custo Total da Obra

AI= Testada em metros lineares do imóvel

SAT= Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

CUSTO METRO QUADRADO = R\$ 65,60 /m².

CUSTO METRO LINEAR = R\$ 154,78 /ml (sem a mão-de-obra) <sup>1</sup>.

#### OBSERVAÇÕES:

01 – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova

02 – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão os mesmos providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a lei 54/83 de 15/12/83, em seu artigo 53, § 3º.

03 - O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

04 - A Lei Complementar Municipal 120, de 23 de novembro de 2007 dispõe que aqueles contribuintes que possuem apenas 1 (um) imóvel e renda inferior a 2 (dois) salários mínimos poderão ser isentos do pagamento da contribuição de melhoria. Caso queira usufruir deste benefício, deve preencher o requerimento junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, com documento que comprovem que se enquadra nos requisitos da lei para a obtenção da isenção.

<sup>1</sup> O valor do metro linear foi obtido pela divisão do valor total da obra (R\$ 111.759,92) do qual já está deduzida a contrapartida da prefeitura, pela somatória das testadas dos imóveis com a pavimentação, (722,05 metros lineares).

#### VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE:

PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL	INSCRIÇÃO IMÓVEL	Testada (m)	Valor da Testada (R\$)
ADRIANE DE FATIMA NACONESKI	001.06.0102.0272.001	19,13	2.960,94
ALCIR CARLOS CASSOL	001.06.0102.0115.001	13,40	2.074,05
ALCIR CARLOS CASSOL	001.06.0102.0128.001	13,40	2.074,05
AMAURO ROYER	001.06.0100.0178.001	13,00	2.012,14
ANTONIO NELSON CARDOSO	001.06.0055.0438.001	13,00	2.012,14
ANTONIO NELSON CARDOSO	001.06.0101.0107.001	13,25	2.050,84
CARLOS ROBERTO DA ROCHA	001.06.0101.0133.001	13,25	2.050,84
CARMES BALDO SAPLA	001.06.0101.0146.001	13,25	2.050,84
CLAUDETE ALVES RIBEIRO CARDOSO	001.06.0055.0556.001	23,00	3.559,94
DANIEL ROSEN-TASKI	001.06.0055.0493.001	13,00	2.012,14
DOMINGO ASSIS NERES DA COSTA	001.06.0055.0481.001	13,00	2.012,14
EDERSON ANDRE FAORO	001.06.0055.0453.001	13,00	2.012,14
EDIMO DEBARBA	001.06.0102.0180.001	13,40	2.074,05
ERMELINDO LUIZ LANHI	001.06.0090.0436.001	35,00	5.417,30
EUCLIDES ALVES DE MELLO	001.06.0098.0020.001	18,13	2.806,16
GUIOMAR PEREIRA D'AGOSTINI	001.06.0101.0042.001	19,13	2.960,94
HAMILTON LEMOS MAGUE-ROSKI	001.06.0102.0102.001	13,40	3.111,93
ILDA LUIZA CZERNHAK	001.06.0090.0407.001	14,00	2.166,92
JOAO CARLOS SEGAT	001.06.0101.0081.001	13,25	2.050,84
JOÃO TAVARES DA SILVA FILHO	001.06.0098.0357.001	13,00	2.012,14
JONAS FRANCISCO RODRIGUES	001.06.0102.0063.001	13,40	2.074,05
LINA SALETE GEREMIA	001.06.0101.0120.001	13,25	2.050,84
LORENÇO MASSUCATTO DE ALMEIDA	001.06.0102.0141.001	13,40	2.074,05
LUSSARA ADRIANA DOS SANTOS SANTI	001.06.0100.0204.001	13,00	2.012,14
MANOEL MACIEL DOS SANTOS	001.06.0102.0167.001	13,40	2.074,05
MARCOS ROBERTO RODRIGUES	001.06.0102.0089.001	13,40	2.074,05
MARIES APARECIDA FERNANDES	001.06.0100.0152.001	13,00	2.012,14
MARILENE DE OLIVEIRA ALMEIDA	001.06.0102.0219.001	13,40	2.074,05

MAURO HENRIQUE CIFRO MACHADO	001.06.0100.0165.001	13,00	2.012,14
MIRIAM MULLER	001.06.0055.0041.001	3,40	526,25
MOACIR BOFF	001.06.0102.0206.001	13,40	2.074,05
MONICA CARDOSO	001.06.0098.0344.001	13,00	2.012,14
NILO PEDRO LORENZONI	001.06.0101.0068.001	13,25	2.050,84
ORIDES VIEIRA	001.06.0102.0154.001	13,40	2.074,05
PAMELA SILVA DOS SANTOS	001.06.0055.0331.001	18,13	2.806,16
PAULO EDSON MULLER	001.06.0102.0193.001	13,40	2.074,05
PEDRO CAMILO DANIEL	001.06.0102.0232.001	13,40	2.074,05
RENATO JOSÉ SCHUH	001.06.0102.0050.001	13,40	2.074,05
RUA 5		14,00	2.166,92
RUA BAZBINA AKKAR		34,00	5.262,52
RUA SILVIO SANTI		14,00	2.166,92
RUA SILVIO SANTI		14,00	2.166,92
SILVIA APARECIDA CAMPAGNIN LOCATELLI	001.06.0100.0191.001	13,00	2.012,14
TANIA VERONICA SZERNIAK	001.06.0101.0055.001	13,25	2.050,84
TEODORO AIRTON MAZZOTTI	001.06.0101.0094.001	13,25	2.050,84
TEREZINHA CARLIN DA SILVA	001.06.0102.0076.001	13,40	2.074,05
VALDEMAR GUINCHESKI DADA	001.06.0098.0331.001	15,00	2.321,70
VITOR CZERNHAK	001.06.0090.0387.001	6,00	928,68
VITOR CZERNHAK	001.06.0090.0140.001	14,00	2.166,92
VITORIA APARECIDA MILAN	001.06.0100.0246.001	19,13	2.960,94
TOTAL		722,05	112.796,78

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	2.500	M3	PEDRA BRITA Nº 01	43,00	107.500,00
02	2.500	M3	PÓ DE PEDRA	43,00	107.500,00
03	2.500	M3	PEDRISCO	43,00	107.500,00
04	2.500	M3	PEDRA PULMÃO	41,00	102.500,00
05	2.500	M3	BRITA GRADUADA	47,00	117.500,00
TOTAL GERAL					542.500,00

Caçador, Abril de 2012.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### Ata 131-2012 Prefeitura

Ata nº 131/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2011 - acréscimo de até 25% nas quantidades constantes na ata principal de registro de preços nº 119/2011 registro de preços para aquisição de pedras diversas destinadas a pavimentação asfáltica e manutenção e conservação de ruas no perímetro urbano e rural do município. O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 542.500,00 (quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) para os acréscimos das quantidades inicialmente contratadas e valores unitários constantes na Ata de Registro de Preços Principal nº 119/2011, perfazendo o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao total contratado, conforme acima descrito, estando o mesmo de acordo com os percentuais estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretária Municipal de Infraestrutura. Fornecedor: MINEROCHA CATARINENSE LTDA - CNPJ nº 02.720.984/0001-00- Caçador, SC. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade e asseguradas e reservadas às dotações orçamentárias para o cumprimento das obrigações decorrentes dos acréscimos.



## Compras Mes Agosto 2012 Assistencia Social/Cultura/Esporte/FIA/FUNDEMA/IPPUC/Prefeitura

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 1/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA	AQUECEDOR, MATERIAL CAIXA PLÁSTICO, VOLTAGEM 220, FINALIDADE	671	2,000	85,0000	170,00
ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA	BATEDEIRA DOMÉSTICA, POTÊNCIA 200, VOLTAGEM 220	672	1,000	75,0000	75,00
ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA	FORNO ELÉTRICO, APLICAÇÃO DOMÉSTICA, VOLTAGEM 220	672	1,000	343,0000	343,00
ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA	TELEVISOR, TAMANHO TELA 32, VOLTAGEM 220, TECLA SAP, ENTRADA	671	1,000	1.089,0000	1.089,00
ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA	TELEVISOR, TAMANHO TELA 32, VOLTAGEM 220, TECLA SAP, ENTRADA	672	1,000	1.089,0000	1.089,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO COM ALÇA DE PLÁSTICO, COM 30 LITROS	704	3,000	8,8700	26,61
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO OVAL, COM SUPORTE, CABO DE PLÁSTI	670	5,000	3,3400	16,70
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	LUSTRA MÓVEIS CREME FRASCO 200 ML	670	10,000	1,6400	16,40
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA PARA LIMPEZA, TAMANHOS P ,M,G	670	10,000	1,7200	17,20
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ODORIZADOR DE AMBIENTE, ERVA DOCE, CAPIM LIMÃO, CITRUS EMBAL	670	30,000	5,9000	177,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ODORIZADOR DE AMBIENTE, ERVA DOCE, CAPIM LIMÃO, CITRUS EMBAL	704	12,000	5,9000	70,80
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	SABÃO EM BARRA COM 500 GRAMAS	670	1,000	1,2000	1,20
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	SABÃO EM BARRA COM 500 GRAMAS	704	10,000	1,2000	12,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	SABÃO EM PÓ COM BRANQUEADOR ÓPTICO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS, T	670	100,000	3,3500	335,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	SABÃO EM PÓ COM BRANQUEADOR ÓPTICO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS, T	704	15,000	3,3500	50,25
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	SABONETE LÍQUIDO COMPOSIÇÃO: PH NEURO, FRAGRÂNCIA ERVA DOCE,	670	1,000	10,0000	10,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	SABONETE LÍQUIDO COMPOSIÇÃO: PH NEURO, FRAGRÂNCIA ERVA DOCE,	704	4,000	10,0000	40,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO SEM GLÚTEN EMBALAGEM DE 400G	674	100,000	1,6100	161,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO SEM GLÚTEN EMBALAGEM DE 400G	692	75,000	1,6100	120,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁLCOOL 92.8 GL, LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 01 LITRO	674	20,000	3,5000	70,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁLCOOL 92.8 GL, LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 01 LITRO	692	30,000	3,5000	105,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁLCOOL 92.8 GL, LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 01 LITRO	696	20,000	3,5000	70,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁLCOOL GEL 70% EMBALAGEM DE 01 LITRO	674	20,000	3,6400	72,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁLCOOL GEL 70% EMBALAGEM DE 01 LITRO	692	30,000	3,6400	109,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁLCOOL GEL 70% EMBALAGEM DE 01 LITRO	696	10,000	3,6400	36,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMIDO DE MILHO CAIXA COM 01KG	705	10,000	2,7000	27,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BOLSA DE ALGODÃO ALVEJADA BRANCA LISA MEDINDO 0,80 X 0,60CM	705	10,000	2,4900	24,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500G, TIPO EXPORTAÇÃO	674	100,000	5,9600	596,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500G, TIPO EXPORTAÇÃO	692	100,000	5,9600	596,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500G, TIPO EXPORTAÇÃO	696	50,000	5,9600	298,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CERA LÍQUIDA AMARELA – COMPOSIÇÃO: CARNAÚBA, CERA POLIETILEN	692	12,000	1,7500	21,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CERA LIQUIDA COM 750 ML INCOLOR,AMARELA E VERMELHA,ALTO BRIL	692	12,000	1,7500	21,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DESINFETANTE LIQUIDO PARA USO GERAL,COM AÇÃO BACTERICIDA E G	674	36,000	2,4300	87,48
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DESINFETANTE LIQUIDO PARA USO GERAL,COM AÇÃO BACTERICIDA E G	692	50,000	2,4300	121,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DESINFETANTE LIQUIDO PARA USO GERAL,COM AÇÃO BACTERICIDA E G	696	20,000	2,4300	48,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE FRUTAS CREMOSO SEM GLÚTEN COM POLPA DE FRUTAS, DATA	692	12,000	3,9100	46,92
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ESPONJA DE LÃ DE AÇO PACOTE COM OITO UNIDADES 60GRAMAS	705	6,000	0,9200	5,52
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTA DE ALGODÃO CAIXA COM 75 UNIDADES	692	7,000	0,9200	6,44
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MOLHO DE TOMATE SEM GLÚTEN LATA COM 840G	674	48,000	4,2000	201,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA, TEXTURI	674	10,000	2,9700	29,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA, TEXTURI	692	16,000	2,9700	47,52
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA, TEXTURI	696	50,000	2,9700	148,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA, TEXTURI	705	80,000	2,9700	237,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PEDRA SANITÁRIA GERMICIDA E BACTERICIDA DE ODOR LAVANDA BOUQ	674	48,000	0,6900	33,12
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PEDRA SANITÁRIA GERMICIDA E BACTERICIDA DE ODOR LAVANDA BOUQ	696	60,000	0,6900	41,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 2/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PILHA ALCALINA AA EMBALAGEM COM DUAS UND	705	4,000	2,3500	9,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PREPARADO PARA CALDO DE GALINHA E SABORES CAIXA COM 63G	692	12,000	0,6900	8,28
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PREPARADO PARA CALDO DE GALINHA E SABORES CAIXA COM 63G	705	10,000	0,6900	6,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PREPARO SOLIDO PARA REFRESCO ADOÇADO VÁRIOS SABORES PACOTE 0	674	100,000	4,0000	400,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PREPARO SOLIDO PARA REFRESCO ADOÇADO VÁRIOS SABORES PACOTE 0	692	125,000	4,0000	500,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PREPARO SOLIDO PARA REFRESCO ADOÇADO VÁRIOS SABORES PACOTE 0	696	10,000	4,0000	40,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	RODO DE BORRACHA DUPLA COM 60 CM COM CABO	705	4,000	5,6300	22,52
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO,PRETO 07 MICRA,CAPACIDADE 30 LITROS R	674	20,000	0,9700	19,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO,PRETO 07 MICRA,CAPACIDADE 30 LITROS R	692	25,000	0,9700	24,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO,PRETO 07 MICRA,CAPACIDADE 30 LITROS R	696	10,000	0,9700	9,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO,PRETO 10 MICRA, TAMANHO 63X80 CAPACID	674	20,000	1,2300	24,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO,PRETO 10 MICRA, TAMANHO 63X80 CAPACID	692	25,000	1,2300	30,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO,PRETO 10 MICRA, TAMANHO 63X80 CAPACID	696	10,000	1,2300	12,30
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SAL REFINADO IODADO EMBALAGEM DE 01KG	705	4,000	0,8900	3,56
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VASSOURA DE NYLON COM CAPA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO E CEPA	674	20,000	2,7900	55,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VASSOURA DE NYLON COM CAPA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO E CEPA	696	10,000	2,7900	27,90
ARTES GRAFICAS S.R. LTDA - EPP	FOLHAS DE FICHAS SIPIA	659	4.000,000	0,0875	350,00
ARTES GRAFICAS S.R. LTDA - EPP	FOLHAS DE NOTIFICAÇÃO	659	3.000,000	0,0633	190,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	651	1.500,000	2,2000	3.300,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	715	840,000	2,2000	1.848,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CHAVE DE FENDA JOGO COM 25 PÇS	728	1,000	24,3000	24,30
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ALICATE UNIVERSAL Nº 08	708	1,000	19,3900	19,39
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	BANDEJA PLASTICA PARA PINTURA	708	1,000	4,6100	4,61
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	LIXA N. 80 3M MT P/ MADEIRA	708	3,000	0,6300	1,89
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	LIXA Nº 100	708	2,000	0,6300	1,26
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	LONA PRETA	708	30,000	2,0000	60,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PINCEL 2 POLEGADAS	708	1,000	2,9300	2,93
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PINO FÊMEA	708	2,000	3,3900	6,78
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PINO MACHO	708	2,000	2,5500	5,10
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ROLO DE LÃ COM CABO 15 CM ANTI GOTAS	708	1,000	4,6100	4,61
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO	708	1,000	51,2700	51,27
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	CONTRATAÇÃO DO CIEE	725	0,496	9.108,0000	4.519,00
CLICHERIA WILFLEX LTDA	CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	678	3,000	30,0000	90,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP P13	710	24,000	43,0000	1.032,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP P13	714	9,000	43,0000	387,00
ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO	711	1,000	5.960,0000	5.960,00
F & A COMÉRCIO DE PERSIANAS LTDA - ME	CONCERTO DE PERSIANAS	652	1,000	50,0000	50,00
GLOBAL AUTOMAÇÃO LTDA	CABO FLEX PARALELO	683	20,000	0,9500	19,00
GLOBAL AUTOMAÇÃO LTDA	CANALETA 20X10X2000 S/ DIV BRANCA	683	2,000	2,0500	4,10
GLOBAL AUTOMAÇÃO LTDA	FITA DUPLA FACE	683	2,000	3,5000	7,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FÓSFOROS COM 10 CAIXINHAS CADA MAÇO	673	10,000	1,4800	14,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FÓSFOROS COM 10 CAIXINHAS CADA MAÇO	694	5,000	1,4800	7,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FÓSFOROS COM 10 CAIXINHAS CADA MAÇO	699	5,000	1,4800	7,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	673	60,000	9,9000	594,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	694	75,000	9,9000	742,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 3/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	695	10,000	9,9000	99,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	699	355,000	9,9000	3.514,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITOS SORTIDOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERR	673	48,000	3,4800	167,04
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITOS SORTIDOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERR	694	125,000	3,4800	435,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITOS SORTIDOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERR	695	24,000	3,4800	83,52
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITOS SORTIDOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERR	699	25,000	3,4800	87,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOLO RECHEADO COM COBERTURA	682	8,300	18,0000	149,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHA MATE CAIXA COM 40G COM 25 SAQUINHOS DIVERSOS SABORES	673	100,000	1,6900	169,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHA MATE CAIXA COM 40G COM 25 SAQUINHOS DIVERSOS SABORES	694	45,000	1,6900	76,05
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHA MATE CAIXA COM 40G COM 25 SAQUINHOS DIVERSOS SABORES	695	50,000	1,6900	84,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHA MATE CAIXA COM 40G COM 25 SAQUINHOS DIVERSOS SABORES	699	45,000	1,6900	76,05
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CREME DENTAL EMBALAGEM C/ 90 GRAMAS	694	15,000	1,0000	15,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CREME DENTAL EMBALAGEM C/ 90 GRAMAS	699	15,000	1,0000	15,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA	681	14,010	13,5000	189,14
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA	682	3,780	13,5000	51,03
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ESPONJA PARA LOUÇA DUPLA FACE MEDIDAS 110MMX70MMX20MM	673	60,000	0,3500	21,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PACOTE COM 05KG	694	50,000	5,8500	292,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PACOTE COM 05KG	699	100,000	5,8500	585,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PACOTE COM 05KG	707	30,000	5,8500	175,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO LATA 250G	694	25,000	2,8000	70,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO LATA 250G	699	25,000	2,8000	70,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO LATA 250G	707	10,000	2,8000	28,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	GUARDANAPO DE PAPEL 22,5X19,5 PACOTE COM 50 UNIDADES	673	50,000	0,3900	19,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML	694	10,000	1,2400	12,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML	695	20,000	1,2400	24,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML	699	10,000	1,2400	12,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML	707	6,000	1,2400	7,44
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MARGARINA VEGETAL POTE COM 500G	673	36,000	1,1900	42,84
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	673	50,000	1,2500	62,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	681	12,276	20,7500	254,73
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	682	86,424	20,7500	1.793,30
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	NEGA MALUCA	681	14,416	14,0000	201,82
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	NEGA MALUCA	682	48,448	14,0000	678,27
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	673	36,000	3,2000	115,20
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	694	50,000	3,2000	160,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	699	50,000	3,2000	160,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	679	12,538	6,4000	80,24
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	680	62,000	6,4000	396,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PAPEL TOALHA BRANCO 100% CELULOSE, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA	673	50,000	7,2300	361,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PAPEL TOALHA BRANCO 100% CELULOSE, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA	694	30,000	7,2300	216,90
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PAPEL TOALHA BRANCO 100% CELULOSE, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA	695	50,000	7,2300	361,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PAPEL TOALHA BRANCO 100% CELULOSE, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA	699	20,000	7,2300	144,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sanduíche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01	681	130,000	1,5500	201,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sanduíche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01	682	410,000	1,5500	635,50
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	698	0,583	9.108,0000	5.313,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 4/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INVIOSAT SEGURANÇA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	732	4,000	75,5750	302,30
INVIOSAT SEGURANÇA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	733	1,000	69,7500	69,75
IVANIR JOSÉ COLLA	LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS COM AREA DE 272,85 M2	657	5,000	2.800,0000	14.000,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL SEM GÁS - EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	648	5,000	10,5000	52,50
JRP VIDEOLOCADORA LTDA - ME	LOCAÇÃO DE DVD	690	50,000	2,5000	125,00
JRP VIDEOLOCADORA LTDA - ME	LOCAÇÃO DE DVD	690	116,000	1,5000	174,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	KIT COMPOSTO POR UMA TOALHA DE BANHO E UMA TOALHA DE ROSTO	668	60,000	20,3000	1.218,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	PANO DE CHÃO MEDINDO 43CM X 63CM PESO - 67G NA COR BRANCA	668	50,000	2,5400	127,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	PANO DE PRATO NA COR BRANCA MEDINDO 75X48CM PESO 75 GR	668	100,000	2,3900	239,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	PISO ATOALHADO MEDIDAS: 48CM X 80CM PESO: 160 GRAMAS	668	20,000	6,1500	123,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	TOALHA DE MÃO, 100% ALGODÃO, MEDINDO 30 X 50 CM, PESO 50G	668	80,000	2,1700	173,60
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	TOALHA DE MESA MEDINDO 1,40M X 2,10M COMPOSIÇÃO	668	6,000	24,7000	148,20
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	ANTENA PARABÓLICA, MATERIAL ESTRUTURA ALUMÍNIO, DIÂMETRO 2,4	700	1,000	480,0000	480,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	ANTENA PARABÓLICA, MATERIAL ESTRUTURA ALUMÍNIO, DIÂMETRO 2,4	701	1,000	480,0000	480,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	APARELHO DE DVD, RESOLUÇÃO 540 LINHAS, COM ZOOM DIGITAL,	701	2,000	135,0000	270,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	BEBEDOURO ÁGUA, PARA GARRAFÃO DE ÁGUA, MATERIAL AÇO	701	3,000	445,0000	1.335,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	CENTRÍFUGA DE ROUPAS, ELÉTRICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL	701	1,000	399,0000	399,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	FOGÃO GÁS, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO DOMÉSTICA	701	1,000	826,0000	826,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	FORNO MICROONDAS, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 32L, C	700	1,000	476,0000	476,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	FORNO MICROONDAS, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 32L, C	701	1,000	476,0000	476,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	GAVETEIRO MÓVEL, MATERIAL MADEIRA, TIPO MADEIRA AGLOMERADO	701	4,000	288,3500	1.153,40
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI /	JOGO DE LENÇOL SOLTEIRO COM TRÊS PEÇAS, EM PERCAL 180 FIOS	667	50,000	52,0000	2.600,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI /	MANTA DE SOLTEIRO, PRODUZIDA EM MICROFIBRA 100% POLIÉSTER	667	50,000	34,9000	1.745,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIERI /	TOALHA DE MESA DE MESA 3X1,75M COMPOSIÇÃO 60% POLIÉSTER 40%	667	6,000	43,5000	261,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	ACABAMENTO DE BORDA BRANCO 19MM	686	100,000	0,2700	27,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	ACABAMENTO DE BORDA 35 MM BRANCO	686	50,000	0,4800	24,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	MDF 15 MM MELAMINICO BRANCO	686	10,000	108,0000	1.080,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	MDF 6 MM CRU	686	6,000	76,0000	456,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	PARAFUSO 4X4	686	2,500	3,5000	8,75
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ABSORVENTE HIGIÊNICO, SEM ABAS SUAVE PACOTE COM 08 UNIDADES	693	20,000	1,2000	24,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM ALVEJANTE, DESINFETANTE E BA	675	60,000	1,0200	61,20
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM ALVEJANTE, DESINFETANTE E BA	693	100,000	1,0200	102,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	AMACIANTE DE ROUPAS, EMBALAGEM COM 02 LITROS	693	20,000	2,3400	46,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BANDEJA DESCARTAVEL Nº5	655	20,000	3,5000	70,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BANDEJA DESCARTAVEL Nº6	655	20,000	1,9900	39,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BANDEJA DESCARTAVEL Nº7	655	20,000	4,9900	99,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BOLACHA SALGADA EMBALAGEM COM DUPLA PROTEÇÃO, APRESENTAÇÃO Q	675	20,000	3,7700	75,40
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BOLACHA SALGADA EMBALAGEM COM DUPLA PROTEÇÃO, APRESENTAÇÃO Q	693	100,000	3,7700	377,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BOLACHA SALGADA EMBALAGEM COM DUPLA PROTEÇÃO, APRESENTAÇÃO Q	706	40,000	3,7700	150,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	COPO DESCARTÁVEL PRODUZIDO CONFORME ABNT,NBR Nº14865, 180 ML	675	10,000	47,9000	479,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	COPO DESCARTÁVEL PRODUZIDO CONFORME ABNT,NBR Nº14865, 180 ML	693	40,000	47,9000	1.916,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CREME HIDRATANTE POTE 500ML	693	10,000	3,9900	39,90
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DESODORANTE ROLL-ON ANTI-TRANSPIRANTE 50ML	693	20,000	2,9900	59,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DETERGENTE LÍQUIDO COM 500 ML (COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL-BEN	675	60,000	0,7700	46,20
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DETERGENTE LÍQUIDO COM 500 ML (COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL-BEN	693	100,000	0,7700	77,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 5/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVILHA LATA 200G	693	20,000	0,9900	19,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVILHA LATA 200G	706	8,000	0,9900	7,92
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103 CAIXA COM 40 UNID	675	24,000	1,6900	40,56
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103 CAIXA COM 40 UNID	693	30,000	1,6900	50,70
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA – EMBALAGEM TETRA PAK, PRAZO D	693	20,000	22,9000	458,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA – EMBALAGEM TETRA PAK, PRAZO D	706	12,000	22,9000	274,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LIXEIRA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO REFORÇADO, COM TAMPA E PED	706	8,000	39,0000	312,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MAIONESE SEM GORDURAS TRANS, SEM GLÚTEN, POTE COM 500G	675	12,000	1,9900	23,88
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MAIONESE SEM GORDURAS TRANS, SEM GLÚTEN, POTE COM 500G	693	60,000	1,9900	119,40
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MAIONESE SEM GORDURAS TRANS, SEM GLÚTEN, POTE COM 500G	706	50,000	1,9900	99,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MANGUEIRA PLÁSTICA DE JARDIM COM CONEXÃO PARA TORNEIRA COM 3	693	2,000	27,9500	55,90
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MANGUEIRA PLÁSTICA DE JARDIM COM CONEXÃO PARA TORNEIRA COM 3	706	1,000	27,9500	27,95
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO VERDE LATA COM 200G	693	20,000	1,0900	21,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO VERDE LATA COM 200G	697	20,000	1,0900	21,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO VERDE LATA COM 200G	706	10,000	1,0900	10,90
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MULTIUSO 500 ML, LIMPEZA PARA PISOS	693	20,000	1,4900	29,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MULTIUSO 500 ML, LIMPEZA PARA PISOS	697	20,000	1,4900	29,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MULTIUSO 500 ML, LIMPEZA PARA PISOS	706	10,000	1,4900	14,90
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PILHA ALCALINA AAA EMBALAGEM COM DUAS UND	706	5,000	3,4900	17,45
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PÓ PARA GELATINA, CAIXA 45 GRAMAS DIVERSOS SABORES	693	35,000	0,5900	20,65
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PÓ PARA GELATINA, CAIXA 45 GRAMAS DIVERSOS SABORES	697	35,000	0,5900	20,65
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SACO PLASTICO 5KG EMBALAGEM COM 100 UNID	656	2,000	3,9900	7,98
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SAPONÁCEO EM PÓ COM AMONÍACO TUBO 300G COMPOSIÇÃO SODA CAUST	675	20,000	1,1900	23,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SAPONÁCEO EM PÓ COM AMONÍACO TUBO 300G COMPOSIÇÃO SODA CAUST	693	15,000	1,1900	17,85
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SAPONÁCEO EM PÓ COM AMONÍACO TUBO 300G COMPOSIÇÃO SODA CAUST	697	15,000	1,1900	17,85
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SHAMPOO 350ML, COM AROMA AGRADÁVEL	693	30,000	2,9900	89,70
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SHAMPOO 350ML, COM AROMA AGRADÁVEL	697	30,000	2,9900	89,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	ADITIVO PARA RADIADOR	676	2,000	28,0000	56,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	BOMBA DE AGUA	653	1,000	140,0000	140,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	CORREIA DENTADA	653	1,000	70,0000	70,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	FILTRO DE ÓLEO	653	1,000	22,0000	22,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANGUEIRA DO FILTRO DE AR	676	1,000	80,0000	80,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MÃO DE OBRA DIVERSAS	653	1,000	120,0000	120,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MÃO DE OBRA DIVERSAS	676	1,000	80,0000	80,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	OLEO DE MOTOR	653	1,000	77,0000	77,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	SENSOR DE TEMPERATURA	676	1,000	130,0000	130,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	SUPORTE DIANTEIRO DO MOTOR	676	1,000	70,0000	70,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	TENSOR DA CORREIA DENTADA	653	1,000	70,0000	70,00
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	CAMA HOSPITALAR COM CABECEIRA E PESEIRA EM TUBOS QUADRADOS C	726	2,000	1.626,9000	3.253,80
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	COLCHÃO PARA CAMA HOSPITALAR. CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POL	726	2,000	217,6800	435,36
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	GRADE DE ABAIXAR, CONSTRUÍDA EM TUBOS REDONDOS DE AÇO ESMALT	726	2,000	216,0500	432,10
NELCI SANTOS DA SILVA- ME	MADEIRA DE PINHEIRO 2X3X4,20 - 2ª QUALIDADE	712	2,000	18,0000	36,00
NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX	661	17,000	8,4800	144,16
NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX	662	400,000	8,4800	3.392,00
OSMAR DA SILVA	FOTOGRAFIAS PARA DOCUMENTOS	709	75,000	5,0000	375,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 6/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
P. E B. COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE MEDALHAS	702	135,000	3,4000	459,00
P. E B. COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE TROFEU	702	57,000	24,0000	1.368,00
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	ACERTE O ALVO	687	4,000	84,0000	336,00
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	CAMA ELÁSTICA REDONDA DE 3,20 METROS, COM 72 MOLAS, PINTURA	666	1,000	2.394,5000	2.394,50
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	CAMPO DE FUTEBOL DE BOTÃO SEM PÉS COM BORDAS REVESTIDAS	687	4,000	51,4100	205,64
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	FANTOCHE ESPUMA ANIMAIS DOMÉSTICOS, COM 08 PERSONAGENS	687	5,000	81,3000	406,50
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA CONJUNTO DE 06 (SEIS) FANTOCHES	687	5,000	74,3000	371,50
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA CONJUNTO DE 6 (SEIS) FANTOCHES	687	5,000	74,3000	371,50
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	FANTOCHES ANIMAIS SELVAGENS CONJUNTO DE 07 FANTOCHES	687	5,000	49,8500	249,25
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	JOGO DE ARGOLA EM E.V.A. EMPASTADO COM PAPEL COUCHÉ	687	5,000	25,3800	126,90
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	JOGO DE FUTEBOL DE BOTÃO. COM 40 BOTÕES. 02 TRAVES. 02 BOLAS	687	4,000	51,4100	205,64
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	PALHAÇO BOCÃO. CONFECCIONADO EM MDF. SERIGRAFADO 3MM	687	4,000	26,5000	106,00
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	PEQUENO ENGENHEIRO COMPOSTO POR 50 PEÇAS EM MDF.	687	8,000	12,6500	101,20
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	PISCINA DE BOLINHAS (105X105CM) COM 1500 BOLINHAS. ESTRUTURA	664	1,000	1.489,5000	1.489,50
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	QUEBRA-CABEÇA ANIMAIS VERTEBRADOS CONFECCIONADO EM M.D.F	687	1,000	149,5000	149,50
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	QUEBRA-CABEÇA - ARCA DE NOÉ - 30 PEÇAS EM CARTOON (PAPELÃO).	687	4,000	88,7000	354,80
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	QUEBRA-CABEÇA DESCOBRINDO O BRASIL. CONFECCIONADO EM MDF	687	4,000	74,8000	299,20
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	QUEBRA-CABEÇA MAPA MUNDI E ETNIAS EM MDF. CONFECCIONADO	687	4,000	157,5000	630,00
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	PAPEL A-4	669	20,000	10,5000	210,00
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	PAPEL A4 COLORIDO, CORES VARIADAS	669	9,000	3,6000	32,40
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	PAPEL VERGET	669	4,000	7,0000	28,00
SANTA VITTA IND E COM. DE PROD ORTOPEDICOS	COLCHAO PARA CAMA HOSPITALAR	727	21,000	210,0000	4.410,00
SAVIAN COMERCIAL DE ROUPAS LTDA	BERÇO CERCADO DESMONTAVEL	691	1,000	269,0000	269,00
SAVIAN COMERCIAL DE ROUPAS LTDA	CARRINHO DE BEBE	691	2,000	168,0000	336,00
SENAI - SERVIÇO NAC. DE APRENDIZ. INDL.	CURSO DE MANICURE E PEDICURE	685	1,000	3.000,0000	3.000,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	CONTRATAÇÃO DO SENAI PARA CURSO DE PANIFICAÇÃO	663	1,000	30.600,0000	30.600,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	CARRINHO DE ATIVIDADES EM MDF TAMANHO 30X30X38 04 LADOS	688	1,000	253,9000	253,90
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	CASINHA ENCANTADA EM MDF MALETA EM MDF 30X25X14CM	688	1,000	91,5000	91,50
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	CHAVE MOTORA EM MDF E MADEIRA, CONTENDO 10 PEÇAS. DIMENSÕES	688	1,000	57,9000	57,90
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	DEDOCHES PERSONAGENS CONTOS E HISTÓRIAS INFANTIS EM FELTRO -	688	5,000	71,9000	359,50
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	ESCORREGADOR DESMONTÁVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE E COLORIDO C	665	1,000	547,0000	547,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	EXPOSITOR DE DEDOCHE USINADO EM M.D.F., COM 5 DEGRAUS	688	5,000	94,2000	471,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	FANTOCHES NATUREZA CONFECCIONADO EM EVA KIT COMPOSTO	688	5,000	61,9000	309,50
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	JOGO MEMÓRIA MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE EM MDF	688	1,000	9,9000	9,90
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	LIXEIRAS PARA LIXO RECICLÁVEL, USINADAS, DE M.D.F. 0,6 CM	703	7,000	164,9000	1.154,30
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	MEMÓRIA ANIMAIS E FILHOTES. CONFECCIONADOS EM MDF. 40 PEÇAS	688	4,000	9,9500	39,80
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	MEMÓRIA NUMERAIS E QUANTIDADES. CONFECCIONADO EM MDF. 0,28CM	688	4,000	9,9500	39,80
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	MEMÓRIA SILABAS INICIAIS E FIGURAS. CONFECCIONADO EM M.D.F	688	4,000	13,7000	54,80
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	MESA DE PEBOLIM (140X095X078CM) ESTRUTURA PRODUZIDA EM MDF	665	1,000	654,5000	654,50
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	QUADRO DE ATIVIDADES, CONFECCIONADO EM MADEIRA E M. D. F.,	688	1,000	139,9000	139,90
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	QUEBRA-CABEÇA ESPAÇO CÔSMICO. CONFECCIONADO EM MDF	688	1,000	59,9000	59,90
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	RELOGINHO DA SAÚDE. MATERIAL EM MDF.	688	4,000	22,9000	91,60
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	SUPER VINTE. KIT COMPOSTO POR 20 JOGOS TANGRAM TRADICIONAL,	688	4,000	93,8000	375,20
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	TABELA DE BASQUETE COM PÉ (241X65X105CM) FABRICADA EM PLÁSTI	665	1,000	499,0000	499,00
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	TACO DE BETTS DE MADEIRA.	688	4,000	10,8500	43,40



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 7/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	TAPETE NUMERAIS E QUANTIDADES C/ BORDAS CONFECCIONADO	688	1,000	87,9000	87,90
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	TRANSENCAIXE - CONFECCIONADO EM MADEIRA E M.D.F., CARROCERIA	688	1,000	47,9000	47,90
VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGIC	VARAL DA TABUADA. CONFECCIONADO EM E.V.A. 9 PAINÉIS.	688	4,000	116,3000	465,20
VIDRAÇARIA SANRAFAEL LTDA	VIDROS MARTELADO	731	1,000	31,0000	31,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>142.950,87</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS S/CASCO	106	3,000	6,9500	20,85
L.M. FRANCO- ME	TÚNICA CURTA (ESTILO MILITAR), CONFECCIONADA EM TECIDO	110	7,000	368,0000	2.576,00
L.M. FRANCO- ME	TÚNICA CURTA (ESTILO MILITAR), CONFECCIONADA EM TECIDO OX	110	2,000	308,0000	616,00
L.M. FRANCO- ME	TÚNICA CURTA (ESTILO MILITAR), CONFECCIONADA EM TECIDO OXFORD	110	80,000	308,8000	24.704,00
L.M. FRANCO- ME	VESTIDO, CONFECCIONADA EM TECIDO SUPLEX DE ÓTIMA QUALIDADE	110	1,000	820,0000	820,00
L.M. FRANCO- ME	VESTIDO, CONFECCIONADA EM TECIDO SUPLEX DE ÓTIMA QUALIDADE C	110	12,000	820,0000	9.840,00
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	CAERTUCHO HP 640 PRETO	108	1,000	30,0000	30,00
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	CARTUCHO HP 640 COLORIDO	108	1,000	32,0000	32,00
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	RECARGA HP 78 - COLORIDO	108	2,000	10,0000	20,00
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	RECARGA CARTUCHO 122	108	5,000	10,0000	50,00
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	RECARGA CARTUCHO 122 COLORIDO	108	5,000	10,0000	50,00
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	RECARGA CARTUCHO 45	108	2,000	10,0000	20,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>38.778,85</b>

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADÃO VIEIRA DE ANDRADE	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	459	680,000	1,0000	680,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE	456	28,000	4,5000	126,00
ANDRE SANTOS DE OLIVEIRA	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	461	690,000	1,0000	690,00
ASSOCIACAO CULTURAL E ESPORTIVA BM	LOCAÇÃO DE CANCHA DE BOCHA	487	1,000	300,0000	300,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	449	82,000	2,2000	180,40
BORDIGNON E SORGATTO LTDA	LOCAÇÃO DE PISCINA TÉRMICA COM MEDIDAS DE 18 X 10 MTS	505	7,000	985,0000	6.895,00
CAMILA CAMARGO	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	465	715,000	1,0000	715,00
CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	467	240,000	1,0000	240,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	CONTRATAÇÃO DO CIEE	447	0,681	9.108,0000	6.201,33
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	CONTRATAÇÃO DO CIEE	500	0,680	9.108,0000	6.195,00
DELICIO DOMINGOS DA SILVA	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	463	240,000	1,0000	240,00
DROGARIA SOMENSI LTDA	XAROPE PARA TOSSE	454	1,000	16,0600	16,06
EDEVAN PEREGO	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	458	375,000	1,0000	375,00
IEL/SC INSTITUTO EUVALDO LODI SISTEMA FIESC	CONTRATAÇÃO DO IEL	473	0,701	9.108,0000	6.381,60
ILIE TE LURDES MIOTTO	TRANSPORTE DE MATERIAIS	495	1,000	680,0000	680,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	446	6,000	6,9500	41,70
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS, EMBALAGEM 500ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	446	6,000	10,5000	63,00
JANDER GOMES DOS SANTOS	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	468	900,000	1,0000	900,00
JONAS ESTEVÃO DA SILVA	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	464	870,000	1,0000	870,00
JULIO CESAR CARDOSO DOS SANTOS	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	469	375,000	1,0000	375,00
MARCONI SILVA BARRETO	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	460	260,000	1,0000	260,00
MARIA DANIEL FONSECA	SERVIÇO DE COZINHEIRA	499	1,000	1.035,0000	1.035,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ÔNIBUS- VOLKSWAGEM	502	940,500	1,0000	940,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ÔNIBUS- VOLKSWAGEM	503	663,100	1,0000	663,10
MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEI	TROFÉU 2º LUGAR	455	68,000	26,7446	1.818,63
NILSON ADELINO ZART JUNIOR	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	462	195,000	1,0000	195,00
P. E B. COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE NUMEROS PARA COMPETIDORES	501	300,000	0,8500	255,00
PAULO HENRIQUE BARBOSA	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	457	510,000	1,0000	510,00
REUNIDAS TURISMO SA	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo	494	682,000	3,0000	2.046,00
REUNIDAS TURISMO SA	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com	494	282,000	3,5000	987,00
TERESA BACKSCHAT BETTO	SERVIÇO DE COZINHEIRA	497	1,000	1.035,0000	1.035,00
TRANSMITZ TRANSPORTES LTDA - ME	Transporte de atletas, técnicos e	486	240,000	1,8500	444,00
WALDEMAR SILVANO CAMARGO	Prestação de serviços de arbitro FUTEBOL DE CAMPO	466	250,000	1,0000	250,00
Total Geral do Mês ---->					42.604,32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LINDAURA FREDERIK	ACOLHIMENTO FAMILIAR DA CRIANÇA	29	2,000	622,0000	1.244,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA	REFEIÇÕES - LANCHES	30	200,000	4,7500	950,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>2.194,00</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	INSTALAÇÃO DE PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR	503	2,000	90,0000	180,00
ADELVO BASQUERA - EPP	ABRAÇADEIRA P/ MANGOTE	530	2,000	33,0000	66,00
ADELVO BASQUERA - EPP	ADAPTADOR 21/2	530	3,000	68,0000	204,00
ADELVO BASQUERA - EPP	EMPATE RÁPIDO 2 1/2 P/ 1 1/2	530	1,000	75,0000	75,00
ADELVO BASQUERA - EPP	MANGOTE AZUL 2 1/2	530	5,000	65,0000	325,00
ADELVO BASQUERA - EPP	NIPLE 2 1/2	530	2,000	67,0000	134,00
ADELVO BASQUERA - EPP	REGISTRO GAVETA 2 1/2	530	1,000	290,0000	290,00
ADELVO BASQUERA - EPP	VÁLVULA PE ROSCÁVEL 2 1/2	530	1,000	257,0000	257,00
AGRO VETERINARIA TIMBO LTDA	RAÇÃO CANINA P/ FILHOTES	501	8,000	55,6400	445,12
AGRO VETERINARIA TIMBO LTDA	RAÇÃO PARA CAES ADULTOS	491	10,000	55,6400	556,40
AGRO VETERINARIA TIMBO LTDA	RAÇÃO PARA CAES ADULTOS	501	8,000	139,1000	1.112,80
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO E 35	507	2,000	19,0000	38,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO E 50	507	6,000	30,8333	185,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO F-25	507	1,000	9,5000	9,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	507	2,000	20,0000	40,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	507	2,000	15,0000	30,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	COPIAS DE CHAVE	507	4,000	4,5000	18,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	DOBRADIÇA	507	8,000	25,5000	204,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	DOBRADIÇA	507	2,000	5,2000	10,40
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	FECHADURA	507	1,000	38,0000	38,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	FECHADURA	507	1,000	7,5000	7,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	Fechadura externa	507	1,000	36,5000	36,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	PORTA CADEADO	507	2,000	5,0000	10,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	TRINCO	507	2,000	2,0000	4,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	518	240,000	2,2000	528,00
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	cano de PVC soldável 32 mm	521	42,000	29,0000	1.218,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	477	2,000	60,0000	120,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	FILTRO DE AR	477	2,000	80,0000	160,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	FILTRO DE AR PRIMÁRIO	477	2,000	85,0000	170,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	FILTRO DE ÓLEO HIDRAULICO	477	2,000	175,0000	350,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	FILTRO HIDRAULICO TURBO HELICE	477	2,000	175,0000	350,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	FILTRO LUBRIFICANTE	477	2,000	33,0000	66,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	VASSOURA CERDA DE AÇO P/ MÁQUINA BOB CAT.	525	16,000	42,0000	672,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	VASSOURA DE NYLON CERDA AZUL P/ MÁQUINA BOB CAT	525	16,000	38,0000	608,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO	533	303,280	1,0000	303,28
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	533	170,000	1,0000	170,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	533	450,000	1,0000	450,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO D	533	1.600,000	1,0000	1.600,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	PINCEL 395 "1"	512	24,000	1,7000	40,80
CAPRI TINTAS LTDA - ME	PINCEL 395 "2"	512	24,000	2,8000	67,20
CAPRI TINTAS LTDA - ME	PINCEL 395 "4"	512	23,000	5,9000	135,70
CAPRI TINTAS LTDA - ME	ROLO 303/9	512	74,000	6,5000	481,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	ROLO KIT ( CABO + ROLO) 1228	512	55,000	11,9000	654,50
CAPRI TINTAS LTDA - ME	THINNER 2900, GALÃO 3,6 LTS	512	14,000	47,0000	658,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACR. STD. CONCRETO, LATA18 LTS	512	1,000	89,0000	89,00

# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM BEGE LATA 18 LTS	512	1,000	160,0000	160,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM BRANCO, LATA 18 LTS	499	1,000	160,0000	160,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM BRANCO, LATA 18 LTS	512	2,000	160,0000	320,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM CINZA PADRÃO PARQUE CENTRAL	512	3,000	160,0000	480,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM VERDE PADRÃO PARQUE CENTRAL	499	2,000	250,0000	500,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA AMARELO PADRÃO SINTÉTICO PARQUE	512	13,000	56,0000	728,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA AZUL PADRÃO PARQUE CENTRAL, GALÃO 3,6 LTS (FRANÇA)	512	14,000	56,0000	784,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA BRANCO SINTÉTICO, GALÃO 3,6 LTS	512	19,000	56,9000	1.081,10
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA CINZA PADRÃO PARQUE CENTRAL, GALÃO 3,6 LTS	512	13,000	56,0000	728,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ESMALTE SINTÉTICO TRANSP. IMBUIA PADRÃO PARQUE CENTRAL	512	3,000	72,0000	216,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA FUNDO FOSFATIZANTE, GALÃO 3,6 LTS	512	7,679	87,0000	668,07
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA VERDE ECOLÓGICO AUDI 2002 SINTÉTICO	512	21,763	27,9000	607,19
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA VERDE MÍSTICO C/ AJUSTES PADRÃO PARQUE CENTRAL 3,6 LTS	512	3,000	67,0000	201,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA VERMELHO SINTÉTICO PADRÃO PARQUE CENTRAL	512	11,000	56,0000	616,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	CONTRATAÇÃO DO CIEE	469	0,167	9.108,0000	1.518,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	CONTRATAÇÃO DO CIEE	526	0,083	9.108,0000	759,00
COLUSSI & CIA LTDA	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO UTILITÁRIO (PICK-UP), ORIGINAL DE FAB	514	1,000	32.990,0000	32.990,00
COLUSSI & CIA LTDA	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO UTILITÁRIO (PICK-UP), ORIGINAL DE FAB	515	1,000	32.990,0000	32.990,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	504	3,000	43,0000	129,00
DANIEL HEESCH ME - BENTEC SEMENTES E INSUM	SUBSTRATO FINO PARA SEMEADURA EM BANDEJA DE ISOPOR: SACOS CO	506	50,000	10,0000	500,00
DANIEL HEESCH ME - BENTEC SEMENTES E INSUM	SUBSTRATO PARA MUDAS ORNAMENTAIS EM TUBETES: SACOS C/ 25 KG	506	450,000	8,9000	4.005,00
DECORE VIDROS E DECORAÇÃO LTDA- ME	PERSIANA HORIZONTAL ALUMINIO	509	3,800	52,6316	200,00
DICAVE GARTNER DISTRIB. CATARINENSE DE VEIC	VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO CAMINHÃO, ORIGINAL DE FÁBRICA, NOVO	513	1,000	174.000,0000	174.000,00
DISBRAPLAC LTDA -ME	LIXEIRAS URBANAS CONFECCIONADAS 100% EM AÇO CARBONO	524	50,000	147,9500	7.397,50
EVOLUÇÃO PET	CALHA CIRÚRGICA GRANDE, EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL, ESTRUTUR	511	1,000	306,0000	306,00
EVOLUÇÃO PET	CALHA CIRÚRGICA PEQUENA EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL, ESTRUTUR	511	1,000	206,0000	206,00
EVOLUÇÃO PET	CANIL DE FERRO PARA 07(SETE) ANIMAIS, COM PINTURA ELETROSTÁT	511	1,000	1.915,0000	1.915,00
EVOLUÇÃO PET	COMEDOURO DE ALUMÍNIO PESADO COM 23 CM DE DIÂMETRO DA BASE,	511	20,000	17,3000	346,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO R-20/11R 22,5	532	6,000	42,5250	255,15
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CÂMARAS 750 X 16	532	10,000	64,2601	642,60
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU 175R 13	532	15,000	9,4500	141,75
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU/CÂMARA 750 X 16	532	46,000	14,1750	652,05
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU/CÂMARA 1000 X 20	498	12,000	18,9010	226,81
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEUS 16.9 X 30	532	8,000	80,3251	642,60
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICÍPIO, DENTRO E	532	80,000	1,7955	143,64
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM PNEU 750 X 16	532	12,000	14,1750	170,10
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	PNEU 185-R-14 C RADIAL	479	4,000	320,0000	1.280,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	RECAPAGEM PNEU 750 X 16	498	6,000	274,0503	1.644,30
GENTE SEGURADORA S.A	SEGURO CONTRA TERCEIROS	494	1,000	388,6300	388,63
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	500	0,333	9.108,0000	3.036,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	468	12,000	6,9500	83,40
J.F. COM. DE PISCINAS E AQUECEDORES A GAS LT	PASTILHA DE CLORO - EMBALAGEM COM 5 UNIDADES	495	2,000	97,5000	195,00
KSS COMÉRCIO E IND. DE EQUIP. MÉDICA LTDA - EI	FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR 03 FOCOS COM LUZ DE EMERGÊNCIA, COM	505	1,000	5.500,0000	5.500,00
MARCO BEAT SCHWARZ - ME	REDE DE ARREMESSO PARA CAPTURA	489	1,000	260,0000	260,00
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	ampliação e operação do aterro sanitário do Município pelo p	470	940,920	77,9400	73.335,30

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (NÃO IND	472	1,000	34.990,0000	34.990,00
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	471	1,000	71.590,0000	71.590,00
MULTIÁGUA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MONTAGEM DAS CREPINAS POR PERÍODO D	523	1,000	2.575,6103	2.575,61
MULTIÁGUA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	CASQUETE EM POLIPROPILENO, COMPRIMENTO 150MM ROSCA 1 1/4", P	523	850,000	8,1179	6.900,22
MULTIÁGUA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	CREPINAS EM POLIPROPILENO MODELO C1, RANHURA DE 0,3MM COMPRI	523	850,000	21,1201	17.952,05
MULTIÁGUA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	PARAFUSO EM POLIPROPILENO ROSCA 1 1/4" PARA FIXAÇÃO DO CASQU	523	290,000	7,0209	2.036,06
MULTIÁGUA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	TAMPÃO EM POLIPROPILENO ROSCA 1 1/4" PARA FECHAMENTO DO CAS	523	290,000	7,0209	2.036,06
SERGIO ALVES TELAS ME - ITLA	PALANQUE ALAMBRADO DE CONCRETO 10 X 10 X 2,50M	508	60,000	24,0000	1.440,00
SERGIO ALVES TELAS ME - ITLA	PALANQUES PARA ALAMBRADO	508	10,000	42,0000	420,00
STAHLLEY METALURGIA IND. E COM. LTDA	CAÇAMBA ESTACIONÁRIA	529	5,000	1.600,0000	8.000,00
STANG E STANG LTDA	OLEO DIESEL (BIDIESEL)	490	5.000,000	1,8450	9.225,00
TORTELLI MOTORES LTDA	CABO DE AÇO 11.5 6 X 25	527	4,000	6,8000	27,20
TORTELLI MOTORES LTDA	CLIPS PARA CABO DE AÇO	527	4,000	3,5000	14,00
TORTELLI MOTORES LTDA	CORDA GROSSA	527	200,000	0,8300	166,00
TORTELLI MOTORES LTDA	CORRENTE POLIDA 4 mm	527	15,000	12,0000	180,00
TORTELLI MOTORES LTDA	ELO LIGAÇÃO CADEADO	527	1,000	70,0000	70,00
TORTELLI MOTORES LTDA	ELO MASTER 3/4	527	1,000	50,0000	50,00
TORTELLI MOTORES LTDA	ELO MASTER 7/8	527	1,000	70,0000	70,00
TORTELLI MOTORES LTDA	GANCHO DE AÇO	527	1,000	47,1000	47,10
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA MEDIA E FINA	510	80,000	65,0000	5.200,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CIMENTO EM SACO DE 50 KG	510	650,000	22,2000	14.430,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO, TUBOS VÁRIAS BITOLAS	528	4,000	135,8500	543,40
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA	475	10,000	29,6300	296,30
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA	528	7,000	29,6300	207,41
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA PARA ENTULHOS	528	1,000	71,5000	71,50
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE CAMINHÃO AUTO-VÁCUO PARA DESENTUPIMENTO	475	3,000	143,0000	429,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE CAMINHÃO AUTO-VÁCUO PARA DESENTUPIMENTO	528	5,000	143,0000	715,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM EQUIPAMENTO	475	3,000	201,4000	604,20
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM EQUIPAMENTO	528	14,500	201,4000	2.920,30
ZOLLA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIO	CHEMITAL CÂES (CAIXA COM 4 COMPRIMIDOS)	476	114,000	3,9300	448,02
ZOLLA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIO	CHEMITAL PUPPY - 20 ML	476	37,000	7,6800	284,16
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>550.214,48</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIO	COPIA DE PROJETOS	104	3,000	15,0000	45,00
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	Bandeja Pintura - Plastica	109	1,000	5,5000	5,50
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	GARFO P/ ROLO 23CM	109	1,000	3,0000	3,00
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	MARRETA 02 KG C/ CABO	109	1,000	27,7000	27,70
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	MARRETA DE 1 KG, COM CABO	109	1,000	17,8000	17,80
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	PINCEL 4"	109	2,000	5,9000	11,80
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	ROLO DE LÃ PARA PINTURA	109	1,000	17,0000	17,00
BERARDI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	TINTA ACR. STD BRANCA PADRÃO VIÁRIA, 18 LTS	109	1,000	87,0000	87,00
CAMPOS COMÉRCIO DE MADEIRAS E MAT. DE CON	MADEIRA DE EUCALIPTO RIPA 1X2	110	1,000	550,0000	550,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	98	6,000	6,9500	41,70
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	DOBRADIÇA 35 MM CURVA	101	6,000	1,1700	7,02
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	FECHADURA P/ GAVETA.	101	2,000	4,5000	9,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	MDF 3mm	101	1,000	49,5000	49,50
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME	MDF MELAMINA CINZA CRISTAL 2 FACES 15 MM (1,83 X 2,75)	101	2,000	123,0000	246,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>1.118,02</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 1/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACADEF-ASS.CACAD. DEFICIENTES FISICOS	CONTRATAÇÃO DA ACADEF	3736	1,662	10.000,0000	16.620,00
AGROPECUÁRIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL P/	FIO DE NYLON	3612	2,000	3,8000	7,60
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA CG 125 TITAN-012CV-124CC-GASOLINA-PLACA-MCA3485	3827	182,980	1,0000	182,98
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA -XRE300-0CV-291CC-GASOLINA-PLACA-MGT-6017	3827	500,880	1,0000	500,88
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA XRE300-0CV-291CC-GASOLINA-PLACA-MGT6027	3827	205,960	1,0000	205,96
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO YAMAHA-YBR125-ED-012CV-124CC-GASOLINA-PLACA-MCI7037	3827	252,230	1,0000	252,23
ALEXANDRA DOS PASSOS EPP	CARTUCHO DE TINTA 22- COLORIDO- IMPRESSORA HP DESKJET F4180	3587	6,000	34,9500	209,70
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	ABERTURA DE COFRE	3576	1,000	50,0000	50,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	ABERTURA DE FECHADURA	3576	1,000	25,0000	25,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO E-40	3442	1,000	15,6000	15,60
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	3442	3,000	25,0000	75,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	3442	6,000	23,0000	138,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	3576	1,000	25,0000	25,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	3576	1,000	45,0000	45,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	3576	2,000	30,0000	60,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE	3442	46,000	4,5000	207,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	COPIAS DE CHAVE	3576	19,000	4,5000	85,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	COPIAS DE CHAVE	3576	2,000	4,0000	8,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	COPIAS DE CHAVE	3576	2,000	15,0000	30,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	FECHADURA	3442	2,000	16,5000	33,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	Fechadura externa	3442	1,000	76,0000	76,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	Fechadura externa	3442	3,000	23,0000	69,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	Fechadura externa	3576	1,000	55,0000	55,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	FERROLHO	3442	1,000	2,6000	2,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR REFINADO BRANCO, PACOTE DE 05 KG (900 KG PARA A SECRE	3547	100,000	2,6309	263,09
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, EMPACOTADO A VÁCUO, COM 50	3660	400,000	22,0899	8.835,96
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO, BRANCO, PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA - 30 M	3547	150,000	54,0267	8.104,01
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL TOALHA BRANCO, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA DUAS DOBRAS C	3547	100,000	9,4762	947,62
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3461	30,000	1.147,5000	34.425,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3484	60,000	1.147,5000	68.850,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3519	60,000	1.147,5000	68.850,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3582	60,000	1.147,5000	68.850,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3739	30,000	1.147,5000	34.425,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3740	30,000	1.147,5000	34.425,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3807	30,000	1.147,5000	34.425,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3812	30,000	1.147,5000	34.425,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3844	30,000	1.147,5000	34.425,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3845	30,000	1.147,5000	34.425,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	CAP - 50-70	3846	30,000	1.147,5000	34.425,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	XISTO	3485	15,000	1.860,0000	27.900,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	XISTO	3624	15,000	1.860,0000	27.900,00
ASFALTOS NORDESTE LTDA	XISTO	3851	15,000	1.860,0000	27.900,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ALUNOS	3497	7.433,000	3,0000	22.299,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ALUNOS	3498	34.834,000	3,0000	104.502,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ALUNOS	3499	19.333,000	3,0000	57.999,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 2/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ALUNOS	3509	3.701,000	3,0000	11.103,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ALUNOS	3549	12.433,000	3,0000	37.299,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ALUNOS	3550	45.466,000	3,0000	136.398,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3741	480,000	2,2000	1.056,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3742	1.944,000	2,2000	4.276,80
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3743	2.930,000	2,2000	6.446,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3745	400,000	2,2000	880,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ROSA	3435	383,000	1,1000	421,30
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ROSA	3435	70,000	1,1000	77,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ROSA	3435	150,000	1,1000	165,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ROSA	3799	160,000	1,1000	176,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ROSA	3799	309,000	1,1000	339,90
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ROSA	3799	56,000	1,1000	61,60
AUTO ELITE LTDA	VEICULO AUTOMOTOR TIPO AUTOMÓVEL, (ZERO QUILOMETRO) ANO 2012	3748	2,000	42.450,0000	84.900,00
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	BLAZER ADVANTAGE 147CV - GASOLINA, PLACA MGR 2931, 2008	3824	1.530,000	1,0000	1.530,00
BANDEIRA HUM CONFECÇÕES LTDA - EPP	BANDEIRA DO BRASIL	3526	35,000	37,5000	1.312,50
BANDEIRA HUM CONFECÇÕES LTDA - EPP	BANDEIRA DO CONTESTADO	3526	3,000	75,0000	225,00
BANDEIRA HUM CONFECÇÕES LTDA - EPP	BANDEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	3526	35,000	38,9000	1.361,50
BANDEIRA HUM CONFECÇÕES LTDA - EPP	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR	3526	35,000	45,9000	1.606,50
BANDEIRA HUM CONFECÇÕES LTDA - EPP	BANDEIRAS DAS ETNIAS (CONJUNTO COM 9)	3526	1,000	495,0000	495,00
BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIO	COPIA DE PROJETOS	3669	10,000	15,0000	150,00
BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIO	COPIA DE PROJETOS	3669	30,000	8,0000	240,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SUPORTE TÉCNICO APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS	3590	13,237	60,0000	794,20
CANSAN TEXTIL COMERCIAL ATACADISTA LTDA - ME	CONFECÇÃO DE CAMISETAS	3618	360,000	8,4500	3.042,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA PROFISSIONAL , 70 LTS, 220V 1600W	3628	1,000	1.098,4100	1.098,41
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CABO DE AÇO ¼ C/ 05MTS DE COMPRIMENTO	3511	2,000	107,2700	214,54
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CADEADO Nº E-45	3511	10,000	17,8600	178,60
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	DISCO DE CORTE LIXADEIRA 7" X 1,6 MM	3511	10,000	7,8600	78,60
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	EXTENSOR COM GANCHO	3511	20,000	4,8400	96,80
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	MARTELO DE PEDREIRO 29 MM COM CABO.	3511	4,000	23,2200	92,88
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 1/2 X 2"	3627	35,000	0,9492	33,22
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 1/4 X 1 1/2"	3511	100,000	0,2061	20,61
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 1/4 X 2"	3511	100,000	0,2438	24,38
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 1/4X1	3511	100,000	0,1744	17,44
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 10 X 1 1/2 MM	3511	200,000	0,5395	107,90
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 12 X 2 MM	3511	200,000	0,9086	181,72
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 14 X 1 1/2 MM	3511	200,000	1,2171	243,42
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 14 X 2 MM	3511	85,000	1,5484	131,61
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 5/16 X 1"	3511	100,000	0,2616	26,16
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO ROSCA GROSSA 5/16 X 2"	3627	500,000	0,3783	189,15
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PORCA SEXTAVADA AÇO ROSCA GROSSA 12 MM	3627	900,000	0,1538	138,42
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PORCA SEXTAVADA AÇO ROSCA GROSSA 14 MM	3627	49,000	0,2750	13,48
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PORCA SEXTAVADA AÇO ROSCA GROSSA 16 MM	3627	900,000	0,2968	267,12
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ARAME RECOZIDO	3616	3,000	6,9900	20,97
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ARGAMASSA ACII 20KG	3690	1,000	16,9000	16,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 3/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ARGAMASSA CIMENTOCOLA ACIII SACO COM 20 KG		3512	1,000	29,4000	29,40
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - BRITA Nº 1		3616	0,500	53,4900	26,75
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CAIXA DE DESCARGA, MODELO SOBREPOR		3512	1,000	12,8200	12,82
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CAL FINO SACO DE 20 KG		3690	4,000	8,5000	34,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CANALETA 20 X 50 X 2000 PVC COM DIVISÓRIA		3512	7,000	14,2500	99,75
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CANALETA 20 X 50 X 2000 PVC COM DIVISÓRIA		3657	10,000	14,2500	142,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CIMENTO SACO COM 50 KG		3690	8,000	22,4900	179,92
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CONDUTOR FLEXÍVEL 1 x 2,5 MM2 AMARELO		3657	100,000	0,9200	92,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CONECTOR DE LOUÇA 30 AMPERES		3690	1,000	1,9200	1,92
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CORDA DE POLIPROPILENO P/ CAMINHÃO 10 MM		3842	200,000	0,9900	198,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - FERRO P/ ESTRIBO 4.6MMX12MTS		3616	12,000	5,4800	65,76
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - FIO P/TELEFONE		3512	50,000	0,4500	22,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - PREGO 20 X 48		3842	50,000	6,4808	324,04
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - PREGO 22 X 48		3842	50,000	5,7352	286,76
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - REATOR 2 X 40 WATS		3512	20,000	20,8200	416,40
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - TELHA AMIANTO 1,10 x 2,44 x 6 MM		3512	1,000	32,6500	32,65
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - TIJOLO DE 9 x 14 x 24 CM		3690	800,000	0,4900	392,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - TIJOLO DE 9 x 14 x 24 CM		3842	3.000,000	0,4495	1.348,50
CBB IND E COM DE ASF. E ENGENHARIA LTDA CM - 30		3625	25,000	2.094,0000	52.350,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3453	1,072	9.108,0000	9.759,60
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3454	1,063	9.108,0000	9.680,20
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3455	0,167	9.108,0000	1.518,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3456	0,083	9.108,0000	759,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3457	0,250	9.108,0000	2.277,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3458	0,333	9.108,0000	3.036,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3790	1,152	9.108,0000	10.489,20
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3800	0,250	9.108,0000	2.277,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3801	0,333	9.108,0000	3.036,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3791	0,083	9.108,0000	759,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3792	0,167	9.108,0000	1.518,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SI CONTRATAÇÃO DO CIEE		3793	1,110	9.108,0000	10.105,40
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC OLEO DIESEL (BIODIESEL)		3486	10.000,000	1,9400	19.400,00
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC OLEO DIESEL (BIODIESEL)		3581	10.000,000	1,9400	19.400,00
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC OLEO DIESEL (BIODIESEL)		3639	10.000,000	1,9400	19.400,00
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEC OLEO DIESEL (BIODIESEL)		3794	10.000,000	1,9400	19.400,00
CLICHERIA WILFLEX LTDA BASE PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-303		3594	1,000	10,0000	10,00
CLICHERIA WILFLEX LTDA CARIMBO AUTOMÁTICO P-304		3595	1,000	35,0000	35,00
CLICHERIA WILFLEX LTDA CARIMBO AUTOMÁTICO P-304		3596	2,000	35,0000	70,00
CLICHERIA WILFLEX LTDA REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-303		3594	1,000	18,0000	18,00
CLINICA DR. BRIDI LTDA EXAME ADMISSIOAL		3563	74,000	63,2838	4.683,00
CLINICA DR. BRIDI LTDA EXAME DE PERICIA MÉDICA PARA RETORNO AO TRABALHO		3563	8,000	374,8350	2.998,68
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS RECARGA DE TONER 35A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO		3699	6,000	21,9900	131,94
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO		3691	27,000	21,9900	593,73
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO		3696	3,000	21,9900	65,97
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO		3701	3,000	21,9900	65,97

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 4/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 49 A BASE DE TROCA	3691	2,000	21,9900	43,98
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 49 A BASE DE TROCA	3699	3,000	21,9900	65,97
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 85 A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3691	10,000	21,9900	219,90
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 85 A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3692	11,000	21,9900	241,89
COLUSSI & CIA LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIORINO- FIAT	3658	1.511,040	1,0000	1.511,04
COLUSSI & CIA LTDA	REVISÃO DE 15.000 KM	3785	1,000	242,6600	242,66
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA	3440	2,000	6,0000	12,00
Comercial Safra de Alimentos Ltda	PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO . MERENDA 2012	3562	1.250,000	11,5000	14.375,00
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	CONEXAO GALVANIZADA	3535	5,000	67,8000	339,00
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	CORREIA B-42	3535	3,000	9,7500	29,25
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	FITA ISOLANTE 19x10 mt	3535	1,000	4,5800	4,58
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	FITA VEDA ROSCA 12 MM x 10 M	3535	1,000	2,2500	2,25
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	GAXETA TEFLONADA 5/16	3535	1,000	15,5800	15,58
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	MÃO DE OBRA	3535	2,000	50,0000	100,00
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	MÃO DE OBRA	3535	1,000	230,0000	230,00
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	ÓLEO DE MOTOR;;	3535	1,000	14,6500	14,65
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	RETENTOR	3535	2,000	16,8500	33,70
COMERCIAL TAMANDUÁ LTDA - ME	ROLAMENTO	3535	2,000	25,8500	51,70
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPF	BARRA DE CEREAL C/ 8 UNID.	3789	1,000	17,2800	17,28
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPF	BARRA DE CEREAL C/24 UNID.	3789	1,000	35,2200	35,22
COMUNICASOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	Contratação de empresa para sonorização e iluminação	3631	17,000	220,0000	3.740,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA SECR. ADMINISTRAÇÃO	3805	5,000	18,0000	90,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	Equipamento para Link composto de:AP router em 2,4 ghz	3665	2,000	481,9062	963,81
CONNECT INFORMATICA LTDA	Equipamento para wireless composto de :Processador mikrotik	3665	2,000	1.314,9133	2.629,83
CONNECT INFORMATICA LTDA	SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA DE UM LINK	3805	5,000	1.368,0000	6.840,00
COOP. AGROIND. DOS PROD. DE HORTIFRUTIGRAMA	ARMADILHAS PARA RATOS	3544	4,000	7,5000	30,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*AIPIM DESCASCADO E LAVADO. CARACTERÍSTICAS: COR UNIFORME, C	3553	416,000	4,6000	1.913,60
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*AIPIM DESCASCADO E LAVADO. CARACTERÍSTICAS: COR UNIFORME, C	3573	86,000	4,6000	395,60
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*AIPIM DESCASCADO E LAVADO. CARACTERÍSTICAS: COR UNIFORME, C	3558	78,000	4,6000	358,80
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*ALFACE. EM CABEÇA COM AS FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIB	3553	254,000	1,3400	340,36
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*ALFACE. EM CABEÇA COM AS FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIB	3573	80,000	1,3400	107,20
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA (SABORES MORANGO, COCO E PÊSSEGO).	3553	1.000,000	2,9100	2.910,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA (SABORES MORANGO, COCO E PÊSSEGO).	3573	800,000	2,9100	2.328,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*CARNE SUÍNA TIPO ISCAS (MOÍDA), CONGELADA. CARACTERÍSTICAS:	3573	200,000	16,3300	3.266,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*QUEIJO COLONIAL. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVE APRESENTAR TE	3553	100,000	15,7100	1.571,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*QUEIJO COLONIAL. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVE APRESENTAR TE	3573	50,000	15,7100	785,50
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*QUEIJO COLONIAL. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVE APRESENTAR TE	3558	50,000	15,7100	785,50
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*TEMPERO VERDE ( CEBOLINHA). DEVERÁ SER ENTREGUE EM MAÇOS, S	3553	158,000	1,4900	235,42
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*TEMPERO VERDE ( CEBOLINHA). DEVERÁ SER ENTREGUE EM MAÇOS, S	3573	150,000	1,4900	223,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 5/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*TEMPERO VERDE ( CEBOLINHA). DEVERÁ SER ENTREGUE EM MAÇOS, S	3558	62,000	1,4900	92,38
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*TEMPERO VERDE (SALSINHA). DEVERÁ SER ENTREGUE EM MAÇOS, SER	3553	377,000	1,4900	561,73
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*TEMPERO VERDE (SALSINHA). DEVERÁ SER ENTREGUE EM MAÇOS, SER	3573	135,000	1,4900	201,15
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	*TEMPERO VERDE (SALSINHA). DEVERÁ SER ENTREGUE EM MAÇOS, SER	3558	60,000	1,4900	89,40
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	ALHO. O PRODUTO DEVE ESTAR ÍNTEGRO E TER BOA QUALIDADE PARA	3553	4,160	10,3600	43,10
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	ALHO. O PRODUTO DEVE ESTAR ÍNTEGRO E TER BOA QUALIDADE PARA	3573	1,280	10,3600	13,26
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	ALHO. O PRODUTO DEVE ESTAR ÍNTEGRO E TER BOA QUALIDADE PARA	3558	1,120	10,3600	11,60
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	BETERRABA. MERENDA 2012	3573	30,000	1,5500	46,50
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	BETERRABA. MERENDA 2012	3558	22,000	1,5500	34,10
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	BRÓCOLIS. CARACTERÍSTICAS: OS TALOS E AS FLORES DEVEM ESTAR	3553	117,000	2,5100	293,67
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	BRÓCOLIS. CARACTERÍSTICAS: OS TALOS E AS FLORES DEVEM ESTAR	3573	40,000	2,5100	100,40
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	BRÓCOLIS. CARACTERÍSTICAS: OS TALOS E AS FLORES DEVEM ESTAR	3558	28,000	2,5100	70,28
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	CARNE BOVINA EM CUBOS, PATINHO, SEM OSSO, CONGELADA. A CARNE	3573	200,000	17,3300	3.466,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	CEBOLA BRANCA. CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, TAM	3553	252,000	1,7000	428,40
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	CEBOLA BRANCA. CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, TAM	3573	54,000	1,7000	91,80
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	CEBOLA BRANCA. CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, TAM	3558	20,000	1,7000	34,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	COUVE MANTEIGA. CARACTERÍSTICAS: FOLHAS FIRMES, BEM VERDES E	3573	94,000	1,4000	131,60
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	COUVE MANTEIGA. CARACTERÍSTICAS: FOLHAS FIRMES, BEM VERDES E	3558	32,000	1,4000	44,80
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	COUVE-FLOR. CARACTERÍSTICAS: OS TALOS E AS FLORES DEVEM ESTA	3553	117,000	2,5600	299,52
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	COUVE-FLOR. CARACTERÍSTICAS: OS TALOS E AS FLORES DEVEM ESTA	3573	40,000	2,5600	102,40
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	COUVE-FLOR. CARACTERÍSTICAS: OS TALOS E AS FLORES DEVEM ESTA	3558	28,000	2,5600	71,68
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	FEIJÃO PRETO. SAFRA 2012, IN NATURA,LIMPO, CONSTANDO NO MÍNI	3553	200,000	3,8000	760,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	FEIJÃO PRETO. SAFRA 2012, IN NATURA,LIMPO, CONSTANDO NO MÍNI	3573	50,000	3,8000	190,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	FEIJÃO PRETO. SAFRA 2012, IN NATURA,LIMPO, CONSTANDO NO MÍNI	3558	50,000	3,8000	190,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	REPOLHO. MERENDA 2012	3553	156,000	1,3400	209,04
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	REPOLHO. MERENDA 2012	3573	44,000	1,3400	58,96
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	REPOLHO. MERENDA 2012	3558	36,000	1,3400	48,24
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	SUCO DE UVA 100% NATURAL. SEM CONSERVANTES.	3795	50,000	9,0000	450,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	SUCO DE UVA 100% NATURAL. SEM CONSERVANTES.	3797	600,000	9,0000	5.400,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	SUCO DE UVA 100% NATURAL. SEM CONSERVANTES.	3802	150,000	9,0000	1.350,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	*MOLHO DE TOMATE ORGÂNICO INGREDIENTES: TOMATE, SALSA, CEBOL	3554	200,000	9,1000	1.820,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	*MOLHO DE TOMATE ORGÂNICO INGREDIENTES: TOMATE, SALSA, CEBOL	3574	70,000	9,1000	637,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	*MOLHO DE TOMATE ORGÂNICO INGREDIENTES: TOMATE, SALSA, CEBOL	3559	30,000	9,1000	273,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	*OVO DE GALINHA. SELECIONADOS, TIPO 2, AMARELO, FRESCO, CASC	3554	250,000	3,3900	847,50
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	*OVO DE GALINHA. SELECIONADOS, TIPO 2, AMARELO, FRESCO, CASC	3574	60,000	3,3900	203,40
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	*OVO DE GALINHA. SELECIONADOS, TIPO 2, AMARELO, FRESCO, CASC	3559	36,000	3,3900	122,04
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	ABOBRINHA. CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES ES	3554	120,000	1,4800	177,60
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	ABOBRINHA. CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES ES	3574	18,000	1,4800	26,64
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	ABOBRINHA. CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES ES	3559	32,000	1,4800	47,36
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	BATATA DOCE. CARACTERÍSTICA: BOA QUALIDADE, SEM BROTOS, COM	3554	212,000	2,9800	631,76
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	BATATA DOCE. CARACTERÍSTICA: BOA QUALIDADE, SEM BROTOS, COM	3574	80,000	2,9800	238,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 6/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	BATATA DOCE. CARACTERÍSTICA: BOA QUALIDADE, SEM BROTO, COM	3559	26,000	2,9800	77,48
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	BATATA INGLESA. CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, SEM BROTO, COM	3554	520,000	2,2500	1.170,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	BATATA INGLESA. CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, SEM BROTO, COM	3574	38,000	2,2500	85,50
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	BATATA INGLESA. CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, SEM BROTO, COM	3559	74,000	2,2500	166,50
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	BATATA SALSA. CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, COM	3559	16,000	4,8900	78,24
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	CENOURA. CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, COM	3554	180,000	1,5900	286,20
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	CENOURA. CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, COM	3574	38,000	1,5900	60,42
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	CENOURA. CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, COM	3559	28,000	1,5900	44,52
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	CHUCHU. CARACTERÍSTICAS: VERDE, TENRO, FIRME, SEM MANCHAS NA	3554	180,000	1,9700	354,60
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	CHUCHU. CARACTERÍSTICAS: VERDE, TENRO, FIRME, SEM MANCHAS NA	3574	38,000	1,9700	74,86
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	CHUCHU. CARACTERÍSTICAS: VERDE, TENRO, FIRME, SEM MANCHAS NA	3559	28,000	1,9700	55,16
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	MAÇÃ FUJI TAMANHO MÉDIO, SEM MACHUCADOS, COM BOM ASPECTO. COM	3796	100,000	3,1200	312,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	MAÇÃ FUJI TAMANHO MÉDIO, SEM MACHUCADOS, COM BOM ASPECTO. COM	3798	3.500,000	3,1200	10.920,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	MAÇÃ FUJI TAMANHO MÉDIO, SEM MACHUCADOS, COM BOM ASPECTO. COM	3803	400,000	3,1200	1.248,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	MAMÃO. CARACTERÍSTICAS: CASCA FINA, LISA, AMARELA, ODOR AGRA	3796	100,000	4,1900	419,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	MAMÃO. CARACTERÍSTICAS: CASCA FINA, LISA, AMARELA, ODOR AGRA	3798	1.500,000	4,1900	6.285,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	MAMÃO. CARACTERÍSTICAS: CASCA FINA, LISA, AMARELA, ODOR AGRA	3803	400,000	4,1900	1.676,00
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	PIMENTÃO VERDE. CARACTERÍSTICAS: FIRME; BRILHANTE; CABO SEM	3554	90,000	3,9500	355,50
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	PIMENTÃO VERDE. CARACTERÍSTICAS: FIRME; BRILHANTE; CABO SEM	3574	19,000	3,9500	75,05
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	PIMENTÃO VERDE. CARACTERÍSTICAS: FIRME; BRILHANTE; CABO SEM	3559	14,000	3,9500	55,30
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	TOMATE. MERENDA 2012	3554	212,000	2,7800	589,36
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	TOMATE. MERENDA 2012	3574	80,000	2,7800	222,40
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE- COOF	TOMATE. MERENDA 2012	3559	26,000	2,7800	72,28
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP-P13	3674	3,000	43,0000	129,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP-P13	3677	1,000	43,0000	43,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP-P13	3681	8,000	43,0000	344,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP-P13	3682	6,000	43,0000	258,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP-P13	3683	2,000	43,0000	86,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP-P13	3684	1,000	43,0000	43,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP - P45	3685	1,000	175,0000	175,00
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - I	APARELHO TELEFÔNICO DE MESA	3781	4,000	38,8315	155,33
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - I	MANUTENÇÃO EM TELEFONE, CENTRAIS E LINHAS TELEFÔNICAS NOS	3633	7,879	34,9047	275,00
DICAVE- GARTNER DISTRIB. CATARINENSE DE VEIC	PNEU 1.100 X R 22 LISO	3735	2,000	1.490,0000	2.980,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - EPP - DIMAR ESPC	BOLA DE TENIS DE MESA	3635	50,000	4,0000	200,00
DIONI WELICZ ALVES DE FRANCA	CONCERTO DE FECHADURA	3655	10,000	33,5000	335,00
EDINEUSA CORDEIRO	SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS	3569	1,000	968,0000	968,00
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	BLOCO AUTÔNOMO DE EMERGÊNCIA COM 2 LÂMPADAS HALÓGENAS 55 W, COM	3782	4,000	241,0670	964,27
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL MULTIPOLAR 0,6/1 kV, 3x25 mm2 SENDO: COM	3782	98,000	13,8968	1.361,89
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	FITA AUTOFUSÃO 19 MM X 10 M SENDO: COM	3782	5,000	7,4447	37,22
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO SENDO: COM	3782	58,000	3,0771	178,47
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W SENDO: COM	3782	25,000	12,1384	303,46
ELETRO COMERCIAL MW LTDA	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 400 W, USO EXTERNO SENDO: COM	3782	18,000	43,3070	779,53
ELETRON PORTAS AUTOMÁTICAS LTDA - ME	FIM DE CURSO PARA PORTÃO ELETRÔNICO	3508	1,000	165,0000	165,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	BANNER EM LONA VINÍLICA (FRONT LIGH OU BACK LIGHT) COM IMPRE	3737	50,000	14,6500	732,50
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	BANNER EM LONA VINÍLICA COM IMPRESSÃO DIGITAL MEDINDO 120 X	3737	35,000	49,0000	1.715,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 7/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	CONFECÇÃO DE FAIXAS EM POLIETILENO COM RECORTE ELETRÔNICO	3737	35,000	71,5000	2.502,50
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	REFORMA E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE SINALIZAÇ	3689	10,000	50,0000	500,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO DE RODA DE AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTIL	3783	11,000	6,4751	71,23
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO DE RODA DE CAMINHÃO, ÔNIBUS	3783	4,000	48,1918	192,77
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO DE RODA DE CAMIONETE	3783	5,000	14,2094	71,05
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO DE PNEU DE CAMINHÃO, ÔNIBUS	3783	6,000	29,5328	177,20
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO DE PNEU PARA AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIOS	3783	7,000	10,3994	72,80
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO DE PNEUS PARA CAMIONETE	3783	1,000	18,9991	19,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	GEOMETRIA PARA AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIOS	3783	1,000	39,1122	39,11
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	GEOMETRIA PARA CAMINHÃO, ÔNIBUS	3783	1,000	48,8352	48,84
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	GEOMETRIA PARA CAMIONETES	3783	1,000	55,7999	55,80
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEU DE CAMINHÃO, ÔNIBUS	3783	6,000	25,6720	154,03
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEU PARA AUTOMÓVEL DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIO	3783	6,000	8,3719	50,23
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEUS PARA CAMIONETE	3783	4,000	15,8858	63,54
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	ABACATE. MERENDA 2012	3561	200,000	1,9500	390,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	ABACAXI PÉROLA. MERENDA 2012	3561	200,000	2,5900	518,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	BANANA CATURRA. MERENDA 2012	3561	7.200,000	1,3900	10.008,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	LARANJA PÊRA. MERENDA 2012	3561	4.000,000	1,5900	6.360,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	MAÇÃ FUJI. MERENDA 2012	3561	200,000	2,7500	550,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	MAMÃO. MERENDA 2012	3561	200,000	2,3900	478,00
GERMINO COFFERRI-ME	CONFECÇÃO DE PLACAS DE VEÍCULOS	3670	1,000	115,0000	115,00
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU CAMINHÕES 1000 X 20 LISO	3539	3,000	285,4176	856,25
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, TIP TOP PNEU ARO 24	3539	7,000	120,0000	840,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOBINA PLÁSTICA FOSCA, CAPACIDADE 2 LITROS, COM 100 UNIDADES	3510	120,000	4,3000	516,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FERMENTO BIOLÓGICO SECO : MERENDA 2012	3560	50,000	12,6848	634,24
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SAPONÁCEO EM PÓ COM AMONÍACO, TUBO DE 300G. COMPOSIÇÃO: SODA	3510	600,000	3,0045	1.802,70
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CARTUCHO DE TINTA 21- PRETO, IMPRESSORA HP DESKJET F4180,	3588	6,000	23,0000	138,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CARTUCHO DE TINTA 60 COLORIDO, NOVO, COM GARANTIA DE 6 MESES	3588	6,000	37,5000	225,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CARTUCHO DE TINTA 60 PRETO, NOVO, COM GARANTIA DE 6 MESES	3588	6,000	25,0000	150,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CARTUCHO DE TINTA 92 PRETO- NOVO, COM GARANTIA DE 6 MESES	3588	5,000	29,8000	149,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CARTUCHO DE TINTA 93 COLORIDO, NOVO, COM GARANTIA DE 6 MESES	3588	5,000	39,0000	195,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3645	1,067	9.108,0000	9.718,60
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3646	1,193	9.108,0000	10.865,60
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3647	0,250	9.108,0000	2.277,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3648	0,167	9.108,0000	1.518,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3649	0,083	9.108,0000	759,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3650	0,083	9.108,0000	759,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3651	0,083	9.108,0000	759,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3652	0,083	9.108,0000	759,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - II	CONTRATAÇÃO DO IEL	3653	0,083	9.108,0000	759,00
INSTITUTO PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SAO	TRANSPORTE DE MATERIAIS	3506	1,000	33,8000	33,80
IRIS FAITA ZENI	LOCAÇÃO DE TERRENO URBANO SEM BEM FEITORIAS, COM ÁREA DE	3823	12,000	500,0000	6.000,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL	3673	3,000	1,9000	5,70
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	Joelho interno ¾"	3673	10,000	1,3000	13,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	LUVA SOLDÁVEL 50 MM	3673	15,000	4,0000	60,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 8/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	Luva soldavel 75mm	3673	15,000	7,0000	105,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	MANGUEIRA PLASTICA 3/4"	3673	200,000	0,6500	130,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	NIPLES PVC ROSCÁVEL 3/4"	3673	3,000	1,3500	4,05
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	REGISTRO DE ESFERA ROSCAVEL 1"	3673	1,000	16,0000	16,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	UNIAO INTERNA 3/4"	3673	10,000	1,1000	11,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR I	VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO 3/4" NETAFIM	3673	10,000	30,0000	300,00
ITALO ROBERTO SAPLA - ME	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	3507	11,000	105,0000	1.155,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3444	8,000	6,9500	55,60
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3445	3,000	6,9500	20,85
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3446	11,000	6,9500	76,45
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3447	4,000	6,9500	27,80
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3448	2,000	6,9500	13,90
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3449	13,000	6,9500	90,35
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3450	17,000	6,9500	118,15
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL C/ GAS	3451	3,000	12,0000	36,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS, EMBALAGEM 500ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	3451	7,000	10,5000	73,50
KAFFA BRASIL IND. DE CONFECCOES LTDA - EPP	JALECO DE MICROFIBRA	3634	80,000	15,5000	1.240,00
KALURI AUTOMACAO COMERCIAL LTDA - ME	CONCERTO EM CADEIRA GIRATORIA	3529	2,000	195,0000	390,00
LOURDES DE SOUZA KUTCHER - ME	MADEIRA DE PINHO DE 2a QUALIDADE.	3565	2,000	22,0000	44,00
LOURDES DE SOUZA KUTCHER - ME	MADEIRA DE PINHO DE 2a QUALIDADE.	3565	1,000	12,0000	12,00
LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTD	CANTONEIRA 3/16X3	3541	33,120	3,9046	129,32
LUHRS INDÚSTRIA E COM. PRODUTOS METALÚRGI	PNEU CARRINHO DE MÃO	3788	1,000	11,1000	11,10
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	KIT DE FILTROS ( OLEO + COMBUSTIVEL)	3644	1,000	37,0000	37,00
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	LAMPADA PARA VEICULO	3644	1,000	8,4000	8,40
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	MANIPULO CONTR. ESPELHO	3644	1,000	6,8000	6,80
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	ÓLEO SINTÉTICO	3644	4,500	31,3600	141,12
MARCÃO COM. DE VEIC. E TRANSPORTES LTDA	CONCESSÃO, PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE GUARDA E DEPÓSITO D	3452	2.721,000	1,0000	2.721,00
MARCÃO COM. DE VEIC. E TRANSPORTES LTDA	CONCESSÃO, PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE GUARDA E DEPÓSITO D	3855	573,000	1,0000	573,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FITA PARA IMPRESSORA EPSON, 132 COLUNAS	3806	10,000	6,0000	60,00
MARCOS PAULO CASSOL E CIA LTDA	LOCAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS COM PESO OPERACIONAL DE 14.000	3621	20,000	140,0000	2.800,00
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA - EPP	REVELAÇÃO DE FOTOS	3638	30,000	0,8900	26,70
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA - EPP	REVELAÇÃO DE FOTOS	3721	32,000	0,8900	28,48
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA BLAZER ADVANCE- CHEVROLET	3593	358,000	1,0000	358,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FOCUS GHIA- FORD	3518	67,000	1,0000	67,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FURGÃO MASTER 11 M3	3804	475,000	1,0000	475,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA GOL VOLKS	3632	606,000	1,0000	606,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA LOGAN- RENAULT	3593	1.383,200	1,0000	1.383,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO-ÔNIBUS MDH 7541	3632	12.878,200	1,0000	12.878,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO-ÔNIBUS MDM 6072	3659	874,000	1,0000	874,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO-ÔNIBUS MDM 6072	3804	3.220,500	1,0000	3.220,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PÓLO SEDAN	3784	298,440	1,0000	298,44
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA	3687	800,000	47,0000	37.600,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA	3688	1.101,000	47,0000	51.747,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3687	280,000	43,0000	12.040,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	3688	838,840	43,0000	36.070,12



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 9/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMAO	3687	232,000	41,0000	9.512,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	3687	230,000	43,0000	9.890,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	3688	2.334,220	43,0000	100.371,46
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.	3687	600,000	43,0000	25.800,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.	3688	3.100,000	43,0000	133.300,00
MZ2 WEB DESIGN STUDIO LTDA - ME	CRACHÁ TIPO CARTÃO DIGITAL	3710	44,000	1,9000	83,60
NELSON DALPONTE ESTOFADOR-ME	MÃO DE OBRA REFORMA DE ESTOFADO	3564	1,000	710,0000	710,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	CAIXA DE PASSAGEM PVC 4X4	3619	3,000	0,8000	2,40
NEY TINTAS LTDA - EPP	DISJUNTOR TRIPOLAR 30 AMPERES	3619	2,000	27,4000	54,80
NEY TINTAS LTDA - EPP	LAMPADA FLUORESCENTE 40 W	3513	50,000	2,5000	125,00
NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MINIMO OS SEGUINTE ITENS:	3433	5.000,000	8,4800	42.400,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ALICATE PARA ENCADERNAÇÃO	3637	2,000	16,8000	33,60
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO TRANSPARENTE	3637	100,000	0,2000	20,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CONTRA CAPA PARA ENCADERNAÇÃO PRETA	3637	100,000	0,2000	20,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARD0 11X23	3579	1.000,000	0,0600	60,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARD0 21X29	3579	500,000	0,1800	90,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARD0 23 X36	3579	300,000	0,2200	66,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARD0 31X41	3579	300,000	0,3200	96,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO 12MM	3637	100,000	0,1000	10,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO 14MM	3637	100,000	0,1500	15,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO 17MM	3637	100,000	0,2000	20,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO 25MM	3637	100,000	0,2500	25,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO 9MM	3637	100,000	0,1000	10,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL A4 CX COM 10 RESMAS	3579	5,000	98,0000	490,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL VERGÊ 120 G/M COM 50 FOLHAS- A4 210 MM X 297 MM SENDO:	3667	60,000	8,5964	515,78
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	TINTA GUACHE, CAIXA COM 06 POTES, COM 06 CORES, 30 ML	3629	500,000	3,9520	1.976,00
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ESCAVADEIRA HIDR. PC 150	3575	4.335,260	1,0000	4.335,26
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA RETROESCAVADEIRA RANDON RK	3575	870,600	1,0000	870,60
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ROLO COMPACTADOR MAQ. AP 2	3575	2.360,460	1,0000	2.360,46
PATROMAQ IND. E RECUP. DE MÁQUINAS LTDA - EF	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRI	3575	2.500,000	1,0000	2.500,00
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	CONCERTO PERSIANA	3636	1,000	683,0000	683,00
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	CONCERTO PERSIANA	3786	1,000	180,0000	180,00
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	LAVAGEM DE PERSIANA	3636	1,000	418,5000	418,50
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	Parede divisória	3786	5,000	55,0000	275,00
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	Parede divisória	3786	10,290	56,0000	576,24
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	PERSIANA VERT EM TECIDO	3786	1,000	375,4800	375,48
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	BALANCEAMENTO R-16/17,5	3516	6,000	24,7928	148,76
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	BALANCEAMENTO R-16/17,5	3571	2,000	24,7928	49,59
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	BALANCEAMENTO R-20/11R 22,5	3571	2,000	79,3369	158,67
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	BICOS DE AR PARA RODA ARO 24, 25, 28 E 30	3572	10,000	17,8508	178,51
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	BICOS DE AR PARA RODA AROS 13, 14 E 15	3514	1,000	4,9586	4,96
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Câmara 750 x 16	3517	6,000	53,5524	321,31
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Câmara de ar 14,9 aro 25 trator Valmet	3572	2,000	174,4817	348,96
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CAMARA DE AR 17.5 ARO 25	3572	2,000	182,8716	365,74
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CAMARA DE AR ARO 14.9 X 24 P/ PATROLA	3572	3,000	243,9610	731,88

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 10/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CAMARA DE AR ARO 20 1.000 X 20	3572	1,000	96,1960	96,20
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 185R 13	3537	1,000	8,9254	8,93
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU 185R 13	3571	6,000	8,9254	53,55
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU E OU CAMARA 1000 X 20	3571	2,000	17,8508	35,70
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU/CAMARA 16,9 X 30	3571	7,000	49,5856	347,10
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU/CAMARA 19,5 L X 24	3571	6,000	49,5863	297,52
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Conserto pneu/câmara 23.5 x 25 com corrente	3571	5,000	49,5856	247,93
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU/CAMARA 750 X 16	3516	1,000	14,8757	14,88
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	CONCERTO PNEU/CAMARA 750 X 16	3571	1,000	14,8757	14,88
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	3515	8,400	1,2892	10,83
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	3516	14,700	1,2892	18,95
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	3571	258,870	1,2892	333,74
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-13/14 /15	3516	4,000	7,9337	31,73
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-13/14 /15	3571	8,000	7,9337	63,47
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	Montagem pneu R-16/17.5	3516	9,000	12,8922	116,03
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	PROTETOR ARO 16.	3517	5,000	26,7762	133,88
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 22, 40 E 42 RADIAL	3572	5,000	55,5358	277,68
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM	3572	12,000	24,7928	297,51
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	3572	4,000	25,7845	103,14
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 44 E 46 RADIAL	3572	3,000	68,4281	205,28
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - E	TIP-TOP PARA PNEU No 7 E 8 COMUM	3572	6,000	40,6602	243,96
REINBOLD LTDA - ME ( CRISTIAN CARTUCHOS )	IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS	3441	1.500,000	0,5000	750,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE DE SERVIDORES MUNICIPAIS.	3747	1,000	650,0000	650,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE MEDALHA EM PVC	3617	834,000	2,1000	1.751,40
SAWAIA & CIA LTDA - EPP	TECIDO FAILETE	3611	30,000	4,9000	147,00
SCA EQUIPAMENTOS P/ESCRITORIO LTDA-ME	CONCERTO MÁQUINA DE IMPRESSÃO DE CHEQUES	3822	1,000	118,0000	118,00
SCA EQUIPAMENTOS P/ESCRITORIO LTDA-ME	PLACA PRINCIPAL DE IMPRESSORA DE CHEQUE	3538	1,000	458,0000	458,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	TELEFONE SEM FIO	3668	4,000	288,0000	1.152,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	BATERIA 3,6V TIPO MOEDA (PILHA)	3502	2,000	7,0000	14,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	BATERIA SELADA 7 A 12 V (NOBREAK)	3504	1,000	80,0000	80,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	CONECTOR RJ45 PARA CABO DE REDE	3504	4,000	1,7800	7,12
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	HORA TECNICA PARA SERVIÇO EM MICRO	3503	30,000	60,0000	1.800,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	HORA TECNICA PARA SERVICO EM IMPRESSORA	3503	23,000	60,0000	1.380,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	HORA TECNICA PARA SERVICO EM IMPRESSORA	3505	2,000	60,0000	120,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	UNIDADE FUSORA PARA HP LASER	3504	1,000	490,0000	490,00
TERRAPLANAR TERRAPLENAGEM LTDA- ME	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO PARA TRANSPORTE DE CA	3527	98,000	74,0000	7.252,00
TERRAPLANAR TERRAPLENAGEM LTDA- ME	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA PESO MINIMO 6.000 KG	3527	100,000	78,0000	7.800,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA (CONVENCIONAL)		204,000	240,0000	48.960,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA (CONVENCIONAL)	3534	96,000	240,0000	23.040,00
VEZ - INST.UNIBRASIL P/ DES. DA CIENCIA E CULT	Educação Infantil de 1º e 2º	3656	183,000	146,0000	26.718,00
VEZ - INST.UNIBRASIL P/ DES. DA CIENCIA E CULT	Educação Infantil de 3º ao 5º	3656	1.298,000	199,0000	258.302,00
VEZ - INST.UNIBRASIL P/ DES. DA CIENCIA E CULT	Ensino Fundamental 1º ano	3656	730,000	257,0000	187.610,00
VEZ - INST.UNIBRASIL P/ DES. DA CIENCIA E CULT	Ensino Fundamental 2º ano	3656	842,000	257,0000	216.394,00
VEZ - INST.UNIBRASIL P/ DES. DA CIENCIA E CULT	Língua Estrangeira Moderna - Inglês 1º ao 7º ano, e 8ª série	3656	5.750,000	33,7500	194.062,50
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MHJ5732 ANO 2011	3622	449,800	1,0000	449,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 11/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MHJ5772 ANO 2012	3622	338,640	1,0000	338,64
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MIZ4625 ANO 2012	3622	839,910	1,0000	839,91
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MERIVA JOY-5-PT-114-CV-FLEX-PLACA-MFE2411	3622	3.106,350	1,0000	3.106,35
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	UNO MILLE FIRE 5 PT 66CV - FLEX-PLACA-MGH8598 ANO 2008	3622	465,400	1,0000	465,40
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	UNO MILLE FIRE 5 PT 66CV-FLEX -MEW9748 ANO 2008	3622	788,240	1,0000	788,24
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA	3643	0,727	110,0000	80,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FILTROS	3643	5,091	27,5000	140,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA	3643	6,075	29,6300	180,00
ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP	CONSTRUÇÃO DE PONTE		0,109	945.310,7300	103.038,87
ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP	CONSTRUÇÃO DE PONTE		0,125	945.310,7300	118.163,84
ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP	CONSTRUÇÃO DE PONTE	3709	0,125	945.310,7300	117.840,10
ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE	3533	0,169	608.661,7300	102.863,83
ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP	Contratação de Empresa para Construção de Ponte Pré-moldada	3602	0,285	837.185,8200	238.597,96
ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP	Contratação de Empresa para Construção de Ponte Pré-moldada	3603	0,065	837.185,8200	54.417,08
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>3.680.799,75</b>

# Camboriú

## PREFEITURA

### Edital de Chamamento 51

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 051/2012

(Edital de Concurso Público nº. 001/2007)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO EM EXERCÍCIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012 e na Lei Complementar nº. 008 de 18 de outubro de 2007;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

#### CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe, respectivo (quando couber)
- 5.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital)
- 6.Certidão de casamento
- 7.PIS/PASEP
- 8.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 9.Título de eleitor e comprovante da última votação (canhoto)
- 10.Certificado de reservista (se masculino)
- 11.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 12.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 13.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

#### DOCUMENTOS ORIGINAIS

##### Fotografia

Atestado médico admissional saúde física (com os exames agendar perícia médica na Sec. De Saúde)

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico saúde mental (efetivos)

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

#### Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal (FORUM - estadual Federal - site: TRF4)

§1º - O Atestado médico acima será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em exercício do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 06 dias do mês de Setembro de 2012.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

MILTON ANTONIO DA SILVA

Prefeito Municipal ee

SERGIO LUIZ VENÂNCIO

Secretário Interino De Administração

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações Na data supra

SERGIO LUIZ VENÂNCIO

Secretário interino de Administração

#### ANEXO I

CARGO: ODONTOLOGO

01º CLASSIFICADO - JULIAN CARVALHO JORGE

02º CLASSIFICADO - TAMARA DE NOVAES

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.871 de 05 de Setembro de 2012

LEI Nº 3.871 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NO

DISTRITO DE FRAGOSOS NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica denominada de Rua: BEIJA FLOR, situada no Distrito de Fragosos, neste Município, Rua esta com extensão de 752,83m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta e dois vírgula oitenta e três decímetros quadrados, com largura de 12,00 (doze metros), com

início na Rua Germano Schroth, conforme levantamento Planimétrico anexo.

Parágrafo único: Memorial Descritivo de que trata o caput deste Artigo: Inicia-se a partir da Rua Germano Schroth no ponto P22; daí segue, sempre confrontando com Donaldo Teodoro Jung, por 5,59 m em arco até P16; 35,92 m em linha reta até P17; 20,37 m em linha reta até P18; 12,00 m em linha reta até P19; 20,80 m em linha reta até P20; 41,33 m em linha reta até P21 e; 3,82 m em arco até atingir novamente P22, totalizando uma área de 752,83m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta e dois vírgula oitenta e três decímetros quadrados).

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.872 de 05 de Setembro de 2012**

LEI Nº 3.872 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

DENOMINA A ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica denominada a ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DAS ÁGUAS DE CAMPO ALEGRE, situada na Rua Cel. Bueno Franco, nº 761, Bairro Cascatas na Sede do Município de Campo Alegre/SC, a qual será denominada: ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - JOSÉ AMORIM.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **BIOGRAFIA**

Nome: JOSÉ AMORIM

Profissão: ESCRITURÁRIO/GERENTE

Data de Nascimento: 10/02/1914

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: SÃO BENTO DO SUL/SC.

Data de Falecimento: 15/03/1994

Filiação: (Pai): BENTO MARTINIANO D' AMORIM JUNIOR  
(Mãe): ETELVINA GUEDES D' AMORIM

Cônjuge: MARIA ODETE AMORIM

Nome dos Filhos: LUIZ CARLOS AMORIM; LÉLIA MARIA AMORIM; JOSÉ LOURIVAL AMORIM; BENTO TADEU AMORTIM e AFONSO ARINOS AMORIM.

Tempo de Residência no Município: 78 ANOS

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: Fiscal Geral do Município; Gerente da COOPERATIVA DE ERVA MATE DE CAMPO ALEGRE.

OUTRAS INFORMAÇÕES: Foi um administrador dedicado, líder atuante na vida pública da Comunidade.

### **Lei Nº 3.873 de 05 de Setembro de 2012**

LEI Nº 3.873 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais ) à APE - Associação de Pais e Esportistas, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.680.273/0001-48, com sede na Rua Altamiro Lobo Guimarães, nº 259, Centro, Campo Alegre - SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em uma única parcela.

§ 2º - Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados na manutenção do Projeto "VAMOS FAZER UMA GRANDE JOGADA", conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

§ 2º - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.3º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.4º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao FIA - Fundo da Infância e Adolescência, juntamente com a Prestação de Contas.



Art.5º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.6º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade;
- f) Relação nominal de todos as crianças e adolescentes atendidos no Projeto;
- g) Relatório das atividades desenvolvidas no período.

Parágrafo Único - A Prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.7º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do recebimento do recurso.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 93.01.8.243.0067.2122 - Manutenção e Coordenação das Atividades, 335043 - Contribuições, no FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2012  
PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.874 de 05 de Setembro de 2012**

LEI Nº 3.874 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012  
DENOMINA ANEXO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica denominado o Anexo da Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., situado ao lado do Edifício Sede, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro do Município de Campo Alegre/SC, o qual será denominado: ANEXO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL "MANOEL VIEIRA PISKE".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **BIOGRAFIA**

Nome: MANOEL VIEIRA PISKE

Profissão: TOPÓGRAFO E SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - POLIVALENTE NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

Data de Nascimento: 27/08/1948

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC.

Data de Falecimento: 13/07/2012

Filiação: (Pai): TEODOMIRO PISKE  
(Mãe): MARIA VIEIRA PISKE

Cônjuge: MARIA DE LOURDES PISKE

Nome dos Filhos: LUCIANO MANOEL PISKE E LUCILENE MARIA PISKE.

Tempo de Residência no Município: 63 ANOS

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: FORAM VÁRIAS SE DISTINÇÃO A QUEM QUER QUE FOSSE.

OUTRAS INFORMAÇÕES: A FAMÍLIA RESSALVA A MAIOR QUALIDADE "A HONESTIDADE".

### **Lei Nº 3.875 de 05 de Setembro de 2012**

LEI Nº 3.875 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012  
DENOMINA A SEDE DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica denominado o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC., situado na Rua Altamiro Lobo Guimarães, nº 231, Centro do Município de Campo Alegre/SC, o qual será denominado: CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "DOLORES WALTER".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**BIOGRAFIA**

Nome: DOLORES WALTER

Profissão: DO LAR

Data de Nascimento: 04/03/1931

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: JOINVILLE/SC.

Data de Falecimento: 05/07/2012

Filiação: (Pai): JUSTUS PÜSCHEL  
(Mãe): HELENA PÜSCHEL

Cônjuge: HORST WALTER

Nome dos Filhos: HAROLDO WALTER E HELGRIT WALTER.

Tempo de Residência no Município: 61 ANOS

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: REALIOU A DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS; ROUPAS E BRINQUEDOS NOS NATAIS, AS PESSOAS E FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO NO MANDATO DE SEU ESPOSO HORST WALTER QUANDO PREFEITO. E ISTO CONTINUOU DUANTE MUITOS ANOS, NO PORTÃO DE SUA RESIDÊNCIA.

OUTRAS INFORMAÇÕES: ATUOU ATIVAMENTE EM DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CAMPOALEGRENSE”.

**Decreto Nº 7.257 de 05 de Setembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.257 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. JONAS MARIO MILCZEWSKI, Matrícula Funcional nº 000694, Registro no Sistema sob nº 955135, ao Cargo Público de Agente Operacional V, Função Pedreiro/Carpinteiro, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 925,63 (novecentos e vinte e cinco reais, sessenta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. JONAS MARIO MILCZEWSKI, aprovado em 10º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 05 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe do Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 7.258 de 05 de Setembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.258 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. DJONI MÜLLER, Matrícula Funcional nº 000696, Registro no Sistema sob nº 955136, ao Cargo Público de Agente Operacional V, Função Pedreiro/Carpinteiro, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 925,63 (novecentos e vinte e cinco reais, sessenta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. DJONI MÜLLER, aprovado em 11º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 05 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe do Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 7.259 de 05 de Setembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.259 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SILIANE SLOMINSKY BERNARDES, Matrícula Funcional nº 000695, Registro no Sistema sob nº 955137, ao Cargo Público de Agente Operacional I, Função Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Administração, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 620,99 (seiscentos e vinte reais e noventa e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. ANA MARISA CARDOSO TEIXEIRA, aprovada em 13º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Julgamento Pregão 3/2012 - Assist. Social**

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 3/2012)

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292 reuniram-se em sessão pública Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 3/2012, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO, novo, para o Fundo Municipal de Assistência Social (auxiliar no Programa "Bolsa Família"). Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: São Bento Automóveis Ltda. A empresa não está enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sra. Alline Carvalho Fuckner, representante da empresa São Bento Automóveis Ltda.

Procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Unitário. Após o julgamento do único ITEM, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado:

**ITEM 01**

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
São Bento Automóveis Ltda	25.000,00	25.000,00 (não concedeu 1ª desconto)		HABILITADA

A empresa São Bento Automóveis Ltda justificou que não há possibilidade de conceder desconto considerando que o veículo ofertado possui opcional não exigido no edital (limpador traseiro). Considerando a classificação e habilitação da empresa São Bento Automóveis Ltda a Pregoeira a declara vencedora desta licitação com o valor unitário de R\$ 25.000,00 para o veículo Gol 1.0 G4, 4 portas. Concedeu-se espaço para a manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**1ª Alteração Ata Registro de Preços 11/2012 - Saúde**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

1ª ALTERAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2012 - Modalidade Pregão Presencial

Considerando a aumento de preço dos itens 39, 40, 41 e 42, conforme documentação comprobatória encaminhada pela empresa contratada OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; Considerando pesquisa atual realizada no mercado; Considerando que o valor unitário pretendido não ultrapassa ao valor unitário (dos itens em questão) da empresa classificada em segundo lugar no processo licitatório epigrafoado; ALTERAM-SE os valores dos itens 39, 40, 41 e 42, registrados através da Ata de Registro de Preços nº 11/2012, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando a vigorar conforme abaixo.

Item	Unid.	Descrição	Valor Unitário Registrado (R\$) (REVISADO)
39	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho grande, caixa com 100 unidades	11,43
40	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho médio, caixa com 100 unidades	11,43
41	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho pequeno, caixa com 100 unidades	11,43
42	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho extra pequeno, caixa com 100 unidades	11,43

Campo Alegre, 08 de agosto de 2012.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Representante legal da empresa

# Canoinhas

## PREFEITURA

### Edital Nº. 056/2012

EDITAL Nº. 056/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no

período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 04 de setembro de 2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 056/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO GENERALISTA - ESF

FILIPPE FARIAS TEIXEIRA

CARGO: ENFERMEIRO - ESF

JUCILEA KUCARZ ADAMCHESKI

# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC - Processo Licitatório Nº 0112/2012 - Pregão Eletrônico Nº 0021/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0112/2012

Pregão Eletrônico Nº 0021/2012

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios, para o ano letivo de 2012, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, discriminados na folha anexa a solicitação de compras, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/PNAP/PNAC)



e Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br> Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 20/09/2012.

**MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço <https://cidadecompras.cnm.org.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0 \_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 06 de setembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

**PMC = Processo Licitatório Nº 0111/2012 - Tomada de Preço P/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0009/2012**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0111/2012

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0009/2012

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção da 2ª Etapa do Ginásio de Esportes, junto a Escola Municipal, Dr. Vilson Pedro Kleinubing, conforme planilha orçamentária estimada, cronograma físico-financeiro e projeto em anexo, Recursos Próprios, FUNDEB e Salário Educação. .

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 27/09/2012.

**MENOR PREÇO UNITÁRIO**

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0 \_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 06 de setembro de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

**PMC = Resultado de Análise de Novas Propostas - Lei Complementar 123/2006.**

**RESULTADO DE ANÁLISE DE NOVAS PROPOSTAS**

**LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

Processo Licitatório Nº 0102/2012

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0008/2012

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção da 1ª Etapa do Ginásio de Esportes, para a Escola Municipal Ivo Silveira - Alto Alegre, conforme planilha orçamentária estimada, cronograma físico-financeiro e projeto em anexo, Recursos FUNDEB..

A empresa Construções Herval Ltda. ME., classificada em primeiro lugar para a oferta de nova proposta, nos termos da Lei Complementar 123/2006, protocolizou sob número: 3412, seu envelope no dia 04/09/2012 às 17:22 horas.

Após analisar as propostas constatou-se a seguinte cotação de preços:

Construções Herval Ltda. ME. : R\$ 462.293,12

A comissão declara vencedora a empresa Construções Herval Ltda. ME., com o valor total global de R\$ 462.293,12 (quatrocentos e sessenta e dois mil duzentos e noventa e três reais e doze centavos).

Abre-se vistas ao processo e prazo para interposição de recursos na forma da LEI.

Capinzal, 05 de setembro de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da CPL.

---

**SIMAE**

---

**Portaria N º 0058/2012/SIMAE-Cao**

PORTARIA N º 58/2012/SIMAE-CAO, de 03 de setembro de 2012.

Delega competências a servidores, na forma que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, ordenador de despesas da Autarquia, no uso de suas atribuições legais previstas no ANEXO II (DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO), inciso XVI, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

**RESOLVE:**

DELEGAR COMPETÊNCIAS aos servidores abaixo relacionados, os quais ficam autorizados a realizar as movimentações financeiras do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto:

a) Sr. Dionisio Alzir Rosset, como ordenador de despesas, podendo realizar todos os atos de movimentação financeira do SIMAE;

b) Sra. Mariza Bressan de Moraes, com atribuições para conjuntamente com um dos ordenadores de despesas, realizar todos os atos de movimentação financeira do SIMAE;

c) Sra. Solanze de Fátima F. Etges, com atribuições para conjuntamente com um dos ordenadores de despesas, realizar todos os atos de movimentação financeira do SIMAE. As movimentações financeiras do SIMAE serão realizadas sempre através da assinatura/autorização conjunta de dois servidores, da seguinte forma:

I - Sr. Sidnei Penso e a Sra. Mariza Bressan de Moraes;

II - Sr. Sidnei Penso e a Sra. Solanze de Fátima F. Etges;

III - Sr. Dionisio Alzir Rosset e a Sra. Mariza Bressan de Moraes;

IV - Sr. Dionisio Alzir Rosset e a Sra. Solanze de Fátima F. Etges.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO

Diretor Geral



## Catanduvas

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0085/2012 - Edital de Tomada de Preços Nº 0007/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2012

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2012

Objeto: Contratação e aquisição de mão de obra e materiais para pavimentação da Rua 7 de Abril no Bairro Sayonara, visando o atendimento do Convênio 16913/2011 - 7 celebrado entre o Município de Catanduvas e o Governo do Estado através da SDR de Joaçaba, bem como o desempenho das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: às 9h15 do dia 25 de setembro de 2012. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 9h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 05 de setembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 323/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 323/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art. 50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, por Tempo de Serviço prestado ao Município, a Servidora Pública CRISTIANE SOTELI BETTOLY matriculada sob nº 1176/01, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar administrativo, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Do Município De Chapadão Do Lageado, 05 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

#### **Portaria Nº 324/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 324/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 17.01.2011 à 16.01.2012, a EMERSON HOFFMANN, matriculado sob o nº 2524/02, ocupante do cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Esportes, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 10.09.2012 à 09.10.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme Arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

#### **Portaria Nº 325/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 325/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com o Art. 132, da Lei Complementar 008 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar gozar licença prêmio a servidora VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo prazo de 36 (trinta e seis) dias, decorrente do período adquirido proporcionalmente, na forma do Art. 132 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, no período de 10.09.12 a 15.10.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de setembro de 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

# Concórdia

## PREFEITURA

### Lei Nº 4.451, de 23 de Agosto de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.451, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

Denomina vias públicas do Loteamento Avelino Zanini.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º As vias públicas localizadas no Loteamento Avelino Zanini, passam a ter as seguintes denominações:

I - Rua Azelinda Perin Zanini à Rua A;

II - Rua Odimar Gabriel Roman à Rua B;

III - Rua Benjamim Zanini à Rua C;

IV - Rua Angelo Camillo Sobrinho à Rua E;

V - Rua Deliza Turmina Magnani à Rua F;

VI - Rua Carlos Antonio Segnanfredo à Rua G;

VII - Rua Thiago Boscatto Vizzotto à Rua H;

VIII - Rua Cesar Fratini à Rua I.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

ELMO ANTÔNIO RICHARDI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### Decreto Nº 5.740, de 28 de Agosto de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.740, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.386, de 16 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de julho de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2252 Ações das Habitações Rurais  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.300,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 8.300,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

### Decreto Nº 673/2012, de 22 de Agosto de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 673/2012, DE 22 DE AGOSTO DE 2012.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora OLÍMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2012, à servidora OLÍMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de abril de 2005 a 15 de abril de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 674/2012, de 23 de Agosto de 2012**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 674/2012, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 581/2011, de 12 de julho de 2011 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família - PBF.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Instrução Normativa nº 01, na Portaria GM/MDS nº 246, emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 20 de maio de 2005, e no Decreto nº 552/2005, de 12 de julho de 2005.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 581/2011, de 12 de julho de 2011 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família - PBF, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

a) titular: NELSON DOMINGOS COREZZOLLA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 23 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa      CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Secretária Municipal de Desenvolvimento  
Social, Cidadania e Habitação

**Decreto Nº 675/2012, de 23 de Agosto de 2012**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 675/2012, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

Concede abono de permanência à servidora TERESINHA RUBERT ZOLETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora TERESINHA RUBERT ZOLETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 88684-00, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 10 de agosto de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 23 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 676/2012, de 24 de Agosto de 2012**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 676/2012, DE 24 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre poderes para movimentação das contas bancárias e das contas adiantamento do Poder Executivo, Fundos, Fundações e Autarquia Municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Os Ordenadores de Despesas e os responsáveis pela movimentação e controle das contas bancárias e das contas adiantamento do Poder Executivo, Fundos, Fundações e Autarquia Municipais, designados para este fim, poderão:

I - emitir cheques;

II - abrir contas de depósito;

III - autorizar cobrança;

IV - utilizar crédito aberto nas formas e condições;

V - receber, passar recibo e dar quitação;

VI - solicitar saldos e extratos;

VII - requisitar talonários de cheques;

VIII - autorizar débitos relativos a operações;

IX - retirar cheques devolvidos;

X - endossar cheques;

XI - requisitar cartão eletrônico;

XII - movimentar conta corrente com cartão eletrônico;

XIII - sustar/contrordenar cheques;

XIV - cancelar e baixar cheques;

XV - efetuar resgates/aplicações financeiras;

XVI - efetuar saques de contas correntes;

XVII - efetuar saques de contas poupança;

XVIII - cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XIX - efetuar pagamentos, por meio eletrônico;

XX - efetuar transferências, por meio eletrônico;

XXI - liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro.

Art. 2º Os responsáveis pelas contas adiantamento do Poder Executivo, Fundos, Fundações e Autarquia Municipais, designados para este fim, poderão:

I - para os poderes isolados:

- a) emitir cheques;
- b) solicitar saldos e extratos;
- c) requisitar talonários de cheques;
- d) requisitar cartão eletrônico;
- e) sustar/contrordenar cheques;
- f) cancelar e baixar cheques;
- g) cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

II - para os poderes em conjunto:

- a) efetuar pagamentos, por meio eletrônico;
- b) efetuar transferências, por meio eletrônico.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 677/2012, de 27 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 677/2012, DE 27 DE AGOSTO DE 2012.  
Altera expressão constante no Decreto nº 638/2012, de 23 de julho de 2012, que designa MARILETE DEGARAIS, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011, e considerando o Of. 43/2012, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão "1º de outubro de 2012" para: "4 de outubro de 2012", constante no art. 1º do Decreto nº 638/2012, de 23 de julho de 2012, que designa MARILETE DEGARAIS, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 27 de agosto de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 678/2012, de 28 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 678/2012, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.  
Dá nova redação ao item 1 alínea "a" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 598/2011, de 18 de julho de 2011 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto nº 5.397, de 23 de abril de 2009.

DECRETA:

Art. 1º O item 1 da alínea "a" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 598/2011, de 18 de julho de 2011 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

1. GELNY ELIANE LOITEY - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião - AECOM;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de agosto de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 679/2012, de 28 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 679/2012, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.  
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor EDMILSON CESAR DAROZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2012, ao servidor



EDMILSON CESAR DAROZ, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 523-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de agosto de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 680/2012, de 29 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 680/2012, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor GILDERSON ROBERT MÜLLER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2012, ao servidor GILDERSON ROBERT MÜLLER, ocupante do cargo de Motorista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de abril de 2007 a 9 de abril de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Secretária Municipal de Desenvolvimento  
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 29 de agosto de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 681/2012, de 29 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 681/2012, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Designa o servidor SILVIOMAR BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor SILVIOMAR BERNARDI, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, no período de 3 a 9 de setembro de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FMEC, junto ao BB/BESC, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente designado da FMEC, senhor SILVIOMAR BERNARDI, no período de 3 a 9 de setembro de 2012, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 59/2009, de 2 de janeiro de 2009 e alteração e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 29 de agosto de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 682/2012, de 29 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 682/2012, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Cultura - CMC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.691, de 28 de novembro de 2005; no Decreto nº 5.067, de 16 de janeiro de 2006 e alteração e no Decreto nº 5.122, de 17 de julho de 2006, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura - CMC.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, para compor o Conselho Municipal de Cultura - CMC, as pessoas abaixo mencionadas, com as respectivas instituições governamentais e não governamentais que



representam, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 1º de setembro de 2012:

I - representantes da Fundação Municipal de Cultura:

a) titulares:

1. SANDRA MARA ROMAN;
2. JOSE ALBERTO MAZOCCO;

b) suplentes:

1. CASSIA PINHEIRO MACHADO BITTENCOURT;
2. TIAGO ROBERTO D'AVILA DOS SANTOS;

II - representantes da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Concórdia - COTES-PHAMC:

a) titular: NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA;

b) suplente: ADRIANA INES MARIA ZUCCHI CORRADI;

III - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: NELSON DOMINGOS COREZZOLLA;

b) suplente: MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO;

IV - representantes da Secretaria Municipal de Administração:

a) titular: LIDIANE DAL PRA;

b) suplente: MARIO LUIZ ROTA;

V - representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

a) titular: RODINEI ZANELLA;

b) suplente: JOSE ANTONIO SARETTA;

VI - representantes da Associação Concordeense de Teatro - ACT:

a) titular: LARIESSA SOLIGO DA CAMPO;

b) suplente: VANIA PERUZZO;

VII - representantes da Associação de Artistas Plásticos:

a) titular: TERESA CRISTINA HOBI SBARAINI;

b) suplente: CLAUDIA REGINA MARCON THOME;

VIII - representantes dos grupos de corais:

a) titular: WALDIR ADELMO WEBER;

b) suplente: ANTONIO SIMPLICIO MÜLLER;

IX - representantes de associações de artesãos:

a) titular: SILVANA TONIN;

b) suplente: MARI TERESINHA SECCHI HORN;

X - representantes das entidades étnicas e do folclore:

a) titular: JEAN PIERRE SCHNEIDER;

b) suplente: VILSON ANIVO HAEFLIGER;

XI - representantes de associações de dança:

a) titular: SOLANGE PAGNO DOS SANTOS ALVES;

b) suplente: MARIANA NEUHAUSER.

Art. 2º Ficam revogados os Decretos nºs. 413/2010, de 26 de abril de 2010; 808/2010, de 31 de agosto de 2010; 940/2010, de 4 de novembro de 2010; 520/2011, de 27 de junho de 2011 e 756/2011, de 6 de outubro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 683/2012, de 30 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 683/2012, DE 30 DE AGOSTO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DIONES CARMEN ROBINI DEL POSSO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2012, à servidora DIONES CARMEN ROBINI DEL POSSO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

**Portaria Nº 157/2012, de 23 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 157/2012, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriurário, a partir de 24 de agosto de 2012;

II - NEUSA APARECIDA DAHMER, ocupante do cargo de Diretora de Ação Social, a partir de 27 de agosto de 2012;

III - ORIDES STORCHIO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, a partir de 23 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 158/2012, de 29 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 158/2012, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ROSA MANI MENEGHETTI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 3 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 159/2012, de 29 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 159/2012, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a expressão: "Escrivente" para: "Escriurário"

constante na alínea "b" do inciso III do art. 2º da Portaria nº 156/2012, de 22 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 8/2012 - FMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2012- FMAS

Objeto: Aquisição de veículos novos, para atendimento das necessidades do Centro de Referência da Assistência Social - CREAS e Abrigo Lar Anjo Gabriel, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social e suas contrapartidas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/09/2012.

Abertura: dia 20/09/2012, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 04 de setembro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

**Extrato do 1º TA do Contrato 46/2011 - FMS**

Contrato Nº: 46/2011 1º TA 46/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: AUTO POSTO MEDITERRANEO LTDA

Licitação: Pregão 10/2011

Objeto: AQUISICAO DE GASOLINA COMUM E OLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, QUANDO EM VIAGEM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO MUNICIPIO DE CONCORDIA.

Vigência: Início: 10/08/2012 Término: 25/08/2012

Valor R\$ 106,47( CENTO E SEIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS )

**Extrato do 1º TA do Contrato Nº 173/2012 - PMC**

Contrato Nº: 173/2012 1ºTA 173/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação: Pregão 2/2012

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0033.2032.333903958000000.01000000

Dotação: 19.001.000.0013.0122.0070.2401.333903997000000.01000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET BANDA LARGA

Vigência: Início: 31/08/2012 Término: 18/03/2013

Valor R\$ 455,00(QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)

**Extrato do 1º TA do Contrato Nº 242/2012 - PMC**

Contrato Nº: 242/2012 1ªTA 242/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 23/2012

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905107000000.01190000

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil para execução de obra de ampliação e reforma do antigo GEM Maria Petrolí que irá abrigar o novo CMEI para atender ao Bairro Arvoredo e região, com recursos oriundos do convênio FUNDEB.

Vigência: Início: 20/08/2012 Término: 19/10/2012

Valor R\$ 0,00( )

**Extrato do 1º TA do Contrato Nº 249/2012 - PMC**

Contrato Nº: 249/2012 1ªTA 249/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: HIDROANI POÇOS ARTESIANOS LTDA

Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia 2/2012

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903999000000.01000000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de obra.

Vigência: Início: 23/08/2012 Término: 20/10/2012

Valor R\$ 0,00( )

**Extrato do 1º TA do Contrato Nº 257/2012 - PMC**

Contrato Nº: 257/2012 1ªTA 257/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ORTOBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ORTOPEDIA LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 30/2012

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905192000000.01190000

Objeto: Aquisição de elevador e plataformas elevatórias.

Vigência: Início: 20/08/2012 Término: 05/11/2012

Valor R\$ 0,00( )

**Extrato do 1º TA do Contrato Nº 310/2012 - PMC**

Contrato Nº: 310/2012 1º TA 310/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 37/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01450000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário, para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas: Severina Bortolli Minozzo, Pedro Antônio Balena e Guerino Ugolini, localizadas neste Município

Vigência: Início: 24/08/2012 Término: 15/11/2012

Valor R\$ 6.392,81( SEIS MIL E TREZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITENTA E HUM CENTAVOS )

**Extrato do 1º TA do Contrato Nº 317/2012 - PMC**

Contrato Nº: 317/2012 1ªTA 317/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TRANSFORMERS SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 11/2012

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.344905252000000.03240000

Objeto: Aquisição de veículo tipo furgão, novo, com recursos oriundos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, convênio nº 737859/2010, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Vigência: Início: 20/08/2012 Término: 20/09/2013

Valor R\$ 0,00( )

**Extrato do 1º TA do Contrato Nº 40/2012 - PMC**

Contrato Nº: 40/2012 1ªTA 40/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA.

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 3/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0061.0005.2005.333903908000000.01000000

Dotação: 02.001.000.0004.0121.0003.2003.333903908000000.01000000

Dotação: 04.001.000.0004.0122.0008.2007.333903908000000.01000000

Dotação: 12.001.000.0028.0846.0046.2043.333903908000000.01000000

Dotação: 21.001.000.0018.0122.0080.2501.333903908000000.01000000

Dotação: 22.001.000.0009.0122.0083.2601.333903908000000.02030000

Objeto: SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO DE HORAS TÉCNICAS.

Vigência: Início: 27/08/2012 Término: 05/01/2013

Valor R\$ 1.440,00( HUM MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS )

**Extrato do 2º TA do Contrato Nº 13/2012 - PMC**

Contrato Nº: 13/2012 2ªTA 13/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 31/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905198000000.01190000

Objeto: Contratação de empresa no ramo de engenharia e construção civil para: ampliação, reforma e preventivo contra incendio da EBM Giuseppe Sette.

Vigência: Início: 29/08/2012 Término: 30/06/2013

Valor R\$ 44.075,93( QUARENTA E QUATRO MIL E SETENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E TRES CENTAVOS )

**Extrato do 2º TA do Contrato Nº 225/2012 - PMC**

Contrato Nº: 225/2012 2ªTA 225/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DOCA CASA &amp; JARDIM LTDA ME

Licitação: Tomada de Preço para Compras e Serviços 1/2012

Dotação: 10.001.000.0023.0695.0040.2039.344905198000000.01240000

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada global, para execução de reflorestamento da faixa ciliar do Rio dos Queimados, no Parque Municipal de Exposições, neste Município,

com recursos oriundos do Contrato nº 292.763-81/2009, celebra-  
do com a Caixa Econômica Federal/Ministério das Cidades.

Vigência: Início: 30/08/2012 Término: 29/10/2012

Valor R\$ 0,00( )

#### **Extrato do 2º TA do Contrato Nº 246/2011 - PMC**

Contrato Nº: 246/2011 2ªTA 246/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação: Pregão 51/2011

Dotação: 08.001.000.0015.0122.0027.2027.333903997000000.01  
000000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903997000000.0  
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903997000000.0  
1190000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0033.2032.333903997000000.0  
1000000

Objeto: serviço de conexão de internet.

Vigência: Início: 21/08/2012 Término: 29/08/2013

Valor R\$ 32.627,28( TRINTA E DOIS MIL E SEISCENTOS E VINTE  
E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS )

#### **Extrato do 2º TA do Contrato Nº 270/2012 - PMC**

Contrato Nº: 270/2012 2ªTA 270/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: GENTE SEGURADORA S A

Licitação: Pregão 65/2012

Dotação: 04.001.000.0004.0122.0008.2007.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 03.001.000.0004.0122.0007.2006.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 05.001.000.0004.0122.0012.2010.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 06.001.000.0012.0361.0014.2012.333903969000000.0  
1010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2013.333903969000000.0  
1010000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0029.2029.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0033.2032.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 11.001.000.0026.0782.0043.2041.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 15.001.000.0008.0122.0058.2201.333903969000000.0  
1000000

Dotação: 15.001.000.0008.0244.0061.2204.333903969000000.0  
1000000

Objeto: SELECAO DE EMPRESA DO RAMO DE SEGUROS PARA FIR-  
MAR CONTRATO DE SEGURO DE VEICULOS DA FROTA DA PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA, EM CONFORMIDADE COM  
AS ESPECIFICACOES CONSTANTES DO ANEXO D DESTE EDITAL.

Vigência: Início: 21/08/2012 Término: 30/06/2013

Valor R\$ 905,50( NOVECIENTOS E CINCO REAIS E CINQUENTA  
CENTAVOS )

#### **Extrato do 2º TA do Contrato Nº 317/2012 - PMC**

Contrato Nº: 317/2012 2ªTA 317/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TRANSFORMERS SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico 11/2012

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.344905252000000.0  
3240000

Objeto: Aquisição de veículo tipo furgão, novo, com recursos  
oriundos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
de Territórios Rurais, convênio nº 737859/2010, firmado com o  
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Vigência: Início: 31/08/2012 Término: 18/09/2012

Valor R\$ 0,00( )

#### **Extrato do 4º TA do Contrato Nº 340/2009 - PMC**

Contrato Nº: 340/2009 4º TA 340/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: CRI COLETA RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE  
LIXO LTDA ME

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia  
2/2009

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0030.2030.333903928000000.0  
1000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA  
SANITARIA, PARA PRESTAR SERVICOS DE COLETA E TRANSPOR-  
TE DE RESIDUOS SOLIDOS DOMICILIARES E COMPACTAVEIS,  
GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO PERIMETRO URBANO DO  
MUNICIPIO DE CONCORDIA E NAS SEDES DE SEUS DISTRITOS,  
ATE O ATERRO SANITARIO MUNICIPAL.

Vigência: Início: 28/08/2012 Término: 29/10/2012

Valor R\$ 146.595,12( CENTO E QUARENTA E SEIS MIL E QUI-  
NHENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E DOZE CENTAVOS )

#### **Extrato do Contrato Nº 10/2012 - Fmc**

Contrato Nº: 10/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCOR-  
DIA

Contratada: DETECTOR MONITORAMENTO LTDA

Licitação: Pregão 7/2012

Dotação: 19.001.000.0013.0122.0073.1401.344905233000000.0  
1000000

Objeto: aquisição de cameras de segurança para monitoramento  
da Biblioteca Publica Municipal julio da Costa Neves.

Vigência: Início: 17/08/2012 Término: 17/09/2013

Valor R\$ 4.170,00( QUATRO MIL E CENTO E SETENTA REAIS )

#### **Extrato do Contrato Nº 20/2012 - FMAS**

Contrato Nº: 20/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CON-  
CORDIA

Contratada: CASA DA COZINHA - PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME

Licitação: Dispensa de Licitação 1/2012

Dotação: 15.001.000.0008.0244.0061.2204.333903024000000.0  
1000000

Dotação: 15.001.000.0008.0244.0061.2204.333903916000000.0  
1000000

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação  
de equipamentos.

Vigência: Início: 17/08/2012 Término: 16/09/2013

Valor R\$ 1.495,00( HUM MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E  
CINCO REAIS )



**Extrato do Contrato Nº 51/2012 - Fumas**

Contrato Nº: 51/2012

Contratante: FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCORDIA

Contratada: INSTITUTO DA CIRCULAÇÃO CONCÓRDIA S/S

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 3/2012

Dotação: 18.001.000.0004.0302.0068.2352.33390395000000.02000000

Objeto: Prestação de serviço de saúde.

Vigência: Início: 03/08/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 12.000,00( DOZE MIL REAIS )

**Extrato dos Contratos Nº 343/2012 a 354/2012 - PMC**

Contrato Nº: 343/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: REALMAC MAQ. EQUIP. P ESCRITORIO LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 29/2012

Dotação: 05.001.000.0004.0122.0012.2010.333903912000000.01000000

Objeto: Serviço de locação de máquina de xerox.

Vigência: Início: 17/08/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 1.050,00( HUM MIL E CINQUENTA REAIS )

Contrato Nº: 344/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: IRMA CAVALIERI

Licitação: Pregão 87/2012

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2013.333903923000000.01010000

Objeto: SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO.

Vigência: Início: 20/08/2012 Término: 05/10/2012

Valor R\$ 5.800,00( CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS )

Contrato Nº: 345/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação: Pregão 85/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.01000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.01890000

Dotação: 14.001.000.0008.0243.0056.2152.344905235000000.01000000

Dotação: 16.001.000.0016.0122.0061.2251.344905235000000.01000000

Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

Vigência: Início: 21/08/2012 Término: 15/09/2015

Valor R\$ 3.280,00( TRES MIL E DUZENTOS E OITENTA REAIS )

Contrato Nº: 346/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: CBA INFORMÁTICA LTDA

Licitação: Pregão 85/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.01000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.01890000

Dotação: 14.001.000.0008.0243.0056.2152.344905235000000.01000000

Dotação: 16.001.000.0016.0122.0061.2251.344905235000000.01000000

Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

Vigência: Início: 21/08/2012 Término: 15/09/2015

Valor R\$ 38.490,00( TRINTA E OITO MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS )

Contrato Nº: 347/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação: Pregão Eletrônico 47/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903999000000.01000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0029.2029.333903999000000.01000000

Dotação: 10.001.000.0023.0691.0039.2038.333903999000000.01000000

Dotação: 11.001.000.0026.0782.0043.2041.333903999000000.01000000

Objeto: REGISTRO DE PRECOS PARA POSSIVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE DE CALCARIO E HORAS MAQUINAS.

Vigência: Início: 21/08/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 44.850,00( QUARENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS )

Contrato Nº: 348/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DALLA ROSA TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA ME

Licitação: Pregão Eletrônico 47/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.333903999000000.01000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0029.2029.333903999000000.01000000

Dotação: 10.001.000.0023.0691.0039.2038.333903999000000.01000000

Dotação: 11.001.000.0026.0782.0043.2041.333903999000000.01000000

Objeto: REGISTRO DE PRECOS PARA POSSIVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE DE CALCARIO E HORAS MAQUINAS.

Vigência: Início: 21/08/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 13.998,00( TREZE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS )

Contrato Nº: 349/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 48/2012

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905198000000.01190000

Objeto: contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de reparos no sistema de drenagem pluvial e construção de sistema de captação de águas pluviais da Escol Básica Municipal Santa Cruz, situada na Rua Amantino Furlanetto, no Bairro Sana Cruz, neste município.

Vigência: Início: 24/08/2012 Término: 22/11/2012

Valor R\$ 40.110,52( QUARENTA MIL E CENTO E DEZ REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS )

Contrato Nº: 350/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP



Licitação: Pregão 79/2012  
 Dotação: 05.001.000.0004.0122.0013.1003.344905242000000.01000000

Objeto: Aquisição de móveis em MDF, sob medida, para a Secretaria Municipal de Finanças  
 Vigência: Início: 24/08/2012 Término: 22/11/2013  
 Valor R\$ 89.900,00( OITENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS REAIS )

Contrato Nº: 351/2012  
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
 Contratada: CROMILUX TECNOLOGIA LTDA  
 Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 42/2012  
 Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905199000000.01170000  
 Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905199000000.03170000

Objeto: execução de obra de instalação e manutenção elétrica para execução de serviços na manutenção do sistema de iluminação pública  
 Vigência: Início: 24/08/2012 Término: 24/08/2013  
 Valor R\$ 221.382,48( DUZENTOS E VINTE E HUM MIL E TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS )

Contrato Nº: 352/2012  
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
 Contratada: JLN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME  
 Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 49/2012  
 Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905107000000.01190000

Objeto: contratação de empresa do ramo de instalações elétricas para reforma das instalações elétricas do CMEI Matriz Fracasso  
 Vigência: Início: 27/08/2012 Término: 25/11/2012  
 Valor R\$ 15.701,27( QUINZE MIL E SETECENTOS E HUM REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS )

Contrato Nº: 353/2012  
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
 Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA  
 Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 45/2012  
 Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01450000  
 Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.03440000

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Ceneda, localizada no Bairro Guilherme Reich e da Rua Jacarandas, localizada no Bairro Floresta, ambas neste Município  
 Vigência: Início: 27/08/2012 Término: 25/12/2012  
 Valor R\$ 35.876,08( TRINTA E CINCO MIL E OITOCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E OITO CENTAVOS )

Contrato Nº: 354/2012  
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
 Contratada: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP  
 Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 45/2012  
 Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01450000  
 Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.0

3440000

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Ceneda, localizada no Bairro Guilherme Reich e da Rua Jacarandas, localizada no Bairro Floresta, ambas neste Município  
 Vigência: Início: 27/08/2012 Término: 25/12/2012  
 Valor R\$ 122.935,89( CENTO E VINTE E DOIS MIL E NOVECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS )

#### Extrato dos Contratos Nº 65/2012 a 70/2012 - FMS

Contrato Nº: 65/2012  
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA  
 Contratada: PANIFICADORA E CONF. MULTI SABOR LTDA ME  
 Licitação: Dispensa de Licitação 6/2012  
 Dotação: 13.001.000.0010.0122.0048.2101.333903941000000.01020000

Objeto: Fornecimento de alimentação  
 Vigência: Início: 01/08/2012 Término: 31/12/2012  
 Valor R\$ 1.650,00( HUM MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS )

Contrato Nº: 66/2012  
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA  
 Contratada: PADARIA E CONFEITARIA MCECILIA LTDA ME  
 Licitação: Dispensa de Licitação 6/2012  
 Dotação: 13.001.000.0010.0122.0048.2101.333903941000000.01020000

Objeto: Fornecimento de alimentação  
 Vigência: Início: 01/08/2012 Término: 31/12/2012  
 Valor R\$ 7.882,50( SETE MIL E OITOCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS )

Contrato Nº: 67/2012  
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA  
 Contratada: CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA  
 Licitação: Pregão 11/2012  
 Dotação: 13.001.000.0010.0304.0051.2104.333903905000000.02000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA ANÁLISES DE PROJETOS DO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Vigência: Início: 20/08/2012 Término: 31/12/2012  
 Valor R\$ 14.625,00( QUATORZE MIL E SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS )

Contrato Nº: 68/2012  
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA  
 Contratada: APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE AUCÓLTRAS E TOXICOMANOS  
 Licitação: Inexigibilidade de Licitação 26/2012  
 Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.01650000

Objeto: Internamento em clínica especializada.  
 Vigência: Início: 20/08/2012 Término: 20/05/2013  
 Valor R\$ 45.000,00( QUARENTA E CINCO MIL REAIS )

Contrato Nº: 69/2012  
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA  
 Contratada: ANGEL'S BOSQUE CENTRO TERAPEUTICO LTDA  
 Licitação: Inexigibilidade de Licitação 28/2012  
 Dotação: 13.001.000.0010.0122.0048.2101.333903950000000.01020000

Dotação: 13.001.000.0010.0122.0048.2101.333903999000000.01020000

Objeto: Serviços de internação  
Vigência: Início: 30/08/2012 Término: 01/03/2013  
Valor R\$ 21.000,00( VINTE E HUM MIL REAIS )

Contrato Nº: 70/2012  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA  
Contratada: CR-CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRA-SONOGRAFIA LTDA  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação 29/2012  
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903950000000.01020000

Objeto: Credenciamento para prestadores de serviços de saúde para consultas especializadas de Alta Complexidade, exames de alto custo e cirurgias eletivas, para atendimento à população.  
Vigência: Início: 31/08/2012 Término: 31/12/2012  
Valor R\$ 24.020,00( VINTE E QUATRO MIL E VINTE REAIS )

**Edital de Notificação Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Educação Infantil**  
MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.548,24 (dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Concórdia SC, 05 de setembro de 2012.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Edital de Notificação Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Fundamental**  
MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 20.427,91 (vinte mil quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos).

Concórdia SC, 05 de setembro de 2012.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Edital de Notificação Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Médio**  
MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.356,60 (seis

mil trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

Concórdia SC, 05 de setembro de 2012  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Edital de Notificação Convênio Merenda Escolar - Pnae - Ensino Fundamental**  
MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 7ª parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 31.608,00 (trinta e um mil seiscentos e oito reais).

Concórdia SC, 05 de setembro de 2012.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Edital de Notificação Convênio Merenda Escolar - Pnae - Creche**  
MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 7ª parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 31.460,00 (trinta e um mil quatrocentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 05 de setembro de 2012  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Edital de Notificação Convênio Merenda Escolar - Pnae - Eja**  
MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 7ª parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais).

Concórdia SC, 05 de setembro de 2012  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Edital de Notificação Convênio Merenda Escolar - Pnae - Pré Escola**  
MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 7ª parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 14.930,00 (catorze mil

novecentos e trinta reais).

Concórdia SC, 05 de setembro de 2012  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 357/2012

PORTARIA 357/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e atendendo o disposto no artigo 10, I, II da Lei Complementar 70/2009:

#### RESOLVE:

Art. 1º Atribuir Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, ao Servidor Municipal, Sr. OLIVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, 03 de setembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### Portaria Nº 358/2012

PORTARIA 358/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e atendendo o disposto no artigo 10, I, II da Lei Complementar 70/2009:

#### RESOLVE:

Art. 1º Atribuir Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 6% (seis por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a Servidora Municipal, Sra. TEREZINHA BEE, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, 03 de setembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### Portaria Nº 359/2012

PORTARIA 359/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e atendendo o disposto no artigo 10, I, II da Lei Complementar 70/2009:

#### RESOLVE:

Art. 1º Atribuir Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 6% (seis por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a Servidora Municipal, Sra. VANIA CRISTINA PEDERSSETTI GRACIA-NI, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, 03 de setembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### Portaria Nº 360/2012

PORTARIA 360/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e atendendo o disposto no artigo 10, I, II da Lei Complementar 70/2009:

#### RESOLVE:

Art. 1º Atribuir Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, 03 de setembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 361/2012**

PORTARIA N.º 361/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DOS PAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 71 § 2º da Lei Complementar nº 018/2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de licença sem prejuízo da remuneração, para acompanhamento de tratamento de saúde dos pais, a Servidora Municipal, Sra. ANA MARIA COLOMBELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sendo do dia 31 de agosto a 29 de setembro de 2012, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Comunique-se, Cumpra-se.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**Portaria Nº 362/2012**

PORTARIA Nº 362/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao Servidor Municipal, Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 27/06/2010 a 26/06/2011, que serão gozadas no período de 26/09/2012 a 05/10/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês setembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

IVONEI BREANSINI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Portaria Nº 363/2012**

PORTARIA N.º 363/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. IZABEL COLOMBELLI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 364/2012**

PORTARIA N.º 364/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. TAISA BORSOI, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 365/2012**

PORTARIA Nº 365/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município, Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, 10



(dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012, que serão gozadas no período de 20/09/2012 a 29/09/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de setembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Portaria Nº 366/2012

PORTARIA Nº 366/2012, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais em que o cargo lhe confere em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder, com base no Art. 73 da Lei C. 18/01 e Lei C. 067/07, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 40 (quarenta) dias, a contar a partir da data de 05 de setembro de 2012, conforme requerimento anexo, o Servidor Público Municipal, Sr. FERNANDO MORELATTO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Parágrafo Primeiro. O Servidor poderá solicitar a prorrogação do prazo da Licença aqui deferida, pelo prazo de até dois anos, desde que presentes os requisitos legais na data do requerimento.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo de licença, ora deferido, o Servidor deverá retornar imediatamente as suas atividades, independentemente de notificação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Cordilheira Alta - SC, 04 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

### Portaria Nº 367/2012

PORTARIA Nº 367/2012, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o

Decreto nº 067/2010:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. ANDREIA REGINA DI DOMENICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

### Portaria Nº 368/2012

PORTARIA Nº 368/2012, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do filho, a Servidora Municipal, Sra. SONIA CENCI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### Extrato do Contrato Adm 11/2012 FMS

EXTRATO Nº: 11/2012 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

VALOR: R\$ 1.060,00 (um mil e sessenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 08/08/2012 Término: 31/12/2012

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 14/2012.

RECURSOS: 09.01.2.019.3.3.90.39.69.00.00.00;

OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros, destinados a cobertura dos imóveis do Fundo Municipal de Saúde - Lote 01 do edital.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Sedinei Ongaratto.  
Cordilheira Alta, 08 de agosto de 2012.



**Extrato do Contrato Adm 12/2012 FMS**

EXTRATO Nº: 12/2012 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

VALOR: R\$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 08/08/2012 Término: 31/12/2012

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 14/2012.

RECURSOS: 09.01.2.019.3.3.90.39.69.00.00.00;

OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros, destinados a cobertura da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde - Lote 02 do edital

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Marcelo Wais.

Cordilheira Alta, 08 de agosto de 2012.

**Extrato do Contrato Adm 91/2012**

EXTRATO Nº: 91/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

LOCADOR: PIAZZA COMÉRCIO DE TRATORES E MÁQUINAS LTDA

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

VIGÊNCIA: Início 03/08/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 41/2012.

OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de peças e serviço de mão de obra para reforma emergencial do Trator de pneu, marca New Holland, modelo TL 75-E - Lote 01 do edital.

DOTAÇÃO: 07.01.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00;

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e João Piazza.

Cordilheira Alta, 03 de agosto de 2012.

**Extrato do Contrato Adm 92/2012**

EXTRATO Nº: 92/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

LOCADOR: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

VALOR: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: Início 08/08/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 42/2012.

OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros, destinados a cobertura de imóveis do Poder Público Município - Lote 01 do edital.

DOTAÇÃO: 08.01.2.011.3.3.90.39.69.00.00.00; 05.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00; 03.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00;

05.01.2.021.3.3.90.39. 69.00.00.00; 04.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00; 07.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00; e 10.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00;

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Sedenei Ongaratto.

Cordilheira Alta, 08 de agosto de 2012.

**Extrato do Contrato Adm 93/2012**

EXTRATO Nº: 93/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

LOCADOR: GENTE SEGURADORA S/A

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

VIGÊNCIA: Início 08/08/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 42/2012.

OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros, destinados a cobertura da frota de veículos do Poder Público Município - Lote 02 do edital.

DOTAÇÃO: 08.01.2.011.3.3.90.39.69.00.00.00; 05.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00; 03.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00; 05.01.2.021.3.3.90.39. 69.00.00.00; 04.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00; 07.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00; e 10.01.2.021.3.3.90.39.69.00.00.00;

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Marcelo Wais.

Cordilheira Alta, 08 de agosto de 2012.

**Extrato do Contrato Adm 94/2012**

EXTRATO Nº: 94/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

LOCADOR: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

VALOR: R\$ R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mês.

VIGÊNCIA: Início 13/08/2012 até 31/12/2012.

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.

SIGNATÁRIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Gilsoni Lunardi Albino.

Cordilheira Alta, 13 de agosto de 2012.

**Extrato do Contrato Adm 95/2012**

EXTRATO Nº: 95/2012

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 93/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

LOCADOR: GENTE SEGURADORA S/A

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 42/2012.

OBJETO: O Objeto do presente Aditivo é a SUPRESSÃO da prestação de serviços de Seguro - Itens n. 17 e 20, dos serviços constantes no Edital e no Contrato Administrativo n. 093/2012, e acréscimo de veículo, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
17	Seguro de Veículo Celta 2p, chassi n. 9BGR-Z08F0AG255542, ano/modelo 2009/2010, Placa MGY 7139.	un	1,00	392,08	392,08
20	Seguro de Veículo Master Mini-bus 2.5, chassi n. 93YCDDUH56J726744, ano/modelo 2006/2006, placa MDJ 5515.	un	1,00	878,27	878,27
					1270,35
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
	Seguro de Veículo Microonibus Peugeot Boxer Jaedi Tur, chassi 936ZCPMNC92033377, placa MFF 7515, ano/modelo 2008/2009, cor branca, com as seguintes coberturas, casco 100% do valor da FIPE. RCP-V - Danos Morais R\$ 1000.000,00; Danos Morais R\$ 30.000,00; Danos Corporais R\$ 100.000,00; APP Morte R\$ 10.000,00 (por ocupante); APP invalidez R\$ 10.000,00 (por ocupante). Com assistência 24H, 200Km de guincho e vidros. Franquia Reduzida	un	1,00	865,98	865,98
					865,98

SIGNATARIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Marcelo Wais.  
Cordilheira Alta, 15 de agosto de 2012.

#### Extrato do Contrato Adm 96/2012

EXTRATO Nº: 96/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA  
LOCADOR: COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

VALOR: R\$ 16.564,95 (dezesesseis mil quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

VIGÊNCIA: Início 17/08/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação 2/2012.

OBJETO: É objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante o segundo semestre do exercício de 2012, itens 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25 e 26 do edital.

DOTAÇÃO: 2.017.3390.00 - 0 - 17/2012

SIGNATARIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Cleber Juriatti.

Cordilheira Alta, 17 de agosto d 2012.

#### Extrato do Contrato Adm 97/2012

EXTRATO Nº: 97/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA  
LOCADOR: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

VALOR: R\$ 4.670,20 (quatro mil seiscentos e setenta reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: Início 17/08/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação 2/2012.

OBJETO: É objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante o segundo semestre do exercício de 2012, itens 1, 7, 14, 18 e 22 do edital.

DOTAÇÃO: 2.017.3390.00 - 0 - 17/2012

SIGNATARIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Jair Antonio Niero.

Cordilheira Alta, 17 de agosto d 2012.

#### Extrato do Contrato Adm 98/2012

EXTRATO Nº: 98/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

LOCADOR: ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil)

VIGÊNCIA: Início 20/08/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 45/2012.

OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de peças e serviço de mão de obra para reforma emergencial do trator de esteira marca Comatsu, D41-B, serie B35498, ano 2006 - Lote 01 do edital.

DOTAÇÃO: 07.01.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.00; SIGNATARIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Gilmar Rodrigues da Silva.

Cordilheira Alta, 20 de agosto d 2012.

#### Extrato do Contrato Adm 99/2012

EXTRATO Nº: 99/2012

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

LOCADOR: MJ CONSTRUÇÕES LTDA ME

VALOR: R\$ 19.502,44 (dezenove mil quinhentos e dois reais e quarenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: Início 30/08/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 5/2012.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa especializada para reformar edificação em alvenaria, para utilização de capela mortuária, de acordo com os projetos de engenharia, memorial descritivo e planilhas de orçamento, os quais para todos os efeitos passam a integrar o presente.

DOTAÇÃO: 08.01.2.011.4.4.90.00.00.00.00.00.00;

SIGNATARIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Mirian de Oliveira.

Cordilheira Alta, 30 de agosto d 2012.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**Decreto Nº126, de 03 de Setembro de 2012.**

DECRETO Nº126, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 58 da Lei Complementar 005/2003 de 14 de Abril de 2003, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr Gean Junior Botega ocupante do Cargo de Auxiliar de serviços gerais, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 03 de setembro de 2012, em virtude da prestação de seus serviços junto a Rampa de lavagem na Secretaria Transporte e Obras .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 03 de setembro de 2012.

PEDRO KIELB

Prefeito Municipal em exercício.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 084, de 03 de Setembro de 2012.**

PORTARIA Nº. 084, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:

**DESIGNAR:**

Art. 1º O Servidor Público Municipal, Senhor Gean Junior Botega, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer suas funções junto a Rampa de Lavagem de Veículos da Administração Municipal, a partir do dia 03 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 03 de setembro 2012

PEDRO KIELB

Prefeito Municipal em exercício.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 85, de 04 de Setembro de 2012.**

PORTARIA Nº. 85, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora Aldinha Carmen Severgnini ,ocupante do Cargo de Técnica em Contabilidade , a partir do dia 04 de Setembro de 2012, conforme cópia de atestado médico e benefício em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 04 de Setembro de 2012.

PEDRO KIELB

Prefeito Municipal em exercício.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de Coronel Martins - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial			—	0,00	
Previsão Atualizada			—	8.798.553,00	
Receitas Realizadas			1.807.824,25	4.737.599,58	
Déficit Orçamentário			—	214.996,48	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	103.244,27	
DESPESAS					
Dotação Inicial			—	8.798.553,00	
Créditos Adicionais			—	1.112.376,39	
Dotação Atualizada			—	9.910.929,39	
Despesas Empenhadas			2.442.793,69	6.528.062,71	
Despesas Liquidadas			2.173.567,96	4.952.596,06	
Superavit Orçamentário			—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			2.442.793,69	6.528.062,71	
Despesas Liquidadas			2.173.567,96	4.952.596,06	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida				8.212.954,71	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-112.670,00	-77.692,05	68,96	
Resultado Primário		10.690,00	-244.289,14	-2.285,21	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	57.711,49	0,00	56.185,44	1.526,05	
EXECUTIVO	57.711,49	0,00	56.185,44	1.526,05	
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	142.315,12	0,00	133.702,07	8.613,05	
EXECUTIVO	142.315,12	0,00	133.702,07	8.613,05	
TOTAL:	200.026,61	0,00	189.887,51	10.139,10	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		821.674,66	25%	20,51	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		331.859,71	60%	106,33	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito			0,00		
Despesa de Capital Líquida			687.188,40	950.326,12	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			38.010,00	-38.010,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			38.010,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		827.374,30	15,00	19,78	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

## Município de Coronel Martins - SC

Município de Coronel Martins - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.753.234,00</b>	<b>1.398.586,99</b>	<b>4.082.945,94</b>	<b>3.749.317,13</b>
Receita Tributária	221.960,00	21.197,80	59.239,52	75.388,79
I.P.T.U.	30.000,00	-91,13	0,00	20.101,38
I.S.S.	60.500,00	12.126,96	23.658,00	18.194,12
I.T.B.I.	60.500,00	0,00	1.021,00	9.346,62
I.R.R.F.	14.520,00	8.842,81	24.453,57	14.782,60
Outras Receitas Tributárias	42.000,00	319,16	10.106,95	12.964,07
Receita de Contribuição	74.940,00	2.653,90	7.768,79	7.425,59
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	18.000,00	2.653,90	7.768,79	7.425,59
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	45.310,00	4.901,94	18.609,05	27.736,91
(-) Aplicações Financeiras	45.310,00	4.901,94	18.609,05	27.736,91
Transferências Correntes	8.314.968,00	1.349.875,14	3.915.787,44	3.587.752,16
F.P.M.	4.646.400,00	740.004,80	2.142.128,19	1.995.943,58
I.C.M.S.	4.646.400,00	310.402,24	963.938,23	869.275,35
Convênios	1.984.000,00	53.192,00	73.808,00	39.561,00
Outras Transferências Correntes	100.000,00	246.276,10	735.913,02	682.972,23
Demais Receitas Correntes	1.884.568,00	24.860,15	100.150,19	78.750,59
Dívida Ativa	20.769,00	273,71	1.912,39	4.052,26
Diversas Receitas Correntes	20.769,00	24.586,44	98.237,80	74.698,33
	177.537,00			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>9,00</b>	<b>404.335,32</b>	<b>636.044,59</b>	<b>304.521,91</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	629,48	2.164,10	4.103,62
Alienação de Ativos (V)	0,00	38.010,00	38.010,00	0,00
Transferências de Capital	9,00	365.695,84	595.870,49	300.418,29
Convênios	9,00	365.695,84	595.870,49	300.418,29
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>9,00</b>	<b>365.695,84</b>	<b>595.870,49</b>	<b>300.418,29</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>8.753.243,00</b>	<b>1.764.282,83</b>	<b>4.678.816,43</b>	<b>4.049.735,42</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>8.249.214,87</b>	<b>1.572.080,57</b>	<b>4.265.407,66</b>	<b>3.129.688,20</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.357.920,00	830.285,63	2.146.472,20	1.499.721,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.357.920,00	5.064,34	24.035,17	26.258,87
Outras Despesas Correntes	42.000,00	736.730,60	2.094.900,29	1.603.707,84
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>3.847.294,87</b>	<b>736.730,60</b>	<b>2.094.900,29</b>	<b>1.603.707,84</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.637.514,52</b>	<b>601.487,39</b>	<b>687.188,40</b>	<b>505.285,42</b>
Investimentos	1.595.514,52	599.668,95	681.733,08	374.183,20
Inversões Financeiras	1.595.514,52	0,00	0,00	45.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	30.000,00	0,00	0,00	45.000,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.625.514,52</b>	<b>599.668,95</b>	<b>681.733,08</b>	<b>419.183,20</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>24.200,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>9.854.929,39</b>	<b>2.166.685,18</b>	<b>4.923.105,57</b>	<b>3.522.612,53</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.101.686,39</b>	<b>-402.402,35</b>	<b>-244.289,14</b>	<b>527.122,89</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103.244,27</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	103.244,27	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>			<b>10.690,00</b>	

FONTE:

Coronel Martins, 04/09/2012



**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Município de Coronel Martins - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Abr 2012 (B)	Em 30 Jun 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	105.520,11	101.883,23	100.064,79
DEDUÇÕES (II)	619.477,54	726.086,05	211.377,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	677.189,03	1.000.473,74	693.240,32
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	57.711,49	274.387,69	481.863,18
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-513.957,43	-624.202,82	-111.312,35
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-513.957,43</b>	<b>-624.202,82</b>	<b>-111.312,35</b>
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2012 (C - A)	
<b>VALOR</b>	<b>512.890,47</b>	<b>402.645,08</b>	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-112.670,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Abr 2012 (B)	Em 30 Jun 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Coronel Martins - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>1.807.824,25</b>	<b>20,55</b>	<b>4.737.599,58</b>	<b>53,85</b>	<b>4.060.953,42</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.798.544,00</b>	<b>8.798.544,00</b>	<b>1.403.488,93</b>	<b>15,95</b>	<b>4.101.554,99</b>	<b>46,62</b>	<b>4.696.989,01</b>
RECEITA TRIBUTARIA	221.960,00	221.960,00	21.197,80	9,55	59.239,52	26,69	162.720,48
IMPOSTOS	147.020,00	147.020,00	20.878,64	14,20	49.132,57	33,42	97.887,43
TAXAS	24.940,00	24.940,00	319,16	1,28	9.900,53	39,70	15.039,47
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	206,42	0,41	49.793,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.000,00	18.000,00	2.653,90	14,74	7.768,79	43,16	10.231,21
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	18.000,00	18.000,00	2.653,90	14,74	7.768,79	43,16	10.231,21
RECEITA PATRIMONIAL	45.310,00	45.310,00	4.901,94	10,82	18.609,05	41,07	26.700,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	45.310,00	45.310,00	4.901,94	10,82	18.609,05	41,07	26.700,95
RECEITA AGROPECUARIA	41.210,00	41.210,00	3.677,15	8,92	26.855,73	65,17	14.354,27
Outras Rec. Agropecuárias	41.210,00	41.210,00	3.677,15	8,92	26.855,73	65,17	14.354,27
RECEITA DE SERVIÇOS	55.820,00	55.820,00	9.795,12	17,55	32.048,27	57,41	23.771,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.314.968,00	8.314.968,00	1.349.875,14	16,23	3.915.787,44	47,09	4.399.180,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.214.968,00	8.214.968,00	1.296.683,14	15,78	3.841.979,44	46,77	4.372.988,56
Transf. de Conv.	100.000,00	100.000,00	53.192,00	53,19	73.808,00	73,81	26.192,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	101.276,00	101.276,00	11.387,88	11,24	41.246,19	40,73	60.029,81
Multas e Juros de Mora	25.805,00	25.805,00	1.565,64	6,07	8.048,39	31,19	17.756,61
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.121,00	30.121,00	9.384,75	31,16	29.186,46	96,90	934,54
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	20.769,00	20.769,00	273,71	1,32	1.912,39	9,21	18.856,61
RECEITAS DIVERSAS	24.581,00	24.581,00	163,78	0,67	2.098,95	8,54	22.482,05
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>9,00</b>	<b>9,00</b>	<b>404.338,32</b>	<b>614,67</b>	<b>636.047,59</b>	<b>162,11</b>	<b>-636.035,59</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	38.010,00	0,00	38.010,00	0,00	-38.010,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	37.760,00	0,00	37.760,00	0,00	-37.760,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	250,00	0,00	250,00	0,00	-250,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	629,48	0,00	2.164,10	0,00	-2.164,10
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9,00	9,00	365.698,84	287,11	595.870,49	783,22	-595.861,49
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9,00	9,00	365.698,84	287,11	595.870,49	783,22	-595.861,49
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>1.807.824,25</b>	<b>20,55</b>	<b>4.737.599,58</b>	<b>53,85</b>	<b>4.060.953,42</b>

Continua 1/3

Município de Coronel Martins - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>1.807.824,25</b>	<b>20,55</b>	<b>4.737.599,58</b>	<b>53,85</b>	<b>4.060.953,42</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	214.996,48	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.798.553,00	8.798.553,00	1.807.824,25	20,55	4.952.596,06	53,85	4.060.953,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	150.213,96	—	—	103.244,27	—	—
Superávit Financeiro	—	150.213,96	—	—	103.244,27	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>1.112.376,39</b>	<b>9.910.929,39</b>	<b>2.442.793,69</b>	<b>6.528.062,71</b>	<b>2.173.567,96</b>	<b>4.952.596,06</b>	<b>49,97</b>	<b>4.958.333,33</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.293.382,00</b>	<b>-44.167,13</b>	<b>8.249.214,87</b>	<b>1.457.981,27</b>	<b>5.228.953,31</b>	<b>1.572.080,57</b>	<b>4.265.407,66</b>	<b>51,71</b>	<b>3.983.807,21</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.357.920,00	0,00	4.357.920,00	784.865,10	2.349.664,38	830.285,63	2.146.472,20	49,25	2.211.447,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	44.000,00	0,00	44.000,00	5.064,34	24.035,17	5.064,34	24.035,17	54,63	19.964,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.891.462,00	-44.167,13	3.847.294,87	668.051,83	2.855.253,76	736.730,60	2.094.900,29	54,45	1.752.394,58
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>480.971,00</b>	<b>1.156.543,52</b>	<b>1.637.514,52</b>	<b>984.812,42</b>	<b>1.299.109,40</b>	<b>601.487,39</b>	<b>687.188,40</b>	<b>41,97</b>	<b>950.326,12</b>
INVESTIMENTOS	438.971,00	1.156.543,52	1.595.514,52	982.993,98	1.293.654,08	599.668,95	681.733,08	42,73	913.781,44
INVERSOES FINANCEIRAS	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	12.000,00	0,00	12.000,00	1.818,44	5.455,32	1.818,44	5.455,32	45,46	6.544,68

Continua 2/3

Município de Coronel Martins - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>1.112.376,39</b>	<b>9.910.929,39</b>	<b>2.442.793,69</b>	<b>6.528.062,71</b>	<b>2.173.567,96</b>	<b>4.952.596,06</b>	<b>49,97</b>	<b>4.958.333,33</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>1.112.376,39</b>	<b>9.910.929,39</b>	<b>2.442.793,69</b>	<b>6.528.062,71</b>	<b>2.173.567,96</b>	<b>4.952.596,06</b>	<b>49,97</b>	<b>4.958.333,33</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>1.112.376,39</b>	<b>9.910.929,39</b>	<b>2.442.793,69</b>	<b>6.528.062,71</b>	<b>2.173.567,96</b>	<b>4.952.596,06</b>	<b>49,97</b>	<b>4.958.333,33</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>8.798.553,00</b>	<b>1.112.376,39</b>	<b>9.910.929,39</b>	<b>2.442.793,69</b>	<b>6.528.062,71</b>	<b>2.173.567,96</b>	<b>4.952.596,06</b>	<b>49,97</b>	<b>4.958.333,33</b>

FONTE:

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea " c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	8.798.553,00	9.910.929,39	2.442.793,69	6.528.062,71	2.173.567,96	4.952.596,06	100,00	49,97	4.958.333,33
Legislativa	450.000,00	450.000,00	64.681,02	216.903,43	72.085,76	206.251,61	4,16	45,83	243.748,39
Ação Legislativa	450.000,00	450.000,00	64.681,02	216.903,43	72.085,76	206.251,61	4,16	45,83	243.748,39
Administração	1.511.000,00	1.471.000,00	210.873,71	885.341,46	233.697,62	690.462,11	13,94	46,94	780.537,89
Administração Geral	1.487.000,00	1.447.000,00	210.873,71	867.041,46	221.497,62	672.162,11	13,57	46,45	774.837,89
Administração Financeira	24.000,00	24.000,00	0,00	18.300,00	12.200,00	18.300,00	0,37	76,25	5.700,00
Segurança Pública	16.292,00	16.292,00	900,00	1.577,00	900,00	1.577,00	0,03	9,68	14.715,00
Policiamento	16.292,00	16.292,00	900,00	1.577,00	900,00	1.577,00	0,03	9,68	14.715,00
Assistência Social	257.464,00	262.712,35	33.830,36	108.223,17	29.879,03	90.991,06	1,84	34,64	171.721,29
Assistência ao Idoso	29.000,00	29.000,00	5.889,97	14.311,86	5.215,76	10.882,66	0,22	37,53	18.117,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	114.924,00	120.172,35	13.138,19	39.186,73	13.064,97	38.136,72	0,77	31,74	82.035,63
Assistência Comunitária	113.540,00	113.540,00	14.802,20	54.724,58	11.598,30	41.971,68	0,85	36,97	71.568,32
Saúde	2.078.942,00	2.316.656,25	657.273,09	1.754.353,06	550.989,52	1.174.861,78	23,72	50,71	1.141.794,47
Atenção Básica	1.993.306,00	2.201.409,13	626.931,65	1.694.579,64	524.917,57	1.132.894,02	22,87	51,46	1.068.515,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.000,00	24.089,12	20.003,50	20.003,50	18.344,02	18.344,02	0,37	76,15	5.745,10
Vigilância Sanitária	9.680,00	9.680,00	1.710,80	4.680,00	1.866,87	4.680,00	0,09	48,35	5.000,00
Vigilância Epidemiológica	8.954,00	8.954,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.954,00
Alimentação e Nutrição	51.000,00	51.000,00	8.627,14	22.689,92	5.861,06	18.943,74	0,38	37,14	32.056,26
Abastecimento	10.002,00	21.524,00	0,00	12.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.524,00
Educação	1.671.059,00	1.857.899,05	489.080,93	1.123.538,16	348.649,25	880.298,40	17,77	47,38	977.600,65
Ensino Fundamental	1.485.689,00	1.485.689,00	288.273,00	818.592,11	295.575,17	756.772,47	15,28	50,94	728.916,53
Educação Infantil	185.370,00	372.210,05	200.807,93	304.946,05	53.074,08	123.525,93	2,49	33,19	248.684,12
Cultura	50.000,00	50.000,00	0,00	34.400,00	0,00	34.400,00	0,69	68,80	15.600,00
Difusão Cultural	50.000,00	50.000,00	0,00	34.400,00	0,00	34.400,00	0,69	68,80	15.600,00
Urbanismo	178.002,00	528.801,59	188.904,60	508.730,02	71.547,67	149.338,89	3,02	28,24	379.462,70
Infra-Estrutura Urbana	65.002,00	415.801,59	186.250,70	415.198,35	55.403,84	97.894,87	1,98	23,54	317.906,72
Serviços Urbanos	108.000,00	108.000,00	2.653,90	90.331,67	16.143,83	48.244,02	0,97	44,67	59.755,98
Transporte Rodoviário	5.000,00	5.000,00	0,00	3.200,00	0,00	3.200,00	0,06	64,00	1.800,00

Continua 1/3



Município de Coronel Martins - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	8.798.553,00	9.910.929,39	2.442.793,69	6.528.062,71	2.173.567,96	4.952.596,06	100,00	49,97	4.958.333,33
Habitação	10.001,00	10.001,00	0,00	4.976,00	0,00	4.976,00	0,10	49,76	5.025,00
Habitação Urbana	10.001,00	10.001,00	0,00	4.976,00	0,00	4.976,00	0,10	49,76	5.025,00
Saneamento	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Saneamento Básico Urbano	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Gestão Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	763.630,00	772.875,76	103.724,67	420.840,81	137.387,92	393.617,15	7,95	50,93	379.258,61
Promoção da Produção Vegetal	310.630,00	319.875,76	37.357,54	212.381,70	71.020,79	185.158,04	3,74	57,88	134.717,72
Promoção da Produção Animal	20.000,00	20.000,00	604,00	12.059,50	604,00	12.059,50	0,24	60,30	7.940,50
Extensão Rural	433.000,00	433.000,00	65.763,13	196.399,61	65.763,13	196.399,61	3,97	45,36	236.600,39
Indústria	30.001,00	30.001,00	2.700,00	9.320,00	2.700,00	9.320,00	0,19	31,07	20.681,00
Promoção Industrial	30.001,00	30.001,00	2.700,00	9.320,00	2.700,00	9.320,00	0,19	31,07	20.681,00
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transporte	1.486.461,00	1.848.989,39	669.924,42	1.298.896,32	680.834,86	1.183.580,20	23,90	64,01	665.409,19
Transporte Rodoviário	1.486.461,00	1.848.989,39	669.924,42	1.298.896,32	680.834,86	1.183.580,20	23,90	64,01	665.409,19
Desporto e Lazer	72.500,00	72.500,00	12.080,86	46.465,46	12.127,03	43.082,53	0,87	59,42	29.417,47
Desporto Comunitário	72.500,00	72.500,00	12.080,86	46.465,46	12.127,03	43.082,53	0,87	59,42	29.417,47
Encargos Especiais	182.000,00	182.000,00	8.820,03	114.497,82	32.769,30	89.839,33	1,81	49,36	92.160,67
Outros Encargos Especiais	182.000,00	182.000,00	8.820,03	114.497,82	32.769,30	89.839,33	1,81	49,36	92.160,67

Continua 2/3

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	8.798.553,00	9.910.929,39	2.442.793,69	6.528.062,71	2.173.567,96	4.952.596,06	100,00	49,97	4.958.333,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	8.798.553,00	9.910.929,39	2.442.793,69	6.528.062,71	2.173.567,96	4.952.596,06	100,00	49,97	4.958.333,33

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Coronel Martins - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2011 A JUNHO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>732.287,31</b>	<b>743.811,49</b>	<b>656.319,80</b>	<b>774.464,16</b>	<b>792.349,45</b>	<b>1.127.645,72</b>	<b>777.374,49</b>	<b>827.521,42</b>	<b>755.176,22</b>	<b>860.612,34</b>	<b>884.880,56</b>	<b>787.140,78</b>	<b>9.719.583,74</b>	<b>10.485.020,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.748,53	25.901,27	8.492,92	10.407,61	8.764,48	31.245,62	2.829,72	5.960,74	16.462,49	12.788,77	9.127,24	12.070,56	153.799,95	221.960,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.748,53	25.901,27	8.492,92	10.407,61	8.764,48	31.245,62	2.829,72	5.960,74	16.462,49	12.788,77	9.127,24	12.070,56	153.799,95	221.960,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.748,53	25.901,27	8.492,92	10.407,61	8.764,48	31.245,62	2.829,72	5.960,74	16.462,49	12.788,77	9.127,24	12.070,56	153.799,95	221.960,00
I.P.T.U.	2.064,21	1.109,79	826,27	118,37	245,27	793,05	0,00	0,00	0,00	91,13	-91,13	0,00	5.156,96	30.000,00
I.S.S.	808,95	19.601,66	707,51	4.125,96	5.326,55	20.045,51	787,78	1.912,80	2.141,84	6.688,62	6.323,29	5.803,67	74.274,14	60.500,00
I.T.B.I.	3.764,00	1.852,00	3.666,00	3.098,00	1.038,00	480,00	0,00	0,00	800,00	221,00	0,00	0,00	14.919,00	14.520,00
I.R.R.F	2.131,41	2.841,19	3.134,65	3.018,55	2.063,85	9.681,80	1.833,53	3.541,02	4.709,04	5.527,17	2.829,98	6.012,83	47.325,02	42.000,00
Outras Receitas Tributárias	979,96	496,63	158,49	46,73	90,81	245,26	208,41	506,92	8.811,61	260,85	65,10	254,06	12.124,83	74.940,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.161,50	965,13	1.278,33	1.110,60	1.479,16	1.433,79	1.230,71	1.336,00	1.115,37	1.432,81	1.313,30	1.340,60	15.197,30	18.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.015,45	4.382,08	5.939,47	5.769,72	4.985,28	1.559,45	3.269,26	3.997,03	3.513,67	2.927,15	2.946,74	1.955,20	47.260,50	45.310,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.295,54	6.132,31	0,00	10.831,82	7.359,97	814,38	5.081,00	2.246,08	11.397,82	4.453,68	3.677,15	0,00	55.289,75	41.210,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.295,54	6.132,31	0,00	10.831,82	7.359,97	814,38	5.081,00	2.246,08	11.397,82	4.453,68	3.677,15	0,00	55.289,75	41.210,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.810,18	3.460,22	4.889,88	2.985,34	5.104,19	7.956,82	5.634,50	8.772,19	4.837,31	3.009,15	5.474,65	4.320,47	58.254,90	55.820,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	705.668,68	698.527,67	629.632,49	740.638,74	755.593,11	1.074.718,58	753.834,12	799.162,93	711.938,14	823.595,52	855.196,51	763.211,04	9.311.717,53	10.001.444,00
Cota-Parte do F.P.M.	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	4.962.926,56	5.808.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	194.419,30	192.987,08	203.926,49	206.148,52	210.225,67	213.623,94	214.599,54	187.165,48	202.784,91	212.369,61	190.800,99	197.201,63	2.426.253,16	2.480.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	9.040,86	8.513,20	4.914,84	4.190,35	6.628,51	3.266,00	2.332,91	7.907,42	9.206,47	7.896,68	9.431,43	10.916,28	84.244,95	67.760,00
Cota-Parte do ITR.	30,97	17,14	2.135,16	1.740,66	17,51	0,00	0,00	123,69	48,35	0,00	0,00	0,00	4.113,48	4.840,00
Transferências da LC 61/1989	3.492,21	3.504,35	3.248,62	4.589,18	4.304,20	4.868,92	1.697,70	3.546,50	3.157,77	3.350,61	3.792,41	3.387,98	42.940,45	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.059,40	1.059,40	1.059,40	1.059,40	1.059,40	1.059,40	1.063,93	1.063,93	1.063,52	1.063,52	1.063,52	1.063,52	12.738,34	21.780,00
Transferências do FUNDEB	49.733,43	50.635,23	52.170,39	54.739,08	54.468,30	56.435,19	52.638,73	48.933,06	51.430,51	54.299,64	52.766,54	51.727,22	629.977,32	682.000,00
Outras Transferências Correntes	91.337,86	74.018,76	68.557,22	82.228,31	71.125,70	321.873,15	50.515,56	29.080,11	90.171,63	98.364,86	98.241,91	73.008,20	1.148.523,27	887.064,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.587,43	4.442,81	6.086,71	2.720,33	9.063,26	9.917,08	5.495,18	6.046,45	5.911,42	12.405,26	7.144,97	4.242,91	78.063,81	101.276,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>112.919,29</b>	<b>114.774,54</b>	<b>101.780,79</b>	<b>120.734,09</b>	<b>125.987,54</b>	<b>139.281,96</b>	<b>130.135,53</b>	<b>144.229,80</b>	<b>114.067,04</b>	<b>134.186,04</b>	<b>140.837,43</b>	<b>127.694,98</b>	<b>1.506.629,03</b>	<b>1.686.476,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	112.919,29	114.774,54	101.780,79	120.734,09	125.987,54	139.281,96	130.135,53	144.229,80	114.067,04	134.186,04	140.837,43	127.694,98	1.506.629,03	1.686.476,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>619.368,02</b>	<b>629.036,95</b>	<b>554.539,01</b>	<b>653.730,07</b>	<b>666.361,91</b>	<b>988.363,76</b>	<b>647.238,96</b>	<b>683.291,62</b>	<b>641.109,18</b>	<b>726.426,30</b>	<b>744.043,13</b>	<b>659.445,80</b>	<b>8.212.954,71</b>	<b>8.798.544,00</b>

FONTE:

Coronel Martins, 04/09/2012

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Coronel Martins - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	2.634,26	55.077,23	-	56.185,44	1.526,05	-	142.315,12	-	133.702,07	8.613,05
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.634,26	41.978,46	0,00	43.086,67	1.526,05	0,00	142.025,12	0,00	133.412,07	8.613,05
GABINETE DO PREFEITO	0,00	2.793,14	0,00	2.793,14	0,00	0,00	2.393,05	0,00	0,00	2.393,05
SECRETARIA MUNIC. DE ADMIN. PLANEJ E FINANÇAS	0,00	9.508,69	0,00	9.508,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	0,00	5.434,73	0,00	5.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	2.634,26	16.232,50	0,00	17.340,71	1.526,05	0,00	108.463,76	0,00	107.804,19	659,57
SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO	0,00	8.009,40	0,00	8.009,40	0,00	0,00	31.168,31	0,00	25.607,88	5.560,43
FM AGRICULTURA DE CORONEL MARTINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00	0,00	290,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00	0,00	290,00	0,00
FM CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CORONEL MARTINS	0,00	811,78	0,00	811,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA	0,00	811,78	0,00	811,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS	0,00	12.286,99	0,00	12.286,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	12.286,99	0,00	12.286,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>2.634,26</b>	<b>55.077,23</b>	<b>0,00</b>	<b>56.185,44</b>	<b>1.526,05</b>	<b>0,00</b>	<b>142.315,12</b>	<b>0,00</b>	<b>133.702,07</b>	<b>8.613,05</b>

FONTE:

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

### RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	157.668,00	157.668,00	21.293,58	51.022,63	32,36
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	39.438,00	39.438,00	315,76	1.882,01	4,77
1.1.1- IPTU	30.000,00	30.000,00	-91,13	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.210,00	1.210,00	91,13	135,02	11,16
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.260,00	7.260,00	273,71	1.634,19	22,51
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	968,00	968,00	42,05	112,80	11,65
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	14.520,00	14.520,00	0,00	1.021,00	7,03
1.2.1- ITBI	14.520,00	14.520,00	0,00	1.021,00	7,03
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	61.710,00	61.710,00	12.135,01	23.666,05	38,35
1.3.1- ISS	60.500,00	60.500,00	12.126,96	23.658,00	39,10
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	484,00	484,00	8,05	8,05	1,66
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	484,00	484,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	242,00	242,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.000,00	42.000,00	8.842,81	24.453,57	58,22
1.4.1- IRRF	42.000,00	42.000,00	8.842,81	24.453,57	58,22
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	8.432.380,00	8.432.380,00	1.342.663,68	3.955.760,29	46,91
2.1- Cota-Parte FPM	5.808.000,00	5.808.000,00	925.005,92	2.677.659,99	46,10
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.808.000,00	5.808.000,00	925.005,92	2.677.659,99	46,10
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.480.000,00	2.480.000,00	388.002,62	1.204.922,16	48,59
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	21.780,00	21.780,00	2.127,04	6.381,94	29,30
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	7.180,39	18.932,97	37,87
2.5- Cota-Parte ITR	4.840,00	4.840,00	0,00	172,04	3,55
2.6- Cota-Parte IPVA	67.760,00	67.760,00	20.347,71	47.691,19	70,38
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	8.590.048,00	8.590.048,00	1.363.957,26	4.006.782,92	46,64
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	64.000,00	64.000,00	9.401,23	32.846,27	51,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	64.000,00	64.000,00	9.401,23	32.846,27	51,32
5.2- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	100.000,00	100.000,00	23.192,00	43.808,00	43,81
6.1- Transferências de Convênios	100.000,00	100.000,00	23.192,00	43.808,00	43,81
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	86.904,00	86.904,00	6.941,38	22.317,78	25,68
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	250.904,00	250.904,00	39.534,61	98.972,05	39,45

### FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.686.476,00	1.686.476,00	268.532,41	791.150,82	46,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.161.600,00	1.161.600,00	185.001,12	535.531,80	46,10
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	496.000,00	496.000,00	77.600,38	240.983,93	48,59
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.356,00	4.356,00	425,40	1.276,36	29,30
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.436,08	3.786,62	37,87
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	968,00	968,00	0,00	34,40	3,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	13.552,00	13.552,00	4.069,43	9.537,71	70,38
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	686.356,00	686.356,00	104.579,07	312.114,07	45,47
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	682.000,00	682.000,00	104.493,76	311.795,70	45,72
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.356,00	4.356,00	85,31	318,37	7,31
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-1.004.476,00	-1.004.476,00	-164.038,65	-479.355,12	47,72
<b>DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					


**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	447.656,00	447.656,00	134.410,62	331.859,71	74,13
13.1- Com Educação Infantil	96.800,00	96.800,00	31.042,95	65.989,63	68,17
13.2- Com Ensino Fundamental	350.856,00	350.856,00	103.367,67	265.870,08	75,78
14- OUTRAS DESPESAS	241.604,00	241.604,00	131,33	8.869,55	3,67
14.1- Com Educação Infantil	20.570,00	20.570,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	221.034,00	221.034,00	131,33	8.869,55	4,01
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	689.260,00	689.260,00	134.541,95	340.729,26	49,43
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					106,33
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.147.512,00	2.147.512,00	340.989,32	1.001.695,73	46,64
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	117.370,00	270.838,28	32.951,60	67.898,28	25,07
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	117.370,00	117.370,00	31.042,95	65.989,63	56,22
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	153.468,28	1.908,65	1.908,65	1,24
24- ENSINO FUNDAMENTAL	571.890,00	571.890,00	103.499,00	274.739,63	48,04
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	571.890,00	571.890,00	103.499,00	274.739,63	48,04
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	689.260,00	842.728,28	136.450,60	342.637,91	40,66
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				-479.355,12	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)				318,37	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *				—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)				—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				-479.036,75	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				821.674,66	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %				20,51	

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	64.000,00	64.000,00	3.823,82	22.719,00	35,50
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	884.799,00	918.170,77	191.547,02	509.490,70	55,49
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	948.799,00	982.170,77	195.370,84	532.209,70	54,19
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.638.059,00	1.824.899,05	331.821,44	874.847,61	47,94
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

VALOR

FUNDEB

FUNDEF

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO 2012

ANEXO A JUNHO 2012 BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

	VALOR	
	FUNDEB	FUNDEF
	(h)	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	311.795,70	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	318,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	312.114,07	0,00

Coronel Martins, 04/09/2012

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2012/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	38.010,00	-38.010,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	250,00	-250,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	37.760,00	-37.760,00
<b>TOTAL</b>	0,00	38.010,00	-38.010,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	38.010,00	38.010,00	0,00	0,00
Investimentos	38.010,00	38.010,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	38.010,00	38.010,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 04/09/2012

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2012/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	38.010,00	-38.010,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	250,00	-250,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	37.760,00	-37.760,00
<b>TOTAL</b>	0,00	38.010,00	-38.010,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	38.010,00	38.010,00	0,00	0,00
Investimentos	38.010,00	38.010,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	38.010,00	38.010,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 04/09/2012

## Corupá

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial 041/12

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 041/12  
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: eventual aquisição parcelada de MATERIAIS PERMANENTES E EDUCACIONAIS PARA USO DA CEI DONA NINA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 06/09/2012, às 14h00min do dia 18/09/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 18/09/12

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: [licitacao@corupa.sc.gov.br](mailto:licitacao@corupa.sc.gov.br).

Corupá, 06 de Setembro de 2012.

CARLOS DIETER WERNER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

#### Pregão Presencial 042/12

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 042/12  
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Eventuais aquisições GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 06/09/2012, às 14h00min do dia 19/09/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 19/09/12

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: [licitacao@corupa.sc.gov.br](mailto:licitacao@corupa.sc.gov.br).

Corupá, 06 de Setembro de 2012.

CARLOS DIETER WERNER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

#### Pregão Presencial 043/12

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 043/12  
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Eventuais aquisições GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 06/09/2012, às 09h00min do dia 19/09/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 19/09/12

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: [licitacao@corupa.sc.gov.br](mailto:licitacao@corupa.sc.gov.br).

Corupá, 06 de Setembro de 2012.

CARLOS DIETER WERNER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

## Erval Velho

### PREFEITURA

#### Extrato de Edital de Pregão 025/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 043/2012

Edital de Pregão Presencial nº 025/2012

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 20/09/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato FMS Nº 45/2012

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 45/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO - credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de média e alta complexidade, nos procedimentos de diagnóstico por imagem, englobados na Tabela unificada do SUS. Tal assistência deverá atender a população



do município de Forquilha.  
VALOR - R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)  
VIGÊNCIA - 31/12/2012  
DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (13) (17)  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 14/FMS/2012

DATA DA ASSINATURA - 16 de julho de 2012  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato PMF Nº 188/2012**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 188/2012  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - TRATOWEL COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

OBJETO - aquisição de equipamentos agrícolas, através de empresas do ramo pertinente, para o apoio a agricultura familiar do município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 17.714,00 (dezesete mil setecentos e quatorze reais).  
VIGÊNCIA - 380 (trezentos e oitenta) dias corridos (prazo de entrega garantia)  
DOTAÇÃO - 0703.1027.4490 (113), (114)  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 109/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 27 de agosto de 2012.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Fraiburgo**

**PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 1927/2012**

PORTARIA N.º 1.927 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público;  
Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a agente de serviços gerais MARCIA VELOSO DE LINHARES, que se encontra em auxílio doença;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CÉLIA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.040.819-01, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de setembro de 2012 até 01 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1928/2012**

PORTARIA N.º 1.928 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, BERENICE CONTRADI DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.704.939-15, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de setembro de 2012 até 01 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Editais de Imposição de Penalidade**

Editais de Imposição de Penalidade

1223/2012

1227/2012

1231/2012

1234/2012

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1223/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CEP9785	54603398C	5142/0	02/03/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 *
LCS0779	55348505D	5118/0	23/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LXH7795	55348213D	6637/1	19/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LYU8603	55349289D	5118/0	23/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LZO8920	55348511D	5045/0	26/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
LZO8920	55348512D	5142/0	26/03/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 *
LZV3766	55348773D	6556/1	20/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
LZV3766	55348774D	6610/2	20/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LZX4090	55035443D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MAM2327	55348575D	6599/2	06/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAW9507	55035431D	6920/0	24/04/2012	R\$ 127,69	233
MBB4478	55348559D	6637/1	19/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBB6992	55035425D	6920/0	19/04/2012	R\$ 127,69	233
MBB6992	55349280D	5169/1	10/03/2012	R\$ 957,69	165
MDW4584	55035435D	6920/0	25/04/2012	R\$ 127,69	233
MJE3895	54605799C	5010/0	06/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJE3895	54605800C	5118/0	06/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1227/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYD0345	55349299D	6610/2	30/03/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBE8735	55035433D	6920/0	24/04/2012	R\$ 127,69	233
MFQ6995	55348334D	5274/1	11/05/2012	R\$ 191,53	175
MFQ6995	55348344D	6912/0	11/05/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1231/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAJ7334	55035401D	6920/0	29/03/2012	R\$ 127,69	233
ACK7467	55348311D	6610/2	27/02/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ADK6575	55348044D	6912/0	13/03/2012	R\$ 53,20	232
AHI0575	55348454D	5169/1	11/03/2012	R\$ 957,69	165
AHI0575	55348501D	5010/0	11/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
AHI0575	55348502D	5118/0	11/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
AJA4192	55035384D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
AKI4174	54607047C	5010/0	30/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
AKI4174	54607048C	5118/0	30/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
AKI4174	54607049C	6726/1	30/03/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
AKI4174	54607050C	5169/1	30/03/2012	R\$ 957,69	165
AKI4174	55348706D	6556/3	30/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
AKI4174	55348707D	6408/0	30/03/2012	R\$ 85,12	221
DIG0305	55348455D	6599/2	14/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWS9890	55035390D	6920/0	23/03/2012	R\$ 127,69	233
LYJ4747	55348145D	5169/1	02/03/2012	R\$ 957,69	165
LYJ4747	55348313D	6599/2	02/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYJ4747	55348314D	5010/0	02/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYJ4747	55348315D	5118/0	02/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
LYL0237	55348048D	7340/0	20/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LYQ5725	55348456D	6610/2	22/03/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LYR7063	55035358D	6920/0	02/03/2012	R\$ 127,69	233
MAD5009	54891749B	5010/0	20/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAD5009	54891750B	5118/0	20/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MAX0121	54606329C	6599/2	19/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAX0121	54606330C	6726/1	19/03/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBD8864	55035440D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBG8393	55035466D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233
MBZ9830	55348351D	7340/0	10/03/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MCH2605	55348060D	6556/1	22/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCR4280	55348414D	6726/1	19/03/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDP7342	54605788C	6599/2	24/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDP7342	54605789C	5010/0	24/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDP7342	54605790C	5118/0	24/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *
MDR8500	55348441D	6556/1	30/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MDR8500	55348442D	6726/1	30/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEA2298	54607030C	6726/1	14/02/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEA2298	54607135C	5045/0	14/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEA2298	54607136C	5142/0	14/02/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 *
MEA2298	54607137C	6912/0	14/02/2012	R\$ 53,20	232
MEA2298	54607138C	7340/0	14/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEP6911	55348570D	6599/2	04/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHQ9800	55348510D	5010/0	26/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MKL1251	55348040D	5010/0	08/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MKL1251	55348041D	6599/1	08/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MKL1251	55348042D	5118/0	08/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 *

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1234/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABQ1624	55348067D	6610/2	06/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ABQ1624	55348068D	6912/0	06/04/2012	R\$ 53,20	232
AJR7913	55035454D	6920/0	07/05/2012	R\$ 127,69	233
LYL6175	54606282C	6599/2	28/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYL6175	54606283C	5010/0	28/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAK2798	55348806D	6726/1	11/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAK2798	55348807D	6637/1	11/05/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MAK2798	55348808D	6610/2	11/05/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MAK2798	55348809D	6556/4	11/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAK2798	55348810D	6769/1	11/05/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MAK2798	55348811D	6769/2	11/05/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MGR9008	54606300C	6599/2	19/03/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

**Editais de Notificação de Autuação**

Editais de Notificação de Autuação

1222/2012

1225/2012

1229/2012

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE  
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1222/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BAS8989	55348991D	6653/2	09/06/2012	230 * XI
BYE1768	55035525D	6920/0	25/06/2012	233
BZV3431	55348798D	5010/0	06/06/2012	162 * I
LWV6038	55350016D	6408/0	23/06/2012	221
LWZ1593	55348633D	6599/2	07/06/2012	230 * V
LXD5436	55035491D	6920/0	04/06/2012	233
MEK4205	55348675D	6912/0	24/06/2012	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE  
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1225/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CVY6508	55350065D	6912/0	27/06/2012	232
LXB9226	54607185C	6726/1	08/06/2012	230 * XVIII
LXB9226	54607186C	6637/1	08/06/2012	230 * IX
LXB9226	54607187C	6769/3	08/06/2012	230 * XXII
LXF7819	55035494D	6920/0	06/06/2012	233
LZM0364	55350035D	5169/1	02/07/2012	165
LZM0364	55350036D	6599/2	02/07/2012	230 * V
LZM0364	55350037D	5037/1	02/07/2012	162 * III
LZM0364	55350038D	5045/0	02/07/2012	162 * V
LZM0364	55350039D	5134/1	02/07/2012	164 c/c 162 * III
LZM0364	55350040D	5142/0	02/07/2012	164 c/c 162 * V
MAL9449	55035524D	6920/0	25/06/2012	233
MBR2791	55348905D	6912/0	05/06/2012	232
MHO5820	55349010D	6599/2	29/06/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Página 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE  
 INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1229/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACT0185	55035522D	6920/0	21/06/2012	233
AJA4851	55349965D	5169/1	05/07/2012	165
AJA4851	55349966D	5177/0	05/07/2012	166
APK0044	55035532D	6920/0	02/07/2012	233
BGL5096	55349064D	6653/2	22/06/2012	230 * XI
CPP1863	55035501D	6920/0	12/06/2012	233
LXB2468	55350052D	5274/2	22/06/2012	175
LXC7699	55035542D	6920/0	12/07/2012	233
LXE2449	55350067D	6769/3	05/07/2012	230 * XXII
LXE2449	55350068D	6610/2	05/07/2012	230 * VII
LXQ8054	55035498D	6920/0	11/06/2012	233
LXW5885	55035499D	6920/0	11/06/2012	233
LYW5681	55035528D	6920/0	02/07/2012	233
LZB4358	55348689D	5118/0	07/07/2012	164 c/c 162 * I
LZB4358	55350048D	5010/0	07/07/2012	162 * I
MDN1319	55035497D	6920/0	11/06/2012	233
MEV0202	55035516D	6920/0	19/06/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 4 DE SETEMBRO DE 2012

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais**  
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 03/09/2012 no valor de R\$ 160.665,12 (cento e sessenta mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), vinculado ao contrato de Convênio Nº 001878/2011-30, assinado em 28/07/2011, objetivando ao "Plano de Implementação do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã".

Secretaria de Finanças

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais**  
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 04/09/2012 no valor de R\$ 13.396,50 (treze mil, trezentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos), vinculado ao contrato de Convênio Nº 0259131-41/2008, assinado em 15/12/2009, objetivando a "Ampliação e Reformulação da Praça do Colono".

Secretaria de Finanças

**Garopaba**

**PREFEITURA**

**Portaria N.º 605/2012.**

PORTARIA N.º 605, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, o Ofício SIE n.º 126/2012, solicitando a abertura de sindicância para apurar a responsabilidade pelas multas DEINFRA-008006-01687318SC-6637-2 (conduzir o veículo com equipamento obrigatório ineficiente/inoperante) em 19/08/2011 e DEINFRA-008006-01687119SC-6599-2 (conduzir veículo registrado que não está devidamente licenciado) em 06/10/2011, aplicadas ao veículo M. Benz/L (caminhão basculante) placas LZX-8046, a serviço da Secretaria de Infraestrutura.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante, os servidores: GISELE AMBRÓSIO BELTRÃO, PATRÍCIA SCHOTT e FRANCINE INÁCIO PEDRO, com a presidência da primeira, e com o assessoramento técnico do Senhor MARCELO SUPPI, Assessor Jurídico.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 03 de Setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/09/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 608/2012.**

PORTARIA N.º 608, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA INSTITUÍDA PELA PORTARIA N.º 432/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO a Conclusão do Relatório da Comissão Sindicante, Portaria n.º 432/2012;

**RESOLVE,**

Art. 1º. Publicar a conclusão da Sindicância instituída pela Portaria n.º 432/2012, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do art. 173, III, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/07/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Garuva

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato FMS Nº 023/2012

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 023/2012

MODALIDADE: Dispensa de Licitação FMS nº 008/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal de Garuva - Fundo Municipal de Saúde de Garuva.

CONTRATADO: Manoel Vieira dos Santos e Nirce Rodrigues dos Santos

1.1 OBJETO: locação de um imóvel urbano, com 360,00 m², de propriedade do LOCADOR, situado nesta Cidade, na Rua Juarez Távora, edificado com uma casa de alvenaria com 99,64 m², identificada sob o nº. 189, para a instalação do Setor de Vigilância em Saúde.

PRAZO: 12 (doze) meses

VIGÊNCIA: 03/09/2012 à 02/09/2013

VALOR MENSAL: R\$ 800,00 (oitocentos reais)

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93

DATA DA ASSINATURA: 31/08/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMG Nº 039/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 039/2012

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 028/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal/Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

CONTRATADA: RTT Reinert Rransportes e Turismo Ltda

OBJETO: Contratação de Agência de Turismo para prestação de serviços de transporte e aquisição entradas para viagens de estudo aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Memorial Descritivo anexo.

VIGÊNCIA: 20/08/2012 à 19/01/2013.

PRAZO: 05 (Cinco) meses

VALOR TOTAL: R\$ 53.524,00 (cinquenta e três mil quinhentos e vinte e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 20/08/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMG Nº 040/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 040/2012

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 031/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Valmor Rigon - ME

OBJETO: Contratação de empresa para a locação de equipamento, com operador, de 400 horas/máquina tipo retro escavadeira, para a prestação de serviços, de forma parcelada, para a manutenção do abastecimento de água no Município, conforme Memorial Descritivo.

VIGÊNCIA: 20/08/2012 à 19/01/2013.

PRAZO: 05 (Cinco) meses

VALOR TOTAL: R\$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 20/08/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMG Nº 041/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 041/2012

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 033/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Buschle & Lepper S/A

OBJETO: Aquisição produtos químicos, com entrega de forma parcelada, para tratamento e desinfecção da água do Sistema Municipal de Abastecimento de Água da Secretaria de Saneamento Ambiental, conforme memorial descritivo.

VIGÊNCIA: 03/09/2012 à 02/03/2013.

PRAZO: 06 (seis) meses

VALOR TOTAL: R\$ 21.768,00 (vinte e um mil setecentos e sessenta e oito reais).

DATA DE ASSINATURA: 29/08/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMG Nº 47/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 047/2012

MODALIDADE: Tomada de preço para Serviços PMG nº 016/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Quark Engenharia Ltda - ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Manutenção do Sistema de Iluminação Pública Urbana e Rural, do Município de Garuva, incluindo o fornecimento de materiais.

VIGÊNCIA: 03/09/2012 à 02/09/2013.

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR TOTAL: R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.151, de 05 de Setembro de 2012.

DECRETO Nº 5.151, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.457, de 27 de agosto de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulada, no valor de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), a seguinte dotação constante do orçamento para o exercício financeiro de 2012 da Câmara Municipal de Gaspar:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0003 - Construção da Sede Própria

Destino: 1 - Projeto

Ação: 1.100005 - Contratação e Execução da Obra

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.90 - Aplicações Diretas

R\$ 430.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas, no valor de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), as seguintes dotações constantes do orçamento para o exercício financeiro de 2012 da Câmara Municipal de Gaspar:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200002 - Remuneração de Pessoal e Obrigações Acessórias

Modalidade de Aplicação: 3.3.1.90 - Aplicações Diretas

R\$ 250.000,00

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200004 - Material e Serviços de Terceiros em Geral

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90 - Aplicações Diretas

R\$ 180.000,00

Art. 3º Ficam substituídos os seguintes anexos relativos à Câmara Municipal de Gaspar, constantes da Lei nº. 3.130, de 25 de agosto de 2009, pelos respectivos anexos que acompanham a presente LEI:

I - Anexo I - Programa Manutenção do Legislativo; e

II - Anexo I - Programa Construção da Sede Própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 5.152, de 05 de Setembro de 2012.

DECRETO Nº 5.152, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

Considerando a decisão liminar proferida em 12 de julho de 2012, pelo juízo da 2ª Vara da Comarca de Gaspar, no Mandado de Segurança registrado sob o nº 025.12.001736-3, impetrado por Marcos Antônio da Silva, que determinou a convocação e nomeação do impetrante, no prazo de 10 (dez) dias, para exercer o cargo no qual foi aprovado no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2008, pelo Município de Gaspar,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2008, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
Marcos Antônio da Silva	Fiscal	40	6º	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### Extrato do Aditivo Nº 1 do Contrato Nº SAF-79/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-79/2011

Vigência: 02/09/2012 Venc.to.: 31/12/2012 Tomada de preços nº.: 83/2011. Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: prorrogação dos serviços e do contrato de empresa para atualização da base cartográfica cadastral, sistema de informações geográficas, gestão territorial, suporte e treinamento. Contratado: SC TECNOLOGIA - INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA. (05.039.594/0001-68).

Gaspar/SC, 31 de Agosto de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### Extrato do Aditivo Nº 1 do Contrato Nº SAF-90/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-90/2011

Vigência: 31/08/2012 Venc.to.: 31/12/2012 Tomada de preços nº.: 156/2011. Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: contratação de empresa para executar obras de Reurbanização do Centro - Ruas São José, São Pedro e Industrial José Beduschi Contratado: VIAPAV CONSTRUÇÃO LTDA (03.671.437/0001-45). Valor: R\$ 56.175,50 (cinquenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Gaspar/SC, 31 de Agosto de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**SAMAE****Resumo da Ata de Registro de Preços, Oriunda do Pregão Presencial Nº 36/2012 - SAMAE**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2012

Aos cinco de setembro do ano de 2012, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 36/2012, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 24/02/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a prestação de serviços de recolocação de paralelepípedos em pedra, paver e lajotas sextavadas em concreto, conforme especificações constantes no Anexo VII do Edital de Pregão Presencial nº. 36/2012. A licitante registrada para o item cotado é a seguinte:

CONSTRUMITT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.  
(10.177.402/0001-10)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	m2 RECOLOCAÇÃO DE PARALELEPÍPEDOS DE PEDRA, PAVER E LAJOTAS SEXTA- VADAS EM CONCRETO INCLUINDO DESPE- SAS DE DESLOCA- MENTO E FERRAMEN- TAS.	15.000	R\$ 15,40	R\$ 231.000,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 231.000,00 (Duzentos e trinta e um mil reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 231.000,00 (Duzentos e trinta e um mil reais)

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

ENTREGA: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a licitante terá um prazo máximo de 01 (uma) hora para estar à disposição do SAMAE para a prestação dos serviços, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, sendo que os serviços serão prestados em todo o âmbito do Município de Gaspar.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega e aprovação de relatório detalhado dos serviços prestados, juntamente com a nota fiscal entregue pelo Contratado, que deverá ser aprovada e assinada pelo SAMAE e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata de Registro de Preços, através de depósito na conta corrente da licitante

vencedora.

Gaspar (SC), em 05 de setembro de 2012.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS

Pregoeira

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA

Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA

Equipe de Apoio

**Guaramirim****PREFEITURA****Errata de Extrato de Ata de Registro de Preços**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 09

PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2012

Objeto AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PARA USO NA FARMÁCIA  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 20/2012.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC - Fundo Municipal de Saúde

Onde se lê: Vencedor dos itens: 38-40-42-55.

Leia-se: Vencedor dos itens: 01-03-06.

Guaramirim-SC, 06 de setembro de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Portaria Nº 895/2012**

PORTARIA Nº 895/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 586/2012, a qual atribuiu exercício à Servidora GISELE BULH (Matr. 568), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/D, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, passando a atuar 20 horas como Professora de Inglês, e 20 horas no Programa Mais Educação e PROAPA, junto à EBM Estação Luzerna, a partir de 03 de Setembro de 2012 até o final do ano letivo de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Setembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 896/2012**  
PORTARIA Nº 896/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR a Carga Horária da Servidora ALCIONE MARIA VIDI SUSIN (Matr. 3409), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", de 20 para 40 horas semanais, Educação Infantil, sendo que a mesma substituirá a Servidora Carmen Teresinha Ghiggi, a qual se encontra afastada para Tratamento de Saúde, a partir de 03 de setembro de 2012 enquanto perdurar o atestado desta, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 04 de Setembro de 2012.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Convocação Sessão Pública Nº003/2012 CC/002/2012.**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2012  
CONCORRÊNCIA Nº 0002/2012  
Edital de Convocação  
Sessão Pública nº003/2012 CC/002/2012.

O Presidente da Comissão de Licitações do Município de Herval d' Oeste, ROMANO MARCHIORO No uso de suas atribuições legais e em conformidade do disposto no art. art. 42, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 ,

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os licitantes participantes da presente concorrência pública, e demais interessados para a sessão pública para Abertura e julgamento das Propostas de Preços das empresas Habilitadas, tendo em vista o decurso de prazo sem interposições de recurso.

Art. 2º A Sessão Pública de que trata o art. 1º deste edital, será realizada no dia 10 de setembro de 2012, as 10h00min, nas dependências da Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste.

Art. 3º Nesta sessão será lavrada ata pública, com os resultados da fase de julgamento habilitações, iniciando-se nesta data a contagem de prazos conforme artigo 109 inciso I alínea "a" da Lei Federal 8.666/93

Herval d' Oeste (SC), 05 de setembro de 2012.  
ROMANO MARCHIORO  
Presidente da Comissão

**Esclarecimento Pregão Presencial Nº 0025/2012**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2012  
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
TIPO: Menor preço por item

**OBJETO**

Registro de Preços para aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores de pneus, para os veículos e máquinas, para uso da Prefeitura e Fundos Municipais de Herval D'Oeste, pelo período de

12 meses.

**ESCLARECIMENTO**

Tendo em vista que na Consulta formulada por empresa devidamente identificada acerca da aceitabilidade de Pneus referente ao descritivo esclarecemos:

**Pergunta:**

Item 17 Pneu 17.5x25 12lonas borrachudo. Que banda de rodagem vocês querem ?? L2 terra, barro ou L3 pedra?? Favor verificar.

**RESPOSTA:**

Este Pneu será usado em terra e barro , portanto encaixa-se no L2 Pergunta:

Item 44 Pneu 13.00x24 liso(para uso em asfalto). Que lonagem vocês querem ? Existe de 10,12,14 ou para rolo compactador de 08 e 18lonas. Favor verificar.

**RESPOSTA:**

Este Pneu será usado em rolo compactador, sendo admitida tanto de oito ou 18 lonas, para não haver restrição de participação Os demais itens e condições permanecem inalterados

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail : rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 05 de setembro de 2012.

RUBENS ANTONIO CORREIA

Pregoeiro Oficial

**Pregão Presencial Nº 0031/2012**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0105/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2012  
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TIPO: Menor preço por item

**OBJETO**

Registro de Preços para aquisição de passagens de ônibus intermunicipais, para doação à municípios hervalenses, conforme benefícios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e para pacientes que necessitem de deslocamento a outras localidades para tratamento de saúde, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 14:00 horas do dia 19/09/2012.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, , e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 13,92 (treze reais e noventa e dois centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br) onde poderão retirá-lo, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 04 de setembro de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Prefeito Municipal



**Tomada de Preços Nº 015/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00107/2012  
TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2012  
UNIDADE GESTORA:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
TIPO: Menor Preço Global

**OBJETO**

Contratação em Regime de Empreitada por preço UNITÁRIO de empresa especializada para a execução de recapeamento asfáltico nas Ruas Castro Alves e 31 de Março no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra  
**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até as 14h00min horas do dia 26/09/2012.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 349.699,08** ( trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e nove reais e oito centavos.

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está disponível no site: [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 05 de setembro de 2012.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Convocação**

Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar a Senhora Maria Odete Alves, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 008.714.079-90, aprovada no Processo Seletivo de que trata o Edital nº 001/2011, homologado pelo Decreto Municipal nº 2.334/2008 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 05 de Setembro de 2012.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Ibiam****PREFEITURA****Aviso de Concorrência Pública**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2012  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2012

O Município de Ibiam/SC torna publico que fara realizar licitacao na modalidade de Concorrência Publica para Concessão de Direito Real de Uso pelo período de 10(dez) anos, prorrogáveis por igual período, de um terreno com área de 8.025m², no perímetro urbano do Município, registrado no Cartório de Imóveis sob nº 7316. O terreno deverá ser utilizado exclusivamente como estímulo a implantação de atividade no ramo da Indústria, comércio ou prestação de serviços .Entrega dos envelopes até: 15/10/2012 até 08:15 horas. Abertura dos envelopes: 15/10/2012 às 08:30 horas Tipo de Avaliação: Melhor Oferta, Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044 ou no seguinte endereço eletrônico: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br)

Ibiam, 05 de Setembro de 2012.

NELSON MARIO GRASSI  
Prefeito Municipal de Ibiam

**Imbituba****PREFEITURA****Portaria PMI Nº 123.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 123, de 27 de agosto de 2012.  
Dispõe sobre exoneração de Assessor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, JÉSSICA LISBOA DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 065.881.129-04 e RG nº 5119442, do cargo/função de Assessor III, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP N.º 158, de 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2012.

Imbituba, 27 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

## **Publicação de Extrato de Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial 24/2012 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº. 24/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Item 01: Acompanhamento de Hipertensos - em papel cartão.

Empresa Vencedora: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,39

Item 02: Adesivo Interditado - Vigilância Sanitária.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 2,59.

Item 03: Advertência - bl 50 fls - 3 vias autocopiativa.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 16,18.

Item 04: Alvará Sanitário.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,21.

Item 05: Apostila Biossegurança - DST - 20 pgs papel 90 gr 1 x 1 cor.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 4,77.

Item 06: Atestado Médico - bl 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,13.

Item 07: Atestado médico para gestante - bl com 50 folhas.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 3,93.

Item 08: Autorização de passagem rodoviária - 2 vias branco e azul c/ 50 fls. cada autocopiativo.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 10,74.

Item 09: Autorização p/ recebimento de diária - bl 50 fls. - autocopiativo.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 5,48.

Item 10: Banners Prevenção, lona impressão digital 1,0mtx1,50mt - CTA.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 124,00.

Item 11: Bloco de Anotações com slogan e símbolo com 25 fls. - 1x0cor - tamanho 13x17 cm - papel 75gr offset -CTA.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,82.

Item 12: Boletim Armadilha.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 13: Boletim de Acompanhamento Mensal - Hanseníase.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,16.

Item 14: Boletim de Produção Ambulatorial / BPA-I (individualizado) bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,25.

Item 15: Boletim de Produção Ambulatorial/ BPA-C (consolidado) bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,19.

Item 16: Boletim de resultado de exames de fezes - bl 50 fls.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,15.

Item 17: Boletim de resultado de exames de urina - bl 50 fls.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,19.

Item 18: Boletim de resultado de exames de VRDL - bl 50 fls.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 6,18

Item 19: Boletim de resultado de glicose, colesterol total, HDL e

triglicérides - bl 50 fls.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 6,19.

Item 20: Boletim diário de Atendimento - PAMM - Médico especializado / cirúrgico - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 8,28.

Item 21: Boletim Diário de Atendimento Enfermagem - CEREM - PSF - bl 50 fls simples - 01 via.

Valor: R\$ 2,90.

Item 22: Boletim diário de Atendimento enfermagem - PAMM - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,93.

Item 23: Boletim Diário de Atendimento Enfº/Médico/Odontológico - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 7,92.

Item 24: Boletim Diário de Atendimento Médico PSF - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,89.

Item 25: Boletim Diário de Atendimento Médico/Especializado - CEREM - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 5,39.

Item 26: Boletim Diário de Atendimento Odontológico - saúde Bucal - PAMM - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 2,19.

Item 27: Boletim Diário de Atendimento Odontológico CEO I - bl 50 fls - 01 via. Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,93.

Item 28: Boletim Diário de Produção de Nível Médio - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 2,85.

Item 29: Boletim Mensal de doses aplicadas de Imunobiológicos Especiais - bl 50 fls frente e verso - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,90.

Item 30: Boletim Mensal de doses aplicadas de Soros e Imunoglobulinas - bl 50 fls frente e verso - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 15,98.

Item 31: Boletim Mensal de Doses Aplicadas de Vacina Pneumocócica 10 Valentes ( conjugada).

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,14.

Item 32: Boletim mensal de doses de vacinas de Rotavirus - bl 50 fls frente e verso - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 19,09.

Item 33: Cadastro da família - Formato A4 frente e verso. Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,18.

Item 34: Cadastro de Hipertensos e/ou diabéticos - bl 50 fls - uma face - 1 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 5,26.

Item 35: Cadastro de paciente para medicamento excepcional - bl 50 fls - 01 via.

Valor: R\$ 7,99.

Item 36: Cadastro Social - Cerem - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,29.

Item 37: Canetas personalizada campanhas DST.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 1,98.



Item 38: Capa de eletrocardiograma - frente e verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,28.

Item 39: Capa TFD.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 11,47.

Item 40: Cartão de agendamento -SUS folha avulsa frente e verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,43.

Item 41: Cartão de Atendimento - Cerem - frente e verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,14.

Item 42: Cartão de Atendimento - SUS folha avulsa, frente e verso.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 0,14.

Item 43: Cartão de Atendimento CAPS I - 03 dobras - frente e verso.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 0,71.

Item 44: Cartão de Gestante - folha avulsa.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,14.

Item 45: Cartão de Identificação - PSF.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,86.

Item 46: Cartão Nacional do SUS - folha avulsa picotada entre as margens 01 via.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,11.

Item 47: Carteira de saúde vigilância sanitária - frente e verso.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 0,15.

Item 48: Cartilha 20 paginas - 5 lâminas 30x21cm aberto, 4x4 cores, papel couchê 150g.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 6,19.

Item 49: Cartilha 8 paginas - 2 lâminas 30x21cm aberto, 4x4 cores, papel couchê 150g.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 3,97.

Item 50: Certificados CTA - 4x0 cores - tamanho A-4 - papel 180gr offset.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,77.

Item 51: Comunicação Interna - bl 50 fls - 02 vias, papel autocopiativo.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 6,66.

Item 52: Consulta de enfermagem para hepatite - folha A4 - frente.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,14.

Item 53: Descrição dos Serviços Desenvolvidos - Vig. Sanitária - 01 via.  
Valor: R\$ 0,17.

Item 54: Encaminhamento - Cerem - bl 50 fls - 01 via.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 5,27.

Item 55: Encaminhamento Desconto Social - bl 50 fls - 01 via.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 3,94.

Item 56: Encaminhamento referenciado - Cerem - bl 50 fls - 02 vias autocopiativa.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 5,15.

Item 57: Entrevista aconselhamento HIV - folha A4 - frente e verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,15.

Item 58: Estudo Social - folha A4 - frente.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 0,14.

Item 59: Etiquetas para laboratório (dengue), bl 50 fls - picotada  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 3,59.

Item 60: Exames de Hematológicos - bl 50 fls  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 6,19.

Item 61: Ficha de acolhimento individual frente e verso folha simples.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,88.

Item 62: Ficha de acompanhamento mensal - bl 50 fls - 01 via.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 5,29.

Item 63: Ficha de Acompanhamento Psicológico - frente e verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,09.

Item 64: Ficha de Atendimento Samu 25x30 - bl 50 fls papel autocopiativo 2 vias.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 8,60.

Item 65: Ficha de cadastramento de gestante - bl 50 fls - 01 via - 01 face  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 5,39.

Item 66: Ficha de cadastramento do paciente hipertenso/diabético - frente e verso 01 via.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,90.

Item 67: Ficha de controle / tratamento fora do domicílio prestação de contas - bl 50 fls 01 via.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 4,12.

Item 68: Ficha de encaminhamento de paciente modelo II - bl 50 fls.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 7,95.

Item 69: Ficha de Informações Clínica e Laboratorial Vírus Respiratório.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,16.

Item 70: Ficha de Investigação DENGUE- frente e verso.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 0,19.

Item 71: Ficha de Investigação Acidentes por Animais Peçonhentos - frente e verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,18.

Item 72: Ficha de Investigação Atendimento Anti-Rábico Humano - frente e verso.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 0,17.

Item 73: Ficha de Investigação Doenças Exantemáticas Febris Sarampo/Rubéola - frente e verso.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 0,17.

Item 74: Ficha de Investigação INFLUENZA Humana por novo Subtipo (Pandêmico) - frente e verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,18.

Item 75: Ficha de Investigação LEPTOSPIROSE - frente verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,18.

Item 76: Ficha de Notificação / Investigação Tuberculose.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 0,17.

Item 77: Ficha de Registro Diário dos Atendimentos das gestantes no SISPRENATAL- bl 50 fls cada 01 via - 1 face..

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 5,41  
 Item 78: Ficha de visita (Dengue) 01 via 01 face - papel 180 gr.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,15.  
 Item 79: Ficha Odontológica frente e verso 2x0 cons. papel 180gr.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,15.  
 Item 80: Ficha programa saúde da mulher - frente e verso - folha avulsa.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,14.  
 Item 81: Ficha reclamação Vig. Sanitária - 01 via.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 0,10.  
 Item 82: Ficha Vig. Sanitária 14ª Regional - 01 via.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,18.  
 Item 83: Folder 20x21cm aberto, 4x4 cores, papel couchê.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,19.  
 Item 84: Folder - 30x21cm aberto, 4x4cores, papel couchê 150g.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,301.  
 Item 85: Folder.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 1,07.  
 Item 86: Folder CAPS I - 02 dobras - frente e verso.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,81.  
 Item 87: Folder CAPS I - 03 dobras - Dependência Química - frente e verso.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 1,34.  
 Item 88: Folder CAPS I - 03 dobras - Depressão - frente e verso.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 1,35.  
 Item 89: Folder CAPS I - 03 dobras - Esquizofrenia Tem tratamento - frente e verso.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 1,35.  
 Item 90: Folder Caramujo.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 0,30.  
 Item 91: Folder controle de cães e gatos.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,603.  
 Item 92: Folder Dengue.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 0,19.  
 Item 93: Folder Gestante, 30x21cm aberto, 4x4cores, papel couchê 150g.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 0,30.  
 Item 94: Folder Higiene das Mãos Vigilância Sanitária.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,924.  
 Item 95: Folder Idosos, 30x21cm aberto, 4x4cores, papel couchê 150g.Especiais - fl avulsa frente e verso.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 0,30.  
 Item 96: Folder Mulher, 42x25cm aberto, 4x4 cores, papel couchê150g.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,395.  
 Item 97: Folder você é o melhor vigilante de sua saúde.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,29.  
 Item 98: Folders CTA - 4x2 cores - tamanho 21x29,7cm - papel

couchê brilho 150gr - 2 dobras.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,405.  
 Item 99: Folders CTA - 4x2 cores - tamanho 21x29,7cm - papel couchê brilho 150gr - 2 dobras.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,405.  
 Item 100: Folders CTA - 4x2 cores - tamanho 21x29,7cm - papel couchê brilho 150gr - 2 dobras.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,405.  
 Item 101: Folha de registro de ponto - bl 50 fls 01 via.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 8,15.  
 Item 102: Formulário de Atendimento do SI-CTA frente e verso - folha avulsa.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 0,234.  
 Item 103: Formulário de petição - Anexo I - frente e verso 01 via.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,205.  
 Item 104: Formulário de Solicitação de Medicamentos - bl 50 fls.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 5,99.  
 Item 105: Laudo Médico para Emissão do BPA, Pesquisa de anti-corpos contra o Vírus da Hepatite C.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 0,18.  
 Item 106: Laudo médico para procedimento de alta complexidade - APAC- bl 50 fls - 01 via.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 9,08.  
 Item 107: Laudo médico para solicitação de procedimento através do BPA-I Individualizado - bl 50 fls - 01 via.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 4,28.  
 Item 108: Laudo médico TFD - dentro do estado 1 face - bl 50 fls - 1 via.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 5,92.  
 Item 109: Laudo médico TFD - fora do estado - frente e verso - bl 50 folhas - 1 via.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 5,34.  
 Item 110: Laudo p/ solicitação/autorização de medicamentos de dispensação excepcional e estratégico - LME - bl 50 fls - 01 via.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 7,96.  
 Item 111: Laudo para solicitação de autorização de internação hospitalar - 1 via folha simples.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 0,19.  
 Item 112: Leque - campanha DST - 4x4 cores papel triplex com laminação 1x0.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 1,98.  
 Item 113: Liberação / Autorização de Fisioterapia - bl 50 fls.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 2,89.  
 Item 114: Listagem de Solicitação de dosagem - bl 50 fls - 01 via.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
 Valor: R\$ 2,88.  
 Item 115: Mapa Mensal de Consumo de Medicamentos - Hanse-níase.  
 Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
 Valor: R\$ 0,18.  
 Item 116: Mapa para controle diário de temperatura - bl 50 fls 01 via.  
 Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 11,99.

Item 117: Marcadores Sorológicos - Hepatite A e B - folha avulsa.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,16.

Item 118: Memorando Interno - bl 50 fls autocopiativo - 02 vias.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 15,66.

Item 119: Movimento Mensal de imunobiológicos - VACINAS - frente e verso - bl 50 fls 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 19,09.

Item 120: Movimento Mensal de outros insumos de Imunização - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 19,09.

Item 121: Ordem de compra/serviços - bl 50 fls autocopiativos - 03 vias.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 18,04.

Item 122: Pasta prontuário Médico.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,45.

Item 123: Pasta Vig. Sanitária (papel cartão).

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 0,73.

Item 124: Pastas CTA - Tamanho 31x46 cm - 4x0 cores - papel triplex 300gr - Bolsa nas medidas 10x22 cm - papel triplex 300gr Com colagem, dobra, corte/vinco.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,94.

Item 125: Pastas Família PSF, papel Off set 240g., 4x0 cores.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,02.

Item 126: Pedido para tratamento fora do domicílio - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,20.

Item 127: Pins esmaltado baixo e alto relevo, gravação 3 cores para Campanha das DST/HIV/AIDS.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,78.

Item 128: Programa nacional de controle a Dengue - PNCD - Resumo diário - bl 50 fls - 01 via frente e verso.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 3,66.

Item 129: Prontuário Médico - CAPS-I - 4 cores - F/V. Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,67.

Item 130: Prontuário Médico - folha avulsa frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,125.

Item 131: Receituário Azul - Controlado Vigilância Sanitária bl 50 fls - 1 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 2,07.

Item 132: Receituário de controle especial 02 vias branca e amarela bl 50 fls papel autocopiativo.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 4,73.

Item 133: Receituário Médico Simples - bl 50 fls.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 1,57.

Item 134: Recibo entrega de medicamentos excepcional - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,98

Item 135: Registro de Abertura e Fechamento dos Kits de Bioquímica - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 19,09.

Item 136: Registro de controle de qualidade de corantes - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 19,08.

Item 137: Registro de Controle Interno da Água Reagente - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 19,07.

Item 138: Registro de Controle Interno de Hemograma - bl 50 fl - 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 19,06.

Item 139: Registro de Controle interno de qualidade de tira para urinálise - bl 50 fl 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 19,07.

Item 140: Registro de Pronto atendimento - Bl com 50 folhas.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,85.

Item 141: Registro de temperatura - Bl 50 fls - 01 via..

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 19,09.

Item 142: Registro Laboratório - folha avulsa.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,16.

Item 143: Régua Campanha das DST/HIV/AIDS em PVC, 20cm, gravação da logo em cores.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,48.

Item 144: Relatório da Situação de Saúde e Acompanhamento das Famílias na área.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 9,15.

Item 145: Relatório diário de veículo - RDV - bl 50 fls 02 vias papel copiativo.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,60.

Item 146: Relatório diário de veículo - RDV - PSF bl 50 fls 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 8,15.

Item 147: Requerimento de medicamentos excepcional - bl 50 fls - 01 via.

Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.

Valor: R\$ 7,95.

Item 148: Requerimento eletrocardiograma - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,28.

Item 149: Requisição de Combustível - bl 50 fls - 02 vias autocopiativo.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 7,10.

Item 150: Requisição de Exame citopatológico - colo do útero - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 151: Requisição de Exame Mamografia - colo do útero - frente e verso.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 0,17.

Item 152: Requisição de exames - bl 50 fls - 01 via - Raio X.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,08.

Item 153: Requisição de exames - bl 50 fls 01 via Policlínica.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,08.

Item 154: Requisição de exames - bl 50 fls 01 via.

Empresa: Maria Madalena de Campos Me.

Valor: R\$ 2,08.

Item 155: Requisição de material - bl 50 fls 01 via.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 2,32.

Item 156: Requisição de sorologia para HIV - bl 50 fls.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 7,94.

Item 157: Requisição Teste HIV - folha A4 frente verso.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,14.

Item 158: Resultado de exames de Baciloscopia - bl 50 fls.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 7,94.

Item 159: Resultado de exames de Escarro BAAR - bl 50 fls picotadas entre quatro de cada resultado de exame, folhas simples.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 7,97.

Item 160: Resultado de exames de secreção vaginal - bl 50 fls picotadas entre quatro de cada resultado de exames folhas simples.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 7,97.

Item 161: Resumo Semanal do Serviço Antivetorial - bl 50 fls - 01 via - 01 face.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 7,93.

Item 162: Rol de roupas para lavanderia - bl 50 fls autocopiativa - 02 vias.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 10,72.

Item 163: Roteiro de viagem - bloco com 50 folhas 01 (uma) estampa cada folha 01 via.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 2,79.

Item 164: Sistema de informação de atenção básica - PMA-2 bl 50 folhas cada uma face.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 4,77.

Item 165: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - bl 50 fls.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 6,09.

Item 166: SISVAN - Mapa de Acompanhamento Nutricional - folha simples.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 0,18.

Item 167: Solicitação de deslocamento de Ambulância - bl 50 fls simples.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 2,96.

Item 168: Solicitação de Fisioterapia - bl 50 fls - 01 via.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 3,00.

Item 169: Solicitação de visita domiciliar para pacientes - bl 50 fls - 01 via.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 6,33.

Item 170: Solicitação/Liberação Ortese e Prótese - bl 50 fls - 02 vias autopiativa.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 7,19.

Item 171: Squeeze de 500ml, Campanha das DST/HIV/AIDS, gravação em silk 4 cores.  
Empresa: Bernadete da Silva Rodrigues Me.  
Valor: R\$ 4,99.

Item 172: Termo de Consentimento informado - Hipolipemiantes - bl 50 fls - frente e verso - 01 via.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 6,18.

Item 173: Vistorias - bl 50 fls - 01 via.  
Empresa: Maria Madalena de Campos Me.  
Valor: R\$ 5,67.

Imbituba, 06 de setembro de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Pregoeira Oficial

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial 54/2012 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 104/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 19 de setembro de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para colocação e fornecimento de equipamentos esportivos de academia ao ar livre, na comunidade de Araçatuba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 06 de setembro de 2012.  
DILSON PETRASSEM JUNIOR  
Pregoeiro Oficial



# **Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba-Dmutran**

## **Edital de Publicação – Diário Oficial do Município de Imbituba – DOM-SC**

**Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN**

**Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA**

**Edital 794/2009, Edital 888/2009 a 1000/2010**

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 794/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHQ6428	54752696B	6920/0	23/07/2008	R\$ 127,69	233
BZY6111	54656190C	6920/0	24/09/2008	R\$ 127,69	233
CLD1009	54825799A	6700/2	24/07/2008	R\$ 127,69	230 * XVI
CLD1009	54825800A	5045/0	24/07/2008	R\$ 191,53	162 * V
CYM4629	54656130C	6920/0	06/11/2008	R\$ 127,69	233
IEW0673	54752727B	6920/0	12/08/2008	R\$ 127,69	233
IGN4042	54752746B	6920/0	22/08/2008	R\$ 127,69	233
IKI7759	54752725B	6920/0	08/08/2008	R\$ 127,69	233
JPR5303	54752714B	6920/0	31/07/2008	R\$ 127,69	233
LZI6732	54752685B	6920/0	18/07/2008	R\$ 127,69	233
MAQ4131	54752739B	6920/0	20/08/2008	R\$ 127,69	233
MAZ0352	54752675B	6920/0	16/07/2008	R\$ 127,69	233
MBD7983	54752681B	6920/0	16/07/2008	R\$ 127,69	233
MBK6082	54656189C	6920/0	19/09/2008	R\$ 127,69	233
MCE4945	54752709B	6920/0	29/07/2008	R\$ 127,69	233
MCI8668	54752541B	6920/0	13/06/2008	R\$ 127,69	233
MCK5264	54656114C	6920/0	22/10/2008	R\$ 127,69	233
MDR6854	54752707B	6920/0	28/07/2008	R\$ 127,69	233
MDW9585	54657151C	5010/0	29/09/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDW9585	54657152C	6599/2	29/09/2008	R\$ 191,53	230 * V
MDY4331	54752787B	5010/0	04/08/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEP4512	54752903B	5045/0	24/07/2008	R\$ 191,53	162 * V
MEU0045	54656173C	6920/0	11/09/2008	R\$ 127,69	233
MFJ9136	54656031C	6580/0	29/10/2008	R\$ 191,53	230 * IV
MFJ9136	54656032C	6912/0	29/10/2008	R\$ 53,20	232
MHR4752	54752135B	5045/0	25/07/2008	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 888/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCL1602	54657536C	5410/0	26/08/2009	181 * IV
MFY1298	55272131C	5541/4	08/09/2009	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 889/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998



DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IND2319	54656949C	6920/0	12/03/2009	233
LYT7291	54658654C	6599/2	05/11/2009	230 * V
LZP6862	55271873C	6920/0	03/11/2009	233
MCK3156	55272168C	6599/2	02/11/2009	230 * V
MDC6102	54657625C	6599/2	04/11/2009	230 * V
MEF4958	54658652C	5010/0	05/11/2009	162 * I
MEF4958	54658653C	6599/2	05/11/2009	230 * V
MFP2710	54656948C	6920/0	12/03/2009	233
MGM1714	55272604C	5010/0	16/10/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 890/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZF0869	55272781C	5550/0	04/11/2009	181 * XVIII
MFL1214	55272455C	5541/1	07/10/2009	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 891/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAY1894	54660329C	5010/0	27/05/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 892/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWS5421	54658442C	5550/0	04/01/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 893/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILS3964	54657590C	6599/2	04/11/2009	230 * V
LXA1797	55271858C	6920/0	21/10/2009	233
MAT7932	55272501C	5010/0	14/10/2009	162 * I
MBT3264	55272635C	6556/1	18/11/2009	230 * I
MER6683	55272073C	6599/2	13/11/2009	230 * V
MES2526	54657587C	6599/2	20/10/2009	230 * V
MFV4242	54657616C	6599/2	24/09/2009	230 * V
MHU4160	54659372C	6599/2	04/11/2009	230 * V
MHU4160	54659373C	5010/0	04/11/2009	162 * I
MIS9450	55272630C	5010/0	06/11/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 894/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMA2664	55272217C	5550/0	18/09/2009	181 * XVIII
CMK3085	55272798C	5541/4	13/11/2009	181 * XVII
LXP2379	55272794C	7366/2	09/11/2009	252 * VI
MBT3264	55272635C	7056/1	18/11/2009	244 * III
MEL5063	55272856C	5487/0	10/11/2009	181 * XI
MGP5859	55272799C	5541/5	13/11/2009	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 895/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCN8425	54656365C	6599/2	12/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDH3752	54659742C	5045/0	26/04/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDU3462	54659820C	6920/0	05/05/2009	R\$ 127,69	233
MEG6823	55272375C	6599/2	16/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MER6773	54659735C	6912/0	16/04/2009	R\$ 53,20	232
MHM8260	54657305C	6599/2	21/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHM8260	54657306C	6556/1	21/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
MHM8260	54657307C	6912/0	21/04/2009	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 896/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADB0927	54657047C	7366/2	11/02/2009	R\$ 85,12	252 * VI
CEW6701	54656870C	5541/1	25/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CLG9989	54660065C	7366/2	18/02/2009	R\$ 85,12	252 * VI
KOJ7689	54657086C	5541/1	01/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LAZ5363	54660301C	5460/0	24/02/2009	R\$ 85,12	181 * IX
LXB0800	54658406C	5525/0	27/12/2008	R\$ 85,12	181 * XV
LZJ3590	54656356C	5541/4	05/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII

LZK7306	55272138C	5541/1	18/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LZV5412	54656215C	5568/0	03/02/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MAD4298	54660943C	5525/0	26/01/2009	R\$ 85,12	181 * XV
MAK2170	54658718C	5541/4	11/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBQ4885	54660925C	7366/2	22/01/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MBQ4885	54660927C	5185/1	22/01/2009	R\$ 127,69	167
MCC5207	54656671C	5541/1	07/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD8747	54657711C	5541/4	28/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH6417	54658786C	5550/0	14/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCM5852	54657654C	5541/1	22/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ8251	54660623C	5541/4	29/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB4326	54657963C	5541/1	29/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH0363	54660559C	5541/1	22/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM0375	54660064C	7366/2	18/02/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MER8070	54660593C	5541/1	09/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU0045	54660056C	6394/1	12/02/2009	R\$ 191,53	220 * XIV
MEY3771	54658632C	5541/1	02/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 897/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACK6841	54657619C	5169/1	11/10/2009	165
AGS9191	54657479C	6599/2	29/08/2009	230 * V
AJE8527	55271865C	6920/0	21/10/2009	233
AMP1012	55271818C	6920/0	18/09/2009	233
BNM3032	55271838C	6920/0	02/10/2009	233
BON7012	54659849C	6920/0	28/05/2009	233
CAM7245	55271811C	6920/0	16/09/2009	233
CQR6517	55271831C	6920/0	24/09/2009	233
CRB2825	55272773C	6599/2	30/10/2009	230 * V
CYB9148	55271801C	6920/0	09/09/2009	233
DJN5917	55271834C	6920/0	25/09/2009	233
DQP2179	55271842C	6920/0	06/10/2009	233
GTW8346	55272401C	6599/2	16/09/2009	230 * V
GVK8404	55271823C	6920/0	18/09/2009	233
HPO4192	55272255C	6599/2	03/09/2009	230 * V
HRB3139	54657320C	6556/1	22/10/2009	230 * I
IBT3856	55271839C	6920/0	05/10/2009	233
ICJ1720	55271855C	6920/0	21/10/2009	233
IHV5205	55272273C	6556/1	06/10/2009	230 * I
IIR4495	55272275C	6599/2	09/10/2009	230 * V
IIR4495	55272276C	5010/0	09/10/2009	162 * I
IJX2272	54660242C	6637/2	14/09/2009	230 * IX
IJX2272	54660243C	6556/1	14/09/2009	230 * I
JGD1899	55271844C	6920/0	05/10/2009	233
KJA5021	55272446C	6912/0	13/10/2009	232
LAP0834	54657569C	6912/0	25/09/2009	232
LWV5083	55271829C	6920/0	23/09/2009	233
LXA3678	54658954C	6599/2	17/06/2009	230 * V
LXA3678	54658955C	6637/2	17/06/2009	230 * IX
LXF4033	55271809C	6920/0	16/09/2009	233
LXJ4864	55271851C	6920/0	16/10/2009	233
LXX0674	55272248C	5061/0	02/11/2009	163 c/c 162 * I
LXX0674	55272249C	5010/0	02/11/2009	162 * I
LXX0674	55272250C	6599/2	02/11/2009	230 * V
LXX2640	54657487C	6610/2	19/09/2009	230 * VII
LXX4782	55272162C	6599/2	06/09/2009	230 * V
LYF3256	55271845C	6920/0	08/10/2009	233
LYO3627	55271854C	6920/0	19/10/2009	233
LYP0265	55272614C	5010/0	25/10/2009	162 * I
LYT6829	55272404C	6912/0	22/09/2009	232
LYY2189	54657624C	6599/2	04/11/2009	230 * V
LYZ1247	55272561C	6599/2	27/10/2009	230 * V
LZB2837	55272302C	6599/2	27/10/2009	230 * V
LZB2837	55272303C	5045/0	27/10/2009	162 * V
LZC0017	54656685C	6599/2	02/11/2009	230 * V
LZK9502	55271847C	6920/0	09/10/2009	233

LZS4664	54656244C	6599/2	08/10/2009	230 * V
LZV5919	55271833C	6920/0	24/09/2009	233
LZY4879	54657830C	6599/2	09/10/2009	230 * V
LZY4879	54657831C	5010/0	09/10/2009	162 * I
MAB3224	55272778C	6556/1	04/11/2009	230 * I
MAC5161	54657697C	6599/2	10/10/2009	230 * V
MAC5161	54657698C	6912/0	10/10/2009	232
MAF2137	55271861C	6920/0	23/10/2009	233
MAO5127	55272608C	5169/1	17/10/2009	165
MAQ1166	55272144C	6599/2	23/09/2009	230 * V
MBB6532	55271868C	6920/0	26/10/2009	233
MBG4817	55271812C	6920/0	16/09/2009	233
MBG8479	54657467C	6637/1	06/06/2009	230 * IX
MBI7903	55272166C	6599/2	02/11/2009	230 * V
MBK2344	54657566C	5010/0	22/09/2009	162 * I
MBK2694	55271820C	6920/0	18/09/2009	233
MBK9325	54657753C	6599/2	16/09/2009	230 * V
MBM1863	55272308C	6602/0	30/10/2009	230 * VI
MBN5166	55272277C	5010/0	09/10/2009	162 * I
MBN5166	55272278C	5061/0	09/10/2009	163 c/c 162 * I
MBN5166	55272279C	6599/2	09/10/2009	230 * V
MBN5166	55272280C	6556/1	09/10/2009	230 * I
MBQ2084	55272254C	6599/2	03/09/2009	230 * V
MBT7607	55271866C	6920/0	21/10/2009	233
MBX5647	55272765C	6599/2	30/10/2009	230 * V
MCA8395	55272753C	6599/2	29/10/2009	230 * V
MCA8395	55272754C	5061/0	29/10/2009	163 c/c 162 * I
MCA8395	55272755C	6637/1	29/10/2009	230 * IX
MCA8395	55272756C	5274/1	29/10/2009	175
MCC2412	55271819C	6920/0	18/09/2009	233
MCD9491	54656686C	5010/0	02/11/2009	162 * I
MCD9491	54656687C	6599/2	02/11/2009	230 * V
MCE0240	55272400C	5045/0	28/10/2009	162 * V
MCF1589	54657756C	5010/0	31/10/2009	162 * I
MCF2579	55272310C	6912/0	09/11/2009	232
MCF5937	55271853C	6920/0	16/10/2009	233
MCH8854	55272612C	5037/2	25/10/2009	162 * III
MCH8854	55272613C	5045/0	25/10/2009	162 * V
MCI1786	55272271C	6599/2	06/10/2009	230 * V
MCJ2805	54659860C	6920/0	05/06/2009	233
MCO8544	55272408C	6599/2	25/09/2009	230 * V
MCO8544	55272409C	6556/5	25/09/2009	230 * I
MCQ1799	54657690C	5010/0	25/09/2009	162 * I
MCQ1799	54657690C	6912/0	25/09/2009	232
MCQ1799	54657691C	6556/1	25/09/2009	230 * I
MCQ1799	54657691C	6556/4	25/09/2009	230 * I
MCQ1803	55271848C	6920/0	09/10/2009	233
MCQ6004	55271846C	6920/0	08/10/2009	233
MCS8612	55271802C	6920/0	11/09/2009	233
MCVW2743	54657109C	6548/2	06/11/2009	229
MCW3298	54656369C	6912/0	02/09/2009	232
MCX7894	55271805C	6920/0	18/09/2009	233
MCZ2022	55272305C	6599/2	27/10/2009	230 * V
MDC9455	54656683C	6599/2	26/10/2009	230 * V
MDC9455	54656684C	5010/0	26/10/2009	162 * I
MDD6986	55272413C	6599/2	25/09/2009	230 * V
MDG2254	54657688C	6610/2	19/09/2009	230 * VII
MDI3338	54657564C	5045/0	16/09/2009	162 * V
MDJ4127	55271870C	6920/0	27/10/2009	233
MDP9048	55271850C	6920/0	15/10/2009	233
MDP9459	54656421C	6599/2	06/10/2009	230 * V
MDS5679	54657492C	6599/2	13/10/2009	230 * V
MDS5679	54657700C	5010/0	13/10/2009	162 * I
MDV4001	54658284C	5010/0	03/10/2009	162 * I
MDV4001	54658284C	6599/2	03/10/2009	230 * V
MDV4001	54658284C	6912/0	03/10/2009	232
MDX2324	55272783C	5010/0	04/11/2009	162 * I
MDX2324	55272784C	5061/0	04/11/2009	163 c/c 162 * I
MDZ5872	55271803C	6920/0	12/09/2009	233
MEI7902	54659335C	6599/2	06/10/2009	230 * V
MEL4011	55272619C	5010/0	26/10/2009	162 * I
MEQ2834	55272165C	6599/2	18/10/2009	230 * V
MER1984	54657322C	5010/0	31/10/2009	162 * I
MER1984	54657323C	6599/2	31/10/2009	230 * V
MER1984	54657324C	6556/1	31/10/2009	230 * I
MER6423	54657838C	6912/0	21/10/2009	232
MES9257	55271828C	6920/0	23/09/2009	233
MEV1016	55272367C	5045/0	15/09/2009	162 * V
MEV8684	54657486C	6599/2	19/09/2009	230 * V

MFE6718	54659861C	6920/0	05/06/2009	233
MFF0712	55272562C	6599/2	27/10/2009	230 * V
MFF0712	55272563C	5045/0	27/10/2009	162 * V
MFH2801	54656419C	6599/2	21/09/2009	230 * V
MFH2801	54656420C	5010/0	21/09/2009	162 * I
MFL4400	54656371C	6599/2	26/09/2009	230 * V
MFV1838	55272809C	6599/2	25/11/2009	230 * V
MFV1838	55272811C	6912/0	25/11/2009	232
MFZ7104	54656343C	6599/2	13/10/2009	230 * V
MFZ7104	54656344C	5010/0	13/10/2009	162 * I
MGA5458	55271813C	6920/0	16/09/2009	233
MGG5845	54657842C	5010/0	30/10/2009	162 * I
MGI9419	54660237C	5010/0	05/09/2009	162 * I
MGI9419	54660238C	6637/2	05/09/2009	230 * IX
MGL2769	55272253C	5010/0	03/09/2009	162 * I
MHF7574	55271815C	6920/0	16/09/2009	233
MHO5772	55272766C	6599/2	30/10/2009	230 * V
MHY5830	55271826C	6920/0	22/09/2009	233
MIN8720	55272556C	5010/0	13/10/2009	162 * I
MIN8720	55272557C	6599/2	13/10/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 898/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAD6926	55272567C	5487/0	29/10/2009	181 * XI
AHO5475	55272421C	5541/1	04/10/2009	181 * XVII
AIN8724	55272627C	5452/2	03/11/2009	181 * VIII
AKZ5079	5272068C	6017/5	28/10/2009	206 * III
BSE8741	55272451C	5541/4	28/09/2009	181 * XVII
BTF0737	54657581C	5525/0	10/10/2009	181 * XV
CDL9044	54659101C	5541/1	23/10/2009	181 * XVII
CME9051	55272140C	5541/1	18/09/2009	181 * XVII
CPJ5100	55272454C	5452/4	07/10/2009	181 * VIII
CRB2825	55272774C	5550/0	30/10/2009	181 * XVIII
DSI2178	54657577C	5541/1	10/10/2009	181 * XVII
IGD9566	54657572C	5541/1	04/10/2009	181 * XVII
IHM4407	55272230C	5541/4	07/10/2009	181 * XVII
ILN6005	54660249C	5185/1	21/09/2009	167
IOH5380	55272763C	5452/2	29/10/2009	181 * VIII
JFY2556	55272378C	5487/0	18/09/2009	181 * XI
KAJ2370	55272871C	5550/0	25/11/2009	181 * XVIII
LJH8511	55272448C	5550/0	13/10/2009	181 * XVIII
LOC3259	54657576C	5185/1	07/10/2009	167
LWX0787	55272957C	5193/0	29/11/2009	168
LXA1239	55272416C	5487/0	01/10/2009	181 * XI
LXA3678	54658953C	5541/1	17/06/2009	181 * XVII
LXD1842	55272398C	5207/0	27/10/2009	169
LXZ8508	55272284C	5541/1	30/10/2009	181 * XVII
LYD8228	54660244C	5185/1	14/09/2009	167
LYO6003	54657549C	6033/0	11/09/2009	206 * V
LYW9713	54657689C	5185/1	25/09/2009	167
LZB2734	54659377C	5541/4	10/11/2009	181 * XVII
LZM3104	55272502C	5185/1	20/10/2009	167
LZU1771	55272430C	5185/1	07/10/2009	167
LZU5005	54660393C	7366/2	12/09/2009	252 * VI
MAH8100	55272422C	5541/1	04/10/2009	181 * XVII
MAJ7908	55272136C	5541/5	10/09/2009	181 * XVII
MAV4915	55272751C	5550/0	28/10/2009	181 * XVIII
MBB6023	54659336C	5541/5	14/10/2009	181 * XVII
MBE0074	55272397C	5550/0	27/10/2009	181 * XVIII
MBH9573	55272759C	5185/1	29/10/2009	167
MBI7903	55272167C	5541/1	02/11/2009	181 * XVII
MBK3973	55272285C	5720/0	12/10/2009	186 * I
MBM1863	55272307C	7064/0	30/10/2009	244 * IV
MBN5166	55272281C	5215/2	09/10/2009	170
MBN5166	55272282C	5835/0	09/10/2009	195
MBN5166	55272283C	5720/0	09/10/2009	186 * I



MBP9812	55272793C	5452/2	09/11/2009	181 * VIII
MBQ6832	54656338C	5550/0	07/10/2009	181 * XVIII
MBS5432	55272211C	5541/4	14/09/2009	181 * XVII
MBS7800	54657754C	5550/0	31/10/2009	181 * XVIII
MBV9529	54658524C	5207/0	19/10/2009	169
MBX5647	55272769C	5550/0	30/10/2009	181 * XVIII
MBY0212	54658523C	5185/2	19/10/2009	167
MCC1770	54660436C	5541/4	23/06/2009	181 * XVII
MCF7515	55272445C	5622/2	13/10/2009	182 * VI
MCI9990	55272603C	6017/5	16/10/2009	206 * III
MCJ8483	55272370C	5568/0	15/09/2009	181 * XIX
MCN0813	54659327C	5541/1	18/09/2009	181 * XVII
MCS4713	54658070C	7056/1	24/10/2009	244 * III
MCS4713	55272651C	5835/0	24/10/2009	195
MCV8778	55272643C	7366/2	30/11/2009	252 * VI
MCY8537	55272866C	5550/0	19/11/2009	181 * XVIII
MDA2086	54659367C	5541/4	17/10/2009	181 * XVII
MDF2574	54657919C	5541/4	15/06/2009	181 * XVII
MDO0628	55272222C	5541/1	24/09/2009	181 * XVII
MDS4299	55272464C	5541/5	21/10/2009	181 * XVII
MEA7385	55272705C	6050/1	26/11/2009	208
MEC8623	54657546C	5550/0	11/09/2009	181 * XVIII
MEL1064	55272246C	5185/1	29/10/2009	167
MEL4011	55272618C	7048/1	26/10/2009	244 * II
MEL5449	54660431C	6050/1	23/06/2009	208
MER7436	55272139C	5541/1	18/09/2009	181 * XVII
MET7257	54657548C	5452/2	11/09/2009	181 * VIII
MEZ9974	55272377C	5550/0	18/09/2009	181 * XVIII
MFC3387	55272245C	5185/1	29/10/2009	167
MFK8051	55272213C	5541/4	16/09/2009	181 * XVII
MFN5490	55272460C	5550/0	08/10/2009	181 * XVIII
MFO3039	55272384C	5541/1	18/09/2009	181 * XVII
MFP5040	55272859C	5550/0	13/11/2009	181 * XVIII
MFR2799	54657722C	5541/1	19/05/2009	181 * XVII
MFR3199	55272610C	5835/0	22/10/2009	195
MFR3199	55272610C	6270/0	22/10/2009	220 * II
MFR3199	55272764C	5550/0	19/10/2009	181 * XVIII
MFT9733	55272376C	5541/4	18/09/2009	181 * XVII
MFW1838	55272810C	5835/0	25/11/2009	195
MFW1838	55272812C	5819/1	25/11/2009	193
MGE3475	55272237C	5550/0	08/10/2009	181 * XVIII
MGE3936	54657574C	5525/0	05/10/2009	181 * XV
MGG1330	55272441C	7366/2	10/10/2009	252 * VI
MGO5153	55272216C	5487/0	18/09/2009	181 * XI
MGO6850	55272758C	5550/0	29/10/2009	181 * XVIII
MGO9359	54659340C	5541/5	15/10/2009	181 * XVII
MGP3713	55272390C	5550/0	07/10/2009	181 * XVIII
MGS6225	55272624C	5541/1	31/10/2009	181 * XVII
MGV8731	55272394C	5401/0	26/10/2009	181 * III
MGY8705	54659379C	7366/2	10/11/2009	252 * VI
MGZ7454	54660427C	5185/1	18/06/2009	167
MHA3035	55272801C	5541/4	09/11/2009	181 * XVII
MHH5350	55272224C	5541/1	25/09/2009	181 * XVII
MHN6455	54657615C	5460/0	23/09/2009	181 * IX
MHO5772	55272767C	5550/0	30/10/2009	181 * XVIII
MHS2950	55272134C	5541/4	08/09/2009	181 * XVII
MHY8090	54658521C	7056/1	19/09/2009	244 * III
MJC0280	55272301C	7064/0	27/10/2009	244 * IV
MJC1459	55272621C	5541/1	31/10/2009	181 * XVII
MLC6969	55272380C	5541/1	18/09/2009	181 * XVII
MLN0212	55272452C	5541/1	28/09/2009	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 899/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABC0699	54659784C	6920/0	08/04/2009	R\$ 127,69	233
ADQ1574	54656139C	6920/0	21/11/2008	R\$ 127,69	233

AEP7587	54656977C	6599/2	06/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
AEP7587	54657178C	6637/2	26/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
AEP7587	54657179C	6637/1	26/03/2009	R\$ 127,69	230 * IX
AFH7765	54659858C	6920/0	03/06/2009	R\$ 127,69	233
AFO9442	54657662C	6599/2	03/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
AJT8065	54656679C	6599/2	10/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
ALA3803	54659775C	6920/0	03/04/2009	R\$ 127,69	233
ALE2284	54658974C	6599/2	07/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
BHZ1901	54659788C	6920/0	14/04/2009	R\$ 127,69	233
BIB2289	54657752C	5045/0	15/06/2009	R\$ 191,53	162 * V
BLF1519	54656549C	6920/0	02/02/2009	R\$ 127,69	233
BOL4873	54658207C	6912/0	15/01/2009	R\$ 53,20	232
BOM4875	54656533C	6920/0	13/01/2009	R\$ 127,69	233
BYC3307	54659899C	6920/0	16/07/2009	R\$ 127,69	233
CAM7942	54659482C	5045/0	21/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
CDG5120	54659806C	6920/0	24/04/2009	R\$ 127,69	233
CEW6701	54659879C	6920/0	26/06/2009	R\$ 127,69	233
CJR3167	54660316C	5169/1	21/04/2009	R\$ 957,69	165
CJR3167	54660337C	6971/0	26/06/2009	R\$ 191,53	238
CJR3167	54660338C	5274/1	26/06/2009	R\$ 191,53	175
CZU2748	54659882C	6920/0	30/06/2009	R\$ 127,69	233
DRV6753	54660481C	5045/0	29/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
DUW3075	54659758C	6920/0	20/03/2009	R\$ 127,69	233
HVA3498	54659856C	6920/0	03/06/2009	R\$ 127,69	233
ICO1730	54659884C	6920/0	01/07/2009	R\$ 127,69	233
IFY5257	54659824C	6920/0	07/05/2009	R\$ 127,69	233
IGY6736	54659881C	6920/0	30/06/2009	R\$ 127,69	233
IIO7874	54659767C	6920/0	30/03/2009	R\$ 127,69	233
IIP4538	54659851C	6920/0	01/06/2009	R\$ 127,69	233
IIQ1126	54657814C	6599/2	06/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
IIQ1126	54657816C	5037/1	06/07/2009	R\$ 574,61	162 * III
IIQ1126	54657817C	5169/1	06/07/2009	R\$ 957,69	165
IJM1324	54656128C	6920/0	04/11/2008	R\$ 127,69	233
IKL8998	54656911C	6920/0	05/02/2009	R\$ 127,69	233
ILN6408	54659494C	6912/0	30/03/2009	R\$ 53,20	232
ILN6408	54659495C	6599/2	30/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
ILN6408	54659783C	6920/0	08/04/2009	R\$ 127,69	233
ILN9672	54656946C	6920/0	09/03/2009	R\$ 127,69	233
IMQ8997	54658280C	5010/0	30/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
KFR5210	54659750C	6599/2	29/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LCC0906	54656140C	6920/0	24/11/2008	R\$ 127,69	233
LNM4633	54659909C	6920/0	24/07/2009	R\$ 127,69	233
LWR3057	54659763C	6920/0	25/03/2009	R\$ 127,69	233
LWS3132	54656081C	6599/2	11/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LWS5124	54659922C	6920/0	04/08/2009	R\$ 127,69	233
LWT6112	54659827C	6920/0	12/05/2009	R\$ 127,69	233
LWX5373	54659817C	6920/0	05/05/2009	R\$ 127,69	233
LWX6771	54657376C	6599/2	22/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXA0978	54659754C	6920/0	13/03/2009	R\$ 127,69	233
LXB2597	54659787C	6920/0	14/04/2009	R\$ 127,69	233
LXD3798	54656770C	6599/2	20/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
LXE7517	54659825C	6920/0	10/05/2009	R\$ 127,69	233
LXF1421	54660226C	5010/0	01/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXG5925	54659712C	6599/2	08/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXJ9503	54659885C	6920/0	03/07/2009	R\$ 127,69	233
LXN0711	54660857C	6637/2	13/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LXN0711	54660858C	6556/4	13/01/2009	R\$ 191,53	230 * I
LXN1909	54656932C	6920/0	05/03/2009	R\$ 127,69	233
LXS2144	54659838C	6920/0	21/05/2009	R\$ 127,69	233
LXU5945	54659729C	6912/0	14/04/2009	R\$ 53,20	232
LXX1216	54660090C	6637/2	16/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LXX8355	54660332C	6599/2	30/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXX8355	54660333C	5010/0	30/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXY7111	54658014C	6912/0	07/03/2009	R\$ 53,20	232
LYA0344	54659756C	6920/0	17/03/2009	R\$ 127,69	233
LYC0691	54659737C	6599/2	20/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYE2847	54657504C	5045/0	15/07/2009	R\$ 191,53	162 * V
LYF4379	54660850C	6599/2	10/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYI1853	54659711C	6912/0	08/04/2009	R\$ 53,20	232
LYK3873	54659789C	6920/0	14/04/2009	R\$ 127,69	233
LYO3339	54659853C	6920/0	02/06/2009	R\$ 127,69	233
LYQ5194	54659748C	6556/1	29/04/2009	R\$ 191,53	230 * I
LYT2590	54657604C	5169/1	14/06/2009	R\$ 957,69	165
LYU7867	54659877C	6920/0	25/06/2009	R\$ 127,69	233
LYV1739	54657036C	6599/2	01/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYY9699	54659841C	6920/0	22/05/2009	R\$ 127,69	233
LYZ1247	54657069C	5045/0	22/11/2008	R\$ 191,53	162 * V
LYZ1247	54657069C	6556/1	22/11/2008	R\$ 191,53	230 * I
LYZ1853	54659710C	6599/2	08/04/2009	R\$ 191,53	230 * V

LYZ8088	54657503C	5045/0	15/07/2009	R\$ 191,53	162 * V
LZA1537	54656716C	5010/0	02/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZA9123	54659491C	6912/0	28/03/2009	R\$ 53,20	232
LZC0796	54656914C	6920/0	13/02/2009	R\$ 127,69	233
LZE8819	54659777C	6920/0	03/04/2009	R\$ 127,69	233
LZJ9681	54660378C	6599/2	03/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZR3611	54656940C	6920/0	09/03/2009	R\$ 127,69	233
LZR3611	54658509C	6637/2	28/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LZS0107	54660425C	5010/0	07/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZS0107	54660426C	6599/2	07/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZU8609	54659782C	6920/0	07/04/2009	R\$ 127,69	233
LZW9705	54660478C	5169/1	28/01/2009	R\$ 957,69	165
LZW9705	54660479C	6912/0	28/01/2009	R\$ 53,20	232
LZW9705	54660480C	6637/1	27/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LZY4742	54659762C	6920/0	24/03/2009	R\$ 127,69	233
MAA6443	54657864C	6599/2	07/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAA6443	54657865C	5045/0	07/06/2009	R\$ 191,53	162 * V
MAQ4274	54658855C	6599/2	28/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
MAQ6336	54659823C	6920/0	07/05/2009	R\$ 127,69	233
MAQ7942	54656920C	6920/0	17/02/2009	R\$ 127,69	233
MAQ8390	54659819C	6920/0	05/05/2009	R\$ 127,69	233
MAV7677	54659913C	6920/0	29/07/2009	R\$ 127,69	233
MAX7431	54657670C	6599/2	27/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAY0769	55272145C	6599/2	24/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAY1894	54660327C	6599/2	27/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAY5691	54659927C	6920/0	14/08/2009	R\$ 127,69	233
MBB0902	54659828C	6920/0	12/05/2009	R\$ 127,69	233
MBG5051	54657555C	6599/2	29/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBG5051	54657556C	5010/0	29/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBG7016	54656034C	6599/2	31/10/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBG8479	54659886C	6920/0	03/07/2009	R\$ 127,69	233
MBG9059	54659868C	6920/0	12/06/2009	R\$ 127,69	233
MBJ1544	54658894C	6599/2	31/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBJ1544	54658895C	6602/0	31/12/2008	R\$ 191,53	230 * VI
MBJ1544	54658896C	6637/2	31/12/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MBL6229	54656364C	6599/2	03/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBM2832	54657804C	5045/0	11/06/2009	R\$ 191,53	162 * V
MBM6226	54659918C	6920/0	31/07/2009	R\$ 127,69	233
MBM7312	54659790C	6920/0	14/04/2009	R\$ 127,69	233
MBN1945	54657909C	6653/1	12/05/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MBP7819	54657655C	5010/0	22/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBS5280	54656503C	6920/0	11/12/2008	R\$ 127,69	233
MBT3264	54656295C	6637/1	22/02/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBT3264	54657471C	6556/5	22/06/2009	R\$ 191,53	230 * I
MBT3264	54657472C	6637/1	22/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBV4431	54659785C	6920/0	13/04/2009	R\$ 127,69	233
MBW5452	54657855C	6599/2	08/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCA9582	54657516C	5061/0	11/08/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCA9582	54657517C	5010/0	11/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCB7981	54659490C	5010/0	27/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCB9149	54660142C	6602/0	28/02/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MCB9149	54660143C	5010/0	28/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCE3325	54660286C	6912/0	05/03/2009	R\$ 53,20	232
MCG3189	54657354C	7340/0	07/02/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MCH6627	54659876C	6920/0	24/06/2009	R\$ 127,69	233
MCI4172	54659752C	6920/0	13/03/2009	R\$ 127,69	233
MCK6615	54657672C	6912/0	30/06/2009	R\$ 53,20	232
MCK9883	54659793C	6920/0	14/04/2009	R\$ 127,69	233
MCL8195	54659839C	6920/0	21/05/2009	R\$ 127,69	233
MCN9104	54659496C	6912/0	30/03/2009	R\$ 53,20	232
MCP4434	54656314C	6599/2	08/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCR1586	54657673C	5010/0	30/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCR2023	54659474C	5010/0	18/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCR2023	54659475C	5061/0	18/03/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCT4616	54656928C	6920/0	19/02/2009	R\$ 127,69	233
MCT5797	54659791C	6920/0	14/04/2009	R\$ 127,69	233
MCT6577	54657027C	5010/0	03/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCT6577	54657028C	6599/2	03/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MCW6123	54659472C	5010/0	18/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCW6123	54659473C	5061/0	18/03/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDD6846	54657809C	5045/0	02/07/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDF5456	54656055C	6599/2	26/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
MDG0261	54657304C	6599/2	20/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDH2210	54657463C	5010/0	21/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDJ4430	54659816C	6920/0	03/05/2009	R\$ 127,69	233
MDK0054	54657308C	5010/0	23/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDK1543	54659745C	5061/0	29/04/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDK1543	54659746C	5010/0	29/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDK9100	54657674C	6912/0	30/06/2009	R\$ 53,20	232

MDM7745	54660330C	5045/0	27/05/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDM7745	54660346C	5045/0	08/07/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDO8401	54659774C	6920/0	03/04/2009	R\$ 127,69	233
MDP4819	54660223C	6645/0	10/04/2009	R\$ 127,69	230 * X
MDQ0807	54656603C	6599/2	09/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
MDR0613	54660372C	6599/2	12/04/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDZ0223	54657016C	5010/0	28/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
MDZ9792	54656578C	5010/0	15/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDZ9792	54657309C	5010/0	14/05/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDZ9792	54657310C	6599/2	14/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEA7488	54659808C	6920/0	28/04/2009	R\$ 127,69	233
MEB7339	54657827C	6599/2	13/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MED4592	54658952C	6637/1	09/06/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEE2999	54656367C	6599/2	01/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEH3073	54656053C	5010/0	11/11/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEH5891	54657050C	6599/2	17/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEH9414	54659826C	6920/0	07/05/2009	R\$ 127,69	233
MEI4002	54658506C	6599/2	22/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEI4002	54658507C	5274/1	22/02/2009	R\$ 191,53	175
MEJ3972	54658281C	6912/0	30/06/2009	R\$ 53,20	232
MEJ5012	54659834C	6920/0	15/05/2009	R\$ 127,69	233
MEJ6249	54656515C	6920/0	23/12/2008	R\$ 127,69	233
MEJ8721	54659753C	6920/0	13/03/2009	R\$ 127,69	233
MEK0474	54658055C	5010/0	26/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEK0474	54658057C	7340/0	26/12/2008	R\$ 85,12	252 * IV
MEM2869	54659862C	6920/0	08/06/2009	R\$ 127,69	233
MEN2802	54659478C	6912/0	21/03/2009	R\$ 53,20	232
MEO5056	54659796C	6920/0	17/04/2009	R\$ 127,69	233
MEO8167	54656714C	6645/0	02/05/2009	R\$ 127,69	230 * X
MEO9370	54656762C	5169/1	05/12/2008	R\$ 957,69	165
MEQ1952	54656240C	6912/0	01/07/2009	R\$ 53,20	232
MEQ2040	54659863C	6920/0	10/06/2009	R\$ 127,69	233
MER6091	54657470C	6912/0	22/06/2009	R\$ 53,20	232
MER6423	54657801C	6599/2	05/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MET1847	54659734C	5010/0	11/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEZ2478	54660084C	6637/2	08/05/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEZ6321	54660227C	6599/2	19/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFC1391	54656950C	6920/0	13/03/2009	R\$ 127,69	233
MFC7020	54656056C	5010/0	14/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFD8481	54656929C	6920/0	04/03/2009	R\$ 127,69	233
MFE9712	54656945C	6920/0	09/03/2009	R\$ 127,69	233
MFF9724	54658753C	5010/0	01/11/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFG0173	54659770C	6920/0	31/03/2009	R\$ 127,69	233
MFG9929	54656403C	5010/0	20/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFG9929	54656404C	6599/2	20/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MFJ5468	54656986C	7340/0	30/12/2008	R\$ 85,12	252 * IV
MFN0411	54659810C	6920/0	28/04/2009	R\$ 127,69	233
MFN0692	54659831C	6920/0	13/05/2009	R\$ 127,69	233
MFP2710	54656506C	6920/0	12/12/2008	R\$ 127,69	233
MFR9068	54660345C	6599/2	29/06/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFT1970	54659779C	6920/0	06/04/2009	R\$ 127,69	233
MFV4481	54656525C	6920/0	07/01/2009	R\$ 127,69	233
MFV7624	54656232C	5010/0	10/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGC8052	54659471C	6599/2	18/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGE2141	54657559C	6912/0	04/09/2009	R\$ 53,20	232
MGE6899	54659486C	5010/0	24/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGF8031	54659933C	6920/0	19/08/2009	R\$ 127,69	233
MGF8871	54658283C	6912/0	30/06/2009	R\$ 53,20	232
MGQ9224	54660086C	6599/2	08/05/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHE3322	54659480C	5045/0	21/03/2009	R\$ 191,53	162 * V
MHE3322	54659481C	5096/0	21/03/2009	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MHE4293	54657667C	5010/0	24/06/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHE4293	54660197C	5061/0	21/04/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 900/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEP7587	54656978C	5185/1	06/12/2008	R\$ 127,69	167
AEP7587	54657042C	5185/1	09/01/2009	R\$ 127,69	167
AEP7587	54657043C	6050/1	09/01/2009	R\$ 191,53	208
AEP7587	54658351C	7366/2	24/12/2008	R\$ 85,12	252 * VI
AIE9872	54659606C	5541/4	09/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
AIN8724	54658854C	5541/4	24/11/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
AJC7823	54660070C	5541/4	10/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
AKS1606	54658738C	6017/5	27/02/2009	R\$ 191,53	206 * III
ANL1562	54659059C	5541/1	28/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
ASG1240	54659609C	5541/4	09/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
BPL6755	54659079C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CFS3105	54657718C	5541/4	13/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CGM3702	54660446C	5550/0	28/06/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
CHA1080	54659173C	5541/1	06/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CHW6572	54658621C	5541/1	18/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
CJR3167	54660339C	5215/1	26/06/2009	R\$ 191,53	170
CJR3167	54660340C	7234/0	26/06/2009	R\$ 85,12	250 * I * a
CJR3167	54660341C	5835/0	26/06/2009	R\$ 127,69	195
CLD1009	54660168C	5525/0	24/02/2009	R\$ 85,12	181 * XV
CNW7380	54659251C	5550/0	02/07/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
COZ6139	54660101C	5541/1	12/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CQT4353	54659064C	5541/1	02/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CTO8339	54657526C	5541/5	18/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
DHG3434	54659086C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
DKD5543	54657407C	5541/1	27/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
HOV7479	54659166C	5550/0	03/07/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
IBT3856	54657540C	5541/4	10/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
IBY5428	54658871C	5541/4	16/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
IFC2879	54660258C	6785/1	19/02/2009	R\$ 191,53	231 * II * a
IFD3852	54656670C	5541/1	07/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
IID1227	54659724C	5185/1	14/04/2009	R\$ 127,69	167
IIQ1126	54657815C	7048/1	06/07/2009	R\$ 191,53	244 * II
IKW9251	54659559C	5541/1	27/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
ILB8556	54656233C	5185/1	19/04/2009	R\$ 127,69	167
ILP0567	54658808C	5568/0	09/12/2008	R\$ 127,69	181 * XIX
ILT2430	54659091C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
JAA3800	54657739C	5541/5	06/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
JQB0143	54657104C	5967/0	09/07/2009	R\$ 191,53	203 * V
KCI0952	54660052C	7234/0	05/02/2009	R\$ 85,12	250 * I * a
LBU4813	54658709C	5460/0	04/11/2008	R\$ 85,12	181 * IX
LCW0032	54658880C	5541/4	29/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
LCY8186	54658002C	7030/1	31/12/2008	R\$ 191,53	244 * I
LNU7797	54658611C	5541/1	06/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
LWW5569	54660383C	7030/2	24/05/2009	R\$ 191,53	244 * I
LWX5333	54657969C	5746/1	29/12/2008	R\$ 85,12	187 * I
LXA1239	54658774C	5460/0	10/12/2008	R\$ 85,12	181 * IX
LXC4397	54660914C	5541/1	14/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LXD3798	54656770C	7030/2	20/12/2008	R\$ 191,53	244 * I
LXD6475	54660369C	5550/0	06/04/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXP7679	54660450C	5550/0	28/06/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXR5392	54660407C	5541/4	01/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LYA7321	54658159C	5541/4	23/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
LYB8857	54656875C	5541/1	31/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LYO7790	54660643C	5541/4	28/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LYQ1680	54658967C	5541/1	28/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LYU6266	54659739C	5185/1	26/04/2009	R\$ 127,69	167
LYU6266	54659740C	5185/2	26/04/2009	R\$ 127,69	167
LYY5128	54656412C	7048/1	22/08/2009	R\$ 191,53	244 * II
LYY5128	54656413C	5835/0	22/08/2009	R\$ 127,69	195
LZG7423	54660411C	5541/1	11/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ3143	54658724C	5541/4	11/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LZS9112	54658856C	5541/4	10/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
LZW5477	54658781C	5541/3	12/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MAC3710	54660300C	5541/1	28/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAE2785	54660252C	5541/1	13/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAE9471	54656357C	5541/4	05/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAF2460	54660600C	5541/1	13/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI4479	54660596C	5541/1	11/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI6031	54657727C	5541/4	29/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAM6084	54660288C	6017/5	14/04/2009	R\$ 191,53	206 * III
MAQ9321	54660095C	5541/5	22/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAT3785	54658726C	5541/1	13/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY8078	54660649C	5541/4	02/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAZ4823	54659078C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBA2143	54659555C	5541/1	03/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF1566	54657912C	5541/1	22/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG0425	54660323C	5550/0	09/05/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII



MBI3435	54658633C	5541/1	07/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBJ0777	54658610C	5541/1	04/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MBJ1203	54658796C	5550/0	18/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBM7312	54659605C	5541/1	09/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR0058	54660199C	5460/0	04/05/2009	R\$ 85,12	181 * IX
MBT3264	54656294C	7030/1	22/02/2009	R\$ 191,53	244 * I
MBW8535	54660417C	5541/1	27/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW9261	54659654C	5797/0	24/06/2009	R\$ 191,53	191
MBX3433	54657713C	5541/4	28/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY8989	54659567C	5185/1	22/06/2009	R\$ 127,69	167
MBZ5596	54660145C	5541/1	07/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD0390	54660277C	6050/1	05/03/2009	R\$ 191,53	208
MCE0323	54659197C	5541/1	17/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCE1856	54660641C	5550/0	28/02/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCE5515	54656574C	7030/1	09/03/2009	R\$ 191,53	244 * I
MCE5515	54656575C	7048/1	09/03/2009	R\$ 191,53	244 * II
MCE5515	54656577C	5835/0	09/03/2009	R\$ 127,69	195
MCH6417	54660885C	5819/4	23/01/2009	R\$ 574,61	193
MCI5484	54658799C	5550/0	20/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCJ2551	54656235C	7030/1	13/05/2009	R\$ 191,53	244 * I
MCK4657	54660153C	5541/1	23/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCM7336	54659656C	5541/1	27/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO1186	54658752C	5746/1	01/11/2008	R\$ 85,12	187 * I
MCO7430	54656290C	5550/0	21/02/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCP1857	54656964C	5541/1	28/10/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP9464	54656255C	6017/5	30/11/2008	R\$ 191,53	206 * III
MCQ3107	54659099C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ3107	54659164C	5550/0	03/07/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDC1863	54660442C	5185/2	28/06/2009	R\$ 127,69	167
MDC9361	54660898C	5541/1	25/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD4327	54660035C	5487/0	30/07/2009	R\$ 127,69	181 * XI
MDD6846	54657707C	5541/4	18/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD6846	54657811C	5835/0	02/07/2009	R\$ 127,69	195
MDD6846	54657812C	6076/0	02/07/2009	R\$ 191,53	210
MDE9123	54658606C	6017/5	14/11/2008	R\$ 191,53	206 * III
MDE9123	54658607C	5185/1	14/11/2008	R\$ 127,69	167
MDF5843	54657087C	5991/0	03/07/2009	R\$ 191,53	206 * I
MDH2210	54657464C	6076/0	21/05/2009	R\$ 191,53	210
MDH4437	54660595C	5541/1	09/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH6458	54657199C	5550/0	28/06/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDJ0368	54658638C	5541/1	14/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ0368	54660633C	5541/4	14/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ1673	54660413C	5002/0	13/04/2009	R\$ 85,12	257 § 8º
MDK4447	54659277C	7366/2	11/07/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MDK9100	54656572C	5746/1	25/02/2009	R\$ 85,12	187 * I
MDN6716	54659647C	5541/1	05/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN8244	54658810C	5568/0	09/12/2008	R\$ 127,69	181 * XIX
MDQ1584	54658755C	5746/1	01/11/2008	R\$ 85,12	187 * I
MDS2442	54656254C	5550/0	06/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDS5194	54660054C	5207/0	08/02/2009	R\$ 53,20	169
MDX3091	54658408C	5525/0	27/12/2008	R\$ 85,12	181 * XV
MDY4907	54657073C	5541/1	25/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA4122	54658817C	5541/4	17/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB6474	54657913C	6017/5	16/05/2009	R\$ 191,53	206 * III
MEC5172	54657732C	5541/1	23/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC6834	54658618C	5541/1	13/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MED4592	54658951C	6050/2	09/06/2009	R\$ 191,53	208
MEF8534	54657980C	5541/1	06/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG0241	54656078C	7048/1	14/03/2009	R\$ 191,53	244 * II
MEG0241	54656079C	5835/0	14/03/2009	R\$ 127,69	195
MEG6447	54656221C	5835/0	21/02/2009	R\$ 127,69	195
MEI2330	54660073C	7366/2	17/04/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MEI7902	54657965C	5550/0	30/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEJ9477	54660058C	6050/1	18/02/2009	R\$ 191,53	208
MEK0474	54658056C	7048/1	26/12/2008	R\$ 191,53	244 * II
MEL9792	54658807C	5541/4	25/11/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN2802	54659479C	5746/1	21/03/2009	R\$ 85,12	187 * I
MEO4081	54657957C	5746/1	20/12/2008	R\$ 85,12	187 * I
MEU7534	54659598C	5550/0	28/06/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEV1062	54659095C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX1656	54657905C	5541/3	12/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX6301	54657703C	5541/1	13/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY7321	54659467C	5541/4	06/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ0888	54660491C	5541/1	01/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ4203	54659275C	5541/5	07/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC3387	54657979C	5410/0	06/01/2009	R\$ 85,12	181 * IV
MFC3387	54660077C	5193/0	29/04/2009	R\$ 191,53	168
MFD8284	54658504C	7030/2	20/02/2009	R\$ 191,53	244 * I
MFD8685	54660477C	5541/1	28/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII

MFF3983	54657456C	5541/1	11/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF3983	54660267C	5541/1	27/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG8046	54660092C	5819/4	20/05/2009	R\$ 574,61	193
MFG9929	54656405C	5347/0	20/12/2008	R\$ 85,12	178
MFI1744	54660430C	5541/1	22/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI3434	54656860C	7048/1	13/01/2009	R\$ 191,53	244 * II
MFJ5468	54656983C	5835/0	30/12/2008	R\$ 127,69	195
MFJ5468	54656984C	7064/0	30/12/2008	R\$ 191,53	244 * IV
MFJ5468	54656985C	7030/2	30/12/2008	R\$ 191,53	244 * I
MFL8199	54659616C	5541/4	11/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM4771	54658161C	5550/0	23/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFN2941	54658858C	5541/4	10/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO3216	54658840C	5568/0	03/04/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MFO5821	54659053C	5541/1	28/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO6354	54660380C	5541/1	06/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP5165	54659210C	5541/1	08/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT1446	54660435C	5541/4	23/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT4724	54659270C	5380/0	06/07/2009	R\$ 85,12	181 * I
MFV2508	54660075C	7048/1	12/03/2009	R\$ 191,53	244 * II
MGA9001	54660759C	5525/0	18/01/2009	R\$ 85,12	181 * XV
MGA9884	54657988C	5541/1	12/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB6221	54658844C	5568/0	03/04/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MGC1584	54657949C	5541/1	30/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD3123	54659554C	5541/1	09/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE5801	54657916C	5541/4	22/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE6169	54657709C	5541/4	24/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE6808	54658620C	5541/1	16/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG5359	54659568C	5185/1	22/06/2009	R\$ 127,69	167
MGG7843	54656573C	7048/1	02/03/2009	R\$ 191,53	244 * II
MGK3562	54659160C	5185/1	02/07/2009	R\$ 127,69	167
MGO8372	54659721C	5550/0	11/04/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGV4351	54657937C	5541/4	08/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX2803	54659306C	5541/1	05/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY3654	54659281C	5541/3	15/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ7454	54659200C	5185/1	21/07/2009	R\$ 127,69	167
MHB3572	54659701C	5185/1	05/04/2009	R\$ 127,69	167
MHB4291	54657989C	5541/1	12/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG6260	54657551C	7030/1	06/06/2009	R\$ 191,53	244 * I
MHH9370	54659643C	6050/1	05/05/2009	R\$ 191,53	208
MHK3170	54658212C	5967/0	13/04/2009	R\$ 191,53	203 * V
MHK3170	54658213C	5835/0	13/04/2009	R\$ 127,69	195
MIB1113	54658013C	5568/0	06/03/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MIS5140	54659189C	5185/1	11/07/2009	R\$ 127,69	167
MIU9930	54660081C	7366/2	08/05/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MJM5880	54659603C	5541/1	07/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ7330	54656667C	5541/1	07/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MUV9406	54656856C	5746/1	20/12/2008	R\$ 85,12	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 901/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CEL1363	55271882C	6920/0	10/11/2009	233
LYK3202	54657626C	5010/0	13/11/2009	162 * I
LYK3202	54657627C	5061/0	13/11/2009	163 c/c 162 * I
LYK3202	54657628C	5169/1	13/11/2009	165
LZA1412	54657843C	5010/0	08/11/2009	162 * I
LZA1412	54657844C	5061/0	08/11/2009	163 c/c 162 * I
LZA1412	54657847C	5274/1	08/11/2009	175
LZY7816	55271884C	6920/0	12/11/2009	233
MAM4414	55271897C	6920/0	23/11/2009	233
MBD5911	55271888C	6920/0	13/11/2009	233
MCH1437	55271881C	6920/0	09/11/2009	233
MEO1986	55271898C	6920/0	23/11/2009	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 902/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABR8585	54659430C	5185/1	04/12/2009	167
LXA2480	55272647C	5541/1	06/12/2009	181 * XVII
LXQ3472	55272857C	5541/4	11/11/2009	181 * XVII
LXY3308	55273157C	5185/2	14/12/2009	167
LZA1412	54657845C	5215/1	08/11/2009	170
LZA1412	54657846C	7048/1	08/11/2009	244 * II
LZA1412	54657848C	6050/2	08/11/2009	208
LZA1412	54657849C	5819/1	08/11/2009	193
MAR7903	54659445C	7099/1	09/12/2009	244 * VII
MBX9949	55273154C	5185/1	14/12/2009	167
MCF5905	55272506C	7056/1	13/11/2009	244 * III
MCF5905	55272507C	5835/0	13/11/2009	195
MCJ3554	54659374C	5541/1	10/11/2009	181 * XVII
MCP6640	55272583C	7366/2	13/11/2009	252 * VI
MCZ1669	55272074C	5541/1	17/11/2009	181 * XVII
MDF2621	54657497C	5541/1	06/12/2009	181 * XVII
MDJ4127	55272951C	5541/1	14/11/2009	181 * XVII
MEN0950	55272077C	5541/4	19/11/2009	181 * XVII
MES3479	54659425C	5541/4	01/12/2009	181 * XVII
MGE9260	54659431C	5185/1	04/12/2009	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 903/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBK2979	54657404C	5541/1	27/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MAB6132	54656351C	5541/4	06/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAG2599	54660701C	5541/1	09/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAQ6731	54658312C	5541/1	27/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE1391	54659333C	5541/4	28/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW9500	54660620C	5541/4	29/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCI2249	54657982C	5541/1	12/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA1268	54656265C	5541/3	23/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY3778	54658175C	5550/0	13/01/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHR0242	54658170C	5550/0	07/01/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 904/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCS8612	55272300C	6637/2	08/11/2009	230 * IX
MDA8518	55272861C	6599/2	13/11/2009	230 * V
MEC2836	55272629C	6599/2	06/11/2009	230 * V
MEN8921	55272070C	6599/2	05/11/2009	230 * V
MEN8921	55272852C	5010/0	05/11/2009	162 * I
MEX2052	55271877C	6920/0	05/11/2009	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 905/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BPL2444	55272875C	5541/4	25/11/2009	181 * XVII
CDW9899	54659376C	5541/4	10/11/2009	181 * XVII
CIT0337	54659378C	5185/1	12/11/2009	167
LXV6166	55272473C	5487/0	30/11/2009	181 * XI
MBO7084	55272297C	5541/1	05/11/2009	181 * XVII
MCN2602	54659381C	7366/1	10/11/2009	252 * VI
MDA8518	55272862C	5525/0	13/11/2009	181 * XV
MDA8518	55272863C	5452/1	13/11/2009	181 * VIII
MDY3464	55272702C	5541/4	06/11/2009	181 * XVII
MEK7514	55272468C	5720/0	27/10/2009	186 * I
MEN8921	55272851C	6076/0	05/11/2009	210
MFK0702	54659388C	5541/4	01/12/2009	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 906/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHT5512	54660232C	6599/2	22/06/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 907/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOZ4128	54660455C	5487/0	15/01/2009	R\$ 127,69	181 * XI
IHI4341	54658450C	5541/1	11/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
JPJ0471	55272064C	5541/4	02/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR2182	54659634C	5541/4	27/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCN1144	54659214C	5541/1	20/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK4705	54658267C	6564/0	18/01/2009	R\$ 191,53	230 * II
MET1847	54658320C	5541/1	27/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 908/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HQC1729	55271817C	6920/0	17/09/2009	233
IMB4147	54659937C	6920/0	24/08/2009	233
LNN1407	55272510C	6599/2	04/12/2009	230 * V
LXA3678	54659330C	6556/3	18/09/2009	230 * I
LXD0039	54656425C	5045/0	17/12/2009	162 * V
LXK8278	55272208C	6653/1	04/09/2009	230 * XI
LZY3440	55271822C	6920/0	18/09/2009	233
MAT2624	55271824C	6920/0	22/09/2009	233
MBK3973	55271827C	6920/0	23/09/2009	233
MBL9404	55272071C	5010/0	13/11/2009	162 * I
MBL9404	55272072C	6599/2	13/11/2009	230 * V
MBZ8636	55271889C	6920/0	13/11/2009	233
MDZ2838	55271804C	6920/0	12/09/2009	233
MFA1890	55271807C	6920/0	16/09/2009	233
MFF4423	55272953C	5274/1	21/11/2009	175
MFF4423	55272954C	5010/0	21/11/2009	162 * I
MFF4423	55272955C	5061/0	21/11/2009	163 c/c 162 * I
MGF8564	55272582C	7340/0	13/11/2009	252 * IV
MGG5835	54656326C	5274/1	07/09/2009	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 909/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKE6542	55272709C	5541/4	12/12/2009	181 * XVII
JED5197	55272704C	5460/0	22/11/2009	181 * IX
LWT0009	55272062C	5541/4	02/09/2009	181 * XVII
LWT0009	55272127C	5541/4	02/09/2009	181 * XVII
LXA3678	54659331C	5835/0	18/09/2009	195
LYJ2002	55272804C	5487/0	21/11/2009	181 * XI
LZW5875	55272892C	6017/5	15/12/2009	206 * III
MBI2314	55272854C	5541/4	10/11/2009	181 * XVII
MBP1921	54659224C	5541/4	14/12/2009	181 * XVII
MCV2591	55272864C	5550/0	17/11/2009	181 * XVIII
MDD2967	55272258C	7366/2	04/09/2009	252 * VI
MDE5017	55272881C	5550/0	09/12/2009	181 * XVIII
MEF3429	55272163C	5991/0	09/09/2009	206 * I
MEI8701	55272087C	5541/1	15/12/2009	181 * XVII
MEI9891	55272081C	6017/5	23/11/2009	206 * III
MFB9697	54659318C	5541/4	10/09/2009	181 * XVII
MFF4423	55272952C	6050/2	21/11/2009	208
MFL3604	54657498C	5541/1	06/12/2009	181 * XVII
MFT6487	55272586C	5185/1	13/11/2009	167
MIB5640	55272636C	5541/1	27/11/2009	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 910/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCL0038	54659833C	6920/0	14/05/2009	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 911/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYD1543	54659083C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU8896	54660038C	5541/1	05/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO6850	55272758C	5550/0	29/10/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 912/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CVB1268	55271965C	6920/0	25/01/2010	233
MDN2950	55659352C	6599/2	24/01/2010	230 * V
MEA3645	54658076C	5010/0	24/01/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 913/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DME7129	55274043C	5185/1	26/01/2010	167
LXP3210	55273532C	5185/1	02/01/2010	167
LZO0904	55273916C	5185/1	25/01/2010	167
MCP9464	55273285C	5525/0	01/01/2010	181 * XV
MDP6672	55273553C	5525/0	05/01/2010	181 * XV
MDS0332	55274148C	5550/0	24/01/2010	181 * XVIII
MGL2815	54659685C	5550/0	01/01/2010	181 * XVIII
MGO8226	54659660C	6017/5	24/12/2009	206 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 914/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXR4717	55271892C	6920/0	16/11/2009	R\$ 127,69	233
LZQ3784	54659894C	6920/0	13/07/2009	R\$ 127,69	233
MFY1520	55272158C	6912/0	28/08/2009	R\$ 53,20	232
MFY5064	55271885C	6920/0	12/11/2009	R\$ 127,69	233
MGX3852	54656312C	6599/2	08/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGX3852	54656313C	5010/0	08/07/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 915/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JTB8397	54659387C	5541/1	16/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 916/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABH5027	55271899C	6920/0	23/11/2009	233
AJD4299	55271907C	6920/0	27/11/2009	233
HYP2151	55273212C	6769/3	19/12/2009	230 * XXII
IBN1514	54656380C	6610/1	15/12/2009	230 * VII
IBN1514	55272587C	6599/2	15/12/2009	230 * V
IMR2109	55273318C	6599/2	21/12/2009	230 * V
LWU8128	55272816C	6912/0	09/12/2009	232
LXI2996	55272085C	6610/2	11/12/2009	230 * VII
LXM3915	54656424C	6599/2	07/12/2009	230 * V
LYJ8040	55271909C	6920/0	01/12/2009	233
LZF8054	55271901C	6920/0	24/11/2009	233
MAQ5159	55271925C	6920/0	18/12/2009	233
MAW9263	55272591C	6599/2	15/12/2009	230 * V
MBD9628	55273112C	5010/0	26/12/2009	162 * I
MBD9628	55273113C	6599/2	26/12/2009	230 * V
MBD9628	55273114C	6556/1	26/12/2009	230 * I
MBI3085	55273352C	6599/2	21/12/2009	230 * V
MBK9325	55271905C	6920/0	26/11/2009	233
MBP9218	55271924C	6920/0	18/12/2009	233
MBW5665	54656689C	6580/0	22/12/2009	230 * IV
MBY8343	55273117C	5274/1	26/12/2009	175
MCA8250	54656083C	5169/1	28/12/2009	165
MCB5671	54659245C	6912/0	16/12/2009	232
MCO2941	55272817C	6599/2	18/12/2009	230 * V
MDG6985	55271914C	6920/0	11/12/2009	233
MDI5534	55272092C	6637/1	19/12/2009	230 * IX
MDK2052	55272800C	5010/0	15/12/2009	162 * I
MDK4482	55271908C	6920/0	30/11/2009	233
MDT9771	54656245C	6599/2	09/12/2009	230 * V
MFT8398	54658071C	6599/2	08/12/2009	230 * V
MFT8398	55272654C	6912/0	08/12/2009	232
MGD9438	55272645C	6599/2	04/12/2009	230 * V
MGO9557	55272963C	5010/0	11/12/2009	162 * I
MGR5222	55273202C	5010/0	16/12/2009	162 * I
MJZ2001	55272885C	5045/0	09/12/2009	162 * V
MMM7878	55271923C	6920/0	15/12/2009	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 917/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA

INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNR1550	55272890C	5541/4	15/12/2009	181 * XVII
CPP3686	54659229C	5185/1	14/12/2009	167
CWE1234	55272710C	5541/4	16/12/2009	181 * XVII
DKQ4607	55273405C	5550/0	23/12/2009	181 * XVIII
HPM4240	55273159C	5487/0	21/12/2009	181 * XI
HPO7905	55272887C	5541/1	13/12/2009	181 * XVII
IEQ6272	55272649C	5541/1	06/12/2009	181 * XVII
IGP9376	55272098C	5185/1	19/12/2009	167
LWV5083	54659233C	5185/1	14/12/2009	167
LXB6901	55272899C	5541/4	17/12/2009	181 * XVII
LXD9503	55273308C	5541/4	21/12/2009	181 * XVII
LXM5176	55272717C	5525/0	03/01/2010	181 * XV
LXV2690	55273213C	5550/0	20/12/2009	181 * XVIII
LZP0601	54659230C	5185/1	14/12/2009	167
MAO6058	55272879C	5541/4	03/12/2009	181 * XVII
MAT2624	55273307C	5452/5	21/12/2009	181 * VIII
MAU7139	54659661C	5541/1	24/12/2009	181 * XVII
MAZ3411	55273509C	5541/1	31/12/2009	181 * XVII
MBT7607	54659399C	5185/1	19/12/2009	167
MBZ3148	55273295C	5550/0	01/01/2010	181 * XVIII
MBZ7159	55273158C	6017/6	21/12/2009	206 * III
MCK4961	55273101C	5541/1	09/12/2009	181 * XVII
MCN1605	54659244C	5185/1	15/12/2009	167
MDE7189	55272314C	5550/0	22/12/2009	181 * XVIII
MDF2268	55273125C	5541/1	28/12/2009	181 * XVII
MDH0559	54659433C	5541/4	04/12/2009	181 * XVII
MDQ2905	55273668C	5410/0	30/12/2009	181 * IV
MDQ3550	55272886C	5541/1	13/12/2009	181 * XVII
MEJ7364	55273153C	5185/1	14/12/2009	167
MEV9984	55273663C	5550/0	30/12/2009	181 * XVIII
MFA1890	55273053C	5746/1	28/12/2009	187 * I
MFE7690	55272877C	5541/4	03/12/2009	181 * XVII
MFQ7946	55273105C	5541/1	15/12/2009	181 * XVII
MGA1537	54657110C	5207/0	29/11/2009	169
MGB4074	55272961C	5541/1	08/12/2009	181 * XVII
MGD6836	55272882C	5541/4	09/12/2009	181 * XVII
MGL0565	54659396C	5185/1	19/12/2009	167
MGL0565	54659400C	5185/1	19/12/2009	167
MGO9557	55272962C	5720/0	11/12/2009	186 * I
MGR3613	55273221C	5550/0	22/12/2009	181 * XVIII
MGU7863	55272096C	5185/1	19/12/2009	167
MHF7654	54659426C	5541/4	01/12/2009	181 * XVII
MIN0380	54659236C	5185/1	14/12/2009	167
MJM0123	55272596C	5550/0	27/12/2009	181 * XVIII
MJZ2001	55272884C	5541/4	09/12/2009	181 * XVII
MLN4600	55272880C	5452/2	03/12/2009	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 918/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOP4208	55272261C	5061/0	04/09/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
DET9765	54659948C	6920/0	03/09/2009	R\$ 127,69	233
GLO5100	54657617C	5010/0	05/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
GLO5100	54657618C	5061/0	05/10/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
HVZ5776	54659928C	6920/0	14/08/2009	R\$ 127,69	233
IFD3852	54658204C	6599/2	15/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXN3536	54658269C	5010/0	21/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXS0229	55272605C	6599/2	16/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXS2614	54656315C	6637/1	22/08/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LXS2614	54659332C	6912/0	21/09/2009	R\$ 53,20	232
LXU6003	54656370C	6556/1	26/09/2009	R\$ 191,53	230 * I

LXU6003	54656370C	6599/2	26/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYC1252	55272159C	6599/2	31/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYC1252	55272161C	6610/1	31/08/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LYM8057	55272788C	6599/2	05/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYM8057	55272790C	6637/1	05/11/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LYO0475	55272244C	6637/1	29/10/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LYW1025	54656360C	6912/0	02/09/2009	R\$ 53,20	232
LZT4094	54659930C	6920/0	18/08/2009	R\$ 127,69	233
MBB1265	55272262C	5010/0	04/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBF0977	54657046C	6599/2	19/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBK5183	54657613C	5010/0	05/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBK5183	54657614C	5061/0	05/09/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBL4987	54657474C	5010/0	23/07/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBL4987	54657474C	6599/2	23/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCB3935	54656408C	6599/2	09/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCE7802	54656540C	6920/0	15/01/2009	R\$ 127,69	233
MCI4035	54657482C	6599/2	01/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCK6821	54657476C	5010/0	20/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCK6821	54657476C	6599/2	20/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCP7364	54656316C	6912/0	01/09/2009	R\$ 53,20	232
MCQ8331	55272120C	5010/0	24/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCR8511	54657537C	6599/2	31/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCT8437	54657685C	5010/0	19/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCT8437	54657686C	6653/1	19/09/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MDF4298	54658006C	5169/1	13/02/2009	R\$ 957,69	165
MDF4298	54658007C	5045/0	13/02/2009	R\$ 191,53	162 * V
MDU8992	54657520C	6599/2	14/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDV6827	54657565C	5010/0	16/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDY4907	54658274C	6599/2	22/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEB1212	55272113C	6599/2	20/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEN3194	54660386C	6599/2	16/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEN3194	54660387C	5045/0	16/08/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEO4935	54660891C	5010/0	25/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEO4935	54660892C	6637/2	25/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MEO9370	54659407C	5045/0	07/08/2009	R\$ 191,53	162 * V
MEO9370	55272104C	5010/0	19/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEO9370	55272105C	6912/0	19/08/2009	R\$ 53,20	232
MEO9370	55272107C	7340/0	19/08/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MEO9370	55272154C	5029/1	22/08/2009	R\$ 957,69	162 * II
MEO9370	55272155C	6637/2	22/08/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MER2930	54657839C	6556/1	24/10/2009	R\$ 191,53	230 * I
MEY9993	55272366C	6599/2	15/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGD9478	54660554C	6599/2	22/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGD9478	54660563C	5045/0	22/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
MGP6833	54659949C	6920/0	04/09/2009	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 919/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKS1606	54659213C	5398/0	27/08/2009	R\$ 53,20	181 * II
AKS1606	55272057C	5185/1	27/08/2009	R\$ 127,69	167
BWB2955	54657712C	5541/4	27/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
DBJ8144	55272130C	5541/4	03/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
DBJ8144	55272252C	5541/4	03/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
IHR1435	54659644C	5541/4	05/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LYC1252	55272160C	5835/0	31/08/2009	R\$ 127,69	195
LYK7061	54659313C	5541/1	03/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP0221	55272207C	5541/4	02/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LYY3555	54658309C	5525/0	27/12/2008	R\$ 85,12	181 * XV
MAD0412	55272146C	5541/1	25/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI4580	54656359C	5746/3	27/08/2009	R\$ 85,12	187 * I
MAZ4701	54657524C	5541/1	14/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCL9328	54658181C	5541/4	19/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO9370	54659408C	7056/1	07/08/2009	R\$ 191,53	244 * III
MEO9370	55272156C	5835/0	22/08/2009	R\$ 127,69	195
MFG4627	54657454C	5568/0	11/04/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MGK4591	54659418C	5720/0	20/08/2009	R\$ 127,69	186 * I

MGK4591	54659419C	6122/0	20/08/2009	R\$ 191,53	214 * I
MGM1799	54659311C	5541/1	01/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH1074	55272407C	5185/1	25/09/2009	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 920/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHQ6428	55271911C	6920/0	11/12/2009	233
COC4377	55271921C	6920/0	14/12/2009	233
LYI2328	54659109C	5010/0	03/01/2010	162 * I
LYI2328	54659110C	6599/2	03/01/2010	230 * V
LYK7951	55271920C	6920/0	14/12/2009	233
MEK0474	54659111C	6599/2	05/01/2010	230 * V
MGC3394	54657328C	5010/0	18/12/2009	162 * I
MGC3394	54657329C	6556/1	18/12/2009	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 921/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JB2020	55272876C	5738/0	27/11/2009	186 * II
LZB1568	55273208C	5550/0	19/12/2009	181 * XVIII
LZV0276	55273329C	6076/0	01/01/2010	210
MDT9046	55273217C	5550/0	20/12/2009	181 * XVIII
MEK0474	54659112C	5835/0	05/01/2010	195
MFJ6477	54657644C	5550/0	02/01/2010	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 922/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZJ0746	54658979C	6599/2	14/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZJ0746	54658981C	5010/0	14/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZJ0746	54658982C	5061/0	14/08/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZJ0746	54658984C	6610/1	14/08/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LZJ0746	54658985C	6637/1	14/08/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCA2647	54657837C	6599/2	15/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEY9993	55272579C	6599/2	10/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFL1214	55272229C	6599/2	07/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFL7224	54657832C	5010/0	12/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFL7224	54657833C	5061/0	12/10/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFL7224	54657835C	6602/0	12/10/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MFR9314	55272266C	5169/1	13/09/2009	R\$ 957,69	165



MGM7524	54659002C	5010/0	05/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MMA1616	54659384C	6599/2	14/11/2009	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 923/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZV3875	54660811C	5550/0	03/01/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAB7165	55272602C	6017/5	13/10/2009	R\$ 191,53	206 * III
MCS4300	55272227C	5452/5	29/09/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MDD2186	54656335C	5550/0	05/10/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEY9993	55272580C	7048/1	10/11/2009	R\$ 191,53	244 * II
MFR9314	55272265C	7030/1	13/09/2009	R\$ 191,53	244 * I
MMA1616	54659383C	5460/0	14/11/2009	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 924/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDH2149	55273251C	5274/3	20/12/2009	175
GIL9191	55271919C	6920/0	11/12/2009	233
LWS1932	55272631C	6637/1	15/11/2009	230 * IX
LWS1932	55272632C	6556/2	15/11/2009	230 * I
LWS1932	55272633C	6599/2	15/11/2009	230 * V
LWT8763	55271916C	6920/0	11/12/2009	233
LWY0549	55271917C	6920/0	11/12/2009	233
LYE4921	55272660C	6912/0	17/01/2010	232
LYG4728	54657331C	6599/2	26/12/2009	230 * V
MAK8351	55273121C	6580/0	30/12/2009	230 * IV
MAK8351	55273126C	6599/2	30/12/2009	230 * V
MAK8351	55273128C	5010/0	30/12/2009	162 * I
MAQ8390	55271959C	6920/0	15/01/2010	233
MCJ7117	55272663C	7340/0	17/01/2010	252 * IV
MEM0636	55273304C	6637/1	19/12/2009	230 * IX
MFI8744	55272976C	6637/2	31/12/2009	230 * IX
MGB3141	54657334C	6637/1	26/12/2009	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 925/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIR7731	55272983C	5193/0	17/01/2010	168
DEZ0483	55274062C	5428/1	16/01/2010	181 * V
DKD5543	55273518C	5185/1	02/01/2010	167
HPY8772	55272326C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII
HPY8772	55272711C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII

KOH4847	55274190C	5550/0	19/01/2010	181 * XVIII
KOH4847	55274191C	5746/1	19/01/2010	187 * I
LWU8128	55272816C	5819/4	09/12/2009	193
LWZ3922	55274068C	5550/0	18/01/2010	181 * XVIII
LXV6166	55274005C	5185/1	11/01/2010	167
LYI6210	55274167C	5550/0	17/01/2010	181 * XVIII
LYI6210	55274168C	5746/1	17/01/2010	187 * I
MAD2552	55273211C	5550/0	19/12/2009	181 * XVIII
MAQ0247	55272529C	6050/1	19/01/2010	208
MAZ0450	55273725C	5185/1	20/01/2010	167
MBM3410	54656387C	5525/0	13/01/2010	181 * XV
MCK6485	54657639C	5550/0	02/01/2010	181 * XVIII
MCN2602	54659392C	5185/1	19/12/2009	167
MCV0845	55659420C	5550/0	23/01/2010	181 * XVIII
MEZ5273	55273550C	5452/2	07/01/2010	181 * VIII
MFA4811	55273868C	5525/0	09/01/2010	181 * XV
MFG6949	55273199C	5185/1	08/01/2010	167
MFH6904	55659351C	6017/5	21/01/2010	206 * III
MF11045	54659398C	5185/1	19/12/2009	167
MF3203	55273726C	7366/2	20/01/2010	252 * VI
MGL0565	55274040C	5185/1	20/01/2010	167
MGQ0180	54659428C	5541/2	03/12/2009	181 * XVII
MGX8229	55272975C	5207/0	31/12/2009	169
MHD6043	55272530C	6050/1	19/01/2010	208
MHD6043	55272531C	5193/0	19/01/2010	168
MJM5430	55273340C	5541/1	12/01/2010	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 926/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGM8596	54656527C	6920/0	08/01/2009	R\$ 127,69	233
IIX9753	55271869C	6920/0	27/10/2009	R\$ 127,69	233
IJT0460	54657694C	5010/0	07/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
IJT0460	54657695C	6432/2	07/10/2009	R\$ 127,69	223
IJT0460	54657696C	6637/2	07/10/2009	R\$ 127,69	230 * IX
LXM6349	54656873C	5010/0	31/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
LXM6349	54656874C	6599/2	31/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXV3710	54656340C	6599/2	07/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXV3710	54656341C	5045/0	07/10/2009	R\$ 191,53	162 * V
LYT5744	55272311C	6599/2	17/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYZ7518	55271857C	6920/0	21/10/2009	R\$ 127,69	233
LZL7310	54656526C	6920/0	07/01/2009	R\$ 127,69	233
LZU7312	54658988C	6599/2	17/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDA6958	54659914C	6920/0	29/07/2009	R\$ 127,69	233
MDD0109	54658259C	6610/2	15/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MEP1462	54659289C	6599/2	23/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHH9980	54657866C	5010/0	08/08/2009	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 927/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAB1972	54657378C	5460/0	10/07/2009	R\$ 85,12	181 * IX
AFN3474	55272792C	5541/5	09/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
DJN7441	55272403C	5185/2	22/09/2009	R\$ 127,69	167
LXC2374	55272351C	5452/5	14/09/2009	R\$ 127,69	181 * VIII

MBU9104	55272080C	5460/0	11/12/2009	R\$ 85,12	181 * IX
MEP1462	54659288C	5541/1	23/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE6530	54658152C	5550/0	22/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGS9985	55272641C	5541/4	30/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD7050	55272803C	5541/4	12/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MMH1740	55272581C	5568/0	10/11/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
NFD6748	54660220C	5525/0	04/04/2009	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 928/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFY3203	55273057C	6637/2	15/01/2010	230 * IX
JFR4465	55273351C	5045/0	21/12/2009	162 * V
LYB4858	55273358C	6637/2	25/12/2009	230 * IX
LZK4100	55659616C	6599/2	04/02/2010	230 * V
LZP1082	55271950C	6920/0	12/01/2010	233
LZW9705	55273401C	5029/1	21/12/2009	162 * II
LZW9705	55273402C	6556/3	21/12/2009	230 * I
MBL8267	55273122C	6599/2	27/12/2009	230 * V
MCG6553	55272595C	7340/0	25/12/2009	252 * IV
MCI6331	55273134C	6599/2	09/01/2010	230 * V
MCI6331	55273135C	5010/0	09/01/2010	162 * I
MCS8612	54657333C	6637/1	26/12/2009	230 * IX
MDK6797	55272823C	5010/0	18/01/2010	162 * I
MEP2528	55273146C	7340/0	18/01/2010	252 * IV
MEU0045	55271948C	6920/0	11/01/2010	233
MFC1051	55273130C	7340/0	09/01/2010	252 * IV
MFI2090	55273355C	6599/2	25/12/2009	230 * V
MFK2503	54659694C	6912/0	02/01/2010	232
MGQ4576	55271944C	6920/0	04/01/2010	233
MGT2029	55273142C	7340/0	15/01/2010	252 * IV
MGZ7930	55273206C	6599/2	19/12/2009	230 * V
MJM7930	55271933C	6920/0	27/12/2009	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 929/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKS1606	54656086C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII
CHP0262	54656690C	5550/0	29/12/2009	181 * XVIII
DNQ4616	55274102C	5541/1	15/01/2010	181 * XVII
GRK9158	55273679C	5550/0	02/01/2010	181 * XVIII
IJJ1000	55273267C	5550/0	30/12/2009	181 * XVIII
IJJ1000	55273268C	5746/1	30/12/2009	187 * I
IJN4792	54657642C	5550/0	02/01/2010	181 * XVIII
IJV8137	55273375C	5550/0	29/12/2009	181 * XVIII
IKR4774	55273333C	5541/4	04/01/2010	181 * XVII
INL6558	55659413C	5550/0	23/01/2010	181 * XVIII
KJR1005	55273315C	5541/1	21/12/2009	181 * XVII
KOO1616	55273680C	5541/1	03/01/2010	181 * XVII
LWR3457	55273412C	5550/0	27/12/2009	181 * XVIII
LXN8699	55273463C	5541/4	08/01/2010	181 * XVII
LXP3210	55273214C	5550/0	20/12/2009	181 * XVIII
LXY6678	55273216C	5550/0	20/12/2009	181 * XVIII
LYB4858	55273357C	5185/1	25/12/2009	167
LYH0178	55272532C	6050/1	19/01/2010	208

LZA3937	55273129C	5185/1	09/01/2010	167
LZK4371	55273466C	5541/4	08/01/2010	181 * XVII
MAG3166	55272712C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII
MAJ3554	55273273C	5525/0	30/12/2009	181 * XV
MAK4462	55273521C	5185/1	02/01/2010	167
MAM7042	55274176C	5746/1	17/01/2010	187 * I
MAT7205	55273862C	5525/0	07/01/2010	181 * XV
MAX0288	54658120C	5550/0	24/01/2010	181 * XVIII
MBB3660	55272821C	5460/0	30/12/2009	181 * IX
MBC9970	55273332C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII
MBF5791	54657649C	5550/0	02/01/2010	181 * XVIII
MBQ2084	55273467C	5541/1	08/01/2010	181 * XVII
MBR2785	55272479C	7056/1	18/12/2009	244 * III
MBZ3285	55273462C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII
MCE5847	55273299C	5525/0	03/01/2010	181 * XV
MCJ4285	55273528C	5185/1	02/01/2010	167
MCP8455	55272979C	6564/0	14/01/2010	230 * II
MCP9464	55273886C	5185/1	09/01/2010	167
MCV0845	54658117C	5550/0	24/01/2010	181 * XVIII
MDD7154	55272917C	5525/0	13/01/2010	181 * XV
MDH0559	55273465C	5541/4	08/01/2010	181 * XVII
MDJ6344	55274171C	5550/0	14/01/2010	181 * XVIII
MDJ6344	55274172C	5746/1	17/01/2010	187 * I
MDM9703	55273671C	5550/0	01/01/2010	181 * XVIII
MDO8973	55273670C	5550/0	01/01/2010	181 * XVIII
MDQ7588	55273720C	6122/0	19/01/2010	214 * I
MDT8676	55273540C	5185/1	04/01/2010	167
MDZ3239	55273164C	5487/0	22/12/2009	181 * XI
MDZ7869	55273256C	5550/0	28/12/2009	181 * XVIII
MEG4366	55273428C	5541/1	30/12/2009	181 * XVII
MEK1324	55273845C	5550/0	17/01/2010	181 * XVIII
MEP9476	55273843C	5550/0	17/01/2010	181 * XVIII
MEY3771	54659992C	5550/0	17/01/2010	181 * XVIII
MFA3005	55273310C	5541/1	21/12/2009	181 * XVII
MFI2090	55273356C	5185/1	25/12/2009	167
MFJ3207	55274006C	5185/1	11/01/2010	167
MFK0493	55273705C	5541/4	13/01/2010	181 * XVII
MFK0493	55273708C	5185/1	13/01/2010	167
MFK7404	55273223C	5550/0	22/12/2009	181 * XVIII
MFN7217	55273397C	5568/0	02/01/2010	181 * XIX
MFO9539	54659395C	5185/1	19/12/2009	167
MFS9793	55273604C	5550/0	26/12/2009	181 * XVIII
MFZ9636	55273925C	5185/1	27/01/2010	167
MGB4506	55273703C	5185/1	11/01/2010	167
MGC7905	54659227C	7366/2	14/12/2009	252 * VI
MGD6836	55273334C	5541/4	04/01/2010	181 * XVII
MGE1361	55273237C	5541/1	26/12/2009	181 * XVII
MGE3936	55273303C	5193/0	19/12/2009	168
MGH2433	55272913C	5541/5	04/01/2010	181 * XVII
MGI3809 5	5273309C	5541/5	21/12/2009	181 * XVII
MGT6359	55273522C	5487/0	02/01/2010	181 * XI
MGV0536	55273316C	5541/1	21/12/2009	181 * XVII
MGX6804	55273739C	5185/1	29/01/2010	167
MHG0584	55272714C	5525/0	03/01/2010	181 * XV
MMM1043	55273893C	5550/0	11/01/2010	181 * XVIII
MMM1043	55273894C	5746/1	11/01/2010	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 930/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABZ1319	54660506C	6599/2	23/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
ALE2284	54658162C	5274/1	26/12/2008	R\$ 191,53	175
ALE2284	54658163C	6556/1	26/12/2008	R\$ 191,53	230 * I
BKK9092	54656524C	6920/0	07/01/2009	R\$ 127,69	233
BKK9092	54656982C	5053/1	09/12/2008	R\$ 191,53	162 * VI
BNM3032	54656681C	6599/2	05/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
BTF0737	54656539C	6920/0	15/01/2009	R\$ 127,69	233

BUM0959	54659950C	6920/0	08/09/2009	R\$ 127,69	233
CVR9056	54659945C	6920/0	01/09/2009	R\$ 127,69	233
CZV7365	54656514C	6920/0	23/12/2008	R\$ 127,69	233
HWI7792	54659943C	6920/0	26/08/2009	R\$ 127,69	233
IKG5922	55272083C	6700/1	11/12/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
IKY8167	54658338C	5045/0	30/12/2008	R\$ 191,53	162 * V
LYD2729	55272294C	5274/2	02/11/2009	R\$ 191,53	175
LYT4584	54658260C	6599/2	15/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYX1155	54656518C	6920/0	26/12/2008	R\$ 127,69	233
LYX3874	54659301C	6556/1	25/07/2009	R\$ 191,53	230 * I
LYZ9689	54659946C	6920/0	01/09/2009	R\$ 127,69	233
LZE4208	54656529C	6920/0	09/01/2009	R\$ 127,69	233
LZF5238	54659906C	6920/0	22/07/2009	R\$ 127,69	233
LZJ9566	54660045C	5010/0	10/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZJ9566	54660045C	6637/2	10/08/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MAK9753	54656414C	5010/0	31/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAN4314	54656535C	6920/0	14/01/2009	R\$ 127,69	233
MAN6668	54660611C	5010/0	22/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAV2300	54656680C	6599/2	10/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MAZ4571	54656513C	6920/0	22/12/2008	R\$ 127,69	233
MBF6796	54659934C	6920/0	20/08/2009	R\$ 127,69	233
MBH3613	54660851C	6637/2	13/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBH3613	54660853C	5010/0	13/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBH3613	54660854C	5061/0	13/01/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBH3613	54660855C	6637/2	13/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBH3613	54660856C	6637/2	13/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBL4789	54656702C	5010/0	20/11/2008	R\$ 574,61	162 * I
MBQ5486	54657510C	5010/0	02/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBQ5486	54657511C	5061/0	02/08/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBQ5486	54657512C	6599/2	02/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBW6851	54656542C	6920/0	19/01/2009	R\$ 127,69	233
MBY8611	54657507C	5010/0	02/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MBY8611	54657508C	5061/0	02/08/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBY8611	54657509C	6599/2	02/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCH8828	54658899C	6637/2	09/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MCI5013	54656771C	6599/2	24/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MCM2515	54659159C	7323/2	02/07/2009	R\$ 85,12	252 * II
MDE1628	54657477C	6556/1	29/08/2009	R\$ 191,53	230 * I
MDP4819	54658203C	6599/2	15/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEC9952	54656987C	6912/0	06/01/2009	R\$ 53,20	232
MEP0934	54657611C	5061/0	05/09/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEP0934	54657612C	5010/0	05/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEP0934	54657612C	5169/1	05/09/2009	R\$ 957,69	165
MFD2012	54657968C	6599/2	30/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MFT6190	54657552C	6599/2	23/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGE1323	54657505C	5045/0	15/07/2009	R\$ 191,53	162 * V
MGO6105	54657553C	6912/0	29/08/2009	R\$ 53,20	232
MGQ3520	54658828C	6912/0	15/01/2009	R\$ 53,20	232
MGR5222	54659926C	6920/0	14/08/2009	R\$ 127,69	233
MHH9980	54657867C	6912/0	08/08/2009	R\$ 53,20	232
MHH9980	54657868C	5169/1	08/08/2009	R\$ 957,69	165
MHS8610	54658271C	6599/2	21/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHT5712	54658302C	6599/2	24/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MIR8850	54659904C	6920/0	21/07/2009	R\$ 127,69	233
MMT9836	54660835C	6610/1	15/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 931/2010**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIC0307	54660439C	5738/0	28/06/2009	R\$ 191,53	186 * II
BOB3685	54657545C	5541/4	11/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CGH4767	54659175C	5541/1	06/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
CRV1260	54659308C	5452/2	05/08/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
GRX7809	54660408C	5185/1	26/03/2009	R\$ 127,69	167
HFG9327	54659071C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
HQE3166	54659075C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
HQE3166	54659208C	5550/0	03/07/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII



IPG4204	54659578C	5541/1	27/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
KHI7029	54660040C	5541/1	06/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LWT2452	54657031C	5550/0	21/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXS2794	54657195C	5550/0	28/06/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXX1216	54656321C	5835/0	03/09/2009	R\$ 127,69	195
LXX1216	54656322C	7048/2	03/09/2009	R\$ 191,53	244 * II
LZK1007	54657952C	5550/0	18/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAW8075	54660350C	5991/0	19/08/2009	R\$ 191,53	206 * I
MBA2554	55272117C	5541/4	21/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH1068	54657738C	5550/0	01/08/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCJ4285	54659294C	5185/1	27/07/2009	R\$ 127,69	167
MCR4039	55272396C	6068/1	27/10/2009	R\$ 127,69	209
MCW3147	54657481C	5258/3	29/08/2009	R\$ 957,69	174
MDJ7626	54659084C	5541/1	03/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC1718	54658795C	5541/4	18/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE8879	54659194C	6017/5	17/07/2009	R\$ 191,53	206 * III
MEI4002	54658505C	5207/0	22/02/2009	R\$ 53,20	169
MFD7732	55272201C	5541/4	21/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP1198	54657948C	6017/5	30/07/2009	R\$ 191,53	206 * III
MGE5708	54659628C	5541/4	16/04/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MKG9966	54659215C	5541/4	10/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD6664	54657936C	5541/4	08/07/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD6664	54659201C	5550/0	02/07/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJP2620	54660310C	7048/1	03/04/2009	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 932/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CKB6249	54656097C	6548/2	17/02/2010	229
IJK8694	55271947C	6920/0	11/01/2010	233
IME7200	55272344C	6599/2	30/01/2010	230 * V
LXS4629	55659358C	6599/2	31/01/2010	230 * V
LXS4629	55659359C	6556/1	31/01/2010	230 * I
LZH5425	55271943C	6920/0	04/01/2010	233
MBO1522	55271949C	6920/0	12/01/2010	233
MCS8612	55272658C	7340/0	14/01/2010	252 * IV
MDA0124	54656430C	5010/0	07/02/2010	162 * I
MDK6797	55659856C	5010/0	12/02/2010	162 * I
MDY4331	54656249C	5010/0	11/01/2010	162 * I
MEV5662	55271945C	6920/0	06/01/2010	233
MFC8389	55271957C	6920/0	15/01/2010	233
MHG0584	55274217C	5274/2	28/01/2010	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 933/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AID8064	55274151C	5525/0	15/01/2010	181 * XV
CAP4096	55660098C	5550/0	19/02/2010	181 * XVIII
IBP0560	55273900C	5185/1	11/01/2010	167
IDO8806	55274065C	5428/1	16/01/2010	181 * V
JMS2162	55272923C	5525/0	13/01/2010	181 * XV
LZQ8695	55659311C	5452/1	29/01/2010	181 * VIII
MAR8858	54659133C	5541/1	27/01/2010	181 * XVII

MAX4132	54657869C	5550/0	07/02/2010	181 * XVIII
MAZ7074	55659461C	7366/2	08/02/2010	252 * VI
MBB9930	55659305C	5525/0	29/01/2010	181 * XV
MBG4432	55659634C	5525/0	08/02/2010	181 * XV
MBG9111	55660102C	5550/0	15/02/2010	181 * XVIII
MBP5089	55659404C	5185/1	23/01/2010	167
MBS8320	55659361C	7048/1	08/02/2010	244 * II
MBT2545	54658121C	5550/0	24/01/2010	181 * XVIII
MCP5441	55659484C	5541/1	02/03/2010	181 * XVII
MCP9464	55274153C	5185/1	15/01/2010	167
MCS3196	55659614C	5452/5	04/02/2010	181 * VIII
MDK6797	55659857C	7030/1	12/02/2010	244 * I
MEB1724	55659524C	5525/0	29/01/2010	181 * XV
MEM3821	55273495C	7366/2	03/03/2010	252 * VI
MER6904	55660099C	5550/0	19/02/2010	181 * XVIII
MEW5713	55274022C	5185/1	15/01/2010	167
MEZ9974	55273570C	5550/0	15/01/2010	181 * XVIII
MFI1045	55272535C	5541/4	22/01/2010	181 * XVII
MFK0493	55659458C	5185/1	01/02/2010	167
MFK2133	55272927C	5550/0	13/01/2010	181 * XVIII
MFO9051	55659540C	5550/0	31/01/2010	181 * XVIII
MF5121	55272332C	7048/1	15/01/2010	244 * II
MGD7203	55659418C	5525/0	23/01/2010	181 * XV
MGF8169	55273835C	5550/0	12/01/2010	181 * XVIII
MGF8169	55273836C	5525/0	12/01/2010	181 * XV
MGF8169	55273836C	5550/0	12/01/2010	181 * XVIII
MHG0584	55274216C	5525/0	28/01/2010	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 934/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHV5205	55272273C	6556/1	06/10/2009	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 935/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ILN6005	54660249C	5185/1	21/09/2009	R\$ 127,69	167
MAV7211	55273156C	5185/1	14/12/2009	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 936/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWY0549	55273696C	5010/0	07/01/2010	162 * I

LWY0549

55273697C

5061/0

07/01/2010

163 c/c 162 \* I

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 937/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLL8333	55273782C	5550/0	10/01/2010	181 * XVIII
DHK1044	55660003C	7366/2	18/02/2010	252 * VI
DHK1044	55660004C	6050/1	18/02/2010	208
GTW8346	55273776C	5550/0	10/01/2010	181 * XVIII
IJJ0018	55659401C	5746/1	11/01/2010	187 * I
IJJ0018	55659402C	5550/0	11/01/2010	181 * XVIII
IJV7629	55273583C	5550/0	09/01/2010	181 * XVIII
ILJ3782	55273774C	5550/0	10/01/2010	181 * XVIII
LXM8876	54657206C	5550/0	12/01/2010	181 * XVIII
LXW0294	55273765C	5568/0	08/01/2010	181 * XIX
LYT6829	55273904C	7080/0	09/01/2010	244 * VI
LZR5155	55274155C	5185/1	15/01/2010	167
MCP9464	55273294C	5525/0	01/01/2010	181 * XV
MDF4743	55659509C	7366/2	27/01/2010	252 * VI
MDO2909	55272330C	5460/0	07/01/2010	181 * IX
MEW9382	55273581C	5550/0	09/01/2010	181 * XVIII
MFS1886	55659202C	5541/1	23/01/2010	181 * XVII
MGD7203	55273585C	5525/0	09/01/2010	181 * XV
MGH2366	55274007C	5541/5	11/01/2010	181 * XVII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 938/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCL1602	54658277C	5460/0	06/02/2009	R\$ 85,12	181 * IX
MCL1602	54658864C	5541/1	14/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 939/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFN7768	55273102C	5169/1	15/12/2009	165
MFN7768	55273103C	6637/1	15/12/2009	230 * IX

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 940/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IMB8703	55273658C	5550/0	30/12/2009	181 * XVIII
LXR7165	55273350C	5185/1	28/01/2010	167
LYE6057	55274020C	5185/1	15/01/2010	167
MCT5289	55273459C	6076/0	01/01/2010	210
MFJ2154	55273911C	6017/5	15/01/2010	206 * III
MGJ5812	54659116C	5835/0	13/01/2010	195
MGJ5812	54659117C	5720/0	13/01/2010	186 * I

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 941/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFX5241	55271951C	6920/0	12/01/2010	233
CEL1363	55271962C	6920/0	20/01/2010	233
DUM3779	54656696C	6912/0	24/01/2010	232
HBH6921	55271958C	6920/0	15/01/2010	233
JPF4393	55271973C	6920/0	04/02/2010	233
LWW3553	55659356C	6599/2	31/01/2010	230 * V
LWW4327	55271952C	6920/0	12/01/2010	233
LWZ0558	54657633C	6599/2	01/01/2010	230 * V
LYD2218	55272981C	6602/0	14/01/2010	230 * VI
LZL8088	55273335C	6599/2	08/01/2010	230 * V
MAP9700	55271986C	6920/0	12/02/2010	233
MBB8098	55272930C	5010/0	14/01/2010	162 * I
MBB8098	55272931C	6599/2	14/01/2010	230 * V
MCA4395	55274050C	6637/1	26/01/2010	230 * IX
MCH8854	55271983C	6920/0	12/02/2010	233
MCZ2022	55659360C	6556/4	31/01/2010	230 * I
MDN2950	55271966C	6920/0	26/01/2010	233
MDN2950	55271976C	6920/0	11/02/2010	233
MDS8909	55271989C	6920/0	12/02/2010	233
MEC0548	55271984C	6920/0	12/02/2010	233
MEH3073	55659617C	5010/0	04/02/2010	162 * I
MEH3073	55659618C	6599/2	04/02/2010	230 * V
MEL2393	55271993C	6920/0	12/02/2010	233
MEQ7615	55659201C	6599/2	23/01/2010	230 * V
MFR8135	55659365C	6912/0	11/02/2010	232
MFY9432	55272333C	6599/2	15/01/2010	230 * V
MGL9031	55271941C	6920/0	04/01/2010	233
MGO7505	54656436C	5010/0	21/02/2010	162 * I
MGW6340	55272346C	6599/2	31/01/2010	230 * V
MGW6340	55272347C	5010/0	31/01/2010	162 * I
MHH8002	55659561C	5045/0	01/03/2010	162 * V
MHZ0300	55273055C	6599/2	09/01/2010	230 * V

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 942/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALM7783	55272713C	5525/0	03/01/2010	181 * XV
BHF1779	55273795C	5550/0	19/01/2010	181 * XVIII
BOB3294	55273488C	5738/0	16/02/2010	186 * II
BSR7440	55272825C	5541/1	21/01/2010	181 * XVII
CBH7933	54659985C	5550/0	17/01/2010	181 * XVIII
CQV3648	55274039C	5185/1	20/01/2010	167
DAS1746	55274147C	5550/0	24/01/2010	181 * XVIII
DGB2027	55274110C	5550/0	15/01/2010	181 * XVIII
DJN5917	55274037C	5185/1	20/01/2010	167
IBQ7251	55273328C	6076/0	01/01/2010	210
IHA4634	55272661C	7056/1	17/01/2010	244 * III
IIH7871	55659545C	5525/0	02/02/2010	181 * XV
IIX9753	55659354C	6017/5	30/01/2010	206 * III
JAA4488	55274122C	5541/1	17/01/2010	181 * XVII
JFW5927	55659251C	5568/0	25/01/2010	181 * XIX
JGX1467	55274066C	5568/0	16/01/2010	181 * XIX
JRR8134	55659748C	5541/1	13/02/2010	181 * XVII
KCJ4799	55659654C	5380/0	26/02/2010	181 * I
LOA9798	55274074C	5550/0	18/01/2010	181 * XVIII
LOA9798	55274075C	5525/0	18/01/2010	181 * XV
LWV9972	55274205C	5550/0	16/01/2010	181 * XVIII
LWZ0558	54657632C	5479/0	01/01/2010	181 * X
LXG1479	55273682C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII
LXY9282	55273484C	5738/0	16/02/2010	186 * II
LZE4987	55659859C	5487/0	12/02/2010	181 * XI
LZK4070	55273590C	5452/5	04/02/2010	181 * VIII
LZL8088	55273337C	5541/4	08/01/2010	181 * XVII

LZQ6002	55659403C	5525/0	23/01/2010	181 * XV
MAT7205	55274193C	5525/0	19/01/2010	181 * XV
MAV7728	55274163C	5525/0	15/01/2010	181 * XV
MAW8055	55273485C	5738/0	16/02/2010	186 * II
MBN1196	55272519C	5967/0	13/01/2010	203 * V
MBN2854	55659353C	5207/0	25/01/2010	169
MBP4929	55273773C	5550/0	09/01/2010	181 * XVIII
MBY8200	55659807C	5550/0	15/02/2010	181 * XVIII
MBZ2939	55273713C	6050/1	14/01/2010	208
MCQ0999	54659123C	5541/1	19/01/2010	181 * XVII
MCR2023	55274211C	5215/2	21/01/2010	170
MCR3681	55274126C	5835/0	18/01/2010	195
MCR3681	55274127C	7064/0	18/01/2010	244 * IV
MCR3681	55274128C	6076/0	18/01/2010	210
MCV1638	55273737C	5185/1	26/01/2010	167
MCW9723	55659440C	5550/0	25/01/2010	181 * XVIII
MDF5843	55659322C	5452/1	29/01/2010	181 * VIII
MDH0559	55273741C	5185/1	29/01/2010	167
MEK5086	55273494C	7366/2	27/02/2010	252 * VI
MEL5063	55273718C	5185/1	19/01/2010	167
ME00739	55659627C	5550/0	06/02/2010	181 * XVIII
MEO0739	55659628C	5746/1	06/02/2010	187 * I
ME07336	55659538C	5525/0	31/01/2010	181 * XV
MEW5713	55273735C	5185/1	25/01/2010	167
MEW7132	54659134C	5541/1	27/01/2010	181 * XVII
MFB4309	55274095C	5550/0	24/01/2010	181 * XVIII
MFK0493	55273738C	5185/1	26/01/2010	167
MFK6733	55272526C	6050/1	19/01/2010	208
MFP3819	55274206C	5550/0	16/01/2010	181 * XVIII
MFR1016	54658125C	5550/0	24/01/2010	181 * XVIII
MFY1947	55273799C	5541/1	02/02/2010	181 * XVII
MFY5141	55274033C	5185/1	20/01/2010	167
MGB2200	55272716C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII
MGB4031	55659267C	5550/0	02/02/2010	181 * XVIII
MGH2433	55274252C	5487/0	25/01/2010	181 * XI
MGH7513	55273915C	5541/3	18/01/2010	181 * XVII
MGQ0741	55659608C	5550/0	04/02/2010	181 * XVIII
MGS9985	55659767C	5550/0	13/02/2010	181 * XVIII
MGT0143	55274188C	5525/0	19/01/2010	181 * XV
MGV0153	55659848C	5380/0	16/02/2010	181 * I
MGY6879	55273360C	5550/0	29/12/2009	181 * XVIII
MHB3572	55273733C	5550/0	22/01/2010	181 * XVIII
MHG4671	55272934C	5991/0	26/01/2010	206 * I
MHH8002	55659560C	5550/0	01/03/2010	181 * XVIII
MHJ8680	55272670C	5541/1	11/02/2010	181 * XVII
MHL0129	55273920C	5185/1	25/01/2010	167
MHP9810	55659729C	5550/0	13/02/2010	181 * XVIII
MID7710	55273701C	5541/4	08/01/2010	181 * XVII
MIO2220	55659626C	5525/0	06/02/2010	181 * XV
MJB1940	55274045C	5185/1	26/01/2010	167

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 943/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDI0944	55273203C	6912/0	16/12/2009	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 944/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZG0478	55272204C	5550/0	29/08/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMH1740	55272061C	5460/0	31/08/2009	R\$ 85,12	181 * IX



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 945/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGW9164	54656095C	6548/2	17/02/2010	229
AGW9164	54656098C	6599/2	19/02/2010	230 * V
ALC6379	55272041C	6920/0	25/03/2010	233
ALC6437	55272042C	6920/0	25/03/2010	233
CKB6249	55679751C	5045/0	06/03/2010	162 * V
CKB6249	55679752C	6599/2	06/03/2010	230 * V
CNX5677	55271994C	6920/0	12/02/2010	233
CSJ9858	55271995C	6920/0	19/02/2010	233
EKQ8893	55271998C	6920/0	01/03/2010	233
IHE1730	55272008C	6920/0	02/03/2010	233
LNN0450	55271939C	6920/0	04/01/2010	233
LWS1920	55272947C	5010/0	11/03/2010	162 * I
LXA9370	55272995C	6599/2	03/02/2010	230 * V
LXB1656	55271988C	6920/0	12/02/2010	233
LXI5205	55659363C	6599/2	11/02/2010	230 * V
LXJ4856	55659373C	6912/0	27/02/2010	232
LXS2188	55273955C	6548/2	17/02/2010	229
LXZ7518	55272011C	6920/0	03/03/2010	233
LYD2070	55679804C	6653/1	23/03/2010	230 * XI
LYD2070	55679805C	6556/1	23/03/2010	230 * I
LYK0819	54658081C	6599/2	10/02/2010	230 * V
LYQ2215	54656432C	5010/0	09/02/2010	162 * I
LYT6829	54658067C	6580/0	02/02/2010	230 * IV
LZV2115	55273962C	6726/1	18/03/2010	230 * XVIII
MAA3340	55659377C	7340/0	07/03/2010	252 * I
MAU9181	55272829C	5169/1	12/02/2010	165
MAZ2439	55273062C	5010/0	08/03/2010	162 * I
MBF3054	55272989C	6599/2	30/01/2010	230 * V
MBF3054	55272990C	5010/0	30/01/2010	162 * I
MBF3054	55272991C	6556/5	30/01/2010	230 * I
MBM1863	54658083C	6637/1	09/03/2010	230 * IX
MBN4824	55271979C	6920/0	12/02/2010	233
MBQ5010	55271999C	6920/0	01/03/2010	233
MBS5673	55680102C	6599/2	12/03/2010	230 * V
MBZ3755	55274255C	5010/0	12/03/2010	162 * I
MBZ3755	55659904C	5010/0	13/03/2010	162 * I
MCD3413	55272022C	6920/0	10/03/2010	233
MCJ6450	55272048C	6920/0	06/04/2010	233
MCL6492	55272948C	6599/2	11/03/2010	230 * V
MCR8711	55680003C	6610/2	11/03/2010	230 * VII
MCS7409	55272044C	6920/0	26/03/2010	233
MCY1573	55272040C	6920/0	25/03/2010	233
MDA5662	55679955C	5010/0	11/03/2010	162 * I
MDA5662	55679956C	6580/0	11/03/2010	230 * IV
MDS7592	55273956C	6548/2	17/02/2010	229
MDU4201	55271935C	6920/0	28/12/2009	233
MEE8650	54656391C	5061/0	27/02/2010	163 c/c 162 * I
MEE8650	54656392C	6912/0	27/02/2010	232
MEF4210	55272029C	6920/0	18/03/2010	233
MEF4502	55271942C	6920/0	04/01/2010	233
MEK0474	55679806C	5010/0	23/03/2010	162 * I
MEK0474	55679807C	6599/2	23/03/2010	230 * V
MEV8684	55273144C	6556/1	15/01/2010	230 * I
MFE1440	55273150C	6653/1	18/01/2010	230 * XI
MFK7417	55659370C	5010/0	23/02/2010	162 * I
MFR0472	55660015C	7340/0	23/03/2010	252 * IV
MFV6393	55272045C	6920/0	29/03/2010	233
MFZ6976	55679954C	5169/1	11/03/2010	165
MGA8268	55271980C	6920/0	12/02/2010	233
MGA8444	55272942C	6599/2	05/03/2010	230 * V
MGT6790	55273143C	6599/2	15/01/2010	230 * V
MGZ4851	55271930C	6920/0	27/12/2009	233
MHF8711	55273000C	6637/2	09/02/2010	230 * IX

MHG4641	55272949C	5010/0	11/03/2010	162 * I
MRR0128	55271987C	6920/0	12/02/2010	233

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 946/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJW2881	55659764C	5568/0	13/02/2010	181 * XIX
ALB0595	54659144C	5541/1	04/02/2010	181 * XVII
AQR0961	55659552C	5541/1	09/02/2010	181 * XVII
AXY0270	55659573C	5185/1	09/03/2010	167
BWB2955	55659568C	5452/5	09/03/2010	181 * VIII
BWB2955	55659589C	5550/0	17/03/2010	181 * XVIII
CHM0299	55273815C	5550/0	10/01/2010	181 * XVIII
CIL0077	55272173C	7234/0	01/04/2010	250 * I * a
DAM1687	55273942C	5185/1	09/02/2010	167
DQT1000	55659462C	5185/1	10/02/2010	167
HPZ3195	55659485C	5541/1	02/03/2010	181 * XVII
IBN1514	55659704C	5185/1	09/02/2010	167
IDP6097	55659471C	5185/1	19/02/2010	167
IFO9609	55273476C	6068/1	15/02/2010	209
IHU5244	55274223C	5550/0	13/02/2010	181 * XVIII
LXA9370	55272994C	5452/1	03/02/2010	181 * VIII
LXP0498	55274112C	5525/0	15/01/2010	181 * XV
LXQ7965	54659107C	7366/2	15/01/2010	252 * VI
LXV1708	55273747C	5541/1	01/02/2010	181 * XVII
LYV9529	55272482C	5541/5	20/01/2010	181 * XVII
LZA5310	55659556C	5541/4	23/02/2010	181 * XVII
MAC8965	55680051C	5525/0	07/03/2010	181 * XV
MAF3727	55659747C	5525/0	15/02/2010	181 * XV
MAT8550	55659869C	5550/0	14/02/2010	181 * XVIII
MAU3974	55273748C	6017/5	01/02/2010	206 * III
MAY1751	55274101C	5541/1	15/01/2010	181 * XVII
MBE6150	55659466C	7366/2	11/02/2010	252 * VI
MBG7345	55273823C	5568/0	11/01/2010	181 * XIX
MBJ1486	55274246C	5550/0	20/02/2010	181 * XVIII
MBL0580	55274249C	5541/4	22/02/2010	181 * XVII
MBM1863	54658085C	5835/0	09/03/2010	195
MBM1863	54658086C	7030/2	09/03/2010	244 * I
MBN9614	55659607C	5550/0	04/02/2010	181 * XVIII
MBP5121	55659566C	5541/4	09/03/2010	181 * XVII
MBR6443	55659569C	5541/4	09/03/2010	181 * XVII
MBS7902	54658080C	5452/1	10/02/2010	181 * VIII
MBS9764	55659483C	5541/1	02/03/2010	181 * XVII
MBW5452	55659705C	5185/1	09/02/2010	167
MCB7561	55659908C	5541/4	22/03/2010	181 * XVII
MCL1602	55272944C	5541/5	05/03/2010	181 * XVII
MCP5441	55659588C	5550/0	17/03/2010	181 * XVIII
MDE2017	55273723C	5185/2	19/01/2010	167
MDE8219	55659579C	5550/0	11/03/2010	181 * XVIII
MDF5843	55273948C	6017/5	09/02/2010	206 * III
MDI8826	55659482C	5541/1	02/03/2010	181 * XVII
MDI9946	55659557C	5550/0	23/02/2010	181 * XVIII
MDJ7438	55273939C	6017/5	09/02/2010	206 * III
MDK7587	55660118C	5550/0	28/02/2010	181 * XVIII
MDL2583	55659454C	5185/1	01/02/2010	167
MDL8067	55680060C	5525/0	07/03/2010	181 * XV
MDT9046	55274032C	5185/1	20/01/2010	167
MDU9617	55274157C	5185/1	15/01/2010	167
MDZ4718	55660001C	5541/1	15/02/2010	181 * XVII
MEC8730	55680063C	7366/2	07/03/2010	252 * VI
MED4986	55273934C	6017/5	03/02/2010	206 * III
MEJ0552	55659852C	6050/2	12/02/2010	208
MEK0474	55679808C	5835/0	23/03/2010	195
MEK1508	54659143C	7366/2	02/02/2010	252 * VI
MEP4512	55273909C	7056/1	15/01/2010	244 * III
MEP9439	55659291C	5185/1	07/02/2010	167
MER6290	55659727C	5568/0	10/02/2010	181 * XIX
MEV4049	54658127C	5550/0	24/01/2010	181 * XVIII
MEX1656	55273498C	5380/0	05/03/2010	181 * I
MEX7213	55660068C	5550/0	15/02/2010	181 * XVIII
MFB7171	55273937C	6122/0	09/02/2010	214 * I
MFD6780	55659652C	5487/0	08/02/2010	181 * XI

MFF2082	55273805C	5550/0	09/01/2010	181 * XVIII
MFG6949	55659565C	5185/1	03/03/2010	167
MFG9203	55659575C	5541/4	09/03/2010	181 * XVII
MFN4276	55659567C	5541/4	09/03/2010	181 * XVII
MFO3475	55273928C	5185/1	03/02/2010	167
MFO5921	55273944C	5185/1	09/02/2010	167
MFR0472	55660014C	7056/1	23/03/2010	244 * III
MFR0472	55660016C	6122/0	23/03/2010	214 * I
MFR0472	55660017C	5207/0	23/03/2010	169
MFZ5793	55659772C	5550/0	14/02/2010	181 * XVIII
MFZ5793	55659799C	5550/0	14/02/2010	181 * XVIII
MGH0950	55659563C	5550/0	03/03/2010	181 * XVIII
MGH9653	55659467C	6017/5	11/02/2010	206 * III
MGH9834	55659632C	5185/1	08/02/2010	167
MG13628	55659379C	6017/5	10/03/2010	206 * III
MG13628	55659380C	5207/0	10/03/2010	169
MGM8443	55272941C	5991/0	03/03/2010	206 * I
MGN8373	55659477C	5541/5	26/02/2010	181 * XVII
MGT0003	54657211C	5550/0	18/02/2010	181 * XVIII
MGU4443	55660112C	5550/0	15/02/2010	181 * XVIII
MHG8452	55659570C	5550/0	09/03/2010	181 * XVIII
MHH9062	55659621C	5525/0	06/02/2010	181 * XV
MHI7690	55659952C	5185/1	14/02/2010	167
MIR1979	55659292C	5185/1	07/02/2010	167
MIR8686	54658142C	5525/0	03/02/2010	181 * XV
MPK8158	55680059C	5525/0	07/03/2010	181 * XV

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 947/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWU8128	55272816C	6912/0	09/12/2009	R\$ 53,20	232
LZB0779	55273124C	6599/2	28/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZJ0746	54658983C	6637/2	14/08/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBG1300	55271913C	6920/0	11/12/2009	R\$ 127,69	233
MEM4276	54659437C	6599/2	09/12/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFD8481	55274018C	6602/0	14/01/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MTK1313	54658217C	6769/1	22/01/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MTK1313	54658218C	6629/0	22/01/2010	R\$ 127,69	230 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 948/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEZ0483	55274062C	5428/1	16/01/2010	R\$ 191,53	181 * V
MBV1414	55659505C	5550/0	27/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBV1414	55659507C	5746/1	27/01/2010	R\$ 85,12	187 * I
MDM8153	55273878C	5550/0	09/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEA3335	55273286C	5746/1	01/01/2010	R\$ 85,12	187 * I
MEB8178	54659682C	5550/0	01/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEE5128	54659397C	5185/1	19/12/2009	R\$ 127,69	167
MEG6650	55272334C	5550/0	23/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEM4276	54659222C	5541/4	09/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU9915	55272527C	6050/1	19/01/2010	R\$ 191,53	208
MFD8481	55274014C	5738/0	14/01/2010	R\$ 191,53	186 * II
MFD8481	55274015C	5207/0	14/01/2010	R\$ 53,20	169
MFD8481	55274016C	5819/1	14/01/2010	R\$ 574,61	193
MFD8481	55274017C	5835/0	14/01/2010	R\$ 127,69	195
MFS7166	54657631C	5185/1	29/12/2009	R\$ 127,69	167
MFS7166	54657631C	7366/2	29/12/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MGX8721	54660910C	5568/0	13/01/2009	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 949/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHN9986	55272017C	6920/0	04/03/2010	233
LXL1752	55274253C	6599/2	10/03/2010	230 * V
LXU5945	55659582C	6599/2	11/03/2010	230 * V
LXU5945	55659583C	5010/0	11/03/2010	162 * I
LXV9898	54658087C	5010/0	12/03/2010	162 * I
LXV9898	54658088C	6599/2	12/03/2010	230 * V
LYD6156	55272018C	6920/0	04/03/2010	233
LYO2009	55659911C	6599/2	10/04/2010	230 * V
LYO2009	55659912C	5010/0	10/04/2010	162 * I
LZC0017	55659667C	6769/2	12/03/2010	230 * XXII
LZS9692	55272006C	6920/0	02/03/2010	233
MAW4130	55272050C	6920/0	06/04/2010	233
MAY9478	55679960C	5045/0	08/04/2010	162 * V
MCJ4285	55274254C	6580/0	10/03/2010	230 * IV
MCP1613	55272838C	6602/0	13/04/2010	230 * VI
MCS1469	55679851C	6599/2	23/03/2010	230 * V
MCW5715	55272178C	6912/0	13/04/2010	232
MDH9400	55272027C	6920/0	15/03/2010	233
MDP3297	55659398C	6912/0	03/04/2010	232
MEG0226	55659591C	6599/2	17/03/2010	230 * V
MEG0226	55659592C	6726/1	17/03/2010	230 * XVIII
MFP5298	55679760C	6599/2	05/04/2010	230 * V
MGO0911	55272026C	6920/0	15/03/2010	233
MHF8711	55659897C	6912/0	30/03/2010	232

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 950/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACZ0012	55272832C	5835/0	03/04/2010	195
AIG3087	55680061C	5525/0	07/03/2010	181 * XV
AMA9061	55659479C	5185/1	02/03/2010	167
MAY9478	55679959C	5541/5	08/04/2010	181 * XVII
MBG5983	55659653C	5525/0	10/02/2010	181 * XV
MDA9512	55680053C	5525/0	07/03/2010	181 * XV
MEC3933	55272170C	7030/2	30/03/2010	244 * I
MEC3933	55272171C	5835/0	30/03/2010	195
MEC3933	55272172C	7056/1	30/03/2010	244 * III
MFZ8302	55660182C	5541/1	04/04/2010	181 * XVII
MGS6522	55680154C	5541/1	13/04/2010	181 * XVII

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 951/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQP9773	55272533C	5541/5	21/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
AQR0961	55659552C	5541/1	09/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA5979	55272100C	5185/1	19/12/2009	R\$ 127,69	167
MDM8153	55273580C	5550/0	09/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMA0303	55272909C	5541/1	31/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI

9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 952/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKG3191	55679979C	5010/0	19/04/2010	162 * I
INB1641	55272001C	6920/0	02/03/2010	233
LNO0836	55678961C	6920/0	19/04/2010	233
LYM8844	55274259C	6599/2	04/04/2010	230 * V
LZA5033	55679811C	6599/2	07/04/2010	230 * V
LZC3198	55272024C	6920/0	15/03/2010	233
MBY0080	55678966C	6920/0	19/04/2010	233
MBZ0998	55659675C	6556/1	18/04/2010	230 * I
MCD9253	55272186C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MCD9253	55272187C	6610/1	27/04/2010	230 * VII
MCD9253	55272188C	6580/0	27/04/2010	230 * IV
MCD9253	55272189C	6637/1	27/04/2010	230 * IX
MCJ6686	55272025C	6920/0	15/03/2010	233
MCL7582	55272013C	6920/0	04/03/2010	233
MCR8511	55679977C	6599/2	19/04/2010	230 * V
MCX3612	55680064C	5010/0	30/03/2010	162 * I
MCX4726	55272020C	6920/0	09/03/2010	233
MDA0501	55678807C	6599/2	15/04/2010	230 * V
MDH3752	55659885C	6912/0	18/03/2010	232
MDM8808	55680101C	6599/2	12/03/2010	230 * V
MDT5310	55659396C	7340/0	31/03/2010	252 * IV
MEB2206	55660008C	6556/1	12/03/2010	230 * I
MEB2206	55660009C	6637/2	12/03/2010	230 * IX
MEB2206	55660010C	6912/0	12/03/2010	232
MEC3933	55272177C	6726/1	09/04/2010	230 * XVIII
MEL2854	55272179C	6637/2	13/04/2010	230 * IX
MEN4638	55678813C	6599/2	15/04/2010	230 * V
MEO2466	55679967C	5010/0	14/04/2010	162 * I
MEO2466	55679968C	6599/2	14/04/2010	230 * V
MEO8167	55659889C	7340/0	19/03/2010	252 * IV
MEQ0769	55678970C	6920/0	22/04/2010	233
MEV3179	55272015C	6920/0	04/03/2010	233
MFM4438	55659906C	6912/0	13/03/2010	232
MGM5582	54657385C	5010/0	06/04/2010	162 * I
MGM5582	54657386C	6599/2	06/04/2010	230 * V
MHX9669	55678952C	6920/0	12/04/2010	233

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 953/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSU6220	55679988C	5487/0	22/04/2010	181 * XI
GZW7547	55678913C	5452/2	23/04/2010	181 * VIII
HVZ5200	55678918C	5380/0	23/04/2010	181 * I
IHC6745	55660024C	6017/5	16/04/2010	206 * III
LXM4194	55678926C	5550/0	24/04/2010	181 * XVIII
MAA3340	55273963C	5967/0	17/04/2010	203 * V
MAM4252	55678931C	5452/1	25/04/2010	181 * VIII
MAM9684	55679980C	5550/0	22/04/2010	181 * XVIII
MAX4295	55678948C	5185/1	27/04/2010	167
MBQ7882	55678909C	5541/1	23/04/2010	181 * XVII
MCP3118	55679974C	5967/0	14/04/2010	203 * V
MCV6669	55273065C	5835/0	18/04/2010	195
MDV4789	55679976C	5550/0	15/04/2010	181 * XVIII
MEC3933	55272176C	7030/2	09/04/2010	244 * I
MEH6082	55678921C	5541/1	23/04/2010	181 * XVII
MES6716	55659576C	5185/1	09/03/2010	167
MET2098	55678849C	5550/0	23/04/2010	181 * XVIII
MEU4079	55660011C	5738/0	23/03/2010	186 * II
MFL2989	55678919C	5541/1	23/04/2010	181 * XVII



MFR9068	55678840C	5967/0	20/04/2010	203 * V
MGD4256	55678839C	5185/1	20/04/2010	167
MGF8614	55659891C	5550/0	19/03/2010	181 * XVIII
MHA8723	55659907C	7366/2	15/03/2010	252 * VI
MHC7850	54657600C	5835/0	10/04/2010	195
MHM6424	55272493C	5541/5	01/04/2010	181 * XVII
MJG7170	55679985C	5967/0	22/04/2010	203 * V

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 954/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEN3177	55271936C	6920/0	04/01/2010	R\$ 127,69	233
MFN3632	55273145C	5010/0	15/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFN7768	55273102C	5169/1	15/12/2009	R\$ 957,69	165
MFN7768	55273103C	6637/1	15/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 955/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMD0064	55659315C	5452/1	29/01/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
CDI2779	55273338C	5541/1	12/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LWU8128	55272816C	5819/4	09/12/2009	R\$ 574,61	193
LXH9749	55659846C	5550/0	16/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXY9282	55273484C	5738/0	16/02/2010	R\$ 191,53	186 * II
MAK6576	55660100C	5550/0	19/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBJ2061	55659610C	5550/0	04/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDN4751	55273189C	5185/1	06/01/2010	R\$ 127,69	167
MDN7819	55273837C	5550/0	12/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEL5521	54659232C	5185/1	14/12/2009	R\$ 127,69	167
MFM4189	55273947C	6017/5	09/02/2010	R\$ 191,53	206 * III
MGQ0180	54659428C	5541/2	03/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 956/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFD4568	55659895C	7340/0	25/03/2010	252 * IV
LXB6275	55272036C	6920/0	22/03/2010	233
LZH2731	55272043C	6920/0	26/03/2010	233
LZQ3618	55272005C	6920/0	02/03/2010	233
MBJ3328	55272034C	6920/0	22/03/2010	233
MDF4164	55272032C	6920/0	19/03/2010	233
MEC3058	55680004C	6637/2	11/03/2010	230 * IX
MEL1413	55678959C	6920/0	16/04/2010	233
MEZ2478	55679757C	6653/2	27/03/2010	230 * XI
MG11742	55272038C	6920/0	25/03/2010	233
MHT7382	55272046C	6920/0	29/03/2010	233

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 957/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUV8426	55660012C	5738/0	23/03/2010	186 * II
GZJ3621	55678801C	5185/1	14/04/2010	167
HYI8009	55659894C	5185/1	24/03/2010	167
MBW2182	55660174C	5185/1	27/03/2010	167
MDW5941	55678802C	5185/1	14/04/2010	167
MFR9896	55659392C	5460/0	25/03/2010	181 * IX
MFS2595	55659896C	5452/2	30/03/2010	181 * VIII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 958/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAM7245	55272518C	5827/0	13/01/2010	R\$ 127,69	194
MDO2909	55272330C	5460/0	07/01/2010	R\$ 85,12	181 * IX
MFV9566	55272669C	5541/1	11/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV1947	55273799C	5541/1	02/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 959/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LSA0437	54658291C	6912/0	28/04/2010	232
LXP3375	55272836C	6599/2	12/04/2010	230 * V
LXS1053	55659385C	7340/0	13/03/2010	252 * IV
LYG6526	55678935C	5010/0	25/04/2010	162 * I
MAF0839	55680010C	6912/0	12/04/2010	232
MAN0717	55678946C	7340/0	27/04/2010	252 * IV
MGM7743	55680080C	6912/0	27/04/2010	232
MGO7505	55678937C	5010/0	25/04/2010	162 * I

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 960/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DMX1700	55680153C	5452/2	13/04/2010	181 * VIII
ICP9982	55678950C	5185/1	28/04/2010	167
LXP3375	55272837C	5835/0	12/04/2010	195
LXS1053	55659387C	5835/0	13/03/2010	195
LZX5164	54658289C	5185/1	28/04/2010	167
MDV0698	55678932C	5525/0	25/04/2010	181 * XV

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 961/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998

DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALB0595	54659144C	5541/1	04/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
ILL3255	55272489C	5541/5	19/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
JEQ9334	55273177C	5185/1	02/01/2010	R\$ 127,69	167
JGS2791	55273395C	5398/0	03/01/2010	R\$ 53,20	181 * II
MAT5154	54659130C	5541/1	25/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MAT5154	55272719C	5550/0	25/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDS5602	55273621C	5550/0	28/12/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 962/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUZ2565	55679602C	6912/0	28/04/2010	232
IBK2979	54656443C	5010/0	10/04/2010	162 * I
IBK2979	54656444C	6637/1	10/04/2010	230 * IX
KEK4138	55678821C	5045/0	16/04/2010	162 * V
LXC8186	5678953C	6920/0	12/04/2010	233
LXM4244	55678981C	6920/0	04/05/2010	233
LYI7432	55678976C	6920/0	28/04/2010	233
LYU0396	55274260C	6580/0	22/05/2010	230 * IV
LYU0396	55274261C	5010/0	22/05/2010	162 * I
LYU0396	55274262C	6637/1	22/05/2010	230 * IX
LZS9692	54656435C	6599/2	16/02/2010	230 * V
LZZ5689	55678972C	6920/0	27/04/2010	233
MAH3932	55679307C	6599/2	30/05/2010	230 * V
MAT0123	55678956C	6920/0	13/04/2010	233
MAU6043	55679475C	6637/2	25/05/2010	230 * IX
MBM1863	55679474C	6912/0	25/05/2010	232
MBY0212	55272049C	6920/0	06/04/2010	233
MBZ0052	55679578C	5010/0	25/05/2010	162 * I
MBZ0052	55679579C	6599/2	25/05/2010	230 * V
MCB0960	55679615C	7358/0	29/04/2010	252 * V
MCB5671	55680099C	6912/0	06/05/2010	232
MCK0258	55678936C	6653/1	25/04/2010	230 * XI
MDA9288	55659668C	6599/2	14/04/2010	230 * V
MDD6986	55679590C	6556/5	28/05/2010	230 * I
MDI3197	55679764C	6637/1	11/04/2010	230 * IX
MDK8668	55678983C	6920/0	06/05/2010	233
MEB5531	55680079C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MEI8701	55680077C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MEV3830	55679969C	7340/0	14/04/2010	252 * IV
MFF9088	55272674C	5010/0	28/05/2010	162 * I
MFF9088	55273003C	6556/5	28/05/2010	230 * I
MFJ2972	55679966C	6912/0	14/04/2010	232
MFV1065	54660397C	6912/0	22/05/2010	232
MGA3979	54658528C	5010/0	10/04/2010	162 * I
MGA3979	54658529C	6912/0	10/04/2010	232
MGA3979	54658530C	5118/0	10/04/2010	164 c/c 162 * I
MGF8871	55679990C	5010/0	27/04/2010	162 * I
MGK6002	55678954C	6920/0	12/04/2010	233
MGQ7950	55679991C	7340/0	28/04/2010	252 * IV
MHF8711	55679659C	6610/2	12/05/2010	230 * VII
MHQ8651	55679653C	5010/0	14/05/2010	162 * I
MHW4754	55678751C	6548/2	22/05/2010	229
MHX7663	55272193C	5010/0	01/05/2010	162 * I

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 963/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOR4818	55679362C	5541/3	18/05/2010	181 * XVII
CHS9134	55660131C	5193/0	25/05/2010	168
CSC1956	55679650C	5436/0	10/05/2010	181 * VI
CWE1234	55679605C	5185/1	28/04/2010	167
DKY0864	55680074C	5541/4	26/04/2010	181 * XVII
HEI3445	55659981C	5550/0	24/04/2010	181 * XVIII
HUO6677	55679377C	5487/0	20/05/2010	181 * XI
ICT2809	55659497C	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
LNO0836	55273479C	5738/0	16/02/2010	186 * II
LWU0006	55679612C	5185/1	29/04/2010	167
LWV9982	55660132C	5185/1	25/05/2010	167
LXF1057	55659966C	6017/5	10/04/2010	206 * III
LZS7519	55679458C	5967/0	14/05/2010	203 * V
MAH3932	55679306C	7030/1	30/05/2010	244 * I
MAZ3275	55679401C	6017/5	10/05/2010	206 * III
MBH9151	55679627C	5541/1	06/05/2010	181 * XVII
MBZ5454	55660136C	5550/0	26/05/2010	181 * XVIII
MCP8009	55659971C	5541/1	12/04/2010	181 * XVII
MCW9969	55679631C	5452/1	06/05/2010	181 * VIII
MDL6183	55679595C	5452/2	31/05/2010	181 * VIII
MEA8095	55679642C	7366/2	10/05/2010	252 * VI
MEA8095	55679643C	5541/3	10/05/2010	181 * XVII
MEA8713	55679957C	5550/0	15/04/2010	181 * XVIII
MEM2544	55679554C	5550/0	09/05/2010	181 * XVIII
MEN1931	55680081C	5207/0	28/04/2010	169
MFD3694	55659983C	5550/0	24/04/2010	181 * XVIII
MGB6785	55680082C	5541/1	28/04/2010	181 * XVII
MGZ6879	55679412C	5541/3	11/05/2010	181 * XVII
MHD1590	55679603C	5185/1	28/04/2010	167
MHF0829	55679391C	5541/1	21/05/2010	181 * XVII
MHL4620	55679638C	5452/5	07/05/2010	181 * VIII
MHX2905	55680076C	5487/0	26/04/2010	181 * XI
MJS1040	55679553C	5541/4	04/05/2010	181 * XVII
MMK5570	55679347C	5541/4	04/06/2010	181 * XVII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 964/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJX2272	54660243C	6556/1	14/09/2009	R\$ 191,53	230 * I
LCO8809	55272012C	6920/0	04/03/2010	R\$ 127,69	233
LXI5205	55659363C	6599/2	11/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYW6226	55272826C	6610/2	12/02/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MCK7472	54658078C	6556/1	02/02/2010	R\$ 191,53	230 * I
MCV2866	54657588C	5010/0	04/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCV2866	54657589C	6599/2	04/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDG7089	55274091C	5010/0	21/01/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDV6786	55659382C	5010/0	10/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDY5299	55272785C	6599/2	05/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDY5299	55272786C	5010/0	05/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDZ5949	54657383C	5010/0	21/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDZ5949	54657384C	6599/2	21/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEA5809	55274256C	6599/2	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEI7708	55272084C	6637/2	11/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFC1413	55659388C	6599/2	16/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFK7417	55659370C	5010/0	23/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGK6310	54656541C	6920/0	19/01/2009	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 965/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DOC4024	55272548C	5541/1	02/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
IMK0366	54659125C	6122/0	19/01/2010	R\$ 191,53	214 * I
MAY2864	55273744C	7366/2	29/01/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MAY2864	55659452C	5185/1	29/01/2010	R\$ 127,69	167
MBH5573	55273730C	5185/1	20/01/2010	R\$ 127,69	167
MCE6715	55272512C	5185/1	11/01/2010	R\$ 127,69	167
MCK7472	54659132C	6017/5	27/01/2010	R\$ 191,53	206 * III
MCL1244	55659650C	5525/0	12/02/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MEE7037	55273587C	5746/1	10/01/2010	R\$ 85,12	187 * I
MEL5063	55273200C	5185/1	08/01/2010	R\$ 127,69	167
MFK7693	55659800C	5550/0	14/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFV2069	55272956C	5541/1	23/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY3369	55659535C	5525/0	31/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MG10459	55273184C	5185/1	06/01/2010	R\$ 127,69	167
MG10459	55273901C	5185/1	07/01/2010	R\$ 127,69	167
MG10459	55273902C	5185/2	07/01/2010	R\$ 127,69	167
MHD1590	55659656C	6050/1	06/03/2010	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 966/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJZ5919	55679000C	6920/0	13/05/2010	233
AKG3191	5679388C	5010/0	21/05/2010	162 * I
IGC6605	55272678C	6599/2	11/06/2010	230 * V
IGC6605	55272679C	6912/0	11/06/2010	232
KDE8375	54660394C	5010/0	07/05/2010	162 * I
LYW5102	55678998C	6920/0	12/05/2010	233
LYY6482	55679585C	6599/2	26/05/2010	230 * V
LYY6482	55679586C	6556/1	26/05/2010	230 * I
LZC4103	55678988C	6920/0	07/05/2010	233
MAM2868	55272190C	5010/0	28/04/2010	162 * I
MAM2868	55272191C	5169/1	28/04/2010	165
MAP4447	55679902C	6599/2	06/06/2010	230 * V
MAP4447	55679903C	5010/0	06/06/2010	162 * I
MAV4775	55678980C	6920/0	04/05/2010	233
MBA8420	55680095C	6599/2	29/04/2010	230 * V
MBA8420	55680096C	5010/0	29/04/2010	162 * I
MBC5851	55678820C	6599/2	16/04/2010	230 * V
MBG5051	54658286C	5010/0	28/04/2010	162 * I
MBG5051	54658287C	6599/2	28/04/2010	230 * V
MBM1134	55680085C	6912/0	28/04/2010	232
MBN6605	55679657C	6610/2	14/05/2010	230 * VII
MBT9061	55678934C	6599/2	25/04/2010	230 * V
MBX6241	55659681C	5010/0	10/06/2010	162 * I
MBX6241	55659681C	6963/3	10/06/2010	237
MCD0528	55678861C	6556/1	15/05/2010	230 * I
MCD0528	55678862C	6599/2	15/05/2010	230 * V
MCD0528	55678863C	6912/0	15/05/2010	232
MCL6923	55679018C	6920/0	31/05/2010	233
MCO4273	55659916C	5010/0	10/05/2010	162 * I
MCO4273	55659917C	5061/0	10/05/2010	163 c/c 162 * I
MCO4273	55659918C	5274/1	10/05/2010	175
MCR8511	55678999C	6920/0	13/05/2010	233
MDA3186	55679016C	6920/0	31/05/2010	233
MEI2670	55679012C	6920/0	27/05/2010	233
MEL9845	55660145C	6556/1	26/05/2010	230 * I
MEX3701	55680090C	6599/2	29/04/2010	230 * V
MEY9993	55678835C	6556/1	19/04/2010	230 * I
MFI2123	55679994C	6912/0	28/04/2010	232
MFS6218	55678995C	6920/0	11/05/2010	233
MFT8398	55273969C	5045/0	05/05/2010	162 * V
MFT8430	55678984C	6920/0	06/05/2010	233
MFV1862	55678991C	6920/0	03/05/2010	233
MGC0720	55680089C	6912/0	29/04/2010	232



MGH9572	55679403C	6599/2	10/05/2010	230 * V
MGJ0871	55679998C	6912/0	29/04/2010	232
MGX0645	55660142C	5010/0	26/05/2010	162 * I
MHH8002	55679669C	6599/2	26/05/2010	230 * V
MHV3705	55679667C	5010/0	26/05/2010	162 * I
MHX7663	55679392C	5010/0	24/05/2010	162 * I
MHX7663	55679393C	6602/0	24/05/2010	230 * VI
MVV6271	55679813C	6912/0	13/05/2010	232

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 967/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARV6832	55678825C	5967/0	19/04/2010	203 * V
DCZ6592	55679567C	5487/0	17/05/2010	181 * XI
HPD0444	55678855C	6122/0	03/05/2010	214 * I
IEL0146	55660189C	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
INP7269	55679587C	5550/0	26/05/2010	181 * XVIII
LNZ2075	55660028C	5452/2	26/04/2010	181 * VII
LWT0009	55679441C	5541/1	13/05/2010	181 * XVII
LXW7420	55660033C	6017/5	01/06/2010	206 * III
LZB5122	55678947C	5185/1	27/04/2010	167
LZQ8463	54657887C	5541/1	11/06/2010	181 * XVII
MAE5900	55679368C	5452/1	18/05/2010	181 * VIII
MAM8924	55679563C	5550/0	17/05/2010	181 * XVIII
MAS2801	55679594C	5550/0	31/05/2010	181 * XVIII
MAX6003	55679379C	5452/5	20/05/2010	181 * VIII
MAX9267	55660130C	5452/1	25/05/2010	181 * VIII
MBE1092	55679482C	6050/1	28/05/2010	208
MBG5983	55678847C	5185/1	20/04/2010	167
MBW7116	55678823C	5185/2	19/04/2010	167
MCO4273	55659919C	7048/1	10/05/2010	244 * II
MDQ5773	55679499C	5541/1	11/06/2010	181 * XVII
MED8621	54660398C	5835/0	22/05/2010	195
MEV9611	55678928C	5550/0	24/04/2010	181 * XVIII
MFR9896	55679418C	5541/1	11/05/2010	181 * XVII
MGK7621	55679365C	5541/1	18/05/2010	181 * XVII
MGM3013	55660193C	5550/0	24/05/2010	181 * XVIII
MGO4727	55679449C	5452/2	17/05/2010	181 * VIII
MGS9237	55678858C	6017/5	15/05/2010	206 * III
MGT8882	55679406C	5967/0	10/05/2010	203 * V
MGW9623	55679419C	5525/0	11/05/2010	181 * XV
MHH0439	55680093C	5541/1	29/04/2010	181 * XVII
MHO7943	55679450C	5436/0	17/05/2010	181 * VI
MIG6004	55679324C	6050/3	31/05/2010	208
MII4604	55679378C	5460/0	20/05/2010	181 * IX
MIW0960	55660190C	5550/0	01/05/2010	181 * XVIII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 968/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXB1656	55273060C	6653/1	18/01/2010	R\$ 127,69	230 * XI
LXB1656	55273060C	6670/0	18/01/2010	R\$ 127,69	230 * XIII
MDE4732	55273954C	6548/2	17/02/2010	R\$ 85,12	229
MDU0728	55659886C	5010/0	18/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDV6786	55659384C	6599/2	10/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEN5295	54658089C	6556/1	17/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
MFP8202	55273908C	6599/2	15/01/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFY1520	55659378C	6653/1	07/03/2010	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 969/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCZ6592	55659474C	5185/1	22/02/2010	R\$ 127,69	167
IME9503	54659988C	5550/0	17/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
IME9503	54659989C	5525/0	17/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
LYC5118	55659953C	5185/1	14/02/2010	R\$ 127,69	167
MBC8545	55659282C	7366/2	07/02/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MBC8545	55659283C	5185/1	07/02/2010	R\$ 127,69	167
MBS3451	55273497C	5541/1	03/03/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ1610	55273794C	5550/0	17/01/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFO8653	55680058C	5525/0	07/03/2010	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 970/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALR5708	55679040C	6920/0	09/06/2010	233
IGV5897	55679027C	6920/0	31/05/2010	233
IHE6631	55679025C	6920/0	31/05/2010	233
LCA8686	55679467C	6700/1	25/05/2010	230 * XVI
LYM1888	55679050C	6920/0	17/06/2010	233
LYP4845	55679219C	6769/1	17/06/2010	230 * XXII
LZS2103	55273001C	5010/0	19/05/2010	162 * I
LZS2103	55273002C	6726/1	19/05/2010	230 * XVIII
MAD1592	55679055C	6920/0	21/06/2010	233
MAO9983	55679664C	6610/2	21/05/2010	230 * VII
MBB6350	55679486C	6769/3	28/05/2010	230 * XXII
MBF3695	55679323C	5045/0	02/06/2010	162 * V
MBS5280	55679580C	5010/0	25/05/2010	162 * I
MBS5280	55679581C	6599/2	25/05/2010	230 * V
MCO2233	55679591C	6599/2	28/05/2010	230 * V
MCR7107	55679209C	6769/3	15/06/2010	230 * XXII
MCW9360	55273072C	6599/2	22/05/2010	230 * V
MCW9360	55678864C	6912/0	22/05/2010	232
MCY8537	55679235C	7340/0	19/06/2010	252 * IV
MDH2210	55680157C	6599/2	16/06/2010	230 * V
MDH9400	55679029C	6920/0	01/06/2010	233
MDR3391	55679032C	6920/0	02/06/2010	233
MDX7808	55679043C	6920/0	09/06/2010	233
MEL0572	55679210C	6912/0	15/06/2010	232
MEU3881	55679471C	6599/2	25/05/2010	230 * V
MGL7747	55679583C	6602/0	25/05/2010	230 * VI
MGL7747	55679592C	6637/2	30/05/2010	230 * IX
MGZ4816	55273006C	5010/0	29/05/2010	162 * I
MHC7602	55679021C	6920/0	31/05/2010	233
MHH8002	55679727C	6637/1	17/06/2010	230 * IX
MHX7663	54658092C	6653/2	22/06/2010	230 * XI
MHX7663	54658093C	5010/0	22/06/2010	162 * I

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 971/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWU9282	55679227C	5592/0	18/06/2010	1m 182 * III
MAX1705	55659988C	5550/0	19/05/2010	181 * XVIII
MAX9624	55679573C	5550/0	25/05/2010	181 * XVIII

MCC8730	55679317C	5967/0	31/05/2010	203 * V
MCC00577	55679234C	7048/1	18/06/2010	244 * II
MCR7107	55679229C	5592/0	18/06/2010	1m 182 * III
MDV1126	55679464C	5541/1	25/05/2010	181 * XVII
MDY8764	55274178C	5746/1	17/01/2010	187 * I
MEB2206	55679305C	7030/1	30/05/2010	244 * I
MFL6481	55679574C	5550/0	25/05/2010	181 * XVIII
MFO8412	55679722C	6068/1	16/06/2010	209
MFS4494	55679359C	5487/0	18/05/2010	181 * XI
MG55927	55679386C	5541/1	21/05/2010	181 * XVII
MGW8039	55679207C	7366/2	14/06/2010	252 * VI
MGZ4816	55273008C	5835/0	29/05/2010	195
MHU2323	55679241C	5487/0	19/06/2010	181 * XI

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 972/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYF8337	55680006C	6599/2	11/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYF8337	55680007C	5010/0	11/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDD6882	55660175C	7340/0	27/03/2010	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 973/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NKN0325	55659596C	5541/4	07/06/2010	181 * XVII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 974/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFV3804	55679263C	6599/2	05/07/2010	230 * V
AOQ1103	55679019C	6920/0	31/05/2010	233
HPH2855	55660134C	5045/0	25/05/2010	162 * V
IBK2979	55679484C	5010/0	28/05/2010	162 * I
IBN1514	55679201C	6912/0	14/06/2010	232
ILV2320	55679056C	6920/0	21/06/2010	233
LXD9503	55846496C	6599/2	07/07/2010	230 * V
LXZ0835	55679042C	6920/0	09/06/2010	233
LYK0169	55679005C	6920/0	17/05/2010	233
LYN1974	54657894C	6599/2	11/06/2010	230 * V
LYR5521	54657874C	6599/2	09/06/2010	230 * V
MAO3502	54657899C	6912/0	14/06/2010	232
MAX7431	55678752C	6912/0	27/05/2010	232
MAX7431	55678753C	5061/0	27/05/2010	163 c/c 162 * I
MAZ6642	55846511C	5010/0	08/07/2010	162 * I
MBB5437	55679006C	6920/0	20/05/2010	233
MBF8763	55678865C	5010/0	27/05/2010	162 * I
MBF8763	55678866C	6599/2	27/05/2010	230 * V
MBH6533	55679031C	6920/0	01/06/2010	233
MBN6229	55660021C	5010/0	13/04/2010	162 * I
MBN6229	55679997C	6637/1	28/04/2010	230 * IX
MBZ1981	55679024C	6920/0	31/05/2010	233
MCD1626	55679036C	6920/0	08/06/2010	233
MCL1602	55679259C	6599/2	23/06/2010	230 * V

MCM5193	55679332C	6599/2	02/06/2010	230 * V
MCO6435	55679597C	5037/1	02/06/2010	162 * III
MDG5273	55679002C	6920/0	18/05/2010	233
MDH9400	55679576C	6769/3	25/05/2010	230 * XXII
MDH9400	55679584C	5061/0	25/05/2010	163 c/c 162 * I
MDO9297	55679765C	6599/2	06/06/2010	230 * V
MDO9297	55679766C	5010/0	06/06/2010	162 * I
MDO9297	55679817C	6556/1	06/06/2010	230 * I
MDT1979	55679303C	6599/2	28/05/2010	230 * V
MEB1407	55679715C	5010/0	14/06/2010	162 * I
MEO9650	55679022C	6920/0	31/05/2010	233
MEP3429	55679312C	6556/1	31/05/2010	230 * I
MEY3562	55679074C	6920/0	01/07/2010	233
MEZ4070	55679069C	6920/0	29/06/2010	233
MFD6010	55679205C	5010/0	14/06/2010	162 * I
MFD6010	55679206C	6599/2	14/06/2010	230 * V
MFQ4144	55678860C	5010/0	05/06/2010	162 * I
MGI8602	55679671C	6599/2	27/05/2010	230 * V
MGT4300	55679039C	6920/0	02/06/2010	233
MGZ8605	55678870C	6556/1	11/06/2010	230 * I
MGZ8605	55678871C	5010/0	11/06/2010	162 * I
MGZ8605	55678872C	6556/4	11/06/2010	230 * I

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 975/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIZ2005	55679328C	5452/5	02/06/2010	181 * VIII
DEE9213	54657873C	5460/0	08/06/2010	181 * IX
IKL6443	55678757C	5967/0	14/06/2010	203 * V
LYX5745	55679311C	5185/2	31/05/2010	167
LZK2540	55679480C	5541/5	28/05/2010	181 * XVII
MAU2114	55678867C	5738/0	06/06/2010	186 * II
MBH7415	55846509C	5967/0	08/07/2010	203 * V
MBH9151	55846451C	5541/1	28/06/2010	181 * XVII
MBN6229	55660022C	5835/0	13/04/2010	195
MBN6229	55660023C	5215/1	13/04/2010	170
MBO2035	55679816C	5550/0	31/05/2010	181 * XVIII
MBV0566	54657889C	5541/1	11/06/2010	181 * XVII
MCE2711	55679330C	5541/3	02/06/2010	181 * XVII
MCY3529	55846456C	5541/1	28/06/2010	181 * XVII
MDC4323	55660150C	7030/2	28/05/2010	244 * I
MDK8144	55679316C	5541/1	31/05/2010	181 * XVII
MDO9297	55679767C	5720/0	06/06/2010	186 * I
MDO9297	55679768C	5835/0	06/06/2010	195
MDO9297	55679769C	7269/0	06/06/2010	250 * I * d
MDY9900	55660194C	5541/4	24/05/2010	181 * XVII
MDZ3811	55679308C	7048/1	30/05/2010	244 * II
MGR3662	55679322C	5541/4	31/05/2010	181 * XVII
MGW6540	55659995C	5487/0	02/07/2010	181 * XI
MHI4450	55679815C	5550/0	31/05/2010	181 * XVIII
MHM6424	55679593C	5541/5	31/05/2010	181 * XVII
MHR7610	55659994C	6017/5	01/07/2010	206 * III
MIA0974	55679257C	5541/4	17/06/2010	181 * XVII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 976/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOC7362	54656441C	5010/0	23/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
BOC7362	54656442C	6912/0	23/03/2010	R\$ 53,20	232
HUF8876	55272033C	6920/0	22/03/2010	R\$ 127,69	233
HXB9097	55272009C	6920/0	02/03/2010	R\$ 127,69	233
KMT0051	55679652C	6599/2	12/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDX5475	55272004C	6920/0	02/03/2010	R\$ 127,69	233
MGV6341	55272834C	6599/2	06/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGV6341	55272835C	5010/0	06/04/2010	R\$ 574,61	162 * I

MHQ1780 55679626C 6599/2 06/05/2010 R\$ 191,53 230 \* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 977/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BWB2955	55659589C	5550/0	17/03/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBW2025	55659489C	5550/0	13/03/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 978/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM5324	55846501C	6599/2	07/07/2010	230 * V
IHY8776	55679203C	5010/0	14/06/2010	162 * I
MAD6067	55679728C	6556/4	29/06/2010	230 * I
MBL6229	55846504C	6912/0	07/07/2010	232
MBZ0529	55846489C	5010/0	06/07/2010	162 * I
MDI4903	55679710C	6912/0	14/06/2010	232
MDY6971	55679020C	6920/0	31/05/2010	233
MEA4122	55679714C	6599/2	14/06/2010	230 * V
MEN2191	55679261C	6599/2	05/07/2010	230 * V
MEV3179	55679705C	6912/0	14/06/2010	232
MFH2801	55679717C	6599/2	14/06/2010	230 * V
MFH2801	55679718C	5010/0	14/06/2010	162 * I
MGC9834	55679033C	6920/0	07/06/2010	233
MGF0764	55846484C	6599/2	05/07/2010	230 * V
MGF6118	55846479C	6599/2	05/07/2010	230 * V
MGH6395	55679204C	5010/0	14/06/2010	162 * I
MHM1395	55679264C	5010/0	05/07/2010	162 * I
MHN4422	55659980C	6912/0	20/04/2010	232

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 979/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HPQ4101	55679740C	7366/2	07/07/2010	252 * VI
HVJ9545	55846487C	5967/0	06/07/2010	203 * V
LYU6266	55679599C	5541/1	04/06/2010	181 * XVII
MCN7839	55679253C	5541/1	15/06/2010	181 * XVII
MEE7087	54657900C	5185/1	14/06/2010	167
MEV3179	55679706C	5550/0	14/06/2010	181 * XVIII
MGB3141	54658091C	5207/0	16/06/2010	169
MHD3773	55678907C	5541/1	23/04/2010	181 * XVII

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 980/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	-----------------------------------	------------------	-------------------	---------------



MEO9370	54656763C	6599/2	05/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MGJ5812	55680065C	6653/1	12/04/2010	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 981/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFE5594	55679082C	6920/0	08/07/2010	233
AHE8931	55846500C	6769/3	07/07/2010	230 * XXII
AIE5339	55679087C	6920/0	08/07/2010	233
BMI2562	55679077C	6920/0	06/07/2010	233
GTF6242	55679094C	6920/0	15/07/2010	233
HPO3457	55679052C	6920/0	18/06/2010	233
LXG9484	55679086C	6920/0	08/07/2010	233
LXS2614	55846641C	6769/1	27/07/2010	230 * XXII
LXS2614	55846642C	6912/0	27/07/2010	232
LYD2070	55679773C	5010/0	07/07/2010	162 * I
LYJ8936	55679078C	6920/0	07/07/2010	233
LZK2554	55679090C	6920/0	13/07/2010	233
LZO3884	55846557C	6599/2	27/07/2010	230 * V
LZO3884	55846558C	5061/0	27/07/2010	163 c/c 162 * I
LZR1535	55272996C	6599/2	05/02/2010	230 * V
LZS5099	55846505C	6700/1	07/07/2010	230 * XVI
MBI7723	55846491C	6599/2	06/07/2010	230 * V
MBI7723	55846492C	5010/0	06/07/2010	162 * I
MBL9504	55679053C	6920/0	18/06/2010	233
MBR8453	55846477C	6599/2	05/07/2010	230 * V
MBR8453	55846478C	5010/0	05/07/2010	162 * I
MBS9287	54659662C	5274/1	26/12/2009	175
MCC0224	55679093C	6920/0	14/07/2010	233
MCD2703	55679993C	6769/1	28/04/2010	230 * XXII
MCE6187	55679084C	6920/0	08/07/2010	233
MCK0258	54658096C	6653/2	23/07/2010	230 * XI
MCK0258	54658097C	6912/0	23/07/2010	232
MDF6466	55271971C	6920/0	04/02/2010	233
MDP5874	55846503C	6769/3	07/07/2010	230 * XXII
MEA1142	55679096C	6920/0	15/07/2010	233
MEA9432	55846545C	6912/0	19/07/2010	232
MED3346	55273108C	6599/2	24/12/2009	230 * V
MEH0372	55272683C	5010/0	02/07/2010	162 * I
MEU9940	55679266C	5010/0	05/07/2010	162 * I
MEU9940	55679267C	6599/2	05/07/2010	230 * V
MFV3852	55679271C	6599/2	07/07/2010	230 * V
MGA4598	54657595C	6556/1	06/02/2010	230 * I
MGA4598	54657596C	5045/0	06/02/2010	162 * V
MGE8798	55846480C	6556/1	05/07/2010	230 * I
MGI7206	55679080C	6920/0	07/07/2010	233
MGJ6316	55659624C	5274/1	06/02/2010	175
MGY5031	55678890C	5010/0	07/08/2010	162 * I
MGY5031	55678891C	6556/1	07/08/2010	230 * I
MGZ5220	55846640C	6556/1	27/07/2010	230 * I
MHI7885	55846488C	6912/0	06/07/2010	232

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 982/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DFY1560	55273809C	5568/0	10/01/2010	181 * XIX
EEV9796	55846706C	5541/4	11/08/2010	181 * XVII
LWT0009	55846547C	5380/0	20/07/2010	181 * I
LYL7213	55273555C	5525/0	05/01/2010	181 * XV
LZR1535	55272999C	5452/1	05/02/2010	181 * VIII
LZU3832	55273296C	5525/0	01/01/2010	181 * XV

MAM8551	55846601C	5452/1	20/07/2010	181 * VIII
MAU5230	55274013C	5207/0	14/01/2010	169
MBG0457	55679749C	5452/2	19/07/2010	181 * VIII
MBL2337	55679505C	5185/1	08/07/2010	167
MBM8903	55846499C	7102/1	07/07/2010	244 * VIII
MCJ8944	55679396C	5541/1	24/05/2010	181 * XVII
MCK0258	54658095C	5835/0	23/07/2010	195
MCX7398	55846537C	5452/5	19/07/2010	181 * VIII
MEB1724	55273712C	7366/2	14/01/2010	252 * VI
MED5972	55680021C	5541/4	30/07/2010	181 * XVII
MED5972	55846630C	5380/0	23/07/2010	181 * I
MEH0372	55272682C	5240/0	02/07/2010	173
MEW2113	55660037C	5550/0	07/07/2010	181 * XVIII
MFV9640	55846650C	5436/0	09/08/2010	181 * VI
MGA8689	55679747C	5541/4	19/07/2010	181 * XVII
MGD1584	55273381C	5541/1	30/12/2009	181 * XVII
MGD2950	55678944C	5380/0	27/04/2010	181 * I
MGJ6316	55659346C	5568/0	06/02/2010	181 * XIX
MGO9905	55679503C	6017/5	05/07/2010	206 * III
MGS8001	55273198C	5185/1	08/01/2010	167
MGX1893	55273078C	5541/4	10/08/2010	181 * XVII
MHG4671	55659456C	5185/1	01/02/2010	167
MHH1074	55846517C	5967/0	09/07/2010	203 * V

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 983/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFA7399	55679663C	6599/2	21/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
KEI7529	55679008C	6920/0	24/05/2010	R\$ 127,69	233
LXP2379	54657891C	6556/1	11/06/2010	R\$ 191,53	230 * I
LXP2379	55272677C	6700/2	11/06/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
LYX1598	55660149C	6769/3	28/05/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MAU6043	55679269C	6599/2	07/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAU6043	55679270C	5010/0	07/07/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBN6229	55660021C	5010/0	13/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBN6229	55679997C	6637/1	28/04/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MGE4065	55659494C	6610/2	25/04/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MGR0437	55679479C	6700/1	28/05/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MHK0102	55679661C	6599/2	21/05/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 984/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABH5027	55679454C	5185/1	06/05/2010	R\$ 127,69	167
MBN6229	55660022C	5835/0	13/04/2010	R\$ 127,69	195
MBN6229	55660023C	5215/1	13/04/2010	R\$ 191,53	170
MCC8401	55679572C	5550/0	21/05/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDH5655	55679649C	6017/5	10/05/2010	R\$ 191,53	206 * III
MEO8217	55679632C	5452/1	06/05/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MFO2919	55273163C	7366/2	21/12/2009	R\$ 85,12	252 * VI
MFV1513	55679399C	5436/0	24/05/2010	R\$ 85,12	181 * VI
MFV1513	55679400C	5185/1	24/05/2010	R\$ 127,69	167
MGN8373	55679814C	5460/0	31/05/2010	R\$ 85,12	181 * IX
MGS9237	55678858C	6017/5	15/05/2010	R\$ 191,53	206 * III
MHG1823	55678910C	5541/1	23/04/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN8760	55679426C	5541/5	12/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 985/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCO0577	55678897C	6556/1	22/08/2010	230 * I
MCO0577	55678898C	6556/4	22/08/2010	230 * I
MEG7517	55679617C	6769/1	29/04/2010	230 * XXII
MHP1653	55679963C	5010/0	11/04/2010	162 * I
MHP3331	55680097C	6637/1	29/04/2010	230 * IX

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 986/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW8834	55679608C	5967/0	29/04/2010	203 * V
BXL6429	55846636C	5436/0	26/07/2010	181 * VI
MGS6386	55679607C	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 987/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFZ5960	55271961C	6920/0	18/01/2010	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 988/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BWB2955	55659568C	5452/5	09/03/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MAX6003	54658084C	6050/1	03/03/2010	R\$ 191,53	208
MCW1345	55660140C	5460/0	26/05/2010	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 989/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BKO1066	55846647C	6599/2	03/08/2010	230 * V
CMP5562	55679059C	6920/0	24/06/2010	233

CVO3530	55679054C	6920/0	21/06/2010	233
JEY4331	55679100C	6920/0	22/07/2010	233
LXJ5138	55678888C	5010/0	05/08/2010	162 * I
LXP2379	55679099C	6920/0	21/07/2010	233
LZC3707	55679113C	6920/0	13/08/2010	233
LZS9692	55679771C	5010/0	25/06/2010	162 * I
LZS9692	55679772C	6599/2	25/06/2010	230 * V
MAR7456	55659694C	6661/0	04/09/2010	230 * XII
MAY3905	55273018C	6599/2	15/08/2010	230 * V
MAY3905	55273019C	5010/0	15/08/2010	162 * I
MBI1685	55272495C	6599/2	26/08/2010	230 * V
MBI1685	55272497C	5010/0	16/08/2010	162 * I
MCK0258	55679109C	6920/0	09/08/2010	233
MDK6797	55272685C	5010/0	17/08/2010	162 * I
MDL6371	55679265C	5010/0	05/07/2010	162 * I
MEA4318	55679128C	6920/0	26/08/2010	233
MEE6606	55679112C	6920/0	13/08/2010	233
MEH0372	55679770C	5010/0	25/06/2010	162 * I
MFK8169	55846958C	6599/2	06/09/2010	230 * V
MFV3852	55679089C	6920/0	09/07/2010	233
MGC0970	55679057C	6920/0	22/06/2010	233
MGO3660	55679097C	6920/0	21/07/2010	233

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 990/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHC5260	55679508C	5541/4	05/08/2010	181 * XVII
BKO1066	55846646C	5541/1	03/08/2010	181 * XVII
HOY2527	55846568C	5541/1	05/08/2010	181 * XVII
LXJ5138	55678889C	5207/0	05/08/2010	169
LXR5468	55846703C	5541/4	09/08/2010	181 * XVII
LZA4546	55272681C	5240/0	02/07/2010	173
MAN7136	55273972C	5541/3	08/09/2010	181 * XVII
MAZ9791	55659920C	6050/2	27/06/2010	208
MBE9903	55679276C	5541/1	23/08/2010	181 * XVII
MCS4300	55846702C	5436/0	09/08/2010	181 * VI
MDS4658	55679262C	7048/1	26/06/2010	244 * II
MDW5088	55846562C	5550/0	02/08/2010	181 * XVIII
MGZ3110	55679511C	5541/1	11/08/2010	181 * XVII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 991/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXA4707	55678924C	5010/0	24/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXA4707	55678925C	6599/2	24/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXF8472	55679483C	6912/0	28/05/2010	R\$ 53,20	232
LXK8278	54659717C	6912/0	11/04/2009	R\$ 53,20	232
MBY1655	55679321C	6556/1	31/05/2010	R\$ 191,53	230 * I
MDM8748	54658536C	6599/2	01/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDM8748	54658538C	5274/1	01/05/2010	R\$ 191,53	175
MFO8614	55272729C	6599/2	06/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGP3772	55846483C	5010/0	05/07/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 992/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	-----------------------------------	------------------	-------------------	---------------

MEZ8235	54657895C	7064/0	11/06/2010	R\$ 191,53	244 * IV
MGY7999	55679502C	7366/2	05/07/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MHJ4869	54657897C	5541/1	11/06/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT5512	54660221C	5487/0	07/04/2009	R\$ 127,69	181 * XI
MMB0123	54660573C	5541/1	30/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 993/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALX9290	55679048C	6920/0	15/06/2010	233
IJO9268	55679124C	6920/0	23/08/2010	233
INX7755	55679049C	6920/0	16/06/2010	233
LYE6431	55272844C	6599/2	13/08/2010	230 * V
LYN1974	55679046C	6920/0	14/06/2010	233
LYT8743	55679023C	6920/0	31/05/2010	233
LYW6226	55679244C	5010/0	19/06/2010	162 * I
LZG7423	55679246C	6599/2	21/06/2010	230 * V
MAK7820	55846544C	7340/0	19/07/2010	252 * IV
MAX2883	55679110C	6920/0	11/08/2010	233
MBD7983	55680016C	6599/2	18/06/2010	230 * V
MBE4132	55679017C	6920/0	31/05/2010	233
MBG3071	55272680C	6912/0	16/06/2010	232
MBK1247	54657881C	6637/1	10/06/2010	230 * IX
MBK1247	54657893C	7340/0	10/06/2010	252 * IV
MBL4316	55679061C	6920/0	16/06/2010	233
MBM1863	55846662C	6637/2	03/09/2010	230 * IX
MBM7455	55679702C	5010/0	11/06/2010	162 * I
MBT3264	55659936C	5274/1	26/08/2010	175
MBT3264	55659937C	6912/0	26/08/2010	232
MBT3264	55659939C	6599/2	26/08/2010	230 * V
MCJ7117	55679822C	5045/0	02/08/2010	162 * V
MCJ7117	55679823C	6653/1	02/08/2010	230 * XI
MCS4713	55846459C	7340/0	29/06/2010	252 * IV
MCZ3963	55679231C	6599/2	18/06/2010	230 * V
MDE8189	55679238C	6556/1	19/06/2010	230 * I
MDH0727	55679774C	6599/2	13/07/2010	230 * V
MDM8808	55680017C	5010/0	22/06/2010	162 * I
MDU9721	55679130C	6920/0	27/08/2010	233
MEI1402	55679245C	5010/0	19/06/2010	162 * I
MEL5849	55679255C	5061/0	17/06/2010	163 c/c 162 * I
MEY8254	55659682C	6599/2	25/07/2010	230 * V
MEY8254	55659683C	5010/0	25/07/2010	162 * I
MFF5157	55679703C	5037/1	11/06/2010	162 * III
MFF5157	55679704C	6912/0	11/06/2010	232
MFG4069	55679824C	5045/0	17/08/2010	162 * V
MGD2805	55678878C	5010/0	20/06/2010	162 * I
MGL8515	55678880C	5010/0	29/06/2010	162 * I
MGL8515	55678880C	6912/0	29/06/2010	232
MGV9063	55846570C	6599/2	13/08/2010	230 * V
MGZ8605	55680015C	6912/0	18/06/2010	232
MHX7663	55679295C	5010/0	30/08/2010	162 * I

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 994/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJI5497	55846469C	7366/2	01/07/2010	252 * VI
ARQ0639	55679339C	5541/1	04/06/2010	181 * XVII
AXO3333	55679519C	7366/2	31/08/2010	252 * VI
CEK2197	54657879C	5525/0	09/06/2010	181 * XV



CFS3105	55679720C	5720/0	16/06/2010	186 * I
DQJ9336	55846633C	5436/0	23/07/2010	181 * VI
IKW2997	55846717C	5541/5	12/08/2010	181 * XVII
LNK7624	55678892C	5460/0	10/08/2010	181 * IX
LXC7337	55846610C	5541/4	21/07/2010	181 * XVII
LYJ2002	55679596C	5622/2	02/06/2010	182 * VI
LZC8127	55846518C	5541/1	14/07/2010	181 * XVII
LZX2397	55678877C	5452/2	17/06/2010	181 * VIII
MAY3905	55273020C	7030/1	15/08/2010	244 * I
MBA2194	54657884C	7102/1	10/06/2010	244 * VIII
MBK1247	54657880C	7030/1	10/06/2010	244 * I
MBK1247	54657882C	5207/0	10/06/2010	169
MBT3264	55659934C	7030/2	26/08/2010	244 * I
MBT3264	55659935C	6050/2	26/08/2010	208
MBV0566	55679336C	5487/0	04/06/2010	181 * XI
MBV5370	54657878C	5525/0	09/06/2010	181 * XV
MCJ7117	55679820C	5835/0	02/08/2010	195
MCZ3963	55679230C	5541/1	18/06/2010	181 * XVII
MDD5229	55846613C	5436/0	22/07/2010	181 * VI
MDI1088	55678887C	6050/1	05/08/2010	208
MDJ7547	55679504C	6017/5	06/07/2010	206 * III
MEJ4126	55679733C	5550/0	01/07/2010	181 * XVIII
MEQ9301	55679274C	5541/1	17/08/2010	181 * XVII
MEZ8235	54657895C	7064/0	11/06/2010	244 * IV
MFJ8324	55846543C	5185/1	19/07/2010	167
MFL0749	55846536C	5541/4	16/07/2010	181 * XVII
MFV8662	55846567C	5541/5	05/08/2010	181 * XVII
MFZ8639	55272494C	5452/5	05/08/2010	181 * VIII
MGL1706	55846705C	5460/0	09/08/2010	181 * IX
MGP5625	55679287C	5550/0	26/08/2010	181 * XVIII
MGV9063	55846569C	5436/0	13/08/2010	181 * VI
MGZ2384	55846522C	5487/0	14/07/2010	181 * XI
MHK9180	55679510C	6017/5	11/08/2010	206 * III
MHL2464	55679285C	5550/0	26/08/2010	181 * XVIII
MIF0069	55679228C	5592/0	18/06/2010	1m 182 * III
MIS3252	55273077C	5452/2	10/08/2010	181 * VIII
MJZ0230	55846628C	5541/3	23/07/2010	181 * XVII

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 995/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWT8385	55679609C	6912/0	29/04/2010	R\$ 53,20	232
LXP2379	54657892C	6637/2	11/06/2010	R\$ 127,69	230 * IX
LXS1053	54657388C	6599/2	16/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
LZK5888	55678997C	6920/0	12/05/2010	R\$ 127,69	233
MBS3341	55846460C	6556/1	29/06/2010	R\$ 191,53	230 * I
MCF6632	55660025C	6700/2	20/04/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MCG6459	55679044C	6920/0	09/06/2010	R\$ 127,69	233
MDK0913	55678831C	5010/0	19/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDS9153	55660126C	6912/0	01/05/2010	R\$ 53,20	232
MDZ5592	55679088C	6920/0	09/07/2010	R\$ 127,69	233
MEI7902	55679239C	6599/2	19/06/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 996/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HWR9931	54660399C	7366/2	22/05/2010	R\$ 85,12	252 * VI
KRE3385	55659595C	7366/2	16/04/2010	R\$ 85,12	252 * VI
LZW8993	55846498C	5185/1	07/07/2010	R\$ 127,69	167
MAA2530	55659979C	7234/0	15/04/2010	R\$ 85,12	250 * I * a

MAL5237	55846622C	5541/1	23/07/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY0141	55678856C	6017/5	15/05/2010	R\$ 191,53	206 * III
MCE7605	55846461C	7048/1	29/06/2010	R\$ 191,53	244 * II
MEI7902	55679240C	5541/1	19/06/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL9491	55679494C	5436/0	01/06/2010	R\$ 85,12	181 * VI
MFO2919	55679385C	7366/2	21/05/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MHN0474	55679589C	5550/0	26/05/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHO3240	55679242C	7366/2	19/06/2010	R\$ 85,12	252 * VI
NHF3206	55679625C	5185/1	29/04/2010	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 997/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFX8257	55679129C	6920/0	26/08/2010	233
CJD8585	55679134C	6920/0	30/08/2010	233
CXW7330	55679115C	6920/0	16/08/2010	233
IBX9619	55679118C	6920/0	20/08/2010	233
JKP3777	55679125C	6920/0	23/08/2010	233
LXS8764	55679278C	6599/2	23/08/2010	230 * V
LXV9079	55679116C	6920/0	16/08/2010	233
LYW6226	55273081C	5010/0	31/08/2010	162 * I
LZS2031	55679120C	6920/0	23/08/2010	233
MBO9165	55273080C	6912/0	31/08/2010	232
MBY3518	55679121C	6920/0	23/08/2010	233
MCG6553	55679282C	6599/2	26/08/2010	230 * V
MCJ6686	55679275C	5010/0	23/08/2010	162 * I
MFE2255	55846952C	6599/2	31/08/2010	230 * V
MFJ3790	55679131C	6920/0	27/08/2010	233
MFQ6741	55679123C	6920/0	23/08/2010	233
MGZ8605	55659942C	6637/2	26/08/2010	230 * IX
MID8705	55679133C	6920/0	30/08/2010	233

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 998/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ECN1010	55679515C	7366/2	21/08/2010	252 * VI
LZE8899	55679292C	5550/0	30/08/2010	181 * XVIII
LZN4360	55846579C	5541/4	22/09/2010	181 * XVII
MAX6003	55678900C	5207/0	25/08/2010	169
MBA5995	55679277C	5541/1	23/08/2010	181 * XVII
MBM8572	55679273C	7366/2	16/08/2010	252 * VI
MCG6553	55679284C	5550/0	26/08/2010	181 * XVIII
MCX8993	55846755C	5541/1	06/09/2010	181 * XVII
MFK6882	55679281C	5550/0	26/08/2010	181 * XVIII
MGB5224	55679513C	6017/5	17/08/2010	206 * III
MGZ1817	55847001C	7056/1	30/08/2010	244 * III
MGZ1817	55847002C	5878/0	30/08/2010	199
MHA3315	55660044C	6017/4	25/08/2010	206 * III

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 999/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQV4074	55679076C	6920/0	05/07/2010	R\$ 127,69	233
IGC0756	55678989C	6920/0	07/05/2010	R\$ 127,69	233
LXS5021	54658914C	6599/2	13/07/2010	R\$ 191,53	230 * V

MDH6782	55846485C	6599/2	05/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDH6782	55846486C	6556/5	05/07/2010	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1000/2010**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKS3646	55678844C	7064/0	20/04/2010	R\$ 191,53	244 * IV
LYN0354	55846649C	5436/0	09/08/2010	R\$ 85,12	181 * VI
LZG5725	54660618C	5541/1	25/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAP7032	55846711C	5525/0	11/08/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MBD9077	55846472C	5541/4	02/07/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG2108	54657076C	5541/1	28/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD5695	55660040C	6017/5	12/07/2010	R\$ 191,53	206 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

# **Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba-Edital 1001/2010 a 1100/2011-DMutran**

## **Edital de Publicação – Diário Oficial do Município de Imbituba – DOM-SC**

**Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN**

**Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA**

**Edital 1001/2010 a 1100/2011**

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1001/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRO3354	55846729C	6599/2	24/09/2010	230 * V
LZQ7219	55846968C	5010/0	24/09/2010	162 * I
LZQ7219	55846969C	6912/0	24/09/2010	232
MAV2140	55847201C	5169/1	26/09/2010	165
MEA9330	55846722C	5010/0	14/09/2010	162 * I
MEA9330	55846723C	6599/2	14/09/2010	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1002/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRO3354	55846728C	5541/4	24/09/2010	181 * XVII
LAC5860	55660048C	5460/0	25/09/2010	181 * IX
LXM4194	55679522C	6017/5	11/09/2010	206 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1003/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CNX9677	55846665C	5010/0	13/09/2010	162 * I
IGH8209	55679155C	6920/0	17/09/2010	233
ILI5725	55679154C	6920/0	16/09/2010	233
LWV8357	55679156C	6920/0	17/09/2010	233
LXA9167	54656449C	5274/2	04/09/2010	175
LXN8570	55679905C	6726/1	19/09/2010	230 * XVIII
LXN8570	55679906C	6769/1	19/09/2010	230 * XXII
LYD5134	55679144C	6920/0	13/09/2010	233
LYX9053	54658447C	6599/2	05/01/2009	230 * V
LZD8588	55847282C	6912/0	15/10/2010	232
MAW1773	55846959C	6599/2	09/09/2010	230 * V
MAW1773	55846960C	5010/0	09/09/2010	162 * I
MAW8796	55679175C	6920/0	07/10/2010	233

MAW9356	55679114C	6920/0	13/08/2010	233
MBD1870	55679159C	6920/0	17/09/2010	233
MBE0040	55678760C	5045/0	24/07/2010	162 * V
MBF1788	55659695C	6599/2	04/09/2010	230 * V
MBF1788	55659696C	5010/0	04/09/2010	162 * I
MBK4658	55846721C	6637/2	14/09/2010	230 * IX
MBN2484	55846970C	5010/0	24/09/2010	162 * I
MBN2484	55846971C	6599/2	24/09/2010	230 * V
MBS9572	55846736C	6599/2	01/10/2010	230 * V
MBW8988	55272730C	5010/0	05/09/2010	162 * I
MCB9573	55846454C	6637/2	28/06/2010	230 * IX
MCG6553	55679153C	6920/0	16/09/2010	233
MCR1586	55846663C	6599/2	18/09/2010	230 * V
MCR1586	55846666C	5010/0	18/09/2010	162 * I
MCV2487	55678762C	6637/2	04/09/2010	230 * IX
MCY2137	55846961C	6599/2	09/09/2010	230 * V
MCY2137	55846962C	5010/0	09/09/2010	162 * I
MDP7437	55679126C	6920/0	25/08/2010	233
MDQ4891	55847212C	6599/2	16/10/2010	230 * V
MDQ4891	55847213C	5010/0	16/10/2010	162 * I
MDY3059	55846576C	5010/0	01/09/2010	162 * I
MES1992	55679176C	6920/0	13/10/2010	233
MEU0193	55679152C	6920/0	16/09/2010	233
MFC3349	55679138C	6920/0	09/09/2010	233
MFF9088	55659926C	6602/0	14/08/2010	230 * VI
MFF9088	55659927C	6637/1	14/08/2010	230 * IX
MFF9088	55659929C	6637/2	14/08/2010	230 * IX
MF3723	55679062C	6920/0	16/06/2010	233
MGC1411	55678766C	6599/2	10/10/2010	230 * V
MGI1660	55846672C	6556/5	05/10/2010	230 * I
MGI1660	55846673C	6580/0	05/10/2010	230 * IV
MGI1660	55846673C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MGN2454	55846956C	6599/2	03/09/2010	230 * V
MGN2454	55846957C	5010/0	03/09/2010	162 * I
MGW0797	54657347C	5010/0	17/09/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1004/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADG5925	54657349C	5541/4	20/09/2010	181 * XVII
ALK1150	55660046C	6017/5	14/09/2010	206 * III
CPD2622	55847291C	5541/1	17/10/2010	181 * XVII
HAN0413	55659691C	5541/1	14/08/2010	181 * XVII
IGC0756	55846731C	5541/1	24/09/2010	181 * XVII
LXA9167	54656447C	5207/0	04/09/2010	169
LXA9167	54656448C	5835/0	04/09/2010	195
LYH0178	55847262C	6050/1	13/10/2010	208
MAD8665	55847105C	6017/5	06/10/2010	206 * III
MAL2619	55679298C	5541/1	11/09/2010	181 * XVII
MAP9807	55846560C	5550/0	30/07/2010	181 * XVIII
MAU6876	54657040C	5550/0	06/01/2009	181 * XVIII
MBG5983	55846904C	7366/2	23/09/2010	252 * VI
MBO1443	55679527C	5541/1	15/09/2010	181 * XVII
MBS9572	55846735C	5541/4	01/10/2010	181 * XVII
MCB9573	55846453C	5541/1	28/06/2010	181 * XVII
MCL2294	55273973C	5967/0	17/09/2010	203 * V
MCT4429	55846905C	5452/1	23/09/2010	181 * VIII
MCV2487	55678761C	5720/0	04/09/2010	186 * I
MDJ0907	55679526C	7366/2	15/09/2010	252 * VI
MDK1364	54657037C	5991/0	03/01/2009	206 * I
MDM3587	55679299C	6017/5	15/09/2010	206 * III
MDP5395	54657977C	5541/1	06/01/2009	181 * XVII
MDQ5452	55846724C	5452/2	17/09/2010	181 * VIII
MDS7592	55846732C	5541/4	01/10/2010	181 * XVII
MET4264	54658626C	5541/1	05/01/2009	181 * XVII
MEV7985	55660049C	7366/2	13/10/2010	252 * VI
MFN7217	55846580C	5541/1	22/09/2010	181 * XVII



MFO5659	55846989C	7030/1	09/10/2010	244 * I
MGC1411	55847288C	5541/1	17/10/2010	181 * XVII
MGC1411	55847294C	5185/1	17/10/2010	167
MGW0797	54657347C	7048/2	17/09/2010	244 * II
MHD2934	55846707C	5460/0	11/08/2010	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1005/2010**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBZ9236	55679970C	6599/2	14/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBZ9236	55679971C	6637/1	14/04/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MDF3577	55659670C	6599/2	14/04/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1006/2010**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIO3194	55679986C	5967/0	22/04/2010	R\$ 191,53	203 * V
IOE0617	55846638C	6017/5	26/07/2010	R\$ 191,53	206 * III
MCJ8944	55679396C	5541/1	24/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD3237	54657075C	5541/1	25/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO8653	54657074C	5541/1	25/01/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ9486	55679827C	5207/0	17/08/2010	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1007/2010**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLF0742	55271932C	6920/0	27/12/2009	233
CWF8033	55847215C	6599/2	16/10/2010	230 * V
IID5284	55846988C	5045/0	06/10/2010	162 * V
IIF3972	55679199C	6920/0	04/11/2010	233
IJK8694	55678767C	5045/0	13/10/2010	162 * V
JNR4663	55679172C	6920/0	05/10/2010	233
LYU7946	55679171C	6920/0	05/10/2010	233
LYW6226	55679829C	6556/1	13/10/2010	230 * I
LYY3307	55679198C	6920/0	04/11/2010	233
MBF6584	55679163C	6920/0	28/09/2010	233
MBG5983	55846471C	6599/2	02/07/2010	230 * V
MCJ2642	55679072C	6920/0	30/06/2010	233
MDF8921	55679177C	6920/0	14/10/2010	233
MDJ1359	55679063C	6920/0	22/06/2010	233
MDU3142	55847202C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MEH0372	55847214C	5010/0	16/10/2010	162 * I
MEJ7335	55679070C	6920/0	30/06/2010	233
MFS8070	55679197C	6920/0	29/10/2010	233

MGF8120	55272684C	6599/2	07/07/2010	230 * V
MGK2311	55848259C	7340/0	31/10/2010	252 * IV
MHD8051	55273066C	6912/0	18/04/2010	232
MHN1236	55659224C	5010/0	07/10/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1008/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHO9552	55679550C	5525/0	02/11/2010	181 * XV
CIN2523	55847257C	5541/4	11/10/2010	181 * XVII
CVS0912	55847413C	5185/1	03/11/2010	167
DQQ2933	55847253C	5541/4	11/10/2010	181 * XVII
IIT8626	55848273C	5452/1	03/11/2010	181 * VIII
LXX7946	55679741C	6033/0	07/07/2010	206 * V
LXY5241	55274046C	5185/1	26/01/2010	167
LYW6226	55679830C	5207/0	13/10/2010	169
MAC3226	55659946C	6050/1	15/10/2010	208
MBG5983	55846470C	5436/0	02/07/2010	181 * VI
MCA4663	55848244C	5541/1	29/10/2010	181 * XVII
MCJ1825	55846490C	6025/0	06/07/2010	206 * IV
MCS2778	54657648C	5550/0	02/01/2010	181 * XVIII
MCZ5414	55848212C	5720/0	26/10/2010	186 * I
MDJ0907	55273027C	7366/2	11/10/2010	252 * VI
MDM2737	55847270C	5487/0	13/10/2010	181 * XI
MED3253	54659957C	5550/0	03/01/2010	181 * XVIII
MEF0644	55848266C	5487/0	03/11/2010	181 * XI
MFJ6320	55848267C	5487/0	03/11/2010	181 * XI
MGZ4269	55847266C	7366/2	13/10/2010	252 * VI
MHC1799	55847264C	5185/1	13/10/2010	167
MHK8084	55847205C	5541/1	11/10/2010	181 * XVII
MJM7227	55847271C	5720/0	13/10/2010	186 * I
MMM5259	55679530C	5720/0	22/10/2010	186 * I
MMM9868	55848251C	5673/1	29/10/2010	183
NHD9287	55847290C	5541/1	17/10/2010	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1009/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IAZ4763	55273970C	6599/2	10/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
IAZ4763	55273971C	5010/0	10/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXS8764	55679150C	6920/0	15/09/2010	R\$ 127,69	233
MAQ3966	55679557C	6610/1	12/05/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MAQ3966	55679558C	6645/0	12/05/2010	R\$ 127,69	230 * X
MAQ3966	55679559C	6912/0	12/05/2010	R\$ 53,20	232
MDD9824	54750904B	6637/0	18/02/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MHB0361	55846574C	5045/0	31/08/2010	R\$ 191,53	162 * V
MHB0361	55846575C	6599/2	31/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHR0931	55846659C	5010/0	03/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHR0931	55846660C	5061/0	03/09/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1010/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BSV4905	54656205C	5746/1	25/01/2009	R\$ 85,12	187 * I
MAX7595	54660012C	5452/1	12/02/2009	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1011/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFZ3797	55679181C	6920/0	05/10/2010	233
DNB5180	55273976C	6912/0	12/10/2010	232
DNB5180	55273977C	6610/2	12/10/2010	230 * VII
DPH1415	55847102C	6637/1	01/10/2010	230 * IX
IJV8487	55679188C	6920/0	18/10/2010	233
KZV4917	55272731C	6599/2	24/10/2010	230 * V
LYE7381	55679193C	6920/0	25/10/2010	233
LYP1073	55659947C	6637/2	23/10/2010	230 * IX
LYP6810	55679167C	6920/0	28/09/2010	233
LYP7172	55679184C	6920/0	06/10/2010	233
LZY0166	54658298C	6599/2	20/10/2010	230 * V
MC17518	55679158C	6920/0	17/09/2010	233
MCY5159	55679853C	5010/0	29/10/2010	162 * I
MCY5159	55679855C	6556/1	29/10/2010	230 * I
MCY5159	55848239C	6637/2	29/10/2010	230 * IX
MDE7588	55846979C	6556/1	30/09/2010	230 * I
MDE9837	55846587C	6599/2	15/10/2010	230 * V
MDE9837	55846588C	6556/5	15/10/2010	230 * I
MDT1746	55679185C	6920/0	06/10/2010	233
MDW0102	55272695C	6700/1	16/11/2010	230 * XVI
MEJ7861	55847295C	7340/0	19/10/2010	252 * IV
MEL7480	55679187C	6920/0	07/10/2010	233
MER6423	54660708C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MEX6565	55679146C	6920/0	13/09/2010	233
MFF1413	55679191C	6920/0	19/10/2010	233
MGO5402	55679140C	6920/0	10/09/2010	233
MHB8490	55847216C	5010/0	20/10/2010	162 * I
MHM0062	55846990C	5010/0	09/10/2010	162 * I
MHM0062	55846991C	6556/4	09/10/2010	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1012/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABS3688	55848281C	5550/0	05/11/2010	181 * XVIII
CME2645	55847286C	5541/1	17/10/2010	181 * XVII
DJC3592	55848240C	5541/1	29/10/2010	181 * XVII
GYA5922	55846740C	5452/5	05/10/2010	181 * VIII
IIZ0200	55679543C	5525/0	02/11/2010	181 * XV
LXD7481	55846565C	5541/1	05/08/2010	181 * XVII
MAD4423	55847502C	5541/5	16/11/2010	181 * XVII

MBR6334	55847265C	5541/1	13/10/2010	181 * XVII
MCH7456	55848304C	5452/1	31/10/2010	181 * VIII
MCZ5414	55659948C	7030/2	21/10/2010	244 * I
MDE9837	55846586C	5541/3	15/10/2010	181 * XVII
MEQ3363	55678899C	5525/0	23/08/2010	181 * XV
MET2970	55847452C	5509/0	11/11/2010	181 * XIII
MET2970	55848298C	5452/5	11/11/2010	181 * VIII
MFW7319	55847277C	5550/0	15/10/2010	181 * XVIII
MGJ3639	55848226C	5436/0	28/10/2010	181 * VI
MGJ7290	55846594C	5541/4	08/11/2010	181 * XVII
MHM0062	55846992C	5835/0	09/10/2010	195
MHU2323	55848354C	5452/2	03/11/2010	181 * VIII
MIL1966	55847003C	5967/0	31/08/2010	203 * V
MJM7887	55847287C	5541/1	17/10/2010	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1013/2010**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFL9654	55679141C	6920/0	13/09/2010	R\$ 127,69	233
CVC8362	55678848C	6700/1	20/04/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MGB3141	54657334C	6637/1	26/12/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MGD5951	55659673C	6599/2	17/04/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1014/2010**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDQ3475	55679293C	5541/3	30/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC0481	54749894B	7366/0	18/05/2008	R\$ 85,13	252 * VI
MHQ2570	55679288C	5550/0	26/08/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHV3034	55678836C	5967/0	19/04/2010	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1015/2010**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEP9050	55847972C	6920/0	25/11/2010	233
CMC9901	55274270C	6610/2	06/11/2010	230 * VII
CMC9901	55274275C	5274/3	06/11/2010	175
KMR4593	55847954C	6920/0	08/11/2010	233
KZV4917	55847503C	6912/0	12/11/2010	232
LZP1082	55274279C	5010/0	24/11/2010	162 * I
MAL8208	55847416C	6556/5	03/11/2010	230 * I
MAY0769	55847668C	6769/1	25/11/2010	230 * XXII
MBF1721	55847970C	6920/0	18/11/2010	233
MBX0988	55679180C	6920/0	05/10/2010	233

MCJ2848	55847969C	6920/0	18/11/2010	233
MCZ7903	55847154C	6599/2	21/11/2010	230 * V
MDP6831	55848286C	7340/0	07/11/2010	252 * IV
MEV8684	55679832C	5045/0	04/11/2010	162 * V
MEV8684	55679832C	6599/2	04/11/2010	230 * V
MGW0797	55846918C	6912/0	23/11/2010	232
MGW0797	55847664C	6637/2	23/11/2010	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1016/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AXY0270	55679537C	5525/0	02/11/2010	181 * XV
BCC0031	55679833C	5550/0	05/11/2010	181 * XVIII
BPI6477	55848247C	5541/4	29/10/2010	181 * XVII
HQC3889	55848264C	5525/0	03/11/2010	181 * XV
IIT8626	55848272C	5525/0	03/11/2010	181 * XV
KZV4917	55847710C	5550/0	27/11/2010	181 * XVIII
LOV3716	55846764C	5550/0	01/11/2010	181 * XVIII
LXB3176	55848263C	5185/1	31/10/2010	167
MAL8208	55847415C	5541/3	03/11/2010	181 * XVII
MAR0616	55848245C	5541/4	29/10/2010	181 * XVII
MAX9267	55846912C	5541/1	22/11/2010	181 * XVII
MAY1345	55847661C	5541/3	22/11/2010	181 * XVII
MBM7232	55847713C	5541/1	30/11/2010	181 * XVII
MEV0481	55847483C	5436/0	19/11/2010	181 * VI
MEX2063	55847405C	5185/1	28/10/2010	167
MGA3457	55847707C	5541/4	25/11/2010	181 * XVII
MGV7577	55847652C	5541/1	22/11/2010	181 * XVII
MGW0797	55847665C	5835/0	23/11/2010	195
MHN4015	55847474C	5185/1	15/11/2010	167
MHQ8276	55847411C	5185/1	02/11/2010	167
MMM5277	55846759C	5460/0	19/10/2010	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1017/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
INA3711	55679132C	6920/0	30/08/2010	R\$ 127,69	233
LXA9167	54656449C	5274/2	04/09/2010	R\$ 191,53	175
MBS7350	55679173C	6920/0	05/10/2010	R\$ 127,69	233
MET2310	55679411C	5010/0	11/05/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1018/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXA9167	54656447C	5207/0	04/09/2010	R\$ 53,20	169
LXA9167	54656448C	5835/0	04/09/2010	R\$ 127,69	195
LZX0475	55847106C	6017/5	06/10/2010	R\$ 191,53	206 * III
MET2310	55679410C	5452/5	11/05/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MGB6975	54657413C	6050/1	19/02/2010	R\$ 191,53	208
MGB6975	54657414C	5878/0	19/02/2010	R\$ 85,12	199
MGF4582	55273489C	5541/1	27/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1019/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNN2110	55847604C	6726/1	03/12/2010	230 * XVIII
BNN2110	55847605C	6637/1	03/12/2010	230 * IX
BNN2110	55847606C	6637/2	03/12/2010	230 * IX
LXD0714	55679777C	6599/2	06/11/2010	230 * V
LXD0714	55679778C	5010/0	06/11/2010	162 * I
MAN3640	55847680C	6599/2	09/12/2010	230 * V
MAR5611	55847355C	6599/2	04/11/2010	230 * V
MAR5611	55847356C	5045/0	04/11/2010	162 * V
MBI2718	55847989C	6920/0	07/12/2010	233
MBR7092	54656783C	6599/2	12/12/2010	230 * V
MBS8574	55847613C	6599/2	09/12/2010	230 * V
MDX2399	54656781C	6599/2	09/12/2010	230 * V
MDX2399	55847163C	6653/1	09/12/2010	230 * XI
MDX2399	55847164C	6637/1	09/12/2010	230 * IX
MGI4149	55847152C	6599/2	09/11/2010	230 * V
MGZ8605	55659949C	6637/2	08/11/2010	230 * IX
MGZ8605	55659950C	5010/0	08/11/2010	162 * I
MIF4449	55847737C	5010/0	10/12/2010	162 * I
MIN7209	55847507C	6580/0	28/11/2010	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1020/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BAC0005	55847757C	5541/4	13/12/2010	181 * XVII
CFS3105	55848359C	5185/1	05/11/2010	167
CRO3354	55847754C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
DVK5033	55848287C	5487/0	07/11/2010	181 * XI
IAV7946	55272736C	5541/1	02/11/2010	181 * XVII
KRE3654	55848269C	5525/0	03/11/2010	181 * XV
LXJ5138	55847472C	5185/1	15/11/2010	167
LXJ5138	55847473C	5746/1	15/11/2010	187 * I
LXW3196	55847748C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
LZG1408	55847698C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
MBC3224	55847752C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
MBN1739	55847451C	5509/0	11/11/2010	181 * XIII
MBR7092	54656784C	7048/1	12/12/2010	244 * II
MBT3264	55273083C	5215/2	02/12/2010	170
MBT3264	55273084C	5967/0	02/12/2010	203 * V
MBT8469	55847690C	5541/1	09/12/2010	181 * XVII
MCJ1524	55848279C	5380/0	05/11/2010	181 * I
MCK3765	55847223C	5541/1	02/11/2010	181 * XVII
MCW2314	55847418C	5185/1	05/11/2010	167

MEL5946	55847692C	5541/4	10/12/2010	181 * XVII
MGO0707	55846923C	5460/0	13/12/2010	181 * IX
MGY4737	55847695C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
MHF0779	55848352C	5185/1	03/11/2010	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1021/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHS8175	55848211C	6637/1	22/10/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MAC2730	55679149C	6920/0	15/09/2010	R\$ 127,69	233
MCS3605	55679142C	6920/0	13/09/2010	R\$ 127,69	233
MFM1024	55679148C	6920/0	15/09/2010	R\$ 127,69	233
MHB2436	55846986C	5010/0	06/10/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1022/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHS8175	55848213C	6050/2	22/10/2010	R\$ 191,53	208
LXC2374	55848205C	5541/1	22/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN6089	55846738C	6017/5	01/10/2010	R\$ 191,53	206 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1023/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEX5461	55679909C	5010/0	13/11/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1024/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDE5046	55848362C	5541/1	11/11/2010	181 * XVII
MED7812	55847462C	5541/1	12/11/2010	181 * XVII
MGX7114	55847723C	5541/4	09/12/2010	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1025/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GTW9234	55847962C	6920/0	12/11/2010	233
HOW5355	55847952C	6920/0	08/11/2010	233
LWS1920	55847967C	6920/0	12/11/2010	233
LWX1503	55847109C	6599/2	18/12/2010	230 * V
MCE2275	55273029C	6599/2	19/12/2010	230 * V
MCE2275	55273030C	5010/0	19/12/2010	162 * I
MCE2275	55273031C	5118/0	19/12/2010	164 c/c 162 * I
MCP1613	55848413C	6653/1	19/12/2010	230 * XI
MCW6123	55274277C	6912/0	14/11/2010	232
MDT1489	55847971C	6920/0	19/11/2010	233
MDU9721	55847960C	6920/0	10/11/2010	233
MEH0372	55679910C	5010/0	13/11/2010	162 * I
MGA9114	55847504C	5169/1	13/11/2010	165
MGA9114	55847504C	6599/2	13/11/2010	230 * V
MIB0334	55272750C	6912/0	15/12/2010	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1026/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DET3355	55272747C	5541/1	02/11/2010	181 * XVII
HPP5940	55848296C	5436/0	11/11/2010	181 * VI
LWV8612	54657389C	5525/0	11/11/2010	181 * XV
LWV8612	54657390C	5525/0	12/11/2010	181 * XV
LWX1503	55847111C	6050/2	18/12/2010	208
LXV8926	55847494C	5550/0	19/11/2010	181 * XVIII
LYT3482	55847496C	5185/1	20/11/2010	167
MCK5965	55847458C	5541/1	12/11/2010	181 * XVII
MCX1386	55847551C	5460/0	16/11/2010	181 * IX
MDI6031	55847477C	5185/1	15/11/2010	167
MET5631	55847469C	5541/1	12/11/2010	181 * XVII
MGA2641	55847454C	5541/4	11/11/2010	181 * XVII
MGQ0532	55847493C	5452/2	19/11/2010	181 * VIII
MGQ1042	55847423C	6017/5	19/11/2010	206 * III
MGT6404	55847421C	5720/0	18/11/2010	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1027/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWU4555	55846994C	6599/2	09/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAV7937	55847353C	6599/2	22/10/2010	R\$ 191,53	230 * V

MGZ1817 55846667C 6912/0 21/09/2010 R\$ 53,20 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1028/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHJ1278	55272693C	5541/1	07/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1029/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGS9191	55847731C	6599/2	09/12/2010	230 * V
AGS9191	55847732C	5045/0	09/12/2010	162 * V
BNR2566	55847158C	6599/2	30/11/2010	230 * V
DMA3703	55847691C	6610/2	09/12/2010	230 * VII
HOR0242	55847746C	6769/3	10/12/2010	230 * XXII
IDD3850	55847984C	6920/0	02/12/2010	233
INY3906	55847688C	6599/2	09/12/2010	230 * V
LXD4081	55847119C	6637/1	24/12/2010	230 * IX
LXD4081	55847793C	5274/3	24/12/2010	175
LXJ9713	55848408C	6556/5	09/12/2010	230 * I
LXO0432	55847987C	6920/0	06/12/2010	233
LXS0893	55848404C	5010/0	30/11/2010	162 * I
LXS0893	55848405C	6599/2	30/11/2010	230 * V
LYD9408	55848412C	6599/2	19/12/2010	230 * V
LYO1989	55847552C	6599/2	05/12/2010	230 * V
LYO1989	55847554C	5010/0	05/12/2010	162 * I
LYO1989	55847556C	6556/1	05/12/2010	230 * I
LYU5532	55847794C	5045/0	25/12/2010	162 * V
LYX2706	55847767C	6599/2	13/12/2010	230 * V
LYZ6826	55847727C	6599/2	09/12/2010	230 * V
LYZ6826	55847728C	5037/1	09/12/2010	162 * III
LZC8897	55847615C	5010/0	15/12/2010	162 * I
LZC8897	55847617C	6599/2	15/12/2010	230 * V
LZE5811	55847981C	6920/0	01/12/2010	233
MAV6933	55846502C	6769/3	07/07/2010	230 * XXII
MBA0135	55848000C	6920/0	29/12/2010	233
MBC3211	55847722C	5045/0	09/12/2010	162 * V
MBU2849	55679001C	6920/0	18/05/2010	233
MBX0864	55846919C	6599/2	05/12/2010	230 * V
MBX0864	55846920C	5010/0	05/12/2010	162 * I
MCK6069	55847868C	6599/2	02/01/2011	230 * V
MCK6069	55847869C	6556/1	02/01/2011	230 * I
MCS9215	55847607C	6599/2	06/12/2010	230 * V
MCS9215	55847608C	5010/0	06/12/2010	162 * I
MCW5819	55847985C	6920/0	06/12/2010	233
MDH2841	55847986C	6920/0	06/12/2010	233
MDK2823	55847978C	6920/0	29/11/2010	233
MDO8196	55847683C	5010/0	09/12/2010	162 * I
MDV1475	55847745C	5045/0	10/12/2010	162 * V
MDW5088	55847724C	6599/2	09/12/2010	230 * V
MDW5088	55847726C	6556/1	09/12/2010	230 * I
MEB2348	55846465C	5010/0	01/07/2010	162 * I
MEB2348	55846466C	6599/2	01/07/2010	230 * V
MEH1902	54108622D	6599/2	09/01/2011	230 * V
MEH1902	54108623D	6602/0	09/01/2011	230 * VI

MEL0532	55847980C	6920/0	01/12/2010	233
MET8298	55847508C	6637/2	01/12/2010	230 * IX
MEV8684	55847719C	5010/0	09/12/2010	162 * I
MEZ2438	55847739C	6599/2	10/12/2010	230 * V
MEZ2438	55847740C	5010/0	10/12/2010	162 * I
MFJ5987	55847612C	6599/2	09/12/2010	230 * V
MFT7913	54108001D	5010/0	04/01/2011	162 * I
MGE9731	55847611C	5010/0	09/12/2010	162 * I
MGG4069	55847720C	6599/2	09/12/2010	230 * V
MGL5434	55679268C	6599/2	06/07/2010	230 * V
MGR9113	55847741C	6637/2	10/12/2010	230 * IX
MGR9113	55847742C	5045/0	10/12/2010	162 * V
MG2240	55847159C	5010/0	06/12/2010	162 * I
MG2240	55847160C	5061/0	06/12/2010	163 c/c 162 * I
MG2240	55847161C	6653/1	06/12/2010	230 * XI
MGY2083	55847824C	6599/2	31/12/2010	230 * V
MHC1799	55847765C	6599/2	13/12/2010	230 * V
MHW9175	55846924C	5010/0	13/12/2010	162 * I
MHW9175	55846925C	6637/2	13/12/2010	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1030/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CMP5562	55847779C	5541/1	21/12/2010	181 * XVII
DEE9213	55847672C	5452/2	07/12/2010	181 * VIII
IGB0051	55847673C	5541/4	07/12/2010	181 * XVII
IKL6443	55847602C	7030/2	30/11/2010	244 * I
IKL6443	55847603C	5541/1	30/11/2010	181 * XVII
IZZ4466	55847681C	5541/4	09/12/2010	181 * XVII
LXD4081	55847118C	5207/0	24/12/2010	169
LXD4081	55847792C	5819/1	24/12/2010	193
LYD8001	55847766C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
LYR0734	55847679C	5550/0	09/12/2010	181 * XVIII
LYX2706	55847768C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
LZB7066	54657237C	5541/5	27/12/2010	181 * XVII
LZL6083	55847716C	5541/1	07/12/2010	181 * XVII
MBF6107	55679340C	5541/1	04/06/2010	181 * XVII
MBV0241	55678759C	6017/5	29/06/2010	206 * III
MBZ3320	55848507C	5550/0	27/12/2010	181 * XVIII
MCK6069	55847866C	7048/1	02/01/2011	244 * II
MCQ5079	55846467C	5541/1	01/07/2010	181 * XVII
MCX7581	55847789C	5541/5	24/12/2010	181 * XVII
MCZ3711	55679784C	6017/5	05/12/2010	206 * III
MCZ3711	55679785C	5835/0	05/12/2010	195
MDD2475	55847520C	5550/0	03/01/2011	181 * XVIII
MDE9039	55847753C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
MDG5169	55847763C	5541/4	13/12/2010	181 * XVII
MDS0332	55848638C	5541/1	31/12/2010	181 * XVII
MDW5088	55847725C	6050/2	09/12/2010	208
MEC0832	55847676C	5550/0	07/12/2010	181 * XVIII
MEC2269	55848665C	5541/1	26/12/2010	181 * XVII
MED8621	55847115C	6017/5	24/12/2010	206 * III
MEG3020	55847237C	5576/0	30/12/2010	182 * I
MEV5662	55847696C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
MFA2425	55847799C	5525/0	26/12/2010	181 * XV
MFK3225	55679338C	5487/0	04/06/2010	181 * XI
MGE6406	55847693C	5550/0	10/12/2010	181 * XVIII
MGM1069	55847677C	5541/3	07/12/2010	181 * XVII
MGS6204	55679788C	5541/1	27/12/2010	181 * XVII
MHA9307	55847239C	5525/0	30/12/2010	181 * XV
MHC1799	55847764C	5541/1	13/12/2010	181 * XVII
MHD7689	55273087C	5550/0	31/12/2010	181 * XVIII
MHR5708	55847429C	6017/5	03/01/2011	206 * III
MIQ0610	54108615D	5550/0	07/01/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5



(ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1031/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW6226	55680160C	6599/2	13/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBZ8881	54658297C	6912/0	20/10/2010	R\$ 53,20	232
MCB2445	55847299C	6599/2	20/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCB2445	55847300C	5045/0	20/10/2010	R\$ 191,53	162 * V
MCC1721	55679992C	5010/0	08/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCW9652	55679182C	6920/0	05/10/2010	R\$ 127,69	233
MDL1599	55679775C	6599/2	16/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGF0636	55678942C	6637/1	27/04/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MHA5405	55680091C	6700/2	29/04/2010	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1032/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJU6575	55273197C	5185/1	08/01/2010	R\$ 127,69	167
LYM9100	55679432C	5541/4	12/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LYW3183	55847417C	5541/1	15/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MAG6480	55679636C	5185/1	07/05/2010	R\$ 127,69	167
MCK9288	55679556C	5665/0	12/05/2010	R\$ 85,12	182 * X
MFA9599	55847268C	5541/1	13/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA5405	55659985C	5550/0	25/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHM2827	55846773C	5541/1	18/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1033/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BQP7890	55847955C	6920/0	08/11/2010	233
CBQ3299	55847958C	6920/0	08/11/2010	233
DUF8568	55848002C	6920/0	29/12/2010	233
IBQ7251	55847966C	6920/0	11/11/2010	233
IGQ9245	55847965C	6920/0	11/11/2010	233
LXK5923	55848411C	6599/2	19/12/2010	230 * V
MBQ9165	55848018C	6920/0	29/12/2010	233
MCH8828	55847973C	6920/0	24/11/2010	233
MEM1737	55679787C	6599/2	23/12/2010	230 * V
MET2640	55847951C	6920/0	08/11/2010	233
MFR1751	55847957C	6920/0	08/11/2010	233
MHA7311	55847961C	6920/0	11/11/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1034/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEE9213	55847697C	5550/0	13/12/2010	181 * XVII
LZW4618	55846913C	5541/1	22/11/2010	181 * XVII
MAN7914	55846782C	7030/1	20/11/2010	244 * I
MCF2309	55848609C	5541/1	26/12/2010	181 * XVII
MC02253	55847656C	5541/1	22/11/2010	181 * XVII
MDG0792	55847112C	5550/0	18/12/2010	181 * XVIII
MES3479	55847761C	5541/4	13/12/2010	181 * XVII
MHK9761	55846796C	5541/4	10/01/2011	181 * XVII
MIF0259	55847358C	5541/1	10/01/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1035/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJW3882	55659470C	6599/2	19/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXQ0501	55272688C	6556/5	30/10/2010	R\$ 191,53	230 * I
MBT0389	55679192C	6920/0	25/10/2010	R\$ 127,69	233
MBY5861	55272549C	5010/0	04/02/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1036/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HPX1393	55679534C	5525/0	02/11/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MDQ5305	55847219C	5541/1	02/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS3573	55848232C	5452/2	28/10/2010	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1037/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCO5547	55680027C	6599/2	12/01/2011	230 * V
MCO1283	55847511C	6637/2	07/12/2010	230 * IX
MEL3607	55848023C	6920/0	03/01/2011	233
MFE0238	55848027C	6920/0	03/01/2011	233
MFY1410	55847851C	6599/2	20/12/2010	230 * V

MF1410	55847852C	6556/4	20/12/2010	230 * I
MF1410	55847853C	5010/0	20/12/2010	162 * I
MF1410	55847854C	6637/1	20/12/2010	230 * IX
MF5121	55847817C	6912/0	23/12/2010	232
MGO6498	55847008C	7340/0	05/12/2010	252 * IV
MHL2184	55847857C	5010/0	20/12/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1038/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCO5547	55680026C	5460/0	12/01/2011	181 * IX
DKQ4607	54108631D	5185/1	11/01/2011	167
MDG0792	55847803C	5550/0	18/12/2010	181 * XVIII
MET9370	55847782C	5525/0	21/12/2010	181 * XV
MFN5994	54108652D	5550/0	08/01/2011	181 * XVIII
MF5121	55847816C	7030/1	23/12/2010	244 * I
MGM3013	55848230C	5460/0	28/10/2010	181 * IX
MGR3527	55847813C	5541/1	22/12/2010	181 * XVII
MHJ3569	54108601D	5550/0	06/01/2011	181 * XVIII
MJL7809	55847872C	7056/1	11/01/2011	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1039/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CRZ6229	55847975C	6920/0	24/11/2010	R\$ 127,69	233
MFV1706	55847155C	6599/2	21/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFV1706	55847156C	6637/2	21/11/2010	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1040/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CBC5982	55679549C	5185/1	02/11/2010	R\$ 127,69	167
MXV3599	55848280C	5550/0	05/11/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1041/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998

DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAT6626	55273092C	5010/0	02/01/2011	162 * I
AAT6626	55847864C	6726/1	02/01/2011	230 * XVIII
AAT6626	55847865C	6610/2	02/01/2011	230 * VII
ABE7709	55848720C	5045/0	28/12/2010	162 * V
DAY9030	55847114C	6599/2	20/12/2010	230 * V
MBY0998	55847884C	6599/2	20/01/2011	230 * V
MBY0998	55847885C	6726/1	20/01/2011	230 * XVIII
MBY0998	55847886C	6912/0	20/01/2011	232
MDJ9454	55848452C	6599/2	24/12/2010	230 * V
MHO8290	55848501C	7340/0	24/12/2010	252 * IV
MUE4755	55848453C	6556/1	24/12/2010	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1042/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CKN0111	55848613C	5541/1	26/12/2010	181 * XVII
DRM4940	55848508C	5550/0	27/12/2010	181 * XVIII
DUM3779	55847825C	5207/0	31/12/2010	169
INS0449	55847903C	5550/0	27/12/2010	181 * XVIII
LWV5773	55680117C	5541/1	29/12/2010	181 * XVII
MBH9307	55848731C	5550/0	28/12/2010	181 * XVIII
MCL3220	55848906C	5541/1	31/12/2010	181 * XVII
MDD7154	54108908D	5550/0	19/01/2011	181 * XVIII
MDE9039	55848754C	5541/1	29/12/2010	181 * XVII
MDR9528	55848735C	5541/5	29/12/2010	181 * XVII
MEI1706	55848907C	5541/1	31/12/2010	181 * XVII
MFJ7602	55848742C	5550/0	04/01/2011	181 * XVIII
MFN7217	55848757C	5541/1	29/12/2010	181 * XVII
MGN0333	55680110C	7366/2	27/12/2010	252 * VI
MHP1966	55847822C	5541/1	30/12/2010	181 * XVII
MHR6568	54657238C	5541/1	27/12/2010	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1043/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXL5592	55847729C	5541/1	09/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT4222	55848358C	5185/1	05/11/2010	R\$ 127,69	167
NHE7222	55272694C	5541/1	07/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1044/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIM9828	55848030C	6920/0	05/01/2011	233
CTJ3019	55848422C	6599/2	03/01/2011	230 * V
DUM3779	55680113C	6599/2	27/12/2010	230 * V
IGH2309	55847994C	6920/0	29/12/2010	233
KOO1616	55848940C	5010/0	20/01/2011	162 * I
KOO1616	55848941C	6599/2	20/01/2011	230 * V
LXG4791	55847995C	6920/0	29/12/2010	233
LYN2713	55847991C	6920/0	29/12/2010	233
LZA8374	55847897C	6599/2	23/01/2011	230 * V
MBD1128	55847992C	6920/0	29/12/2010	233
MBD7653	55847855C	6556/1	20/12/2010	230 * I
MCD1167	55847996C	6920/0	29/12/2010	233
MCY9793	55847999C	6920/0	29/12/2010	233
MDE0169	54108920D	5010/0	21/01/2011	162 * I
MDH4992	54657239C	5010/0	27/12/2010	162 * I
MDN2816	55847862C	6599/2	01/01/2011	230 * V
MDN2816	55847863C	6556/1	01/01/2011	230 * I
MDP0772	55847859C	5045/0	31/12/2010	162 * V
MDP1334	55848032C	6920/0	06/01/2011	233
MGM0246	55847880C	6599/2	17/01/2011	230 * V
MGM0246	55847881C	5010/0	17/01/2011	162 * I
MIM4200	55846926C	5010/0	20/01/2011	162 * I
MIM4200	55846927C	6912/0	20/01/2011	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1045/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJG6313	55848515C	5550/0	30/12/2010	181 * XVIII
ALA1046	55847802C	5550/0	18/12/2010	181 * XVIII
AOZ5302	55848233C	5487/0	28/10/2010	181 * XI
AOZ5302	55848235C	5452/1	28/10/2010	181 * VIII
AUM0135	55847431C	6017/5	03/01/2011	206 * III
BST9325	54108921D	5452/2	21/01/2011	181 * VIII
CTJ3019	55848421C	5460/0	03/01/2011	181 * IX
DKG1756	54108618D	5746/1	07/01/2011	187 * I
DKZ7155	55848669C	5541/1	30/12/2010	181 * XVII
ILE0423	55847432C	6017/5	03/01/2011	206 * III
LXW8487	55848619C	5541/1	28/12/2010	181 * XVII
LY10601	55848661C	5541/1	26/12/2010	181 * XVII
MBD9662	55848805C	5541/1	28/12/2010	181 * XVII
MBE2333	54108937D	5185/1	25/01/2011	167
MBE2333	54108937D	6564/0	25/01/2011	230 * II
MBI9625	55848715C	5568/0	27/12/2010	181 * XIX
MBT8688	55848417C	5541/1	01/01/2011	181 * XVII
MBW8676	54108009D	5550/0	08/01/2011	181 * XVIII
MCB4268	55847889C	5207/0	23/01/2011	169
MCD8388	55679533C	5525/0	02/11/2010	181 * XV
MCM5047	54108927D	5550/0	23/01/2011	181 * XVIII
MCM5382	55659225C	7030/1	07/10/2010	244 * I
MDD7827	54657116C	5550/0	04/01/2011	181 * XVIII
MDD7827	55848749C	5550/0	04/01/2011	181 * XVIII
MDH2711	54108890D	5550/0	29/01/2011	181 * XVIII
MDI6143	55848801C	5541/1	28/12/2010	181 * XVII
MDP0772	55847858C	7030/1	31/12/2010	244 * I
MDP0772	55847860C	5819/1	31/12/2010	193
MDV7991	55847811C	5541/1	21/12/2010	181 * XVII
MDX7984	55847143C	5550/0	05/01/2011	181 * XVIII
MEC1718	54657113C	5550/0	04/01/2011	181 * XVIII
MEC4998	54108629D	5550/0	09/01/2011	181 * XVIII
MEN6783	55846677C	5541/1	05/01/2011	181 * XVII
MFS9166	55847777C	5460/0	18/12/2010	181 * IX
MGF8614	55848463C	5541/1	04/01/2011	181 * XVII
MGQ9224	55848465C	5541/1	04/01/2011	181 * XVII
MGX8851	54108639D	5550/0	13/01/2011	181 * XVIII



MHE1139	55846679C	5541/1	08/01/2011	181 * XVII
MHH2661	54108869D	5550/0	23/01/2011	181 * XVIII
MHH8629	55847633C	5452/2	10/01/2011	181 * VIII
MHI1761	55848855C	5525/0	26/01/2011	181 * XV
MHX7486	55848901C	5541/1	28/12/2010	181 * XVII
MHX7486	55848935C	5452/1	16/01/2011	181 * VIII
MHZ5315	55273090C	5550/0	31/12/2010	181 * XVIII
MMI0430	55847800C	5452/1	26/12/2010	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1046/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CJD8585	55846651C	5010/0	25/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
CJD8585	55846653C	6653/1	25/08/2010	R\$ 127,69	230 * XI
CJD8585	55846654C	6637/1	25/08/2010	R\$ 127,69	230 * IX
CJD8585	55846656C	6599/2	25/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
CJD8585	55846657C	6610/2	25/08/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MCR8753	55659932C	5045/0	20/08/2010	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1047/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CJD8585	55846652C	5835/0	25/08/2010	R\$ 127,69	195
IHW6295	55848246C	5541/4	29/10/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LZK0021	55848360C	5185/1	11/11/2010	R\$ 127,69	167
MCH6224	55847486C	5550/0	19/11/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDN1843	55847419C	5207/0	18/11/2010	R\$ 53,20	169
MEI3640	55847468C	5452/2	12/11/2010	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1048/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BFB5912	55848033C	6920/0	07/01/2011	233
CYR0497	55848037C	6920/0	12/01/2011	233
DEC9109	55848034C	6920/0	07/01/2011	233
DKG1756	54108616D	6599/2	07/01/2011	230 * V
DNO4087	55848024C	6920/0	03/01/2011	233
DPL6607	55848013C	6920/0	29/12/2010	233
IFY5257	55848022C	6920/0	29/12/2010	233
ILI3717	55848016C	6920/0	29/12/2010	233
LWZ7640	55848045C	6920/0	14/01/2011	233
LXD4081	54107962D	5061/0	29/01/2011	163 c/c 162 * I
LYZ6826	55848004C	6920/0	29/12/2010	233
LZF5238	55847359C	5010/0	16/01/2011	162 * I

LZF5238	55847360C	5061/0	16/01/2011	163 c/c 162 * I
MAJ2415	54109006D	5037/1	02/02/2011	162 * III
MAN7136	54657126C	6912/0	03/02/2011	232
MAN7136	54657128C	6556/5	03/02/2011	230 * I
MBW4620	55847873C	6599/2	14/01/2011	230 * V
MBW4620	55847874C	6726/1	14/01/2011	230 * XVIII
MCO5742	55848028C	6920/0	04/01/2011	233
MCT8400	55848044C	6920/0	13/01/2011	233
MDD5590	55847634C	5010/0	16/01/2011	162 * I
MDD5590	55847635C	6599/2	16/01/2011	230 * V
MDO0168	54109004D	6599/2	02/02/2011	230 * V
MDU2569	55848764C	6602/0	07/01/2011	230 * VI
MEU5869	55848007C	6920/0	29/12/2010	233
MEV9432	55848025C	6920/0	03/01/2011	233
MGP8510	54108645D	6599/2	15/01/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1049/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DKG1756	54108617D	5550/0	07/01/2011	181 * XVIII
MBM0857	54108613D	5193/0	07/01/2011	168
MCC3673	54108948D	5550/0	29/01/2011	181 * XVIII
MEC3806	54108646D	5452/1	15/01/2011	181 * VIII
MEI8381	54108909D	5525/0	19/01/2011	181 * XV
MER4657	55847518C	5550/0	02/01/2011	181 * XVIII
MEX5328	55680125C	5541/5	12/01/2011	181 * XVII
MFO1568	54108643D	5550/0	13/01/2011	181 * XVIII
MFO7773	55848674C	5541/1	16/01/2011	181 * XVII
MGY8106	54108657D	5550/0	16/01/2011	181 * XVIII
MGZ4935	54108856D	5550/0	17/01/2011	181 * XVIII
MHQ7906	54108901D	5550/0	17/01/2011	181 * XVIII
MHQ7906	54108902D	5550/0	17/01/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1050/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDJ1730	55273082C	6726/1	26/11/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1051/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANH0942	55848657C	5541/1	26/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
IJC1408	55847662C	5541/3	22/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1052/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJA8118	55848006C	6920/0	29/12/2010	233
CQT4460	55848008C	6920/0	29/12/2010	233
GQI6400	55847525C	7340/0	31/01/2011	252 * IV
GQI6400	55847526C	6637/1	31/01/2011	230 * IX
GZX5189	55848001C	6920/0	29/12/2010	233
HBH6921	55848048C	6920/0	18/01/2011	233
IKI9585	55848058C	6920/0	25/01/2011	233
JYY0057	55848430C	5169/1	13/02/2011	165
LXB1656	54108916D	5010/0	19/01/2011	162 * I
LXH6559	55848682C	5045/0	06/02/2011	162 * V
LYC8993	55848073C	6920/0	10/02/2011	233
MAR9794	55848564C	6912/0	11/01/2011	232
MAY3840	55848010C	6920/0	29/12/2010	233
MBB7555	55847441C	5010/0	09/02/2011	162 * I
MCF7657	54108701D	6599/2	09/01/2011	230 * V
MCJ1706	54657132C	6599/2	09/02/2011	230 * V
MCJ8483	55848003C	6920/0	29/12/2010	233
MCX1862	55847892C	6556/1	23/01/2011	230 * I
MCX1862	55847893C	6556/4	23/01/2011	230 * I
MEY3562	55847899C	5010/0	26/01/2011	162 * I
MFN1603	55848524C	5045/0	19/01/2011	162 * V
MGM2932	55848424C	6599/2	06/02/2011	230 * V
MGM2932	55848425C	5010/0	06/02/2011	162 * I
MHB4377	55848929C	5010/0	15/01/2011	162 * I
MHJ0258	55847442C	5010/0	09/02/2011	162 * I
MHL5153	54108056D	5010/0	10/02/2011	162 * I
MIB9924	54108067D	5010/0	13/02/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1053/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJY2535	54109010D	5550/0	05/02/2011	181 * XVIII
GQI6400	55847524C	5185/1	31/01/2011	167
HPL9704	55847436C	7366/2	07/01/2011	252 * VI
JZI2906	54108627D	5550/0	09/01/2011	181 * XVIII
LZW3229	55680030C	5550/0	05/02/2011	181 * XVIII
MAN8695	54108898D	5550/0	29/01/2011	181 * XVIII
MAT7454	55848429C	5835/0	09/02/2011	195
MDY7633	54107603D	5550/0	09/02/2011	181 * XVIII
MEI8381	54108905D	5525/0	17/01/2011	181 * XV
MEJ2146	55848684C	7030/2	07/02/2011	244 * I
MGE7419	54107954D	5550/0	16/01/2011	181 * XVIII
MGJ5238	54107933D	5541/1	17/01/2011	181 * XVII
MGQ1188	54108897D	5550/0	05/02/2011	181 * XVIII
MHG0964	54108917D	5967/0	19/01/2011	203 * V
MHX3838	55847054C	5878/0	21/01/2011	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1054/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEC9109	55846999C	6599/2	17/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
DEC9109	55847000C	5045/0	17/12/2010	R\$ 191,53	162 * V
LZH5602	55847512C	6602/0	11/12/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MCJ3619	54658254C	6556/1	11/01/2009	R\$ 191,53	230 * I
MCJ3619	54658254C	6610/2	11/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MED8480	55847687C	6602/0	09/12/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MFF9724	55846997C	5037/1	17/12/2010	R\$ 574,61	162 * III
MFF9724	55846998C	6599/2	17/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGS8231	54656786C	5010/0	12/12/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1055/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAI9824	55848406C	5541/1	03/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
CSJ7574	55848738C	5550/0	04/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCS4501	55847657C	5436/0	22/11/2010	R\$ 85,12	181 * VI
MDO7159	55847653C	5541/1	22/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS8231	54656785C	7048/1	12/12/2010	R\$ 191,53	244 * II
MHM5660	55847116C	5541/4	24/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD0089	55847700C	5541/1	13/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1056/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGA2009	54108082D	6599/2	25/02/2011	230 * V
BSI9788	55848070C	6920/0	04/02/2011	233
CBQ2290	55847536C	6599/2	20/02/2011	230 * V
CBQ2290	55847537C	6637/2	20/02/2011	230 * IX
CBQ2290	55847538C	6637/1	20/02/2011	230 * IX
CBQ2290	55847539C	6637/1	20/02/2011	230 * IX
CBQ2290	55847540C	6637/1	20/02/2011	230 * IX
CBQ2290	55847541C	6670/0	20/02/2011	230 * XIII
DPT4811	55848063C	6920/0	28/01/2011	233
HPH4633	55846684C	6599/2	13/02/2011	230 * V
IBD5466	55273095C	6599/2	04/02/2011	230 * V
IBD5466	55847900C	5010/0	04/02/2011	162 * I
IHD3271	55847940C	6556/4	24/01/2011	230 * I
IHD3271	55847941C	6556/1	24/01/2011	230 * I
IHD3271	55847942C	6599/2	24/01/2011	230 * V
IHD3271	55847943C	6637/2	24/01/2011	230 * IX
IHD3271	55847945C	6912/0	24/01/2011	232
KDL1317	54108016D	5029/1	28/01/2011	162 * II
LXF3137	54108919D	6599/2	21/01/2011	230 * V
LXI6821	55847543C	5010/0	23/02/2011	162 * I
LXJ7578	55848062C	6920/0	26/01/2011	233
LXW7226	54657121C	5010/0	03/02/2011	162 * I

LXW7226	54657122C	6599/2	03/02/2011	230 * V
LYB5747	55848942C	6599/2	20/01/2011	230 * V
LYG3195	55847643C	6599/2	31/01/2011	230 * V
LYG3195	55847644C	5010/0	31/01/2011	162 * I
LYO8121	54109015D	5010/0	06/02/2011	162 * I
LYO8121	54109015D	6599/2	06/02/2011	230 * V
LYT2640	55848059C	6920/0	25/01/2011	233
LYV1425	55846680C	6599/2	02/02/2011	230 * V
LYV1425	55846681C	6912/0	02/02/2011	232
LZK3200	55848570C	6599/2	05/02/2011	230 * V
LZS4352	55847241C	5010/0	29/01/2011	162 * I
LZS4352	55847241C	6599/2	29/01/2011	230 * V
LZS9755	55848067C	6920/0	31/01/2011	233
MAU6924	54108946D	6912/0	29/01/2011	232
MBA0743	54108052D	5010/0	07/02/2011	162 * I
MBA0743	54108054D	6912/0	07/02/2011	232
MBF1721	55848476C	6912/0	04/02/2011	232
MCC7861	54108918D	5010/0	21/01/2011	162 * I
MCD8754	54657133C	6599/2	18/02/2011	230 * V
MCR7179	54657127C	6599/2	03/02/2011	230 * V
MCW3629	55848056C	6920/0	21/01/2011	233
MDI1845	54109019D	5010/0	06/02/2011	162 * I
MDI1845	54109019D	6599/2	06/02/2011	230 * V
MDK0913	54109007D	5010/0	02/02/2011	162 * I
MDQ4625	55273041C	6556/1	24/02/2011	230 * I
MDR1033	54109003D	6599/2	02/02/2011	230 * V
MDS3667	55848087C	6920/0	17/02/2011	233
MDT4360	55847544C	6556/4	26/02/2011	230 * I
MDT4360	55847544C	6599/2	26/02/2011	230 * V
MEB8639	54107602D	7340/0	06/02/2011	252 * IV
MEI4575	55847242C	5010/0	29/01/2011	162 * I
MEI6930	54109022D	6599/2	09/02/2011	230 * V
MEU8654	55680028C	5010/0	27/01/2011	162 * I
MEY9993	55848691C	6599/2	20/02/2011	230 * V
MFC6346	54657130C	7340/0	09/02/2011	252 * IV
MFC6346	54657131C	6912/0	09/02/2011	232
MFF6508	54107945D	6599/2	07/02/2011	230 * V
MFF6508	54107946D	5010/0	07/02/2011	162 * I
MFF6508	54107947D	5118/0	07/02/2011	164 c/c 162 * I
MFG7796	55274283C	5010/0	30/01/2011	162 * I
MFG7796	55274287C	5061/0	30/01/2011	163 c/c 162 * I
MFL7138	55848431C	6599/2	21/02/2011	230 * V
MFQ9316	55848863C	6700/1	09/02/2011	230 * XVI
MFT0009	55680029C	6599/2	28/01/2011	230 * V
MGI3628	55848433C	6599/2	24/02/2011	230 * V
MGP8770	54109020D	5010/0	06/02/2011	162 * I
MGP8770	54109020D	6912/0	06/02/2011	232
MGQ5040	54109002D	6912/0	01/02/2011	232
MGQ9254	54108060D	7340/0	10/02/2011	252 * IV
MGR8706	55847231C	5037/1	29/01/2011	162 * III
MGU0023	55848061C	6920/0	26/01/2011	233
MGV7879	55848483C	5045/0	09/02/2011	162 * V
MHI4269	55847947C	6599/2	25/01/2011	230 * V
MHI4524	54109008D	5010/0	02/02/2011	162 * I
MHI4524	54109008D	6599/2	02/02/2011	230 * V
MHR1780	55848950C	6599/2	02/02/2011	230 * V
MXH5479	55274289C	5010/0	05/02/2011	162 * I
MIE1579	55846930C	5010/0	28/02/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1057/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIC3684	55847939C	5193/0	23/01/2011	168
CIU5931	55273035C	5541/1	03/02/2011	181 * XVII
CJD5055	54108895D	5550/0	29/01/2011	181 * XVIII
CVE5231	54108881D	5525/0	27/01/2011	181 * XV
DMH5104	54108922D	5525/0	21/01/2011	181 * XV



IMJ6399	55848529C	7366/2	09/02/2011	252 * VI
LCV9088	54108923D	5550/0	23/01/2011	181 * XVIII
LYD8228	54109012D	7366/2	05/02/2011	252 * VI
MAY2285	54108900D	5550/0	05/02/2011	181 * XVIII
MBF1721	55848475C	7030/2	04/02/2011	244 * I
MBN1196	54108878D	5550/0	27/01/2011	181 * XVIII
MBZ6171	55680128C	7056/1	29/01/2011	244 * III
MCK9287	54108899D	5550/0	05/02/2011	181 * XVIII
MDU9369	54109044D	5436/0	22/02/2011	181 * VI
MEG2298	54108932D	5550/0	23/01/2011	181 * XVIII
MEL6552	54107956D	6335/0	22/01/2011	220 * VIII
MEL6552	54107957D	5720/0	22/01/2011	186 * I
MEL6552	54107959D	5835/0	22/01/2011	195
MEL9207	54108870D	5550/0	23/01/2011	181 * XVIII
MFG7796	55274285C	5215/1	30/01/2011	170
MFG7796	55274286C	5215/2	30/01/2011	170
MFG7796	55274288C	5835/0	30/01/2011	195
MFN8908	55847361C	5525/0	30/01/2011	181 * XV
MGE5708	54107949D	5525/0	08/02/2011	181 * XV
MGH8103	55847646C	7030/1	31/01/2011	244 * I
MGJ9653	55848946C	5185/2	23/01/2011	167
MJC0772	54108876D	5550/0	27/01/2011	181 * XVIII
MJC1420	54108862D	5550/0	21/01/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1058/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOB6786	55846910C	6599/2	15/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
BOB6786	55846911C	5274/2	15/11/2010	R\$ 191,53	175
MDY2622	55847795C	7340/0	25/12/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MEK7301	55848012C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
MGN2646	55659945C	5274/2	10/10/2010	R\$ 191,53	175
MHM2930	55848414C	6599/2	30/12/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1059/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY4638	55848292C	5452/5	09/11/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MAE5747	55679859C	5746/1	30/12/2010	R\$ 85,12	187 * I
MBK5411	55847694C	5541/4	13/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX7898	55679845C	5550/0	01/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDX3165	55847354C	5746/1	14/01/2011	R\$ 85,12	187 * I
MDX7215	55848701C	5541/1	27/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH8669	55848732C	5541/4	28/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU8611	55847420C	5720/0	18/11/2010	R\$ 127,69	186 * I
MFS9166	55847777C	5460/0	18/12/2010	R\$ 85,12	181 * IX
MGC5724	55847810C	5541/1	21/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM3277	55847783C	5525/0	21/12/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MHS0503	55848615C	5541/1	26/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1060/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKJ6484	54109027D	6599/2	14/02/2011	230 * V
AKJ6484	54109027D	6912/0	14/02/2011	232
BFE8627	55272725C	6580/0	20/04/2010	230 * IV
BJQ3614	55678962C	6920/0	19/04/2010	233
CGH4999	55678964C	6920/0	16/04/2010	233
IAS3605	55678965C	6920/0	19/04/2010	233
LXK8278	55273067C	5010/0	20/04/2010	162 * I
LXK8278	55273068C	6556/3	21/04/2010	230 * I
LXT8747	55848072C	6920/0	10/02/2011	233
LXX1216	55272672C	6599/2	20/04/2010	230 * V
LXX1216	55272673C	5010/0	20/04/2010	162 * I
LYP6466	55848076C	6920/0	16/02/2011	233
LZS9692	55272839C	5010/0	18/04/2010	162 * I
MAF2900	55678963C	6920/0	19/04/2010	233
MAT7110	54108074D	6599/2	16/02/2011	230 * V
MAW4765	55679901C	6599/2	19/04/2010	230 * V
MBK2694	55272726C	7340/0	20/04/2010	252 * IV
MBK6163	54109001D	5045/0	01/02/2011	162 * V
MBN3141	55678826C	6599/2	19/04/2010	230 * V
MBN6605	54108069D	7340/0	13/02/2011	252 * IV
MBP3919	54108752D	6556/4	11/03/2011	230 * I
MBR6443	55847531C	6599/2	11/02/2011	230 * V
MBR6443	55847532C	5045/0	11/02/2011	162 * V
MBX8947	55272840C	6637/1	18/04/2010	230 * IX
MCM4517	55678967C	6920/0	20/04/2010	233
MDJ1862	54108061D	5010/0	13/02/2011	162 * I
MDJ1862	54108063D	6912/0	13/02/2011	232
MDK0913	55678831C	5010/0	19/04/2010	162 * I
MDP6831	55678969C	6920/0	20/04/2010	233
MDQ4625	55848091C	6920/0	02/03/2011	233
MDV2585	54108027D	6610/2	13/02/2011	230 * VII
MDV2585	54108028D	6637/1	13/02/2011	230 * IX
MDV2585	54108029D	6653/1	13/02/2011	230 * XI
MDV2585	54108670D	5274/1	13/02/2011	175
MDV2585	54108671D	5045/0	13/02/2011	162 * V
MDY6849	55848428C	6599/2	06/02/2011	230 * V
MDZ2838	54107731D	6599/2	14/03/2011	230 * V
MEA1471	55848567C	6912/0	05/02/2011	232
MEA1471	55848568C	5045/0	05/02/2011	162 * V
MEN5295	55846686C	6912/0	03/03/2011	232
MFD1228	55848767C	6912/0	13/02/2011	232
MFM0577	54107703D	5045/0	11/03/2011	162 * V
MFR5929	54657140C	6599/2	11/03/2011	230 * V
MFS1069	54109030D	6599/2	14/02/2011	230 * V
MFT6522	55848681C	6637/2	04/02/2011	230 * IX
MFZ8990	55273967C	6602/0	20/04/2010	230 * VI
MGA7996	54107976D	6912/0	02/03/2011	232
MGA7996	54107977D	6610/2	02/03/2011	230 * VII
MGE9731	55659978C	6599/2	15/04/2010	230 * V
MGJ4852	55846682C	5010/0	13/02/2011	162 * I
MGR5222	54109031D	5010/0	17/02/2011	162 * I
MGR5222	54109031D	6599/2	17/02/2011	230 * V
MGW0797	54108755D	6912/0	13/03/2011	232
MGW8213	55678843C	7340/0	20/04/2010	252 * IV
MGX3977	54108810D	5010/0	12/02/2011	162 * I
MGX3977	54108811D	5118/0	12/02/2011	164 c/c 162 * I
MGX3977	54108812D	6610/2	12/02/2011	230 * VII
MHN4422	55847534C	7340/0	17/02/2011	252 * IV
MJK1659	54108687D	5037/1	11/03/2011	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1061/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA

INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDF8220	55678830C	5185/1	19/04/2010	167
IBL0366	55678939C	5550/0	25/04/2010	181 * XVIII
IJY4858	55679354C	5380/0	17/05/2010	181 * I
IMV1659	54107626D	5541/1	09/03/2011	181 * XVII
LXE9246	55848859C	5479/0	04/02/2011	181 * X
LXJ4856	55678916C	5541/1	23/04/2010	181 * XVII
MAM8228	55679792C	5541/1	05/02/2011	181 * XVII
MAN9883	55679562C	5550/0	17/05/2010	181 * XVIII
MBQ3091	55678837C	5967/0	19/04/2010	203 * V
MCV3191	54108049D	5541/5	07/03/2011	181 * XVII
MDV2585	54108669D	5819/1	13/02/2011	193
MEN2191	54107636D	5967/0	11/03/2011	203 * V
MEU9509	55274292C	5550/0	15/02/2011	181 * XVIII
MEV0481	55847545C	5541/4	01/03/2011	181 * XVII
MFQ8637	55679987C	5967/0	22/04/2010	203 * V
MGA3014	55660029C	5967/0	26/04/2010	203 * V
MGH9834	55679983C	5967/0	22/04/2010	203 * V
MGR5222	54109033D	6050/2	17/02/2011	208
MGV2869	54108022D	5207/0	11/02/2011	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1062/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALD2354	55847998C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
BHO5416	54658295C	6599/2	20/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
ICW3469	55271981C	6920/0	12/02/2010	R\$ 127,69	233
LYW6226	55272827C	5169/1	12/02/2010	R\$ 957,69	165
LYW6226	55272828C	5010/0	12/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEL9099	54108911D	6599/2	19/01/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1063/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJT3915	55847826C	5550/0	03/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
ALG1412	54659185C	7366/2	08/07/2009	R\$ 85,12	252 * VI
LZO5323	55848469C	5525/0	08/01/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MBZ4617	55847127C	7030/1	01/01/2011	R\$ 191,53	244 * I
MCD0416	55847631C	5541/1	02/01/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE2267	54108625D	5550/0	09/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEL9099	54108912D	5541/1	19/01/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1064/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA

INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCO5547	54657146C	5045/0	11/03/2011	162 * V
MDW0479	55847542C	6599/2	23/02/2011	230 * V
MFV5570	54108753D	6599/2	11/03/2011	230 * V
MGF8564	54109039D	6556/5	18/02/2011	230 * I
MGF8564	54109039D	6599/2	18/02/2011	230 * V
MGV2182	54107641D	6599/2	14/03/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1065/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGO7184	54107970D	5207/0	14/02/2011	169
MHM8190	55274291C	5550/0	15/02/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1066/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWY1158	55848015C	6920/0	29/12/2010	R\$ 127,69	233
LZZ3870	55847642C	6599/2	28/01/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1067/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHM0299	55679790C	6599/2	02/02/2011	230 * V
DAY9030	54107617D	6610/2	18/02/2011	230 * VII
IJJ1000	54657134C	6599/2	24/02/2011	230 * V
IKF8099	55848102C	6920/0	15/03/2011	233
LYJ3152	54109026D	6912/0	14/02/2011	232
LZV1741	54109034D	6769/1	17/02/2011	230 * XXII
MAV2300	55848107C	6920/0	22/03/2011	233
MBQ2866	54109024D	7340/0	09/02/2011	252 * IV
MCL4931	54108075D	6556/1	19/02/2011	230 * I
MCL4931	54108076D	6599/2	19/02/2011	230 * V
MCL4931	54108077D	5045/0	19/02/2011	162 * V
MCM7049	54107858D	6599/2	26/03/2011	230 * V
MCP7223	54107990D	5045/0	23/03/2011	162 * V
MCP7223	54107991D	5142/0	23/03/2011	164 c/c 162 * V
MDL2842	54657761C	6599/2	24/02/2011	230 * V
MDS3667	55273099C	5274/1	27/03/2011	175

MDS3667	55273100C	6653/1	27/03/2011	230 * XI
MDU2569	54108716D	5274/2	05/02/2011	175
MED9108	54109036D	5010/0	18/02/2011	162 * I
MED9108	54109036D	6599/2	18/02/2011	230 * V
MEN5295	54108094D	7340/0	18/03/2011	252 * IV
MFD8019	54108095D	6599/2	19/03/2011	230 * V
MFD8019	54108096D	5010/0	19/03/2011	162 * I
MFH0158	54109025D	6599/2	14/02/2011	230 * V
MFL7469	55848571C	5010/0	14/02/2011	162 * I
MFL7469	55848572C	6599/2	14/02/2011	230 * V
MHG0037	55848696C	5045/0	22/02/2011	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1068/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDR0119	54108098D	7056/1	19/03/2011	244 * III
MDS3667	55273098C	5835/0	27/03/2011	195
MED9108	54109037D	6050/2	18/02/2011	208
MEJ6592	54108058D	5541/1	10/02/2011	181 * XVII
MFD8019	54108097D	7056/1	19/03/2011	244 * III
MGX7014	55847368C	7366/2	18/03/2011	252 * VI
MHY0121	54107989D	5738/0	23/03/2011	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1069/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ILK2110	55848026C	6920/0	03/01/2011	R\$ 127,69	233
MHM0293	55847871C	5010/0	08/01/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1070/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGC3987	55848079C	6920/0	16/02/2011	233
BOB6786	55848576C	6548/2	19/02/2011	229
BRR6801	54107618D	6769/2	02/03/2011	230 * XXII
CCD2202	55846928C	5045/0	28/02/2011	162 * V
CCD2202	55846929C	6637/1	28/02/2011	230 * IX
EEW6023	55848094C	6920/0	04/03/2011	233
ICM8125	54109046D	6769/3	01/03/2011	230 * XXII
IEU1413	55848093C	6920/0	09/03/2011	233
INL6124	55848085C	6920/0	17/02/2011	233
LZP9824	54109047D	6769/3	01/03/2011	230 * XXII
MBP3919	55848104C	6920/0	16/03/2011	233
MCG8794	54657764C	5045/0	02/03/2011	162 * V



MCN5421	55848110C	6920/0	22/03/2011	233
MCR1964	55678773C	5010/0	26/02/2011	162 * I
MCR1964	55678774C	6556/5	26/02/2011	230 * I
MDA1012	54657169C	5010/0	10/03/2009	162 * I
MDL8611	55848050C	6920/0	20/01/2011	233
MDO8196	54109048D	5010/0	02/03/2011	162 * I
MEN0185	54108815D	5010/0	02/03/2011	162 * I
MEN0185	54108815D	6599/2	02/03/2011	230 * V
MEU9021	55848688C	5169/1	17/02/2011	165
MFF9851	55848080C	6920/0	16/02/2011	233
MGG5845	55680035C	5010/0	07/03/2011	162 * I
MGZ1738	54108087D	5010/0	09/03/2011	162 * I
MHB8490	54658908C	6912/0	20/02/2009	232
MHZ2787	54108814D	5010/0	02/03/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1071/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DJC7625	54658733C	5541/4	25/02/2009	181 * XVII
HPO4192	54657136C	5460/0	05/03/2011	181 * IX
HPO4192	54657137C	5452/1	05/03/2011	181 * VIII
IHP4845	54660261C	7366/2	25/02/2009	252 * VI
JNF0395	54108033D	5568/0	06/03/2011	181 * XIX
LYY2512	55273975C	5452/1	04/03/2011	181 * VIII
MCR1964	54108677D	5266/3	26/02/2011	174
MDH8776	54660266C	5541/1	25/02/2009	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1072/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXA4138	55848036C	6920/0	11/01/2011	R\$ 127,69	233
LYL9920	55848053C	6920/0	20/01/2011	R\$ 127,69	233
MEV4022	55848931C	6645/0	16/01/2011	R\$ 127,69	230 * X
MEV4022	55848933C	6556/1	16/01/2011	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1073/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV1706	55847010C	6050/1	04/02/2011	R\$ 191,53	208
MID3427	55847522C	5541/1	19/01/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE4014	55274281C	5550/0	28/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI

9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1074/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAO5332	55847948C	6912/0	12/03/2011	232
HPB6507	55848095C	6920/0	04/03/2011	233
IHJ5550	54108951D	6599/2	05/03/2011	230 * V
JPL7079	54107728D	6599/2	14/03/2011	230 * V
JPL7079	54107730D	5045/0	14/03/2011	162 * V
KMV9799	54107707D	6599/2	13/03/2011	230 * V
KMV9799	54107708D	5045/0	13/03/2011	162 * V
LXB4823	55847365C	5169/1	13/03/2011	165
LXB4823	55847367C	6599/2	13/03/2011	230 * V
LXE1794	55848585C	6599/2	11/03/2011	230 * V
LXE1794	55848586C	5010/0	11/03/2011	162 * I
LXE1794	55848587C	5118/0	11/03/2011	164 c/c 162 * I
LXM0077	55272847C	5010/0	02/04/2011	162 * I
LXU6559	54108088D	6599/2	12/03/2011	230 * V
LXU6559	54108089D	6556/4	12/03/2011	230 * I
LXU6559	54108090D	5010/0	12/03/2011	162 * I
LXU6559	54108091D	6637/1	12/03/2011	230 * IX
LXV0953	55848096C	6920/0	04/03/2011	233
LYI7952	55848434C	6599/2	02/03/2011	230 * V
LZP6977	54107726D	6599/2	14/03/2011	230 * V
LZW0944	54108692D	5010/0	11/03/2011	162 * I
LZW0944	54108693D	6599/2	11/03/2011	230 * V
MBB3660	54107640D	6599/2	11/03/2011	230 * V
MBR9691	55273094C	5037/1	15/01/2011	162 * III
MBS5280	54107710D	5169/1	13/03/2011	165
MBS5280	54107711D	6637/2	13/03/2011	230 * IX
MBS5280	54107712D	6769/1	13/03/2011	230 * XXII
MCF2992	54108612D	6556/5	07/01/2011	230 * I
MCI4202	54657143C	5010/0	11/03/2011	162 * I
MCW2479	54107808D	6599/2	05/04/2011	230 * V
MDC8365	54108758D	5045/0	14/03/2011	162 * V
MDS4691	55848679C	6700/1	23/01/2011	230 * XVI
MEM4276	54108092D	6556/1	18/03/2011	230 * I
MEM4276	54108092D	6556/4	18/03/2011	230 * I
MEN8921	54107634D	5010/0	11/03/2011	162 * I
MEN8921	54107635D	6599/2	11/03/2011	230 * V
MEP2421	54108684D	5010/0	11/03/2011	162 * I
MFE4557	54108695D	5010/0	11/03/2011	162 * I
MFE4557	54108696D	6599/2	11/03/2011	230 * V
MGJ4438	55848584C	5045/0	11/03/2011	162 * V
MHV7302	54108688D	5045/0	11/03/2011	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1075/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJF8689	55847373C	5541/1	05/04/2011	181 * XVII
LXK2348	54656278C	5541/1	08/02/2009	181 * XVII
MAC6318	54107652D	5991/0	12/03/2011	206 * I
MBZ1728	55847364C	5460/0	11/03/2011	181 * IX
MFN1603	55847182C	6025/0	10/03/2011	206 * IV
MGT2217	54107861D	5541/4	05/04/2011	181 * XVII
MHA3743	55848486C	5967/0	11/03/2011	203 * V
MHP4624	55847372C	5541/1	05/04/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1076/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBI0432	55678772C	6599/2	11/02/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1077/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGN5178	55847641C	5541/1	28/01/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1078/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABV8491	55848132C	6920/0	05/04/2011	233
BGU2386	55272848C	6610/2	15/04/2011	230 * VII
BGU2386	55272849C	6912/0	15/04/2011	232
BGU2386	55272850C	6610/2	15/04/2011	230 * VII
GJT0705	55848097C	6920/0	04/03/2011	233
LXA2297	54107853D	5010/0	26/03/2011	162 * I
LXA2297	54107855D	5118/0	26/03/2011	164 c/c 162 * I
LXN3647	54107807D	6599/2	24/03/2011	230 * V
LXR8520	55848101C	6920/0	15/03/2011	233
LYG8748	55273982C	6548/2	26/03/2011	229
LYI0860	54107866D	5045/0	16/04/2011	162 * V
LYI0860	54107867D	6599/2	16/04/2011	230 * V
LYJ9709	55847248C	5010/0	15/04/2011	162 * I
LYJ9709	55847248C	6599/2	15/04/2011	230 * V
MAL2619	55848108C	6920/0	22/03/2011	233
MEH6701	55848137C	6920/0	13/04/2011	233
MEL2270	54107863D	5118/0	13/04/2011	164 c/c 162 * I
MEL2270	54107864D	6556/5	13/04/2011	230 * I
MEL2270	54107865D	5010/0	13/04/2011	162 * I
MEL2270	55848139C	6920/0	14/04/2011	233
MFB1207	55848436C	6599/2	25/03/2011	230 * V
MJA5579	54107802D	6912/0	21/03/2011	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1079/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH1356	54108689D	5967/0	11/03/2011	203 * V
MFM3068	54107851D	5550/0	26/03/2011	181 * XVIII
MHW6853	54107852D	5452/1	26/03/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1080/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWX0787	55848573C	6548/2	19/02/2011	R\$ 85,12	229
LXL3361	55678769C	5010/0	08/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAX7034	55848427C	6556/1	06/02/2011	R\$ 191,53	230 * I
MBR9691	55273094C	5037/1	15/01/2011	R\$ 574,61	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1081/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AUE1414	54108894D	5550/0	29/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
BOR6209	54108877D	5550/0	29/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXU4046	54108943D	5509/0	27/01/2011	R\$ 85,12	181 * XIII
MGD0774	54108012D	5550/0	24/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGZ8161	54107951D	7056/1	04/01/2011	R\$ 191,53	244 * III
MGZ8161	54107952D	5835/0	04/01/2011	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1082/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFT3736	55848117C	6920/0	23/03/2011	233
BNZ7010	55848113C	6920/0	23/03/2011	233
LZO2183	55848119C	6920/0	24/03/2011	233
MAI0560	55848875C	5010/0	14/03/2011	162 * I
MAI0560	55848877C	6912/0	14/03/2011	232
MBJ1499	55847647C	6599/2	04/04/2011	230 * V
MBJ1499	55847648C	5010/0	04/04/2011	162 * I
MBK2694	54107859D	5037/1	01/04/2011	162 * III
MBS5258	55848123C	6920/0	24/03/2011	233

MEC0898	54107814D	6599/2	25/04/2011	230 * V
MFS7920	55848125C	6920/0	30/03/2011	233
MGI2240	55848141C	6920/0	19/04/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1083/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAI0560	55848876C	5835/0	14/03/2011	195
MAJ9973	55847562C	5541/4	26/04/2011	181 * XVII
MGS6522	54107657D	5452/1	20/04/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1084/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXF8472	54108084D	6637/1	28/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXL3361	55678768C	6599/2	08/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYU9005	54107619D	6637/1	05/03/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LYU9005	54107620D	6769/3	05/03/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
MDM9468	54107604D	6637/2	10/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDV8418	54109018D	6599/2	06/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEL7927	55678771C	6556/5	09/02/2011	R\$ 191,53	230 * I
MEV8674	55848683C	5045/0	06/02/2011	R\$ 191,53	162 * V
MHN1367	54108065D	6912/0	13/02/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1085/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JPG7946	54108941D	5550/0	29/01/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
LWV6054	55847529C	5185/1	06/02/2011	R\$ 127,69	167
MAJ6974	55680131C	7366/2	06/03/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MEL0137	55848766C	5541/1	03/02/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY8086	54107963D	7056/1	30/01/2011	R\$ 191,53	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1086/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998



DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXR1835	54107984D	6971/0	08/03/2011	238
LZJ8090	55848878C	5010/0	22/04/2011	162 * I
LZJ8090	55848879C	6599/2	22/04/2011	230 * V
LZJ8090	55848880C	6637/2	22/04/2011	230 * IX
MAK4860	55679866C	6599/2	26/04/2011	230 * V
MCC0898	54107815D	6556/1	25/04/2011	230 * I
MER6423	55847573C	6556/3	28/04/2011	230 * I
MEZ0392	55847568C	5010/0	26/04/2011	162 * I
NBP5799	55848147C	6920/0	19/04/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1087/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAK4860	55679866C	5550/0	26/04/2011	181 * XVIII
MEN7046	54107890D	6858/0	26/04/2011	231 * VII
MER6423	55847566C	5835/0	28/04/2011	195
MER6423	55847572C	5207/0	28/04/2011	169
MER6423	55847575C	5215/1	28/04/2011	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1088/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTU1482	55659697C	5010/0	14/11/2010	162 * I
BTU1482	55659698C	5169/1	14/11/2010	165
LYA4489	55680037C	5010/0	06/04/2011	162 * I
LYA4489	55680038C	6637/2	06/04/2011	230 * IX
LYW6226	55679828C	5010/0	13/10/2010	162 * I
LZY3440	54107897D	6599/2	30/04/2011	230 * V
MAM9412	55679196C	6920/0	28/10/2010	233
MEJ6712	55848364C	6599/2	11/11/2010	230 * V
MEV5450	55848652C	6599/2	26/12/2010	230 * V
MFS9950	55679195C	6920/0	27/10/2010	233
MGS5835	55848258C	7340/0	31/10/2010	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1089/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA , NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF0538	55680159C	6050/1	07/10/2010	208
AKO7586	55847706C	5541/1	25/11/2010	181 * XVII

IJZ2911	55847705C	5797/0	22/11/2010	191
INF7832	55848290C	5452/1	09/11/2010	181 * VIII
LZB3647	55848260C	5185/1	31/10/2010	167
LZU1398	55848295C	5541/1	11/11/2010	181 * XVII
MBW6134	55847708C	5452/2	26/11/2010	181 * VIII
MDP5148	55847409C	5541/1	28/10/2010	181 * XVII
MDQ3601	55659699C	5835/0	18/11/2010	195
MEL0572	55846769C	5738/0	06/11/2010	186 * II
MFG6949	55847489C	5550/0	19/11/2010	181 * XVIII
MGG5835	55848257C	7030/1	31/10/2010	244 * I
MGJ9828	55848361C	5185/1	11/11/2010	167
MHD1066	55846780C	5185/1	20/11/2010	167
MIL2297	55848503C	5525/0	26/12/2010	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1090/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFX1734	55678986C	6920/0	06/05/2010	R\$ 127,69	233
KIY6687	54107637D	6670/0	11/03/2011	R\$ 127,69	230 * XIII
MCR8753	55659933C	6912/0	20/08/2010	R\$ 53,20	232
MJT4129	55848862C	6599/1	09/02/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1091/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HCV1014	55678917C	5541/1	23/04/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LYC9270	55847909C	5550/0	27/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEJ6592	54108058D	5541/1	10/02/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1092/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CBQ2575	55848142C	6920/0	19/04/2011	233
MBD5646	55848133C	6920/0	06/04/2011	233
MDQ4625	55847375C	5045/0	08/05/2011	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1093/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CTM1010	54660467C	5568/0	27/01/2009	181 * XIX
LNK5787	54108453D	5541/5	11/05/2011	181 * XVII
MEW5872	54107834D	5541/1	10/05/2011	181 * XVII
MFS7688	54107822D	7366/2	04/05/2011	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1094/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGF8842	54657759C	6599/2	24/02/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1095/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MET9370	55847782C	5525/0	21/12/2010	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1096/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJX2533	55848131C	6920/0	05/04/2011	233
AKH8122	54107663D	5274/2	21/04/2011	175
ALT4117	54107875D	5010/0	16/04/2011	162 * I
ALT4117	54107876D	5118/0	16/04/2011	164 c/c 162 * I
ALT4117	54107877D	6637/1	16/04/2011	230 * IX
CML1262	55848154C	6920/0	19/04/2011	233
CSY8685	54108252D	6599/2	18/04/2011	230 * V
DAD5911	55848129C	6920/0	05/04/2011	233
IKT0142	55848180C	6920/0	28/04/2011	233
LNC3307	54107878D	5274/3	16/04/2011	175
LOF7469	55848138C	6920/0	13/04/2011	233
LYC2070	54108202D	6599/2	24/04/2011	230 * V
LYH2344	54107871D	5010/0	16/04/2011	162 * I
LYH2344	54107872D	6599/2	16/04/2011	230 * V
LYS6735	54108256D	6912/0	07/05/2011	232
LYZ1315	55848146C	6920/0	19/04/2011	233
LZH8801	55847176C	6599/2	22/04/2011	230 * V

MAE5748	55847586C	5010/0	06/05/2011	162 * I
MAE5748	55847587C	6599/2	06/05/2011	230 * V
MBM8706	55848144C	6920/0	19/04/2011	233
MBS9251	54108353D	5010/0	19/05/2011	162 * I
MBX4711	55847172C	5010/0	16/04/2011	162 * I
MBX4711	55847173C	6599/2	16/04/2011	230 * V
MCF1589	54108302D	5010/0	19/04/2011	162 * I
MCF1589	54108303D	6599/2	19/04/2011	230 * V
MDE5823	55847559C	6653/1	21/04/2011	230 * XI
MDP5609	55680043C	6637/2	12/05/2011	230 * IX
MEE1576	54107994D	6599/2	10/04/2011	230 * V
MEE1576	54107996D	5010/0	10/04/2011	162 * I
MEE1576	54107998D	5118/0	10/04/2011	164 c/c 162 * I
MES1992	54109602D	6920/0	13/05/2011	233
MFK0702	55680132C	6599/2	21/04/2011	230 * V
MFK0702	55680133C	6912/0	21/04/2011	232
MGI4149	54108101D	5010/0	18/04/2011	162 * I
MGQ7889	55848174C	6920/0	27/04/2011	233
MGZ5188	54107885D	5045/0	25/04/2011	162 * V
MGZ6191	55847179C	6599/2	22/04/2011	230 * V
MGZ6191	55847181C	6653/1	22/04/2011	230 * XI
MHA7256	54107813D	5010/0	25/04/2011	162 * I
MIA1793	54107868D	5010/0	16/04/2011	162 * I
MIA1793	54107869D	5118/0	16/04/2011	164 c/c 162 * I
MIA1793	54107870D	5274/1	16/04/2011	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1097/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDS8171	54108151D	5460/0	19/04/2011	181 * IX
MBR2585	54108203D	6050/1	06/05/2011	208
MCF1589	54108304D	5835/0	19/04/2011	195
MDF7441	54107874D	6068/1	19/04/2011	209
MGF9812	55847174C	5525/0	19/04/2011	181 * XV
MGF9812	55847175C	5509/0	19/04/2011	181 * XIII
MGI4149	55847057C	7048/1	19/04/2011	244 * II
MGW2766	54107833D	5541/1	10/05/2011	181 * XVII
MGZ5188	54107884D	5550/0	25/04/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1098/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCL6592	54107971D	6599/2	18/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDS4691	55848679C	6700/1	23/01/2011	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1099/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998

DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALM1499	54107697D	6599/2	05/06/2011	230 * V
ALM1499	54107699D	6556/1	05/06/2011	230 * I
AOP4208	54108467D	6769/2	13/05/2011	230 * XXII
IHC6745	55848109C	6920/0	22/03/2011	233
IJG6750	55848177C	6920/0	28/04/2011	233
KME3687	55848156C	6920/0	19/04/2011	233
LCB6178	55848106C	6920/0	16/03/2011	233
LRD0109	55848172C	6920/0	25/04/2011	233
LWU3890	55847570C	6653/1	26/04/2011	230 * XI
LXA2297	55273984C	6556/1	19/04/2011	230 * I
LXI6189	54108461D	5045/0	11/05/2011	162 * V
LYD7392	55848164C	6920/0	19/04/2011	233
LYG8681	54108306D	6599/2	30/04/2011	230 * V
LYL7739	54107889D	5010/0	26/04/2011	162 * I
LZP6413	54107664D	6599/2	25/04/2011	230 * V
LZP6413	54107665D	5010/0	25/04/2011	162 * I
MAA2214	55680134C	6599/2	30/04/2011	230 * V
MAL8019	55848152C	6920/0	19/04/2011	233
MAX2150	54108406D	6599/2	27/04/2011	230 * V
MBK4658	55848437C	6599/2	25/03/2011	230 * V
MBN0781	55847583C	5010/0	05/05/2011	162 * I
MCE8847	55273985C	6599/2	08/05/2011	230 * V
MCE8847	55273986C	5045/0	08/05/2011	162 * V
MCE8847	55273987C	5169/1	08/05/2011	165
MCE8847	55273987C	6912/0	08/05/2011	232
MCG8473	55848181C	6920/0	28/04/2011	233
MCJ3619	54658253C	6599/2	11/01/2009	230 * V
MCJ3619	54658253C	6637/1	11/01/2009	230 * IX
MCP1613	55272700C	6912/0	24/05/2011	232
MDC6514	54107847D	6599/2	28/05/2011	230 * V
MDE8219	54107820D	5045/0	04/05/2011	162 * V
MDG4910	55273992C	6637/1	19/05/2011	230 * IX
MDG4910	55273993C	5010/0	19/05/2011	162 * I
MDL3480	55848168C	6920/0	25/04/2011	233
MFE8412	55847591C	6653/1	09/05/2011	230 * XI
MFE8412	55847592C	6599/2	09/05/2011	230 * V
MFE8412	55847593C	5010/0	09/05/2011	162 * I
MFJ7081	54107896D	5010/0	29/04/2011	162 * I
MFJ8014	55848175C	6920/0	27/04/2011	233
MFM7955	54107816D	6580/0	28/04/2011	230 * IV
MFM7955	54107817D	6599/2	28/04/2011	230 * V
MHF5225	54108482D	5045/0	02/06/2011	162 * V
MHQ4109	55848882C	5010/0	02/06/2011	162 * I
MHQ4109	55848882C	5118/0	02/06/2011	164 c/c 162 * I
MHX3838	54107824D	5010/0	04/05/2011	162 * I
MIL0361	55848179C	6920/0	27/04/2011	233
MKI0800	55848169C	6920/0	25/04/2011	233
MPN6370	55848160C	6920/0	19/04/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1100/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHM3054	55847561C	5541/4	26/04/2011	181 * XVII
IEQ8970	55847574C	5207/0	29/04/2011	169
LXO6076	54108255D	5487/0	27/04/2011	181 * XI
MAA2214	55680135C	5452/5	30/04/2011	181 * VIII
MBW9723	54108454D	5541/4	11/05/2011	181 * XVII
MBW9723	54108457D	5541/4	11/05/2011	181 * XVII
MEA0297	54108331D	5452/1	05/06/2011	181 * VIII
MEC4625	54108260D	5541/4	27/05/2011	181 * XVII
MER1446	54108253D	5460/0	03/05/2011	181 * IX
MFW9286	54107850D	5541/5	03/06/2011	181 * XVII



MGF9221	54108477D	7048/1	30/05/2011	244 * II
MGM6305	54108484D	5541/1	02/06/2011	181 * XVII
MHS8352	54108403D	5835/0	27/04/2011	195
MJD5450	54107684D	7030/1	24/05/2011	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

# **Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba-Edital 1101/2011 a 1200/2012-DMutran**

## **Edital de Publicação – Diário Oficial do Município de Imbituba – DOM-SC**

**Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN**

**Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA**

**Edital 1101/2011 a 1200/2012**

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1101/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXR4551	54108093D	5010/0	18/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZB2470	54108691D	6599/2	11/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBO0164	54657144C	6599/2	11/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBV3848	54108756D	5010/0	13/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCQ5079	55846685C	6599/2	10/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEB0787	55848103C	6920/0	15/03/2011	R\$ 127,69	233
MHG4630	55848136C	6920/0	04/04/2011	R\$ 127,69	233
MHN8247	54108694D	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHO9445	54107723D	6599/2	14/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHO9445	54107724D	5010/0	14/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJL8309	54107704D	5010/0	11/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJP7699	54107801D	5010/0	21/03/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1102/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIR9079	54108000D	5207/0	17/04/2011	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1103/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADA3315	54108257D	5169/1	15/05/2011	165
ADA3315	54108257D	6556/5	15/05/2011	230 * I
ADA3315	54108257D	6599/2	15/05/2011	230 * V
AHK1716	55848182C	6920/0	28/04/2011	233
AIO3194	54109619D	6920/0	27/05/2011	233
ALM1499	54107698D	6912/0	05/06/2011	232
ALM1499	54107700D	5045/0	05/06/2011	162 * V
ALM1499	54110002D	6912/0	05/06/2011	232
ALS2285	54108332D	5274/1	05/06/2011	175

BGL6391	54109951D	6599/2	03/06/2011	230 * V
BGL6391	54109952D	5010/0	03/06/2011	162 * I
CQI5959	54109958D	6599/2	06/06/2011	230 * V
CVO3530	55848193C	6920/0	05/05/2011	233
GYA5922	54109635D	6920/0	06/06/2011	233
LWS2432	55846985C	6599/2	06/10/2010	230 * V
LXE0470	54109627D	6920/0	01/06/2011	233
LXI1021	55848185C	6920/0	02/05/2011	233
LXI6189	54108462D	6599/2	11/05/2011	230 * V
LZI9431	55847577C	5010/0	02/05/2011	162 * I
LZV1741	55848188C	6920/0	03/05/2011	233
MAS1362	55848184C	6920/0	02/05/2011	233
MAT4542	55848196C	6920/0	12/05/2011	233
MBL0963	54109639D	6920/0	09/06/2011	233
MBM7431	55679186C	6920/0	07/10/2010	233
MCS9279	54109636D	6920/0	08/06/2011	233
MDC6514	54109623D	6920/0	30/05/2011	233
MDE0617	54107826D	6556/1	07/05/2011	230 * I
MDE0617	54107826D	6580/0	07/05/2011	230 * IV
MDE0617	54107827D	6637/1	07/05/2011	230 * IX
MDE8219	54107821D	6726/1	04/05/2011	230 * XVIII
MEI6796	55846590C	5010/0	22/10/2010	162 * I
MEI6796	55846591C	6599/2	22/10/2010	230 * V
MEO8050	54109101D	5010/0	09/06/2011	162 * I
MEU2149	54108458D	6599/2	11/05/2011	230 * V
MFD6542	54108313D	6599/2	14/05/2011	230 * V
MFD6542	54108314D	5010/0	14/05/2011	162 * I
MFH8292	55848198C	6920/0	12/05/2011	233
MFK5004	54109105D	6599/2	09/06/2011	230 * V
MFK5004	54109106D	5010/0	09/06/2011	162 * I
MFK5004	54109107D	5118/0	09/06/2011	164 c/c 162 * I
MFL2352	55848200C	6920/0	13/05/2011	233
MG07184	55847589C	5045/0	06/05/2011	162 * V
MGZ8235	54107673D	6599/2	16/05/2011	230 * V
MHG6978	54109630D	6920/0	02/06/2011	233
MHK0235	54660709C	5010/0	20/10/2010	162 * I
MHN1691	55847650C	5045/0	06/06/2011	162 * V
MIA9728	55847053C	6653/2	06/01/2011	230 * XI
MIH9969	55848447C	5010/0	08/05/2011	162 * I
MIT3469	54657149C	6912/0	05/06/2011	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO,FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1104/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADA3315	54108258D	5622/1	15/05/2011	182 * VI
ALS2285	54108330D	7030/1	05/06/2011	244 * I
LYU2692	55679524C	6017/5	11/09/2010	206 * III
MAU6043	55659944C	6351/0	16/09/2010	220 * X
MAV5963	54108503D	5541/1	16/05/2011	181 * XVII
MBU2453	55846739C	7048/1	05/10/2010	244 * II
MEU2149	54108459D	5550/0	11/05/2011	181 * XVIII
MHN1691	54108487D	6076/0	06/06/2011	210
MHX9354	54108455D	5541/4	11/05/2011	181 * XVII
MIT0329	55847590C	5550/0	09/05/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO,FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1105/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADO7084	55848112C	6920/0	22/03/2011	R\$ 127,69	233
MAW8796	55846903C	6599/2	05/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAX3416	55679079C	6920/0	07/07/2010	R\$ 127,69	233
MGG6843	54107857D	5010/0	01/04/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1106/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRM4334	55848197C	6920/0	12/05/2011	233
DZE9340	54109604D	6920/0	13/05/2011	233
IHM4407	54109628D	6920/0	02/06/2011	233
LYB1527	55678780C	6599/2	28/05/2011	230 * V
LYB1527	55678781C	6580/0	28/05/2011	230 * IV
LYB1527	55678782C	6610/1	28/05/2011	230 * VII
LZA9123	55272699C	6599/2	21/05/2011	230 * V
LZI5802	54108354D	5010/0	25/05/2011	162 * I
LZI5802	54108355D	6599/2	25/05/2011	230 * V
MAN6146	55273990C	6637/1	19/05/2011	230 * IX
MAN6146	55273991C	5010/0	19/05/2011	162 * I
MAX5495	54107670D	5010/0	05/05/2011	162 * I
MBD6852	54108463D	5010/0	11/05/2011	162 * I
MBD6852	54108464D	6599/2	11/05/2011	230 * V
MBD6852	54109606D	6920/0	17/05/2011	233
MBQ9321	54109608D	6920/0	20/05/2011	233
MDA9108	54107841D	6556/1	19/05/2011	230 * I
MDA9108	54107842D	6653/1	19/05/2011	230 * XI
MDD5133	55272698C	6556/3	18/05/2011	230 * I
MDP0772	54107845D	6599/2	22/05/2011	230 * V
MDP0772	54107846D	6912/0	22/05/2011	232
MDY4615	54109610D	6920/0	20/05/2011	233
MDY9900	54657147C	5169/1	21/05/2011	165
MDY9900	54657147C	6912/0	21/05/2011	232
MDY9900	54657148C	6599/2	21/05/2011	230 * V
MEA0753	55848195C	6920/0	11/05/2011	233
MEO8050	54109102D	6599/2	09/06/2011	230 * V
MFK3538	54108469D	6599/2	20/05/2011	230 * V
MGTA103	54107682D	6912/0	20/05/2011	232
MHA1827	55678702C	5010/0	17/05/2011	162 * I
MIG9355	54108408D	5010/0	29/05/2011	162 * I
MIG9355	54108409D	5118/0	29/05/2011	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1107/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAX5495	54107671D	5835/0	05/05/2011	195
MAX5495	54107672D	5207/0	05/05/2011	169
MCN5468	54108456D	5541/4	11/05/2011	181 * XVII
MDD5133	55272697C	5207/0	18/05/2011	169
MDD5133	55272697C	5215/2	18/05/2011	170
MDD5133	55272697C	5835/0	18/05/2011	195
MEU6214	54107832D	5541/1	10/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1108/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZL6083	55847564C	6599/2	25/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZV7353	55848115C	6920/0	23/03/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1109/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZL6083	55847563C	5460/0	25/04/2011	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1110/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEQ8219	54108561D	6912/0	26/06/2011	232
AEQ8219	54109650D	6920/0	13/06/2011	233
AKL7362	54108552D	6599/2	30/05/2011	230 * V
JTN1248	54107687D	6599/2	02/06/2011	230 * V
LYC7779	54109649D	6920/0	10/06/2011	233
LZS7803	54107685D	6599/2	30/05/2011	230 * V
LZW5393	54108506D	6912/0	15/06/2011	232
MAS0473	54109611D	6920/0	20/05/2011	233
MAY0020	54109614D	6920/0	25/05/2011	233
MBB0388	54108317D	6599/2	25/05/2011	230 * V
MBB0388	54108318D	5010/0	25/05/2011	162 * I
MDH1884	54109613D	6920/0	25/05/2011	233
MDI1845	55848883C	5010/0	02/06/2011	162 * I
MDI1845	55848883C	5118/0	02/06/2011	164 c/c 162 * I
MDI1845	55848884C	6556/1	02/06/2011	230 * I
MDS6241	54109617D	6920/0	25/05/2011	233
MDX2339	54108325D	5010/0	28/05/2011	162 * I
MDX2339	54108326D	6769/1	28/05/2011	230 * XXII
MDX2339	54108327D	6602/0	28/05/2011	230 * VI
MET7387	54108328D	5010/0	02/06/2011	162 * I
MFL2707	54108483D	5010/0	02/06/2011	162 * I
MGP6025	54109648D	6920/0	10/06/2011	233
MIQ5632	55680047C	5045/0	24/05/2011	162 * V
MJZ0230	54108480D	6599/2	01/06/2011	230 * V
MKS7510	54109618D	6920/0	27/05/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1111/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGC9407	55680136C	5460/0	27/05/2011	181 * IX
AGE5844	55847378C	5460/0	05/06/2011	181 * IX
MBI3527	54657150C	5452/1	30/05/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1112/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDD5133	54107662D	6653/1	16/04/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MDG3466	54108954D	6599/2	12/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHF5225	55680041C	7340/0	01/05/2011	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1113/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYQ0092	55659537C	5525/0	31/01/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MHU9699	55847571C	5207/0	27/04/2011	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1114/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJZ7742	54109109D	6599/2	09/06/2011	230 * V
BQH7729	55271963C	6920/0	25/01/2010	233
BSE8741	54109108D	6599/2	09/06/2011	230 * V
DAX3254	54109629D	6920/0	02/06/2011	233
IIH8507	54109622D	6920/0	30/05/2011	233
LJQ5191	54109634D	6920/0	06/06/2011	233
LXA6043	54107692D	6599/2	02/06/2011	230 * V
LXA6043	54107693D	5010/0	02/06/2011	162 * I
LXZ8317	54109955D	5010/0	06/06/2011	162 * I
LZC0017	54109959D	6556/1	09/06/2011	230 * I
LZC0017	54109959D	6556/4	09/06/2011	230 * I
LZC0017	54109960D	6599/2	09/06/2011	230 * V
MAF1043	54108360D	6599/2	31/05/2011	230 * V
MAZ8015	54108554D	5010/0	08/06/2011	162 * I

MAZ8015	54108554D	6556/1	08/06/2011	230 * I
MBF6415	54109625D	6920/0	31/05/2011	233
MBM0754	54109621D	6920/0	30/05/2011	233
MBV7795	54109631D	6920/0	03/06/2011	233
MCD8747	54109954D	6912/0	06/06/2011	232
MCI4202	54108265D	5010/0	11/06/2011	162 * I
MCS7249	54108335D	5010/0	08/06/2011	162 * I
MDK3156	54109957D	6912/0	06/06/2011	232
MFA8972	54108559D	5010/0	11/06/2011	162 * I
MFA8972	54108559D	6556/1	11/06/2011	230 * I
MFA8972	54108559D	6599/2	11/06/2011	230 * V
MGJ6158	54109961D	5045/0	12/06/2011	162 * V
MGK6352	54109632D	6920/0	03/06/2011	233
MGQ9254	54107695D	5010/0	05/06/2011	162 * I
MGQ9254	54107696D	5118/0	05/06/2011	164 c/c 162 * I
MIK8197	54109112D	5010/0	27/06/2011	162 * I
MIK8197	54109113D	5118/0	27/06/2011	164 c/c 162 * I
MJM7960	54108489D	5010/0	09/06/2011	162 * I
MJM7960	54108490D	5118/0	09/06/2011	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1115/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJA8118	54108505D	5835/0	06/06/2011	195
LYM6531	54110001D	5720/0	09/06/2011	186 * I
MAF1043	54108359D	7056/1	31/05/2011	244 * III
MCS7249	54108336D	7048/1	08/06/2011	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1116/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZY3440	54107897D	5010/0	30/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDD5133	54107660D	5010/0	16/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDD5133	54107661D	5118/0	16/04/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHF5225	55680040C	6912/0	01/05/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1117/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BGL6391	54109117D	5274/2	30/06/2011	175
BGL6391	55847381C	5010/0	30/06/2011	162 * I
BGL6391	55847382C	5118/0	30/06/2011	164 c/c 162 * I
ILZ1422	54109637D	6920/0	08/06/2011	233
LZI4435	55846688C	5010/0	02/07/2011	162 * I

LZI4435	55846689C	6599/2	02/07/2011	230 * V
LZI4435	55846690C	6637/1	02/07/2011	230 * IX
LZI4435	55846691C	6580/0	02/07/2011	230 * IV
MAE5389	54108348D	6637/2	29/06/2011	230 * IX
MAE5389	54108349D	6556/1	29/06/2011	230 * I
MFZ7104	54108424D	6556/1	02/07/2011	230 * I
MIT3469	54108562D	5045/0	30/06/2011	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1118/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BGL6391	54109116D	5835/0	30/06/2011	195
MIZ5422	54108515D	5460/0	01/07/2011	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1119/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DGX8029	55848199C	6920/0	12/05/2011	R\$ 127,69	233
MDE2037	54108955D	5010/0	22/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDE2037	54108956D	5118/0	22/04/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDE2037	55847178C	5274/1	22/04/2011	R\$ 191,53	175
MDG3466	54108953D	5010/0	12/04/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1120/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE2037	55847177C	7048/1	22/04/2011	R\$ 191,53	244 * II
MIQ7622	54107658D	7048/1	21/04/2011	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1121/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACL2715	54109646D	6920/0	09/06/2011	233
BYG2636	54109506D	6599/2	09/07/2011	230 * V
DMJ7623	54109647D	6920/0	09/06/2011	233
HUW3173	55848450C	6599/2	10/07/2011	230 * V
IHS8175	54110006D	6610/1	07/07/2011	230 * VII
KMF6488	55847180C	6599/2	18/06/2011	230 * V
LWW6573	54109560D	5010/0	08/07/2011	162 * I
LWW6573	54109561D	6599/2	08/07/2011	230 * V
LXP9192	54108102D	6599/2	20/06/2011	230 * V
LXP9192	54108103D	5010/0	20/06/2011	162 * I
LXP9192	54108104D	5061/0	20/06/2011	163 c/c 162 * I
LXU2451	55847597C	6599/2	16/07/2011	230 * V
LXU2451	55847598C	5010/0	16/07/2011	162 * I
LXU2451	55847599C	6637/1	16/07/2011	230 * IX
LZP9894	55848692C	6599/2	20/02/2011	230 * V
LZP9894	55848693C	5010/0	20/02/2011	162 * I
LZP9894	55848694C	5118/0	20/02/2011	164 c/c 162 * I
LZU6069	55848432C	6599/2	24/02/2011	230 * V
MAA3340	54109508D	6610/2	13/07/2011	230 * VII
MAA3340	54109509D	5010/0	13/07/2011	162 * I
MAA3340	54109511D	6637/2	13/07/2011	230 * IX
MAM4424	54109642D	6920/0	09/06/2011	233
MAV5418	54109566D	5010/0	12/07/2011	162 * I
MAV5418	54109567D	5118/0	12/07/2011	164 c/c 162 * I
MAV5418	54110022D	6912/0	12/07/2011	232
MBN1739	54657760C	6599/2	24/02/2011	230 * V
MBW4185	54109551D	6700/1	05/07/2011	230 * XVI
MBX6431	54109122D	6610/2	09/07/2011	230 * VII
MBX6431	54109123D	6700/1	09/07/2011	230 * XVI
MCC6189	55848308C	6599/2	22/02/2011	230 * V
MCC6189	55848309C	6556/1	22/02/2011	230 * I
MCE6187	54108675D	5010/0	26/02/2011	162 * I
MCE6187	54108675D	6637/1	26/02/2011	230 * IX
MCF3197	54108963D	5045/0	20/06/2011	162 * V
MCF3197	54108963D	6912/0	20/06/2011	232
MCG8473	54108961D	6556/1	20/06/2011	230 * I
MCG8473	54108961D	6599/2	20/06/2011	230 * V
MCG8473	54108962D	5010/0	20/06/2011	162 * I
MCI2209	54109049D	5010/0	02/03/2011	162 * I
MCI2209	54109049D	6599/2	02/03/2011	230 * V
MCI4202	55848310C	5010/0	26/02/2011	162 * I
MDY1373	54109662D	6920/0	17/06/2011	233
MEI4575	54108494D	5010/0	15/06/2011	162 * I
MEO5266	54108971D	6556/1	08/07/2011	230 * I
MEO5266	54108971D	6599/2	08/07/2011	230 * V
MEW6804	54110015D	5010/0	09/07/2011	162 * I
MEW6804	54110016D	6599/2	08/07/2011	230 * V
MFD6902	54109645D	6920/0	09/06/2011	233
MFL2543	54108959D	6599/2	17/06/2011	230 * V
MFL2543	54108960D	5010/0	17/06/2011	162 * I
MGC7880	54108488D	5045/0	09/06/2011	162 * V
MGD8889	55848695C	6599/2	22/02/2011	230 * V
MGF8871	54108492D	5010/0	13/06/2011	162 * I
MGF8871	54108493D	5118/0	13/06/2011	164 c/c 162 * I
MGF8871	55680050C	6599/2	13/06/2011	230 * V
MGI4149	54108679D	5010/0	26/02/2011	162 * I
MGI4149	54108679D	6912/0	26/02/2011	232
MHA4400	54109643D	6920/0	09/06/2011	233
MIG9355	54108338D	5010/0	20/06/2011	162 * I
MIG9355	54108339D	5061/0	20/06/2011	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1122/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BBD9009	54660298C	5525/0	28/06/2009	181 * XV

IKA0254	54107647D	5550/0	25/03/2011	181 * XVIII
IKA0254	55847446C	5452/2	25/03/2011	181 * VIII
MAA3340	54109510D	5835/0	13/07/2011	195
MAV5983	55847546C	5460/0	16/03/2011	181 * IX
MBV0576	54109570D	5541/1	14/07/2011	181 * XVII
MCE6187	54108676D	5835/0	26/02/2011	195
MCE6187	54108678D	5266/3	26/02/2011	174
MEN5295	54110018D	7056/2	08/07/2011	244 * III c/c §1º
MIG9355	54108340D	7030/1	20/06/2011	244 * I
MIH9897	54110019D	5550/0	11/07/2011	181 * XVIII
MIM4875	54109565D	7030/1	11/07/2011	244 * I
MJM0068	54109557D	5541/3	07/07/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1123/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXF8472	55847527C	6637/1	05/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LYC7779	55678779C	6599/2	26/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYD1094	55848192C	6920/0	05/05/2011	R\$ 127,69	233
LYG8681	54108307D	5010/0	30/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDG3466	54107732D	5118/0	01/05/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDG3466	54107900D	5010/0	01/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEL2270	54107863D	5118/0	13/04/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEL2270	54107864D	6556/5	13/04/2011	R\$ 191,53	230 * I
MEL2270	54107865D	5010/0	13/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEZ9589	55847567C	6912/0	26/04/2011	R\$ 53,20	232
MGZ1738	55274298C	5010/0	02/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGZ1738	55274300C	5118/0	02/05/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIA9728	55847053C	6653/2	06/01/2011	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1124/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAT5467	54108648D	6564/0	15/01/2011	R\$ 191,53	230 * II
MGZ1738	55274297C	6076/0	02/05/2011	R\$ 191,53	210
MGZ1738	55847374C	5835/0	02/05/2011	R\$ 127,69	195
MKS7510	55848253C	5525/0	29/10/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MKS7510	55848254C	5452/1	29/10/2010	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1125/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAW2476	54109661D	6920/0	17/06/2011	233
DLL2215	54109571D	6599/2	14/07/2011	230 * V



HMC3027	54109658D	6920/0	15/06/2011	233
HPP4714	54109673D	6920/0	28/06/2011	233
HUI3334	54109672D	6920/0	28/06/2011	233
INT7198	54109665D	6920/0	21/06/2011	233
LXU2176	54109656D	6920/0	15/06/2011	233
MBO0029	54109659D	6920/0	15/06/2011	233
MBY7392	54109660D	6920/0	15/06/2011	233
MCI4357	54108975D	5045/0	20/07/2011	162 * V
MDF6988	54109667D	6920/0	21/06/2011	233
MDG4673	55847184C	5045/0	28/06/2011	162 * V
MEQ9447	54109655D	6920/0	15/06/2011	233
MEZ8806	54109255D	6610/2	21/07/2011	230 * VII
MEZ8806	54109256D	6602/0	21/07/2011	230 * VI
MEZ8806	54109257D	6637/2	21/07/2011	230 * IX
MFK8524	54109669D	6920/0	21/06/2011	233
MFY6504	54109666D	6920/0	21/06/2011	233
MIG3423	54110003D	5010/0	28/06/2011	162 * I
MIG6960	54109654D	6920/0	15/06/2011	233

1 /

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1126/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAK5619	54108508D	5509/0	21/06/2011	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1127/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC7779	55678778C	5010/0	26/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYL7749	55848173C	6920/0	27/04/2011	R\$ 127,69	233
MBD1128	55847594C	5010/0	09/05/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1128/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFC1543	54108262D	5452/1	30/05/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1129/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S)

INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIV2984	54110007D	6599/2	07/07/2011	230 * V
AIV2984	54110008D	5045/0	07/07/2011	162 * V
AIV2984	54110009D	6769/2	07/07/2011	230 * XXII
DTY1513	54109555D	6599/2	07/07/2011	230 * V
LZA4297	54108435D	6637/1	27/07/2011	230 * IX
LZA4297	54108436D	6912/0	27/07/2011	232
LZA4297	54108437D	5010/0	27/07/2011	162 * I
MBE3573	55847183C	6912/0	28/06/2011	232
MBV3967	54108438D	6912/0	27/07/2011	232
MBV3967	54109263D	6556/1	27/07/2011	230 * I
MBV3967	54109264D	6637/1	27/07/2011	230 * IX
MBV3967	54109265D	5010/0	27/07/2011	162 * I
MBW6134	54108425D	5010/0	04/07/2011	162 * I
MBW6134	54108426D	5118/0	04/07/2011	164 c/c 162 * I
MBW6134	54108500D	6599/2	04/07/2011	230 * V
MCD4843	54110010D	5010/0	07/07/2011	162 * I
MCH4651	54109686D	6920/0	11/07/2011	233
MDK7592	54109691D	6920/0	13/07/2011	233
MEA4012	54109681D	6920/0	07/07/2011	233
MFE9972	54109262D	6599/2	27/07/2011	230 * V
MFM6501	55847390C	5010/0	24/07/2011	162 * I
MFM6501	55847391C	5061/0	24/07/2011	163 c/c 162 * I
MFM6501	55847393C	6599/2	24/07/2011	230 * V
MGY9840	54109675D	6920/0	29/06/2011	233
MGZ1738	54109118D	5010/0	03/07/2011	162 * I
MHH8002	54109126D	6599/2	30/07/2011	230 * V
MHH8002	54109127D	5274/1	30/07/2011	175
MHT9352	54109684D	6920/0	08/07/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1130/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZB4391	54110004D	5452/2	01/07/2011	181 * VIII
MFH1970	54108491D	5550/0	13/06/2011	181 * XVIII
MFM6501	55847394C	5738/0	24/07/2011	186 * II
MHV7973	54108441D	5207/0	27/07/2011	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1131/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGB2686	54659759C	6920/0	23/03/2009	R\$ 127,69	233
MEX5461	54107674D	5010/0	08/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEX5461	54107676D	6653/2	08/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MHW5933	54108312D	5010/0	13/05/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1132/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEX5461	54107675D	7056/1	08/05/2011	R\$ 191,53	244 * III
MFK8051	55847580C	6068/1	05/05/2011	R\$ 127,69	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1133/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CFG2402	55848446C	6599/2	09/07/2011	230 * V
CFG2402	55848448C	5045/0	09/07/2011	162 * V
IBY7276	54109706D	6920/0	20/07/2011	233
LXA6207	54108973D	6599/2	12/07/2011	230 * V
LXA6207	54108974D	5029/3	12/07/2011	162 * II
MBA1323	55273598C	6599/2	07/07/2011	230 * V
MCH4651	54108968D	6599/2	05/07/2011	230 * V
MCH4651	54108969D	6912/0	05/07/2011	232
MCN0941	55273997C	5010/0	10/07/2011	162 * I
MGE1159	54109704D	6920/0	18/07/2011	233
MGP0742	54109562D	6599/2	11/07/2011	230 * V
MGP0742	54109563D	6580/0	11/07/2011	230 * IV
MHZ9142	54109553D	6912/0	05/07/2011	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1134/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CFG2402	55848449C	5835/0	09/07/2011	195
MDH2525	54108428D	7366/2	08/07/2011	252 * VI
MEU2149	54110017D	5380/0	08/07/2011	181 * I
MFH8292	54109552D	7030/2	05/07/2011	244 * I
MFQ6027	54110011D	6050/1	07/07/2011	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1135/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXO5463	55678775C	5010/0	20/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFD3430	55848187C	6920/0	03/05/2011	R\$ 127,69	233
MHW5933	54108311D	6610/2	13/05/2011	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1136/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBP3643	54108155D	7030/1	11/05/2011	R\$ 191,53	244 * I
MGY0116	54108460D	5967/0	11/05/2011	R\$ 191,53	203 * V
MLX2570	55847377C	5452/1	17/05/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1137/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ2011	55679147C	6920/0	14/09/2010	233
DHI2531	55273998C	6599/2	10/07/2011	230 * V
MAP1821	55679145C	6920/0	13/09/2010	233
MAW5451	54109709D	6920/0	25/07/2011	233
MCB4110	55679143C	6920/0	13/09/2010	233
MFB6446	54109711D	6920/0	27/07/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1138/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
INJ7008	55273994C	5010/0	19/05/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1139/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFQ4774	54109689D	6920/0	12/07/2011	233
AIB4113	54109150D	5010/0	11/08/2011	162 * I
AIB4113	54109301D	5118/0	12/08/2011	164 c/c 162 * I
AJA9720	54109683D	6920/0	08/07/2011	233
DKX7905	54109729D	6920/0	05/08/2011	233
EGH0003	54109731D	6920/0	02/08/2011	233
HPO2074	54109678D	6920/0	06/07/2011	233
HQF7796	54109361D	5045/0	15/08/2011	162 * V
IEH1304	54109455D	5010/0	28/07/2011	162 * I
JPJ0320	54109700D	6920/0	15/07/2011	233
LXF9994	54109451D	6599/2	23/07/2011	230 * V
LXQ9729	54109687D	6920/0	12/07/2011	233
LZA1635	54108982D	6556/3	13/08/2011	230 * I
LZB4391	54109676D	6920/0	05/07/2011	233
LZI4806	54109695D	6920/0	13/07/2011	233
MAA3340	55679867C	5010/0	05/08/2011	162 * I
MAA6744	54108267D	6599/2	18/08/2011	230 * V
MAF3475	54109266D	6912/0	28/07/2011	232
MBR9325	54109688D	6920/0	12/07/2011	233
MBW2182	54109125D	6599/2	27/07/2011	230 * V
MCI4357	54109523D	5010/0	11/08/2011	162 * I
MDF6973	54109677D	6920/0	05/07/2011	233
MDS2016	54108363D	6637/2	23/07/2011	230 * IX
MDS9186	54109699D	6920/0	15/07/2011	233
MDY6971	54108976D	6912/0	27/07/2011	232
MEL3451	54658539C	5045/0	27/07/2011	162 * V
MER4266	54109697D	6920/0	15/07/2011	233
MES7153	54108977D	5010/0	13/08/2011	162 * I
MES7153	54108980D	5118/0	13/08/2011	164 c/c 162 * I
MFN4669	54109694D	6920/0	14/07/2011	233
MGN4870	54109206D	6599/2	06/08/2011	230 * V
MGN4870	54109207D	5010/0	06/08/2011	162 * I
MGN4870	54109208D	6912/0	06/08/2011	232
MGN4870	54109209D	5118/0	06/08/2011	164 c/c 162 * I
MGT4412	54110041D	6599/2	05/08/2011	230 * V
MGW0797	54109521D	6556/4	02/08/2011	230 * I
MHX4819	54109353D	5045/0	12/08/2011	162 * V
MIJ6889	54109163D	5010/0	10/08/2011	162 * I
MIQ8145	54109143D	5010/0	07/08/2011	162 * I
MIQ8145	54109144D	5274/1	07/08/2011	175
MIQ8145	54109145D	5118/0	07/08/2011	164 c/c 162 * I
MJM8369	54109258D	5010/0	21/07/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1140/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DKS2324	55680138C	5487/0	17/08/2011	181 * XI
EEN5583	55847380C	5460/0	19/07/2011	181 * IX
EEN5583	55847388C	5185/1	19/07/2011	167
HQF7796	54109362D	5207/0	15/08/2011	169
IKJ8949	54110050D	5550/0	11/08/2011	181 * XVIII
LZU8456	54110043D	5550/0	05/08/2011	181 * XVIII
MAE5606	54109114D	5991/0	27/06/2011	206 * I
MBD7397	54108367D	6076/0	11/08/2011	210
MBF4393	54109351D	5746/1	12/08/2011	187 * I
MBQ4209	54109968D	6017/5	24/07/2011	206 * III
MDL8995	55679495C	5541/1	09/06/2010	181 * XVII
MDS2016	54108364D	5835/0	23/07/2011	195
MFY3541	54109357D	5746/1	12/08/2011	187 * I
MGJ7958	55847059C	5797/0	12/08/2011	191
MGW0797	54109522D	7048/1	02/08/2011	244 * II
MHX4819	54109352D	5746/1	12/08/2011	187 * I
MIX1504	55847397C	5541/1	12/08/2011	181 * XVII



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1141/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVW0031	54109668D	6920/0	21/06/2011	R\$ 127,69	233
IHL8001	54108341D	6556/5	20/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
IHL8001	54108342D	5045/0	20/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
IHL8001	54108343D	6912/0	20/06/2011	R\$ 53,20	232
LXP2372	54657145C	6599/2	11/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAV0664	54109674D	6920/0	29/06/2011	R\$ 127,69	233
MDD3168	54108356D	5169/1	28/05/2011	R\$ 957,69	165
MDD3168	54108357D	5010/0	28/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDD3168	54108358D	6912/0	28/05/2011	R\$ 53,20	232
MDD7453	54108105D	6599/2	23/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDD7453	54108106D	5010/0	23/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDD7453	54108107D	6556/3	23/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDI8038	54108555D	5010/0	08/06/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1142/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MF6598	54108511D	5509/0	21/06/2011	R\$ 85,12	181 * XIII
MFZ2886	54108514D	5509/0	21/06/2011	R\$ 85,12	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1143/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CKC1176	54109738D	6920/0	10/08/2011	233
DFQ7021	54109705D	6920/0	20/07/2011	233
LYQ9241	54109703D	6920/0	14/07/2011	233
MBK6113	55846934C	5010/0	17/08/2011	162 * I
MBK6113	55846934C	6556/1	17/08/2011	230 * I
MCL1647	54109742D	6920/0	10/08/2011	233
MIR7670	54109707D	6920/0	25/07/2011	233
MMM7878	54109702D	6920/0	14/07/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1144/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA

INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDI8038	54108555D	6556/1	08/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDI8038	54108556D	6556/5	08/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDM8748	54658537C	5061/0	01/05/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDV6402	54109624D	6920/0	30/05/2011	R\$ 127,69	233
MFV3802	54109620D	6920/0	27/05/2011	R\$ 127,69	233
MGU1624	54108108D	6599/2	07/07/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1145/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IIC1995	54109103D	5185/1	09/06/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1146/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOJ8702	54109715D	6920/0	27/07/2011	233
CIP6868	54109719D	6920/0	27/07/2011	233
DEF6374	54109727D	6920/0	03/08/2011	233
JPR5715	54109713D	6920/0	27/07/2011	233
KKY9507	54109712D	6920/0	27/07/2011	233
LCE9536	54109720D	6920/0	27/07/2011	233
LXX2592	54108983D	6599/2	13/08/2011	230 * V
LXX2592	54108984D	5010/0	13/08/2011	162 * I
MAY1345	54109403D	6599/2	26/08/2011	230 * V
MBD4625	54109722D	6920/0	29/07/2011	233
MBV2526	54109710D	6920/0	27/07/2011	233
MCJ4169	54108365D	6599/2	03/08/2011	230 * V
MCQ6004	54109402D	6769/1	26/08/2011	230 * XXII
MCW7645	54109718D	6920/0	27/07/2011	233
MDD6456	54109132D	5010/0	04/08/2011	162 * I
MDD6456	54109133D	6599/2	04/08/2011	230 * V
MEB8916	54109971D	6599/2	03/08/2011	230 * V
MGR1045	54108275D	6599/2	26/08/2011	230 * V
MGW0610	54109721D	6920/0	28/07/2011	233
MHC9445	54109714D	6920/0	27/07/2011	233
MHV3705	54108277D	5010/0	26/08/2011	162 * I
MHV3705	54108277D	6599/2	26/08/2011	230 * V
MHW0452	54110037D	6912/0	04/08/2011	232
MID3293	54109970D	5010/0	03/08/2011	162 * I
MIT3469	54109980D	6912/0	19/08/2011	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1147/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDA3146	55680139C	5550/0	25/08/2011	181 * XVIII
MIU4445	54109210D	5460/0	26/08/2011	181 * IX
NMR2459	54109365D	5541/5	16/08/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1148/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH5628	54108495D	5010/0	15/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDH5628	54108496D	6556/1	15/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MEC6785	54109505D	6610/2	09/07/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MGT5613	55847379C	6599/2	13/06/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1149/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGJ6316	55659346C	5568/0	06/02/2010	R\$ 127,69	181 * XIX
MHM7153	54108507D	6050/1	21/06/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1150/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BZM7797	54109976D	5010/0	11/08/2011	162 * I
BZM7797	54109977D	5061/0	11/08/2011	163 c/c 162 * I
CMU9686	54109597D	6599/2	02/09/2011	230 * V
CMU9686	54109598D	5045/0	02/09/2011	162 * V
CRO3354	55679161C	6920/0	24/09/2010	233
DLL2215	54109730D	6920/0	05/08/2011	233
DRR5765	54109757D	6920/0	19/08/2011	233
HPG3594	55679166C	6920/0	28/09/2010	233
IIK4018	54109768D	6920/0	25/08/2011	233
ILX5519	54109589D	5010/0	26/08/2011	162 * I
LXB1356	54109733D	6920/0	10/08/2011	233
LXB1656	54109525D	5010/0	14/08/2011	162 * I
LXB1656	54109526D	6556/1	14/08/2011	230 * I

LYA9355	54109732D	6920/0	05/08/2011	233
LZN5236	54110046D	5274/1	07/08/2011	175
LZN5236	54110047D	6637/1	07/08/2011	230 * IX
LZP4193	55846693C	5169/1	06/07/2011	165
MAX7650	54109590D	6599/2	26/08/2011	230 * V
MAX7650	54109591D	6912/0	26/08/2011	232
MBH8498	54108444D	6599/2	14/08/2011	230 * V
MBH8498	54108445D	5010/0	14/08/2011	162 * I
MBV9529	54110040D	6912/0	05/08/2011	232
MCB5970	54109533D	6556/1	15/08/2011	230 * I
MCG7152	54109975D	5010/0	11/08/2011	162 * I
MDA6575	54109735D	6920/0	10/08/2011	233
MDN5397	55679170C	6920/0	05/10/2010	233
MEA0089	55679165C	6920/0	28/09/2010	233
MEO5266	54109596D	6599/2	02/09/2011	230 * V
MER6660	54108266D	5010/0	03/08/2011	162 * I
MER6660	54109162D	5010/0	10/08/2011	162 * I
MER6660	54109162D	6556/1	10/08/2011	230 * I
MER6660	54109734D	6920/0	10/08/2011	233
MEU6552	54108443D	5010/0	10/08/2011	162 * I
MGA8689	54109128D	6599/2	04/08/2011	230 * V
MGU5730	54109751D	6920/0	20/08/2011	233
MGV6345	54108371D	6599/2	11/08/2011	230 * V
MGV6345	54108372D	5010/0	11/08/2011	162 * I
MHD3582	54109978D	5045/0	15/08/2011	162 * V
MHU0453	54109772D	6920/0	25/08/2011	233
MJP3539	54109148D	6700/1	10/08/2011	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1151/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJI1766	55846748C	5525/0	08/10/2010	181 * XV
LYO6239	54109274D	5746/3	12/08/2011	187 * I
LYY0477	54108206D	5967/0	11/08/2011	203 * V
MBQ9058	54110031D	5665/0	01/08/2011	182 * X
MBY8527	54110036D	7307/0	04/08/2011	251 * II
MCB5970	54109532D	7030/1	15/08/2011	244 * I
MDT1878	55680143C	5487/0	29/08/2011	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1152/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZD7784	54108432D	6599/2	21/07/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1153/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABX0246	54109736D	6920/0	10/08/2011	233
BZM7797	54109744D	6920/0	11/08/2011	233
IKK5205	55846941C	6599/2	05/09/2011	230 * V
IKK5205	55846942C	5010/0	05/09/2011	162 * I
LXC3004	54108268D	6599/2	18/08/2011	230 * V
MBE2802	54108369D	5118/0	11/08/2011	164 c/c 162 * I
MBY0394	54109748D	6920/0	15/08/2011	233
MCH7929	54109737D	6920/0	10/08/2011	233
MCO6603	54109797D	6920/0	08/09/2011	233
MDJ1431	54109743D	6920/0	11/08/2011	233
MDS9688	54109745D	6920/0	11/08/2011	233
MEI7036	54109790D	6920/0	05/09/2011	233
MEJ0975	54109780D	6920/0	31/08/2011	233
MFG0173	54109747D	6920/0	12/08/2011	233
MFN0231	54108271D	6580/0	18/08/2011	230 * IV
MFN0231	54108271D	6599/2	18/08/2011	230 * V
MGB5206	54109220D	6912/0	02/09/2011	232
MGT9032	54109739D	6920/0	10/08/2011	233
MGV6345	54109305D	6556/4	11/08/2011	230 * I
MGV6345	54109306D	6726/1	11/08/2011	230 * XVIII
MHJ4652	55052565D	6599/2	09/09/2011	230 * V
MIX1584	54109302D	5010/0	11/08/2011	162 * I
MMF1812	54109406D	5045/0	02/09/2011	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1154/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZW3062	54109578D	5487/0	25/08/2011	181 * XI
MBO5577	55052521D	5541/4	06/09/2011	181 * XVII
MEP6251	55847395C	5541/1	08/08/2011	181 * XVII
MFR5929	55052514D	5452/2	06/09/2011	181 * VIII
MHI5279	54109367D	7366/2	16/08/2011	252 * VI
MHP0718	55680137C	7366/2	17/08/2011	252 * VI
MHY3444	54110048D	5550/0	11/08/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1155/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAZ3267	54108965D	6599/2	30/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MET5574	54109154D	5045/0	30/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
MET5574	54109155D	5142/0	30/06/2011	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1156/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MET5574	54109156D	5835/0	30/06/2011	R\$ 127,69	195
MFQ7688	54109554D	6165/0	05/07/2011	R\$ 127,69	214 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1157/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIG2700	54108272D	6599/2	26/08/2011	230 * V
MIG2700	54108273D	6700/2	26/08/2011	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1158/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DCF8496	54108565D	6599/2	25/09/2011	230 * V
IMT4726	55680140C	6556/1	27/08/2011	230 * I
LXC2278	54108109D	6637/2	02/09/2011	230 * IX
LXC2278	54109599D	5010/0	02/09/2011	162 * I
LXC2278	54109600D	5118/0	02/09/2011	164 c/c 162 * I
LYI2157	54109775D	6920/0	29/08/2011	233
LYW6527	54109280D	5010/0	22/09/2011	162 * I
LYY2676	54109754D	6920/0	19/08/2011	233
LZZ3870	54109769D	6920/0	25/08/2011	233
MAK5362	55052581D	5045/0	22/09/2011	162 * V
MAU8832	55678793C	5010/0	16/09/2011	162 * I
MAU8832	55678794C	6408/0	16/09/2011	221
MBP0474	54109762D	6920/0	19/08/2011	233
MBU7303	54108274D	6599/2	26/08/2011	230 * V
MCB3770	55272194C	5169/1	20/09/2011	165
MCB3770	55272195C	5045/0	20/09/2011	162 * V
MEO3450	54109211D	5010/0	26/08/2011	162 * I
MEO3450	54109212D	6556/1	26/08/2011	230 * I
MEO3450	54109213D	6556/3	26/08/2011	230 * I
MEY3197	54110000D	5045/0	24/09/2011	162 * V
MFJ8350	55052540D	6599/2	26/09/2011	230 * V
MFQ9682	54109410D	6599/2	19/09/2011	230 * V
MFY5910	55052584D	5169/1	22/09/2011	165
MHE3329	54109805D	6920/0	14/09/2011	233
MHS5095	4108156D	6599/2	28/08/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1159/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APT0160	55847151C	5452/1	10/10/2010	181 * VIII
HEI9914	55052503D	6017/5	02/09/2011	206 * III
MCQ7995	55052561D	5487/0	09/09/2011	181 * XI
MDD2474	55680147C	5541/1	02/09/2011	181 * XVII
MDE5823	54109984D	7030/2	31/08/2011	244 * I
MDM2152	55680141C	5541/1	29/08/2011	181 * XVII
MED6867	54109373D	5720/0	21/09/2011	186 * I
MFN1603	55680150C	5541/3	02/09/2011	181 * XVII
MFS8810	55052504D	5487/0	02/09/2011	181 * XI
MFW1065	55052536D	5541/5	23/09/2011	181 * XVII
MGO8014	55052502D	5452/2	02/09/2011	181 * VIII
MHL2184	54109593D	5550/0	30/08/2011	181 * XVIII
MHX2892	55680148C	5541/1	02/09/2011	181 * XVII
MIM0998	55052579D	5720/0	22/09/2011	186 * I
MIT4203	55052538D	5487/0	26/09/2011	181 * XI
MJN4670	54109594D	5452/2	30/08/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1160/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXB7845	54109682D	6920/0	08/07/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1161/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAE5606	54109114D	5991/0	27/06/2011	R\$ 191,53	206 * I
MEE3802	54109568D	5550/0	13/07/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHW3084	54108516D	5550/0	01/07/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1162/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHW2406	55678785C	6599/2	01/09/2011	230 * V
AHW2406	55678786C	6556/5	01/09/2011	230 * I
CMU4036	54108210D	6599/2	05/09/2011	230 * V
CMU4036	54109792D	6920/0	06/09/2011	233
DEJ4520	55052564D	5045/0	09/09/2011	162 * V
IBM6996	54109217D	5010/0	02/09/2011	162 * I
IBM6996	54109218D	6599/2	02/09/2011	230 * V
IIH4042	54109829D	6920/0	28/09/2011	233
KIE4066	54109789D	6920/0	05/09/2011	233
LXC2278	55052511D	6556/5	06/09/2011	230 * I

LXC2278	55052512D	5010/0	06/09/2011	162 * I
LXR0945	54109221D	6599/2	10/09/2011	230 * V
LXS9478	55271895C	6920/0	20/11/2009	233
LYD2927	55659977C	5010/0	15/04/2010	162 * I
LYH8743	55052558D	6599/2	07/09/2011	230 * V
MAS2434	54109793D	6920/0	06/09/2011	233
MBN2116	55846944C	6599/2	07/09/2011	230 * V
MBS8574	55679423C	5045/0	12/05/2010	162 * V
MBS8574	55679424C	6637/1	12/05/2010	230 * IX
MCB3770	54109824D	6920/0	22/09/2011	233
MCB4342	55678841C	6769/1	20/04/2010	230 * XXII
MDD7679	55273966C	6912/0	17/04/2010	232
MDW5422	54109767D	6920/0	25/08/2011	233
MEU8654	54109457D	5045/0	19/08/2011	162 * V
MFF2543	55847302C	6599/2	06/08/2011	230 * V
MGE9731	54109981D	5010/0	21/08/2011	162 * I
MIA2436	54109791D	6920/0	06/09/2011	233
MIP3196	54109409D	5010/0	15/09/2011	162 * I
MIX1883	54109781D	6920/0	31/08/2011	233
MJH7150	55678833C	7340/0	19/04/2010	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1163/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHW2406	55678784C	5479/0	01/09/2011	181 * X
HBU0357	55052526D	5487/0	06/09/2011	181 * XI
HQZ5817	55052520D	5541/4	06/09/2011	181 * XVII
MBN1152	55678846C	5185/2	20/04/2010	167
MDK8668	55052528D	5541/4	10/09/2011	181 * XVII
MDO4211	54109371D	7366/2	19/08/2011	252 * VI
MDV6751	54109997D	5541/1	21/09/2011	181 * XVII
MEU7090	55678859C	6017/5	15/05/2010	206 * III
MEU8654	54109456D	7030/1	19/08/2011	244 * I
MGN6585	55052563D	5452/2	09/09/2011	181 * VIII
MHW1781	55052567D	5207/0	09/09/2011	169
MIW8421	55052524D	5452/2	06/09/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1164/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JZI2906	54109701D	6920/0	11/07/2011	R\$ 127,69	233
LXU8790	54109201D	5010/0	14/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZL6083	54108434D	5045/0	26/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
LZN3353	55846698C	6599/2	21/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZN3353	55846699C	5010/0	21/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCN0065	54109202D	6653/2	21/07/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MCN0065	54109253D	5010/0	21/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCN0065	54109254D	6912/0	21/07/2011	R\$ 53,20	232
MCO5835	54109685D	6920/0	11/07/2011	R\$ 127,69	233
MFG9969	54109517D	6637/2	19/07/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MFG9969	54109519D	5010/0	19/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFG9969	54109520D	6912/0	19/07/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI

9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1165/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LAS5098	54109969D	5487/0	29/07/2011	R\$ 127,69	181 * XI
MII4604	54110012D	5550/0	07/07/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1166/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GVS7773	55273049C	6599/2	30/09/2011	230 * V
LWU3890	54109990D	5274/2	15/09/2011	175
LZO3884	54109810D	6920/0	15/09/2011	233
MAE9161	55678800C	6599/2	02/10/2011	230 * V
MBB1265	54108373D	5010/0	04/10/2011	162 * I
MCA4395	55052588D	6645/0	02/10/2011	230 * X
MCG6553	55052574D	6599/2	18/09/2011	230 * V
MCG6553	55052575D	5010/0	18/09/2011	162 * I
MCK4827	54109804D	6920/0	14/09/2011	233
MCT2626	54109534D	5010/0	25/08/2011	162 * I
MCT2626	54109535D	6599/2	25/08/2011	230 * V
MDF9159	55679672C	6599/2	30/08/2011	230 * V
MDI1845	54108280D	6580/0	22/09/2011	230 * IV
MDL2583	54108447D	6599/2	26/08/2011	230 * V
MDO5546	55846949C	6599/2	27/09/2011	230 * V
MDO5546	55846950C	6556/4	27/09/2011	230 * I
MDZ8204	55052572D	6599/2	14/09/2011	230 * V
MEQ3363	54108985D	6653/1	28/09/2011	230 * XI
MEU5371	55052602D	6637/1	30/09/2011	230 * IX
MEU5371	55052602D	6912/0	30/09/2011	232
MFZ7104	54109386D	5010/0	09/10/2011	162 * I
MFZ7104	54109387D	5061/0	09/10/2011	163 c/c 162 * I
MFZ7104	54109388D	6637/1	09/10/2011	230 * IX
MGR8014	54109585D	5010/0	26/08/2011	162 * I
MGR8014	54109587D	5118/0	26/08/2011	164 c/c 162 * I
MGX0645	54109419D	6599/2	01/10/2011	230 * V
MHA7256	54109461D	5010/0	26/08/2011	162 * I
MIL6604	54109310D	5010/0	01/10/2011	162 * I
MIL6604	54109311D	5118/0	01/10/2011	164 c/c 162 * I
MJB6672	54109830D	6920/0	29/09/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1167/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJH6969	55052542D	5460/0	08/10/2011	181 * IX
DHU3805	55846946C	5738/0	27/09/2011	186 * II

GTA4456	54108287D	5550/0	28/09/2011	181 * XVIII
MCG6553	55052576D	7056/1	18/09/2011	244 * III
MDI1845	54108280D	6076/0	22/09/2011	210
MDZ4006	55678798C	7048/1	28/09/2011	244 * II
MEB8260	55052612D	5525/0	09/10/2011	181 * XV
MEJ2642	54109377D	5550/0	30/09/2011	181 * XVIII
MFN6257	55052545D	5452/2	08/10/2011	181 * VIII
MGR8014	54109586D	7056/1	26/08/2011	244 * III
MGX7014	55052547D	5487/0	08/10/2011	181 * XI
MHG3756	54108116D	5487/0	08/10/2011	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1168/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZP4193	55846693C	5169/1	06/07/2011	R\$ 957,69	165
MBW3455	54109716D	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
MGD5878	54749763B	6637/0	15/06/2008	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1169/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CKA0077	54109822D	6920/0	20/09/2011	233
LYL3486	54109167D	6599/2	09/10/2011	230 * V
LYS6431	55052580D	6769/3	22/09/2011	230 * XXII
MBB0388	54109812D	6920/0	21/09/2011	233
MBF4425	54109798D	6920/0	08/09/2011	233
MBU0962	55678789C	6599/2	13/09/2011	230 * V
MBU0962	55678790C	6580/0	13/09/2011	230 * IV
MCE8774	54658015C	6599/2	20/10/2011	230 * V
MCE8774	54658016C	5010/0	20/10/2011	162 * I
MCK7474	55052570D	6653/2	14/09/2011	230 * XI
MCK7474	55052571D	6912/0	14/09/2011	232
MCO4257	54109414D	5010/0	20/09/2011	162 * I
MDE5823	55272196C	5010/0	20/09/2011	162 * I
MDL3480	54109277D	5045/0	22/09/2011	162 * V
MDP0772	54109307D	6556/1	20/09/2011	230 * I
MDP0772	54109308D	6726/1	20/09/2011	230 * XVIII
MDU2608	55052552D	5010/0	03/09/2011	162 * I
MEM0677	55052573D	5045/0	14/09/2011	162 * V
MEO3450	54109808D	6920/0	15/09/2011	233
MEQ9393	54109800D	6920/0	08/09/2011	233
MFP8545	54109820D	6920/0	15/09/2011	233
MHK0921	55052585D	6599/2	22/09/2011	230 * V
MHZ2787	54109991D	5274/2	15/09/2011	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1170/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998



DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDU2608	55052553D	5835/0	03/09/2011	195
MFY4329	54108291D	6050/1	07/10/2011	208
MGQ4777	55847301C	5185/1	06/08/2011	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1171/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYF0838	54109723D	6920/0	02/08/2011	R\$ 127,69	233
MCK7474	54109129D	6599/2	04/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCO1825	55678945C	6599/2	27/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDA0262	55846931C	6599/2	27/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGJ7972	54109260D	5010/0	26/07/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1072/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAA3052	55680149C	5541/3	02/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDZ3972	55847396C	5541/1	12/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW8073	54108439D	7307/0	27/07/2011	R\$ 85,12	251 * II
MIL1930	55846632C	5460/0	23/07/2010	R\$ 85,12	181 * IX
MJY0260	54108979D	7366/2	12/08/2011	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1173/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABE0335	55052578D	6599/2	21/09/2011	230 * V
BNC6117	55052600D	5010/0	20/10/2011	162 * I
BNC6117	55053001D	5061/0	20/10/2011	163 c/c 162 * I
IJZ2911	54109325D	6912/0	25/10/2011	232
LXC2278	55848489C	5010/0	29/09/2011	162 * I
LXC2278	55848489C	6556/1	29/09/2011	230 * I
LXC2278	55848489C	6645/0	29/09/2011	230 * X
LYC1197	54109841D	6920/0	07/10/2011	233
LZF3429	54109825D	6920/0	27/09/2011	233
MAS8372	55051751D	6920/0	19/10/2011	233
MCI4357	55272197C	5010/0	20/09/2011	162 * I
MCS5561	55848532C	5010/0	29/09/2011	162 * I
MCS5561	55848532C	6556/1	29/09/2011	230 * I
MCS5561	55848532C	6599/2	29/09/2011	230 * V

MGH3392	55848075C	6920/0	11/02/2011	233
MHG4671	54109225D	6599/2	20/10/2011	230 * V
MIB8805	54657769C	6599/2	20/10/2011	230 * V
MIE2179	55848537C	5010/0	20/10/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1174/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNC6117	55053002D	5835/0	20/10/2011	195
BNC6117	55053003D	5215/1	20/10/2011	170
BNC6117	55053003D	5215/2	20/10/2011	170
MBV4966	55847062C	5240/0	12/10/2011	173
MDT1878	55052707D	5460/0	14/10/2011	181 * IX
MDT1878	55052708D	5487/0	14/10/2011	181 * XI
MFG6949	54109396D	6017/5	17/10/2011	206 * III
MGB3048	55052709D	5487/0	14/10/2011	181 * XI
MGX7804	55847064C	6050/2	24/10/2011	208
MHM8919	55052590D	5720/0	03/10/2011	186 * I
MIM0998	55052705D	5541/3	14/10/2011	181 * XVII
MIT2299	55052712D	5541/4	17/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1175/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIA5644	54109832D	6920/0	28/09/2011	233
BQF7535	55051771D	6920/0	01/11/2011	233
BZQ7889	54109840D	6920/0	10/10/2011	233
HFC7507	54109826D	6920/0	28/09/2011	233
HOR0469	54108293D	6599/2	07/10/2011	230 * V
HOR0469	54108294D	5010/0	07/10/2011	162 * I
HUP6596	54109835D	6920/0	05/10/2011	233
HZO8349	55678795C	6408/0	25/09/2011	221
ILE4106	54109330D	6599/2	03/11/2011	230 * V
ILV0585	54109844D	6920/0	05/10/2011	233
INI5832	55053034D	6599/2	04/11/2011	230 * V
IRA6012	54108171D	6599/2	22/10/2011	230 * V
LNI6501	54657256C	6912/0	03/10/2011	232
LXJ7664	54109831D	6920/0	30/09/2011	233
LYC1197	54108986D	6556/5	05/10/2011	230 * I
LYC1197	54108987D	6599/2	05/10/2011	230 * V
LZH2731	55052026D	6599/2	10/11/2011	230 * V
LZH2731	55052027D	5010/0	10/11/2011	162 * I
LZK4362	54109823D	6920/0	15/09/2011	233
LZU9844	54109845D	6920/0	05/10/2011	233
MAE9161	55678799C	5010/0	02/10/2011	162 * I
MAP6567	54109441D	6599/2	03/11/2011	230 * V
MAR0197	55273044C	6637/1	27/09/2011	230 * IX
MAR0197	55273045C	6637/2	27/09/2011	230 * IX
MAV0762	54107691D	6599/2	02/06/2011	230 * V
MBF1721	55052651D	6599/2	05/10/2011	230 * V
MBF1721	55052652D	5010/0	05/10/2011	162 * I
MBI1004	54108162D	6599/2	10/10/2011	230 * V
MBI1004	54108163D	5010/0	10/10/2011	162 * I
MBI1685	54108172D	6599/2	28/10/2011	230 * V
MBV7795	54108161D	5010/0	01/10/2011	162 * I

MBV8954	55052058D	6610/2	08/11/2011	230 * VII
MBV3803	55848531C	6599/2	29/09/2011	230 * V
MCG8737	54108167D	6599/2	22/10/2011	230 * V
MCG8737	54108169D	6556/5	22/10/2011	230 * I
MDE5017	54109229D	6599/2	21/10/2011	230 * V
MDE5017	54109230D	5010/0	21/10/2011	162 * I
MDQ4625	54108575D	6599/2	01/11/2011	230 * V
MDS4986	55273048C	6599/2	30/09/2011	230 * V
MEB8773	54109545D	6637/1	06/10/2011	230 * IX
MES0986	55052603D	6912/0	30/09/2011	232
MFG1438	55273050C	5010/0	01/10/2011	162 * I
MFG1438	55273050C	6556/1	01/10/2011	230 * I
MFH3755	54657258C	6599/2	04/10/2011	230 * V
MFQ9480	54658544C	6599/2	20/10/2011	230 * V
MFY0998	54109169D	6637/1	09/10/2011	230 * IX
MGJ9094	55053033D	6700/1	04/11/2011	230 * XVI
MGK1685	55052653D	6599/2	05/10/2011	230 * V
MGL5434	55053201D	6599/2	08/11/2011	230 * V
MGY9840	55052604D	5010/0	30/09/2011	162 * I
MHD3563	55848533C	6599/2	29/09/2011	230 * V
MHG3338	55052068D	5045/0	10/11/2011	162 * V
MHU8161	55678791C	5045/0	13/09/2011	162 * V
MID3852	54109425D	6912/0	18/10/2011	232
MID3852	54109426D	7340/0	18/10/2011	252 * IV
MKT7010	54109827D	6920/0	27/09/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1176/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DGE7013	55052720D	5487/0	20/10/2011	181 * XI
HZO8349	55678797C	5452/1	25/09/2011	181 * VIII
IPM8512	54109436D	7366/2	31/10/2011	252 * VI
LZE7697	55052549D	5541/1	08/10/2011	181 * XVII
MAX6572	54108568D	5720/0	08/10/2011	186 * I
MAX6572	54108568D	5819/6	08/10/2011	193
MAX6572	54108568D	5835/0	08/10/2011	195
MBI1685	54108173D	5380/0	28/10/2011	181 * I
MBX6000	55053105D	5991/0	28/10/2011	206 * I
MBZ8885	54109380D	5541/4	08/10/2011	181 * XVII
MCG8737	54108168D	5452/1	22/10/2011	181 * VIII
MDE5017	54109231D	7030/2	21/10/2011	244 * I
MDO6732	54108119D	7366/2	01/11/2011	252 * VI
MGF8031	54109165D	5460/0	30/09/2011	181 * IX
MGO4345	55053023D	5525/0	02/11/2011	181 * XV
MGX7804	55847065C	7366/2	24/10/2011	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1177/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFF4589	54109776D	6920/0	30/08/2011	R\$ 127,69	233
LXO9087	54109215D	5010/0	26/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYK3202	54109985D	5010/0	01/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAQ7046	54109746D	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
MEC9041	54109778D	6920/0	30/08/2011	R\$ 127,69	233
MGJ6316	55659624C	5274/1	06/02/2010	R\$ 191,53	175

MGM8781	54108448D	5010/0	26/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGM8781	54108449D	6599/2	26/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGM8781	54108450D	5118/0	26/08/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHF4129	54109214D	5010/0	26/08/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1178/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHV7491	54109407D	5541/1	10/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1179/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BZM7797	54109546D	6637/1	15/10/2011	230 * IX
BZM7797	54109547D	6637/2	15/10/2011	230 * IX
BZM7797	54109548D	5274/1	15/10/2011	175
BZM7797	54109549D	6912/0	15/10/2011	232
DJF6587	55052069D	6700/1	10/11/2011	230 * XVI
DJF6587	55052070D	6661/0	10/11/2011	230 * XII
HDM7852	55052598D	6556/5	10/10/2011	230 * I
IBL7797	54109350D	6548/2	13/11/2011	229
IGH3821	54109842D	6920/0	04/10/2011	233
KMY7618	55053035D	6912/0	04/11/2011	232
LXA2297	54108297D	6599/2	14/10/2011	230 * V
LXA2297	54108298D	5010/0	14/10/2011	162 * I
LXS4485	55052021D	5037/1	08/11/2011	162 * III
LXV0505	54109420D	6599/2	01/10/2011	230 * V
LYU9005	55053203D	6599/2	14/11/2011	230 * V
LYU9005	55053204D	6556/1	14/11/2011	230 * I
LZC6838	55053152D	6599/2	10/11/2011	230 * V
LZK3200	55051767D	6920/0	01/11/2011	233
MBD6705	54108569D	5010/0	17/10/2011	162 * I
MBD6705	54108569D	6599/2	17/10/2011	230 * V
MBM8272	54109838D	6920/0	07/10/2011	233
MBO8597	55052151D	6599/2	04/11/2011	230 * V
MBR4575	54109227D	5010/0	20/10/2011	162 * I
MBR4575	54109228D	6599/2	20/10/2011	230 * V
MBS9251	55846809C	5010/0	04/11/2011	162 * I
MCC4325	55848540C	6599/2	20/10/2011	230 * V
MCH8828	55051773D	6920/0	01/11/2011	233
MCJ4246	54108295D	6599/2	14/10/2011	230 * V
MCJ4246	54108296D	5010/0	14/10/2011	162 * I
MCW5203	54109836D	6920/0	05/10/2011	233
MDE5823	54109390D	6637/1	14/10/2011	230 * IX
MFB4983	55848496C	6653/2	20/10/2011	230 * XI
MFR0447	55848491C	6637/2	20/10/2011	230 * IX
MGV4499	54109234D	5045/0	07/11/2011	162 * V
MGV4499	54109234D	6599/2	07/11/2011	230 * V
MGV4499	54109234D	6912/0	07/11/2011	232
MGY9655	54657765C	6599/2	20/10/2011	230 * V
MHA2015	55847185C	6599/2	10/10/2011	230 * V
MHA2015	55847186C	5045/0	10/10/2011	162 * V
MJN3006	55051794D	6920/0	08/11/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5

(ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1180/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BOL3140	54108299D	6947/1	16/10/2011	235
DIR0232	54108517D	5460/0	18/10/2011	181 * IX
HDM7852	55052596D	6017/5	10/10/2011	206 * III
HDM7852	55052597D	5835/0	10/10/2011	195
IBL7797	54109349D	5185/1	13/11/2011	167
IOS6942	54108519D	5487/0	18/10/2011	181 * XI
LXZ4302	55052701D	6564/0	11/10/2011	230 * II
MEY5845	55052103D	5452/1	16/11/2011	181 * VIII
MGY9655	54109393D	5541/4	17/10/2011	181 * XVII
MIK6798	54109398D	5541/4	21/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1181/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJN1701	55848077C	6920/0	16/02/2011	R\$ 127,69	233
MBS2413	54109750D	6920/0	18/08/2011	R\$ 127,69	233
MDW4445	54109766D	6920/0	24/08/2011	R\$ 127,69	233
MFN3933	54108110D	5010/0	02/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFN3933	54108111D	5118/0	02/09/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGG6843	54108159D	5010/0	07/09/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1182/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EUG1008	55679355C	5541/1	17/05/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI0194	55679443C	5401/0	13/05/2010	R\$ 127,69	181 * III
MGS7958	55052554D	5541/3	07/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB9844	55847060C	6050/1	20/09/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1183/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJH4836	55051757D	6920/0	21/10/2011	233
CTZ4025	55051761D	6920/0	24/10/2011	233
IID1227	54109324D	5010/0	22/10/2011	162 * I
KCX9104	55051758D	6920/0	26/10/2011	233
LWU7888	55051762D	6920/0	24/10/2011	233
MAP3819	55053016D	5010/0	01/11/2011	162 * I
MBW1634	54109166D	6599/2	17/11/2011	230 * V
MBZ3907	54109422D	6599/2	14/10/2011	230 * V
MBZ3907	54109423D	5010/0	14/10/2011	162 * I
MDC9455	55052006D	5010/0	04/11/2011	162 * I
MDC9455	55052007D	6599/2	04/11/2011	230 * V
MDC9455	55052008D	5274/2	04/11/2011	175
MDG1692	54108989D	6653/1	14/10/2011	230 * XI
MDL9379	54659506C	6556/1	19/11/2011	230 * I
MDM1090	55659230C	6599/2	18/11/2011	230 * V
MDM1090	55659231C	6912/0	18/11/2011	232
MDO5546	55052623D	7340/0	19/11/2011	252 * IV
MDW6039	55846810C	5010/0	04/11/2011	162 * I
MFW9940	55051754D	6920/0	18/10/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1184/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYZ6826	55052728D	5541/1	29/10/2011	181 * XVII
MDC9455	55052007D	5835/0	04/11/2011	195
MHY1881	54109323D	5541/1	22/10/2011	181 * XVII
MIE4447	55052314D	7366/2	20/11/2011	252 * VI
MIG9353	54109313D	5738/0	16/10/2011	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1185/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYD2397	55052654D	6599/2	05/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYD2397	55052655D	5010/0	05/10/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1186/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANH5790	55052518D	5541/4	06/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI

9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1187/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CVO3530	55052201D	5274/2	06/11/2011	175
CVO3530	55052202D	6610/2	06/11/2011	230 * VII
CZT8051	54109327D	5010/0	03/11/2011	162 * I
CZT8051	54109329D	6599/2	03/11/2011	230 * V
LUV5215	55053039D	6556/5	04/11/2011	230 * I
LXJ3173	55052011D	6599/2	05/11/2011	230 * V
LXJ3173	55052012D	5010/0	05/11/2011	162 * I
LXJ3173	55052013D	5118/0	05/11/2011	164 c/c 162 * I
LYK3202	55052029D	5010/0	10/11/2011	162 * I
LYQ5556	54109444D	6599/2	03/11/2011	230 * V
MAB8933	55053027D	6599/2	03/11/2011	230 * V
MAG9924	54108127D	6556/3	03/11/2011	230 * I
MAT3785	55053017D	5010/0	01/11/2011	162 * I
MAT3785	55053018D	6599/2	01/11/2011	230 * V
MAY0020	54109440D	6610/2	02/11/2011	230 * VII
MAZ6537	55053205D	5010/0	23/11/2011	162 * I
MAZ6537	55053208D	6599/2	23/11/2011	230 * V
MBH0397	54109292D	6599/2	01/11/2011	230 * V
MBJ5064	54108374D	6599/2	16/10/2011	230 * V
MBP4171	55052015D	5274/2	06/11/2011	175
MBP4171	55052020D	6602/0	06/11/2011	230 * VI
MBQ5575	54109331D	6599/2	03/11/2011	230 * V
MBQ5575	54109446D	5010/0	03/11/2011	162 * I
MBQ5657	55052018D	6599/2	06/11/2011	230 * V
MBQ5657	55052019D	5274/2	06/11/2011	175
MCE6187	54109336D	5010/0	03/11/2011	162 * I
MCE6187	54109337D	6599/2	03/11/2011	230 * V
MCE6187	54109338D	5274/1	03/11/2011	175
MCJ3209	55053019D	6912/0	01/11/2011	232
MCJ3209	55053020D	5010/0	01/11/2011	162 * I
MCK4811	54109333D	6599/2	03/11/2011	230 * V
MCK4811	54109334D	6912/0	03/11/2011	232
MCK4811	54109335D	6637/1	03/11/2011	230 * IX
MCQ1953	54109442D	5010/0	03/11/2011	162 * I
MDK5971	55053151D	5010/0	07/11/2011	162 * I
MDN5262	54109339D	5010/0	03/11/2011	162 * I
MDN5262	54109340D	6599/2	03/11/2011	230 * V
MDN5262	54109341D	6580/0	03/11/2011	230 * IV
MDS2442	54108126D	6599/2	03/11/2011	230 * V
MEB5837	54658548C	6599/2	04/11/2011	230 * V
MEG4102	54109445D	5010/0	03/11/2011	162 * I
MEH0372	55659229C	6912/0	04/11/2011	232
MEJ7642	55052004D	5010/0	04/11/2011	162 * I
MEJ7642	55052005D	6599/2	04/11/2011	230 * V
MEM6501	55052023D	6637/2	10/11/2011	230 * IX
MEM6501	55052024D	5010/0	10/11/2011	162 * I
MEZ9589	54659507C	6556/4	21/11/2011	230 * I
MFR7831	55053038D	6602/0	04/11/2011	230 * VI
MGW0797	54659508C	5045/0	21/11/2011	162 * V
MGW0797	54659509C	6599/2	21/11/2011	230 * V
MHF5225	55847019C	6599/2	24/11/2011	230 * V
MHF5225	55847020C	5045/0	24/11/2011	162 * V
MIB3137	54109460D	6599/2	30/10/2011	230 * V
MID4748	54109233D	6599/2	04/11/2011	230 * V
MIX4522	54109443D	6912/0	03/11/2011	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1188/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998

DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJZ7742	55847016C	5991/0	05/11/2011	206 * I
BGN5091	55052042D	5541/4	22/11/2011	181 * XVII
BIP8166	55053025D	5509/0	02/11/2011	181 * XIII
CFW4575	54658025C	5185/1	24/11/2011	167
LYN4291	55053032D	5207/0	04/11/2011	169
MBI3744	55659227C	7030/1	04/11/2011	244 * I
MBK9992	55053022D	5525/0	02/11/2011	181 * XV
MBP4171	55052016D	5835/0	06/11/2011	195
MBQ5657	55052017D	5835/0	06/11/2011	195
MDN9254	54108121D	5541/5	01/11/2011	181 * XVII
MDQ5546	55052040D	6068/1	21/11/2011	209
MFR7831	55053036D	7030/1	04/11/2011	244 * I
MHM8387	55053159D	5460/0	28/11/2011	181 * IX
MHU0285	55053040D	5550/0	06/11/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1189/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFD8497	54109814D	6920/0	19/09/2011	R\$ 127,69	233
IHJ8817	54109821D	6920/0	20/09/2011	R\$ 127,69	233
MBF6718	54109815D	6920/0	20/09/2011	R\$ 127,69	233
MFD5760	55052577D	6599/2	19/09/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1190/2011**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACG3424	55052061D	6599/2	09/11/2011	230 * V
AKO0591	55051777D	6920/0	01/11/2011	233
APU4641	55053044D	6912/0	08/11/2011	232
CSN9047	54109347D	6912/0	09/11/2011	232
CSN9047	54109348D	6599/2	09/11/2011	230 * V
DMK2442	55051770D	6920/0	01/11/2011	233
GZK7683	55051786D	6920/0	04/11/2011	233
IDE3078	55052035D	5274/1	13/11/2011	175
IDE3078	55052036D	6912/0	13/11/2011	232
IES3251	55051776D	6920/0	01/11/2011	233
IIL3741	55051806D	6920/0	18/11/2011	233
IJN8980	55051765D	6920/0	31/10/2011	233
LUV5215	55051780D	6920/0	01/11/2011	233
LVN4447	55051815D	6920/0	14/11/2011	233
LWW5569	55051782D	6920/0	03/11/2011	233
LXR1658	55053041D	6599/2	08/11/2011	230 * V
LXR1658	55053042D	6912/0	08/11/2011	232
MBN3246	55052037D	6599/2	13/11/2011	230 * V
MBR0391	55051779D	6920/0	01/11/2011	233
MCA7348	55051814D	6920/0	14/11/2011	233
MCE7069	55051826D	6920/0	25/11/2011	233
MCG7152	55053155D	5010/0	16/11/2011	162 * I
MCN7436	55051764D	6920/0	25/10/2011	233

MCZ6031	55051781D	6920/0	01/11/2011	233
MDE4718	55051788D	6920/0	04/11/2011	233
MDN5788	55847190C	6599/2	09/11/2011	230 * V
MDS8669	55051830D	6920/0	01/12/2011	233
MDV4789	55051822D	6920/0	23/11/2011	233
MEM0515	54107735D	6556/1	25/11/2011	230 * I
MES5820	55051798D	6920/0	07/11/2011	233
MEZ2652	55051768D	6920/0	03/11/2011	233
MFF8017	55051797D	6920/0	07/11/2011	233
MFG8020	54109343D	5010/0	06/11/2011	162 * I
MFG8020	54109344D	5118/0	06/11/2011	164 c/c 162 * I
MFG8020	54109345D	6556/1	06/11/2011	230 * I
MFT5545	55051769D	6920/0	03/11/2011	233
MFZ9468	55051790D	6920/0	08/11/2011	233
MGJ1581	55053030D	6637/1	04/11/2011	230 * IX
MGK1539	55052066D	6599/2	10/11/2011	230 * V
MGT8882	55051795D	6920/0	08/11/2011	233
MHG1823	55052060D	6912/0	09/11/2011	232
MIB3034	55052057D	6599/2	08/11/2011	230 * V
MIG3423	55053062D	6610/2	11/11/2011	230 * VII
MIP0963	55053043D	6912/0	08/11/2011	232
MIW1810	55051793D	6920/0	04/11/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1191/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYP7193	54109346D	6564/0	06/11/2011	230 * II
MFK2007	55052062D	7366/2	10/11/2011	252 * VI
MIS3892	55052031D	5550/0	13/11/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1192/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDU9861	54109314D	5010/0	16/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDU9861	54109315D	6599/2	16/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFJ5910	55848494C	5169/1	20/10/2011	R\$ 957,69	165
MIE2179	55848539C	6912/0	20/10/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1193/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGL6391	54109168D	6050/2	09/10/2011	R\$ 191,53	208
CKD6868	55052726D	5541/1	23/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

MHY0814 54109164D 5541/5 24/09/2011 R\$ 53,20 181 \* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1194/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDH2262	55052317D	6599/2	21/11/2011	230 * V
MDH2262	55052318D	5010/0	21/11/2011	162 * I
MDH2262	55052319D	5118/0	21/11/2011	164 c/c 162 * I
MED2680	55052624D	6556/1	19/11/2011	230 * I
MED2680	55052625D	6637/2	19/11/2011	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1195/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJT8588	55052308D	5541/1	20/11/2011	181 * XVII
KMN3604	55052315D	5967/0	21/11/2011	203 * V
MAO1631	54108525D	5185/1	20/11/2011	167
MCL6501	55052307D	5193/0	20/11/2011	168
MJZ0230	55052104D	5550/0	19/11/2011	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1196/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG2187	54658541C	6599/2	05/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYF9196	55052589D	6599/2	02/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYF9196	55052589D	6637/1	02/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDU9861	54109316D	6556/1	16/10/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDU9861	54109317D	5118/0	16/10/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDU9861	54109318D	5274/2	16/10/2011	R\$ 191,53	175
MDU9861	54109320D	6556/5	16/10/2011	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1197/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOH9465	54109379D	5541/4	08/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU9861	54109319D	5835/0	16/10/2011	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1198/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICE6839	55051835D	6920/0	24/11/2011	233
ICT2730	55053169D	6599/2	16/12/2011	230 * V
IDM8505	55051846D	6920/0	07/12/2011	233
LZL4244	55052326D	5010/0	03/12/2011	162 * I
LZL4244	55052327D	5118/0	03/12/2011	164 c/c 162 * I
LZL4244	55052328D	6599/2	03/12/2011	230 * V
MAD2585	55848366C	6599/2	19/11/2011	230 * V
MAD2585	55848367C	6602/0	19/11/2011	230 * VI
MAX5495	54658024C	5010/0	24/11/2011	162 * I
MBA5345	55052650D	5010/0	13/12/2011	162 * I
MBA5345	55052650D	6599/2	13/12/2011	230 * V
MBO3215	55847017C	6599/2	24/11/2011	230 * V
MDQ4625	54108529D	6556/1	17/12/2011	230 * I
MDQ4625	54108531D	6637/2	17/12/2011	230 * IX
MET2313	55051809D	6920/0	18/11/2011	233
MFV9007	55053064D	6599/2	16/12/2011	230 * V
MGB6624	55847023C	5010/0	02/12/2011	162 * I
MGX0645	54108579D	6912/0	07/12/2011	232
MGZ2191	55847191C	6661/0	24/11/2011	230 * XII
MGZ6191	55847192C	5010/0	24/11/2011	162 * I
MIZ2067	55052049D	5010/0	14/12/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1199/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJB9128	54109171D	5460/0	23/11/2011	181 * IX
MBG1543	55052079D	5541/1	17/12/2011	181 * XVII
MFV9007	55053063D	7030/1	16/12/2011	244 * I
MGB6624	55847022C	5452/2	02/12/2011	181 * VIII
MGG8954	55052635D	5452/5	01/12/2011	181 * VIII
MHD6514	54108130D	7366/2	17/11/2011	252 * VI
MIX3344	54109238D	5452/1	14/11/2011	181 * VIII
MMI4450	55052718D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1200/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYG9343	54108576D	6610/1	04/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LYR7943	54108988D	6599/2	08/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBF0977	54658540C	6599/2	05/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBK3357	55052153D	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBS0417	54109232D	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCL1602	55848493C	6912/0	20/10/2011	R\$ 53,20	232
MFR7831	54109299D	6912/0	04/11/2011	R\$ 53,20	232
MIJ9033	54109437D	6700/1	31/10/2011	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

# **Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba-Edital 1201/2012 a 1300/2012-DMutran**

## **Edital de Publicação – Diário Oficial do Município de Imbituba – DOM-SC**

**Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN**

**Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA**

**Edital 1201/2012 a 1300/2012**

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1201/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW9824	55052541D	5487/0	29/09/2011	R\$ 127,69	181 * XI
MBT7491	54109381D	5541/4	08/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1202/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNN2550	54660526C	6599/2	29/12/2011	230 * V
BNW8505	55051813D	6920/0	14/11/2011	233
CNC0748	55051818D	6920/0	14/11/2011	233
CYC6615	54660534C	5010/0	30/12/2011	162 * I
IMU3866	55051827D	6920/0	25/11/2011	233
LBU3523	55053154D	5045/0	16/11/2011	162 * V
LBU3523	55053154D	6912/0	16/11/2011	232
LXO9499	55051828D	6920/0	29/11/2011	233
LXZ5603	55052421D	6599/2	26/12/2011	230 * V
LYP4345	55052631D	5010/0	28/11/2011	162 * I
LYX6208	55051804D	6920/0	22/11/2011	233
LYZ4915	55051874D	6920/0	27/12/2011	233
MBV1373	54660531C	6556/1	30/12/2011	230 * I
MCJ4246	55051817D	6920/0	14/11/2011	233
MDW2259	54660532C	6556/1	30/12/2011	230 * I
MDW9749	55053209D	6599/2	20/12/2011	230 * V
MFI4757	55052352D	6599/2	20/12/2011	230 * V
MFI4757	55052353D	6637/1	20/12/2011	230 * IX
MFI4757	55052355D	6912/0	20/12/2011	232
MFV2967	55051810D	6920/0	18/11/2011	233
MGT8770	55051858D	6920/0	21/12/2011	233
MHL2943	55052455D	6599/2	27/12/2011	230 * V
MIU9646	55051802D	6920/0	18/11/2011	233
MIU9926	55052357D	5010/0	20/12/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1203/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998

DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALU2207	55052678D	5550/0	02/01/2012	181 * XVIII
MAI3152	54108375D	7048/1	30/11/2011	244 * II
MBN1196	55053068D	5550/0	29/12/2011	181 * XVIII
MDL7488	55052418D	5185/1	26/12/2011	167
MEU5066	55052404D	5541/1	17/12/2011	181 * XVII
MGJ2909	55052463D	5541/1	28/12/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1204/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGC4735	55051800D	6920/0	07/11/2011	R\$ 127,69	233
LZG8425	54109839D	6920/0	10/10/2011	R\$ 127,69	233
MAW5097	55052022D	5010/0	10/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAW5097	55053050D	6599/2	10/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCC0745	54658017C	6912/0	20/10/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1205/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACW9432	55051836D	6920/0	28/11/2011	233
AKE6430	54109475D	6637/2	08/01/2012	230 * IX
CGU5298	55051839D	6920/0	30/11/2011	233
CTO3993	55051834D	6920/0	25/11/2011	233
GVL8999	54660522C	6599/2	29/12/2011	230 * V
HAB0239	55051845D	6920/0	07/12/2011	233
IMO3467	55848536C	6670/0	20/10/2011	230 * XIII
IOT2725	55052644D	5010/0	04/12/2011	162 * I
KYE2718	55051877D	6920/0	28/12/2011	233
LXJ7283	54108212D	6599/2	05/12/2011	230 * V
LYT4468	55051837D	6920/0	29/11/2011	233
LZS7803	55051803D	6920/0	18/11/2011	233
LZT3384	54658032C	7340/0	06/01/2012	252 * IV
MBB0388	54108990D	5010/0	02/12/2011	162 * I
MBB0388	54108992D	6599/2	02/12/2011	230 * V
MBU7568	55051805D	6920/0	22/11/2011	233
MDH0226	55052425D	5010/0	30/12/2011	162 * I
MDH0226	55052427D	5118/0	30/12/2011	164 c/c 162 * I
MDW3264	55051842D	6920/0	05/12/2011	233
MEO8167	55052009D	5274/3	05/11/2011	175
MFP7828	55051840D	6920/0	30/11/2011	233
MGP0772	55053178D	6556/3	31/12/2011	230 * I
MGZ6132	55051841D	6920/0	02/12/2011	233
MHG2602	55051843D	6920/0	05/12/2011	233
MHW7164	55052636D	6912/0	01/12/2011	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1206/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GMV7111	55848371C	5541/1	06/01/2012	181 * XVII
MAX5361	55052338D	5606/0	06/12/2011	182 * IV
MCC0301	55052485D	5541/1	03/01/2012	181 * XVII
MCC0301	55053942D	5550/0	02/01/2012	181 * XVIII
MCC9161	55052214D	5380/0	06/12/2011	181 * I
MCG7152	54660518C	6076/0	29/12/2011	210
MDX9246	55052089D	5541/5	09/01/2012	181 * XVII
MEZ1412	55053919D	5541/1	28/12/2011	181 * XVII
MFP7861	55053071D	5568/0	29/12/2011	181 * XIX
MGP0772	55053179D	5541/1	31/12/2011	181 * XVII
MGP8150	54108536D	5541/1	30/12/2011	181 * XVII
MHB7807	55052474D	5541/1	02/01/2012	181 * XVII
MHI2446	55052211D	5541/4	06/12/2011	181 * XVII
MHL3085	55052157D	6050/1	03/01/2012	208
MJA9496	55052410D	5746/1	25/12/2011	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1207/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCI8796	54108123D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
DUF8568	54109846D	6920/0	10/10/2011	R\$ 127,69	233
ISR3565	54109833D	6920/0	03/10/2011	R\$ 127,69	233
LXL0472	55052003D	5045/0	04/11/2011	R\$ 191,53	162 * V
LXS4176	54659504C	6610/2	18/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LXS4176	54659505C	6726/1	18/11/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCN0939	54108164D	5010/0	10/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCN0939	54108165D	6556/5	10/10/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDK4234	54108132D	6599/2	18/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDP9928	54109834D	6920/0	30/09/2011	R\$ 127,69	233
MF4417	54108570D	5010/0	26/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MF4417	54108570D	6599/2	26/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGT7660	55051755D	6920/0	19/10/2011	R\$ 127,69	233
MHI3537	55052056D	6599/2	08/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHX2892	54109294D	6912/0	01/11/2011	R\$ 53,20	232
MHX2892	55053021D	5010/0	01/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIB5473	54109321D	5010/0	22/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIB5473	54109322D	5118/0	22/10/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIQ6727	54108573D	5061/0	26/10/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MYB7567	55053052D	5169/1	28/10/2011	R\$ 957,69	165
MYB7567	55053053D	6637/2	28/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
NFH2083	54109429D	6599/2	22/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
NFK7456	55051763D	6920/0	25/10/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1208/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXY4625	54109226D	5991/0	27/10/2011	R\$ 191,53	206 * I
LZL6083	55053104D	5541/5	28/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV9039	54109424D	5541/1	18/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV5835	55847063C	5240/0	12/10/2011	R\$ 574,61	173
MIB0031	55052721D	5487/0	20/10/2011	R\$ 127,69	181 * XI
NFH2083	54109430D	7366/2	22/10/2011	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1209/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILC1188	55052648D	6637/1	13/12/2011	230 * IX
ILC1188	55052649D	5169/1	13/12/2011	165
MBH2143	55052647D	6556/1	10/12/2011	230 * I
MBM1134	55053161D	5045/0	11/12/2011	162 * V
MBM1134	55053161D	6599/2	11/12/2011	230 * V
MBR9386	55052112D	5010/0	13/12/2011	162 * I
MBR9386	55052113D	5061/0	13/12/2011	163 c/c 162 * I
MBR9386	55052114D	6556/1	13/12/2011	230 * I
MBR9386	55052114D	6599/2	13/12/2011	230 * V
MBR9386	55052115D	6602/0	13/12/2011	230 * VI
MBR9386	55052115D	6769/2	13/12/2011	230 * XXII
MBT1504	55053775D	6599/2	15/01/2012	230 * V
MBT1504	55053776D	6556/5	15/01/2012	230 * I
MCF6887	54108378D	5010/0	15/12/2011	162 * I
MCF9758	55052370D	7285/0	07/01/2012	250 * III
MCS8709	55053170D	6599/2	16/12/2011	230 * V
MDQ4625	55053080D	6637/2	16/01/2012	230 * IX
MDW3264	54109469D	6556/3	17/12/2011	230 * I
MDW3264	54109470D	6912/0	17/12/2011	232
MFD1517	54108176D	6599/2	21/12/2011	230 * V
MFD1517	55052084D	5010/0	21/12/2011	162 * I
MIR9071	55848773C	5010/0	10/01/2012	162 * I
MIX5374	55051887D	6920/0	03/01/2012	233
MJK1659	55052637D	6599/2	01/12/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1210/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHB2195	55052124D	5410/0	14/01/2012	181 * IV
MBR9386	55052116D	7030/2	13/12/2011	244 * I
MBT1504	55053777D	5746/1	15/01/2012	187 * I
MDT7415	55052050D	5541/1	17/12/2011	181 * XVII
MEC4315	55848885C	5550/0	08/01/2012	181 * XVIII
MEK5115	55052094D	5541/5	09/01/2012	181 * XVII
MFG6949	55053211D	5185/1	05/01/2012	167
MHD6147	55053171D	5460/0	16/12/2011	181 * IX
MHX2904	54660539C	5185/1	13/01/2012	167
MIV1750	55848373C	5185/1	12/01/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1211/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYG8748	55053054D	6610/2	02/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LYG8748	55053055D	6637/2	02/11/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MBK3357	55052152D	6912/0	04/11/2011	R\$ 53,20	232
MCC3081	54109447D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCC3081	54109448D	6769/1	03/11/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
MCC3081	54109449D	6653/2	03/11/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MES5820	54659501C	6556/4	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
MES5820	54659502C	6912/0	04/11/2011	R\$ 53,20	232
MHM1615	55052001D	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1212/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGA1922	54108120D	7366/2	01/11/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MGT3778	54658550C	5541/4	07/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1213/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADS4123	55052645D	5045/0	04/12/2011	162 * V
BVH3744	54660513C	6726/1	27/12/2011	230 * XVIII
DJK0140	54108177D	6599/2	17/01/2012	230 * V
IMV4550	55053802D	6912/0	24/12/2011	232
JRN1937	55051861D	6920/0	15/12/2011	233
LXU5945	55052356D	6556/1	20/12/2011	230 * I
LYC2728	55051864D	6920/0	15/12/2011	233
LYD2927	54660523C	5010/0	29/12/2011	162 * I
LYD2927	54660523C	6599/2	29/12/2011	230 * V
MAL7004	55051869D	6920/0	22/12/2011	233
MCS0394	55051873D	6920/0	26/12/2011	233
MCZ5414	55848542C	5045/0	14/01/2012	162 * V
MDE8219	54660510C	5010/0	26/12/2011	162 * I
MDE8219	54660510C	6599/2	26/12/2011	230 * V
MDM1110	54108764D	6599/2	18/01/2012	230 * V
MDM1110	54108765D	6637/1	18/01/2012	230 * IX
MEC6834	55051867D	6920/0	20/12/2011	233
MEN4099	55051850D	6920/0	12/12/2011	233
MFC8315	55051871D	6920/0	26/12/2011	233
MFY9432	55051855D	6920/0	16/12/2011	233
MFZ9269	55052424D	6653/2	23/12/2011	230 * XI
MGI8087	55052464D	6556/4	28/12/2011	230 * I
MGO6371	54660529C	6912/0	29/12/2011	232
MHJ3860	55051851D	6920/0	09/12/2011	233
MHV8136	55053066D	5010/0	23/12/2011	162 * I
MHV8136	55053067D	6637/2	23/12/2011	230 * IX
MTR5778	55051862D	6920/0	22/12/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1214/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGH2634	55053922D	5541/1	28/12/2011	181 * XVII
CZT8051	55053801D	7030/2	24/12/2011	244 * I
DAK3573	55053844D	5568/0	17/01/2012	181 * XIX
LRF2682	55052461D	5541/1	29/12/2011	181 * XVII
MCQ5175	55659243C	7048/1	15/01/2012	244 * II
MGI8087	55052465D	7048/1	28/12/2011	244 * II
MHD9873	55052047D	5541/4	10/12/2011	181 * XVII
MIQ8114	55052159D	6041/2	14/01/2012	207
MIZ9951	55053923D	5541/1	28/12/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1215/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYQ4104	55051772D	6920/0	01/11/2011	R\$ 127,69	233
MAT8580	55051831D	6920/0	01/12/2011	R\$ 127,69	233
MEQ3363	54108985D	6653/1	28/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MGB0417	55052067D	6599/2	10/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHM1615	55052002D	6912/0	04/11/2011	R\$ 53,20	232
MHR0931	54107733D	5118/0	14/11/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHR0931	54109462D	6599/2	14/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHR0931	54109463D	5010/0	14/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHR0931	54109464D	5274/1	14/11/2011	R\$ 191,53	175
MII6706	55847187C	5010/0	09/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIW8918	55052053D	6599/1	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1216/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCG2604	55052204D	5487/0	12/11/2011	R\$ 127,69	181 * XI
MDT1878	55052707D	5460/0	14/10/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MHR0931	54107734D	7048/1	14/11/2011	R\$ 191,53	244 * II
MHR0931	54109465D	5835/0	14/11/2011	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1217/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S)

INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQW2478	55051917D	6920/0	18/01/2012	233
CVN4166	55051866D	6920/0	20/12/2011	233
ECT6040	55051879D	6920/0	29/12/2011	233
HAE4868	55051863D	6920/0	14/12/2011	233
HRY0106	55051880D	6920/0	29/12/2011	233
INY3906	54108773D	6599/2	25/01/2012	230 * V
INY3906	54108773D	6912/0	25/01/2012	232
KKX0477	55052126D	6599/2	26/01/2012	230 * V
LWW6569	55052359D	6599/2	26/12/2011	230 * V
LWW6569	55052360D	6610/2	26/12/2011	230 * VII
LYI8567	55051906D	6920/0	17/01/2012	233
LZA0137	55053180D	6599/2	01/01/2012	230 * V
MAG0854	54658027C	6599/2	04/01/2012	230 * V
MBE4008	54660511C	6769/3	26/12/2011	230 * XXII
MBM0857	54660527C	6599/2	29/12/2011	230 * V
MBM0857	54660527C	6912/0	29/12/2011	232
MBO1448	55051909D	6920/0	18/01/2012	233
MCV0407	55051918D	6920/0	25/01/2012	233
MCV5911	55659250C	5010/0	30/01/2012	162 * I
MCV7412	55053850D	5010/0	19/01/2012	162 * I
MDE3254	55051857D	6920/0	21/12/2011	233
MDE5823	55052423D	6912/0	26/12/2011	232
MDF0085	55490451D	6599/2	24/01/2012	230 * V
MDF0085	55490452D	5010/0	24/01/2012	162 * I
MDM8748	55052364D	6599/2	04/01/2012	230 * V
MDM8748	55052365D	6556/1	04/01/2012	230 * I
MDM8748	55052366D	6556/4	04/01/2012	230 * I
MDM8748	55052368D	5010/0	04/01/2012	162 * I
MDR4000	55490406D	6599/2	21/01/2012	230 * V
MDX2399	55051853D	6920/0	12/12/2011	233
MED7855	54108767D	5010/0	22/01/2012	162 * I
MEW8800	55051923D	6920/0	27/01/2012	233
MFA2848	54658026C	6599/2	04/01/2012	230 * V
MFD8481	55051911D	6920/0	19/01/2012	233
MFF1342	55051902D	6920/0	16/01/2012	233
MFI7683	54109474D	5010/0	30/12/2011	162 * I
MFK7039	55052127D	6599/2	26/01/2012	230 * V
MFZ1691	55051868D	6920/0	20/12/2011	233
MGE3277	55052433D	6912/0	30/12/2011	232
MGO3660	55051872D	6920/0	26/12/2011	233
MHA1827	54108581D	6599/2	22/12/2011	230 * V
MHE4293	54108993D	6599/2	31/12/2011	230 * V
MHE4293	54108994D	5010/0	31/12/2011	162 * I
MHU1810	55051895D	6920/0	11/01/2012	233
MML5110	55051875D	6920/0	28/12/2011	233
NCK2894	55490059D	5010/0	25/01/2012	162 * I
NCK2894	55490060D	6599/2	25/01/2012	230 * V
NCK2894	55490061D	5061/0	25/01/2012	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1218/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA7445	55053926D	5541/1	28/12/2011	181 * XVII
CEE9669	54660535C	6947/1	30/12/2011	235
CIB6671	55053807D	5541/1	26/12/2011	181 * XVII
COI8992	55490154D	5460/0	21/01/2012	181 * IX
HJK4063	54109248D	5746/1	22/01/2012	187 * I
ILC2026	55848369C	5541/1	23/12/2011	181 * XVII
ILX5011	54109247D	5746/1	22/01/2012	187 * I
JRN1937	55052476D	5541/1	02/01/2012	181 * XVII

LXZ1361	55490064D	5746/1	28/01/2012	187 * I
LYE4401	55490224D	7315/0	24/01/2012	252 * I
MAL8372	55053188D	5452/1	24/01/2012	181 * VIII
MBB9651	55490355D	5550/0	23/01/2012	181 * XVIII
MEB8195	55052487D	5479/0	03/01/2012	181 * X
MED7855	54108767D	7030/1	22/01/2012	244 * I
MEW1562	55052684D	5746/1	03/01/2012	187 * I
MGB4226	55052344D	5541/1	24/12/2011	181 * XVII
MGD2909	55490153D	5835/0	27/01/2012	195
MGD2909	55490155D	7366/2	27/01/2012	252 * VI
MGD2909	55490156D	5185/1	27/01/2012	167
MGM3766	55847024C	5967/0	24/01/2012	203 * V
MGU9240	54108771D	7366/2	22/01/2012	252 * VI
MHG3957	55052676D	5550/0	02/01/2012	181 * XVIII
MHL5658	55053965D	5541/1	28/01/2012	181 * XVII
MJC3308	55053214D	5746/1	29/01/2012	187 * I
MJR8698	55053215D	5568/0	29/01/2012	181 * XIX
MJR8698	55053216D	5487/0	29/01/2012	181 * XI
MSR2992	54657254C	5479/0	21/09/2011	181 * X
NRH4362	55848895C	5509/0	15/01/2012	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1219/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCC5053	55051792D	6920/0	04/11/2011	R\$ 127,69	233
LYG8748	55051775D	6920/0	01/11/2011	R\$ 127,69	233
LYN6322	55051774D	6920/0	01/11/2011	R\$ 127,69	233
MEL2954	55051787D	6920/0	03/11/2011	R\$ 127,69	233
MFM7965	54108174D	6599/2	12/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGE1829	55051844D	6920/0	05/12/2011	R\$ 127,69	233
MGX0542	55051789D	6920/0	04/11/2011	R\$ 127,69	233
MHR0931	54109466D	6637/2	14/11/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MWC9425	55051784D	6920/0	03/11/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1220/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HXO7209	54108129D	7366/2	17/11/2011	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1221/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BZM7797	54658031C	5010/0	06/01/2012	162 * I
LXV5336	55272200C	5010/0	11/01/2012	162 * I
LXV5336	55490101D	6610/2	11/01/2012	230 * VII



LYQ2108	55051885D	6920/0	02/01/2012	233
MBL1845	55051889D	6920/0	04/01/2012	233
MCH2494	55490021D	6912/0	01/02/2012	232
MDH0226	55051890D	6920/0	04/01/2012	233
MEV9138	55490232D	6599/2	30/01/2012	230 * V
MEV9138	55490233D	5010/0	30/01/2012	162 * I
MGC1301	55051891D	6920/0	04/01/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1222/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IHC4311	55490219D	5452/1	24/01/2012	181 * VIII
JPS0746	55272199C	5380/0	10/01/2012	181 * I
JRR6492	55053075D	5568/0	01/01/2012	181 * XIX
LXJ7664	55053212D	5541/1	05/01/2012	181 * XVII
LXR6693	54659012C	5746/1	22/01/2012	187 * I
LXU1757	55052090D	5541/5	09/01/2012	181 * XVII
LYS4263	54109476D	5967/0	11/01/2012	203 * V
MAN0967	55052228D	5541/4	10/01/2012	181 * XVII
MBL3809	55052688D	5746/1	05/01/2012	187 * I
MFG8581	55848892C	5746/1	11/01/2012	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1223/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAQ5712	55053168D	6556/1	16/12/2011	R\$ 191,53	230 * I
MAQ5712	55053168D	6599/2	16/12/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1224/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BYL9719	55052320D	6050/1	21/11/2011	R\$ 191,53	208
MJH8950	55052039D	5487/0	21/11/2011	R\$ 127,69	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1225/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA

INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EXE3903	55847308C	5010/0	12/01/2012	162 * I
IBL0366	54660538C	6912/0	11/01/2012	232
LXT3288	55490112D	5045/0	09/02/2012	162 * V
LYL5755	54108178D	5010/0	11/01/2012	162 * I
LYL5755	55847400C	6599/2	11/01/2012	230 * V
LZB4565	54660540C	6599/2	13/01/2012	230 * V
LZB4565	54660541C	5045/0	13/01/2012	162 * V
MBU4398	55053984D	6599/2	04/02/2012	230 * V
MBU4398	55053985D	5010/0	04/02/2012	162 * I
MBU4398	55053986D	6610/1	04/02/2012	230 * VII
MCG1167	54658046C	6599/2	12/01/2012	230 * V
MCN9749	54109481D	6556/1	06/02/2012	230 * I
MCN9749	54109482D	6599/2	06/02/2012	230 * V
MCO3041	55052380D	5010/0	06/02/2012	162 * I
MCO3041	55052381D	6599/2	06/02/2012	230 * V
MCO3041	55052382D	6556/1	06/02/2012	230 * I
MCO3041	55052383D	6556/4	06/02/2012	230 * I
MCO3041	55052384D	6637/1	06/02/2012	230 * IX
MCO3041	55052385D	6637/1	06/02/2012	230 * IX
MDV5009	55053084D	6556/1	03/02/2012	230 * I
MDV5009	55053084D	6599/2	03/02/2012	230 * V
MDV5009	55053086D	6912/0	03/02/2012	232
MER5322	55052449D	7340/0	08/01/2012	252 * IV
MES6328	54660536C	6599/2	11/01/2012	230 * V
MGK3802	54108997D	6599/2	06/01/2012	230 * V
MGK3802	54108998D	6637/1	06/01/2012	230 * IX
MHD8131	54658050C	6912/0	14/01/2012	232
MIF8953	55052376D	6700/1	03/02/2012	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1226/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHZ8358	55848374C	6017/5	02/02/2012	206 * III
AIY5078	55659240C	5541/1	10/01/2012	181 * XVII
AKY6574	55490361D	5541/1	30/01/2012	181 * XVII
LXT1929	54109245D	5185/1	10/01/2012	167
MEL5456	55052699D	5746/1	12/01/2012	187 * I
MEL9207	55848498C	5746/1	12/01/2012	187 * I
MER8589	55848376C	7366/2	02/02/2012	252 * VI
MEY4554	55848497C	5452/7	12/01/2012	181 * VIII
MFA4721	55052158D	5452/2	14/01/2012	181 * VIII
MFI5871	54658034C	5525/0	06/01/2012	181 * XV
MGK3802	54108995D	5967/0	06/01/2012	203 * V
MHD8485	55052686D	5746/1	03/01/2012	187 * I
MHN6455	55490028D	5568/0	04/02/2012	181 * XIX
MHT5681	54109173D	5940/1	06/01/2012	203 * III
MIF8953	55052375D	5185/1	03/02/2012	167
MII2099	55490057D	5541/1	11/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1227/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZA1635	55052340D	5010/0	09/12/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1228/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDX7752	55052208D	5452/2	24/11/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1229/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP9821	55052371D	5541/1	16/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1230/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK0386	55052038D	5037/1	01/12/2011	R\$ 574,61	162 * III
MFK0386	55052044D	5045/0	01/12/2011	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1231/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDO9098	55051915D	6920/0	20/01/2012	233
IMP4792	55053769D	6912/0	13/01/2012	232
LWV6303	55051921D	6920/0	24/01/2012	233
LXJ6030	55848545C	6912/0	18/01/2012	232
LXZ5603	55848781C	5010/0	10/02/2012	162 * I
LYC8993	55051935D	6920/0	31/01/2012	233
LZO2211	55053187D	5010/0	21/01/2012	162 * I
MAF0316	55490215D	6599/2	21/01/2012	230 * V
MBM9244	55051925D	6920/0	30/01/2012	233

MBP0860	55051900D	6920/0	16/01/2012	233
MBP5565	55490456D	6912/0	26/01/2012	232
MBU7269	55051932D	6920/0	31/01/2012	233
MCO3041	55052387D	5274/1	06/02/2012	175
MCR4571	55052237D	6599/2	12/02/2012	230 * V
MCR4571	55052237D	6637/2	12/02/2012	230 * IX
MCR4571	55052238D	5010/0	12/02/2012	162 * I
MDO2635	54658038C	6599/2	08/01/2012	230 * V
MDO2635	54658038C	6912/0	08/01/2012	232
MEN7483	55051886D	6920/0	03/01/2012	233
MEU6552	55051908D	6920/0	18/01/2012	233
MFB4283	54108766D	7340/0	18/01/2012	252 * IV
MHP2469	55659244C	7340/0	18/01/2012	252 * IV
MIL8732	55052254D	5010/0	23/01/2012	162 * I
MJD8689	55053837D	6599/2	15/01/2012	230 * V
MJH3398	55052372D	5010/0	28/01/2012	162 * I
MJH9281	55848779C	7340/0	10/02/2012	252 * IV
MJM9390	55051944D	6920/0	08/02/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1232/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXZ5603	55848782C	5185/1	10/02/2012	167
MAF0316	55490214D	5746/1	21/01/2012	187 * I
MBJ6914	55053778D	5479/0	22/01/2012	181 * X
MBK2565	55490205D	5746/1	16/01/2012	187 * I
MBV7394	55490206D	5746/1	16/01/2012	187 * I
MCQ1803	55848890C	5509/0	09/01/2012	181 * XIII
MEX7491	54109246D	5746/1	22/01/2012	187 * I
MFG6949	54108213D	5967/0	07/01/2012	203 * V
MGA8689	55052229D	5541/4	10/01/2012	181 * XVII
MHE3186	55490229D	5541/1	28/01/2012	181 * XVII
MHS6566	55490039D	5541/4	08/02/2012	181 * XVII
MHU2232	55490047D	5541/4	13/02/2012	181 * XVII
MJE7119	55490045D	5541/4	13/02/2012	181 * XVII
MKL4009	55490358D	5541/1	27/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1233/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ILF4011	55051820D	6920/0	21/11/2011	R\$ 127,69	233
LVN6913	55052347D	6653/1	27/12/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MGC7880	55053821D	5045/0	30/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
MGC7880	55053821D	6599/2	30/12/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1234/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998

DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBH8487	55052325D	5819/3	26/11/2011	R\$ 574,61	193
MIO1004	55052483D	5541/1	02/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1235/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BYB3308	55051946D	6920/0	08/02/2012	233
CBQ2290	55051914D	6920/0	17/01/2012	233
IEL9973	55490453D	6599/2	24/01/2012	230 * V
IEL9973	55490454D	6637/1	24/01/2012	230 * IX
ILK0943	55051945D	6920/0	08/02/2012	233
IMP0391	55051899D	6920/0	12/01/2012	233
JHA9000	55051896D	6920/0	11/01/2012	233
LBN6139	55051912D	6920/0	20/01/2012	233
LXE4500	54108772D	6599/2	25/01/2012	230 * V
LXE4500	54108772D	6912/0	25/01/2012	232
LYP2040	55051898D	6920/0	12/01/2012	233
MBL2386	55848548C	6912/0	20/01/2012	232
MBN0567	55051893D	6920/0	05/01/2012	233
MBU1413	55053766D	5010/0	13/01/2012	162 * I
MBU7389	55051920D	6920/0	25/01/2012	233
MBZ3755	55051922D	6920/0	26/01/2012	233
MCF0154	55051916D	6920/0	25/01/2012	233
MCI4202	55052374D	5010/0	28/01/2012	162 * I
MCL0969	55490405D	6599/2	21/01/2012	230 * V
MCN0939	55052130D	6599/2	26/01/2012	230 * V
MCN0939	55052130D	6912/0	26/01/2012	232
MDN5413	55051903D	6920/0	17/01/2012	233
MDV5259	55490654D	7340/0	15/02/2012	252 * IV
MEF6436	55051894D	6920/0	11/01/2012	233
MEQ4110	55490108D	6912/0	01/02/2012	232
MEV7987	55052233D	5169/1	28/01/2012	165
MEV8226	55490354D	6599/2	21/01/2012	230 * V
MEV8226	55490407D	5010/0	21/01/2012	162 * I
MFJ7080	55053987D	6599/2	04/02/2012	230 * V
MFT5071	55490034D	6599/2	05/02/2012	230 * V
MFT5071	55490035D	6912/0	05/02/2012	232
MFT5071	55490036D	5045/0	05/02/2012	162 * V
MGH5052	55490107D	6912/0	29/01/2012	232
MGN5750	55490115D	6599/2	13/02/2012	230 * V
MHH6485	54660542C	6912/0	13/01/2012	232
MIB3963	55053767D	6912/0	13/01/2012	232
MIX4522	55053889D	5045/0	12/01/2012	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1236/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEV7604	55490555D	6270/0	15/02/2012	220 * II
AJE8521	55490211D	5231/1	21/01/2012	172
AQX8850	55490556D	5541/1	16/02/2012	181 * XVII
CWH0549	55490234D	7366/2	01/02/2012	252 * VI



FGX0905	55490364D	5185/1	31/01/2012	167
FGX0905	55490365D	7366/2	31/01/2012	252 * VI
MCH1856	55848894C	7269/0	11/01/2012	250 * I * d
MCO2999	55490243D	5568/0	04/02/2012	181 * XIX
MEE8487	55848549C	6050/2	20/01/2012	208
MEE8487	55848550C	5835/0	20/01/2012	195
MGT3638	55053194D	5541/4	30/01/2012	181 * XVII
MHC1784	55490050D	5479/0	15/02/2012	181 * X
MHU4921	55490230D	5541/1	29/01/2012	181 * XVII
MIN7510	55053780D	5746/1	26/01/2012	187 * I
MIR1374	55053781D	5746/1	26/01/2012	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1237/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANG8504	55051878D	6920/0	29/12/2011	R\$ 127,69	233
EEP5386	55051811D	6920/0	18/11/2011	R\$ 127,69	233
LWW8367	55053166D	6599/2	13/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAP6567	54109441D	6599/2	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBW3803	55051821D	6920/0	22/11/2011	R\$ 127,69	233
MEO8167	55052009D	5274/3	05/11/2011	R\$ 191,53	175
MFO3836	55051848D	6920/0	08/12/2011	R\$ 127,69	233
MHB4041	55052642D	6912/0	04/12/2011	R\$ 53,20	232
MHU6549	54108580D	6599/2	10/12/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1238/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CMK3085	55052085D	5266/3	18/12/2011	R\$ 957,69	174
MBP2295	55052443D	5541/1	07/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR7529	55052633D	5460/0	01/12/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MGR5574	55052402D	5541/1	17/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM3017	55052334D	5541/1	03/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1239/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRK3009	55053994D	5169/1	08/02/2012	165
CRK3009	55053995D	6912/0	08/02/2012	232
CRK3009	55053996D	6556/1	08/02/2012	230 * I
HAA6572	55051926D	6920/0	30/01/2012	233
JUS8419	55848783C	6599/2	10/02/2012	230 * V
LXA7572	55490455D	6726/1	24/01/2012	230 * XVIII
LXM8684	55848544C	6912/0	18/01/2012	232

LXR0945	55052398D	7340/0	12/02/2012	252 * IV
LYP8343	55051924D	6920/0	27/01/2012	233
MAE0465	55053089D	6556/5	23/02/2012	230 * I
MAE0465	55053089D	6599/2	23/02/2012	230 * V
MAE0465	55053090D	5010/0	23/02/2012	162 * I
MAE5389	55053087D	6912/0	17/02/2012	232
MAP9770	55490551D	6599/2	13/02/2012	230 * V
MBA2194	55490670D	5010/0	27/02/2012	162 * I
MBC0170	55051931D	6920/0	30/01/2012	233
MBC7408	55490327D	6599/2	28/02/2012	230 * V
MBC7408	55490328D	5010/0	28/02/2012	162 * I
MBU1413	55052377D	5010/0	03/02/2012	162 * I
MBU1413	55052378D	6556/4	03/02/2012	230 * I
MCB1700	55847323C	6599/2	21/01/2012	230 * V
MDD4443	55490322D	6599/2	27/02/2012	230 * V
MDE2463	55490338D	6599/2	03/03/2012	230 * V
MDE5823	54108543D	6637/2	12/02/2012	230 * IX
MDE5823	55490114D	5045/0	12/02/2012	162 * V
MEF8015	54109182D	6599/2	14/02/2012	230 * V
MFJ7080	55053988D	6556/1	04/02/2012	230 * I
MFJ7080	55053989D	5274/2	04/02/2012	175
MFJ7080	55053990D	6912/0	04/02/2012	232
MFO9813	55847319C	5045/0	20/01/2012	162 * V
MFT7629	54659517C	6599/2	01/02/2012	230 * V
MFT7629	54659518C	5045/0	01/02/2012	162 * V
MGF8120	55490048D	5010/0	13/02/2012	162 * I
MGF8120	55490049D	6599/2	13/02/2012	230 * V
MGH8143	55052389D	7340/0	06/02/2012	252 * IV
MGK6310	55052391D	5010/0	09/02/2012	162 * I
MGK6310	55052391D	6599/2	09/02/2012	230 * V
MGL4076	55052390D	6599/2	06/02/2012	230 * V
MGP7278	55052136D	5010/0	15/02/2012	162 * I
MGP7278	55052137D	5061/0	15/02/2012	163 c/c 162 * I
MGP7278	55052137D	6599/2	15/02/2012	230 * V
MGP7278	55052138D	6602/0	15/02/2012	230 * VI
MGP7278	55052138D	6637/2	15/02/2012	230 * IX
MGP8770	55052397D	6599/2	12/02/2012	230 * V
MGU7798	55490661D	6599/2	19/02/2012	230 * V
MGX9219	55051929D	6920/0	30/01/2012	233
MIH7827	55490264D	6599/2	07/02/2012	230 * V
MIK7923	55052379D	5010/0	06/02/2012	162 * I
MJD5450	55490672D	5010/0	27/02/2012	162 * I
MJD5450	55490673D	6556/1	27/02/2012	230 * I
MJD5450	55490674D	5274/1	27/02/2012	175
MKA3398	55490117D	5010/0	15/02/2012	162 * I
MKA3398	55490118D	6599/1	15/02/2012	230 * V
NCK2894	55051934D	6920/0	31/01/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1240/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFK9670	55848800C	5541/3	28/02/2012	181 * XVII
AOT8417	55490213D	5746/1	21/01/2012	187 * I
IPQ9332	55490414D	5550/0	12/02/2012	181 * XVIII
KEE7285	55490377D	5525/0	04/02/2012	181 * XV
LXS1443	55490031D	5479/0	05/02/2012	181 * X
LYG3252	55490459D	7048/1	12/02/2012	244 * II
LZE5407	55052396D	5185/1	12/02/2012	167
MAT6345	55848777C	5444/0	06/02/2012	181 * VII
MBX8947	55053782D	5746/1	26/01/2012	187 * I
MDD4443	55490323D	5550/0	27/02/2012	181 * XVIII
MET7387	55490652D	5207/0	15/02/2012	169
MG59985	54657783C	5541/1	23/02/2012	181 * XVII
MGW8213	55490250D	5746/1	13/02/2012	187 * I
MHC1030	55490285D	5550/0	25/02/2012	181 * XVIII
MHE2413	55490569D	5746/1	24/02/2012	187 * I
MHU8606	54108181D	5460/0	07/02/2012	181 * IX

MHY6533	55053795D	5541/4	07/03/2012	181 * XVII
MHY6533	55053796D	7366/2	07/03/2012	252 * VI
MHZ3219	55053992D	5380/0	05/02/2012	181 * I
MIF8744	55490319D	5541/4	24/02/2012	181 * XVII
MIM2644	55490022D	5568/0	03/02/2012	181 * XIX
MJD4672	55053789D	5487/0	19/02/2012	181 * XI
MJD5450	55490675D	7064/0	27/02/2012	244 * IV
MJP3719	55053768D	5541/1	24/01/2012	181 * XVII
MJZ4229	55490040D	5541/5	13/02/2012	181 * XVII
MMA3229	55053794D	5541/1	07/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1241/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXZ5603	55052422D	6912/0	26/12/2011	R\$ 53,20	232
LZA1635	55052341D	5118/0	09/12/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBX0043	54109472D	6556/1	29/12/2011	R\$ 191,53	230 * I
MBX0043	54109473D	5169/1	29/12/2011	R\$ 957,69	165
MCV8038	55051859D	6920/0	21/12/2011	R\$ 127,69	233
MDW1867	55053079D	6637/2	15/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MEC4628	55053758D	6912/0	11/01/2012	R\$ 53,20	232
MHF7636	55052456D	6912/0	27/12/2011	R\$ 53,20	232
MHU1810	55052362D	6599/2	29/12/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1242/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGE6810	55052658D	5746/1	28/12/2011	R\$ 85,12	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1243/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNC6688	55490126D	5169/1	11/03/2012	165
BNC6688	55490128D	6912/0	11/03/2012	232
GTQ5994	55051948D	6920/0	08/02/2012	233
IFY9600	55051937D	6920/0	06/02/2012	233
LXQ5443	55053884D	7340/0	11/02/2012	252 * IV
LZM9865	55052143D	6599/2	19/03/2012	230 * V
MAC4629	55051965D	6920/0	01/03/2012	233
MCG3121	55490502D	6599/2	14/03/2012	230 * V
MDE3909	55051939D	6920/0	06/02/2012	233
MDP0772	55490122D	5010/0	02/03/2012	162 * I
MDP0772	55490123D	5061/0	02/03/2012	163 c/c 162 * I
MDP0772	55490124D	5169/1	02/03/2012	165

MDQ4625	54659526C	6637/1	05/03/2012	230 * IX
MDV9254	55051927D	6920/0	30/01/2012	233
MEF3159	55052135D	6556/1	14/02/2012	230 * I
MEZ9248	55051942D	6920/0	07/02/2012	233
MGN2454	55490421D	5010/0	14/02/2012	162 * I
MGO0730	54108738D	6912/0	03/03/2012	232
MHE6256	55490694D	7340/0	13/03/2012	252 * IV
MIH9116	55490678D	5010/0	05/03/2012	162 * I
MIH9116	55490680D	7340/0	05/03/2012	252 * IV
MIH9116	55490681D	5274/2	05/03/2012	175
MJM1670	55848785C	6599/2	14/02/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1244/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNC6688	55490127D	5185/1	11/03/2012	167
ING9924	55490270D	5460/0	21/02/2012	181 * IX
LXX9976	54108741D	5746/1	03/03/2012	187 * I
MAK2766	55053841D	5568/0	17/01/2012	181 * XIX
MCS3196	55053228D	5541/1	02/03/2012	181 * XVII
MDG9915	55053229D	5541/4	02/03/2012	181 * XVII
MDS9435	55490422D	5550/0	15/02/2012	181 * XVIII
MEF3159	55052134D	7048/1	14/02/2012	244 * II
MHO3207	55053227D	5541/4	02/03/2012	181 * XVII
MHP0137	55490415D	5550/0	12/02/2012	181 * XVIII
MHY6533	55491710D	5541/1	19/03/2012	181 * XVII
MIH9116	55490679D	5207/0	05/03/2012	169
MIH9116	55490682D	5835/0	05/03/2012	195
MJB5431	55490554D	6270/0	15/02/2012	220 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1245/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CRS1615	55053981D	6599/2	04/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBH4677	55053082D	6637/2	30/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBH4677	55053083D	7340/0	30/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MBU9622	55051904D	6920/0	17/01/2012	R\$ 127,69	233
MBW5720	55052253D	6912/0	08/01/2012	R\$ 53,20	232
MCZ3711	55051870D	6920/0	22/12/2011	R\$ 127,69	233
MEG2959	54658040C	5010/0	08/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MES1766	55490157D	6637/2	30/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIQ5642	55490020D	6912/0	01/02/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1246/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR5329	55490032D	5479/0	05/02/2012	R\$ 85,12	181 * X
MBB7309	55490024D	5568/0	03/02/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDZ1927	55053222D	5541/1	07/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV3179	55490239D	5746/1	03/02/2012	R\$ 85,12	187 * I
MFJ4456	55053784D	5509/0	28/01/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MIU0846	55490244D	5568/0	04/02/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1247/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HPG2115	55051947D	6920/0	08/02/2012	233
KIF0256	55051976D	6920/0	02/03/2012	233
MAT0975	55490334D	6599/2	29/02/2012	230 * V
MAW9821	55051974D	6920/0	24/02/2012	233
MBT1503	55051943D	6920/0	08/02/2012	233
MEM0515	55491601D	5010/0	12/03/2012	162 * I
MER3161	55490507D	599/2	23/03/2012	230 * V
MGV8253	55051978D	6920/0	01/03/2012	233
MHV1619	55490662D	5010/0	21/02/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1248/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT0975	55490332D	5541/4	29/02/2012	181 * XVII
MGA3797	55490485D	5550/0	24/03/2012	181 * XVIII
MIP0157	55490558D	5185/1	15/02/2012	167
MJB9904	55490417D	5550/0	12/02/2012	181 * XVIII
MMA3200	55490663D	5185/1	21/02/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1249/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ICE7348	55052100D	5045/0	10/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
IPZ0327	55051882D	6920/0	02/01/2012	R\$ 127,69	233
LXC2278	54658039C	6599/2	08/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZW8293	55052139D	6670/0	15/02/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MGP5268	55053213D	6599/2	23/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHX7965	55053756D	6912/0	10/01/2012	R\$ 53,20	232
MHX7965	55053757D	5037/1	10/01/2012	R\$ 574,61	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI



9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1250/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDD4555	55053783D	5746/1	28/01/2012	R\$ 85,12	187 * I
MJS4388	55052095D	5541/1	09/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1251/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIV7766	55051972D	6920/0	01/03/2012	233
DAY9030	55490695D	6599/2	13/03/2012	230 * V
DAY9030	55490696D	5045/0	13/03/2012	162 * V
HUM4283	54109187D	6599/2	17/03/2012	230 * V
HUM4283	54109188D	5010/0	17/03/2012	162 * I
IJG7161	54660549C	5010/0	17/03/2012	162 * I
LXF6830	55051970D	6920/0	01/03/2012	233
LXP9808	55051984D	6920/0	07/03/2012	233
LZB7020	55053095D	6637/1	21/03/2012	230 * IX
LZB7020	55053096D	6599/2	21/03/2012	230 * V
LZB7020	55053096D	6637/2	21/03/2012	230 * IX
LZB7020	55053097D	5010/0	21/03/2012	162 * I
LZU6679	54108233D	6599/2	04/03/2012	230 * V
LZU6679	54108234D	5010/0	04/03/2012	162 * I
LZU6679	54108235D	5118/0	04/03/2012	164 c/c 162 * I
LZU6679	54108236D	6556/1	04/03/2012	230 * I
MAO3688	55490342D	5274/1	16/03/2012	175
MBI4735	55490137D	6556/2	19/03/2012	230 * I
MBL3945	55490142D	6556/2	04/04/2012	230 * I
MDO3485	55490699D	7340/0	16/03/2012	252 * IV
MHX4377	55490133D	6912/0	16/03/2012	232
MHY8487	55491674D	5045/0	30/03/2012	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1252/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIY0320	55848377C	5185/1	15/03/2012	167
DSP4586	55490593D	5746/1	10/03/2012	187 * I
IKA3173	55490581D	5746/1	10/03/2012	187 * I
JNU2731	55490557D	5746/1	16/02/2012	187 * I
KKJ6873	55490572D	5541/4	07/03/2012	181 * XVII
MCE7069	55490690D	5525/0	07/03/2012	181 * XV
MFR6218	55490594D	5746/1	10/03/2012	187 * I
MGR2914	55491658D	5541/5	19/03/2012	181 * XVII
MHC1726	55490578D	5746/1	10/03/2012	187 * I
MIN7188	55847342C	7048/1	28/02/2012	244 * II
MIQ0105	55491680D	7366/2	02/04/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1253/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LOE3358	54108768D	5010/0	22/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYE6431	55051928D	6920/0	30/01/2012	R\$ 127,69	233
LZX0661	55490304D	6637/1	28/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MEN9470	55051897D	6920/0	11/01/2012	R\$ 127,69	233
MFX2944	55052373D	6912/0	28/01/2012	R\$ 53,20	232
MIO5948	55053081D	5010/0	21/01/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1254/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZX0661	55490305D	5185/1	28/01/2012	R\$ 127,69	167
MHH4187	55053779D	5541/4	24/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJA8799	54108532D	5541/1	30/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI4632	55490066D	5568/0	20/02/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1255/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEY3324	55052163D	5010/0	29/02/2012	162 * I
HOW6765	55490503D	6599/2	20/03/2012	230 * V
HOW6765	55490504D	5045/0	20/03/2012	162 * V
MFL2118	55052166D	7340/0	17/03/2012	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1256/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	----------------------------------	------------------	---------------

HQE3166	55491708D	5541/5	16/03/2012	181 * XVII
MAZ0283	55491501D	5878/0	01/03/2012	199
MFL2118	55052165D	5835/0	17/03/2012	195
MIV6298	55490468D	5550/0	18/03/2012	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1257/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EXE3903	54659529C	5010/0	26/03/2012	162 * I
EXE3903	54659531C	5061/0	26/03/2012	163 c/c 162 * I
IFS6897	55490139D	6556/2	31/03/2012	230 * I
IHW9494	55490571D	6599/2	06/03/2012	230 * V
IJO2255	54659527C	5010/0	20/03/2012	162 * I
IJO2255	54659528C	6610/2	20/03/2012	230 * VII
ILZ4021	55490687D	6599/2	07/03/2012	230 * V
ILZ4021	55490688D	6610/2	07/03/2012	230 * VII
LXC7586	55491510D	5010/0	23/03/2012	162 * I
LXU9547	54659522C	6599/2	29/02/2012	230 * V
LXU9547	54659523C	6637/1	29/02/2012	230 * IX
LYG8748	55490656D	7340/0	18/02/2012	252 * IV
LZL0648	54109190D	6599/2	20/03/2012	230 * V
LZL0648	54109191D	6556/1	20/03/2012	230 * I
LZL0648	54109192D	6912/0	20/03/2012	232
LZQ6002	55491563D	6599/2	11/03/2012	230 * V
LZQ6002	55491564D	5010/0	11/03/2012	162 * I
MAK4839	55052164D	6599/2	15/03/2012	230 * V
MBE0074	55490691D	5010/0	07/03/2012	162 * I
MCA4395	55490700D	7340/0	16/03/2012	252 * IV
MCB1846	55491506D	5010/0	20/03/2012	162 * I
MCB1846	55491507D	6599/2	20/03/2012	230 * V
MCB1846	55491508D	5118/0	20/03/2012	164 c/c 162 * I
MCB1846	55491509D	6556/4	20/03/2012	230 * I
MCX1836	55490754D	7340/0	19/03/2012	252 * IV
MDA3229	54109193D	5045/0	26/03/2012	162 * V
MDG1692	55053098D	6637/2	24/03/2012	230 * IX
MDG1692	55490659D	7340/0	18/02/2012	252 * IV
MDI1665	55490282D	6599/2	24/02/2012	230 * V
MDW5088	55490664D	7340/0	21/02/2012	252 * IV
MED4265	55491673D	5010/0	30/03/2012	162 * I
MEE6936	54109189D	5010/0	17/03/2012	162 * I
MER6892	55490665D	7285/0	21/02/2012	250 * III
MES7761	55490685D	6599/2	07/03/2012	230 * V
MES7761	55490686D	6556/1	07/03/2012	230 * I
MFH6174	55490272D	6599/2	22/02/2012	230 * V
MGA5458	55051963D	6920/0	28/02/2012	233
MGA9437	55490684D	7340/0	07/03/2012	252 * IV
MGO0911	55051957D	6920/0	08/02/2012	233
MGW0797	55490697D	6556/4	13/03/2012	230 * I
MGW0797	55490698D	5045/0	13/03/2012	162 * V
MGW0797	55490698D	6912/0	13/03/2012	232
MIE1319	55052170D	6599/2	08/04/2012	230 * V
MIM7206	55490711D	5010/0	07/03/2012	162 * I
MKT6780	55490134D	5010/0	16/03/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1258/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EXE3903	54659530C	5215/2	26/03/2012	170
EXE3903	54659532C	5835/0	26/03/2012	195
GYJ9988	55491558D	5746/1	11/03/2012	187 * I
HQC9477	55490336D	6068/1	03/03/2012	209
ICE5894	55491707D	5460/0	16/03/2012	181 * IX
IFS6897	55490140D	5835/0	31/03/2012	195
IOD6139	55490431D	5541/1	03/03/2012	181 * XVII
LXD4081	55490752D	5185/1	16/03/2012	167
LYG8748	55490657D	5185/1	18/02/2012	167
LYG8748	55490658D	5185/2	18/02/2012	167
MAB8952	55053797D	5550/0	09/03/2012	181 * XVIII
MAS8662	55491714D	5487/0	22/03/2012	181 * XI
MBR6709	55491669D	5541/4	27/03/2012	181 * XVII
MDX2399	55490121D	7048/1	01/03/2012	244 * II
MER8148	55491553D	5746/1	11/03/2012	187 * I
MES3795	55490552D	6270/0	15/02/2012	220 * II
MFB4309	55491704D	5541/4	16/03/2012	181 * XVII
MFG6348	55491665D	5541/1	26/03/2012	181 * XVII
MFH9872	55490809D	5541/4	07/04/2012	181 * XVII
MFV0243	55490473D	5550/0	24/03/2012	181 * XVIII
MGB9135	55491661D	5541/4	23/03/2012	181 * XVII
MIJ7318	55490575D	5541/1	10/03/2012	181 * XVII
MIJ8298	55491702D	5541/5	16/03/2012	181 * XVII
MIM7206	55490709D	5541/1	07/03/2012	181 * XVII
MIS6412	55052169D	5541/4	05/04/2012	181 * XVII
MIS6412	55491683D	5541/4	05/04/2012	181 * XVII
MIW7725	55490341D	5550/0	16/03/2012	181 * XVIII
MJA5856	55490467D	5550/0	18/03/2012	181 * XVIII
MJH8950	55491664D	5991/0	26/03/2012	206 * I
MJI1079	55490812D	5541/1	07/04/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1259/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBB1265	54108996D	5010/0	01/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBB1265	54108996D	5169/1	01/01/2012	R\$ 957,69	165
MBW5720	55052252D	6599/2	08/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCT0325	54108185D	5274/1	08/02/2012	R\$ 191,53	175
MCT0325	54108186D	6556/1	08/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MFA5810	54658035C	6599/2	06/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHD2284	54109479D	6599/2	28/01/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1260/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFT2131	55659245C	5541/1	21/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB1265	54108996D	7064/0	01/01/2012	R\$ 191,53	244 * IV
MCB2953	55659241C	5541/1	10/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCJ1928	55052236D	7366/2	06/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MCT0325	54108184D	5835/0	08/02/2012	R\$ 127,69	195
MDK9247	55053786D	5460/0	05/02/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MEC6220	55490037D	5568/0	05/02/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEJ1610	55052691D	5746/1	06/01/2012	R\$ 85,12	187 * I

MGF6796	55490242D	5568/0	04/02/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MHD2284	54109480D	5835/0	28/01/2012	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1261/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU8368	55490289D	6580/0	04/03/2012	230 * IV
ADU8368	55490290D	5010/0	04/03/2012	162 * I
ADU8368	55490291D	6599/2	04/03/2012	230 * V
ADU8368	55490292D	6610/2	04/03/2012	230 * VII
ADU8368	55490294D	6637/1	04/03/2012	230 * IX
AFL3176	55490145D	5010/0	13/04/2012	162 * I
AJU7990	55490509D	6599/2	01/04/2012	230 * V
AMF0778	55051961D	6920/0	24/02/2012	233
BLA2725	55051953D	6920/0	02/02/2012	233
CQQ0090	55053231D	6599/2	03/03/2012	230 * V
ICC0460	55490346D	6599/2	21/03/2012	230 * V
ILC0234	55054000D	6726/1	18/02/2012	230 * XVIII
JLY0227	55052245D	6599/2	28/03/2012	230 * V
KEC2485	55051979D	6920/0	05/03/2012	233
LXB9095	55490741D	6599/2	18/04/2012	230 * V
LXF1427	55490146D	5274/2	15/04/2012	175
LXF1427	55490147D	6912/0	15/04/2012	232
LYD2070	54108742D	5010/0	18/03/2012	162 * I
LYD2070	54108743D	6599/2	18/03/2012	230 * V
LYG8748	55490766D	6637/2	31/03/2012	230 * IX
LYG8748	55490767D	6700/1	31/03/2012	230 * XVI
LYI1428	55051983D	6920/0	07/03/2012	233
LYS2210	55490567D	6599/2	23/02/2012	230 * V
LYS2210	55490568D	6556/5	23/02/2012	230 * I
LZA9795	55490677D	5010/0	04/03/2012	162 * I
MAB5555	55490141D	6912/0	01/04/2012	232
MAC8672	55490669D	5010/0	27/02/2012	162 * I
MAR7456	55490765D	5274/2	31/03/2012	175
MBB5731	55490828D	6599/2	11/04/2012	230 * V
MBB9411	55490802D	5010/0	02/04/2012	162 * I
MBG6710	55051959D	6920/0	09/02/2012	233
MBI4735	55490135D	5010/0	19/03/2012	162 * I
MCE8272	55490782D	6599/2	09/04/2012	230 * V
MCH2494	54657786C	5010/0	19/04/2012	162 * I
MCH2494	54657787C	6912/0	19/04/2012	232
MCI4202	55052249D	5010/0	03/04/2012	162 * I
MCQ4571	55490712D	5010/0	09/03/2012	162 * I
MCQ8331	55491425D	6599/2	25/04/2012	230 * V
MCQ8331	55491426D	5010/0	25/04/2012	162 * I
MCV2479	55491718D	6599/2	09/04/2012	230 * V
MDA1012	55490760D	7340/0	28/03/2012	252 * IV
MDF0085	55051954D	6920/0	03/02/2012	233
MDF2302	55051960D	6920/0	23/02/2012	233
MDK6076	55490785D	6556/1	10/04/2012	230 * I
MDK6076	55490786D	5010/0	10/04/2012	162 * I
MDL3499	55051985D	6920/0	02/04/2012	233
MDO3631	55490763D	5010/0	31/03/2012	162 * I
MDQ4647	54109183D	6599/2	19/02/2012	230 * V
MDW4581	55052244D	6963/1	28/03/2012	237
MEM1931	55051967D	6920/0	01/03/2012	233
MEQ0769	55491677D	6599/2	02/04/2012	230 * V
MER4554	55051994D	6920/0	02/04/2012	233
MEV8926	54109195D	5274/2	05/04/2012	175
MFB4903	55051955D	6920/0	06/02/2012	233
MFG2994	55490736D	6599/2	18/04/2012	230 * V
MFM0577	55490784D	5010/0	09/04/2012	162 * I
MFP9813	55491606D	5010/0	23/04/2012	162 * I
MFP9813	55491606D	6599/2	23/04/2012	230 * V
MFW4017	55490787D	7340/0	12/04/2012	252 * IV
MFW5570	55491676D	6912/0	02/04/2012	232
MGK1781	55490748D	5010/0	18/04/2012	162 * I



MHJ5424	54108546D	5010/0	02/04/2012	162 * I
MHJ5424	54108547D	6599/2	02/04/2012	230 * V
MHM8290	55490329D	5010/0	29/02/2012	162 * I
MHM8290	55490330D	6637/2	29/02/2012	230 * IX
MHM8290	55490331D	5118/0	29/02/2012	164 c/c 162 * I
MIC1073	55490138D	6912/0	22/03/2012	232
MIM7206	55491511D	5010/0	23/03/2012	162 * I
MIM9265	55490131D	5010/0	13/03/2012	162 * I
MJJ8871	55053791D	5010/0	29/02/2012	162 * I
MJJ8871	55053792D	6912/0	29/02/2012	232
MJJ8871	55053793D	6610/2	29/02/2012	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1262/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU8368	55490293D	5835/0	04/03/2012	195
ALT3191	55848794C	5541/3	28/02/2012	181 * XVII
ALT3191	55848796C	5541/3	28/02/2012	181 * XVII
DSS0465	55490810D	5541/1	07/04/2012	181 * XVII
INT7198	55491559D	5746/1	11/03/2012	187 * I
LOF7469	55848795C	5541/4	28/02/2012	181 * XVII
LXX9476	55052247D	5541/4	04/04/2012	181 * XVII
MAH2011	55491688D	5541/4	09/04/2012	181 * XVII
MAL1505	54108774D	6041/2	30/03/2012	207
MAR7456	55490764D	5835/0	31/03/2012	195
MCI4202	55052250D	7064/0	03/04/2012	244 * IV
MCR0429	55490849D	5550/0	24/04/2012	181 * XVIII
MCW2479	55491717D	5541/1	09/04/2012	181 * XVII
MDK3156	54657781C	7048/1	22/02/2012	244 * II
MEB6034	55490495D	5550/0	07/04/2012	181 * XVIII
MEN0950	55490824D	6068/1	10/04/2012	209
MEU9191	55491659D	5541/4	19/03/2012	181 * XVII
MEV8926	54109196D	5835/0	05/04/2012	195
MFG6949	55848383C	5185/1	23/04/2012	167
MFL3707	55491716D	5550/0	09/04/2012	181 * XVIII
MFV1706	55848387C	5541/5	23/04/2012	181 * XVII
MFV7624	55490570D	5746/1	24/02/2012	187 * I
MGC6403	55491662D	5541/4	23/03/2012	181 * XVII
MHE3783	55848381C	6068/1	17/04/2012	209
MHK3476	55491722D	5525/0	15/04/2012	181 * XV
MHL0833	55491695D	5738/0	11/04/2012	186 * II
MHM5660	55491666D	5541/4	26/03/2012	181 * XVII
MIP2691	55490742D	6050/1	18/04/2012	208
MJG3541	55053233D	5509/0	08/03/2012	181 * XIII
MJU5271	55490616D	5541/1	19/02/2012	181 * XVII
MJX8189	55053898D	5460/0	06/03/2012	181 * IX
MKI3490	55848379C	5738/0	11/04/2012	186 * II
MLX1955	55490482D	5550/0	24/03/2012	181 * XVIII
MWG0907	55053230D	5541/4	02/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1263/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBU2648	55051951D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233

MDS1839	55051938D	6920/0	06/02/2012	R\$ 127,69	233
MEF3429	55051982D	6920/0	06/03/2012	R\$ 127,69	233
MFG1457	55051907D	6920/0	18/01/2012	R\$ 127,69	233
MGT5640	54108730D	5010/0	14/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGT5640	54108731D	5061/0	14/02/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGT5640	54108732D	6599/2	14/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIS1759	55053239D	6599/2	12/03/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1264/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AED8727	55490109D	5541/1	06/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DMK0246	55490705D	6068/1	03/03/2012	R\$ 127,69	209
MCA0789	54108729D	5746/1	11/02/2012	R\$ 85,12	187 * I
MDJ3526	54658041C	5185/1	08/01/2012	R\$ 127,69	167
MDK9247	55053787D	5452/1	05/02/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1265/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHM0299	54657797C	5010/0	26/04/2012	162 * I
CHM0299	54657797C	6599/2	26/04/2012	230 * V
CQQ7715	55490163D	6912/0	08/04/2012	232
ILC0234	55053999D	6599/2	18/02/2012	230 * V
LNW6353	55490761D	7340/0	28/03/2012	252 * IV
MGE9731	55490772D	6599/2	04/04/2012	230 * V
MGE9731	55490773D	5010/0	04/04/2012	162 * I
MGX1346	55490071D	6637/1	25/04/2012	230 * IX
MGX1346	55490072D	6637/2	25/04/2012	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1266/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LNW6353	55490762D	5185/1	28/03/2012	167
MAU7521	55491681D	5541/4	02/04/2012	181 * XVII
MGB3328	55490970D	5541/4	30/04/2012	181 * XVII
MGB9082	55490972D	5541/1	30/04/2012	181 * XVII
MHW2027	55490971D	5541/4	30/04/2012	181 * XVII
MIJ8811	55490842D	5541/4	23/04/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1267/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHT3736	55051987D	6920/0	02/04/2012	233
CLM1955	55491622D	5010/0	05/05/2012	162 * I
IFG3396	55490883D	6920/0	30/04/2012	233
IGN7431	55052175D	6599/2	15/04/2012	230 * V
IGN7431	55052176D	5045/0	15/04/2012	162 * V
IVY3009	55051997D	6920/0	03/04/2012	233
JWV9894	55490868D	6920/0	30/04/2012	233
KRN0486	55490450D	6556/1	11/05/2012	230 * I
LWX6782	55492007D	5045/0	09/05/2012	162 * V
LWX6782	55492007D	6599/2	09/05/2012	230 * V
LWX6782	55492007D	6912/0	09/05/2012	232
LXB9028	55490510D	6599/2	10/04/2012	230 * V
LXB9028	55490511D	5010/0	10/04/2012	162 * I
LXB9028	55490512D	5061/0	10/04/2012	163 c/c 162 * I
LXZ0651	55490866D	6920/0	30/04/2012	233
LXZ4396	55491513D	6599/2	29/03/2012	230 * V
LYG7983	55491309D	6769/2	11/05/2012	230 * XXII
LYG7983	55491310D	6769/1	11/05/2012	230 * XXII
LYG7983	55491310D	6769/2	11/05/2012	230 * XXII
LYR3232	55490878D	6920/0	30/04/2012	233
LYR9154	55051989D	6920/0	02/04/2012	233
LZA6130	54109200D	6599/2	16/04/2012	230 * V
LZA9123	55490777D	6599/2	06/04/2012	230 * V
LZA9123	55490778D	5010/0	06/04/2012	162 * I
LZA9123	55490779D	6726/1	06/04/2012	230 * XVIII
LZD7395	55490875D	6920/0	30/04/2012	233
LZG5868	55492001D	6610/2	09/05/2012	230 * VII
MAC8672	55490783D	5010/0	09/04/2012	162 * I
MBK4183	55490720D	5274/1	14/04/2012	175
MBK4183	55490723D	6637/1	14/04/2012	230 * IX
MBL5289	55491406D	6599/2	18/04/2012	230 * V
MBM3302	55491757D	6599/2	08/05/2012	230 * V
MBM3302	55491757D	6602/0	08/05/2012	230 * VI
MBM3302	55491758D	5010/0	08/05/2012	162 * I
MBR6771	54108747D	6599/2	17/04/2012	230 * V
MBV4731	55490780D	6556/1	07/04/2012	230 * I
MBV4731	55490781D	5010/0	07/04/2012	162 * I
MCA7545	55490770D	6599/2	03/04/2012	230 * V
MCA7545	55490771D	6912/0	03/04/2012	232
MCD9720	55491303D	6599/2	29/04/2012	230 * V
MCD9720	55491303D	6610/2	29/04/2012	230 * VII
MCD9720	55491303D	6637/1	29/04/2012	230 * IX
MCD9720	55491304D	6580/0	29/04/2012	230 * IV
MCD9720	55491304D	6637/1	29/04/2012	230 * IX
MCG5645	54659535C	5118/0	13/04/2012	164 c/c 162 * I
MCG5645	54659536C	5010/0	13/04/2012	162 * I
MCH1348	55491402D	6912/0	18/04/2012	232
MCJ6535	55491438D	5045/0	30/04/2012	162 * V
MDA1973	54108544D	5010/0	30/04/2012	162 * I
MDJ3172	55490788D	7340/0	13/04/2012	252 * IV
MEG6219	55490789D	7340/0	12/04/2012	252 * IV
MEV9611	55490716D	6599/2	14/04/2012	230 * V
MEV9611	55490717D	6556/5	14/04/2012	230 * I
MFIO123	55052171D	6912/0	11/04/2012	232
MFIO123	55052172D	6599/2	11/04/2012	230 * V
MGB3141	55491401D	7340/0	18/04/2012	252 * IV
MGE6808	55491608D	5010/0	17/04/2012	162 * I
MGE6808	55491608D	6599/2	17/04/2012	230 * V
MGE6808	55491608D	6912/0	17/04/2012	232
MGE9731	55490794D	5010/0	13/04/2012	162 * I
MGK1781	55490749D	6599/2	18/04/2012	230 * V
MGP0195	55490144D	6599/2	09/04/2012	230 * V
MGS9797	55491452D	6599/2	20/04/2012	230 * V
MIG3769	55491362D	6700/2	04/05/2012	230 * XVI
MIX4650	55051993D	6920/0	02/04/2012	233
MIY8452	54657798C	5045/0	26/04/2012	162 * V
MMH1740	55490343D	5010/0	16/03/2012	162 * I

MMH1740	55490344D	6637/2	16/03/2012	230 * IX
MMJ3370	55491901D	6599/2	29/04/2012	230 * V
MMJ3370	55491902D	6580/0	29/04/2012	230 * IV
MMJ3370	55491904D	6580/0	29/04/2012	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1268/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JGV9577	54657800C	5541/1	09/05/2012	181 * XVII
KDX8377	55491723D	5460/0	18/04/2012	181 * IX
MAR8160	55490804D	5452/2	03/04/2012	181 * VIII
MBK4183	55490721D	7030/1	14/04/2012	244 * I
MCJ4285	55491403D	5185/1	18/04/2012	167
MDR0613	55490823D	5541/3	09/04/2012	181 * XVII
MEV9611	55490715D	5541/4	14/04/2012	181 * XVII
MHG7378	55491693D	5207/0	10/04/2012	169
MIT5827	55490744D	5738/0	18/04/2012	186 * II
MJH4331	55490806D	5541/4	03/04/2012	181 * XVII
MJW9952	55490808D	5541/4	07/04/2012	181 * XVII
MKA1158	54109199D	5932/0	07/04/2012	203 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1269/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBV4731	55490158D	5010/0	26/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEY8086	55490608D	7340/0	19/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MFJ2488	55847026C	6599/2	04/03/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1270/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBP0377	55847325C	5185/1	10/02/2012	R\$ 127,69	167
IBP0377	55847326C	7366/2	10/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI
IBP0377	55847327C	5835/0	10/02/2012	R\$ 127,69	195
MIY2194	55490611D	5460/0	19/02/2012	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1271/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA

INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GAL4455	55051990D	6920/0	02/04/2012	233
LQO0740	55492005D	6599/2	09/05/2012	230 * V
LWZ1467	54659034C	5010/0	12/05/2012	162 * I
LXB5468	55490448D	6963/1	10/05/2012	237
MDT7199	55491407D	5010/0	19/04/2012	162 * I
MID5809	55491447D	5045/0	06/05/2012	162 * V
MID5809	55491448D	6912/0	06/05/2012	232
MIO9823	55491721D	5010/0	10/04/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1272/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DSH0240	55491621D	5541/1	11/05/2012	181 * XVII
LWZ0919	55053193D	5541/4	30/01/2012	181 * XVII
LYL7369	55491720D	5541/1	18/04/2012	181 * XVII
MAU7650	55273046C	7030/1	30/09/2011	244 * I
MHD6168	55848394C	6017/5	08/05/2012	206 * III
MHJ4769	55490733D	5550/0	17/04/2012	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1273/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAB1009	54107741D	5274/3	28/02/2012	R\$ 191,53	175
MBK8779	55490120D	6599/2	24/02/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1274/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAB1009	54107740D	5835/0	28/02/2012	R\$ 127,69	195
MEV5908	55490701D	6017/5	29/02/2012	R\$ 191,53	206 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1275/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA



INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMQ5692	55491951D	5274/3	01/05/2012	175
BIH2677	55490834D	5010/0	18/04/2012	162 * I
BIH2677	55490834D	6599/2	18/04/2012	230 * V
BIH2677	55490835D	6556/5	18/04/2012	230 * I
CJT2497	55490922D	6920/0	10/05/2012	233
CKD6559	54109198D	6599/2	16/04/2012	230 * V
CVH7677	55490089D	6599/2	12/05/2012	230 * V
DTA4961	55490513D	6599/2	19/04/2012	230 * V
DTA4961	55490514D	5045/0	19/04/2012	162 * V
DTD3302	55490914D	6920/0	08/05/2012	233
HOQ5627	55490937D	6920/0	16/05/2012	233
IGN2473	55490946D	6920/0	22/05/2012	233
LWU0274	55491414D	6556/1	21/04/2012	230 * I
LWU0274	55491415D	6726/1	21/04/2012	230 * XVIII
LWU0274	55491416D	5010/0	21/04/2012	162 * I
LWV4022	55491409D	5010/0	21/04/2012	162 * I
LWV4022	55491410D	6912/0	21/04/2012	232
LZC5831	55846814C	6599/2	26/04/2012	230 * V
LZK2540	55490074D	5045/0	01/05/2012	162 * V
LZK2540	55490075D	6580/0	01/05/2012	230 * IV
MBA2194	54659038C	5010/0	15/05/2012	162 * I
MBD7653	55491420D	5010/0	24/04/2012	162 * I
MCD9867	55490924D	6920/0	10/05/2012	233
MCT0325	55490929D	6920/0	12/05/2012	233
MEC1404	54657789C	6912/0	20/04/2012	232
MEE7919	54108391D	6599/2	24/04/2012	230 * V
MEK7783	55490774D	5010/0	06/04/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1276/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APY5206	55848382C	5185/1	23/04/2012	167
IPN4012	55491678D	5541/4	02/04/2012	181 * XVII
KZR7451	55848385C	5185/1	23/04/2012	167
LXR8213	55491802D	5541/1	27/04/2012	181 * XVII
LZK2540	55490076D	5835/0	01/05/2012	195
MBK4183	55490722D	7048/1	14/04/2012	244 * II
MBK5848	55490847D	5550/0	24/04/2012	181 * XVIII
MBO0538	54657788C	5185/1	20/04/2012	167
MDK3987	55491421D	5207/0	24/04/2012	169
MDR6884	55490816D	5541/1	07/04/2012	181 * XVII
MEL0532	55491351D	5835/0	22/04/2012	195
MEL0532	55491351D	7030/2	22/04/2012	244 * I
MFT2477	55491812D	5541/4	03/05/2012	181 * XVII
MGB5664	55490077D	7366/2	04/05/2012	252 * VI
MGY9772	55490959D	5541/1	30/04/2012	181 * XVII
MHE8485	55491730D	5541/4	30/04/2012	181 * XVII
MHH5265	55491611D	5541/1	26/04/2012	181 * XVII
MIC2533	55490848D	5550/0	24/04/2012	181 * XVIII
MJH4711	55490743D	5550/0	18/04/2012	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1277/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA

INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APO7429	55051964D	6920/0	28/02/2012	R\$ 127,69	233
MAN2063	54109485D	5010/0	04/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAN2063	54109486D	6599/2	04/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHQ9746	55051975D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1278/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DAR2896	55490584D	5746/1	10/03/2012	R\$ 85,12	187 * I
MEC3030	55490713D	5746/1	11/03/2012	R\$ 85,12	187 * I
MFG3835	55053977D	5541/1	28/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1279/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIE8954	55052179D	6599/2	08/05/2012	230 * V
CYB5874	55492003D	6637/2	09/05/2012	230 * IX
DAI2744	55490876D	6920/0	30/04/2012	233
HPA9769	55490864D	6920/0	30/04/2012	233
KLP6215	55490874D	6920/0	30/04/2012	233
LIY5611	55490854D	6920/0	30/04/2012	233
LWS1920	55491441D	6599/2	27/04/2012	230 * V
LWS1920	55491442D	5010/0	27/04/2012	162 * I
LXL0472	55490891D	6920/0	30/04/2012	233
LXR8893	55490859D	6920/0	30/04/2012	233
LXZ8641	55490890D	6920/0	30/04/2012	233
LYD8102	55491903D	6599/2	29/04/2012	230 * V
LYF7191	55490892D	6920/0	30/04/2012	233
LYO6208	55492254D	6599/2	27/05/2012	230 * V
LYO6208	55492255D	6556/1	27/05/2012	230 * I
LYO6208	55492256D	6637/1	27/05/2012	230 * IX
LYO6208	55492257D	5010/0	27/05/2012	162 * I
LZE3575	55492002D	6599/2	09/05/2012	230 * V
LZZ3172	55491755D	6599/2	02/05/2012	230 * V
LZZ3172	55491756D	5010/0	02/05/2012	162 * I
LZZ3172	55491756D	5274/1	02/05/2012	175
MAW2521	55490870D	6920/0	30/04/2012	233
MAX5495	55491955D	5010/0	12/05/2012	162 * I
MAY4752	55490439D	6599/2	09/05/2012	230 * V
MBB2008	55491570D	6599/2	04/05/2012	230 * V
MBJ2188	55491443D	6599/2	06/05/2012	230 * V
MBJ2188	55491444D	6556/1	06/05/2012	230 * I
MBJ2188	55491445D	6556/4	06/05/2012	230 * I
MBJ2188	55491446D	5010/0	06/05/2012	162 * I
MBK8779	55492008D	6769/1	09/05/2012	230 * XXII
MBK8779	55492010D	6610/2	09/05/2012	230 * VII
MBN2671	55846812C	6599/2	26/04/2012	230 * V
MBW3455	55491752D	6637/2	29/04/2012	230 * IX
MBW3455	55491754D	6637/2	29/04/2012	230 * IX
MBZ8636	55491612D	6599/2	29/04/2012	230 * V

MCI4202	55490086D	5169/1	12/05/2012	165
MCI4202	55490088D	5010/0	12/05/2012	162 * I
MDD5273	55490099D	6556/3	24/05/2012	230 * I
MDG8777	55491436D	6599/2	27/04/2012	230 * V
MDG8777	55491437D	6602/0	27/04/2012	230 * VI
MDS2991	55491620D	7340/0	05/05/2012	252 * IV
MDW4581	55490445D	6599/2	09/05/2012	230 * V
MDZ6272	55491851D	5010/0	05/05/2012	162 * I
MDZ6272	55491852D	6599/2	05/05/2012	230 * V
MEA1142	55491617D	6599/2	02/05/2012	230 * V
MEB2745	55491514D	6629/0	21/05/2012	230 * VIII
MEB2745	55491515D	6610/2	21/05/2012	230 * VII
MEB2745	55491516D	6912/0	21/05/2012	232
MEJ8276	55490181D	6599/2	03/06/2012	230 * V
MEJ8276	55490182D	6580/0	03/06/2012	230 * IV
MEJ8276	55490183D	6912/0	03/06/2012	232
MEO8781	55492006D	6599/2	09/05/2012	230 * V
MEP2665	55490873D	6920/0	30/04/2012	233
MFA0722	55490392D	6599/2	21/05/2012	230 * V
MFV2700	55491831D	6599/2	11/05/2012	230 * V
MFY0220	55491727D	6963/1	27/04/2012	237
MGF8429	55490871D	6920/0	30/04/2012	233
MGG1137	55490443D	6602/0	09/05/2012	230 * VI
MGU5640	55490852D	6920/0	30/04/2012	233
MHF2182	55491358D	6599/2	01/05/2012	230 * V
MHF8561	55490524D	5010/0	31/05/2012	162 * I
MHF8561	55490525D	5061/0	31/05/2012	163 c/c 162 * I
MHN9314	54109837D	6920/0	07/10/2011	233
MHY8090	55491450D	5045/0	06/05/2012	162 * V
MIL8091	55490177D	5010/0	31/05/2012	162 * I
MIL8091	55490178D	5061/0	31/05/2012	163 c/c 162 * I
MIO7918	55491817D	5010/0	05/05/2012	162 * I
MIO7918	55491818D	6912/0	05/05/2012	232
MIO9823	55491305D	6637/1	30/04/2012	230 * IX
MIO9823	55491306D	5010/0	30/04/2012	162 * I
MIS6316	55491307D	5010/0	30/04/2012	162 * I
MIS6316	55491307D	6637/2	30/04/2012	230 * IX
MIS9862	55053973D	5274/2	28/01/2012	175
MIT0319	55491433D	5010/0	27/04/2012	162 * I
MJH0597	55490865D	6920/0	30/04/2012	233
MJX7791	55491432D	6912/0	27/04/2012	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1280/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJD4299	54659046C	7366/2	21/05/2012	252 * VI
CIV7766	55490964D	5541/4	30/04/2012	181 * XVII
CMU4036	55490960D	5541/4	30/04/2012	181 * XVII
IOX1040	55490087D	5460/0	09/05/2012	181 * IX
LZQ3514	55052256D	5541/1	07/05/2012	181 * XVII
MAN4700	55491439D	7366/2	30/04/2012	252 * VI
MBB2008	55491570D	5207/0	04/05/2012	169
MBB2008	55491571D	5835/0	04/05/2012	195
MDL5713	55491806D	5541/1	27/04/2012	181 * XVII
MDS6554	55490969D	5541/4	30/04/2012	181 * XVII
MEC3806	55491813D	5541/4	04/05/2012	181 * XVII
MEV9984	55490519D	6017/5	25/05/2012	206 * III
MFI8637	55490961D	5541/4	30/04/2012	181 * XVII
MGB4599	55491819D	5550/0	07/05/2012	181 * XVIII
MGI0745	55491833D	5541/1	12/05/2012	181 * XVII
MHF2182	55491360D	5835/0	01/05/2012	195
MIO9823	55491306D	6050/2	30/04/2012	208
MKK2421	55490728D	5550/0	15/04/2012	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5

(ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1281/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAI5769	55052242D	6599/2	28/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAI5769	55052243D	5010/0	28/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGC8447	55490506D	5010/0	23/03/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1282/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDR1223	54659013C	5452/7	12/03/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MFP6109	55491712D	5541/4	22/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH7785	55490807D	5541/4	07/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1283/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNH5390	55492260D	6599/2	02/06/2012	230 * V
BNH5390	55492261D	5010/0	02/06/2012	162 * I
BNH5390	55492263D	6637/1	02/06/2012	230 * IX
CKD6559	55490889D	6920/0	30/04/2012	233
EBF9828	55490909D	6920/0	07/05/2012	233
IBZ0811	55490858D	6920/0	30/04/2012	233
IFD4005	55490888D	6920/0	30/04/2012	233
LYZ6826	55491827D	6963/1	10/05/2012	237
MAL6928	55490863D	6920/0	30/04/2012	233
MAR5123	55491853D	5010/0	11/05/2012	162 * I
MAZ6922	55490893D	6920/0	30/04/2012	233
MBE0074	54659029C	5010/0	12/05/2012	162 * I
MBG7469	55490860D	6920/0	30/04/2012	233
MBP5565	55490862D	6920/0	30/04/2012	233
MBT3096	55490447D	6963/1	10/05/2012	237
MCZ1386	55490855D	6920/0	30/04/2012	233
MDV2671	54659050C	7340/0	21/05/2012	252 * IV
MEE5378	55491828D	6963/1	10/05/2012	237
MEV5029	55491366D	5010/0	31/05/2012	162 * I
MEV5029	55491367D	6556/3	31/05/2012	230 * I
MEV5029	55491368D	6653/2	31/05/2012	230 * XI
MEV5029	55491369D	5070/1	31/05/2012	163 c/c 162 * II
MFI6262	55490867D	6920/0	30/04/2012	233
MHF2182	55491361D	6653/2	01/05/2012	230 * XI
MHH6485	55490853D	6920/0	30/04/2012	233
MIN7149	54659024C	6599/2	12/05/2012	230 * V
MIN7149	54659025C	5010/0	12/05/2012	162 * I

MIN7149	54659026C	6912/0	12/05/2012	232
MIN7149	54659027C	7340/0	12/05/2012	252 * IV
MJP7670	55490895D	6920/0	30/04/2012	233
MKS7470	55490894D	6920/0	30/04/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1284/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASA1336	54659019C	5185/1	09/05/2012	167
BNH5390	55492262D	5185/1	02/06/2012	167
MAR5123	55491854D	5835/0	11/05/2012	195
MDF6389	55848389C	5541/1	08/05/2012	181 * XVII
MFY9953	55492354D	7366/2	01/06/2012	252 * VI
MHE8687	55492259D	5541/1	01/06/2012	181 * XVII
MIS2116	55490296D	5614/4	01/06/2012	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1285/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CLO4948	55490803D	6599/2	02/04/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1286/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWR6700	55490486D	5550/0	01/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDZ4006	55678798C	7048/1	28/09/2011	R\$ 191,53	244 * II
MHY0121	54107989D	5738/0	23/03/2011	R\$ 191,53	186 * II
MOR9050	55490734D	5550/0	17/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1287/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	----------------------------------	------------------	---------------



AOE7471	55490950D	6920/0	22/05/2012	233
BNU7534	55491832D	6599/2	11/05/2012	230 * V
BSF8482	55490943D	6920/0	18/05/2012	233
CJB2004	55490925D	6920/0	10/05/2012	233
ICJ5943	55492169D	6920/0	04/06/2012	233
IDQ7999	55490916D	6920/0	08/05/2012	233
IGL5664	55490940D	6920/0	17/05/2012	233
IHE8844	55492175D	6920/0	11/06/2012	233
KUC5271	55490921D	6920/0	09/05/2012	233
LWR6700	55490920D	6920/0	09/05/2012	233
LXE1794	55491958D	6637/1	18/05/2012	230 * IX
LYA8174	55490913D	6920/0	07/05/2012	233
LZQ8695	55491830D	6610/2	11/05/2012	230 * VII
LZU4433	55490933D	6920/0	15/05/2012	233
MAY4458	55490910D	6920/0	07/05/2012	233
MBF3944	55490930D	6920/0	11/05/2012	233
MBZ8636	55490906D	6920/0	04/05/2012	233
MCC3544	55492182D	6920/0	12/06/2012	233
MCF4666	55490905D	6920/0	04/05/2012	233
MCS8293	55490919D	6920/0	09/05/2012	233
MDG8777	55490908D	6920/0	07/05/2012	233
MEG3129	55490931D	6920/0	14/05/2012	233
MER8949	55490915D	6920/0	08/05/2012	233
MHW2984	55490945D	6920/0	22/05/2012	233
MIM2492	55490391D	6599/2	21/05/2012	230 * V
MJN3699	55490947D	6920/0	21/05/2012	233
MLA3843	55490939D	6920/0	16/05/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1288/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJD4480	55491370D	6050/2	06/06/2012	208
LXE1794	55491959D	7048/1	18/05/2012	244 * II
LXE1794	55491960D	5835/0	18/05/2012	195
MAO3688	54659039C	5185/1	15/05/2012	167
MHG3756	55492402D	5541/1	08/06/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1289/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZR5323	55490775D	6556/1	06/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
LZR5323	55490776D	5010/0	06/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEP2665	55052146D	5010/0	08/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEP2665	55053099D	6599/2	08/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEP2665	55053100D	6769/1	08/04/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MGS5525	55491422D	6599/2	25/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGS5525	55491423D	6637/1	25/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MGS5525	55491424D	6912/0	25/04/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1290/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IVB1310	55490805D	5541/4	03/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ2803	55490963D	5541/4	30/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1291/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKB7253	55492266D	5010/0	02/06/2012	162 * I
CME2645	55491455D	6912/0	07/06/2012	232
ILX5519	55490097D	5010/0	23/05/2012	162 * I
JMU9770	55492159D	6920/0	28/05/2012	233
KNS0692	55492156D	6920/0	28/05/2012	233
LXV5336	55492285D	5010/0	11/06/2012	162 * I
LXV5336	55492286D	6610/2	11/06/2012	230 * VII
LYA7721	55491629D	6599/2	29/05/2012	230 * V
MAI4871	55492102D	6670/0	27/05/2012	230 * XIII
MAI4871	55492104D	7340/0	27/05/2012	252 * IV
MAI4871	55492105D	6700/1	27/05/2012	230 * XVI
MAL9799	55492153D	6920/0	25/05/2012	233
MBU7303	55492251D	7340/0	24/05/2012	252 * IV
MBV7394	55491517D	6610/2	21/05/2012	230 * VII
MCJ1172	54107745D	6599/2	21/05/2012	230 * V
MCR5375	55492164D	6920/0	31/05/2012	233
MDJ0628	55490169D	6653/2	19/05/2012	230 * XI
MDQ0665	55492154D	6920/0	25/05/2012	233
MEA1443	55492155D	6920/0	25/05/2012	233
MGP8770	54107746D	6912/0	21/05/2012	232
MGT1519	55491627D	5010/0	20/05/2012	162 * I
MGT1519	55491628D	6599/2	20/05/2012	230 * V
MGX1649	55490527D	6599/2	12/06/2012	230 * V
MGX1649	55490528D	6556/4	12/06/2012	230 * I
MHJ1066	55491762D	5010/0	16/06/2012	162 * I
MHJ1066	55491765D	5274/1	16/06/2012	175
MJC1420	55492152D	6920/0	21/05/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1292/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHH2560	55490094D	5541/5	21/05/2012	181 * XVII
CHM1922	55490974D	5541/1	15/05/2012	181 * XVII
MAI4871	55492103D	5525/0	27/05/2012	181 * XV
MAO1631	55492301D	5738/0	27/05/2012	186 * II
MBV7394	55491518D	7064/0	21/05/2012	244 * IV
MDJ0628	55490165D	7064/0	19/05/2012	244 * IV
MDJ0628	55490166D	7056/1	19/05/2012	244 * III
MDJ0628	55490167D	7030/1	19/05/2012	244 * I
MDJ0628	55490168D	5835/0	19/05/2012	195
MHJ1066	55491763D	5215/1	16/06/2012	170

MHJ1066	55491764D	5215/2	16/06/2012	170
MIJ4753	55491363D	7056/2	26/05/2012	244 * III c/c §1º
MIJ4753	55491365D	7030/2	26/05/2012	244 * I
MIM6823	55053111D	5541/1	08/06/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1293/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDO6707	55491751D	6580/0	29/04/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MDO6707	55491751D	6599/2	29/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDO6707	55491751D	6610/2	29/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MFY7447	54108744D	5010/0	11/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIL3497	55051995D	6920/0	03/04/2012	R\$ 127,69	233
MIM4815	54108749D	5010/0	26/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIM4815	54108750D	6610/1	26/04/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MIM4815	54108750D	6912/0	26/04/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1294/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IMW9329	55490719D	6068/1	14/04/2012	R\$ 127,69	209
LYK0169	55491308D	5525/0	05/05/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MJO3038	55490498D	5550/0	07/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1295/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGP2565	55492151D	6920/0	24/05/2012	233
IBX4938	55492158D	6920/0	28/05/2012	233
IEP5431	55491843D	6599/2	26/06/2012	230 * V
LXO7718	55492264D	5045/0	02/06/2012	162 * V
LXO7718	55492264D	6599/2	02/06/2012	230 * V
LXV2456	55492267D	6599/2	02/06/2012	230 * V
LXV2456	55492268D	6726/1	02/06/2012	230 * XVIII
LXV2456	55492269D	5010/0	02/06/2012	162 * I
LYV9775	55490174D	5037/1	22/05/2012	162 * III
MBF2351	55492162D	6920/0	29/05/2012	233
MCE2371	55490180D	6556/1	03/06/2012	230 * I
MCF6887	54659041C	5010/0	16/05/2012	162 * I
MCF6887	54659042C	7340/0	16/05/2012	252 * IV
MDU7623	55492160D	6920/0	29/05/2012	233
MEH1147	54109498D	6637/2	26/06/2012	230 * IX
MHH5350	55491456D	6599/2	28/06/2012	230 * V
MHH5350	55491457D	5010/0	28/06/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1296/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEP5431	55491842D	5541/4	26/06/2012	181 * XVII
LYV9775	55490173D	7048/1	22/05/2012	244 * II
LZH5070	55490977D	6017/5	17/05/2012	206 * III
MBE3752	55793001D	7366/2	02/07/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1297/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFQ9212	55490903D	6920/0	04/05/2012	R\$ 127,69	233
LXA9844	55491954D	5045/0	12/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
LXT7931	54659031C	6599/2	12/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXT7931	54659033C	5045/0	12/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
LXT7931	54659033C	6912/0	12/05/2012	R\$ 53,20	232
MCC0755	55051999D	6920/0	02/04/2012	R\$ 127,69	233
MEB3177	55490837D	6661/0	20/04/2012	R\$ 127,69	230 * XII
MEB3177	55490838D	6637/1	20/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MEQ7443	54659021C	6599/2	12/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEQ7443	54659022C	6556/1	12/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MEQ7443	54659023C	6556/4	12/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MIY8213	55490790D	5045/0	12/04/2012	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1298/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGL7483	55491834D	5541/1	12/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1299/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	----------------------------------	------------------	---------------

BKS4999	55793014D	6599/2	04/07/2012	230 * V
BKS4999	55793015D	5010/0	04/07/2012	162 * I
DRB8240	54109500D	6963/1	26/06/2012	237
LWR7526	55492190D	6920/0	21/06/2012	233
LYT9984	55492018D	6912/0	28/06/2012	232
MDJ3172	55492276D	6599/2	08/06/2012	230 * V
MDJ3172	55492277D	5010/0	08/06/2012	162 * I
MFI0530	55491317D	6556/1	30/06/2012	230 * I
MGI5299	55492195D	6920/0	27/06/2012	233
MHC5523	55492199D	6920/0	27/06/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1300/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KXU1126	55793060D	5207/0	08/07/2012	169
MDJ3961	55053109D	5541/4	06/06/2012	181 * XVII
MJH0597	55492401D	5541/5	05/06/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



# **Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba-Edital 1301/2012 a 1317/2012-Dmutran**

## **Edital de Publicação – Diário Oficial do Município de Imbituba – DOM-SC**

**Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN**

**Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA**

**Edital 1301/2012 a 1317/2012**

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1301/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEW8238	55491823D	5207/0	09/05/2012	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1302/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAG6605	55492180D	6920/0	12/06/2012	233
AGM1559	55492181D	6920/0	13/06/2012	233
ARQ4142	55492011D	6599/2	10/06/2012	230 * V
ARQ4142	55492176D	6920/0	11/06/2012	233
LXG3984	55793024D	6599/2	05/07/2012	230 * V
LXG3984	55793025D	5045/0	05/07/2012	162 * V
LXG3984	55793026D	6912/0	05/07/2012	232
LZB1568	55492293D	5010/0	17/06/2012	162 * I
MAQ6791	55492289D	6599/2	14/06/2012	230 * V
MAQ6791	55492290D	5010/0	14/06/2012	162 * I
MAQ6791	55492291D	6556/1	14/06/2012	230 * I
MBM8903	55492171D	6920/0	06/06/2012	233
MBV1612	55492292D	7340/0	17/06/2012	252 * IV
MBV3455	55491311D	6610/2	16/06/2012	230 * VII
MBV3455	55491312D	6963/3	16/06/2012	237
MDH4345	55490297D	6599/2	05/06/2012	230 * V
MDM2863	55492179D	6920/0	13/06/2012	233
MDN7492	55491961D	6599/2	08/06/2012	230 * V
MDN7492	55491962D	5010/0	08/06/2012	162 * I
MGI0640	55492278D	6599/2	08/06/2012	230 * V
MHT2250	55491632D	5010/0	10/06/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1303/2012**  
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CTB8862	55492417D	5541/1	05/07/2012	181 * XVII
LYY6186	55491458D	5541/3	29/06/2012	181 * XVII
MAT0820	55053108D	5541/4	06/06/2012	181 * XVII
MCR4039	55491375D	5185/1	12/06/2012	167
MDW4191	55492288D	7234/0	11/06/2012	250 * I * a
MFE0465	55490189D	5509/0	15/06/2012	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1304/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JVF5805	54657794C	5010/0	26/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
JVF5805	54657796C	5061/0	26/04/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGM7915	55490846D	6599/2	24/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHM8290	55491807D	6645/0	27/04/2012	R\$ 127,69	230 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1305/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGH2366	55490729D	5541/1	16/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK8746	55491569D	5185/1	25/04/2012	R\$ 127,69	167
MHR3822	55490850D	5550/0	24/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHT5681	54109173D	5940/1	06/01/2012	R\$ 191,53	203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1306/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKZ5388	55492167D	6920/0	04/06/2012	233
IGJ6791	55492165D	6920/0	04/06/2012	233
MGQ8802	55492183D	6920/0	14/06/2012	233
MIU5274	55491770D	6599/2	11/07/2012	230 * V
MIU5274	55491771D	5010/0	11/07/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1307/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998

DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DUG1723	55491469D	5541/5	07/07/2012	181 * XVII
IIW3415	55490533D	5452/2	09/07/2012	181 * VIII
LUU8004	55848378C	5550/0	05/04/2012	181 * XVIII
LVK8230	55490194D	5452/4	18/06/2012	181 * VIII
MDR1874	55490614D	5541/1	19/02/2012	181 * XVII
MDT1382	55490534D	5452/2	09/07/2012	181 * VIII
MHL7007	55492364D	5541/4	08/06/2012	181 * XVII
MJK8820	55490532D	5452/2	09/07/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1308/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBK8909	55490880D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MHA7879	55490898D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MIC7054	55490896D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1309/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDO5546	55052040D	6068/1	21/11/2011	R\$ 127,69	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1310/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHU5125	55052182D	6769/3	19/07/2012	230 * XXII
CJV0826	55490200D	5010/0	06/07/2012	162 * I
CJV0826	55492453D	6610/2	06/07/2012	230 * VII
GVT4819	55492213D	6920/0	03/07/2012	233
JNY9654	55490985D	6599/2	17/07/2012	230 * V
LBU3523	55492287D	6599/2	11/06/2012	230 * V
LXM0507	55492188D	6920/0	19/06/2012	233
MBK8909	54109497D	5274/1	23/06/2012	175
MBW6079	55492051D	5010/0	30/06/2012	162 * I
MBW6079	55492052D	5061/0	30/06/2012	163 c/c 162 * I
MBW6079	55492053D	6599/2	30/06/2012	230 * V
MEK9052	55492216D	6920/0	11/07/2012	233
MFY7447	55491964D	5010/0	26/06/2012	162 * I
MGM6151	55492017D	6912/0	28/06/2012	232
MGN6257	55490981D	5010/0	14/07/2012	162 * I

MGT6359	55491520D	6912/0	10/06/2012	232
MGZ1738	55491313D	5010/0	22/06/2012	162 * I
MGZ1738	55491313D	6912/0	22/06/2012	232
MGZ1738	55491314D	5061/0	22/06/2012	163 c/c 162 * I
MGZ1738	55491314D	6599/2	22/06/2012	230 * V
MHY2665	55492025D	6769/3	19/07/2012	230 * XXII
MIB9924	55492420D	5010/0	19/07/2012	162 * I
MIB9924	55492421D	5061/0	19/07/2012	163 c/c 162 * I
MID4000	55492021D	6912/0	19/07/2012	232
MIN4205	55492296D	5010/0	02/07/2012	162 * I
NLI2814	55793027D	6700/2	19/07/2012	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1311/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQX3198	55492414D	5452/2	20/06/2012	181 * VIII
JNY9654	55490986D	5541/5	17/07/2012	181 * XVII
MCW2479	55491732D	5541/5	19/07/2012	181 * XVII
MDJ9805	55492013D	5444/0	26/06/2012	181 * VII
MHQ4315	55490988D	5541/4	17/07/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1312/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BMI8283	55490444D	6599/2	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
GVS7773	55273049C	6599/2	30/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAU2345	55490887D	6920/0	30/04/2012	R\$ 127,69	233
MGO7990	55491449D	5010/0	06/05/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1313/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ0919	55053193D	5541/4	30/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM3115	55491811D	5541/4	03/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKM8069	55491836D	5541/4	12/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1314/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMY5158	55491580D	6599/2	24/07/2012	230 * V
CCD2202	55492193D	6920/0	26/06/2012	233
CDM8438	55679869C	5010/0	01/07/2012	162 * I
CJD8585	55793022D	5274/1	04/07/2012	175
IOP8572	55793013D	6599/2	04/07/2012	230 * V
JHK4039	55490196D	6637/2	27/06/2012	230 * IX
LXY6870	55492191D	6920/0	25/06/2012	233
LYF7702	55490198D	6599/2	30/06/2012	230 * V
LYF7702	55490199D	5010/0	30/06/2012	162 * I
LYS2201	55492198D	6920/0	27/06/2012	233
LYZ5395	55793080D	5010/0	01/08/2012	162 * I
LYZ5395	55793082D	6637/1	01/08/2012	230 * IX
LZG5868	55491965D	6700/1	19/07/2012	230 * XVI
LZR9301	55492194D	6920/0	26/06/2012	233
LZU8513	55492196D	6920/0	27/06/2012	233
LZZ9962	55793003D	6599/2	04/07/2012	230 * V
LZZ9962	55793004D	6556/3	04/07/2012	230 * I
MAH1519	55793023D	6912/0	04/07/2012	232
MAO3922	55492186D	6920/0	15/06/2012	233
MAY3513	55492192D	6920/0	26/06/2012	233
MBW3751	55492294D	5045/0	23/06/2012	162 * V
MBY8527	55793019D	6912/0	04/07/2012	232
MCA9858	55491318D	5010/0	30/06/2012	162 * I
MCA9858	55491318D	5061/0	30/06/2012	163 c/c 162 * I
MCA9858	55491319D	6602/0	30/06/2012	230 * VI
MCA9858	55491319D	6637/1	30/06/2012	230 * IX
MCG7152	55491638D	6556/1	09/07/2012	230 * I
MDM4672	55793012D	6599/2	04/07/2012	230 * V
MEK2154	55793008D	6599/2	04/07/2012	230 * V
MFL9509	55793011D	5045/0	04/07/2012	162 * V
MF3778	55492295D	6912/0	02/07/2012	232
MGN6257	55491376D	5010/0	28/07/2012	162 * I
MGN6257	55491376D	5169/1	28/07/2012	165
MGX7637	55793021D	6599/2	04/07/2012	230 * V
MHA7311	55793054D	5010/0	08/07/2012	162 * I
MIV1939	55793020D	6599/2	04/07/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1315/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYZ5395	55793081D	5185/1	01/08/2012	167
MBJ0192	55793062D	5452/1	08/07/2012	181 * VIII
MHD1937	55492300D	5207/0	04/07/2012	169
MHN8738	55491839D	5541/4	18/06/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1316/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CHM1922	55490975D	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
IDN7888	55490851D	6920/0	02/05/2012	R\$ 127,69	233
IKX2553	55490934D	6920/0	15/05/2012	R\$ 127,69	233
MAS1773	54107747D	6556/1	21/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAT0673	55490911D	6920/0	07/05/2012	R\$ 127,69	233
MEB9063	55490923D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1317/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXA1386	54109186D	5185/1	08/03/2012	R\$ 127,69	167
LZW3062	54109578D	5487/0	25/08/2011	R\$ 127,69	181 * XI
MDM9811	54108114D	5835/0	02/09/2011	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

# **Editais de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - Zona Azul - Dmutran**

## **Editais de Publicação no Diário Oficial do Município de Imbituba - DOM-SC**

**Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN**

**Editais de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – ZONA AZUL  
Edital 78/2012 a 85/2012**

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 78/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASO0632	55779759D	5541/1	14/06/2012	181 * XVII
CLR3487	55779889D	5541/1	10/07/2012	181 * XVII
IIT8626	55779873D	5541/1	06/07/2012	181 * XVII
IJE9930	55779888D	5541/1	10/07/2012	181 * XVII
IPM8512	55779869D	5541/1	06/07/2012	181 * XVII
MAU4532	55779857D	5541/1	04/07/2012	181 * XVII
MBS9572	55779875D	5541/1	06/07/2012	181 * XVII
MFC1219	55779768D	5541/1	18/06/2012	181 * XVII
MFC2336	55779697D	5541/1	11/06/2012	181 * XVII
MHF5845	55779878D	5541/1	06/07/2012	181 * XVII
MJH9061	55779867D	5541/1	05/07/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 79/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJX1997	55779584D	5541/1	23/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 80/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJW3882	55779743D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
AKX2892	55779802D	5541/1	25/06/2012	181 * XVII
CGA0192	55779881D	5541/1	09/07/2012	181 * XVII
MAM1424	55779761D	5541/1	15/06/2012	181 * XVII
MBZ8636	55779732D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
MEO9492	55779739D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
MEO9492	55779779D	5541/1	19/06/2012	181 * XVII
MEY0111	55779773D	5541/1	18/06/2012	181 * XVII
MHM6424	55779776D	5541/1	18/06/2012	181 * XVII
MII6403	55779797D	5541/1	25/06/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4

E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 81/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJF2539	55779624D	5541/1	29/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 82/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BXL6429	55779910D	5541/1	16/07/2012	181 * XVII
CJR3167	55779840D	5541/1	02/07/2012	181 * XVII
CJR3167	55779908D	5541/1	16/07/2012	181 * XVII
CTJ5414	55779803D	5541/1	25/06/2012	181 * XVII
DGG7186	55779806D	5541/1	26/06/2012	181 * XVII
DQJ1104	55779817D	5541/1	27/06/2012	181 * XVII
DUI7892	55779824D	5541/1	28/06/2012	181 * XVII
IIQ8414	55779814D	5541/1	27/06/2012	181 * XVII
JGX5714	55779818D	5541/1	27/06/2012	181 * XVII
LYB9032	55779944D	5541/1	25/07/2012	181 * XVII
MAI6031	55779925D	5541/1	20/07/2012	181 * XVII
MBS9572	55779800D	5541/1	25/06/2012	181 * XVII
MES4713	55779917D	5541/1	18/07/2012	181 * XVII
MEW4801	55779788D	5541/1	25/06/2012	181 * XVII
MFA0722	55779904D	5541/1	13/07/2012	181 * XVII
MGH8627	55779808D	5541/1	26/06/2012	181 * XVII
MGL5434	55779932D	5541/1	23/07/2012	181 * XVII
MHD6080	55779941D	5541/1	25/07/2012	181 * XVII
MHE1193	55779861D	5541/1	05/07/2012	181 * XVII
MHF3999	55779778D	5541/1	19/06/2012	181 * XVII
MHV9563	55779849D	5541/1	03/07/2012	181 * XVII
MID5389	55779735D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
MIG6004	55779794D	5541/1	25/06/2012	181 * XVII
MIG6004	55779809D	5541/1	26/06/2012	181 * XVII
MIY7268	55779764D	5541/1	15/06/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 83/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEG7681	55779578D	5541/1	23/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF7797	55779506D	5541/1	14/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 84/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CKI3831	55779949D	5541/1	26/07/2012	181 * XVII
KYU0601	55779887D	5541/1	10/07/2012	181 * XVII
LXB6625	55779953D	5541/1	26/07/2012	181 * XVII
MBM9224	55779882D	5541/1	09/07/2012	181 * XVII
MCZ1599	55779876D	5541/1	06/07/2012	181 * XVII
MDH7125	55779859D	5541/1	04/07/2012	181 * XVII
MGK6920	55779848D	5541/1	03/07/2012	181 * XVII
MIA0725	55779886D	5541/1	10/07/2012	181 * XVII
MJK8820	55779960D	5541/1	30/07/2012	181 * XVII
MJN6968	55779957D	5541/1	27/07/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 85/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DME2451	55779573D	5541/1	22/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV8946	55779544D	5541/1	17/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN5654	55779540D	5541/1	16/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX3368	55779588D	5541/1	24/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS0260	55779532D	5541/1	16/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

# **Editais de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - Zona Azul - Dmutran**

## **Editais de Publicação no Diário Oficial do Município de Imbituba - DOM-SC**

**Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN**

**Editais de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – ZONA AZUL**

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 1/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCF9015	54109852D	5541/1	02/05/2011	181 * XVII
MFY7714	54109856D	5541/1	13/05/2011	181 * XVII
MIR4480	54109869D	5541/1	13/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 2/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAJ1505	54109873D	5541/1	14/05/2011	181 * XVII
IIW4503	54109926D	5541/1	23/05/2011	181 * XVII
LZG2072	54109875D	5541/1	16/05/2011	181 * XVII
MAZ3256	54109878D	5541/1	16/05/2011	181 * XVII
MCL1602	54109907D	5541/1	20/05/2011	181 * XVII
MDK7014	54109866D	5541/1	13/05/2011	181 * XVII
MDT1878	54109913D	5541/1	20/05/2011	181 * XVII
MEZ9997	54109909D	5541/1	20/05/2011	181 * XVII
MGL5434	54109900D	5541/1	19/05/2011	181 * XVII
MGW7733	54109874D	5541/1	14/05/2011	181 * XVII
MHA6313	54109911D	5541/1	20/05/2011	181 * XVII
MHE9147	54109899D	5541/1	14/05/2011	181 * XVII
MHM8912	54109902D	5541/1	19/05/2011	181 * XVII
MHW3398	54109893D	5541/1	17/05/2011	181 * XVII
MLX0408	54109885D	5541/1	17/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 3/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HPD6047	54109935D	5541/1	23/05/2011	181 * XVII
IIW4503	54109947D	5541/1	24/05/2011	181 * XVII
LYW2573	54109936D	5541/1	23/05/2011	181 * XVII
LZG2072	54109917D	5541/1	23/05/2011	181 * XVII
LZG2072	54109918D	5541/1	23/05/2011	181 * XVII
LZG2072	54109950D	5541/1	24/05/2011	181 * XVII
MHD6080	54109853D	5541/1	13/05/2011	181 * XVII



MIX7071 54109857D 5541/1 13/05/2011 181 \* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 4/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALS8058	54109867D	5541/1	13/05/2011	181 * XVII
CXJ9410	54109868D	5541/1	13/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 5/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CXJ9410	54109876D	5541/1	16/05/2011	181 * XVII
CXJ9410	54109896D	5541/1	18/05/2011	181 * XVII
LYI6136	54109915D	5541/1	20/05/2011	181 * XVII
MCD9408	54109895D	5541/1	18/05/2011	181 * XVII
MCD9408	54109898D	5541/1	18/05/2011	181 * XVII
MHU3883	54109897D	5541/1	18/05/2011	181 * XVII
MHW6785	54110077D	5541/1	26/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 6/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEK3297	54110058D	5541/1	24/05/2011	181 * XVII
LYF1685	54109948D	5541/1	24/05/2011	181 * XVII
MAO7712	54109943D	5541/1	23/05/2011	181 * XVII
MEA4122	54109920D	5541/1	23/05/2011	181 * XVII
MEF3631	54109921D	5541/1	23/05/2011	181 * XVII
MGB3328	54110054D	5541/1	24/05/2011	181 * XVII
MGL7215	54110059D	5541/1	25/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 7/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GDC3223	54110057D	5541/1	24/05/2011	181 * XVII
LYM1973	54110087D	5541/1	26/05/2011	181 * XVII
MAI0451	54110091D	5541/1	26/05/2011	181 * XVII
MBY7381	54110100D	5541/1	27/05/2011	181 * XVII
MHR7709	54110086D	5541/1	26/05/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 8/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAJ6013	54109863D	5541/1	13/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ0429	54109864D	5541/1	13/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 9/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZM5584	54109930D	5541/1	23/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 10/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWW8367	54109851D	5541/1	02/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW6134	54110090D	5541/1	26/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 11/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DOT0455	54109908D	5541/1	20/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
IGA0224	54109879D	5541/1	16/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ6504	54110053D	5541/1	24/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 12/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BCC0031	55052771D	5541/1	17/08/2011	181 * XVII
CQR3601	55052759D	5541/1	16/08/2011	181 * XVII
DLG3247	55052767D	5541/1	17/08/2011	181 * XVII
HBH9886	55052752D	5541/1	15/08/2011	181 * XVII
MCD0990	55052760D	5541/1	16/08/2011	181 * XVII
MCY9505	55052774D	5541/1	17/08/2011	181 * XVII
MGC6453	55052768D	5541/1	17/08/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 13/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BCC0031	55052788D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII
MBB6532	55052810D	5541/1	22/08/2011	181 * XVII
MBP1921	55052806D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII
MKM1103	55052790D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 14/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BDU1400	55052868D	5541/1	01/09/2011	181 * XVII
CSW2056	55052775D	5541/1	18/08/2011	181 * XVII
DFX5643	55052762D	5541/1	16/08/2011	181 * XVII
IDT8875	55052894D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
IGV5897	55052903D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII
JTU8355	55052885D	5541/1	02/09/2011	181 * XVII
LZK3200	55052930D	5541/1	12/09/2011	181 * XVII
LZX0969	55052871D	5541/1	01/09/2011	181 * XVII
MBB5731	55052935D	5541/1	12/09/2011	181 * XVII
MBP5966	55052845D	5541/1	26/08/2011	181 * XVII
MEG1648	55052834D	5541/1	25/08/2011	181 * XVII
MFA4811	55052870D	5541/1	01/09/2011	181 * XVII
MFC3387	55052817D	5541/1	22/08/2011	181 * XVII
MFC3387	55052861D	5541/1	31/08/2011	181 * XVII
MFR3655	55052804D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII
MGK4950	55052824D	5541/1	24/08/2011	181 * XVII
MGX7364	55052823D	5541/1	24/08/2011	181 * XVII
MGX9397	55052779D	5541/1	18/08/2011	181 * XVII
MHM8912	55052937D	5541/1	12/09/2011	181 * XVII
MHY9579	55052851D	5541/1	29/08/2011	181 * XVII
MIP2363	55052772D	5541/1	17/08/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 15/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGR1045	55052786D	5541/1	16/08/2011	181 * XVII
MHW6785	55052787D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 16/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DWA4652	55052956D	5541/1	14/09/2011	181 * XVII
HDK1253	55052800D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII
HTZ5429	55052974D	5541/1	19/09/2011	181 * XVII
LYA5656	55052753D	5541/1	15/08/2011	181 * XVII
MAK6313	55052784D	5541/1	18/08/2011	181 * XVII
MBF3632	55052801D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII
MDR0613	55052821D	5541/1	23/08/2011	181 * XVII
MDV4954	55051707D	5541/1	21/09/2011	181 * XVII
MFK2007	55052761D	5541/1	16/08/2011	181 * XVII
MHE1193	55052812D	5541/1	22/08/2011	181 * XVII
MHM6424	55052809D	5541/1	22/08/2011	181 * XVII
MIM7626	55052803D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 17/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AVW0031	55051529D	5541/1	27/09/2011	181 * XVII
AVW0031	55051548D	5541/1	29/09/2011	181 * XVII
AVW0031	55051728D	5541/1	22/09/2011	181 * XVII
AVW0031	55051748D	5541/1	26/09/2011	181 * XVII
BCC0031	55051726D	5541/1	22/09/2011	181 * XVII
EEM6271	55051544D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
EEM6271	55051702D	5541/1	20/09/2011	181 * XVII
EEM6271	55051708D	5541/1	21/09/2011	181 * XVII
EEM6271	55051710D	5541/1	21/09/2011	181 * XVII
GMM8764	55052895D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
HDJ5350	55052872D	5541/1	01/09/2011	181 * XVII
HOW6765	55052848D	5541/1	29/08/2011	181 * XVII
HPM4240	55051543D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
IBT3856	55052819D	5541/1	23/08/2011	181 * XVII
INM4187	55051746D	5541/1	23/09/2011	181 * XVII
KEI7529	55051530D	5541/1	27/09/2011	181 * XVII
KKY9507	55052882D	5541/1	02/09/2011	181 * XVII
LWX7834	55052765D	5541/1	17/08/2011	181 * XVII
MAI6031	55051731D	5541/1	23/09/2011	181 * XVII
MBC8497	55052811D	5541/1	22/08/2011	181 * XVII
MBR7529	55052877D	5541/1	02/09/2011	181 * XVII
MCL1602	55051520D	5541/1	27/09/2011	181 * XVII
MCN2602	55052829D	5541/1	24/08/2011	181 * XVII
MDE0276	55052832D	5541/1	25/08/2011	181 * XVII

MDQ3116	55052996D	5541/1	20/09/2011	181 * XVII
MEC3993	55052853D	5541/1	30/08/2011	181 * XVII
MEN8327	55052934D	5541/1	12/09/2011	181 * XVII
MFA5942	55052899D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
MF8247	55051541D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
MFV1706	55052971D	5541/1	16/09/2011	181 * XVII
MGB8753	55052898D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
MGE1159	55052814D	5541/1	22/08/2011	181 * XVII
MGF6486	55052911D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII
MGY4556	55051535D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
MHT0521	55052855D	5541/1	30/08/2011	181 * XVII
MIB2400	55052874D	5541/1	02/09/2011	181 * XVII
MIH1102	55052891D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
MIV0084	55051532D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
MJE7119	55051531D	5541/1	30/09/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 18/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HJB4929	55051565D	5541/1	30/09/2011	181 * XVII
INE4181	55052902D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII
IOB0336	55052933D	5541/1	12/09/2011	181 * XVII
KOC9487	55051555D	5541/1	29/09/2011	181 * XVII
LCZ7746	55052914D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII
LYU5722	55052905D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII
LZQ0493	55051741D	5541/1	23/09/2011	181 * XVII
MCI2611	55052949D	5541/1	13/09/2011	181 * XVII
MCR5332	55051715D	5541/1	21/09/2011	181 * XVII
MDR0613	55052912D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII
MDX2626	55052924D	5541/1	09/09/2011	181 * XVII
MER4547	55052966D	5541/1	15/09/2011	181 * XVII
MFP6109	55052943D	5541/1	13/09/2011	181 * XVII
MGI8951	55052908D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII
MGQ5397	55052797D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII
MHX3784	55052887D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
MWA1967	55052991D	5541/1	20/09/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 19/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BCC0031	55051589D	5541/1	04/10/2011	181 * XVII
BCC0031	55051612D	5541/1	06/10/2011	181 * XVII
KEI7529	55051592D	5541/1	04/10/2011	181 * XVII
LYB4507	55051579D	5541/1	03/10/2011	181 * XVII
MBA2864	55051586D	5541/1	04/10/2011	181 * XVII
MBA2864	55051622D	5541/1	06/10/2011	181 * XVII
MCI7464	55052993D	5541/1	20/09/2011	181 * XVII
MDK9247	55051593D	5541/1	05/10/2011	181 * XVII
MDR0163	55052826D	5541/1	24/08/2011	181 * XVII
MDT1382	55051603D	5541/1	05/10/2011	181 * XVII
MFB2057	55051630D	5541/1	07/10/2011	181 * XVII
MGE6303	55052999D	5541/1	20/09/2011	181 * XVII
MGR9119	55052892D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
MGY7999	55052888D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
MIB8090	55051618D	5541/1	06/10/2011	181 * XVII



MIE0280	55051581D	5541/1	03/10/2011	181 * XVII
MIF3835	55052970D	5541/1	16/09/2011	181 * XVII
MJH3522	55052909D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 20/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAG6480	55051705D	5541/1	21/09/2011	181 * XVII
MBD8291	55052968D	5541/1	16/09/2011	181 * XVII
MBN2671	55052973D	5541/1	16/09/2011	181 * XVII
MBW9176	55052901D	5541/1	05/09/2011	181 * XVII
MCJ2642	55052952D	5541/1	13/09/2011	181 * XVII
MDJ6026	55051725D	5541/1	22/09/2011	181 * XVII
MDR0613	55051739D	5541/1	23/09/2011	181 * XVII
MET9332	55051738D	5541/1	23/09/2011	181 * XVII
MFG5833	55051511D	5541/1	26/09/2011	181 * XVII
MFN7217	55052965D	5541/1	15/09/2011	181 * XVII
MHW6785	55051682D	5541/1	14/10/2011	181 * XVII
MHW6785	55052815D	5541/1	22/08/2011	181 * XVII
MJC7324	55051717D	5541/1	21/09/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 21/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV1706	55052850D	5541/1	29/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 22/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALE4221	55053304D	5541/1	24/10/2011	181 * XVII
ARA7508	55051573D	5541/1	03/10/2011	181 * XVII
CYB8819	55051744D	5541/1	23/09/2011	181 * XVII
DFN8685	55051582D	5541/1	04/10/2011	181 * XVII
EEM6271	55051668D	5541/1	13/10/2011	181 * XVII
IAQ0120	55053298D	5541/1	21/10/2011	181 * XVII
IDE3078	55051542D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
KEI7529	55053251D	5541/1	17/10/2011	181 * XVII
KEI7529	55053259D	5541/1	18/10/2011	181 * XVII
MAK1517	55051637D	5541/1	07/10/2011	181 * XVII
MBB8852	55051526D	5541/1	27/09/2011	181 * XVII
MBX2686	55051628D	5541/1	07/10/2011	181 * XVII
MCF9015	55051673D	5541/1	14/10/2011	181 * XVII
MCF9015	55053256D	5541/1	18/10/2011	181 * XVII
MCF9015	55053264D	5541/1	19/10/2011	181 * XVII
MCF9015	55053267D	5541/1	19/10/2011	181 * XVII

MCF9015	55053282D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII
MCF9015	55053285D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII
MCH3148	55051699D	5541/1	17/10/2011	181 * XVII
MCJ3084	55051697D	5541/1	17/10/2011	181 * XVII
MCL9328	55051604D	5541/1	05/10/2011	181 * XVII
MCN2602	55051517D	5541/1	26/09/2011	181 * XVII
MDD5229	55053310D	5541/1	24/10/2011	181 * XVII
MDF1421	55051614D	5541/1	06/10/2011	181 * XVII
MDJ3961	55051525D	5541/1	27/09/2011	181 * XVII
MDS8653	55053312D	5541/1	24/10/2011	181 * XVII
MEA0211	55051516D	5541/1	26/09/2011	181 * XVII
MEC5020	55052818D	5541/1	23/08/2011	181 * XVII
MEC6054	55051502D	5541/1	26/09/2011	181 * XVII
MEJ6454	55051504D	5541/1	26/09/2011	181 * XVII
MEO9492	55051546D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
MFG6949	55053302D	5541/1	24/10/2011	181 * XVII
MFR8648	55051701D	5541/1	20/09/2011	181 * XVII
MFY2509	55053314D	5541/1	25/10/2011	181 * XVII
MFZ0697	55053327D	5541/1	26/10/2011	181 * XVII
MGV8837	55053266D	5541/1	19/10/2011	181 * XVII
MGY8106	55052962D	5541/1	15/09/2011	181 * XVII
MHJ4430	55051558D	5541/1	29/09/2011	181 * XVII
MHJ8285	55051547D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
MHM6424	55051539D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
MHW6785	55053321D	5541/1	25/10/2011	181 * XVII
MHY9579	55051671D	5541/1	14/10/2011	181 * XVII
MID3803	55051518D	5541/1	26/09/2011	181 * XVII
MIG0087	55053265D	5541/1	19/10/2011	181 * XVII
MIM7626	55051556D	5541/1	29/09/2011	181 * XVII
MIM7626	55051740D	5541/1	23/09/2011	181 * XVII
MIN5654	55051523D	5541/1	27/09/2011	181 * XVII
MIN5654	55051538D	5541/1	28/09/2011	181 * XVII
MIN5654	55051549D	5541/1	29/09/2011	181 * XVII
MIN5654	55051574D	5541/1	03/10/2011	181 * XVII
MIN5654	55051584D	5541/1	04/10/2011	181 * XVII
MIN5654	55051590D	5541/1	04/10/2011	181 * XVII
MIN5654	55051595D	5541/1	05/10/2011	181 * XVII
MIN5654	55051597D	5541/1	05/10/2011	181 * XVII
MIN5654	55053253D	5541/1	18/10/2011	181 * XVII
MMM4377	55051606D	5541/1	05/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 23/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSN2845	55052769D	5541/1	17/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBI6225	55052791D	5541/1	19/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE0276	55052766D	5541/1	17/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 24/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIX7757	55053316D	5541/1	25/10/2011	181 * XVII
CLR3487	55053356D	5541/1	01/11/2011	181 * XVII
DQZ6754	55053324D	5541/1	26/10/2011	181 * XVII
EBD6998	55051677D	5541/1	14/10/2011	181 * XVII
HTZ5429	55053353D	5541/1	01/11/2011	181 * XVII
JFC6329	55053369D	5541/1	03/11/2011	181 * XVII

JNS2411	55051656D	5541/1	11/10/2011	181 * XVII
KEI7529	55053336D	5541/1	27/10/2011	181 * XVII
MBC0170	55051587D	5541/1	04/10/2011	181 * XVII
MBP1921	55053341D	5541/1	27/10/2011	181 * XVII
MCC0347	55051567D	5541/1	30/09/2011	181 * XVII
MCF9015	55053350D	5541/1	01/11/2011	181 * XVII
MCF9015	55053364D	5541/1	03/11/2011	181 * XVII
MCF9015	55053379D	5541/1	04/11/2011	181 * XVII
MDE0276	55051570D	5541/1	03/10/2011	181 * XVII
MDE0276	55051651D	5541/1	11/10/2011	181 * XVII
MEK9812	55051588D	5541/1	04/10/2011	181 * XVII
MEL1277	55051644D	5541/1	10/10/2011	181 * XVII
MEO7210	55053323D	5541/1	26/10/2011	181 * XVII
MFB9382	55053326D	5541/1	26/10/2011	181 * XVII
MFN3117	55051642D	5541/1	07/10/2011	181 * XVII
MFN8908	55051643D	5541/1	10/10/2011	181 * XVII
MFV9286	55053347D	5541/1	31/10/2011	181 * XVII
MGA0999	55051652D	5541/1	11/10/2011	181 * XVII
MGX6804	55053338D	5541/1	27/10/2011	181 * XVII
MHB2504	55051663D	5541/1	13/10/2011	181 * XVII
MHF6027	55052880D	5541/1	02/09/2011	181 * XVII
MHY9579	55053383D	5541/1	04/11/2011	181 * XVII
MIJ6446	55053313D	5541/1	25/10/2011	181 * XVII
MIK6543	55051640D	5541/1	07/10/2011	181 * XVII
MIN5654	55051561D	5541/1	30/09/2011	181 * XVII
MQG3535	55053381D	5541/1	04/11/2011	181 * XVII
NCK2894	55053348D	5541/1	31/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 25/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGD7249	55052783D	5541/1	15/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH7782	55051509D	5541/1	26/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 26/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANL8733	55051692D	5541/1	17/10/2011	181 * XVII
CLM1955	55053411D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
GXI1124	55051696D	5541/1	17/10/2011	181 * XVII
LXC8705	55051679D	5541/1	14/10/2011	181 * XVII
LZO5637	55053410D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
MBV4431	55053290D	5541/1	21/10/2011	181 * XVII
MBX7618	55051700D	5541/1	17/10/2011	181 * XVII
MCF9015	55053440D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
MCF9015	55053449D	5541/1	10/11/2011	181 * XVII
MDR0613	55051680D	5541/1	14/10/2011	181 * XVII
MET9332	55051695D	5541/1	17/10/2011	181 * XVII
MFF2543	55053296D	5541/1	21/10/2011	181 * XVII
MFV3852	55053404D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
MHY1881	55051639D	5541/1	07/10/2011	181 * XVII
MKL0530	55051667D	5541/1	13/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 27/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CEK9143	55052921D	5541/1	09/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF1724	55052878D	5541/1	02/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MID7249	55052843D	5541/1	26/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MII9927	55052950D	5541/1	13/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 28/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMF0778	55053273D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII
DFF6913	55053288D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII
IJN8980	55053295D	5541/1	21/10/2011	181 * XVII
MCE8223	55053306D	5541/1	24/10/2011	181 * XVII
MDC5658	55053294D	5541/1	21/10/2011	181 * XVII
MDR0613	55053322D	5541/1	25/10/2011	181 * XVII
MEE0801	55053263D	5541/1	19/10/2011	181 * XVII
MFK3446	55053483D	5541/1	16/11/2011	181 * XVII
MGK3855	55053308D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII
MGO2297	55053279D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII
MHG8548	55053454D	5541/1	10/11/2011	181 * XVII
MHM6424	55053297D	5541/1	21/10/2011	181 * XVII
MHX3784	55053287D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII
MIB3034	55053305D	5541/1	24/10/2011	181 * XVII
MIL5144	55053319D	5541/1	25/10/2011	181 * XVII
MJN4290	55053494D	5541/1	18/11/2011	181 * XVII
MMF0555	55053455D	5541/1	10/11/2011	181 * XVII
MMK5259	55053274D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 29/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EEM6271	55051596D	5541/1	05/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
GZF0307	55052992D	5541/1	20/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
HXB9097	55052940D	5541/1	13/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE0276	55052951D	5541/1	13/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 30/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILL2892	55053280D	5541/1	20/10/2011	181 * XVII
MCN2602	55053361D	5541/1	03/11/2011	181 * XVII
MCW4924	55053328D	5541/1	26/10/2011	181 * XVII
MET9370	55053368D	5541/1	03/11/2011	181 * XVII
MHF5845	55053451D	5541/1	10/11/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 31/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZZ9962	55052960D	5541/1	15/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAW0947	55051633D	5541/1	07/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD7083	55052954D	5541/1	14/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI3760	55051713D	5541/1	21/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI5504	55052984D	5541/1	19/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDK9247	55051625D	5541/1	07/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MES3401	55051661D	5541/1	11/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB8753	55052967D	5541/1	15/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ6446	55051635D	5541/1	07/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ8771	55051636D	5541/1	07/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN5654	55051724D	5541/1	22/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN5654	55051727D	5541/1	22/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 32/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMN7710	55053442D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
CHH2560	55053448D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
IVY3009	55053437D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
MBO2628	55053447D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
MBZ2558	55053435D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
MFR9401	55053423D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII
MFV7117	55053429D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII
MHJ7003	55053427D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 33/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXM9077	55052959D	5541/1	15/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 34/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSW2056	55053398D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
CSY8274	55053339D	5541/1	27/10/2011	181 * XVII
DRI0142	55053450D	5541/1	10/11/2011	181 * XVII
DYA2705	55053387D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
JEY4605	55053475D	5541/1	17/11/2011	181 * XVII
LYF5542	55053431D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII
LZE1730	55053477D	5541/1	17/11/2011	181 * XVII
MBD4625	55053495D	5541/1	21/11/2011	181 * XVII
MBG5983	55053337D	5541/1	27/10/2011	181 * XVII
MBN2389	55053420D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII
MBN2389	55053432D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
MBN2389	55053498D	5541/1	21/11/2011	181 * XVII
MBV3848	55053394D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
MBW2020	55053461D	5541/1	11/11/2011	181 * XVII
MBZ5694	55053366D	5541/1	03/11/2011	181 * XVII
MBZ8636	55053474D	5541/1	17/11/2011	181 * XVII
MCA5683	55053434D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
MDJ0543	55053371D	5541/1	03/11/2011	181 * XVII
MDP1278	55053470D	5541/1	16/11/2011	181 * XVII
MDR0613	55053492D	5541/1	18/11/2011	181 * XVII
MEO9492	55053441D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
MFR9401	55053484D	5541/1	16/11/2011	181 * XVII
MGA0951	55053391D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
MGA0999	55053401D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
MGH8627	55053424D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII
MGS7782	55053393D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
MGY8106	55053430D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII
MGY8106	55053439D	5541/1	09/11/2011	181 * XVII
MHF3999	55053412D	5541/1	07/11/2011	181 * XVII
MIN5654	55053418D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII
MIX4522	55053476D	5541/1	17/11/2011	181 * XVII
MIY3021	55053367D	5541/1	03/11/2011	181 * XVII
MJM7227	55053462D	5541/1	11/11/2011	181 * XVII
MJM7227	55053490D	5541/1	18/11/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 35/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY0316	55051578D	5541/1	03/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ5694	55051537D	5541/1	28/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX1852	55051735D	5541/1	23/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 36/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJM5871	55051557D	5541/1	20/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ3855	55051571D	5541/1	03/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL3354	55051627D	5541/1	07/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV3407	55051583D	5541/1	04/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 37/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZV5249	55053261D	5541/1	19/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR1804	55053254D	5541/1	18/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO7210	55053422D	5541/1	08/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHI2058	55053270D	5541/1	19/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC5334	55053258D	5541/1	18/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 38/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEV9984	55053514D	5541/1	04/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 39/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BAW0021	55053284D	5541/1	20/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX2767	55053318D	5541/1	25/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LYD4498	55053487D	5541/1	18/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE3519	55053315D	5541/1	25/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 40/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB8562	55053530D	5541/1	09/01/2012	181 * XVII
MER5351	55053524D	5541/1	06/01/2012	181 * XVII
MEV9984	55053543D	5541/1	10/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 41/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAI6031	55053582D	5541/1	18/01/2012	181 * XVII
MDJ7626	55053556D	5541/1	11/01/2012	181 * XVII
MJN6968	55053588D	5541/1	19/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 42/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HVA6997	55053375D	5541/1	04/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
IJU4814	55053425D	5541/1	08/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LZN4404	55053376D	5541/1	04/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK2566	55053343D	5541/1	27/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD0856	55053409D	5541/1	07/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM6424	55053370D	5541/1	03/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV6568	55053400D	5541/1	07/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ6155	55053382D	5541/1	04/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 43/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZE6110	55053547D	5541/1	10/01/2012	181 * XVII
MFL7949	55053593D	5541/1	20/01/2012	181 * XVII
MGS6522	55053603D	5541/1	24/01/2012	181 * XVII
MIU1543	55053548D	5541/1	10/01/2012	181 * XVII
MMF0555	55053626D	5541/1	01/02/2012	181 * XVII
MMF0555	55053630D	5541/1	01/02/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 44/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZN4404	55053491D	5541/1	18/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAT5195	55053493D	5541/1	18/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 45/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GAB1795	55053526D	5541/1	06/01/2012	181 * XVII
LZF6761	55053554D	5541/1	11/01/2012	181 * XVII
MCO9311	55053569D	5541/1	13/01/2012	181 * XVII
MDA5531	55053578D	5541/1	17/01/2012	181 * XVII
MDK4447	55053646D	5541/1	03/02/2012	181 * XVII
MFB9382	55053635D	5541/1	02/02/2012	181 * XVII
MFB9382	55053672D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
MFB9382	55053676D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
MFG6949	55053629D	5541/1	01/02/2012	181 * XVII
MGA1922	55053615D	5541/1	27/01/2012	181 * XVII
MHJ2758	55053575D	5541/1	17/01/2012	181 * XVII
MJI7218	55053529D	5541/1	06/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 46/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DTY9353	55053587D	5541/1	19/01/2012	181 * XVII
HPQ4101	55053681D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
III0021	55053566D	5541/1	13/01/2012	181 * XVII
MAT3820	55053602D	5541/1	24/01/2012	181 * XVII
MBN4368	55053691D	5541/1	08/02/2012	181 * XVII
MCZ1599	55053522D	5541/1	06/01/2012	181 * XVII
MEU9841	55053684D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
MFB9382	55053692D	5541/1	08/02/2012	181 * XVII
MFN3185	55053694D	5541/1	08/02/2012	181 * XVII
MFS3794	55053576D	5541/1	17/01/2012	181 * XVII
MGA1922	55053678D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
MHW6785	55053660D	5541/1	03/02/2012	181 * XVII
MIK1568	55053654D	5541/1	03/02/2012	181 * XVII
MMF0555	55053667D	5541/1	06/02/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 47/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHM8190	55053472D	5541/1	16/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 48/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY5423	55053619D	5541/1	27/01/2012	181 * XVII
CHM1424	55053621D	5541/1	30/01/2012	181 * XVII
CMU4036	55053666D	5541/1	06/02/2012	181 * XVII
EIY0188	55053612D	5541/1	26/01/2012	181 * XVII
HOW5355	55053597D	5541/1	23/01/2012	181 * XVII
LWW9732	55053645D	5541/1	03/02/2012	181 * XVII
LXC6413	55053726D	5541/1	17/02/2012	181 * XVII
MBI6505	55053625D	5541/1	01/02/2012	181 * XVII
MBO2628	55053610D	5541/1	26/01/2012	181 * XVII
MCL1602	55053737D	5541/1	22/02/2012	181 * XVII
MFB9382	55053714D	5541/1	10/02/2012	181 * XVII
MHM3918	55053599D	5541/1	24/01/2012	181 * XVII
MHN8057	55053598D	5541/1	23/01/2012	181 * XVII
MIN5654	55053595D	5541/1	23/01/2012	181 * XVII
MJM7227	55053589D	5541/1	20/01/2012	181 * XVII
MKM8069	55053670D	5541/1	06/02/2012	181 * XVII
MMF0555	55053727D	5541/1	17/02/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 49/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CXJ9410	55053623D	5541/1	01/02/2012	181 * XVII
IJN8980	55053527D	5541/1	06/01/2012	181 * XVII
LYF5542	55053642D	5541/1	01/02/2012	181 * XVII
LZG1408	55491093D	5541/1	08/03/2012	181 * XVII
MBN0301	55053730D	5541/1	17/02/2012	181 * XVII
MCE5517	55053545D	5541/1	10/01/2012	181 * XVII
MER4266	55053682D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
MGA1922	55491035D	5541/1	01/03/2012	181 * XVII
MHE5458	55491006D	5541/1	24/02/2012	181 * XVII
MHL3354	55053716D	5541/1	10/02/2012	181 * XVII
MJF8882	55053638D	5541/1	02/02/2012	181 * XVII
MJK8820	55491055D	5541/1	05/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 50/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MES2014	55053509D	5541/1	03/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 51/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALE4221	55491031D	5541/1	01/03/2012	181 * XVII
CPQ8523	55053735D	5541/1	22/02/2012	181 * XVII
LZW9824	55053671D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
MBR1804	55053644D	5541/1	03/02/2012	181 * XVII
MBS9572	55053657D	5541/1	03/02/2012	181 * XVII
MBX6431	55491019D	5541/1	28/02/2012	181 * XVII
MDJ7626	55491044D	5541/1	02/03/2012	181 * XVII
MFP1357	55053636D	5541/1	02/02/2012	181 * XVII
MGE6303	55491066D	5541/1	06/03/2012	181 * XVII
MHY6533	55491045D	5541/1	02/03/2012	181 * XVII
MIJ6446	55491067D	5541/1	06/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 52/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HOI2776	55053581D	5541/1	18/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 53/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHD3149	55491022D	5541/1	28/02/2012	181 * XVII
AHD3149	55491057D	5541/1	05/03/2012	181 * XVII
ANC5044	55491149D	5541/1	15/03/2012	181 * XVII
CJH6969	55491236D	5541/1	27/03/2012	181 * XVII
DTA4961	55053738D	5541/1	22/02/2012	181 * XVII
DTA4961	55491043D	5541/1	02/03/2012	181 * XVII
GMV7111	55491223D	5541/1	23/03/2012	181 * XVII
ILE4598	55491068D	5541/1	06/03/2012	181 * XVII
INI5832	55491163D	5541/1	16/03/2012	181 * XVII
LZI6352	55491101D	5541/1	08/03/2012	181 * XVII
MAR8992	55491021D	5541/1	28/02/2012	181 * XVII
MAY9405	55491049D	5541/1	02/03/2012	181 * XVII
MBE0743	55491235D	5541/1	27/03/2012	181 * XVII
MCR5332	55491105D	5541/1	09/03/2012	181 * XVII
MDA4419	55491064D	5541/1	05/03/2012	181 * XVII
MDP1278	55491041D	5541/1	02/03/2012	181 * XVII
MDX2455	55053702D	5541/1	08/02/2012	181 * XVII
MFN0189	55053651D	5541/1	03/02/2012	181 * XVII
MFV1706	55491038D	5541/1	02/03/2012	181 * XVII
MGA0999	55491071D	5541/1	06/03/2012	181 * XVII
MGA1922	55491102D	5541/1	08/03/2012	181 * XVII
MGA1922	55491229D	5541/1	26/03/2012	181 * XVII
MGN6920	55491237D	5541/1	27/03/2012	181 * XVII
MGU7798	55491179D	5541/1	19/03/2012	181 * XVII
MHR1075	55491185D	5541/1	20/03/2012	181 * XVII
MHR5406	55491054D	5541/1	05/03/2012	181 * XVII
MHY9579	55491222D	5541/1	23/03/2012	181 * XVII
MIC0681	55491074D	5541/1	06/03/2012	181 * XVII
MIE3493	55491062D	5541/1	05/03/2012	181 * XVII
MJE0322	55491245D	5541/1	27/03/2012	181 * XVII
MJV3218	55491215D	5541/1	23/03/2012	181 * XVII
MMM4377	55491048D	5541/1	02/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4

E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 54/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEL1277	55053570D	5541/1	16/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC6482	55053551D	5541/1	11/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 55/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILW1370	55491226D	5541/1	26/03/2012	181 * XVII
MAJ7988	55491012D	5541/1	27/02/2012	181 * XVII
MDD7796	55491221D	5541/1	23/03/2012	181 * XVII
MDM5674	55491246D	5541/1	28/03/2012	181 * XVII
MGU8594	55491114D	5541/1	12/03/2012	181 * XVII
MJV4001	55491231D	5541/1	26/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 56/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEK9812	55053722D	5541/1	10/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 57/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAM0803	55053675D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
DFT2605	55491058D	5541/1	05/03/2012	181 * XVII
IEN3994	55491189D	5541/1	20/03/2012	181 * XVII
IJI1160	55053736D	5541/1	22/02/2012	181 * XVII
LXX9476	55491081D	5541/1	07/03/2012	181 * XVII
MAX8437	55053696D	5541/1	08/02/2012	181 * XVII
MBS6353	55491244D	5541/1	27/03/2012	181 * XVII
MCW9360	55491096D	5541/1	08/03/2012	181 * XVII
MES4713	55491198D	5541/1	21/03/2012	181 * XVII
MFG6949	55491147D	5541/1	15/03/2012	181 * XVII
MGA1922	55491125D	5541/1	13/03/2012	181 * XVII
MGA1922	55491178D	5541/1	19/03/2012	181 * XVII
MHF5845	55491141D	5541/1	14/03/2012	181 * XVII

MHS5775	55491087D	5541/1	07/03/2012	181 * XVII
MHY9579	55491190D	5541/1	20/03/2012	181 * XVII
MIM1034	55491100D	5541/1	08/03/2012	181 * XVII
MIN5654	55491099D	5541/1	08/03/2012	181 * XVII
MIN5654	5491103D	5541/1	08/03/2012	181 * XVII
MIN5654	55491107D	5541/1	09/03/2012	181 * XVII
MIN5654	55491120D	5541/1	12/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 58/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJI1160	55053607D	5541/1	26/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB2504	55053600D	5541/1	24/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF5845	55053717D	5541/1	10/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB0669	55053608D	5541/1	26/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM3538	55053609D	5541/1	26/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 59/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJK9891	55491168D	5541/1	16/03/2012	181 * XVII
CNA3090	55491129D	5541/1	13/03/2012	181 * XVII
EUI5585	55053741D	5541/1	23/02/2012	181 * XVII
IND1646	55491127D	5541/1	13/03/2012	181 * XVII
LRF2682	55491202D	5541/1	21/03/2012	181 * XVII
LXF0425	55491207D	5541/1	22/03/2012	181 * XVII
MAI6031	55491106D	5541/1	09/03/2012	181 * XVII
MBM0637	55491177D	5541/1	19/03/2012	181 * XVII
MBN8188	55491008D	5541/1	27/02/2012	181 * XVII
MCC5251	55491209D	5541/1	22/03/2012	181 * XVII
MEN7730	55491131D	5541/1	14/03/2012	181 * XVII
MFP1357	55491013D	5541/1	27/02/2012	181 * XVII
MGX0566	55491169D	5541/1	16/03/2012	181 * XVII
MHG9646	55491077D	5541/1	07/03/2012	181 * XVII
MHJ1666	55491230D	5541/1	26/03/2012	181 * XVII
MHK0547	55491034D	5541/1	01/03/2012	181 * XVII
MIA2436	55491184D	5541/1	20/03/2012	181 * XVII
MIA7007	55491132D	5541/1	14/03/2012	181 * XVII
MIG6004	55491157D	5541/1	15/03/2012	181 * XVII
MIG6004	55491174D	5541/1	19/03/2012	181 * XVII
MJH3522	55491182D	5541/1	20/03/2012	181 * XVII
MJV9399	55491167D	5541/1	16/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 60/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCO2602	55053618D	5541/1	27/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

CLR3487	55053733D	5541/1	22/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
HXB9097	55053698D	5541/1	08/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN0967	55053507D	5541/1	03/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD9304	55053656D	5541/1	03/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ5349	55491042D	5541/1	02/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN8908	55053674D	5541/1	07/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB2504	55053536D	5541/1	09/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 61/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSA9956	55491240D	5541/1	27/03/2012	181 * XVII
IKS3603	55491188D	5541/1	19/03/2012	181 * XVII
LYF5542	55491144D	5541/1	14/03/2012	181 * XVII
MHX9326	55491228D	5541/1	26/03/2012	181 * XVII
MIN5654	55491197D	5541/1	21/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 62/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHF5845	55491121D	5541/1	12/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 63/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKR4149	55491130D	5541/1	13/03/2012	181 * XVII
CML2029	55491218D	5541/1	23/03/2012	181 * XVII
GSC6383	55491193D	5541/1	20/03/2012	181 * XVII
IQM6792	55491155D	5541/1	15/03/2012	181 * XVII
MBI9002	55491091D	5541/1	08/03/2012	181 * XVII
MCL1602	55491239D	5541/1	27/03/2012	181 * XVII
MGX720	55491241D	5541/1	27/03/2012	181 * XVII
MIN5654	55491211D	5541/1	22/03/2012 1	81 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 64/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IIX5647	55491095D	5541/1	08/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IOG2626	55491089D	5541/1	08/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO7192	55491134D	5541/1	14/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 65/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAG4543	55491126D	5541/1	13/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 66/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC3387	55779512D	5541/1	15/05/2012	181 * XVII
MJB8230	55491160D	5541/1	16/03/2012	181 * XVII
MJK8820	55779501D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII
MJL9900	55779504D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 67/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALE4221	55491247D	5541/1	28/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DPJ8322	55053748D	5541/1	23/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
KKY9507	55053742D	5541/1	23/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXC4390	55491150D	5541/1	15/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT9984	55491158D	5541/1	15/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAG4543	55491165D	5541/1	16/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF6584	55491085D	5541/1	07/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM6083	55491213D	5541/1	23/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP6109	55491098D	5541/1	08/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF5845	55491227D	5541/1	26/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG8548	55491206D	5541/1	22/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO7192	55491192D	5541/1	20/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 68/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A



RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJR3167	55779518D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII
HFX4390	55779535D	5541/1	16/05/2012	181 * XVII
IIV6688	55053471D	5541/1	16/11/2011	181 * XVII
LCW0032	55779530D	5541/1	16/05/2012	181 * XVII
MAI6031	55779550D	5541/1	17/05/2012	181 * XVII
MAI6031	55779551D	5541/1	17/05/2012	181 * XVII
MAI6031	55779552D	5541/1	18/05/2012	181 * XVII
MAI6031	55779566D	5541/1	21/05/2012	181 * XVII
MAI6031	55779582D	5541/1	23/05/2012	181 * XVII
MET8289	55779556D	5541/1	18/05/2012	181 * XVII
MGI2228	55779543D	5541/1	17/05/2012	181 * XVII
MGX7754	55779533D	5541/1	16/05/2012	181 * XVII
MGY8106	55779539D	5541/1	16/05/2012	181 * XVII
MHY9579	55779558D	5541/1	18/05/2012	181 * XVII
MIS6362	55779536D	5541/1	16/05/2012	181 * XVII
MJJ2803	55779571D	5541/1	22/05/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 69/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAO2712	55491181D	5541/1	20/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE5854	55491142D	5541/1	14/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC8471	55491112D	5541/1	12/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 70/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HRL4890	55779630D	5541/1	29/05/2012	181 * XVII
MAI6031	55779598D	5541/1	25/05/2012	181 * XVII
MAI6031	55779615D	5541/1	28/05/2012	181 * XVII
MBE3752	55779600D	5541/1	25/05/2012	181 * XVII
MCF5914	55779604D	5541/1	25/05/2012	181 * XVII
MEF4210	55779599D	5541/1	25/05/2012	181 * XVII
MEL1756	55779611D	5541/1	28/05/2012	181 * XVII
MEW3412	55779619D	5541/1	29/05/2012	181 * XVII
MFG7415	55779595D	5541/1	24/05/2012	181 * XVII
MFY1597	55779601D	5541/1	25/05/2012	181 * XVII
MHU3260	55779589D	5541/1	24/05/2012	181 * XVII
MMM4377	55779525D	5541/1	15/05/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 71/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	-----------------------------------	------------------	-------------------	---------------

CTH8115	55491194D	5541/1	21/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAS5460	55491200D	5541/1	20/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM6424	55491173D	5541/1	19/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN5654	55491122D	5541/1	12/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN5654	55491128D	5541/1	13/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN5654	55491137D	5541/1	14/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 72/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJR3167	55779663D	5541/1	01/06/2012	181 * XVII
CLR3487	55779633D	5541/1	30/05/2012	181 * XVII
IKK6038	55779638D	5541/1	30/05/2012	181 * XVII
LZG1408	55779650D	5541/1	31/05/2012	181 * XVII
LZL6083	55779634D	5541/1	30/05/2012	181 * XVII
MAI6031	55779655D	5541/1	01/06/2012	181 * XVII
MAI6031	55779685D	5541/1	06/06/2012	181 * XVII
MBP5966	55779687D	5541/1	06/06/2012	181 * XVII
MCS9935	55779509D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII
MEO9492	55779511D	5541/1	15/05/2012	181 * XVII
MER5632	55779640D	5541/1	31/05/2012	181 * XVII
MFY1693	55779652D	5541/1	01/06/2012	181 * XVII
MGB3048	55779678D	5541/1	05/06/2012	181 * XVII
MGC1690	55779649D	5541/1	31/05/2012	181 * XVII
MGJ9019	55779681D	5541/1	06/06/2012	181 * XVII
MGY0292	55779676D	5541/1	05/06/2012	181 * XVII
MIU9348	55779632D	5541/1	30/05/2012	181 * XVII
MJQ7488	55779505D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 73/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGS3623	55491248D	5541/1	28/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA7280	55491225D	5541/1	23/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 74/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKT9138	55779517D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII
CXW7330	55779514D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII
LXP0706	55779726D	5541/1	12/06/2012	181 * XVII
LXX9781	55779559D	5541/1	18/05/2012	181 * XVII
LZC1888	55779531D	5541/1	16/05/2012	181 * XVII
LZS7609	55779515D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII
LZX8952	55779709D	5541/1	11/06/2012	181 * XVII

MAI6031	55779725D	5541/1	12/06/2012	181 * XVII
MAL8945	55779545D	5541/1	17/05/2012	181 * XVII
MAN8021	55779528D	5541/1	15/05/2012	181 * XVII
MAU8894	55779553D	5541/1	18/05/2012	181 * XVII
MBN2596	55779521D	5541/1	15/05/2012	181 * XVII
MCE6734	55779727D	5541/1	12/06/2012	181 * XVII
MEO9492	55779568D	5541/1	21/05/2012	181 * XVII
MEU0360	55779561D	5541/1	18/05/2012	181 * XVII
MFQ1533	55779629D	5541/1	29/05/2012	181 * XVII
MGA1193	55779708D	5541/1	11/06/2012	181 * XVII
MGL7048	55779572D	5541/1	22/05/2012	181 * XVII
MGN5178	55779547D	5541/1	17/05/2012	181 * XVII
MGU1229	55779529D	5541/1	15/05/2012	181 * XVII
MHO1346	55779586D	5541/1	24/05/2012	181 * XVII
MHP0718	55779503D	5541/1	14/05/2012	181 * XVII
MHV0461	55779534D	5541/1	16/05/2012	181 * XVII
MHV0461	55779746D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
MIG6004	55779723D	5541/1	12/06/2012	181 * XVII
MIU1180	55779593D	5541/1	24/05/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 75/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJR3167	55779770D	5541/1	18/06/2012	181 * XVII
IBI6633	55779613D	5541/1	28/05/2012	181 * XVII
IKT0686	55779762D	5541/1	15/06/2012	181 * XVII
KFC5956	55779618D	5541/1	29/05/2012	181 * XVII
KRE3385	55779592D	5541/1	24/05/2012	181 * XVII
LXB6625	55779747D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
LYH1244	55779765D	5541/1	15/06/2012	181 * XVII
MBM9224	55779620D	5541/1	29/05/2012	181 * XVII
MCA4333	55779733D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
MCL1602	55779738D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
MCW9360	55779606D	5541/1	28/05/2012	181 * XVII
MEH3089	55779626D	5541/1	29/05/2012	181 * XVII
MEJ3284	55779744D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
MER5632	55779777D	5541/1	19/06/2012	181 * XVII
MEU2965	55779612D	5541/1	28/05/2012	181 * XVII
MFJ8607	55779602D	5541/1	25/05/2012	181 * XVII
MGD0856	55779617D	5541/1	29/05/2012	181 * XVII
MHW6785	55779757D	5541/1	14/06/2012	181 * XVII
MIH5110	55779576D	5541/1	22/05/2012	181 * XVII
MIO0407	55779736D	5541/1	13/06/2012	181 * XVII
MRR4004	55779562D	5541/1	21/05/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 76/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CWO5444	55779813D	5541/1	26/06/2012	181 * XVII
DZB2182	55779560D	5541/1	18/05/2012	181 * XVII
IFD5548	55779648D	5541/1	31/05/2012	181 * XVII
JNY9654	55779810D	5541/1	26/06/2012	181 * XVII
LOO6473	55779822D	5541/1	28/06/2012	181 * XVII
MAI6031	55779815D	5541/1	27/06/2012	181 * XVII
MAI6031	55779820D	5541/1	28/06/2012	181 * XVII
MAU4460	55779670D	5541/1	05/06/2012	181 * XVII

MBE1953	55779673D	5541/1	05/06/2012	181 * XVII
MDE9522	55779831D	5541/1	28/06/2012	181 * XVII
MEU0360	55779695D	5541/1	06/06/2012	181 * XVII
MHU4174	55779801D	5541/1	25/06/2012	181 * XVII
MIA2436	55779674D	5541/1	05/06/2012	181 * XVII
MJH9061	55779799D	5541/1	25/06/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 768 77/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EIY0188	55779639D	5541/1	31/05/2012	181 * XVII
GMV0036	55779863D	5541/1	05/07/2012	181 * XVII
IPE7066	55779728D	5541/1	12/06/2012	181 * XVII
JNY9654	55779843D	5541/1	03/07/2012	181 * XVII
LXX5609	55779853D	5541/1	03/07/2012	181 * XVII
LZS7609	55779684D	5541/1	06/06/2012	181 * XVII
MAI6031	55779833D	5541/1	29/06/2012	181 * XVII
MBM9224	55779712D	5541/1	11/06/2012	181 * XVII
MCO9311	55779713D	5541/1	11/06/2012	181 * XVII
MDO7456	55779646D	5541/1	31/05/2012	181 * XVII
MEL6878	55779656D	5541/1	01/06/2012	181 * XVII
MEN7483	55779661D	5541/1	01/06/2012	181 * XVII
MFP8545	55779722D	5541/1	12/06/2012	181 * XVII
MGD2950	55779847D	5541/1	03/07/2012	181 * XVII
MGL7048	55779669D	5541/1	05/06/2012	181 * XVII
MGR8634	55779720D	5541/1	12/06/2012	181 * XVII
MGs3623	55779688D	5541/1	06/06/2012	181 * XVII
MGY8106	55779854D	5541/1	03/07/2012	181 * XVII
MHF4118	55779703D	5541/1	11/06/2012	181 * XVII
MHP0718	55779664D	5541/1	01/06/2012	181 * XVII
MIA3707	55779662D	5541/1	01/06/2012	181 * XVII
MIG6004	55779692D	5541/1	06/06/2012	181 * XVII
MIR9086	55779830D	5541/1	28/06/2012	181 * XVII
MJB9864	55779839D	5541/1	29/06/2012	181 * XVII
MJD0121	55779686D	5541/1	06/06/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

# Iomerê

## PREFEITURA

### Lei 695/2012

LEI Nº 695 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA DE SANTA CATARINA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos I e III, da Lei Orgânica: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Iomerê, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar Protocolo de Intenções com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, com intervenção da CIDASC, na forma da Minuta constante do anexo a esta lei.

Parágrafo único. O Protocolo de Intenções tem como objeto a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e o Município de Iomerê, visando dar suporte à execução das ações de controle e erradicação da brucelose e tuberculose bovina no âmbito do Município, no modo de certificação de propriedades livre de brucelose e tuberculose.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotações previstas na lei de orçamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 05 de setembro de 2012.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

### ANEXO

### MINUTA PROTOCOLO DE INTENÇÕES

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA DE SANTA CATARINA.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA COM A INTERVENIÊNCIA DA CIDASC.

A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rodovia Admar Gonzaga nº 1486, bairro Itacorubi, Florianópolis/SC, cadastrada no CNPJ sob nº 82.951.336/0001-02, com fulcro na instrução normativa. nº45 de 15 de junho de 2004, doravante denominada SECRETARIA, neste ato, representada pelo seu Titular, senhor João Rodrigues, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 4.559.044-3 e inscrito no CPF sob o nº 232.789.513-87, e o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua , nº , inscrita no C.N.P.J. sob nº , representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor

, brasileiro, casado, residente e domiciliado na, cidade de , Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº , e portador da Carteira de Identidade nº , doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, firmam o presente Protocolo de Intenções com a intervenção da COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Itacorubi, Florianópolis/SC, daqui por diante denominada simplesmente CIDASC, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor Enori Barbieri, médico-veterinário , e pelo Diretor Técnico, Senhor João Manoel Bazeti Marques, médico-veterinário, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O objeto do presente Protocolo é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e o MUNICÍPIO DE IOMERÊ/SC, visando dar suporte à execução das ações de controle e erradicação da brucelose e tuberculose bovina no âmbito do Município, no modo de certificação de propriedades livre de brucelose e tuberculose nas propriedades escolhidas pelo município.

### CLÁUSULA SEGUNDA- Das Obrigações e Responsabilidades das Partes

#### 1- Das obrigações da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

Custear, no valor de R\$ 3240,00 (três mil duzentos e quarenta reais) a aquisição do antígeno acidificado tamponado para exame de triagem da Brucelose a ser utilizado pelos laboratórios da Cidasc no cumprimento do objeto do presente Protocolo de Intenções.

#### 2 - Das obrigações da CIDASC:

##### 2.1 Em relação as análises:

Realizar as análises para diagnóstico de brucelose de forma gratuita para as propriedades inseridas no programa de certificação de Propriedades Livre de Brucelose e Tuberculose do município, cujas amostras de soro tenham sido colhidas por médico veterinário da prefeitura.

##### 2.2 Em relação ao Objeto do Protocolo de Intenções:

Supervisionar tecnicamente o médico-veterinário da prefeitura para o correto desempenho das atividades, através de acompanhamentos periódicos.

##### 2.3 Em relação às análises sorológicas positivas

a) Saneamento dos focos detectados em conformidade à legislação estadual e federal vigentes (Portaria SAR nº 75/2011 de 12/12/2011, e Instrução Normativa nº 45/04/MAPA de 15/06/2004);

b) Atender a Resolução nº 23/CG/FUNDESA, de 02/08/2010, que estabelece as normas para o processo de indenização de animais a serem abatidos ou sacrificados sanitariamente.

#### 3 - Das Obrigações do MUNICÍPIO

a) O Município se compromete a realizar em conformidade a legislação vigente, a colheita de sangue e envio de amostras de soro de bovinos, ao laboratório regional de diagnóstico da Cidasc de Joaçaba.

b) As atividades, inerentes ao objeto do Protocolo, serão



executadas nas propriedades do Município, com prevalência nas propriedades leiteiras.

c) O médico-veterinário executará, também, ações de educação sanitária relativas ao objeto do Protocolo, além da colheita e envio das amostras de soro bovino ou sangue integral, devidamente acondicionadas e identificadas para o laboratório regional da Cidasc, previamente, estabelecido.

d) Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade o pagamento de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários, os vencimentos dos servidores municipais ou por ela contratado envolvidos nas colheitas e envio de amostras.

e) Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor envolvido, independentemente de dolo ou culpa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da Vigência

3.1 O presente Protocolo terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

3.2 Poderá o mesmo ser unilateralmente denunciado motivadamente, por escrito e a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo de comum acordo entre as partes, ou rescindido nas seguintes hipóteses:

a) no término do prazo ajustado se não houver interesse dos partícipes na continuidade ou decorrido o prazo de vigência, este não for prorrogado;

b) em caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer das partes, mediante comunicação por escrito do motivo da rescisão;

c) na hipótese de caso fortuito ou força maior que torne impossível a continuidade do Protocolo.

#### CLÁUSULA QUARTA - Do Foro

As partes elegem o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões oriundas do presente Protocolo de Intenções.

E, por estarem de acordo, por meio de seus representantes, assinam o presente Protocolo de Intenções, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Florianópolis de de  
JOÃO RODRIGUES  
Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca

Prefeito Municipal de Iomerê

Enori Barbieri Marques  
Presidente da CIDASC

João Manoel Bazeti  
Diretor Técnico

Testemunhas:

- 1.
- 2.

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### Decreto 1936 de 05 de Setembro de 2012.

DISPÕE SOBRE A INTERVENÇÃO NO LOTEAMENTO DENOMINADO "SINTRIAL III".

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e art. 40 da Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979 e,

#### CONSIDERANDO:

- A prerrogativa do poder público disposta no art. 40 da Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979;

- Os problemas estruturais apresentados no Loteamento denominado "Sintrial III", que estão ocasionando prejuízos aos adquirentes;

- Que as obras realizadas no sistema pluvial estão em desacordo com as normas fixadas pela legislação municipal;

- Que a empresa Pegoraro Empreendimentos Imobiliários e Florestal Ltda assinou termo de compromisso em 04 de agosto de 2010, comprometendo-se a regularizar os itens apontados pelo departamento técnico;

- Que a empresa Pegoraro Empreendimentos Imobiliários e Florestal Ltda foi notificada para proceder a regularização nas datas de 05/05/2010, 31/05/2010 e 17/08/2011;

- Que em face a parecer jurídico expedido em 16/08/2011 foi suspensa a liberação de novos alvarás de construção em virtude da não adoção das medidas acordadas;

- Que a recebeu cópia da LAO 7107/2012 expedida em 10 de agosto de 2012 autorizando a operação do loteamento;

- Que o laudo de vistoria expedido em 31 de agosto de 2012 demonstra a não resolução dos problemas relativos a drenagem pluvial e instalação da caixa d'água em via pública;

- Que as ruas não pavimentadas não encontram-se em boas condições de trafegabilidade;

- Que a empresa Pegoraro Empreendimentos Imobiliários e Florestal Ltda em 10/06/2010, comprometeu-se em não comercializar os lotes 05 a 13 da quadra C, lotes 04 a 13 da quadra G e lotes 11 e 12 da quadra D.

#### DECRETA:

Art. 1º O Município promoverá, com fulcro no Art. 40 da Lei 6.766/79, a intervenção no Loteamento Denominado "SINTRIAL III", executando as seguintes obras:

- I - Limpeza das bocas-de-lobo trancadas;
- II - Implantação das bocas-de-lobo faltantes, nos termos do projeto;
- III - Rebaixamento da rua para adequação das bocas-de-lobo que estão acima do nível desta;
- IV - Nivelamento, colocação de cascalho ou pedra britada e compactação das ruas não pavimentadas;

Art. 2º A adequação e mudança do local das instalações das caixas d'água, a concretagem de ruas e as obras previstas na LAO 7102/2012 para liberação da comercialização dos lotes com declividade superior a 30%, continuarão de responsabilidade da empresa Pegoraro Empreendimentos Imobiliários e Florestal Ltda.

Parágrafo único. O município poderá recorrer a via judicial no caso do não cumprimento pelo loteador dos itens constantes no caput deste artigo.

Art. 3º O município efetuará o levantamento dos custos relativos às obras por ele realizadas e notificará a empresa Pegoraro Empreendimentos Imobiliários e Florestal Ltda para o pagamento das mesmas mediante documento de arrecadação municipal.

Art. 4º O município não efetuará liberação de alvarás de construções ou de guias de ITBI para os lotes 05 a 13 da Quadra C, lotes 04 a 13 da Quadra G e lotes 11 e 12 da Quadra D enquanto não concluídas as obras previstas no art. 2º ou enquanto não houver o pagamento previsto no art. 3º.

Art. 5º Caso não haja efetivação do pagamento previsto no art. 3º no prazo legal, o município promoverá a inscrição em dívida ativa e promoverá sua cobrança por meio judicial ou na forma prevista nos §§ 2º e 3º do art. 40 da Lei 6.766/79.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput do presente artigo ao ressarcimento de prejuízos causados pelo loteador nos termos do art. 47 do mesmo diploma legal.

Art. 6º A intervenção do município não eximirá o loteador de prejuízos causados aos compradores dos lotes ou ao poder público.

Art. 7º Com vistas a evitar novos prejuízos aos adquirentes dos lotes, o município promoverá a liberação dos alvarás de construção, alvarás de habite-se e de guias de ITBI para os lotes já comercializados.

Parágrafo único. Não aplica-se o disposto no caput do presente artigo aos lotes descritos no art. 4º.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 05 de setembro de 2012.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Irineópolis**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 2278/2012.**

Decreto nº 2278/2012.

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1599 de 22 de dezembro de 2011,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.045 - Proteção Social Básica - Bolsa Família

4.4.90.00.00.00.00.0250 (15) Aplicações Diretas R\$  
6.000,00

**T O T A L R\$ 6.000,00**

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.045 - Proteção Social Básica - Bolsa Família

3.3.90.00.00.00.00.00.0250 (13) Aplicações Diretas R\$  
6.000,00

**T O T A L R\$ 6.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 05 de setembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### Editais de Notificações

Editais de Notificações de Itaiópolis referente ao mês de Agosto de 2012

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**O DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA DA 9ª CIRCUNSCRIÇÃO DE TRÂNSITO DE MAFRA – ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, faz saber a **ANTONIO ERALDO RIEKEL**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 969042480, nº de Registro de Prontuário 02911805666/SC, com endereço INCERTO E NÃO SABIDO, que tramita nesta Delegacia Regional de Polícia, situada a Rua São João, 37, Centro, Mafra/SC, CEP 89.300-000 Processo Administrativo nº **DRP09 57/2012 (SSP 54610/2012)**, com fundamento no artigo 265, da Lei nº 9.503, de 23/09/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9503 de 23 de Setembro de 1997, e considerando o disposto no artigo 261, § 1º c/c o artigo 259 do referido diploma legal, a apresentar caso queira, defesa escrita no prazo de 30(trinta) dias, a contar da data da publicação deste edital, por possuir anotado em seu prontuário de condutor, o registro de 20(vinte) pontos ativos, no período de 29/06/2011 a 28/06/2012. Para ciência do infrator é expedido o presente edital, a ser publicado no jornal local e Diário Oficial do Estado.

**Registre-se e Publique-se.**

Mafra, 13 de Agosto de 2012.

RAFAELLO ROSS

Delegado Regional de Polícia



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 350 724/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADZ4655	55233454D	6599/2	10/07/2012	230 * V
AGK7728	55233176D	5010/0	22/06/2012	162 * I
AGK7728	55233177D	5835/0	22/06/2012	195
ANI4687	55957998C	6920/0	19/06/2012	233
APJ5540	55957999C	6920/0	19/06/2012	233
BBI2552	55233162D	6920/0	19/06/2012	233
CNE8543	55958000C	6920/0	19/06/2012	233
IDM2368	55957898C	6920/0	26/06/2012	233
LWT5599	55232893D	5738/0	24/06/2012	186 * II
LXW5053	55232892D	6610/2	24/06/2012	230 * VII
LYM4097	55232889D	6530/0	24/06/2012	228
LZU3666	55233164D	6920/0	19/06/2012	233
MBI7091	55233168D	6556/1	19/06/2012	230 * I
MBI7091	55233169D	6610/2	19/06/2012	230 * VII
MCJ3017	55233174D	5541/1	22/06/2012	181 * XVII
MDE0513	55233170D	6599/2	22/06/2012	230 * V
MDE0513	55233171D	6610/2	22/06/2012	230 * VII
MEX7763	55957997C	6920/0	19/06/2012	233
MFH8773	55233240D	5010/0	13/07/2012	162 * I
MFJ5609	55957900C	6920/0	26/06/2012	233
MHF8773	55233241D	6599/2	13/07/2012	230 * V
MHF8773	55233242D	5835/0	13/07/2012	195
MKP9360	55233243D	5193/0	13/07/2012	168

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 725/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE5856	55232824D	5169/1	20/03/2012	R\$ 957,69	165
MIA8515	55232675D	5185/1	25/03/2012	R\$ 127,69	167
MII8921	55232847D	5185/1	05/04/2012	R\$ 127,69	167
MJE0910	55233091D	5185/1	08/04/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 350 726/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY5389	55232694D	6599/2	29/06/2012	230 * V
CSF0442	55233230D	5193/0	01/07/2012	168
GYA3911	55957897C	6920/0	26/06/2012	233
IGK6147	55233353D	6920/0	20/07/2012	233
LYL9583	55233355D	6920/0	20/07/2012	233
MCL0974	55232900D	5010/0	01/07/2012	162 * I
MCL0974	55233181D	5169/1	01/07/2012	165
MCL0974	55233182D	6599/2	01/07/2012	230 * V
MCL2564	55232974D	6920/0	03/07/2012	233
MDU8944	55232975D	6920/0	03/07/2012	233
MHQ8371	55233259D	5185/1	28/06/2012	167
MIW6035	55233183D	5185/1	28/06/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 727/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZT4088	55957890C	6920/0	15/05/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 350 728/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGP8435	55233239D	6912/0	07/07/2012	232
ALE8700	55233311D	5010/0	04/07/2012	162 * I
AMR3342	55233234D	7366/2	04/07/2012	252 * VI
LYL3321	55233191D	5010/0	04/07/2012	162 * I
LYL3321	55233192D	6599/2	04/07/2012	230 * V
LYL3321	55233193D	6912/0	04/07/2012	232
LYL3321	55233194D	6726/1	04/07/2012	230 * XVIII
LYL3321	55233195D	5185/1	04/07/2012	167
MAB8399	55233237D	5185/1	04/07/2012	167
MAB8399	55233313D	6599/2	19/07/2012	230 * V
MAD7316	55232698D	6599/2	08/07/2012	230 * V
MAE9979	55233418D	5169/1	27/07/2012	165
MAE9979	55233419D	5010/0	27/07/2012	162 * I
MGB8759	55233236D	5185/1	04/07/2012	167
MHY8759	55233225D	5185/1	28/06/2012	167
MKJ4903	55233190D	5452/1	04/07/2012	181 * VIII
MML1113	55233238D	5452/2	07/07/2012	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 729/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAR8719	55233069D	5185/1	21/03/2012	R\$ 127,69	167
ACQ7369	55233086D	5185/1	05/04/2012	R\$ 127,69	167
ALV6939	55232836D	5010/0	24/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
DUB6581	55957888C	6920/0	15/05/2012	R\$ 127,69	233
LYS5923	55232833D	5185/1	21/03/2012	R\$ 127,69	167
MDJ7779	55232719D	7030/1	19/02/2012	R\$ 191,53	244 * I
MDJ7779	55232720D	5010/0	19/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDJ7779	55232721D	5835/0	19/02/2012	R\$ 127,69	195
MDJ7779	55232722D	6769/1	19/02/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MEA3821	55233073D	6912/0	21/03/2012	R\$ 53,20	232
MFH7918	54781822C	7358/0	11/04/2012	R\$ 85,12	252 * V
MGN4713	55233065D	7048/1	21/03/2012	R\$ 191,53	244 * II
MJK8988	55232839D	5193/0	02/04/2012	R\$ 191,53	168
MKL7669	55232842D	5487/0	02/04/2012	R\$ 127,69	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 350 730/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBR8285	55233409D	5010/0	15/07/2012	162 * I
MBR8285	55233410D	6653/1	15/07/2012	230 * XI
MBR8285	55233411D	6637/2	15/07/2012	230 * IX
MJI4073	55233451D	5525/0	10/07/2012	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 731/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABA3102	55232961D	5185/1	23/03/2012	R\$ 127,69	167
AFL5357	55233075D	6599/2	24/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
ALL1977	55232963D	5010/0	23/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
AMR3342	55233093D	5185/1	08/04/2012	R\$ 127,69	167
ANC0854	55233063D	5185/1	21/03/2012	R\$ 127,69	167
LYT9965	55233094D	6556/5	11/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYT9965	55233095D	6599/2	11/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYT9965	55233096D	5045/0	11/04/2012	R\$ 191,53	162 * V
LYT9965	55233097D	6912/0	11/04/2012	R\$ 53,20	232
MCD9282	55957870C	6920/0	28/03/2012	R\$ 127,69	233
MDH3023	55233101D	6769/2	25/03/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MDJ7779	55232723D	6599/2	19/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEP0259	55957878C	6920/0	28/03/2012	R\$ 127,69	233
MFH7918	54781823C	5185/2	11/04/2012	R\$ 127,69	167
MGJ8482	55233068D	5185/1	21/03/2012	R\$ 127,69	167
MGJ8765	55233109D	5010/0	06/04/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 350 732/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABI3001	55233462D	5525/0	12/08/2012	181 * XV
AHR8431	55232980D	6920/0	30/07/2012	233
ASH5420	55233420D	6408/0	30/07/2012	221
CDF3638	55232977D	6920/0	30/07/2012	233
DVN3356	55232912D	5193/0	20/07/2012	168
IBK9160	55233357D	6920/0	20/07/2012	233
JBW1551	55233354D	6920/0	20/07/2012	233
LZA3084	55233463D	6610/2	12/08/2012	230 * VII
MAX7816	55233413D	5010/0	18/07/2012	162 * I
MAX7816	55233414D	6599/2	18/07/2012	230 * V
MAX7816	55233415D	7064/0	18/07/2012	244 * IV
MAY2749	55233247D	5010/0	15/08/2012	162 * I
MAZ6778	55233408D	6599/2	15/07/2012	230 * V
MCR2454	55233356D	6920/0	20/07/2012	233
MIQ0745	55232922D	5541/1	10/08/2012	181 * XVII
MIU0381	55233245D	5010/0	12/08/2012	162 * I
MIU0381	55233246D	6599/2	12/08/2012	230 * V
MJY9613	55232913D	5967/0	21/07/2012	203 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 733/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIC4639	55957892C	6920/0	22/05/2012	R\$ 127,69	233
AKP4968	55232738D	6920/0	17/04/2012	R\$ 127,69	233
LYH3716	55957873C	6920/0	28/03/2012	R\$ 127,69	233
LZE4716	55232970D	6920/0	28/05/2012	R\$ 127,69	233
MCU9990	55233211D	6599/2	04/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCU9990	55233212D	6580/0	04/06/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MDX4769	55232971D	6920/0	31/05/2012	R\$ 127,69	233
MFO5563	55957874C	6920/0	28/03/2012	R\$ 127,69	233
MGC2882	55957896C	6920/0	22/05/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2012

LAURO LANGER JUNIOR  
DELEGADO DE POLÍCIA

# Itapoá

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato Nº 47/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2012

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME com sede na Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Sai, na cidade de Itapoá-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.263.284/0001-09 e Inscrição Estadual 42201908209.  
Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 11/2012 - PROCESSO Nº 73/2012;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a ampliação da EMEF Euclides Emídio da Silva, para instalação da Creche Lua de Cristal, compreendendo 244,92 m² de área total, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

Valor total: R\$ 243.717,24 (Duzentos e quarenta e três mil, setecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos).

Orçamento: Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 01 - Educação Fundamental, ficha: 44, projeto/atividade: 2084 - Construção Ampliação e Reformas, elemento: 4.4.3.90, sub-elemento 4.4.90.30.17, vínculo: 25800.

Data da assinatura: 05/09/2012;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do total do objeto, ou até 05/03/2013.

Itapoá, 05 de setembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES  
Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 39/2012 Que Visa Prorrogar o Contrato Administrativo N.º 70/2011 (2º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 39/2012 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 70/2011 (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Chefe de Gabinete, a Sr.ª VERA LÚCIA EGGERT DA MAIA, portadora do CNPF/MF:637.008.169-87 e C.I. RG nº2.194.021 SSP/SC, e pelo Prefeito Municipal MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa VMZ CONSTRUTORA LTDA-ME, com sede à Rua Lateral da BR 101, Nº484, sala nº01, Bairro: São Cristóvão, CEP:88.390-000, na cidade de Barra Velha/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.725.870/0001-81 e Inscrição Estadual isento, representada neste ato por sócio administrador, a Sr. VALTER MARINO ZIMMERMANN, portador do CNPF/MF nº 050.678.129-15 e do CI.RG nº 301.523 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência do objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a edificação da sede própria da Câmara Municipal de vereadores de Itapoá/SC,

conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 03/2011 - PROCESSO Nº 43/2011, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 70/2011 em 30 (trinta dias) contados a partir do dia 26 de agosto de 2012, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 70/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 70/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 31 de agosto de 2012.

CONTRATANTE  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
Prefeito Municipal  
Município De Itapoá

Contratada  
VMZ CONSTRUTORA LTDA  
VALTER MARINO ZIMMERMANN

CONTRATANTE  
VERA LÚCIA EGGERT DA MAIA  
Chefe De Gabinete Do Prefeito

Testemunhas:

Nome:  
CNPF/MF:

Nome:  
CPF/MF:

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Extrato Contrato 964/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 964/2012/PMJ  
PROVENIENTE DO PL 75/2012/PMJ - CV 11/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente de parte da Rua Marcelino Ramos, centro do Município de Joaçaba  
VALOR TOTAL CONTRATADO R\$ 78.339,52 (setenta e oito mil trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos), sendo:  
- R\$ 61.538,29 (sessenta e um mil quinhentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), referente aos materiais utilizados;  
- R\$ 16.801,23 (dezesesseis mil oitocentos e um reais e vinte e três centavos), referente aos serviços.



**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas provenientes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

(124) 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

(225) 4.4.90.00.00.00.00.0.3.000.0 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA 30 (trinta) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado se de interesse das partes.

DATA DE ASSINATURA: 04/09/2012.

---

**SIMAE**

---

**Resumo Contrato JHL 0107/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0107/2012

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0005/2012

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE JHL 0001/2012

PROTOCOLO Nº 0066/2012

Data: 04/09/2012

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ADITADO

Contratado: ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA

Valor total do contrato: PERMANECE O MESMO VALOR

PROJETO/ATIVIDADE: PERMANECE A MESMA DOTAÇÃO

ELEMENTO:

Prazo de vigência: 30/11/2012 A 30/01/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

---

**PREFEITURA**

---

**1º Termo Adit. Cont. 208/2007 - PML**

1º TERMO ADITIVO AO

CONTRATO DE COMODATO, Nº 208/2007

São partes do presente instrumento na melhor forma de direito:

Como COMODANTE, O Município de Lages, com sede à Rua Benjamim Constant, 13 - centro, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.777.301/0001-90, neste ato representada pelo seu Prefeito o SR. Renato Nunes de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.168.989-00, CI nº 183493 SSP/SC, residente e domiciliado na cidade de Lages, SC.

Como COMODATÁRIA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, estabelecida à Av. Sete de Setembro, 211 - sala 106 - centro Maravilha - SC, inscrita no CNPJ nº 72.332.778/00011-09, neste ato representada pelo Sr. JAIME JOSÉ D'AGOSTINI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 12R1.710.837 expedida pela SSP-SC em 11/03/88 e do CPF nº 469.381.689-20.

CONSIDERANDO que a COMODANTE, fica incumbida do transporte, coleta, tratamento (esterilização em AUTOCLAVE) e destinação final de resíduos de serviço de saúde - RSS, sendo grupos A1. A4 (infectante) e E (perfuro cortantes), num total de 1.000 (hum mil litros) por mês.

RESOLVEM as partes celebrarem o presente Termo Aditivo ao Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se outorgam e aceitam, a saber:

**Cláusula PRIMEIRA ☐ Do Prazo**

O prazo de vigência do presente comodato é fica prorrogado em mais 05 (cinco) anos, a partir da assinatura deste Termo, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, precedido de comunicação escrita de uma parte a outra, com antecedência de 30 (trinta) dias.

**Cláusula SEGUNDA ☐ Das Demais Cláusulas e Condições**

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E, por estarem assim, justos e de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Lages, 04 de setembro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Do Município De Lages

JAIME JOSÉ D'AGOSTINI

T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Procurador Geral do Município

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Sec. Municipal De Adm

**8º Termo Adi. Contrato 192/2008**

8º TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº192/2008.

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICO, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-92, com sede no Município de Lages, representada neste ato pelo Sr. Renato Nunes de Oliveira, Prefeito de Lages, e de outro lado o Consórcio SANETER/COSATE, formado pela Empresa Líder a Saneter Construtora Ltda, com sede em Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 01.173.630/0001-20, representada neste ato pela Douta Procuradora a Sra. Valéria Martorano Pavão, residente e domiciliada em Lages, SC, inscrita no CPF nº 658.480.809-25, R.G. nº8/R - 816.372 - SSP-SC, de ora em diante denominado "CONTRATADO", acordam firmar o presente aditivo ao contrato obedecidas as condições contidas no Processo Licitatório n.º47/2008 de 14/04/2008, realizado na modalidade de CONCORRÊNCIA sob n.º 05/2008, bem como a proposta de preços do Contratado, que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

As partes contratadas entre si, qualificadas no preâmbulo do contrato original, em comum acordo, com base no § 1º, Inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, após análise e alteração do projeto inicial acordam em reavaliar e adequar o valor da prestação de serviços das respectivas planilhas orçamentárias originais da obra do contrato, reduzindo em R\$ 1.547.704,14, e acrescentando novos serviços no valor de R\$ 218.841,24 de acordo com análise da justificativa com os itens específicos, em apenso elencados, por solicitação dos técnicos da Caixa, tiveram redução de preço ou mereceram observação técnica que poderia significar redução de preço, em conformidade com as planilhas quantitativas em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 03 (três) vias, assinaram as partes abaixo.

LAGES-SC, em 23 de agosto de 2012.  
RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito De Lages

VALÉRIA MARTORANO PAVÃO  
Representante  
SANETER CONST. LTDA

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### **Contato 235/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 235/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: COMPENSADOS LAGES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.426.243/0001-46, estabelecida à Rua São José n.º 103 - Lages/SC - cep: 88.509-580.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa COMPENSADOS LAGES LTDA, representado neste ato pelo seu Representante o Sr. José Luiz Pagliosa, inscrito no CPF/MF sob n.º 494.479.719-20, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 112/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 43/2012, aberto em 28/06/2012 e homologado em 23/07/2012, consoante as cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de material para reforma de mobiliário da Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 227/2012 e Termo de Referencia do Edital Correlato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;  
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - Das entregas: em até dez dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.930,96 (três mil e novecentos e trinta reais e noventa e seis centavos).

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas,

plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 15 de agosto de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

COMPENSADOS LAGES LTDA

Representante  
JOSÉ LUIZ PAGLIOSA

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações



**Contrato 218-2012- PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 218/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: LUZES COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.131.729/0001-58, estabelecida à AV. Presidente Vargas n.º 999 - em Lages/SC - cep: 88.509-500 - fone: 32212500.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa LUZES COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, representada neste ato por seu Sócio, que assina ao final, a Sra. Juliane de Moliner, inscrita no CPF/MF sob nº 041.404.559-93, de ora em diante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 109/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 42/2012, aberto em 26/06/2012 e homologado em 17/07/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de material de construção para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 224/2012 e Termo de Referencia do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;  
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até dois dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Secretaria de Meio Ambiente e Serviços, nos locais indicados pela Secretaria, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 78.170,00 (setenta e oito mil e cento e setenta reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**  
Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 25 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUZES COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA  
Representante  
JULIANE DE MOLINER

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 219/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 219/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 01.192.605/0001-94, estabelecida à Av. 1º de Maio sem n.º - em Lages/SC - cep:



88.509-510 - fone: 32251919.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, representada neste ato por seu Sócio, que assina ao final, o Sr. Ilberto Dias Citadin, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 109/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 42/2012, aberto em 26/06/2012 e homologado em 17/07/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de material de construção para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 223/2012 e Termo de Referência do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;  
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até dois dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Secretaria de Meio Ambiente e Serviços, nos locais indicados pela Secretaria, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 84.100,00 (oitenta e quatro mil e cem reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a

88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 25 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

Representante

Ilberto Dias Citadin

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 220/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 220/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 10.515.077/0001-58, com sede à Rua Nilo Peçanha n.º 49 - Lages/SC - cep: 88.508-500.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP, representada neste ato pelo Sr. Matheus Vieira Zago, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 68/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 29/2012, aberto em 30/03/2012 e homologado em 06/07/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de material de construção para a Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 209/2012 e Termo de Referência do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;  
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até dez dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Av. Papa João XXIII, 1.115 - Bairro Petrópolis, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 213.754,90 (duzentos e treze mil e setecentos e cinquenta e quatro mil e noventa centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE,

quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 25 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP  
Representante  
MATHEUS VIEIRA ZAGO

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 221/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 221/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, representada neste ato pelo seu Diretor o Sr. José Carlos Zago, inscrito no CPF/MF sob nº 219.743.499-34, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 68/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 29/2012, aberto em 30/03/2012 e homologado em 06/07/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de material de construção para a Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 210/2012 e Termo de Referência do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;  
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até dez dias, contado(s) da(s) data(s) da(s)

solicitação(ões), na Av. Papa João XXIII, 1.115 - Bairro Petrópolis, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 111.133,07 (cento e onze mil e cento e trinta e três reais e sete centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral

dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 25 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ZAGO FERRAGENS E MAT DE CONST.LTDA

Representante

JOSÉ CARLOS ZAGO

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 222/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 222/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 07.025.399/0001-04, com sede à Rua Valdomiro Koeche n.º 60 - Lages/SC - cep: 88.520-450 - fone: 32247216.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME, representada neste ato pelo seu Proprietário o Sr. Eloi Dartora de Souza Junior, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 68/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 29/2012, aberto em 30/03/2012 e homologado em 06/07/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de madeiras para a Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 211/2012 e Termo de Referencia do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até dez dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Av. Papa João XXIII, 1.115 - Bairro Petrópolis, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 12.490,00 (doze mil e quatrocentos e noventa reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias



da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**  
Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos

e legais efeitos.

LAGES, SC, em 25 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME

Representante

ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 223/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 223/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: GUILHERMO PABLO KONRAD & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 85.300.135/0001-25, com sede à Av. 1º de Maio, 285, Lages/SC - cep:88.509-510.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa GUILHERMO PABLO KONRAD & CIA LTDA - ME, representada neste ato pelo seu Gerente o Sr. Gilberto Dias Citadin, inscrito no RG sob n.º 3.734.606-7, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 68/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 29/2012, aberto em 30/03/2012 e homologado em 06/07/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para a Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 212/2012 e Termo de Referência do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;  
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até dez dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Av. Papa João XXIII, 1.115 - Bairro Petrópolis, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 302.056,06 (trezentos e dois mil e cinquenta e seis reais e seis centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**  
Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 25 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

GUILHERMO PABLO KONRAD & CIA LTDA - ME  
Representante  
GILBERTO DIAS CITADIN

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 224/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 224/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: MADEIREIRA FONTANA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.216.598/0001-88, estabelecida à Rua Engenheiro Paulo Ribeiro n.º 505 - Lages/SC - cep: 88.514-010.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MADEIREIRA FONTANA LTDA, representado neste ato pelo seu Proprietário o Sr. Névio Fontana, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 68/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 29/2012, aberto em 30/03/2012 e homologado em 06/07/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de madeiras para a Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 213/2012 e Termo de Referência do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até dez dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Av. Papa João XXIII, 1.115 - Bairro Petrópolis, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 143.670,00 (cento e quarenta e três mil e seiscentos e setenta reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do



artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 25 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

MADEIREIRA FONTANA LTDA

Representante

NÉVIO FONTANA

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 225/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 225/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: AMERITINTAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 10.262.999/0001-09, estabelecida à Rua Prof. Regina M.S.W Ramos n.º 340 - São Jose/SC - cep: 88.113-140.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato

representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AMERITINTAS LTDA - ME, representado neste ato pelo seu Proprietário o Sr. Gino G. Cardascia, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 68/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 29/2012, aberto em 30/03/2012 e homologado em 06/07/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de tintas e veda reboco para a Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 208/2012 e Termo de Referência do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - De entrega: em até dez dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Av. Papa João XXIII, 1.115 - Bairro Petrópolis, nesta cidade;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 69.350,00 (sessenta e nove mil e trezentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 25 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

AMERITINTAS LTDA - ME

Representante

GINO G. CARDASCIA

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 226/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 226/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CRISTIANE VIEIRA PEREIRA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.284.980/0001-18, com sede à Rod. BR 116 - km 248, nº 3051 - Lages/SC - cep: 88.514-675.

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, representado neste ato pelo seu prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado a Empresa CRISTIANE VIEIRA PEREIRA - ME, representado neste ato pela Sra. Cristiane Vieira Pereira, que assina ao final, de ora em diante denominado "CONTRATADA", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições contidas no Processo Licitatório nº 101/2012 de aberto em 13/06/2012, homologado em 10/07/2012, realizada na modalidade de Pregão Eletrônico sob nº 16/2012, bem como a proposta de preços da Contratada, que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, o fornecimento parcelado, na forma em que for solicitado, de 3.500 (três e quinhentas) refeições em marmitas, com peso mínimo de 830 gramas de alimento, acompanhada de refringente a cada cinco marmitas, conforme cardápio fornecido pela municipalidade, para os funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lages, em conformidade com a autorização de fornecimento nº 214/2012, em anexo, passando a fazer parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 De Início, em até 02 (dois) dias da data da assinatura do Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), serão retiradas no estabelecimento da contratada, dentro do perímetro urbano do Município;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes para o fornecimento das marmitas será de R\$ 7,00 por unidade de refeição, perfazendo um total de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil quinhentos reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em conformidade com as entregas, à vista das nota(s) fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) adquirido(s) com recurso(s) provisionado(s) na conta orçamentária da Secretaria do Meio Ambiente, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.1 A(s) refeição(ões) que não for(em) de qualidade, ou não estiverem de acordo com o solicitado, após notificação, será(ão), prontamente devolvida(s) ao fornecedor;

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86

a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES-SC, em 30 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CRISTIANE VIEIRA PEREIRA - ME

Representante

CRISTIANE VIEIRA PEREIRA

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 227/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 227/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: LETICIA MULLER - ME, inscrito no CNPJ sob nº 12.347.057/0001-40, estabelecido à Av. Pedro Adams Filho sem nº - Novo Hamburgo/RS - cep: 93.320-006.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa LETICIA MULLER - ME, representada neste ato pelo Sr. Letícia Muller, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 107/2012, correlato ao Pregão Eletrônico nº 18/2012, aberto em 20/06/2012 e homologado em 19/07/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de produtos de cama e mesa para consumo da Rede Municipal de Lages, em conformidade com as especificações do Anexo II - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento nº 225/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

- Os produtos deverão ser entregues, em até dez dias da data da solicitação, no armazém da alimentação escolar, à Av. Belizário Ramos, nº 5041, bairro São Cristóvão - cep: 88.509-100, nesta cidade, toda segunda-feira, até às 10:00 horas, conforme cronograma de entrega a ser fornecido às empresas vencedoras do processo licitatório.

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 45.020,00 (quarenta e cinco mil e vinte reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até quatro parcelas mensais, iguais e consecutivas em 30/60/90/120 dias, no valor de R\$ 11.255,00.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Provisório para efeito de verificação e posterior aceitação

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa



consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CA-SOS OMISSOS

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 30 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LETICIA MULLER - ME

Representante

LETICIA MULLER

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 228/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 228/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida à Rod BR 282, nº 49, em Lages/SC - cep: 88.520.210.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CCL CONSTRUTORA LTDA, representada neste ato pelo o Sr. Francisco Pereira Filho, Sócio Proprietário, inscrito no Crea sob n.º 016413-0, CPF n.º 149.094.130-49, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 27/2012, correlato à Concorrência n.º 04/2012, aberto em 14/02/2012 e homologado em 16/07/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de Empresa de engenharia para prestação de serviços de revitalização e reurbanização da Rua Cirilo Vieira Ramos, com fornecimento de material, em conformidade com o Termo de Referência e Planilha Orçamentária/Quantitativa, partes do

Edital correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 - Para início: na data da assinatura do contrato;

2.2 - Para execução: em até seis meses da data da emissão da ordem de serviço emitida pela Secretaria de Obras;

2.3 - Da entrega: em até dois dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado à Secretaria Municipal, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012/2013. A sua vigência será de dez meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1- O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA pelos serviços o valor global de R\$ 1.159.581,02 (Um milhão e cento e cinquenta e nove mil e quinhentos e oitenta e um reais e dois centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

##### 4. DOS PAGAMENTOS:

4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente em até o décimo útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, à vista do(s) boletim(ins) de Medição(ões) correspondente(s), devidamente testado pela Secretaria Municipal.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se o direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura, devidamente reparada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

5.1 - As despesas do presente Contrato correrão por conta dos recursos da conta: Manutenção e recuperação de Vias, ano base 2012/2013.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

6.1- O MUNICÍPIO fiscalizará amplamente a execução dos serviços da CONTRATADA e transmitirá por escrito as instruções, ordem e reclamações à CONTRATADA, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer do serviço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em

compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

#### CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado;

9.2 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização correlata a execução dos serviços, objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

Lages/SC, 30 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CCL CONSTRUTORA LTDA

Representante

FRANCISCO PEREIRA FILHO

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 229/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 229/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: TOP COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 81.419.137/0001-87, estabelecido à Rod Deputado João Leopoldo Jacomel, n.º 1808 - Piraquara/PR - cep: 83.302-000 - fone:41-36737272.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa TOP COMERCIAL LTDA, representada neste ato pelo seu Sócio Administrador o Sr. Rodrigo Damas Corrêa, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 106/2012, correlato ao Pregão Eletrônico n.º 17/2012, aberto em 20/06/2012 e homologado em 13/07/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de frutas e verduras para consumo nas Unidades Escolares e Entidades Assistenciais da Rede Municipal de Educação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência do Edital e da autorização de fornecimento n.º 219/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

2.3.1 Os alimentos deverão ser entregues toda segunda-feira, até às 11:30 horas, conforme cronograma de entrega fornecido pela Educação, no Armazém da Alimentação Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, CEP 88509-100, Fone: (49) 3225-3828, nesta cidade;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.494,50 (cinco mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).



**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até quinze dias, da disponibilização em conta das parcelas dos recursos repassados pelo Fundo Ministerial, provenientes de Convênio, inerentes ao mês, à vista das notas fiscais decorrentes.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Alimentação Escolar, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

8.1 Provisório, em até dois dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) entrega(s), para efeito de verificação e posterior aceitação, o(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 31 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

TOP COMERCIAL LTDA

Representante

RODRIGO DAMAS CORRÊA

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 230/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 230/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: BORDIN COMERCIO DE OVOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 75.806.877/0001-73, estabelecido à Rua Monte Castelo, n.º 271 - Lages/SC - cep: 88.501-060.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa BORDIN COMERCIO DE OVOS LTDA, representada neste ato pelo Sr. Adelar Bordin, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 106/2012, correlato ao Pregão Eletrônico n.º 17/2012, aberto em 20/06/2012 e homologado em 13/07/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de frutas e verduras para consumo nas Unidades Escolares e Entidades Assistenciais da Rede Municipal de Educação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência do Edital e da autorização de fornecimento n.º 218/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

2.3.1 Os alimentos deverão ser entregues toda segunda-feira, até às 11:30 horas, conforme cronograma de entrega fornecido pela Educação, no Armazém da Alimentação Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, CEP 88509-100, Fone: (49) 3225-3828, nesta cidade;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 48.610,00 (quarenta e oito mil e seiscentos e dez reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até quinze dias, da disponibilização

em conta das parcelas dos recursos repassados pelo Fundo Ministerial, provenientes de Convênio, inerentes ao mês, à vista das notas fiscais decorrentes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Alimentação Escolar, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.1 Provisório, em até dois dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) entrega(s), para efeito de verificação e posterior aceitação, o(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente,

independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 31 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

BORDIN COMERCIO DE OVOS LTDA

Representante

ADELAR BORDIN

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 231/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 231/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA E EMPACOTADORA DE ALHO SANTA FE LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 01.955.399/0001-27, estabelecido à Rua Curitibaanos, n.º 18 - Lages/SC - cep: 88.505.345 - Bairro Petropolis.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa DISTRIBUIDORA E EMPACOTADORA DE ALHO SANTA FE LTDA, representada neste ato pelo seu Sócio Administrador o Sr. Sergio Tadeu de Souza Ramos, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 106/2012, correlato ao Pregão Eletrônico n.º 17/2012, aberto em 20/06/2012 e homologado em 13/07/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de 500 kg de alho para consumo nas Unidades Escolares e Entidades Assistenciais da Rede Municipal de Educação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência do Edital e da autorização de fornecimento n.º 217/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

2.3.1 Os alimentos deverão ser entregues toda segunda-feira, até às 11:30 horas, conforme cronograma de entrega fornecido pela Educação, no Armazém da Alimentação Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, CEP 88509-100, Fone: (49) 3225-3828, nesta cidade;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.975,00 (três mil e novecentos e setenta e cinco reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até quinze dias, da disponibilização



em conta das parcelas dos recursos repassados pelo Fundo Ministerial, provenientes de Convênio, inerentes ao mês, à vista das notas fiscais decorrentes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Alimentação Escolar, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.1 Provisório, em até dois dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) entrega(s), para efeito de verificação e posterior aceitação, o(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente,

independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 31 de julho de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DISTRIB. E EMPACOTADORA DE ALHO SANTA FE LTDA

Representante

SERGIO TADEU DE SOUZA RAMOS

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 232/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 232/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: DELPHUS TELECOM COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 09.420.164/0001-42, estabelecida à Rua Das Rolinhas n.º 633 - São Bernardo do Campo/SP - cep: 09.861-230.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa DELPHUS TELECOM COMERCIAL LTDA, por seu representante legal, o Sr. Fernando Henrique Gomes Faggi, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem firmar o presente Contrato com dispensa de licitação, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, conforme Processo nº 10/2012, regendo-se pela referida Lei e pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de Sistema Integrado de Gravação de Rádio e Telefonia, para o Aeroporto Antonio Correia Pinto de Macedo de Lages, SC, Bairro Guarujá, em consonância com o escopo de trabalho no Termo de Referência do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura do contrato.

2.2 - De entrega: em até dez dias da data da solicitação;

2.3 - Da execução: da data da assinatura até 31/12/2012;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.214,00 (dez mil e duzentos e catorze reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 O pagamento será efetuado em até o trinta dias da entrega, devidamente aceita pela Secretaria Municipal, a vista da nota fiscal decorrente;

4.2 O pagamento, se processará após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO: Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que



devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 O(s) serviço(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção Da Diretoria de Serviços Públicos, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Oferecer garantia aos serviços prestados e aos equipamentos instalados, em prazo não inferior a doze meses;

7.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.5 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.6 Desenvolver treinamento ao pessoal designado para operar o sistema;

7.7 Executar os serviços em consonância com as normas vigentes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

O recebimento definitivo: se dará no decurso de 30 (trinta) dias corridos da data da comunicação escrita da Contratada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, que comprove a adequação do objeto às condições contratuais.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 06 de agosto de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DELPHUS TELECOM COMERCIAL LTDA

Representante

FERNANDO HENRIQUE GOMES FAGGI

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 233/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 233/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - sala 04 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa TERRA ENGENHARIA LTDA, representada neste ato pelo seu Sócio Gerente o Sr. Leonardo Milioli Tutida, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 100/2012, correlato à Tomada de Preços sob n.º 18/2012, tipo Menor Preço Global, aberta em 14/06/2012 e homologada em 31/07/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta na EMEB Antonio Joaquim Henriques, com fornecimento de material, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.

1.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pela Secretaria de Obras do Município;

1.2- O controle dos serviços e a qualidade ambiental são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.3- Os serviços executados fora das normas técnicas da ABNT e dos padrões exigidos não serão aceitos e pagos..

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: da data da assinatura do contrato;

2.2 - Para execução: em até oito meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 - De entrega: em até dez dias da data conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelo Responsável Técnico da Secretaria de Obras.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.2 - Do Recebimento definitivo: se dará no decurso de 30 (trinta) dias corridos da data da comunicação escrita da Contratada, mediante termo circunstanciado, à Comissão Municipal de Recebimento de Obras, devidamente testado e assinado pelo Responsável Técnico da Obra, comprovando a adequação do objeto às condições contratuais. Durante este período, a Contratada terá, sob sua responsabilidade, os serviços executados. Qualquer falha deverá ser prontamente reparada pela Contratada.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos

respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será de doze meses a contar da data da sua assinatura, com data final em 13/08/2013, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 629.665,82 (seiscentos e vinte e nove mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

3.1 - Do material: Todo o material necessário para a execução dos serviços, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, obedecer às normas técnicas da ABNT e ser aprovado pela Secretaria Municipal de Obras.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até décimo quinto dia útil, do mês subsequente aos serviços, a vista das nota fiscais decorrentes e dos boletins de medição testados pela Secretaria Municipal.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se ao direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura;

4.5 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) serviço(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Ampliação e reforma de Unidades Escolares, ano base 2012/2013.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam

comprometer a sua qualidade;

7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

7.13 Manter no local dos serviços, o Diário de Obras ou de Ocorrências, para obtenção de assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) e do(s) Fiscal(is) competente(s), pela ocasião da(s) vistoria(s);

7.14 Sinalizar e manter sinalizado o local dos serviços de acordo com o Código Nacional de Trânsito e orientação da Secretaria de Obras;

5.15 A assinatura do contrato fica condicionada a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) e da entrega de disquete com cópia da Planilha Orçamentária, à Comissão de Licitação;

7.16 Identificar, obrigatoriamente, o empreendimento com placa, segundo modelo fornecido pela Contratante, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização para início dos trabalhos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

Fiscalizar o andamento da obra, em conformidade com o cronograma.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina,



Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

Ao firmar este instrumento, declaram as PARTES plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato e ao Edital Correlato.

13.1 - Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

LAGES, SC, em 13 de agosto de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

TERRA ENGENHARIA LTDA

Representante

LEONARDO MILIOLI TUTIDA

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

### **Contrato 234/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 234/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 01.192.605/0001-94, estabelecida à Av. 1º de Maio sem n.º - em Lages/SC - cep: 88.509-510 - fone: 32251919.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, representada neste ato por seu Sócio, que assina ao final, o Sr. Ilberto Dias Citadin, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 112/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 43/2012, aberto em 28/06/2012 e homologado em 23/07/2012, consoante as cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de material para reforma de mobiliário da Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 228/2012 e Termo de Referencia do Edital Correlato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura deste contrato;  
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012.

2.3 - Das entregas: em até dez dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 11.849,00 (onze mil e oitocentos e quarenta e nove reais).

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da(s) data(s) da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s).

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos

procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**  
Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no Orçamento da PML, ano base 2012.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar os produtos na qualidade e quantidade solicitada.

7.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 15 de agosto de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

FLEXA Atacado E Distribuição De Material De CONSTRUÇÃO LTDA  
Representante  
ILBERTO DIAS CITADIN

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

### Contrato 236/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 236/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – cep:88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida à Rod BR 282, nº 49, em Lages/SC – cep: 88.520.210.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CCL CONSTRUTORA LTDA, representada neste ato pelo o Sr. Francisco Pereira Filho, Sócio Proprietário, inscrito no Crea sob n.º 016413-0, CPF n.º 149.094.130-49, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 114/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 20/2012, aberto em 06/07/2012 e homologado em 06/08/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

– Contratação de Empresa de engenharia para prestação de serviços de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Hilda Schmidt Picinini e Rua Francisco Santiago Dantas em de Lages, SC com fornecimento de material, em conformidade com o Termo de Referência e Planilha Orçamentária/Quantitativa, partes do Edital correlato.

Item	serviço	Valor unit
01	Execução de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Hilda Schmidt Picinini.	58.452,85
02	Execução de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Francisco Santiago Dantas.	72.462,72
		130.915,57

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

##### 2.1 - Para início:

2.1.1 - do lote 01, será de dois meses da data da assinatura da ordem de serviço;

2.1.2 - do lote 02, será de três meses da data da assinatura da ordem de serviço;

##### 2.2 - Para execução:

2.2.1- do lote 01, será de dois meses;

2.2.2- do lote 02, será de três meses;

2.3 – Da entrega: em até dois dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado à Secretaria Municipal, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento;

2.4 – Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, a sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1- O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA pelos serviços o valor

global de R\$ 130.915,57 (cento e trinta mil e novecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

##### 4. DOS PAGAMENTOS:

4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente em até o décimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, à vista do(s) boletim(ins) de Medição(ões) correspondente(s), devidamente testado pela Secretaria Municipal.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se o direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura, devidamente reparada.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

5.1 - As despesas do presente Contrato correrão por conta dos recursos da conta: Manutenção e recuperação de Vias, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

6.1- O MUNICÍPIO fiscalizará amplamente a execução dos serviços da CONTRATADA e transmitirá por escrito as instruções, ordem e reclamações à CONTRATADA, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer do serviço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho,

previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

**Cláusula OITAVA – do reEQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO**  
Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra “d” do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1 Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado;

9.2 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização correlata a execução dos serviços, objeto deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

Lages/SC, 16 de agosto de 2012.  
RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CCL CONSTRUTORA LTDA  
Representante  
FRANCISCO PEREIRA FILHO

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 237/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 237/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: LATINA MOTORS COMERCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 13.151.411/0001-20, estabelecida à Av. Horacio Krepsich n.º 420 - Araras/SP - cep: 13.600-000 - fone: 19/35415144.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa LATINA MOTORS COMERCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, por seu representante legal, que assina ao final, o Sr. Mauro Bovolon, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 118/2012, correlato ao Pregão Eletrônico n.º 22/2012, aberto em 18/07/2012 e homologado em 10/08/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de dez motocicletas para uso do Setor de Transito de Lages, em conformidade com as especificações do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 236/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De inicio, a contar da assinaturas do contrato;

2.2 De Entrega(s), em até trinta dias, a contar da data da solicitação, no Diretran de Lages.

2.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 12.890,00 preço unitário , perfazendo um total de R\$ 128.900,00 (cento e vinte e oito mil e novecentos reais);

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

Serão efetuados em duas parcelas mensais de R\$ 42.966,00 e, 30/60 dias e uma parcela de R\$ 42.968,00 em 90 dias das entregas e aceite dos veículos, à vista das notas fiscais decorrentes.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra “d” do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os veículos, objeto desta contratação, serão adquiridos com recursos provisionados na conta: Setor de Transito, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital de Pregão Eletrônico e deste contrato;

7.2 Oferecer assistência técnica autorizada durante a vigência da garantia da fabricação.

7.3 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

8.1 Os veículos estando em desacordo com as condições estabelecidas no edital, após notificação escrita, serão prontamente devolvidos ao fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO**



**CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, estados, Distrito federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

Estando justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 16 de agosto de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LATINA MOTORS COMERCIO EXP. E IMPORTAÇÃO LTDA

Representante

Mauro Bovolon

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Luzerna****PREFEITURA****Extrato de Portaria Nº 085.12**

EXTRATO DE PORTARIA

PML 2012

Portaria nº 085/12 de 31/08/12 - "Acata pedido de dispensa de servidora que especifica" (GEOVANA PATRÍCIA BIZINELA, das funções de Professora II, 20 horas semanais, na disciplina de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental do 5º ao 9º ano, a partir de 31/08/12)

**Extrato de Portaria Nº 086.12**

EXTRATO DE PORTARIA

PML 2012

Portaria nº 086/12 de 31/08/12 - "Exonera a pedido servidor que especifica" (BRUNO CIELLO PADILHA, do emprego público efetivo de Auxiliar de Laboratório de Informática, Classe "A", 40 horas semanais, do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, a partir de 31/08/12).

**Extrato de Portaria Nº 087.12**

EXTRATO DE PORTARIA

PML 2012

Portaria nº 087/12 de 03/09/12 - "Atribui carga horária suplementar a servidora que especifica" (atribui carga horária suplementar de mais 20 horas semanais a servidora EDILENE REGINA KOCHAN MEDEIROS, na disciplina de Língua Portuguesa, no ensino fundamental, da 5ª a 8ª séries, passando de 20 horas semanais para 40 horas semanais, sendo 32 horas de trabalho com alunos e 08 horas de trabalho pedagógico, em substituição a CLAUDETE BRESSAN, que está em licença para tratamento de saúde, a partir de 03/09/2012 até 21/12/2012 ou até o retorno da titular).

**Extrato Homologação Fmdca.037.2012 - Oficina Culinária**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 037/2012

O Prefeito Municipal de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 075/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados as oficinas de Culinária do Programa Cultura Social.
- Proponente(s) Vencedora(s): SUPER DELAZERI LTDA
- Valor total: R\$ 1.529,48

Luzerna (SC), 5 de setembro de 2012.

Candido Hélio Dadalt

Gestor do FMDCA

**Balancete Financeiro FMAS**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2012

Emissão: 31/08/2012

> TÍTULOS		V A L O R	> TÍTULOS		V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA		6.568,90	DESPESA ORÇAMENTARIA		26.955,40
RECEITA CORRENTE		6.568,90	ASSISTÊNCIA SOCIAL		26.955,40
RECEITA PATRIMONIAL		381,40			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.187,50			
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		31.551,28	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		1.543,81
PREVIDENCIA SOCIAL		1.104,05	PREVIDENCIA SOCIAL		1.104,05
INSS		1.104,05	INSS		1.104,05
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL		384,02	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL		376,55
ISS		67,59	ISS		60,12
IRRF/GDF		316,43	IRRF/GDF		316,43
IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS		316,43	IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS		316,43
DIVERSOS CONSIGNATARIOS		18,66	DIVERSOS CONSIGNATARIOS		18,66
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999		18,66	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999		18,66
Contribuição ASM		18,66	Contribuição ASM		18,66
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP		44,55	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP		44,55
Clemens Salvi Klein		44,55	Clemens Salvi Klein		44,55
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS		30.000,00			
REPASSE RECEBIDO PREFEITURA MUNICIPAL D		30.000,00			
> DESPESA EMPENHADA		26.955,40	> DESPESA PAGA		33.333,96
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES		26.955,40	CREDITO LIQUIDADO		33.333,96
			CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE		33.333,96
> SALDOS ANTERIORES		102.014,93	> SALDOS ATUAIS		105.257,34
APLICACOES FINANCEIRAS		101.974,93	APLICACOES FINANCEIRAS		105.217,34
BANCO DO BRASIL		40,00	BANCO DO BRASIL		40,00
> TOTAL		167.090,51	> TOTAL		167.090,51

Gestor do FMAS

WALMOR S.DRESCH NETO STROHER

Contador SC20394/0-8

MARIA INÊS DALLOLMO



**Edital de Receita FMAS**  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Assistência Social:

10/08/2012	Programa IGD Bolsa Família	687,50
15/08/2012	Programa Piso Variável II	1.000,00
21/08/2012	Piso Básico Fixo - PBF	4.500,00

Luzerna(SC), 04 de setembro de 2012.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### Decreto Nº 04/2012

DECRETO Nº 004/12 de 25 de Janeiro de 2012

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2012 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 880/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

(77) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.033-0080 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Suplementação: 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

(76) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.033-0080 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Anulação: 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 25 de Janeiro de 2012

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### Decreto Nº 50/2012

DECRETO Nº 50 DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

RECONHECE E DECLARA ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e;

Considerando, a necessidade de ato administrativo declarando aceitação de doação de bem imóvel para lavratura de escritura pública.

Considerando, a declaração unilateral de vontade de SILVIO BENTO GONÇALVES, em doar bem imóvel destinado à regularização de rua.

Considerando, o interesse público para o desenvolvimento do Município.

Considerando, que a doação acrescenta patrimônio ao Município e que a obrigação decorrente da doação não é de prazo certo e determinado.

DECRETA:

Art. 1º Declara aceitação da doação de bem imóvel com área total de 1.969,28M2, registrado sob a matrícula nº 60.557 Lº 2-RG, em formato irregular, situado no Bairro Vila Beatriz, município de Maracajá, Área Doada ao Município de Maracajá/SC, com as seguintes Medidas e Confrontações: Ao Norte, onde mede 8,03m, com a Rua 117; Ao Sul, onde mede 7,50m, com a Rua 117; Ao Leste, onde mede 271,20m, com a Área Remanescente de Silvio Bento Gonçalves e ao Oeste, onde mede 268,20m, com o eixo da Rua 117.

Art. 2º Declara ciente de que a doação tem por finalidade a regularização da atual Rua nº 117, Localizada no Bairro Vila Beatriz, neste município de Maracajá, estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 28 de Agosto de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 28 de Agosto de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### Decreto Nº 52/2012

DECRETO Nº 52 DE 02 DE SETEMBRO DE 2012.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PENSÃO POR MORTE (ORIGINADA DE ATIVO) DO BENEFICIÁRIO, SERVIDOR ANTÔNIO NUNES DE CAMARGO A REQUERENTE TEREZA ROCHA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Pensão por morte (originada de ativo) requerida por Tereza Rocha de Souza, que comprovou a união estável com o servidor falecido Antônio Nunes de Camargo;

Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011; Considerando, o parecer administrativo nº 005/2012 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem; Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Pensão por Morte do servidor Antônio Nunes de Camargo a requerente Tereza Rocha de Souza.

DECRETA

Art.1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 13 de Agosto de 2012, a Pensão por Morte (originada de ativo) do servidor ANTÔNIO NUNES DE CAMARGO, brasileiro, nascido em 20 de Dezembro de 1962, portador do CPF Nº.619.966.969-04, ocupante do cargo de Borracheiro/lubrificador/lavador, matrícula nº 538, à senhora TEREZA ROCHA DE SOUZA, brasileira, nascida em 06 de Julho de 1955, portadora do CPF Nº.029.500.829-63.

Art.2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 005/2012 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Pensão por Morte (Originada de Ativo) com o valor de R\$ 1.107,75 (um mil, cento e sete reais, setenta e cinco centavos), com vigência imediata da data do óbito do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.3º Exonera o servidor ANTÔNIO NUNES DE CAMARGO, brasileiro, nascido em 20 de Dezembro de 1962, portador do CPF Nº. 619.966.969-04, ocupante do cargo de Borracheiro/lubrificador/lavador, matrícula nº. 538 em razão da morte, homologada no art.1º desse Decreto.

Art.4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá (SC), 02 de Setembro de 2012.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração Municipal em 02 de Setembro de 2012.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 53/2012**

DECRETO Nº 53 DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.  
HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR SÉRGIO EDMUNDO DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição requerido pelo servidor Sérgio Edmundo de Oliveira;

Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;

Considerando, o parecer administrativo nº 002/2012 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;

Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a aposentadoria do servidor Sérgio Edmundo de Oliveira.

### **DECRETA**

Art.1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 13 de Agosto de 2012, aposentadoria por idade e tempo de contribuição ao servidor SERGIO EDMUNDO DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 27 de Janeiro de 1952, portador do CPF Nº.235.070.559-53, ocupante do cargo de Mecânico, matrícula nº. 324, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com base no artigo 40 da Constituição Federal, parágrafo primeiro, inciso III, alínea b', com vigência imediata, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 002/2012 do FUMPREVI, indica a concessão do Benefício por Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Proventos Integrais) com valor de R\$1.763,71 (um mil, setecentos e sessenta e três reais, setenta e um centavos), com vigência da publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor.

Art.3º Exonera o servidor SÉRGIO EDMUNDO DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 27 de Janeiro de 1952, portador do CPF Nº.235.070.559-53, ocupante do cargo de Mecânico, matrícula nº. 324 em razão da aposentadoria por idade e tempo de contribuição, homologada no art.1º desse Decreto.

Art.4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá (SC), 03 de Setembro de 2012.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração Municipal em 03 de Setembro de 2012.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

## **Massaranduba**

### **PREFEITURA**

### **Decreto Nº. 2533 de 30 de Agosto de 2012**

DECRETO Nº. 2533 DE 30 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0122.2051 - Programa Merenda Escolar - Creches

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 30 DE AGOSTO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Lic 21.2012 Pp12.2012 Oxigenio Medicinal**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE  
MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Oxigênio Medicinal em cilindros por m³ para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), ao longo de 12 (doze) meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 h do dia 19/09/2012

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30 h do dia 19/09/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 05 de Setembro de 2012.

CHEILA P. ROHWEDER

Gestora dos Fundos Municipais

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Extrato de Aditivo de Contrato Administrativo Nº 02/2012 de Cessão e Licenciamento de Sistema Para Secretaria de Educação de Monte Carlo Nº 28/2011

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 02/2012 DE CESSÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMA PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MONTE CARLO Nº 28/2011.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n - Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ nº 04.072.953/0001-16 representada neste ato pelo Sra. KARLA JANZ, brasileira, diretora financeira, portadora da carteira de identidade nº.5.552.294-7 SSP/SC, CPF nº 773.570.609-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 16/2011, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Presente Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2012 é a contratação para adesão do EVN para Biblioteca Pública Municipal pelo valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e a Capacitação de funcionária no módulo Biblioteca Pública, com carga horária de 02 horas, no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), em conformidade com o pedido da CONTRATANTE, proposta da CONTRATADA, parecer jurídico, contábil e acolhimento da autoridade competente, que fazem parte integrante e inseparável do processo de licitação original nº 33/2011.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2012 e terá a seguinte classificação orçamentária:

17 07.02 2.020 3.3.90.00.00.00.00.00

MANUTENÇÃO DO DPTO DE CULTURA

O presente Termo Aditivo de Contrato terá vigência do dia da assinatura até 31/12/2012, podendo ser prorrogado nos moldes do artigo 57 e seus incisos da lei 8666/93.

As outras regras, condições e cláusulas permanecem inalteradas na forma original, da qual esse termo permanece subordinado.

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 05 de setembro de 2012.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

CONTRATANTE

CONTROLLER TECN. DE INFORMAÇÃO LTDA

KARLA JANZ

CONTRATADA

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Extrato da Homologação Nº 167/2011

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA LICITAÇÃO Nº. 167/2011, NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA - MENOR PREÇO GLOBAL, CUJO OBJETO É: "EXECUÇÃO DE OBRAS DE MACRO DRENAGEM PARA CONTROLE DE INUNDAÇÕES NO BAIRRO GRAVATA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. (PAC 2 - Nº 0351056-84)". COMO SEGUE: DECLARA COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA RBI CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, CNPJ: 10.974.098./0001-31, COM O MENOR PREÇO GLOBAL DE R\$ 12.906.029,44 (DOZE MILHÕES E NOVECENTOS E SEIS MIL E VINTE E NOVE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS). HOMOLOGAÇÃO EM 28 DE AGOSTO DE 2012, DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 167/2011.

Navegantes, 04 De Setembro De 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Decreto 088/2012

DECRETO Nº 088/2012

Atualiza as normas de controle interno constante do Anexo I e o Check List constante do Anexo XII, ambos aprovados pelo Decreto nº 107/2011 e dá outras providências.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto na Lei Municipal n. 1931/2003,

Considerando, a atualização das normas de controle interno sugerida pelo Diretor de Controle Interno, em cumprimento ao disposto no artigo 21, inciso I, do Decreto nº 107/2011;

Considerando, que o Tribunal de Contas do Estado editou a IN TC nº 13, de 12 de março de 2012, alterando as normas relacionadas à instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de indícios

de dano ao erário;

Considerando, que o Tribunal de Contas do Estado editou a IN TC nº 14, de 13 de junho de 2012, alterando as normas relacionadas à concessão de adiantamento da despesa, pagamento de diárias, transferências financeiras a entidades públicas e privadas a título de auxílios, contribuições e subvenções sociais;

Considerando, a necessidade de normatizar o controle contábil da disponibilidade por destinação de recursos nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional através da Portaria nº 406/2011,

Considerando, que o sistema de controle interno constitui ainda um processo em evolução e assim necessita de aperfeiçoamento constante das normas de controle interno para execução dos atos da administração,

DECRETA,

Art. 1º Os Anexos I e XII do Decreto Municipal nº 107/2011 passam a vigorar com as atualizações neles introduzidas e constantes deste Decreto.

Art. 2º O Inciso V, do artigo 30, do Decreto Municipal nº 107/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30 Aos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo, caracterizados pelas Unidades Administrativas constantes da estrutura organizacional dos Poderes, por seus servidores, compete:

V - Encaminhar ao Diretor de Controle Interno do Município até o dia 15 do mês seguinte ao encerramento de cada quadrimestre, o “check list” constante do Anexo XII deste decreto, com registro indicando o cumprimento ou não das normas de controle interno na execução dos atos da administração sob sua responsabilidade no quadrimestre imediatamente anterior, com declaração ao seu final atestando que as informações são verdadeiras”.

Art. 3º Fica revogado o Anexo XIII originalmente instituído e aprovado pelo artigo 21, inciso VI, do Decreto nº 107/2011.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 03 de setembro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

## **Decreto 088/2012 - Anexo I**

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Decreto nº 107/2011 com as atualizações aprovadas pelos Decretos nºs 040 e 088/2012.

Anexo I

Normas para Execução dos Principais Atos da Administração

### **PLANEJAMENTO**

#### **PLANO PLURIANUAL**

Estudos

Audiência Pública

Elaboração do Projeto de Lei

Apreciação e votação no Legislativo

Sanção pelo Chefe do Poder Executivo

Publicação

Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações

Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas

### **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Estudos

Audiência Pública

Relatório dos Projetos que passarão em andamento para o exercício seguinte e das Obras com necessidade de conservação, objeto de priorização de recursos na LDO.

Elaboração do Projeto de Lei

Apreciação e votação no Legislativo

Sanção pelo Chefe do Poder Executivo

Publicação

Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações

Avaliação do cumprimento das prioridades e metas

### **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Estudos

Audiência Pública

Estudo das Estimativas da Receita, inclusive da Receita Corrente Líquida

Elaboração do Projeto de Lei

Apreciação e votação no Legislativo

Sanção pelo Chefe do Poder Executivo

Publicação

Encaminhamento de Cópia da Lei ao Poder Legislativo e ao TCE conforme Agenda de Obrigações

Desdobramento da Receita em Metas Bimestrais de Arrecadação

Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Desdobramento das Metas Fiscais Anuais em Metas Quadrimestrais

### **2. RECEITA**

#### **RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

Lançamento de Tributos

Alienação de Ativos

Arrecadação das Receitas

Aplicações Financeiras das Disponibilidades de Caixa

Dação em Pagamento

Baixa das Receitas Lançadas

Restituição de Receitas

Inscrição e Cobrança de Créditos em Dívida Ativa

Procedimento Administrativo para Renúncia de Receita

#### **RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA**

Arrecadação

Restituição de Receita Extra-orçamentária

Operação de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária

### **DESPESA**

#### **DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

Levantamento das necessidades

Requisição

Orçamento de Preços

Desapropriação

Verificação de Disponibilidade Orçamentária

Abertura de Créditos Adicionais

Autorização da Autoridade Competente

Procedimentos Administrativos para Geração de Despesa

Licitação

Empenho

Reinscrição de Restos a Pagar

Empenho da Despesa com Publicidade



Empenho de Adiantamento de Despesa  
 Empenho da Diária  
 Empenho de Contribuições, Auxílios ou Subvenções Sociais  
 3.1.15-A. Empenho da Despesa com Transferência de Recursos a outros Entes da Federação.  
 Formalização do Contrato  
 Autorização de fornecimento, execução de obras ou Serviços  
 Anulação de Empenho  
 Liquidação da despesa  
 Incorporação de Bens ao Patrimônio  
 Registro de entrada do material no Almoxarifado  
 Pagamento da Despesa  
 Retenções de INSS, ISS, IRRF, outros tributos, Caução, Contribuição Previdenciária, etc.  
 Anulação de pagamento  
 Inscrição em Restos a Pagar  
 Prestação de Contas de Convênios  
 Transferências Financeiras Concedidas

#### DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA

Cancelamento de Restos a Pagar  
 Pagamento das Retenções de INSS, ISS, IRRF, Caução, Contribuições Previdenciárias, Pensão Alimentícia, Empréstimos Consignados;  
 Pagamento de Restos a Pagar;  
 Pagamento da Operação de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO.

#### PATRIMÔNIO

Bens Imóveis

4.1.1. Controle Físico, Cadastral e Contábil da Movimentação.

Bens Móveis

Controle Físico, Cadastral e Contábil.

#### ATOS DE PESSOAL

##### INGRESSO

Provimento Efetivo  
 Provimento Temporário  
 Provimento em Comissão  
 Provimento dos Cargos Eletivos  
 Estagiários

#### CONTROLES FUNCIONAIS

Registro Funcional  
 Frequência  
 Hora Extra  
 Férias  
 Licenças  
 Promoções  
 5.2.6-A Elaboração da Folha de Pagamento  
 Gfip  
 Demonstrativo Previdenciário  
 Demonstrativo das Admissões e Contratação de Servidores  
 Declaração de Bens  
 Publicação dos Subsídios e da Remuneração dos Cargos e Empregos Públicos.  
 Rais  
 Declaração anual de rendimentos pagos ou creditados

#### VACÂNCIA

Cargos Efetivos  
 Cargos em Comissão  
 Temporários

#### OUTROS CONTROLES OPERACIONAIS

Acompanhamento do cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação  
 Limitação de Empenho  
 Elaboração e Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Elaboração e Publicação do Relatório de Gestão Fiscal  
 Avaliação em Audiência Pública do cumprimento das Metas Fiscais e Físicas estabelecidas para o Quadrimestre de referência  
 Controle da Execução de Obras  
 Controle dos Gastos mínimos com Ensino  
 Controle dos Gastos mínimos com Saúde  
 Controle dos Gastos com Pessoal  
 Controle dos Gastos Administrativos no RPPS  
 Controle da Execução Orçamentária  
 Controle da Execução Financeira  
 Controle de Frota  
 Controle da Assistência a Pessoas Carentes  
 Sistema de Controle de Gastos  
 Controle da Prestação de Serviços Particulares  
 Prestação de Informações ao Tribunal de Contas do Estado  
 5.17-A . Controle das Restrições Apontadas pelo Tribunal de Contas  
 Prestação de Informações a União  
 Publicação dos Atos Oficiais  
 Informações à Câmara Municipal  
 Informações à Secretaria de Estado da Fazenda  
 Cumprimento da Agenda de Obrigações

## AUDITORIA

## TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

## 9. PROCESSO ADMINISTRATIVO

## Normas para Execução dos Principais Atos da Administração

## Responsável p/Execução do Ato

Unidade Gestora/

Unidade Administrativa

Responsável

Planejamento

Plano Plurianual – PPA

## 1.1.1. Estudos

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário	1. Diagnóstico das necessidades, dificuldades, potencialidades, vocação econômica da cidade e proposta de governo apresentada na campanha eleitoral para definição das diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal para um período de quatro exercícios. Art. 165, §1º da CF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	2. Quantificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento das ações governamentais, baseada em série histórica de arrecadação para elaboração do orçamento da receita do PPA de cada uma das Unidades Gestoras (Prefeitura, Fundos, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes).
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	Quantificação da previsão de gastos com manutenção de cada uma das Unidades Gestoras e definição das disponibilidades orçamentárias destinadas à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental a serem apresentadas, discutidas e aprovadas em audiência pública (Princípio de Equilíbrio Orçamentário e art. 48, parágrafo único da LC 101/2000 – LRF)
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	4. Elaboração das planilhas de despesas com identificação dos programas de governo, diagnóstico da situação no Município, diretrizes, objetivos, ações de governo, classificação funcional, indicação do produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras, fontes de financiamento, conforme resultado da Audiência Pública realizada. Art. 165, § 1º da CF/88.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	5. Elaboração de Anexo com a consolidação da despesa pela funcional programática.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	6. Elaboração de Anexo com a consolidação da despesa por programa.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	7. Elaboração de Anexo com a compatibilização da origem e destinação de recursos para evidenciar o equilíbrio orçamentário em cada fonte de recurso. Art. 48, "b" da Lei 4320/64, art. 1º, §1º e 50, I da LRF.

## 1.1.2. Audiência Pública

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	1. A Audiência pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal Responsável introduzida pela Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, com o objetivo de permitir a participação da sociedade civil organizada durante os processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento governamental e na avaliação do cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para cada quadrimestre. Art. 9º, § 4º e 48, § único da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	2. A Audiência Pública no processo de elaboração do PPA será agendada e convocada pelo Chefe do Executivo Municipal encarregado de preparar os dados e informações necessárias para apresentação e discussão popular. Art. 165 da CF/88.

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	3. A Audiência Pública durante a elaboração e discussão do Plano Plurianual será realizada até o dia 15/07 do primeiro ano do mandato do Prefeito.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	4. Na Audiência Pública será apresentado o orçamento da receita de cada uma das Unidades Gestoras para o período de referência do PPA, os programas de duração continuada com a quantificação dos seus gastos, de forma que comparado com o orçamento da receita possa identificar o volume de recursos disponíveis para definição das ações relacionadas à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade	5. A Audiência pública será realizada mediante chamamento público, incentivo à participação popular e será objeto de registro em livro próprio das presenças e ata das decisões ali tomadas. Art. 48 da LRF.
1.1.3. Elaboração do Projeto de Lei		
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade/ Procurador	1. Elaboração do texto do Projeto de Lei do PPA dispondo sobre o orçamento da Receita e da Despesa, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração para o período de referência, baseado no resultado da audiência pública. Art. 165, I, § 1º da CF e art. 48 da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade/ Procurador	2. Elaboração da exposição de motivos e ofício de encaminhamento do PPA à Câmara Municipal até o dia 31/07 do primeiro ano do mandato do Prefeito, conforme definido no artigo 81, inciso I da LOM.
1.1.4. Apreciação e Votação no Legislativo		
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Chefe do Setor de Contabilidade/ Procurador	1. Acompanhamento das discussões e votações na Câmara Municipal para apresentação dos esclarecimentos solicitado pelos senhores Vereadores.
Câmara Municipal	Vereador Presidente da Câmara	2. Devolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sanção até o dia 31/08 do primeiro ano do mandato do Prefeito, conforme definido no art. 81, §1º, inciso I da LOM.
1.1.5. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo		
Prefeitura/ Procuradoria	Procurador/ Prefeito	1. Sanção da Lei do PPA pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento da Câmara Municipal, depois de avaliada pela Procuradoria Geral do Município. Art. 66, §3º, da CF/88.
1.1.6. Publicação		
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	1. Publicação da Lei do PPA no Diário oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos. Art. 48, da LRF.
1.1.7. Encaminhamento da Lei PPA ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas		
Prefeitura	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	Elaboração de Ofícios de encaminhamento de cópia da Lei do PPA ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Agenda de Obrigações Diária, aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. (Art. 21 da Resolução TC 16/94).
1.1.8. Avaliação do Cumprimento dos Objetivos e Metas		
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Elaboração de relatórios quadrimestrais de avaliação do cumprimento dos objetivos e metas físicas e financeiras do PPA, conforme Anexo VI, do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 74, I da CF/88.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	2. Encaminhamento dos relatórios ao Chefe do Poder Executivo para conhecimento e orientação nas tomadas de decisões.

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	3. Publicação no Órgão Oficial do Município os relatórios de avaliação do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no PPA. Art. 37, caput da CF/88.
Responsável p/Execução do Ato		Planejamento
Unidade Gestora/ Unidade Administrativa	Responsável	1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

## 1.2.1. Estudos

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Quantificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento das ações governamentais, baseada em série histórica de arrecadação, eventual alteração da legislação tributária, e elaboração do orçamento da receita da LDO de cada uma das Unidades Gestoras (Prefeitura, Fundos, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes) para o exercício seguinte. Art. 165, II da CF/88.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	2. Quantificação dos gastos com a manutenção de cada uma das Unidades Gestoras para, comparado com o seu orçamento da receita, apurar as disponibilidades financeiras destinadas à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental para o exercício seguinte a serem definidas em audiência pública com base nas diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no PPA (Princípio de Equilíbrio Orçamentário, art. 165, II, § 2º da CF/88 e art. 48, parágrafo único da LC 101/2000 – LRF).
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	3. Elaboração das planilhas de despesas com identificação dos programas de governo, diagnóstico da situação no Município, diretrizes, objetivos, ações de governo, classificação funcional e econômica da despesa, indicação do produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras, fontes de financiamento, conforme resultado da Audiência Pública realizada. Art. 165 II, § 2º da CF/88.

## 1.2.2. Audiência Pública

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. A Audiência Pública no processo de elaboração da LDO será agendada e convocada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal encarregado de preparar os dados e informações necessárias para apresentação e discussão popular. Art. 165, §2º da CF/88 e 48 da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	A Audiência Pública durante a elaboração e discussão da LDO será realizada até o dia 15/09.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	Na Audiência Pública será apresentado o orçamento da receita de cada uma das Unidades Gestoras para o exercício seguinte, os programas de duração continuada com a quantificação dos seus gastos, de forma que comparado com o orçamento da receita possa identificar o volume de recursos disponíveis para definição das ações relacionadas à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, observado o disposto nos arts. 15, 16 e 17, da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	4. A Audiência pública será realizada mediante chamamento público, incentivo à participação popular e será objeto de registro em livro próprio das presenças e ata das decisões ali tomadas. Art. 48 da LRF.
		Relatório dos Projetos que passarão em andamento para o exercício seguinte e das Obras com necessidade de Conservação, objeto de priorização de recursos na LDO.

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Elaboração de Relatório com a relação dos projetos em execução no exercício de elaboração da LDO e com a relação das obras com necessidade de trabalhos de conservação contendo as informações constantes do art. 17, inciso III, da IN TC n. 02/2001. Art. 45, da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	2. Encaminhamento do Relatório ao Poder Legislativo até o dia 30/09, data máxima para envio da LDO à Câmara conforme disposto no art. 81, inciso II, da LOM. Art. 45 da LRF.
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	3. Publicação do Relatório no Órgão Oficial do Município. Art. 48, da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	4. Encaminhamento do Relatório ao Tribunal de Contas na forma e no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 17, III, da IN TC n. 02/2001.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	5. Priorização de recursos na LDO para as obras em andamento e para conservação das obras em mau estado. Artigo 45 da LRF.
		1.2.4. Elaboração do Projeto de Lei da LDO
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador	Elaboração do texto do Projeto de Lei dispondo sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária, estabelecendo as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte extraídas do PPA e aprovadas em Audiência Pública. Art. 165, II, § 2º da CF.



		<p>2. A LDO deverá ser elaborada de acordo com as exigências estabelecidas na LRF e para orientar a elaboração da LOA, dispondo, basicamente sobre: Alteração da legislação tributária (Art. 14 da LRF);</p> <p>2.2. Autorização específica para (Art. 169 da CF/88):</p> <p>Criar cargos, empregos e funções;</p> <p>Concessão de vantagens;</p> <p>Concessão de aumento aos servidores;</p> <p>Alteração da estrutura de carreira;</p> <p>Admissão de pessoal a qualquer título.</p> <p>2.3. Equilíbrio entre receita e despesa (Art. 4º, I, "a" da LRF);</p> <p>Limitação de empenho (Art. 4º, I, "b" da LRF);</p> <p>Controle de custos (Art. 4º, I, "e" da LRF);</p> <p>Avaliação do resultado dos programas (Art. 4º, I, "e" da LRF);</p> <p>Condições p/ transferências de recursos a entidades públicas e privadas (Art. 4º, I, "f" da LRF);</p> <p>Anexo com estabelecimento de Metas Fiscais para receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida (Art. 4º, § 1º da LRF e Tabela 1 da Portaria STN n. 407/2011 );</p> <p>Avaliação do cumprimento de metas do ano anterior (Art. 4º, §2º, I da LRF e Tabela 2 da Portaria STN n. 407/2011 );</p> <p>2.10. Demonstrativo das metas anuais instruído com memória e metodologia que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores (Art. 4º, §2º, II da LRF e Tabela 3 da Portaria STN n. 407/2011 );</p> <p>2.11. Demonstração da Evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios (Art. 4º, §2º, III da LRF e Tabela 4);</p> <p>2.12. Demonstração da Origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos (Art. 4º, §2º, III da LRF e Tabela 5 da Portaria STN n. 407/2011 );</p> <p>2.13. Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (Art. 4º, §2º, IV, "a" da LRF e Tabela 6 da Portaria STN n. 407/2011 );</p> <p>2.14. Avaliação da situação financeira e atuarial (Art. 4º, §2º, IV da LRF e Tabela 7 da Portaria STN n. 407/2011 );</p> <p>2.14. Estimativa e compensação da renúncia de receita (Art. 4º, § 2º, V da LRF e Tabela 8 da Portaria STN n. 407/2011 );</p> <p>2.15. Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (Art. 4º, §2º, V da LRF e Tabela 9 da Portaria STN n. 407/2011 );</p> <p>2.16. Reserva de recursos para Riscos fiscais (Art. 4º, §3º da LRF);</p> <p>2.17. Definição da forma de utilização e montante da reserva de contingência (Art. 5º, III da LRF).</p> <p>2.18. Normas para elaboração da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso (Art. 8º da LRF).</p> <p>2.19. Definição de despesa irrelevante para dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro (Art. 16, § 3º da LRF).</p> <p>2.20. Prioridade para obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos (Art. 45, da LRF).</p> <p>2.21. Autorização para assumir custeio de competência de outros entes (art. 62 da LRF).</p> <p>2.22. Definição dos incentivos ou benefícios tributários – renúncia de receita (Art. 14 da LRF).</p>
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador	
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	Elaboração de demonstrativo da compatibilização das metas com o PPA (Art. 165, § 7º da CF/88 e Art. 5º, I da LRF).
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	Demonstrativo da compatibilização da origem e destinação de recursos (Art. 50, I da LRF e Portaria Conjunta STN/SOF n. 2/2007 e alterações posteriores).
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador	Elaboração da exposição de motivos e ofício de encaminhamento à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro.
		1.2.5. Apreciação e Votação no Legislativo
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador	1. Acompanhamento das discussões e votações na Câmara para apresentação dos esclarecimentos necessários aos Senhores Vereadores.
Câmara Municipal	Vereador Presidente	2. Devolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sanção até o dia 30/10. Art. 81, §1º, inciso I, da LOM.

		1.2.6. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador/ Prefeito	1. Sanção da LDO pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento da Câmara Municipal, depois de avaliada pela Procuradoria Geral do Município. Art. 66, §1, da CF/88.
		1.2.7. Publicação
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	1. Publicação do texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias no órgão oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos. (Art. 48, da LRF).
		1.2.8. Encaminhamento de Cópia da LDO ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas.
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	Elaboração de Ofícios de encaminhamento de cópia da Lei da LDO ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Agenda de Obrigações Diária, aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. (Art. 21 da Resolução TC 16/94).
		1.2.9. Avaliação do Cumprimento das Prioridades e Metas
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Elaboração de demonstrativo do desdobramento das metas fiscais e físicas em metas quadrimestrais para avaliação em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, do cumprimento das metas estabelecidas para cada quadrimestre, conforme Anexo III e Anexo IV, do Decreto Municipal nº 107/2011. (Art. 9º, § 4º da LRF).
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	2. Encaminhamento dos Demonstrativos ao Chefe do Poder Executivo para conhecimento e orientação nas tomadas de decisões.
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	3. Publicação dos Demonstrativos no órgão oficial do Município (Art. 48 da LRF)
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	4. A Audiência pública para avaliação do cumprimento das prioridades e metas será realizada mediante chamamento público, incentivo à participação popular e será objeto de registro em livro próprio, as presenças e ata das decisões ali tomadas. Art. 48 da LRF.

Responsável p/Execução do Ato	Planejamento
Unidade Gestora/ Unidade Administrativa	Responsável
	1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

		1.3.1. Estudos
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Quantificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento das ações governamentais, baseada em série histórica de arrecadação, eventual alteração da legislação tributária, e elaboração do orçamento da receita da LOA de cada uma das Unidades Gestoras (Prefeitura, Fundos, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes) para o exercício seguinte. Art. 165, III da CF/88 e Lei (federal) nº 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	Quantificação dos gastos com a manutenção de cada uma das Unidades Gestoras para, comparado com o seu orçamento da receita, apurar as disponibilidades financeiras destinadas à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental para o exercício seguinte, a serem definidas em audiência pública com base nas prioridades e metas estabelecidas na LDO (Princípio de Equilíbrio Orçamentário, art. 165, III, § 5º da CF/88 e art. 48, parágrafo único da LC 101/2000 – LRF).

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	3. Classificação das despesas a nível institucional, funcional programática e categoria econômica, fixando as dotações por grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, demonstrada em Planilhas com descrição do diagnóstico da situação no Município, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamentos, baseado em resultados da Audiência Pública (Art. 2º, 14, 15, 22 e seguintes da Lei 4.320/1964 c/c Portaria MOG n. 42/1999 e Interministerial STN/SOF n. 163/2001).
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	4. Elaboração dos Anexos, Adendos e Demonstrativos de receitas e despesas previstos na Lei 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Portarias da STN e na LDO.
		1.3.2. Audiência Pública
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. A Audiência Pública no processo de elaboração da LOA será agendada e convocada pelo Executivo Municipal, encarregado de preparar os dados e informações necessárias para o debate popular. Art. 165, III da CF e art. 48 da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	2. A Audiência Pública para elaboração e discussão da Lei Orçamentária Anual será realizada até o dia 15 de outubro de cada exercício.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	3. A Audiência pública será objeto de registro em livro próprio das presenças e da ata das decisões ali tomadas, art. 48 da LRF.
		1.3.3. Estudos das Estimativas da Receita, inclusive da Receita Corrente Líquida.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Disponibilização desses estudos ao Poder Legislativo, com as respectivas memórias de cálculo, até 30 dias antes da remessa da proposta orçamentária. Art. 12, § 3º da LRF.
		1.3.4. Elaboração do Projeto de Lei
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador	1. Elaboração do texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual dispondo sobre a Previsão da Receita e Fixação da Despesa das diversas Unidades Gestoras, identificando o volume de recursos destinados aos Orçamentos: Fiscal, Seguridade Social, e de Investimentos das empresas, contemplando autorização para abertura de créditos adicionais suplementares por conta dos recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/64, dele não podendo constar matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa. Art. 165, III, § 5º e 8º da CF/88 e art. 7º da Lei 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador	Elaboração da mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal na forma estabelecida na LDO. Art. 22, I da Lei 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	3. Encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo até o dia 30 de outubro e devolução para sanção até o dia 15 de dezembro de cada exercício. Artigo 81, inciso III, §1º, inciso III, da LOM.
		1.3.5. Apreciação e Votação no Legislativo
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador	1. Acompanhamento das discussões e votações na Câmara para apresentação dos esclarecimentos necessários aos Senhores Vereadores.
Câmara Municipal	Vereador Presidente	2. Devolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal até o dia 15 de dezembro de cada exercício. Art. 81, §1º, inciso III da LOM.

		1.3.6. Sanção pelo Chefe do Poder Executivo
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade/ Procurador	1. Sanção da Lei Orçamentária Anual pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de até 15 dias úteis, contados da data do recebimento da Câmara Municipal, depois de avaliada pela Procuradoria Geral do Município. Art. 66, §1, da CF/88.
		1.3.7. Publicação
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	1. Publicação do texto da lei no órgão oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos. Art. 37 da CF/88 e Art. 48 da LRF.
		1.3.8. Encaminhamento de Cópia da LOA ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	Elaboração de Ofícios de encaminhamento de cópia da LOA ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Agenda de Obrigações Diária, aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. (Art. 21 da Resolução TC 16/94).
		1.3.9. Desdobramento da Receita Prevista em metas bimestrais de arrecadação.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Elaboração de demonstrativo do desdobramento da receita prevista de cada uma das Unidades Gestoras em metas bimestrais de arrecadação (Anexo IX, do Decreto Municipal nº 107/2011), conforme Agenda de Obrigações Diária, aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 13 da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Tributos	2. Demonstrativo das medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, conforme Agenda de Obrigações Diária, aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 13 da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	3. Elaboração do Decreto Municipal aprovando os Demonstrativos acima.
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	4. Publicação dos Demonstrativos no órgão oficial do Município.
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	5. Encaminhamento dos Demonstrativos ao TCE conforme Agenda de Obrigações. Anexo II deste do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 12 da IN TC 02/2001
		1.3.10. Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Elaboração da Programação Financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras, na forma do Anexo XI, do Decreto Municipal nº 107/2011.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	2. Elaboração do Decreto Municipal aprovando a Programação Financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
Prefeitura	Chefe de Gabinete/ Gerente Legislativo	3. Publicação da Programação Financeira no órgão oficial do Município.
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	4. Encaminhamento da Programação Financeira ao TCE, conforme Agenda de Obrigações Diária, aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 12 da IN 02/2001
		1.3.11. Desdobramento das Metas Fiscais e Metas Físicas Anuais em Metas Quadrimestrais.

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	1. Desdobramento das Metas Fiscais Anuais de Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, em Metas Quadrimestrais (Anexo III, do Decreto Municipal nº 107/2011) para acompanhamento e avaliação do cumprimento em Audiência Pública a ser realizada até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara. (Anexo V, do Decreto Municipal nº 107/2011) Art. 9º, § 4º da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	2. Desdobramento das metas físicas anuais em metas quadrimestrais (Anexo IV, do Decreto Municipal nº 107/2011) para acompanhamento e avaliação do seu cumprimento em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara. (Anexo VI, do Decreto Municipal nº 107/2011) Art. 9º, §4º da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Contabilidade	3. Elaboração de Decreto Municipal aprovando o desdobramento das metas fiscais e físicas em metas quadrimestrais.
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	4. Publicação no órgão oficial do Município o desdobramento das metas fiscais e físicas.
Prefeitura	Chefe Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	5. Encaminhamento ao TCE, conforme Agenda de Obrigações. Anexo II do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 12 da IN 02/2001

Responsável p/Execução do Ato		
Unidade Gestora/Unidade Administrativa	Responsável	Receita Receita Orçamentária

		2.1.1. Lançamento de Tributos
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	1. Lançamento é o procedimento administrativo de verificação do fato gerador da obrigação, determinação da matéria tributável, cálculo do tributo devido e identificação do sujeito passivo. Art. 142 da Lei Federal 5.172/1966.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	2. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Art. 13 da Lei Federal 5.172/1966.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	3. São espécies de tributo: impostos, taxas e a contribuição de melhoria.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	4. Imposto é uma obrigação que tem como fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Art. 16 da Lei Federal 5.172/66.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	5. A taxa tem como fato gerador o exercício do Poder de Polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Art. 77 da Lei Federal 5.172/66.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	6. A contribuição de melhoria tem como objeto atender o custo de obras públicas da qual decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que cada obra resultar para cada imóvel beneficiado. Art. 81 da Lei Federal 5.172/66.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Tributação	O valor do lançamento das receitas será calculado de acordo com o Código Tributário Municipal, suas atualizações e regulamentos.



Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Tributação	8. As receitas lançadas serão objeto de registro por sistema eletrônico e expedição de aviso aos respectivos contribuintes, de forma que permita o registro da sua baixa no momento da arrecadação e registro em Dívida Ativa dos valores lançados e não arrecadados até o vencimento ou final do exercício de lançamento.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Tributação	9. Os encargos moratórios incidentes sobre as receitas recolhidas fora do prazo de vencimento serão calculados na forma estabelecida no Código Tributário Municipal, e alterações posteriores. Os juros e multas incidirão sempre sobre o valor corrigido pela inflação.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Tributação	10. Os agentes arrecadadores serão informados sobre os encargos moratórios incidentes sobre as receitas recolhidas em atraso.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Tributação	11. As receitas lançadas deverão ser baixadas até o dia seguinte ao seu recolhimento às contas do Município pelos agentes arrecadadores.
		2.1.2. Procedimentos para Alienação de Ativos
Prefeitura Secretaria de Administração e Finanças/Samae/ Iprevent	Autoridade Interessada/ Responsável p/ Setor de Patrimônio	Solicitação formal da autoridade administrativa interessada ao Secretário de Administração e Finanças ou Gestor correspondente, com descrição completa do bem a ser alienado, justificativa quanto ao interesse público e indicação da fonte de recursos que financiou sua aquisição. Art. 17 da Lei 8.666/93.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae/ Iprevent	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Patrimônio	2. Laudo de Avaliação do bem a ser alienado emitido por comissão especialmente designada para esse fim ou emitida por pessoas físicas ou jurídicas que atuam no ramo de comércio correspondente. Art. 17 da Lei 8.666/1993.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae/ Iprevent/Procuradoria Geral	Gestor/ Responsável p/Setor de Patrimônio	3. Mediante solicitação da Secretaria de Administração e Finanças ou do Gestor da Unidade, elaboração de Projeto de Lei Municipal autorizando a alienação dos bens móveis ou imóveis pretendidos. Artigo 7º, § 3º, e 105, § 2º da Lei 4.320/1964 e Artigo 17, I da Lei 8.666/1993.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae/ Iprevent	Secretário/ Responsável p/Setor de Patrimônio	4. Mediante solicitação da Secretaria de Administração e Finanças, elaboração de processo licitatório na modalidade concorrência. A modalidade leilão será admitida para alienação de bens móveis, avaliados isolada ou globalmente em quantia não superior ao limite previsto no art. 23, II, "b" da Lei 8.666/1993 (R\$ 650.000,00). Art. 17, inciso I e §6º da referida lei. Na alienação de ativos será observado ainda o disposto nos artigos 17, 18, 19 e 24, II da mesma lei.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae/ Iprevent	Gestor/ Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade	5. Depósito dos recursos da alienação de ativos em conta bancária específica, contabilização de forma segregada em conta de receita específica e indicação do código da destinação desses recursos, de forma que a contabilidade possa evidenciar a aplicação dos recursos de acordo com a sua vinculação: Despesas de capital ou previdenciária se autorizado em lei, na função educação ou saúde, se for o caso. Art. 44 e 50, I da LRF e Art. 38, inciso VI, da LC 141/2012.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Samae/ Iprevent	Gestor/ Responsável p/Setor de Contabilidade	6. Lançamentos de ajustes contábeis em contas do sistema patrimonial e baixa do sistema patrimonial do bem alienado.
		2.1.3. Arrecadação das Receitas

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Unidades Gestoras	Secretário/ Tesoureiro	1. A arrecadação é o segundo estágio da receita lançada e se caracteriza pelo momento em que o contribuinte comparece perante o agente arrecadador, público ou privado, a fim de liquidar sua obrigação com a fazenda municipal.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Unidades Gestoras	Secretário/ Tesoureiro	2. A arrecadação das receitas será realizada exclusivamente pela rede bancária autorizada ou contratada, através de documento próprio denominado "Documento de Arrecadação Municipal" – DAM, emitido pelo Setor correspondente, em que fique identificado, no mínimo: código de barras se for o caso, código das contas de receita, nome e endereço do contribuinte, data de vencimento, encargos moratórios incidentes nos pagamentos realizados fora do prazo e deverão ser arquivados em boa ordem.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/Unidades Gestoras	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Tributação/ Tesoureiro	3. Diariamente, o Responsável pelo Setor de Tributação ou Tesoureiro se informará das receitas arrecadadas pelos agentes autorizados e recolhidas às respectivas contas bancárias do tesouro municipal para conferência, baixa, classificação, registro contábil e aplicação no mercado financeiro as disponibilidades de caixa.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Tributação	4. Sobre as receitas arrecadadas após a data de vencimento incidirá correção monetária pela inflação do período e sobre o valor corrigido incidirá a multa e os juros de mora devidos conforme previsto no Código Tributário Municipal.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade	5. Os recursos vinculados a fundos, órgãos ou despesas serão contabilizados de forma segregada, depositados e aplicados no mercado financeiro em contas bancárias específicas. Art. 50, I da LRF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Tesoureiro	6. Os recursos oriundos de convênios firmados com órgão do Governo Federal e de operações de crédito deverão ser objeto de notificação aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos. Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade	7. O registro orçamentário das receitas pertencentes ao Município obedecerá ao regime de caixa. Artigo 35 da Lei 4.320/64 c/c Portaria Conjunta STN/SOF n. 2/2007.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Tesoureiro Responsável pela Contabilidade	8. O IR e o ISS retido nas Unidades Gestoras distintas da Prefeitura serão objeto de registro no fluxo extra-orçamentário como Depósito de Diversas Origens em conta do Passivo Circulante até o recolhimento ao caixa central da Prefeitura que fará o registro como Receita Orçamentária do Município. O recolhimento deverá ser feito até o 5º dia útil do mês seguinte à retenção. Nota Técnica 796/2005 da STN.
		2.1.4. Aplicações Financeiras das Disponibilidades de Caixa
Unidades Gestoras// Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Tesoureiro	1. Aplicações financeiras são operações realizadas através de instituições financeiras em caderneta de poupança, no mercado aberto lastreado por títulos da dívida pública, letras do tesouro ou, no caso do RPPS, de acordo com as regras do MPAS.
Unidades Gestoras// Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Tesoureiro	2. Disponibilidades de Caixa são recursos financeiros de cada fonte, não comprometidos ou ainda não programados para pagamento imediato.

Unidades Gestoras// Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Tesoureiro	3. As Disponibilidades de Caixa para fins de aplicação no mercado financeiro deverão ser apuradas diariamente e constarão de registro próprio de forma que a sua vinculação a fundo, órgão ou despesa obrigatória fique identificado e escriturado de forma individualizada. Art. 50, I da LRF.
Unidades Gestoras// Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Tesoureiro	4. As Disponibilidades de Caixa vinculadas a objeto de convênio serão aplicadas em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de uso for igual ou superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a utilização verificar-se em prazos menores que 30 dias. Art. 116, § 4º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras// Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Tesoureiro	5. As receitas financeiras auferidas com a aplicação das Disponibilidades de Caixa no mercado financeiro serão registradas em contas de receitas do grupo "Receita de Valores Mobiliários", de forma a preservar a sua vinculação original. Os rendimentos de aplicação, obtido pela Unidade Gestora Câmara Municipal deverão ser objeto de registro no fluxo extra-orçamentário e recolhido periodicamente ao tesouro municipal. Art. 116, § 5º da Lei 8.666/93 e Portaria Conjunta STN/SOF n. 3/2008.
Unidades Gestoras// Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Tesoureiro	6. As Disponibilidades de Caixa, na medida do possível, deverão ser consolidadas com vistas à obtenção de melhores taxas de rendimento, com registro pró-rata dos rendimentos de forma a preservar a sua vinculação.
Câmara Municipal	Responsável pela Contabilidade	7. As receitas originárias de rendimentos de aplicação obtidas pela Unidade Gestora Câmara Municipal deverão ser objeto de registro no fluxo extra-orçamentário e transferido a Unidade Gestora Prefeitura para registro contábil no fluxo orçamentário.
		2.1.5. Dação em Pagamento
Prefeitura/ Procuradoria/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário	1. Dação em pagamento é a entrega pelo devedor ao credor, de um bem que não seja dinheiro para saldar dívida anterior. Art. 995 do CC.
Prefeitura/ Procuradoria/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário	2. A dação em pagamento depende de manifestação expressa do devedor, autorização em lei, manifestação expressa do credor no interesse do bem imóvel e emissão de laudo de avaliação por comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo.
Prefeitura/ Procuradoria/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário	3. Ajustado o valor do bem imóvel objeto da dação em pagamento, a relação entre as partes reger-se-á pelas normas de compra e venda.
Prefeitura/ Procuradoria/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário	4. A dação em pagamento, embora consubstancie uma compra ou alienação de bem público, não exige licitação por se tratar de contrato com destinatário certo.
Prefeitura/ Procuradoria/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário	5. A dação em pagamento será objeto de processo com parecer da Procuradoria Geral do Município sobre a sua legalidade e homologação pelo Prefeito Municipal.

Prefeitura/ Procuradoria/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário	6. O bem imóvel objeto da dação em pagamento, acompanhado da escritura pública, será recebido mediante processo de liquidação devidamente homologado por servidor indicado para esse fim. Art. 63 da Lei 4.320/1964.
Prefeitura/ Procuradoria/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário/ Tesoureiro/ Chefe do Setor de Contabilidade	7. O bem imóvel transferido pelo devedor da Fazenda Pública Municipal será objeto de registro contábil na forma de despesa orçamentária e Resultado Aumentativo Orçamentário pela incorporação do bem ao Patrimônio. Portaria STN nº 564/2004 – Manual da Dívida Ativa, item 9.3.3.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Tesoureiro/ Chefe do Setor de Contabilidade	8. O crédito da Fazenda Municipal compensado com o bem imóvel transferido pelo devedor será objeto de registro contábil na forma de receita orçamentária e Resultado Diminutivo Orçamentário pela baixa da dívida ativa no sistema patrimonial. Portaria STN nº 564/2004 – Manual da Dívida Ativa, itens 6.3 e 9.3.3.
		2.1.6. Baixa das Receitas Lançadas
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	1. Conhecida a efetiva arrecadação e o recolhimento das receitas lançadas, proceder-se-á o devido registro de baixa da responsabilidade do contribuinte perante a fazenda pública.
		2.1.7. Restituições de Receitas
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Tesoureiro/ Responsável pelo Setor de Tributação	1. Restituição de receitas é a devolução de saldo de convênios não aplicados, na forma prevista no respectivo instrumento, ou devolução de valores pagos a maior ou pagos indevidamente pelo contribuinte ao tesouro municipal.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Tesoureiro/ Responsável pelo Setor de Tributação	2. A iniciativa do processo de restituição de receitas nos casos de pagamento a maior ou indevido é do contribuinte, mediante requerimento protocolado com relato dos fatos, das razões de direito e junta dos comprovantes necessários.
Prefeitura/ Procuradoria/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário/ Tesoureiro/ Responsável pelo Setor de Tributação	3. O pedido será examinado para constatar do direito, exarando parecer fundamentado para autorização pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e Prefeito Municipal.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Tesoureiro/ Responsável p/Contabilidade	4. Autorizada a restituição de receita, a contabilização se dará da seguinte forma: Tratando-se de receitas ordinárias, o registro contábil se dará em conta redutora de receita. Tratando-se de receitas extraordinárias, o registro contábil se dará em conta redutora até o limite do valor recebido no exercício e o excedente deve ser tratado como despesa orçamentária. O registro contábil da restituição deve ser feito em contrapartida com a conta "21225.00.00 - Restituições de Receitas a Pagar" do Passivo Circulante. Item 11.1.1 da Portaria Conjunta STN/SOF n. 3/2008, fl. 65.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Tesoureiro/ Responsável pelo Setor de Tributação	5. Decorridos 5 (cinco) anos do pagamento a maior ou indevido de tributos ou outras receitas, o contribuinte perde o direito de requerer sua devolução.
		2.1.8. Inscrição e Cobrança de Créditos em Dívida Ativa
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	1. Constitui Dívida Ativa, os créditos da Fazenda Pública Municipal, líquidos e certos, de natureza tributária ou não tributária exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, incluído ao principal os encargos moratórios correspondentes. Art. 39 da Lei 4.320/64 e Portaria STN nº 564/2004, item 8.3.3.

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	2. Dívida Ativa Tributária são todos os créditos da Fazenda Pública Municipal, apurado na forma do item anterior, proveniente de obrigação legal relativa a tributos não recolhidos pelo contribuinte na data do seu vencimento. Art. 39, §2º da Lei (federal) 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	3. Dívida Ativa não Tributária são todos os créditos da Fazenda Pública Municipal, apurado na forma do item primeiro acima, proveniente de empréstimos e contribuições estabelecidas em lei, multas, aluguéis, preços de serviços, indenizações, restituições, alcance dos responsáveis definitivamente julgados, etc., não recolhidos pelo devedor na data do seu vencimento. Art. 39, §2º da Lei (federal) 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	4. Os créditos da Fazenda Pública Municipal, apurados na forma do item primeiro acima serão inscritos em Dívida Ativa com registro próprio através de arquivo eletrônico (livro eletrônico), configurado de forma que permita identificar o nome e o endereço e dados completo do contribuinte, inscrição cadastral, natureza do crédito, valor do principal, encargos moratórios até o momento da inscrição, data de vencimento e outras informações capazes de assegurar o controle.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	5. Os créditos da Fazenda Pública Municipal quando da sua inscrição em dívida ativa serão objeto de informação do seu valor ao setor de contabilidade da Unidade Gestora correspondente para registro contábil correspondente e também objeto de notificação administrativa aos respectivos contribuintes no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data da inscrição, oferecendo-lhes o prazo de 30 dias, contados do recebimento da notificação, para pagamento ou contestação.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem manifestação do contribuinte sobre a notificação recebida, o Setor de Tributação emitirá a respectiva Certidão de Dívida Ativa no prazo de até 60 dias contados do recebimento da notificação pelo contribuinte para pagamento ou contestação e encaminhamento imediato à Procuradoria Geral do Município. Os dados da CDA serão aqueles extraídos do livro eletrônico.
Prefeitura/ Procuradoria Geral	Procurador	7. De posse da Certidão de Dívida Ativa a Procuradoria Geral do Município notificará também o contribuinte devedor no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da CDA, informando o valor e que o seu débito para com a Fazenda Pública Municipal será objeto de execução fiscal.
Prefeitura/ Procuradoria Geral	Procurador	8. De posse da Certidão de Dívida Ativa a Procuradoria do Município, no prazo de até 150 dias (cento e cinquenta) dias, contados do recebimento da referida certidão, ajuizará a ação de cobrança do referido crédito.
Prefeitura Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	Concretizada a cobrança administrativa ou judicial do crédito da fazenda pública inscrita em Dívida Ativa, esta será objeto de baixa no livro da dívida ativa e comunicação à Contabilidade para os devidos registros.
Prefeitura Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	10. O estoque da dívida ativa será objeto de atualização mensal do seu valor com a agregação dos encargos moratórios (juros, multa e correção monetária) e informação do valor da atualização ao Setor de Contabilidade correspondente para registro patrimonial. Portaria STN nº 564/2004, itens: 8.2.7, 8.3.3, 8.5.1, 10 e Portaria Conjunta STN/SOF 3/2008, item 11.8.9, fl. 116.



		2.1.9. Procedimento Administrativo para Renúncia de Receita
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação/ Procurador	1. A renúncia de receita compreende a anistia, a remissão, o subsídio, o crédito presumido, a concessão de isenção de caráter não geral, alteração da alíquota ou modificação de base de cálculo que implique em redução indiscriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Art. 14, § 1º da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação/ Procurador	2. A renúncia de receita será formalizada através de processo e deverá demonstrar que atende ao disposto na LDO, ter autorização em lei municipal, previsão no orçamento da receita em contas redutoras e precedida do procedimento administrativo relacionado à estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Art. 14, caput da LRF, Código Tributário Municipal e Portaria Conjunta STN/SOF n. 3/2008.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação/ Procurador	3. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser elaborada para o exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e para os dois seguintes, atender o disposto na LDO e em pelo menos uma das seguintes condições: Demonstração que a renúncia foi considerada no orçamento da receita do exercício em contas redutoras e que não afetará as metas fiscais previstas na LDO; Estar acompanhada de medidas de compensação no período acima referido com aumento da receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração de tributos. Art. 14 da LRF.

Responsável p/Execução do Ato		
Unidade Gestora/ Unidade Administrativa	Responsável	2. Receita Receita Extra-orçamentária

		2.2.1. Arrecadação
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	A Receita Extra-orçamentária se constitui de ingressos no caixa do tesouro municipal, mas não lhe pertence, figurando o erário apenas como um depositário temporário desses ingressos, cujo pagamento independe de autorização orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	O ingresso de recursos pelo fluxo extra-orçamentário se dará: Através da retenção obrigatória em pagamentos efetuados a fornecedores, prestadores de serviços e servidores municipais a título de caução, fiança, INSS, IRRF, ISS e outras, por determinação constitucional, legal ou contratual; e Por operação de crédito por antecipação de receitas para atender eventuais insuficiências de caixa dentro do exercício financeiro.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	As Unidades Gestoras responsáveis pela retenção figuram como depositárias, devendo manter registro individualizado no Passivo Circulante. Art. 93 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	Os recursos de garantias contratuais deverão ser aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança para devolução, devidamente corrigido. Art. 56, § 4º da Lei 8.666/93.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade	Quando a retenção de IR, ISS ou outros tributos ocorrer na Unidade Gestora Prefeitura, o registro contábil será realizado diretamente em conta específica de receita orçamentária. Se a retenção desses tributos ocorrerem nas demais Unidades Gestoras (Fundos, autarquias e fundações), o registro contábil será no fluxo extra-orçamentário, em contas do Passivo Circulante, para transferência mensal à Unidade Gestora Prefeitura na forma de despesa extra-orçamentária para que esta proceda o registro como Receita Orçamentária.
		2.2.2. Restituição de Receita Extra-orçamentária
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade	1. Restituição de receita extra-orçamentária é a devolução de valores retidos a maior ou indevidamente do fornecedor, prestador de serviços ou servidores municipais, ou mesmo a devolução de garantias pelo encerramento e cumprimento das obrigações contratuais.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade	2. A iniciativa do processo de restituição de receitas extra-orçamentária é do interessado, mediante requerimento ao Secretário de Administração e Finanças ou Gestor da Unidade, com relato dos fatos, as razões de direito e os comprovantes necessários.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade/ Responsável pelos Recursos Humanos	3. O pedido será examinado pela Unidade Administrativa correspondente para constatar do direito, exarando parecer fundamentado para autorização pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças ou Gestor da Unidade correspondente.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade	4. Autorizada a restituição de receita extra-orçamentária, ela se efetivará com a emissão de ordem de pagamento, cheque nominal ou ordem bancária ao credor e registro contábil envolvendo as respectivas contas do Passivo e Ativo Circulante do Grupo Financeiro.
		2.2.3. Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor	A operação de crédito por ARO tem como objeto atender, durante o exercício, a insuficiência de caixa, observado o capítulo V, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001. Art. 7º, inciso II, da Lei (federal) 4.320/64 e art. 38, da LC (federal) nº 101/2000.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor	A operação de crédito por ARO poderá ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício e deverá ser liquidada até o dia dez de dezembro do mesmo exercício, vedada a sua realização no último ano do mandato e enquanto a operação anterior não for integralmente liquidada. Art. 38, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Contabilidade	O ingresso dos recursos de operação de crédito por ARO será objeto de registro contábil no fluxo extra-orçamentário. Art. 92, inciso IV, da Lei (federal) 4.320/64.

Responsável p/Execução do Ato		3. Despesa Despesa orçamentária
Unidade Gestora/ Unidade Administrativa	Responsável	

		3.1.1. Levantamento das Necessidades
Prefeitura/ Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	1. As necessidades de cada uma das Unidades Administrativas devem ser apuradas de forma tempestiva e em obediência ao princípio do planejamento das ações, de forma a evitar o parcelamento de licitações para fugir da modalidade adequada. Art. 15, § 7º, II da Lei 8.666/93.

		3.1.2. Requisição das Necessidades
Prefeitura/ Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Requisitante/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	1. As necessidades apuradas serão objeto de requisição ao Secretário da Administração e Finanças ou gestor correspondente, acompanhada de justificativas, identificação das quantidades, especificação completa do objeto, e quando se tratar de obras ou serviços de engenharia, acompanhada dos respectivos projetos de engenharia, orçamento de preço e memorial descritivo, para adoção dos procedimentos legais pelo Setor de Compras, Licitações e Contratos, se for o caso. Art. 15, §7º, da Lei 8.666/93.
		3.1.3. Orçamento de Preços
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Requisitante/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	1. O Setor de Licitações, Contratos e Compras, de posse da requisição de necessidades providenciará a obtenção de orçamentos de preços quando ainda não houver, para junta-da no processo de compra do objeto. O fornecedor que apresentar o orçamento de menor preço deverá ser o escolhido para ser o contratado pelo Município quando se tratar de compra direta por dispensa de licitação. Quando a contratação exigir processo licitatório, o menor preço ou a média dos orçamentos de preço será o valor referência para o certame. Arts. 6º, IX, "f", e 7º, §2º, II e 40, §2º, II da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	2. As quantidades a serem adquiridas e/ou contratadas devem estar em conformidade com a Programação Financeira de Desembolso, de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos. Art. 15, §7º da Lei 8.666/93 e art. 8º c/c 1º, §1º, 42 e 50, II da Lei Complementar 101/2000.
		3.1.4. Desapropriação
Prefeitura/ Procuradoria Geral	Procurador	1. Desapropriação é a transferência compulsória de propriedade particular para o Poder Público Municipal por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro e, ainda, por desatendimento as normas do Plano Diretor. Art. 5º, XXIV e 182, §§ 3º e 4º, III da CF; DL 3.365/1941; Lei 4.132/1962, Lei 9.785/99 e Lei 10.257/2001.
Prefeitura/ Procuradoria Geral	Procurador	2. A desapropriação será processada por Decreto do Chefe do Poder Executivo que identificará o bem, o seu destino, o dispositivo legal em que se enquadra a desapropriação, o nome do expropriado e o destinatário do bem (Município, Autarquia, Fundação Municipal, concessionário de serviços públicos locais) e o valor da indenização baseada em laudo de avaliação emitido por comissão especialmente designada para este fim, ou avaliação emitida por pelo menos dois profissionais do ramo imobiliário.
Prefeitura/ Procuradoria Geral/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	3. É condição prévia para desapropriação de imóveis urbanos destinados a implementação de políticas urbanas de que trata o artigo 182, § 3º da CF e empenho da despesa, a elaboração do procedimento administrativo da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração firmada pelo ordenador da despesa que o ato tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO, conforme disposto no artigo 16, § 4º, inciso II, da LRF.
Prefeitura/ Procuradoria Geral/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário	4. Os bens havidos por processo de desapropriação devem ser empregados nos fins indicados no Decreto Municipal, podendo, excepcionalmente, ser aplicado em outra destinação pública, nos casos devidamente justificados.
Prefeitura/ Procuradoria Geral/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário	5. Declarada a desapropriação na forma do Decreto Municipal, o Município poderá provê-la amigável ou judicialmente, pagando a indenização justa e devida.
Prefeitura/ Procuradoria Geral/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	6. Na hipótese da desapropriação se processar judicialmente por falta de acordo com o expropriado, o valor do bem, conforme avaliação será depositada em juízo, mediante registro contábil em conta do Ativo Permanente – Depósitos Judiciais, de código 1.1.2.5.1.02.00 do Plano de Contas Único adotado pelo Tribunal de Contas.
Prefeitura/ Procuradoria Geral/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	7. Ocorrendo a desapropriação de forma amigável, a despesa será processada em obediência aos seus estágios de empenho, liquidação (escritura), pagamento e registro no Patrimônio do Município.
Prefeitura/ Procuradoria Geral/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	8. É admissível a desistência da desapropriação a qualquer tempo antes da adjudicação da justiça desde que seja revogado o ato expropriatório por não mais subsistirem os motivos de sua expedição, devendo o Município indenizar eventuais prejuízos acarretados ao proprietário e avaliados por comissão especialmente designada.
Prefeitura/ Procuradoria Geral/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	9. O expropriado não perde a posse ou o domínio do bem enquanto o Município não for imitado na posse e subsequente a justiça fizer a necessária adjudicação, com justa e prévia indenização.
		3.1.5. Verificação da Disponibilidade Orçamentária e Financeira

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras / Responsável pela Con- tabilidade	1. Consulta ao Setor de Contabilidade para informação nos autos sobre a disponibilidade orçamentária, financeira e informação da classificação da despesa para fins de registro no processo licitatório, se for o caso.
		3.1.6. Abertura de Créditos Adicionais
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Responsável pela Con- tabilidade	1. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, destinados a reforço da dotação orçamentária fixada para a ação governamental; especiais, destinado a inclusão de novas ações governamentais na LOA; e extraordinário destinado a despesas urgentes, imprevisíveis ou imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Art. 41 da Lei 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Chefe do Poder Executivo. Art. 42 da Lei 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, com imediato conhecimento ao Poder Legislativo. Art. 44 da Lei 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	4. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis e exposição justificada. Art. 43 da Lei 4.320/64;
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	5. Consideram-se recursos disponíveis em cada uma das fontes, desde que não comprometidos: Superávit Financeiro, em cada uma das fontes de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior e no controle da Disponibilidade por Destinação de Recursos, realizado no Sistema de Compensação. Art. 43 da Lei 4.320/64, artigos 8º, 42 e 50, inciso I, da LRF e Manual da Receita Nacional editado pela STN; Excesso de arrecadação, apurado em cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício. Art. 43 da Lei 4.320/64 c/c Art. 8º e 50, inciso I da LRF; Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei específica, observada as fontes de recursos. Art. 43 da Lei 4.320/64 c/c artigo 8º e 50, inciso I da LRF; Produto de operações de crédito autorizadas. Art. 43 da Lei 4.320/64; Decorrentes de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual. Art. 166, §8º da CF/88.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	6. Na apuração do excesso de arrecadação em cada uma das fontes de recursos, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício nas fontes de recursos correspondentes. Art. 43, § 4º da Lei 4.320/64 c/c Art. 8º, § único, 42 e 50, I da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	7. A lei orçamentária poderá conter autorização ao Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares até determinada importância, utilizando como recursos o superávit financeiro, o excesso de arrecadação e a Reserva de Contingência, observada a fonte de recursos. Art. 7º da Lei 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	8. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo disposição em contrário quanto aos especiais e extraordinários que, se abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício seguinte nos limites dos seus saldos. Art. 45 da Lei 4.320/64 e § 2º do art. 167 da CF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	9. A abertura de créditos adicionais será iniciada com exposição fundamentada da sua necessidade, elaborada pela Secretaria de Administração e Finanças e aprovação do Chefe do Poder Executivo. Art. 43 da Lei 4.320/64.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	10. Na abertura de créditos adicionais especiais deverá ser observado se a ação a ser contemplada está prevista no PPA e priorizada na LDO, sob pena destes serem antes devidamente ajustados através de lei. Art. 5º da LRF.
		3.1.7. Autorização de Compra pela Autoridade Competente
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras / Responsável pela Con- tabilidade	1. Comprovado a existência de disponibilidade orçamentária e financeira o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal ou a quem ele delegou para autorização da abertura de processo licitatório e/ou aquisição/contratação e bloqueio da respectiva dotação para assegurar o recurso orçamentário.
		3.1.8. Procedimentos Administrativos para Geração de Despesas
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	O Processo de Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro na Geração de Despesa tem como objetivo chamar atenção do gestor público para avaliar se os recursos ou sua evolução suportarão os novos encargos que estarão sendo assumidos. Art. 15, 16 e 17 da LRF.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	2. Esse procedimento administrativo será elaborado nos seguintes casos: Criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa operacional em valor anual superior aquele definido na LDO, caracterizado, por exemplo, pelas despesas de manutenção decorrentes da construção de escolas, equipamento esportivo, centro social, unidade de saúde, aquisição de equipamentos rodoviários, etc. Artigo 16 da LRF. Despesa obrigatória de caráter continuado, caracterizada por despesa corrente, derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, como por exemplo, nomeação de servidores, contratos, convênios, etc. Art. 17 da LRF. Desapropriação de imóveis urbanos. Art. 16, § 4º, II da LRF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	3. Para geração de despesa caracterizada como criação, expansão, ou aperfeiçoamento da ação governamental e desapropriação de imóveis urbanos, o processo será acompanhado de: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, instruídos com premissas e metodologia de cálculo. Art. 16, I da LRF. Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO. Art. 16, II da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pela Con- tabilidade	Para geração de despesa caracterizada como obrigatória de caráter continuado, o processo será acompanhado de: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, instruído com premissas e metodologia de cálculo. Art. 17, da LRF. Demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio. Art. 17, § 1º da LRF. Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO. Art. 17, § 4º da LRF. Comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas fiscais de receita e despesa, resultado primário, nominal e montante da dívida. Art. 17, § 2º da LRF. Compensação dos efeitos financeiros nos dois exercícios seguintes, com aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa. Art. 17, § 2º, da LRF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	5. Esses procedimentos administrativos constituem condição prévia para realização do respectivo processo licitatório e empenho da despesa. Art. 16, § 4º da LRF.
		3.1.9. Licitação
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	1. Os processos licitatórios da Administração Municipal serão elaborados com base em estimativas de consumo das necessidades para o exercício financeiro e nas requisições emitidas pelas diversas Unidades da Administração. Art. 15º, § 7º, II da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	2. O processo de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos casos de geração de despesa deverá integrar o processo licitatório e é condição para deflagração do processo. Art. 16 e 17, da LRF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3. Observado os casos de dispensa e inexigibilidade previstos na Lei 8.666/93, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas através de processo licitatório de forma que assegure igualdade de condições aos concorrentes e escolha da proposta mais vantajosa para a administração, nas modalidades concorrência, Tomada de Preços, Con-vite, Leilão e Pregão. Art. 37, XXI da CF, Art. 3º da Lei (federal) 8.666/93 e Lei (federal) 10.520/2002.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	4. A Comissão permanente de licitação será renovada anualmente pelo chefe de Poder Correspondente com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes. Art. 51 da Lei 8.666/93.



Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	<p>As licitações serão processadas e julgadas em conformidade com a Lei (federal) 8.666/93 e alterações posteriores, Lei (federal) 10.520/02, com destaque para obediência aos seguintes aspectos:</p> <p>A licitação será iniciada com abertura de processo administrativo, justificativa da despesa, numerada, registrada em livro próprio ou sistema eletrônico, autorizada pelo Chefe do Poder Executivo ou por quem ele delegou competência e publicada na forma prevista no artigo 21 da Lei 8.666/93 e artigo 4º, inciso I, da Lei (federal) 10.520/02. Art. 38 da Lei 8.666/93.</p> <p>Constituem anexos do Edital, quando couber: o projeto básico e/ou executivo, orçamento de preço e minuta do contrato. Art. 40, § único da Lei 8.666/93.</p> <p>Aprovação prévia da minuta do Edital e do Contrato pela Procuradoria Geral do Município. Art. 38, § único da Lei 8.666/93 e artigo 9º da Lei (federal) 10.520/02.</p> <p>O recebimento das propostas será feito pela comissão de licitação mediante protocolo em livro próprio ou por meio eletrônico.</p> <p>As deliberações da Comissão de Licitação serão registradas em ata.</p> <p>Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela comissão de licitação. Art. 43, § 2º da Lei 8.666/93 e artigo 9º da Lei (federal) 10.520/02.</p> <p>O Chefe do Poder Executivo ou o servidor por ele delegado homologará o processo licitatório e adjudicará o objeto ao vencedor do certame. Art. 43, VI, da Lei 8.666/93 e artigo 9º da Lei (federal) 10.520/02.</p>
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	6. As dispensas e inexigibilidades de licitação serão necessariamente justificadas e comunicadas ao Chefe do Poder Executivo no prazo de três dias, contados da abertura do processo, para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de cinco dias. Art. 26 da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	7. Será mantido registro cadastral atualizado dos fornecedores e prestadores de serviços na forma do disposto nos artigos 34 a 37 da Lei 8.666/93, fornecendo-lhes certificado de registro.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	8. Pelo menos uma vez por ano, através da imprensa oficial e de jornal com circulação diária, far-se-á chamamento público para atualização dos registros existentes e ingresso de novos interessados. Art. 34, § 1º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	9. Nos processos licitatórios é facultada a exigência de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública para efeito de habilitação. Art. 34, § 2º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	10. A minuta da licitação será enviada ao Tribunal de Contas por meio eletrônico, via e-Sfinge. Resolução TC-16/94.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	11. Até o dia seguinte à primeira publicação do aviso da licitação, os dados sobre processos licitatórios na modalidade concorrência, inclusive concessão e permissão de serviços públicos, pregão, dispensa e inexigibilidade, cujos valores de contratação estejam enquadrados a partir do limite para a modalidade de concorrência serão enviados ao TCE por meio eletrônico. IN TC 05/2008.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	12. Quando se tratar de processo licitatório de obras e serviços de engenharia, o Responsável p/Setor de Compras, Licitações e Contratos deverá fazer tramitar o processo pelo responsável pela remessa dos dados e informações ao Tribunal de Contas do Estado via e-Sfinge obras, acompanhado da ART dos projetos de engenharia, da execução e da fiscalização da obra ou serviço de engenharia.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	13. Os boletins de medição, depois de aprovados pelo Engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra ou serviços de engenharia, deverão transitar pelo responsável pela remessa de dados e informações ao Tribunal de Contas do Estado via e-Sfinge obras.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	14. Nas contratações de bens e serviços comuns, financiados total ou parcialmente com recursos de transferências voluntárias da União, a modalidade de licitação deverá ser obrigatoriamente o pregão, preferencialmente na forma eletrônica. A inviabilidade da utilização de sua forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente. Art. 1º, §§ 1º e 2º, do Decreto (federal) nº 5.504/2006.
		3.1.10. Empenho

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	1. Empenho é o ato emanado pela autoridade competente que cria para o Poder Público, obrigação de pagamento desde que atendidas às condições, observado a fonte de financiamento. Art. 58 da Lei 4.320/64 e 50, I da LRF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	2. O empenho é considerado o 3º estágio da despesa, depois da programação e licitação.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	3. O empenho se efetiva com o comprometimento do crédito orçamentário para a respectiva despesa, servindo, portanto, para controlar a execução do orçamento.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	4. A materialização do empenho se dá com a emissão do documento denominado "Nota de Empenho". Art. 61 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	5. De acordo com o art. 60 da Lei 4.320/64, há três modalidades de empenho: Ordinário – De valor líquido e certo, referente a uma única prestação, sem parcelamento na liquidação, com valor indivisível. Global - De valor líquido e certo, referente a várias prestações ou de liquidações diversas, com pagamentos parcelados. Ex. Contrato de aluguel de imóvel, contrato de obra, folha de pagamento, etc. Estimativa – De valor estimado, em que a liquidação da despesa se dará com base em medição de obra, serviço, registro de consumo, fornecimento ou uso de bens ou serviços.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	7. O empenho da despesa será sempre prévio, efetivado com base em contrato, convênio, autorização de execução de obra, serviço ou de fornecimento, auxílio, transferência, etc. de forma a não incorrer na realização de despesa sem crédito orçamentário. Art. 60 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	8. A nota de empenho deve apresentar no mínimo as seguintes informações: data, número, classificação institucional, funcional programática, econômica, modalidade de aplicação, elemento e sub-elemento de despesa, fonte de financiamento, valor unitário e total, dedução deste do saldo da dotação, tipo de empenho, nome, endereço e o CNPJ ou CPF do credor, especificação completa do objeto, finalidade da despesa, número e a modalidade da licitação, número e data do contrato ou aditivo, convênio, identificação e assinatura do titular da unidade ou da autoridade a quem for delegada competência para ordenar a despesa, contador e responsável pelo serviço.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	9. São comprovantes regulares da despesa pública: a nota fiscal, recibo em situações excepcionais de prestação de serviços de pequeno valor e sem incidência de tributação, folha de pagamento, roteiro de viagem, ordem de tráfego, bilhete de passagem, guia de recolhimento de encargos e tributos.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	10. As notas de empenhos serão arquivadas em ordem de numeração, acompanhadas dos documentos que lhe deram origem.
		3.1.11. Re-inscrição de Restos a Pagar
Unidades Gestoras Procuradoria Geral/ Secretaria de Administração e Finanças	Procurador/ Secretário/ Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade/ Tesoureiro	Os restos a pagar prescritos e cancelados na forma regulamentar, quando reclamados pelos respectivos credores em processos com tramitação regular e deferidos, serão re-empenhados e pagos segundo a ordem cronológica de exigibilidade. Art. 37 da Lei 4.320/64 e art. 5º da Lei 8.666/93.
		3.1.12. Empenho da Despesa com Publicidade
Unidades Gestoras/Secretaria de Administração e Finanças/Assessoria de Imprensa	Secretário/ Assessor/ Gestor	A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Artigo 37, §1º da CF/88.

Unidades Gestoras/Secretaria de Administração e Finanças/Assessoria de Imprensa	Secretário/Gestor/ Assessor/ Responsável pela Contabilidade/ Gestor	Os comprovantes de despesa com publicidade serão acompanhados de: Memorial descritivo da campanha de publicidade, quando relativa a criação e produção; Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade; Indicação da matéria veiculada, com menção das datas, horários e tempos de divulgação; Cópia do material impresso, em se tratando de publicidade escrita, e gravação da matéria veiculada, quando se tratar de publicidade escrita, e gravação da matéria veiculada, quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva; Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados. Art. 65, da Resolução TC – 16/94.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Assessoria de Imprensa	Secretário/ Assessor de Imprensa/ Responsável pela Contabilidade/ Gestor	No último ano do mandato do Prefeito é vedada a realização de despesas oficiais com publicidade e propaganda nos três meses de que antecedem o pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade. Art. 73, inciso VI, letra "b", da Lei Federal nº 9504/07.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Assessoria de Imprensa	Secretário/ Assessor de Imprensa/ Responsável pela Contabilidade/ Gestor	Os gastos com publicidade e propagando no ano eleitoral não poderá exceder a média dos gastos dos últimos três exercícios anteriores ao pleito ou os gastos do exercício imediatamente anterior. Art. 73, inciso VII, da Lei (federal) nº 9504/07.
		3.1.13. Empenho de Adiantamento de Despesa
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor	1. O Regime de Adiantamento da despesa consiste na entrega de numerário á servidor do Município formalmente designado para realizar despesas excepcionais expressamente definidas na Lei Municipal nº 2423/2011, que por sua natureza ou urgência não possam subordinar-se ao processo normal de requisição, autorização, empenho, liquidação e pagamento. Artigos 65 e 68 da Lei 4.320/64, Lei Municipal nº 24232011, IN TC 14/2012, artigo 1º, inciso II, alínea "a", artigo 4º e 6º.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor	A escolha do servidor a ser designado pelo Secretário de Administração e Finanças ou pelo Gestor da Unidade para realização de despesas pelo regime de adiantamento deve recair, preferencialmente, em ocupante de cargo efetivo ou emprego público com capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função. Art. 4º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade	A concessão de recursos a título de adiantamento deve observar a regra do empenho prévio da despesa, emitido com base em requerimento e autorização do Secretário da Administração e Finanças ou Gestor da Unidade correspondente. O requerimento para concessão de recursos a título de adiantamento deve conter as seguintes informações: Nome do servidor, matrícula, cargo ou emprego; Indicação do valor total do adiantamento a ser concedido e da finalidade; Fundamentação legal; Indicação da dotação orçamentária: nº da ação de governo, grupo de natureza de despesa, elemento de despesa, fonte de recursos; Assinatura do requerente; Autorização do Secretário da Administração ou Gestor da Unidade correspondente. Art. 60, da Lei (federal) nº 4320/64 e art. 5º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade	4. O valor de cada adiantamento para atender despesas miúdas e de pronto pagamento, não excederá o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no exercício de 2011, corrigido na mesma data e no mesmo percentual da revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da CF/88. Art. 1º, §1º, da Lei nº 2423/2011.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade	5. Não se fará adiantamento: À responsável por dois adiantamentos; À servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo em situações especiais devidamente justificadas; Para atender despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas; À responsável com prazo de prestação de contas vencido; À responsável que aplicou recursos adiantados em desacordo com a legislação em vigor; À responsável que tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário; À responsável que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos; À responsável que dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação do Assessor de Controle Interno ou do Tribunal de Contas para regularizar prestação de contas. Art. 69 da Lei 4.320/64, art. 4º da Lei (municipal) nº 2423/2011 e artigo 8º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade	Os recursos do adiantamento não poderão ser utilizados para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação ou para atender despesas distintas das suas finalidades, além de sujeitar-se a legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos. Art. 7º e 9º da IN TC 14/2012.

Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	Os recursos do adiantamento deverão ser depositados em conta bancária identificada com o nome da Unidade Gestora concedente, acrescido da expressão "Adiantamento" e se possível, do nome do responsável, devendo ser imediatamente encerrada se deixar de ser movimentada, vedada a sua reutilização para outros fins ou sua movimentação por outro servidor. Artigo 10, §§1º e 4º e artigo 11, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Beneficiário	Os recursos do adiantamento serão movimentados, quando possível, por ordem bancária ou transferência eletrônica, permitida a movimentação por cheques nominiais, cruzados e individualizados por credor e saques para pagamento em espécie mediante justificativa apresentada na prestação de contas. Artigo 10, §2º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Beneficiário	Para atender despesas comuns de viagens a serviço do Município como transporte, hospedagem, alimentação, combustíveis, reparos no veículo, desde que devidamente justificada pelo requerente do adiantamento e autorizada pelo Secretário da Administração e Finanças ou Gestor da Unidade concedente, o adiantamento poderá ser concedido a agentes políticos, servidores comissionados e temporários sem a designação formal exigida nos itens 1 e 2 acima, dispensado nestes casos a movimentação dos recursos através de conta bancária específica em atenção aos princípios da celeridade, da economia processual e da razoabilidade.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Responsável p/ Contabilidade	Esgotado o prazo para aplicação dos recursos do adiantamento ou o saldo não aplicado no objeto, assim como as retenções realizadas (ISS, IRRF, INSS), serão imediatamente recolhidas à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras, devendo estes fatos ser objeto de registro contábil correspondente. Art. 5º, da Lei (municipal) nº 2423/2011 e artigo 10, §4º e artigo 46, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Responsável p/ Contabilidade	O servidor responsável por adiantamento será inscrito pela contabilidade no Sistema de Compensação para controle da responsabilidade até a apresentação da prestação de contas. A prestação de contas deverá ser feita no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão da Ordem de Pagamento. Em se tratando de adiantamento para atender despesas com viagens, a prestação de contas deverá ser feita no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data do retorno ao Município. Em ambos os casos a apresentação da prestação de contas não excederá a data de 28 de dezembro do exercício em que o adiantamento foi concedido. Em casos excepcionais, devidamente justificados, o Secretário da Administração e Finanças ou Gestor da Unidade concedente poderá prorrogar esses prazos. Art. 6º, da Lei (Municipal) nº 2423/2011 e artigo 1º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Diretor de Controle Interno	Constituem comprovantes regulares da despesa com recursos de adiantamento para fins de prestação de contas, os documentos fiscais em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, com as seguintes indicações mínimas: Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente; Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do adiantamento; Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação; Número da placa e a quilometragem registrada quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos; Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal; Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável pelo adiantamento. Artigo 8º, da Lei (municipal) nº 2423/2011 e Artigos 11 a 15, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Diretor de Controle Interno	Os documentos que devem compor a prestação de contas do adiantamento devem ser autuados na Unidade Gestora concedente, constituir processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem cronológica, organizada de forma individualizada por empenho ou nota de liquidação e corresponderá ao valor integral do recurso recebido. Artigos 38 e 39, da IN TC 14/2012.

Beneficiário/ Diretoria de Controle Interno	Beneficiário/ Diretor de Controle Interno	<p>A prestação de contas do adiantamento deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer técnico conclusivo pela regularidade, pela regularidade com ressalvas e recomendações ou pela irregularidade, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, devendo conter os seguintes documentos:</p> <p>Requerimento do adiantamento com a autorização da autoridade competente;</p> <p>Balancete de prestação de contas;</p> <p>Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;</p> <p>Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período, se for o caso;</p> <p>Documentos comprobatórios das despesas;</p> <p>Comprovantes das transações bancárias ou cópia dos cheques, se for o caso;</p> <p>Guia de recolhimento do saldo não utilizado e de eventuais descontos (INSS, ISS, IRRF), se houver;</p> <p>Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie;</p> <p>Diligências ou notificações expedidas, se for o caso;</p> <p>Parecer do Assessor de Controle Interno sobre a análise realizada nas contas, concluindo por considerá-la regular ou irregular.</p> <p>Artigo 6º, c/c artigo 11, da Lei (municipal) nº 2423/2011 e artigos 38, 39, 40, 47 e 48, da IN TC 14/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>A análise e o parecer do Diretor de Controle Interno devem considerar, dentre outros aspectos:</p> <p>A regular aplicação dos recursos nas finalidades estabelecidas;</p> <p>Observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo Município;</p> <p>A regularidade dos documentos comprobatórios das despesas e da composição da prestação de contas;</p> <p>Realização das deduções devidas, tais como ISS, INSS e IRRF;</p> <p>Execução total ou parcial do objeto;</p> <p>Eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;</p> <p>Devolução de eventual saldo de recursos não aplicados, inclusive de receitas de aplicações financeiras.</p> <p>Artigo 47 e 48, da IN TC 14/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>Em caso de irregularidade na prestação de contas, o Diretor de Controle Interno notificará o responsável para apresentação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, dos esclarecimentos, documentos complementares ou comprovante do recolhimento ao caixa da Unidade Gestora concedente do valor das despesas glosadas. Art. 47, §3º, da IN TC 14/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>Decorrido o prazo para manifestação e mantida a irregularidade, o Diretor de Controle Interno concluirá seu parecer na forma da norma constante do item 14 acima, com registro da correta identificação dos responsáveis, a quantificação do dano causado ao erário e indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do débito. Art. 47, §3º e 48, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	<p>O processo de prestação de contas com parecer técnico do Diretor de Controle Interno deverá de imediato ser encaminhado ao Secretário da Administração e Finanças ou Gestor da Unidade concedente para pronunciamento sobre as recomendações e/ou determinações indicadas no referido parecer técnico e ao responsável pela contabilidade para baixa da responsabilidade quando considerada regular. Art. 48, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	<p>Se o parecer técnico e o pronunciamento do Secretário da Administração e Finanças ou Gestor da Unidade concedente for no sentido de instauração de Tomada de Contas Especial, aplicam-se as normas estabelecidas no item 8, do Anexo I do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores, sem prejuízo do registro contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que deu causa, adoção de medidas administrativas e judiciais para reparação do erário e da inclusão do responsável no cadastro informativo de débitos não quitados de forma a impedi-lo de receber novos adiantamentos. Art. 49, da IN TC 14/2012.</p>



Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	<p>O Município enviará ao Tribunal de Contas por meio eletrônico: Informações sobre os recursos concedidos a títulos de adiantamento e sobre as prestações de contas; A conclusão da análise das prestações de contas, anexando arquivo eletrônico do parecer técnico do Assessor de Controle Interno.</p> <p>As informações serão enviadas da seguinte forma:</p> <p>No caso do item 20.1, na primeira remessa do e-Sfinge posterior ao prazo em que deveria ter sido apresentada a prestação de contas; Exemplo: Prazo para apresentação da prestação de contas: 29/07. e-Sfinge do 3º bimestre.</p> <p>No caso do item 20.2, na primeira remessa do e-Sfinge, depois de transcorridos 120 (cento e vinte) dias do prazo em que for apresentada a prestação de contas. Exemplo: Prazo para apresentação da prestação de contas: 29/07. e-Sfinge do 5º bimestre.</p> <p>Art. 61, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	O Diretor de Controle Interno será notificado pelo responsável pela contabilidade sobre a concessão do adiantamento da despesa mediante entrega de cópia da nota de empenho para controle do prazo de apresentação da prestação de contas pelo responsável.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Decorridos 15 (quinze) dias do prazo para apresentação da prestação de contas do adiantamento sem que esta seja apresentada, o Diretor de Controle Interno deverá notificar o responsável a fazê-lo no prazo de cinco dias, contados do recebimento da notificação.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	Decorrido o novo prazo sem a apresentação da prestação de contas, o Diretor de Controle Interno do Município de imediato o declarará em alcance, comunicará o fato ao responsável pela contabilidade para registro contábil do crédito em conta de responsável e em cadastros de débitos não quitados se existente e, quando couber, proporá ao Chefe de Poder correspondente a instauração de Tomada de Contas Especial para recuperação do dano causado ao erário, conforme normas editadas para tomada de contas especial.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Art. 69, da Lei (federal) 4.320/64 e Art. 13, §2º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	As prestações de contas de adiantamentos consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial (Atualmente R\$ 25.000,00), serão encaminhadas ao Tribunal para julgamento.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	Artigo 48, §3º da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	A tomada de contas especial poderá deixar de ser instaurada quando o valor do dano, atualizado monetariamente, for igual ou inferior ao valor adotado pela respectiva fazenda pública para dispensa do ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa, sem prejuízo de outras medidas para assegurar o ressarcimento do erário, e das sanções administrativas e penais cabíveis.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Artigo 7º, §4º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Fica dispensado o encaminhamento ao Tribunal de Contas a Tomada de Contas Especial já constituída nas hipóteses de:
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente;
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Apresentação e aprovação da prestação de contas;
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial (Atualmente R\$ 25.000,00);
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Outra situação em que o débito seja descaracterizado.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	Art. 13, §1º, da IN TC 13/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	Na hipótese prevista no item 26.3 acima, além da inclusão do nome do responsável no sistema de registros contábeis na condição de devedor do ente, o Diretor de Controle Interno providenciará o registro em cadastro de débitos não quitados se existente.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Art. 13, §2º da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade exceder o valor indicado no item 26.3 acima, o Diretor de Controle Interno deverá consolidá-los em um mesmo procedimento de tomada de contas especial, e encaminhá-lo ao Tribunal.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Art. 13, §3º, da IN TC 13/2012.

Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>O registro no cadastro de débitos não quitados deve ser excluído quando houver recolhimento do débito, com os devidos acréscimos legais, no âmbito administrativo interno ou quando o Tribunal:</p> <p>Julgar a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva;</p> <p>Excluir a responsabilidade do agente;</p> <p>Afastar o débito, ainda que julgadas irregulares as contas do responsável;</p> <p>Considerar ilíquidas as contas;</p> <p>Der quitação ao responsável pelo recolhimento do débito;</p> <p>Deferir parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento da primeira parcela.</p> <p>No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela é motivo para reinclusão do nome do responsável;</p> <p>Art. 14, da IN TC 13/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>Fica dispensado o encaminhamento das prestações de contas de adiantamento ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses de:</p> <p>Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente;</p> <p>Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial; (Atualmente R\$ 25.000,00)</p> <p>Descaracterização do débito;</p> <p>Apresentação e aprovação da prestação de contas. Art. 13, §1º, da IN TC 13/2012.</p> <p>Artigo 49, da IN TC 14/2012.</p>
		3.1.14. Empenho da Diária
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Tesoreroiro	<p>O pagamento de diária será feito antes do deslocamento, salvo em situações especiais, tem caráter indenizatório para as despesas com alimentação, hospedagem e locomoção na cidade de destino, e deverá ser requerida de forma prévia pelo servidor ou Agente Político e formalmente autorizada pelo Chefe de Poder correspondente em formulário próprio denominado "Requerimento/autorização" que conterá, no mínimo:</p> <p>Indicação do centro de custo (Unidade Gestora e Unidade Administrativa);</p> <p>Matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor ou agente político;</p> <p>Destino e justificativa do deslocamento;</p> <p>Indicação do horário e data de saída e de retorno;</p> <p>Meio de transporte a ser utilizado;</p> <p>Número de diárias e cálculo do valor devido.</p> <p>Art. 127, da Lei Municipal nº 1.207/92 (Estatuto dos servidores), c/c as Leis (Municipais) nºs 78/2005 e Complementar nº 426/2010 e artigos 16 e 17, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor	<p>Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados no formulário "requerimento/autorização" referido no item 1 acima. Artigo 17, §2º, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Tesoreroiro	<p>Eventual pagamento de diárias decorrente de deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto no formulário "requerimento/autorização" deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente. Art. 17, §3º, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor	<p>O valor da diária será calculado levando em conta os seguintes critérios:</p> <p>Deslocamentos a outras cidades por período de 24 horas: direito ao valor de uma diária;</p> <p>Deslocamentos a outras cidades sem pernoite: direito ao valor de 1/2 (meia) diária quando superior ao período de quatro horas.</p> <p>Art. 129, da Lei (Municipal) 1207/92.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Responsável p/ Recursos Humanos	<p>Autorizada a viagem, o "requerimento/autorização" será encaminhado ao setor de contabilidade para empenho, liquidação da despesa, pagamento e registro da responsabilidade no sistema de compensação até a apresentação dos documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem.</p> <p>Cópia do "requerimento/autorização" será encaminhada pelo responsável pela contabilidade ao setor de Recursos Humanos para registro do benefício e posterior informação na Declaração Anual de Rendimentos pagos. Art. 60, da Lei (federal) nº 4.320/64.</p>

Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Tesoureiro/ Beneficiário	O beneficiário da diária deve comprovar ao tesoureiro para juntar ao processo, a efetiva realização do deslocamento, a estada no local de destino e o cumprimento pelo servidor dos objetivos da viagem, mediante a apresentação dos seguintes documentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data do retorno do deslocamento: Do deslocamento do beneficiário - quaisquer dos documentos abaixo, conforme o caso: a) Ordem de tráfego e autorização para uso do veículo, em caso de viagem com veículo oficial (O formulário "requerimento/autorização" pode atender essa exigência); Bilhete de passagem, no caso de transporte rodoviário coletivo; Comprovante de embarque, no caso de transporte aéreo. Da estada do beneficiário no local de destino - quaisquer dos documentos abaixo: Nota fiscal de hospedagem; Nota fiscal de alimentação; Nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista; Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada. Do cumprimento do objetivo da viagem pelo servidor - quaisquer dos documentos abaixo: Cópia da ata de presença em reunião ou missão; Declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos; Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional; Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem. O tesoureiro deverá notificar o responsável pela contabilidade quando da apresentação da prestação de contas para registro contábil da baixa da responsabilidade no sistema de compensação. Artigos 1º, 19, 41, 42 e 44, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Diretor de Controle Interno	Constatada a ausência de prestação de contas, o tesoureiro comunicará o fato ao Diretor de Controle Interno para adoção de providências administrativas e, se for o caso, proposição da instauração de Tomada de Contas Especial, conforme disposto nas normas de controle interno constantes do Anexo I, item 8 do Decreto Municipal nº 107/2011. Artigo 45, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Tesoureiro/ Diretor de Controle Interno	O beneficiário da diária é obrigado a restituir integralmente ao caixa da Unidade Gestora correspondente o valor das diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da imediata comunicação do fato ao Diretor de Controle Interno para apuração de responsabilidade, se for o caso de indícios de má-fé, e ao responsável pelo setor de contabilidade para os registros contábeis correspondentes. Artigo 19, §§1º e 2º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Responsável p/ Recursos Humanos	A restituição de diárias deverá ser objeto de comunicação ao Setor de Recursos Humanos para retificação dos seus registros.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Beneficiário	O valor da diária recebido sem o efetivo afastamento ou na hipótese de retorno antes do prazo previsto deverá ser restituído ao caixa da Unidade Gestora correspondente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do seu recebimento ou do retorno, sem prejuízo da apuração de responsabilidade em caso de indícios de má-fé. Artigo 19, §§1º e 2º, da IN TC 14/2012.
		3.1.15. Empenho de Contribuições, Auxílios ou Subvenções Sociais.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	Contribuições – Despesas orçamentárias às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas a atender despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado. Classificação no elemento de despesa 41. Portaria STN/SOF nº 163/2001 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovada pela Portaria STN nº 406/2011.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	Auxílios – Despesas orçamentárias destinadas a atender despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da LC (federal) nº 101/2000. Classificação no elemento de despesa 42. Portaria STN/SOF nº 163/2001 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovada pela Portaria STN nº 406/2011.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	Subvenções Sociais – Despesas orçamentárias para cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com os artigos 16, parágrafo único, e 17 da Lei (federal) 4.320/64, observado o disposto no artigo 26 da LC (federal) nº 101/2000. Classificação no elemento de despesa 43. Portaria STN/SOF nº 163/2001 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovada pela Portaria STN nº 406/2011.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor	A concessão de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos fica submetida exclusivamente ao atendimento de necessidade coletiva ou interesse público devidamente demonstrado e justificado, e deve observar os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade. Art. 1º, § 1º, da IN TC 14/2012.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor	<p>A concessão de recursos á entidades a título de contribuições, auxílios ou subvenções sociais só será realizada mediante o cumprimento, no que couber, dos seguintes requisitos:</p> <p>Requerimento formal ao Chefe do Poder Executivo Municipal;</p> <p>Comprovante de inscrição CNPJ;</p> <p>Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;</p> <p>Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;</p> <p>Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;</p> <p>Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;</p> <p>Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;</p> <p>Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertence á entidade, com data de emissão não superior a doze meses;</p> <p>Indicação de conta bancária identificada com o nome da entidade recebedora dos recursos acrescido da expressão "Subvenção", "Auxílio" ou "Contribuição" e do nome da Unidade Gestora;</p> <p>Plano de trabalho assinado pelo representante legal da entidade interessada;</p> <p>Certificação da entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;</p> <p>Cópia da lei que a considerou entidade de utilidade pública;</p> <p>Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social;</p> <p>Certificado de Regularidade do FGTS;</p> <p>Certidão Negativa de Débitos para com o Município;</p> <p>Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;</p> <p>Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;</p> <p>Parecer da Unidade Gestora concedente que demonstre:</p> <p>A conveniência da concessão do recurso, nos termos do artigo 16 da Lei (federal) nº 4320/64; (Art. 16 Subvenções para prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica). (Parágrafo único – O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados)</p> <p>A compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;</p> <p>A capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;</p> <p>O regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;</p> <p>O interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;</p> <p>A compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;</p> <p>A compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado;</p> <p>Atendimento das condições estabelecidas na LDO;</p> <p>Comprovação de previsão orçamentária na LOA; e</p> <p>Existência de lei municipal específica autorizando a concessão dos recursos pretendidos; e</p> <p>Estar em dia com a prestação de contas de recursos eventualmente recebidos do Município anteriormente;</p> <p>Assinatura de termo de convênio.</p> <p>Art. 16, da Lei (federal) 4320/64, artigo 26, da LRF e artigos 20, 21, 22, 25 e 28 da IN TC 14/2012.</p>
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	<p>Os documentos constantes do item 5 acima constituirão processo específico para cada projeto ao qual serão apensados as respectivas prestações de contas. Art. 21, da IN TC 14/2012.</p>

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor	<p>O Plano de Trabalho apresentado pelo proponente deve conter no mínimo as seguintes informações:</p> <p>Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto, tais como: Espaço físico utilizado, equipamentos disponíveis, nº de colaboradores, quantidade de serviços produzidos, etc.;</p> <p>Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende obter;</p> <p>Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os objetivos econômicos e sociais a serem obtidos;</p> <p>Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;</p> <p>Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;</p> <p>Cronograma físico de execução;</p> <p>Cronograma financeiro de desembolso;</p> <p>Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.</p> <p>Art. 21, §2º, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor	<p>Quando o repasse tiver por objeto a realização de obra, devem constar também do processo os seguintes documentos:</p> <p>Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade plena do imóvel com data não superior a trinta dias, nos casos em que o repasse tiver como objeto a execução de obra ou benfeitoria no mesmo, inclusive para a contratação de projeto arquitetônico;</p> <p>Licença ambiental prévia e, se for o caso, outras licenças expedidas pelos órgãos ambientais competentes, quando o contrato envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, conforme previsto na legislação federal e estadual aplicável;</p> <p>Alvarás de licença necessários à realização de obras, expedidos pelos órgãos municipais competentes;</p> <p>Registro fotográfico da situação por ocasião do pedido, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimo;</p> <p>Projeto básico, conforme definido na Lei Federal sobre licitações e contratos, que poderá ser dispensado pela autoridade competente no caso de objeto padronizado.</p> <p>Art. 21, §3º, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor	<p>Quando o objeto envolver a contratação de serviços de assessoria, assistência, consultoria, produção, capacitação e congêneres, devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se a quantidade e o custo individual. Art. 21, §4º, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Gestor/ Beneficiária	<p>O representante legal da entidade beneficiária deve manter atualizado o seu endereço residencial e o endereço da entidade. Art. 23, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Assessoria Jurídica	Secretário/ Gestor/ Assessor Jurídico/ Responsável p/ Contabilidade	<p>Constituído o processo e atendido todos os requisitos acima, será formalizado termo de convênio, publicado e encaminhado ao Setor de Contabilidade para empenho, liquidação, pagamento, registro da responsabilidade no sistema de compensação. O Setor de Contabilidade notificará o Diretor de Controle Interno sobre o pagamento para controle do prazo para apresentação da prestação de contas. A Unidade repassadora deverá acompanhar a execução do objeto do convênio conforme plano de trabalho. Art. 24, da IN TC 14/2012.</p>



Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Assessoria Jurídica	Secretário/ Gestor/ Assessor Jurídico	<p>O termo de convênio deve apresentar, no mínimo, o seguinte conteúdo:</p> <p>Objeto e finalidade do repasse;</p> <p>Obrigações das partes;</p> <p>Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros, se for o caso;</p> <p>Valor da contrapartida, quando houve, seu detalhamento e a forma de sua aplicação;</p> <p>Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pela concedente;</p> <p>Obrigações do beneficiário de manter atualizado seu cadastro junto à concedente;</p> <p>Prerrogativa da concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;</p> <p>Obrigações do beneficiário de identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;</p> <p>Compromisso do beneficiário de movimentar os recursos na conta bancária específica;</p> <p>Proibição do beneficiário de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo Município;</p> <p>Obrigações do beneficiário de prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento de cada parcela;</p> <p>Orientação acerca da forma da prestação de contas, dos prazos, indicação expressa da documentação que deve integrar a prestação de contas e outros elementos que facilitem ao responsável cumprir adequadamente a obrigação de prestação das contas;</p> <p>Hipóteses de rescisão;</p> <p>Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver;</p> <p>Vigência do ajuste, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto;</p> <p>Obrigatoriedade de devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação financeira, nos casos previstos; e</p> <p>Indicação do foro competente para dirimir conflitos decorrentes de sua execução.</p> <p>Art. 24, § 1º, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor	<p>Não serão concedidos recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições:</p> <p>Para instalação, organização ou fundação de instituições;</p> <p>À pessoa física ou jurídica que:</p> <p>Deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;</p> <p>Aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;</p> <p>Tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;</p> <p>Tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos;</p> <p>Dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão de controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.</p> <p>A vedação se manterá até que todas as pendências sejam regularizadas.</p> <p>Art. 26, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	<p>A entidade beneficiária deve movimentar os recursos concedidos na conta bancária específica indicada por ordem bancária ou transferência eletrônica. A movimentação por cheques nominais cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível na modalidade acima, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas. Art. 27, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	<p>Quando o prazo previsto para utilização for superior a 30 (trinta) dias, os recursos devem ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública. Os rendimentos de aplicação devem ser aplicados no objeto ou devolvidos a Unidade Gestora concedente conforme previsto no termo de ajuste. Art. 29, da IN TC 14/2012.</p>

Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	<p>Constituem comprovantes regulares da despesa com recursos de subvenções, auxílios e contribuições para fins de prestação de contas, os documentos fiscais originais e em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais (INSS e FGTS) e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:</p> <p>Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente;</p> <p>Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de ajuste;</p> <p>Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;</p> <p>Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;</p> <p>Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;</p> <p>Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;</p> <p>As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;</p> <p>Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;</p> <p>Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:</p> <p>Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;</p> <p>Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;</p> <p>Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;</p> <p>Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;</p> <p>Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.</p> <p>Art. 30, 31, 32, 33 e 36, da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades beneficiadas deverão atender aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade. Art. 43, §6º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	Os comprovantes de despesas com cursos, palestras, seminários, work shop e congêneres deverão estar acompanhados de relação contendo o nome dos participantes, CPF, e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, temas abordados, a carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto. Art. 43, §7º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	Os comprovantes de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas deverão estar acompanhados de relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador contratado. Art. 43, §8º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	Os comprovantes de despesas com locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos deverão estar acompanhados dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marca, potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação. Art. 43, §9º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	Os comprovantes de despesas com aquisição de materiais para distribuição gratuita deverão estar acompanhados de relação na qual conste o nome, CPF ou RG, endereço dos beneficiários, e suas assinaturas e elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registro fotográfico, filmagem, entre outros. Art. 43, §11, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor/ Beneficiária	Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência. Artigo 35, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	Os documentos que devem compor a prestação de contas de recursos concedidos nesta modalidade devem ser autuados na Unidade Gestora concedente, constituir processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem cronológica, organizada de forma individualizada por empenho ou nota de liquidação e corresponderá ao valor integral do recurso recebido. Artigos 38 e 43, da IN TC 14/2012.

Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	Para cada parcela repassada haverá um processo de prestação de contas que deverá ser anexado ao processo de concessão. Art. 43, §1º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	Deverá integrar a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da proponente, se for o caso. Art. 43, §2º, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	Quando o objeto envolver também a aplicação de recursos oriundos de outras fontes (estadual, federal, patrocínios privados ou outros), na prestação de contas deverão ser demonstrados tais valores, sua finalidade e a aplicação. Art. 43, §12, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	<p>A prestação de contas de recursos transferidos a título de subvenções, auxílios e contribuições deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer técnico conclusivo pela regularidade, pela regularidade com ressalvas e recomendações ou pela irregularidade, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, devendo conter os seguintes documentos:</p> <p>Processo de concessão dos recursos na forma dos itens 6 e 8 acima;</p> <p>Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;</p> <p>Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;</p> <p>Parecer do Conselho Fiscal, quanto a correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;</p> <p>Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;</p> <p>Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);</p> <p>Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;</p> <p>Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;</p> <p>Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;</p> <p>Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;</p> <p>Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;</p> <p>Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;</p> <p>Documentos complementares que devem acompanhar a prestação de contas de recursos concedidos para realização de obra e serviço de engenharia:</p> <p>Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;</p> <p>Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;</p> <p>Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;</p> <p>Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;</p> <p>Diligências ou notificações expedidas, se for o caso;</p> <p>Parecer do Diretor de Controle Interno sobre a análise realizada nas contas, concluindo por considerá-la regular, regular com ressalva e recomendação ou irregular;</p> <p>Artigos 38, 43, 47 e 48, da IN TC 14/2012.</p>

Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>A análise e o parecer do Diretor de Controle Interno devem considerar, dentre outros aspectos:</p> <p>A regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;</p> <p>A observância na aplicação dos recursos, dos princípios da economicidade, impessoalidade, moralidade, transparência e as normas regulamentares editadas pelo Município;</p> <p>O cumprimento do plano de trabalho;</p> <p>A regularidade dos documentos comprobatórios das despesas e da composição da prestação de contas;</p> <p>Execução física e o atendimento do objeto do repasse;</p> <p>Aplicação total ou parcial da contrapartida;</p> <p>Eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;</p> <p>Devolução de eventual saldo de recursos não aplicados, inclusive de receitas de aplicações financeiras;</p> <p>Artigo 47 e 48, da IN TC 14/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	Em caso de irregularidade na prestação de contas, o Diretor de Controle Interno notificará o responsável para apresentação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de esclarecimentos, documentos complementares ou comprovantes do recolhimento ao caixa da Unidade Gestora concedente do valor das despesas glosadas. Art. 47, §3º, da IN TC 14/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Decorrido o prazo para manifestação e mantida a irregularidade, o Diretor de Controle Interno concluirá seu parecer na forma da norma constante do item 28 acima, com registro da correta identificação dos responsáveis, a quantificação do dano causado ao erário e indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do débito. Art. 47, §3º e 48, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	O processo de prestação de contas com parecer técnico do Diretor de Controle Interno deverá de imediato ser encaminhado ao Gestor da Unidade concedente para pronunciamento sobre as recomendações e/ou determinações indicadas no referido parecer técnico e ao responsável pela contabilidade para baixa da responsabilidade quando considerada regular. Art. 48, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	Se o parecer técnico e o pronunciamento do Gestor da Unidade concedente for no sentido de instauração de Tomada de Contas Especial, aplicam-se as normas estabelecidas no item 8, do Anexo I do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores, sem prejuízo do registro contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que deu causa, adoção de medidas administrativas e judiciais para reparação do erário e da inclusão do responsável no cadastro informativo de débitos não quitados de forma a impedi-lo de receber novos recursos. Art. 49 caput e §1º, da IN TC 14/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	Decorrido 15 (quinze) dias do prazo para apresentação da prestação de contas sem que esta seja apresentada, a Diretoria de Controle Interno deverá notificar o responsável a fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação. Art. 45, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	Decorrido o novo prazo sem apresentação da prestação de contas, o Diretor de Controle Interno do Município de imediato deverá, quando couber, sugerir ao Chefe de Poder Executivo a instauração de Tomada de Contas Especial na forma do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores, Anexo I, item 8. Artigo 45, parágrafo único da IN TC 14/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	As prestações de contas consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial (Atualmente R\$ 25.000,00), serão encaminhadas ao Tribunal para julgamento. Artigo 48, §3º da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	A tomada de contas especial poderá deixar de ser instaurada quando o valor do dano, atualizado monetariamente, for igual ou inferior ao valor adotado pela respectiva fazenda pública para dispensa do ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa, sem prejuízo de outras medidas para assegurar o ressarcimento do erário, e das sanções administrativas e penais cabíveis. Artigo 7º, §4º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>Fica dispensado o encaminhamento ao Tribunal de Contas a Tomada de Contas Especial já constituída nas hipóteses de:</p> <p>Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente;</p> <p>Apresentação e aprovação da prestação de contas;</p> <p>Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial (Atualmente R\$ 25.000,00);</p> <p>Outra situação em que o débito seja descaracterizado.</p> <p>Art. 13, §1º, da IN TC 13/2012.</p>

Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Na hipótese prevista no item 37.3 acima, além da inclusão do nome do responsável no sistema de registros contábeis na condição de devedor do ente, o Diretor de Controle Interno providenciará o registro em cadastro de débitos não quitados se existente. Art. 13, §2º da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade exceder o valor indicado no item 37.3 acima, o Diretor de Controle Interno deverá consolidá-los em um mesmo procedimento de tomada de contas especial, e encaminhá-lo ao Tribunal. Art. 13, §3º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	O registro no cadastro de débitos não quitados deve ser excluído quando houver recolhimento do débito, com os devidos acréscimos legais, no âmbito administrativo interno ou quando o Tribunal: Julgar a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva; Excluir a responsabilidade do agente; Afastar o débito, ainda que julgadas irregulares as contas do responsável; Considerar ilíquidáveis as contas; Der quitação ao responsável pelo recolhimento do débito; Deferir parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento da primeira parcela. No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela é motivo para reinclusão do nome do responsável; Art. 14, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Fica dispensado o encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses de: Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente; Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial; (Atualmente R\$ 25.000,00) Descaracterização do débito; Apresentação e aprovação da prestação de contas. Art. 13, §1º, da IN TC 13/2012. Artigo 49, da IN TC 14/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	O Município enviará ao Tribunal de Contas por meio eletrônico: Informações sobre os recursos concedidos a títulos de subvenções sociais, auxílios e contribuições e sobre as prestações de contas; A conclusão da análise das prestações de contas, anexando arquivo eletrônico do parecer técnico da Diretoria de Controle Interno.  As informações serão enviadas da seguinte forma:  No caso do item 42.1, na primeira remessa do e-Sfinge posterior ao prazo em que deveria ter sido apresentada a prestação de contas; Exemplo: Prazo para apresentação da prestação de contas: 29/07. e-Sfinge do 3º bimestre. No caso do item 42.2, na primeira remessa do e-Sfinge, depois de transcorridos 120 (cento e vinte) dias do prazo em que for apresentada a prestação de contas. Exemplo: Prazo para apresentação da prestação de contas: 29/07. e-Sfinge do 5º bimestre. Art. 61, da IN TC 14/2012.
		3.1.15-A. Empenho da Despesa com Transferência de Recursos a outros Entes.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora Assessoria Jurídica	Secretário/Gestor/ Assessor Jurídico	A transferência de recursos a outros entes da federação visando à execução de programas ou ações de interesse recíproco depende da assinatura de convênio ou instrumento congênere, precedido da análise e parecer da assessoria jurídica do Município e publicação do seu extrato, inclusive aditivos, no órgão oficial do Município. Artigos 50, 51 e 53, da IN TC 14/2012.



Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora Assessoria Jurídica	Secretário/Gestor/ Assessor Jurídico	<p>O convênio ou instrumento congênere terá o seguinte conteúdo mínimo:</p> <p>Objeto e finalidade;</p> <p>Obrigações dos partícipes e dos intervenientes, se houver;</p> <p>Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhado o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros;</p> <p>Valor da contrapartida, quando houver, e a forma de sua aferição, quando prestada por meio de bens e serviços economicamente mensuráveis;</p> <p>Classificação da despesa e o número do empenho;</p> <p>Informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no Plano Plurianual ou previstos em lei que autorize as despesas;</p> <p>Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pela concedente;</p> <p>Prerrogativa da concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;</p> <p>Obrigações do conveniente de identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;</p> <p>Compromisso do conveniente de registrar o ingresso dos recursos em fonte específica, na forma estabelecida no artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>Proibição da conveniente em repassar os recursos recebidos para outros órgãos ou entidades congêneres ou não, salvo expressa autorização na legislação própria do Município;</p> <p>Sujeição da aquisição de bens e serviços à legislação sobre licitações e contratos públicos;</p> <p>Obrigações da conveniente em prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, se houver;</p> <p>Hipóteses de rescisão;</p> <p>Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do convênio, se houver;</p> <p>Direito de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto conforme plano de trabalho, de forma a verificar a regularidade dos atos praticados, bem como os resultados obtidos;</p> <p>Direito de suspender a liberação de parcelas ou novas concessões em caso de inadimplência, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou práticas que atentam contra os princípios fundamentais da administração pública;</p> <p>Plano de trabalho como parte integrante do convênio ou instrumento congênere.</p> <p>Artigo 52 e 55 da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/Diretoria de Controle Interno	Secretário/Gestor/ Responsável p/Contabilidade/ Diretor de Controle Interno	Assinado e publicado o convênio, o processo deverá ser encaminhado ao Setor de Contabilidade para empenho, liquidação, pagamento, registro da responsabilidade no sistema de compensação. O Setor de Contabilidade notificará o Diretor de Controle Interno sobre o pagamento para controle do prazo para apresentação da prestação de contas. Art. 60, da Lei (federal) 4.320/64.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/Diretoria de Controle Interno	Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno	Para cada convênio ou instrumento congênere será constituído processo específico, ao qual serão apensados os processos de prestação de contas parciais, se for o caso, e o processo de prestação de contas final. Art. 54, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/Diretoria de Controle Interno	Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno	Ao Município deverá manter controle atualizado sobre os recursos liberados e as prestações de contas. Artigo 55, da IN TC 14/2012.

Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/Gestor/ Beneficiário	<p>Constituem comprovantes regulares da despesa para fins de prestação de contas de recursos transferidos a outros entes, cópia dos documentos fiscais, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais (INSS e FGTS) e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:</p> <p>Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente, referência ao termo de ajuste e ao seu número;</p> <p>Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o ente complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;</p> <p>Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;</p> <p>Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;</p> <p>Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;</p> <p>Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;</p> <p>As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;</p> <p>Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;</p> <p>Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:</p> <p>Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;</p> <p>Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;</p> <p>Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;</p> <p>Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;</p> <p>Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados. Diligências ou notificações expedidas, se for o caso.</p> <p>Art. 30, 31, 32, 33, 36 e 56 da IN TC 14/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora	Secretário/Gestor/ Beneficiário	<p>Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência. Artigo 35, da IN TC 14/2012.</p>

		<p>A prestação de contas de recursos transferidos a outros entes da federação deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer técnico conclusivo pela regularidade, pela regularidade com ressalvas e recomendações ou pela irregularidade, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, devendo conter os seguintes documentos:</p> <p>Cópia do convênio e do plano de aplicação;</p> <p>Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;</p> <p>Balancete de prestação de contas assinado pela autoridade competente;</p> <p>Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;</p> <p>Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;</p> <p>Contratos, se houver;</p> <p>Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;</p> <p>Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;</p> <p>Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução e fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, em caso de obras;</p> <p>Cópia da proposta de preço vencedora, das atas da comissão de licitação, dos termos de adjudicação e de homologação das licitações realizadas e das justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade;</p> <p>Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;</p> <p>Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;</p> <p>Relação dos serviços prestados, se houver;</p> <p>Relação dos treinados ou capacitados, se houver;</p> <p>Relação com o nome, número do CPF, endereço e telefone dos beneficiários, em caso de doação;</p> <p>Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas, se houver;</p> <p>Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no termo de convênio, se for o caso;</p> <p>Cópia do termo de recebimento provisório ou definitivo a que se refere o art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei (federal) 8.666/93;</p> <p>Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do convênio; e</p> <p>Comprovante do recolhimento do saldo de recursos, inclusive rendimentos de aplicação, se houver;</p> <p>Diligências ou notificações expedidas, se for o caso;</p> <p>Parecer do Diretor de Controle Interno sobre a análise realizada nas contas, concluindo por considerá-la regular, regular com ressalva e recomendação ou irregular.</p> <p>Art. 57, da IN TC 14/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno/ Beneficiário	
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno/ Beneficiário	<p>A prestação de contas de cada parcela deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do recurso. Art. 58, da IN TC 14/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>A análise e o parecer do Diretor de Controle Interno devem considerar, dentre outros aspectos:</p> <p>A regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;</p> <p>A observância na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade e transparência e das normas regulamentares editadas pelo Município;</p> <p>O cumprimento do plano de trabalho;</p> <p>A regularidade dos documentos comprobatórios das despesas e da composição da prestação de contas;</p> <p>Execução física e o atendimento do objeto do repasse;</p> <p>Aplicação total ou parcial da contrapartida;</p> <p>Eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;</p> <p>Devolução de eventual saldo de recursos não aplicados, inclusive de receitas de aplicações financeiras;</p> <p>Artigo 47 e 48, da IN TC 14/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno/ Beneficiário	<p>Em caso de irregularidade na prestação de contas, o Diretor de Controle Interno notificará o responsável para apresentação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de esclarecimentos, documentos complementares ou comprovantes do recolhimento ao caixa da Unidade Gestora concedente do valor das despesas glosadas.</p> <p>Art. 47, §3º, da IN TC 14/2012.</p>

Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Decorrido o prazo para manifestação e mantida a irregularidade, o Diretor de Controle Interno concluirá seu parecer na forma da norma constante do item 10 acima, com registro da correta identificação dos responsáveis, a quantificação do dano causado ao erário e indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do débito. Art. 47, §3º e 48, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/Diretoria de Controle Interno	Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/Contabilidade	O processo de prestação de contas com parecer técnico do Diretor de Controle Interno deverá de imediato ser encaminhado ao Gestor da Unidade concedente para pronunciamento sobre as recomendações e/ou determinações indicadas no referido parecer técnico e ao responsável pela contabilidade para baixa da responsabilidade quando considerada regular. Art. 48, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/Diretoria de Controle Interno	Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/Contabilidade	Se o parecer técnico e o pronunciamento do Gestor da Unidade concedente for no sentido de instauração de Tomada de Contas Especial, aplicam-se as normas estabelecidas no item 8, do Anexo I do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores, sem prejuízo do registro contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que deu causa, adoção de medidas administrativas e judiciais para reparação do erário e da inclusão do responsável no cadastro informativo de débitos não quitados de forma a impedi-lo de receber novos recursos. Art. 49 caput e §1º, da IN TC 14/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno/ Beneficiário	Decorrido 15 (quinze) dias do prazo para apresentação da prestação de contas sem que esta seja apresentada, a Diretoria de Controle Interno deverá notificar o responsável a fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação. Art. 59, da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/Diretoria de Controle Interno	Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno	Decorrido o novo prazo sem apresentação da prestação de contas, o Diretor de Controle Interno do Município de imediato deverá sugerir ao Chefe de Poder Executivo a instauração de Tomada de Contas Especial na forma do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores, Anexo I, item 8. Artigo 59, parágrafo único da IN TC 14/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	As prestações de contas consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial (Atualmente R\$ 25.000,00), serão encaminhadas ao Tribunal para julgamento. Artigo 48, §3º da IN TC 14/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/Diretoria de Controle Interno	Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno	A tomada de contas especial poderá deixar de ser instaurada quando o valor do dano, atualizado monetariamente, for igual ou inferior ao valor adotado pela respectiva fazenda pública para dispensa do ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa, sem prejuízo de outras medidas para assegurar o ressarcimento do erário, e das sanções administrativas e penais cabíveis. Artigo 7º, §4º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Fica dispensado o encaminhamento ao Tribunal de Contas a Tomada de Contas Especial já constituída nas hipóteses de: Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente; Apresentação e aprovação da prestação de contas; Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial (Atualmente R\$ 25.000,00); Outra situação em que o débito seja descaracterizado. Art. 13, §1º, da IN TC 13/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidade Gestora/Diretoria de Controle Interno	Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno	Na hipótese prevista no item 19.3 acima, além da inclusão do nome do responsável no sistema de registros contábeis na condição de devedor do ente, o Diretor de Controle Interno providenciará o registro em cadastro de débitos não quitados se existente. Art. 13, §2º da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade exceder o valor indicado no item 19.3 acima, o Diretor de Controle Interno deverá consolidá-los em um mesmo procedimento de tomada de contas especial, e encaminhá-lo ao Tribunal. Art. 13, §3º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	O registro no cadastro de débitos não quitados deve ser excluído quando houver recolhimento do débito, com os devidos acréscimos legais, no âmbito administrativo interno ou quando o Tribunal: Julgar a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva; Excluir a responsabilidade do agente; Afastar o débito, ainda que julgadas irregulares as contas do responsável; Considerar ilíquidáveis as contas; Der quitação ao responsável pelo recolhimento do débito; Deferir parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento da primeira parcela. No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela é motivo para reinclusão do nome do responsável; Art. 14, da IN TC 13/2012.

Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Fica dispensado o encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses de: Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente; Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial; (Atualmente R\$ 25.000,00) Descaracterização do débito; Apresentação e aprovação da prestação de contas. Art. 13, §1º, da IN TC 13/2012. Artigo 49, da IN TC 14/2012.
		3.1.16. Formalização do Contrato
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras/ Procurador	1. Os contratos administrativos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com a minuta que acompanhou os termos do edital da licitação e da proposta de preços a que se vincula. Art. 54, § 1º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras/ Procurador	A formalização do contrato será obrigatória nos casos em que o valor da transação esteja compreendido nos limites das modalidades tomada de preço e concorrência, e dispensável nos demais casos ou independentemente do valor, nos casos de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras. Art. 62 da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras/ Procurador	3. Os contratos e seus aditivos deverão ser elaborados em conformidade com o disposto no capítulo III da Lei 8.666/93, publicados de forma resumida na imprensa oficial do Município até o 5º dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura e enviado ao TCE por meio eletrônico. Art. 61, § único da Lei 8.666/93 e Resolução TC 16/94.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras/ Procurador	4. O Contrato deverá, entre outros requisitos, ser protocolado e numerado em ordem sequencial com referência do ano, contendo em seu texto, quando for o caso, referência à licitação, registro em livro próprio ou arquivo eletrônico, em ordem cronológica com citação de pelo menos, o número, data, CPF ou CNPJ do contratado e o objeto. Art. 60 da Lei 8.666/93 e artigos 68 e 69 da Resolução TC 16/94.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras/ Procurador	5. A minuta dos contratos e seus aditivos serão previamente examinados pela Procuradoria Geral do Município. Art. 38, § único da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	6. A execução dos contratos e seus aditivos serão acompanhados e fiscalizados por profissional habilitado indicado pela Administração, com registro em livro próprio de todas as ocorrências relacionadas ao contrato. Art. 67 da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	7. Os contratos deverão ser objeto de controle quanto à execução do objeto, cumprimento de prazo, vigência e aditamentos tempestivos.
		3.1.17. Autorização de Fornecimento, Execução de Obras ou Serviços.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	1. O fornecimento, prestação de serviço e início de obra, dependerá sempre de autorização formal da autoridade competente ao vencedor do certame licitatório, do contratado ou do escolhido para atender a necessidade da administração nos casos de dispensa e do respectivo empenho da despesa. Art. 62, §2º da Lei 8.666/93 e artigo 60 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	2. A autorização de fornecimento, prestação de serviço e início da execução de obra será emitida em três vias: a 1ª via para o fornecedor; a 2ª via para a contabilidade; e a 3ª via para arquivo no Setor de Compras, Licitações e Contratos.
		3.1.18. Anulação de Empenho
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. É o ato emanado pela autoridade competente que anula para o Poder Público Municipal, o comprometimento de dotação, seja parcial ou total, de empenho ordinário, global ou por estimativa, com registro da justificativa da sua causa.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. A anulação de empenho tem origem em classificação imprópria, credor indevido, valor maior, histórico impróprio, cancelamento de ordem de fornecimento, aditamento de contrato reduzindo o objeto, entre outras origens.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. A anulação de empenho será processada pelo serviço de contabilidade que emitirá nota de anulação comprovando a reversão do valor anulado à dotação correspondente. Art. 38 da Lei 4.320/64.



Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. A nota de anulação de empenho conterá no mínimo: data, número, classificação institucional, funcional programática, econômica, fonte de recursos, valor, adição deste ao saldo da dotação, nome, endereço e o CNPJ ou CPF do credor, especificação do objeto, motivo da anulação, identificação e assinatura do titular da unidade ou da autoridade a quem for delegada competência para ordenar a despesa, contador e responsável pelo serviço.
		3.1.19. Liquidação da Despesa
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	1. A liquidação da despesa constitui o quarto estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base a licitação, contrato, autorização, nota de empenho, boletim de medição da obra ou serviço, diário de obras, termo de recebimento provisório e definitivo da obra, documento fiscal, relatório dos serviços realizados, relatório da fiscalização da execução da obra ou serviço, importância exata a ser paga e o verdadeiro credor. Art. 63 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	2. O ato da liquidação da despesa se efetivará mediante atestado registrado em documento próprio ou no corpo do documento fiscal, emitido pelo requisitante, usuário, responsável pelas compras, responsável pela execução ou pela fiscalização da obra ou serviço.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. O atestado de liquidação da despesa acompanhado do documento fiscal competente será encaminhado ao Setor de Contabilidade para registro contábil, emissão da respectiva ordem de pagamento pela Gerência Financeira com indicação da fonte de recursos e data de vencimento para obediência da ordem cronológica de pagamento na forma estabelecida no artigo 5º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. Quando do registro contábil da liquidação da despesa, se for o caso, far-se-á também o registro contábil das variações ativas por mutações patrimoniais em contrapartida com as contas correspondentes do Ativo. Art. 94 e 95 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	5. A execução de obras caracterizadas como bens de uso especial ou dominiais será objeto de registro em conta específica e individualizada, de forma a expressar o seu custo final para fins de registro e controle patrimonial.
Unidades Gestoras/ Seplan	Secretário/ Gestor/ Engenheiro	6. Em se tratando de obra ou serviço de engenharia, considerada concluída, será emitido termo de recebimento provisório e definitivo, conforme disposto no artigo 73 da Lei 8.666/93, com juntada de cópia no respectivo processo.
Unidades Gestoras/ Seplan/ Procuradoria Geral	Secretário/Gestor/ Procurador	7. Não aceita como liquidada a despesa, medidas administrativas e jurídicas cabíveis serão tomadas para que o interesse público seja preservado.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	8. Comunicação da liquidação da despesa aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, sobre as características e os valores pagos ao fornecedor. Art. 55, §3º da Lei 8.666/93.
		3.1.20. Incorporação de Bens ao Patrimônio
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	1. Após a liquidação da despesa com a aquisição de bens ou após a emissão do termo de recebimento definitivo da obra de uso especial ou dominial, far-se-á o seu registro no patrimônio com especificação completa do bem, numeração, identificação do responsável pela carga, fixação da placa de identificação quando for o caso, além de outras providências julgadas importantes para um bom controle sobre o bem. Art. 83, 94 e 95 da Lei 4.320/64.
		3.1.21. Registro de Entrada do Material no Almoxarifado.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	1. Os materiais de consumo em geral, adquiridos e estocados deverão ser objeto de registro contábil na conta almoxarifado do Sistema Patrimonial com base em informações repassadas pelo Responsável pelo Patrimônio. Art. 83, 94 e 95 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	2. A movimentação de entrada e saída dos materiais de consumo em estoque será objeto de controle físico baseado em Notas Fiscais e requisições de necessidades expedidas pelas Unidades Administrativas interessadas.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. A movimentação de saída de materiais de consumo do almoxarifado será informada à contabilidade para fins de registro contábil de baixa.
Secretaria da Saúde/ Fundo Municipal de Saúde	Secretário/ Gestor	A dispensação de medicamentos da farmácia básica nas Unidades de Saúde deverá ser objeto de rigoroso controle, de forma que permita apurar a qualquer tempo, a quantidade de cada medicamento que entrou e saiu do estoque e o nome do Munícipe beneficiado.

		3.1.22. Pagamento da Despesa
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor Tesoureiro	1. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenada pelo Prefeito, Gestor ou servidor legalmente designado, após regular liquidação. Art. 62 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. Ordem de pagamento é o despacho exarado pelo Prefeito Municipal, Gestor ou servidor legalmente designado e constitui o 6º e último estágio da despesa pública depois das transferências financeiras às Unidades Gestoras, e se constitui na emissão de ordem pelo serviço de contabilidade da Unidade Gestora. Art. 64 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3. A emissão de cheque nominal ao credor ou ordem bancária pelos respectivos agentes pagadores deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa homologada pelo Chefe de Poder correspondente, devidamente publicada. Art. 5º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	4. As despesas cujos valores não ultrapassem o limite de dispensa de licitação para compras e serviços de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, dentro de cada fonte diferenciada de recursos, serão pagas no prazo de até 5 cinco (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura. Art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93.
		3.1.23. Retenções de INSS, ISS, IRRF, Créditos da Fazenda Pública Municipal, Caução, Contribuição Previdenciária, Créditos da Fazenda Pública Municipal, etc.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Tesoureiro	A Ordem de Pagamento emitida deverá registrar todas as retenções previstas em contrato ou na legislação vigente, evidenciando o valor líquido a ser pago ao credor.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. As retenções constantes da Ordem de Pagamento serão objeto de registro contábil no Passivo Financeiro. Na Unidade Gestora Prefeitura, as retenções relacionadas ao ISS, IRRF e Créditos da Fazenda Pública, serão objeto de ingresso na Receita Orçamentária.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3. As retenções objeto de garantia contratual deverão ser aplicadas no mercado financeiro para devolução devidamente corrigida. Artigo 56, § 4º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Tesoureiro	Até o quinto dia útil do mês subsequente, as Unidades Gestoras, mediante registros contábeis, promoverão a transferência das retenções relacionadas ao ISS, IRRF e Créditos da Fazenda Pública à Unidade Gestora Prefeitura para registro como receita orçamentária. A transferência das retenções realizadas no mês de dezembro deverá ser realizada até o último dia útil do mesmo exercício.
		3.1.24. Anulação de Pagamento
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Tesoureiro	A anulação de pagamento pode ter origem na devolução de adiantamento de despesa, necessidade de correção da Nota de Empenho, devolução de bens adquiridos, alteração da fonte de recursos, entre outras situações legais.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Tesoureiro	Os ingressos de recursos financeiros originários da anulação de pagamentos serão depositados na conta bancária originária do pagamento.
		3.1.25. Inscrição em Restos a Pagar
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. Constitui restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro distinguindo-os de processados e não processados. Art. 36 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. O registro em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro deverá ser por exercício, por credor e especificação quando se tratar de Serviço da Dívida a Pagar. Art. 92 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. No último ano do mandato, as despesas empenhadas e não liquidadas só serão registradas em restos a pagar se houver suficiente disponibilidade de caixa na respectiva fonte de recurso. Art. 42 c/c 55, III, "b" 4 e 50, I da LC 101/2000.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	4. O pagamento dos restos a pagar obedecerá à ordem cronológica de exigibilidade. Art. 5º da Lei 8.666/93.
		3.1.26. Prestação de Contas de Convênio
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. As receitas financeiras auferidas com a aplicação dos recursos de convênio serão computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto da sua finalidade e demonstrada na prestação de contas. Art. 116, § 5º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. A execução do objeto do convênio, a aplicação dos recursos e a prestação de contas deverão observar rigorosamente os prazos e as normas estabelecidas no convênio;

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. Em casos de força maior e tempestivamente, será solicitada prorrogação de prazo para apresentação da prestação de contas.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. Os saldos financeiros dos convênios, inclusive os resultantes de aplicações financeiras, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos no prazo máximo de 30 dias, contados da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, mediante registro contábil em conta redutora de receita quando dentro do próprio exercício e, por empenho, quando fora do exercício em que ocorreu o ingresso. Art. 116, § 6º da Lei 8.666/93 e Portaria STN 303/2005 com alterações posteriores.
		3.1.27. Transferências Financeiras Concedidas
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Tesoureiro	1. A Transferência Financeira Concedida às Unidades Gestoras constitui o 5º estágio da despesa e consiste na entrega de recursos financeiros do tesouro central para as Unidades Gestoras Municipais: Câmara Municipal, fundos, autarquias, fundações e empresas dependentes, conforme previsão na Lei Orçamentária Anual e alterações posteriores, observado a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso aprovada para o exercício e o comportamento do fluxo de caixa.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. As Transferências Financeiras para as Unidades Gestoras Municipais será objeto de registro contábil na Prefeitura em conta do grupo "5. Resultado Diminutivo do Exercício", "5.1 Resultado Orçamentário", "5.1.2 Interferências Passivas", "5.1.2.1 Transferências Financeiras Concedidas" e nas Unidades Gestoras beneficiadas em conta do grupo "6. Resultado Aumentativo do Exercício", "6.1. Resultado Orçamentário", "6.1.2. Transferências Ativas", e "6.1.2.1. Transferências Financeiras Recebidas".
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. As Transferências Financeiras à Câmara Municipal, oriundas da fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários serão realizadas até o dia 20 de cada mês. Art. 29A, § 2º, II da CF.
Unidades Gestoras	Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. Os dados da execução orçamentária e financeira das Unidades Gestoras deverão ser disponibilizados à contabilidade geral do Município até o quinto dia útil do mês subsequente ao de referência para consolidação, geração de relatórios e remessa de dados e informações ao Tribunal de Contas.
Câmara Municipal	Gestor/ Responsável pela Con- tabilidade	5. Os recursos financeiros não utilizados pela Câmara Municipal até 31/12, desde que não comprometidos, deverão ser recolhidos ao caixa central da Prefeitura até quinto dia útil do exercício seguinte.

Responsável p/Execução do Ato		
Unidade Gestora/ Unidade Administrativa	Responsável	3. Despesa 3.2. Despesa Extra-orçamentária

		3.2.1. Cancelamento de Restos a Pagar
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. Os restos a pagar não processados e não pagos até 31/12 do exercício seguinte à sua inscrição deverão ser cancelados.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. O registro contábil do cancelamento de restos a pagar será processado em contrapartida com conta do grupo "6. Resultado Aumentativo do Exercício", "6.2.3.3.1.05.00 – Restos a Pagar", com repercussão positiva no resultado patrimonial.
		3.2.2. Pagamento das Retenções de INSS, ISS, IRRF, Caução, Contribuições Previdenciárias, Pensão Alimentícia, Empréstimos Consignados.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	O pagamento das retenções como: INSS, Caução, Contribuição Previdenciária dos Servidores e outras devem observar as respectivas datas de vencimentos.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	2. A iniciativa do processo de devolução das cauções dadas em garantia nos contratos é do interessado, mediante requerimento protocolado com relato dos fatos, das razões de direito e juntando os comprovantes necessários.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3. O pedido de devolução das cauções será examinado pelo fiscal da obra, do serviço ou do fornecimento para constatar do direito, exarando parecer fundamentado para, se for o caso, autorização pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças ou pelo Gestor da Unidade.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Tesoureiro	4. Autorizado o pagamento de retenções, ela se efetivará com a emissão de ordem de pagamento, cheque nominal ou ordem bancária ao credor e registro contábil envolvendo as respectivas contas do Passivo e Ativo Circulante do Grupo Financeiro.
		3.2.3. Pagamento de Restos a Pagar
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	1. O pagamento de Restos a Pagar só será efetuado quando ordenada pelo Prefeito, Gestor ou servidor legalmente designado, após regular liquidação. Art. 62 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	2. Ordem de pagamento é o despacho exarado pelo Prefeito Municipal, Gestor ou servidor legalmente designado e é considerado o 6º e último estágio da despesa pública, depois das transferências financeiras, e se constitui na emissão de ordem pela Gerência Financeira da Unidade Gestora correspondente. Art. 64 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3. A emissão de cheque nominal ao credor ou ordem bancária pelos respectivos agentes pagadores deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa homologada pelo Chefe de Poder correspondente, devidamente publicada. Art. 5º da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	4. Os Restos a Pagar cujos valores não ultrapassem o limite de dispensa de licitação para compras e serviços de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, dentro de cada fonte diferenciada de recursos, serão pagas no prazo de até 5 cinco (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura. Art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93.
		3.2.4. Pagamento de Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	O pagamento do valor principal da operação de crédito por ARO será realizado mediante registros contábeis no fluxo extra-orçamentário. Art. 92, da Lei (federal) nº 4320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	Os encargos financeiros incidentes sobre a operação de crédito por ARO serão contabilizados como despesa orçamentária no Grupo de Natureza de Despesa: 3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida/ Aplicação Direta, nos elementos de despesa: 25 – Encargos sobre Operações de Crédito por ARO e 75 – Correção Monetária da Dívida com Operações de Crédito por ARO. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores.
Responsável p/Execução do Ato		
Unidade Gestora/ Unidade Administrativa	Servidor	4. Patrimônio 4.1. Bens Imóveis
		4.1.1. Controle Físico, Cadastral e Contábil da Movimentação.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	1. São Bens Imóveis: O solo com seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo a superfície, as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo, o subsolo; Tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo, como a semente lançada a terra, os edifícios e construções de modo que se não possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano; Tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento ou comodidade. Art. 43 do Código Civil.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	2. A movimentação da conta contábil "Bens Imóveis" se dará pelos atos administrativos de: aquisição, recebimento em doação ou dação em pagamento, desapropriação, usucapião, transferência por doação, construção, ampliação, reavaliação, perda por sinistro, alienação, depreciação e exaustão.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	3. Cada "Bem Imóvel" será objeto de formação de processo com os seguintes documentos: – Básicos: 3.1.1. Translado da Escritura; 3.1.2. Registro no Cartório de Imóveis 3.2 – Complementares: Cópia da planta do terreno com representação das benfeitorias; Cópia de planta de situação; Folha de tombo; Cópia de Termo de Responsabilidade Administrativa sobre imóvel distribuído; Ficha de Cadastro de Imóvel no controle patrimonial; Laudo de vistoria; Termo de entrega e recebimento do imóvel; Termos de recebimento provisório e definitivo de obra quando for o caso; Original do "Habite-se"; Outros
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4. A folha de tombo conterá as seguintes informações mínimas: Município e Estado; Endereço e denominação pelo qual o imóvel é eventualmente conhecido; Destinação do imóvel; Forma de aquisição, número da nota de empenho, fonte de recursos e transferidor; Identificação do título de transferência, cartório, comarca, nº de registro, livro, folha e data; Dimensões do terreno e área do imóvel; Valor de aquisição; Descrições dos limites e confrontações do terreno; Especificação detalhada das benfeitorias; Tipo de cerca existente; Outras informações úteis para melhor caracterização do imóvel.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	5. O estado de cada imóvel deverá ser verificado pelo menos uma vez por ano, com relato das condições, comunicação ao responsável para providências de limpeza e conservação, se for o caso, para manter a posse.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	6. Os bens imóveis deverão ser avaliados pelo menos a cada dois anos através de comissão especialmente designada para este fim, mediante emissão de laudo que servirá de base para atualização dos registros contábeis.



Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	7. O controle dos bens imóveis será documental, através de processos com as informações acima descritas; contábil, através de registros em contas específicas; e cadastral, através de programa informatizado.
Responsável p/Execução do Ato		
Unidades Gestoras/ Unidade Administrativa	Servidor	4. PATRIMÔNIO 4.2. Bens Móveis
		4.2.1. Controle Contábil, Cadastral e Físico
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	Os bens móveis serão objeto de registro analítico individualizado, com indicação das suas características e dos responsáveis pela sua guarda e administração. Art. 94 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	2. O registro contábil dos bens móveis poderá ser de forma sintética e o seu valor deve conferir com os registros cadastrais. Art. 95 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	3. Para conferência das responsabilidades pela guarda e confrontação com a escrituração contábil e cadastral, os bens móveis deverão ser inventariados pelo menos uma vez por ano. Art. 96 da Lei 4.320/64.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4. O controle dos bens móveis envolverá toda e qualquer movimentação através de registro: Da distribuição dos bens logo após a aquisição; Da afiação de chapas de identificação do nº de registro; Da emissão do termo de responsabilidade e guarda dos bens; Do recolhimento por inservibilidade, desnecessidade, obsoleto ou excedente; perda ou extravio, furto ou roubo; alienação, doação, entre outros; Da redistribuição; Do empréstimo, troca ou transferência; Da baixa, etc.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	5. O controle cadastral dos bens deverá conter informações, no que couber, tais como: Nº do registro cadastral; Requisitante do bem; Nomenclatura e descrição do bem; Dados do fornecedor; Número da nota de empenho, valor e fonte de recursos; Movimentação de carga, data, nº do documento fiscal, nº do termo de responsabilidade, transferência, recolhimento, descrição da declaração etc. Identificação do responsável que autorizou a baixa; Outras informações necessárias ao perfeito controle dos bens.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	6. O servidor responsável pelo bem deverá comunicar imediatamente o Responsável pelo Patrimônio qualquer ocorrência, tais como: extravio, alterações nas características como retirada de partes, adaptações, extravio da placa de identificação, saída para outro setor, etc.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Guarda do Bem	7. A conservação dos bens é responsabilidade de todos os servidores mediante uso adequado e cuidados com a manutenção preventiva e corretiva.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pela Guarda do Bem	8. Cabe ao responsável pelo bem solicitar, sempre que necessário, a manutenção preventiva e corretiva.

Responsável p/Execução do Ato		
Unidades Gestoras/ Unidade Administrativa	Responsável	5. ATOS DE PESSOAL 5.1. Ingresso no Serviço Público
		5.1.1. Provimento Efetivo
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. A investidura em cargo público de provimento efetivo dependerá sempre de aprovação em concurso público na forma estabelecida no Estatuto dos Servidores e no Regulamento do Concurso Público. Art. 37, II, da CF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	2. O concurso público será promovido mediante autorização da autoridade competente para preenchimento de cargos vagos e de necessidade permanente para a administração pública. Art. 37, inciso II c/c inciso III.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	3. O processo de concurso público deve obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, o disposto no Estatuto dos Servidores, no Regulamento do Concurso e reservará percentual dos cargos e empregos para pessoas portadoras de deficiência na forma da Lei Municipal e Art. 37, caput, VIII da CF.
		4. O processo administrativo formalizado em decorrência de admissão de pessoal para o serviço público permanecerá no Setor de Recursos Humanos à disposição do Tribunal de Contas para exame da legalidade, e será instruído com os seguintes documentos: Declaração da autoridade competente que existe dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Art. 169, §1º, inciso I da CF/88) Autorização específica na LDO; (Art. 169, §1º, inciso II da CF/88) Declaração da autoridade competente que a despesa com pessoal não excede a 95% do limite do Poder correspondente; (Art. 22, parágrafo único da LRF) Estimativa do Impacto orçamentário-financeiro; (Art. 16 e 17, da LRF) Número do Edital do Concurso Público; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Comprovação da homologação do resultado final do concurso; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol dos aprovados; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Ato de admissão; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Regime jurídico; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Termo de posse; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Comprovação relativa: A nacionalidade brasileira; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor); (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral); (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Idade mínima de 18 anos; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Habilitação exigida no edital; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Informação concernente aos dados pessoais como: nome sexo, CPF, número de registro ou matrícula, cargo/emprego, classe, nível, padrão de referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Endereço; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Declaração de bens; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI) Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão. (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	Informações sobre o edital e sobre as nomeações ocorridas em cada bimestre devem ser remetidas ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, via Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge. Art. 9º, da IN TC 11/2011.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	No exercício do cargo o servidor permanecerá em estágio probatório pelo período de três anos, contados da posse, período em que será avaliado pela chefia imediata quanto ao desempenho, assiduidade e dedicação, na forma estabelecida em lei e regulamento. Art. 41, § 4º da CF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	Aprovado no estágio probatório o servidor permanecerá no cargo e adquirirá a estabilidade. Art. 41 da CF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	Reprovado no estágio probatório o servidor será exonerado mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Art. 5º, LV e 41, § 1º, III da CF.
		5.1.2. Provimento Temporário
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	A contratação de pessoal por tempo determinado poderá ocorrer nas seguintes situações: Por motivo de excepcional interesse público; Art. 1º, inciso I, da Lei (Municipal) nº 1.754/2001; Para substituir servidor efetivo; Art. 1º, inciso II, c/c art. 2º, §1º, da Lei (Municipal) nº 1754/2001; Para cumprir objeto de convênio e programas temporários firmados com órgãos públicos federais, estaduais, entidades beneficentes sem fins lucrativos, programa de reflorestamento, campanhas relativas ao lixo e programa de alfabetização de adultos. Art. 1º, inciso III, da Lei (Municipal) nº 1754/2001.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	A investidura em cargo público de provimento temporário dependerá da aprovação em processo seletivo simplificado, salvo em situações de emergência e estado de calamidade pública, autorização em lei municipal, previsão na LDO e destinado a substituir servidor em: (Artigo 37, inciso IX, artigo 169, da CF/88 e artigo 2º, §1º c/c artigo 3º, da Lei (municipal) nº 1.754/2001) Licença para tratamento de saúde; Afastamento para cumprir pena disciplinar; Serviço militar obrigatório; Licença sem vencimento para tratar de serviços de interesse particular; Licença para assistência pessoal, tratamento de pessoa da família; Licença por mudança de domicílio quando casado; Licença prêmio; e Afastamento definitivo na impossibilidade de realização imediata de concurso público para preenchimento da vaga.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	O processo seletivo será promovido mediante autorização do Chefe do Poder correspondente.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	O prazo de vigência das contratações de pessoal por tempo determinado obedecerá: (Artigo 4º, da Lei (Municipal) 1.754/2001) O prazo em que servidor titular ficar afastado; O prazo em que perdurar a situação de emergência ou estado de calamidade pública; e O prazo do convênio ou programa.

		<p>O processo administrativo formalizado em decorrência da contratação de pessoal para o serviço público por prazo determinado permanecerá no Setor de Recursos Humanos à disposição do Tribunal de Contas para exame da legalidade, e será instruído com os seguintes documentos:</p> <p>Caracterização da necessidade temporária e do excepcional interesse público;</p> <p>Documentos que comprovem a realização do processo seletivo ou documentos que justifiquem a sua dispensa quando presente relevantes situações de interesse público;</p> <p>Comprovação de autorização específica na LDO; (Art. 169, da CF/88)</p> <p>Comprovação de que a contratação está em consonância com a lei municipal que disciplina a matéria. (Art. 37, IX da CF/88)</p> <p>Declaração da autoridade competente que existe dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Art. 169 da CF/88)</p> <p>Declaração da autoridade competente que a despesa com pessoal não excede a 95% do limite do Poder correspondente; (Art. 22, parágrafo único da LRF)</p> <p>Número do Edital do Processo Seletivo; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Comprovação da homologação do resultado final do processo seletivo; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Comprovante de publicidade do edital do processo seletivo e do rol dos aprovados; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Minuta do contrato e comprovante da sua publicação, se for o caso; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Regime jurídico; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Comprovação relativa:</p> <p>A nacionalidade brasileira; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor); (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Quitação com as obrigações militares, quando for o caso; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral); (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Idade mínima de 18 anos; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Habilitação exigida no edital; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital do processo seletivo; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Informação concernente aos dados pessoais como: nome sexo, CPF, número de registro ou matrícula, cargo/emprego, vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Endereço; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Declaração de bens; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão. (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p>
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	<p>Informações sobre o edital e sobre as contratações ocorridas em cada bimestre devem ser remetidas ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, via Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge. Art. 9º, da IN TC 11/2011.</p>
		5.1.3. Provimento em Comissão
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	<p>1. A investidura em cargo público de provimento em comissão dependerá da existência de vaga e é de livre nomeação e exoneração pelo Chefe de Poder correspondente. Art. 37, inciso II, da CF.</p>
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	<p>2. Os cargos em comissão destinam-se exclusivamente às atribuições de chefia, direção e assessoramento. Art. 37, V da CF.</p>

		<p>O processo administrativo formalizado em decorrência da nomeação de pessoal para cargo em comissão permanecerá na Gerência de Recursos Humanos à disposição do Tribunal de Contas para exame da legalidade, e será instruído com os seguintes documentos:</p> <p>Comprovação de autorização específica na LDO; (art. 169, da CF/88)</p> <p>Declaração da autoridade competente que existe dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Art. 169 da CF/88)</p> <p>Declaração da autoridade competente que a despesa com pessoal não excede a 95% do limite do Poder correspondente; (Art. 22, parágrafo único da LRF)</p> <p>Ato de nomeação; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Comprovação da existência de cargo criado por lei; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Regime jurídico; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Termo de posse; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Comprovação relativa:</p> <p>A nacionalidade brasileira; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor); (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Quitação com as obrigações militares, quando for o caso; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral); (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Idade mínima de 18 anos; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Informação concernente aos dados pessoais como: nome sexo, CPF, número de registro ou matrícula, cargo, remuneração, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Endereço; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Declaração de bens; (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p> <p>Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão. (Art. 10, da IN TC 11/2011, Anexo VI)</p>
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	<p>Informações sobre o edital e sobre as contratações ocorridas em cada bimestre devem ser remetidas ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, via Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge. Art. 9º, da IN TC 11/2011.</p>
		5.1.4. Provimento dos Cargos Eletivos
Câmara Municipal/ Secretaria da Câmara	Secretário	<p>1. Os vereadores serão empossados em sessão solene realizada no dia 1º de janeiro do início de cada legislatura mediante juramento, apresentação do diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens, documentos pessoais e assinatura do termo de posse, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara.</p>
Câmara Municipal/ Secretaria da Câmara	Secretário	<p>2. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão empossados pela Câmara Municipal no dia 1º de janeiro do início do mandato em sessão solene na Câmara mediante juramento, apresentação de diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens, documentos pessoais e assinatura do termo de posse, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.</p>
Prefeitura/ Secretaria da Assistência Social	Secretário	<p>3. Os membros do Conselho Tutelar, escolhidos por eleição direta na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente, e nomeados pelo Prefeito Municipal, serão empossados mediante apresentação da ata da eleição, documentos pessoais e assinatura do termo de posse em livro próprio.</p>
		5.1.5. Estagiários
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	<p>1. O estágio no serviço público tem a função de preparar estudantes para o mercado de trabalho.</p>
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	<p>2. A contratação de estudantes estagiários será realizada através de processo seletivo simplificado ou nos termos de convênio firmado com a CIEE, para desempenho de funções de apoio às atividades próprias dos servidores.</p>
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	<p>3. Os estagiários deverão ser amparados por apólice de seguro de acidente de trabalho.</p>



Responsável p/Execução do Ato		
Unidades Gestoras/ Unidade Administrativa	Responsável	5. ATOS DE PESSOAL 5.2. Controles Funcionais
		5.2.1. Registro Funcional
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. As ocorrências funcionais do servidor em relação a promoções, atribuições, licenças, férias, punições e outras, serão objeto de registro em ficha individual ou em banco de dados informatizado de forma a espelhar sua atuação e situação funcional no serviço público.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	2. Os documentos relacionados às ocorrências funcionais do servidor serão arquivados em boa ordem e em pastas individuais.
		5.2.2. Frequência do servidor
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	A frequência do servidor ao trabalho será controlada através do registro em ponto, que servirá de base para elaboração da folha de pagamento e liquidação da despesa com pessoal.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	As faltas justificadas, quando possível, deverão ser objeto de comprovação quanto á justificativa apresentada.
		5.2.3. Hora Extra
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	A realização de serviços extraordinários, limitado a 120 (cento e vinte horas) no semestre, dependerá de requerimento do servidor ao Secretário Municipal de Administração e Finanças ou ao Chefe de Poder correspondente, caracterização da necessidade imperiosa, temporária e excepcional, autorização expressa da autoridade competente e registro do ponto. Art. 134, inciso I e 135, §§3º e 4º, da Lei (municipal) nº 1.207/2002.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	As horas registradas no cartão ponto e que excederem a carga horária mensal, não serão consideradas como hora extra se não atenderem o disposto no item 1 acima.
		5.2.4. Férias
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. As férias devidas aos servidores serão concedidas em um dos doze meses subsequentes ao período aquisitivo, conforme escala de férias previamente elaborada e publicada pelo Setor de Recursos Humanos e aprovada pela autoridade competente. Art. 72, §1º, da Lei Municipal nº 1.207/92.
		5.2.5. Licença Prêmio
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença-prêmio, facultado ao servidor a conversão de 1/3 e pecúnia. Art. 102, da Lei (Municipal) nº 1207/92.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	A contagem do período aquisitivo será interrompida se o funcionário for punido com suspensão, faltar de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias, na licença não remunerada e pelo período que exceder a 60 (sessenta) dias no caso de licença para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família, excetuando-se as licenças compulsórias. Art. 104, da Lei (Municipal) nº 1207/92.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. A licença prêmio conquistada pelo servidor será por ele requerida. O momento da sua concessão para gozo observará o interesse público.
		5.2.6. Promoções

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	Promoção é o ato pelo qual o servidor tem acesso às faixas de vencimentos ou salários imediatamente superiores aquela que ocupa. Art. 33, da Lei (Municipal) nº 1207/92.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	A promoção será realizada pelo Setor de Recursos Humanos e obedecerá ao critério de antiguidade e ocorrerá de forma automática a cada 3 (três) anos. Art. 34, 35 e 45 da Lei (Municipal) nº 1207/92.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	Não será promovido o servidor em estágio probatório e o servidor que, no interstício aquisitivo apresentar uma das seguintes ocorrências: Tiver sido condenado em processo criminal, cuja pena, não tenha sido extinta; Apresentar dez ou mais faltas injustificadas ao trabalho; Tiver gozado de licença pra tratar de interesses particulares; Tiver recebido a penalidade de suspensão.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	As promoções funcionais previstas no Estatuto dos Servidores ou no Plano de Cargos e Vencimentos serão objeto de controle quanto à sua conquista do direito.
		5.2.6-A Elaboração da Folha de Pagamento
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras	Secretário/ Responsável p/ Setor de Recursos Humanos/ Gestor	As verbas salariais que comporão a remuneração mensal de cada servidor deverão ser calculadas com base no registro da frequência, eventual autorização para realizar hora extra, consonância com o Plano de Cargos e Salários, estatuto dos servidores e legislação complementar, de forma que o princípio da legalidade seja observado.
		5.2.7. Gfip – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. O preenchimento da Gfip será realizado por Unidade Gestora com CNPJ e enviado no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.
		5.2.8. Demonstrativo Previdenciário
Iprevent	Diretor do Instituto	1. O Demonstrativo Previdenciário será elaborado e enviado à Secretaria Nacional da Previdência Social nos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.
		5.2.9. Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. O Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores de que trata a IN TC nº 02/2001 em seu artigo 12, será elaborada e encaminhada ao Tribunal de Contas nos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.
		5.2.10. Declaração de Bens

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. Entrega na Gerência de Recursos Humanos pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, e todos quantos exerçam cargos eletivos e cargos, empregos ou funções de confiança, no momento da posse, entrada em exercício do cargo, emprego ou função, bem como na data do término da gestão ou mandato, e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo. As declarações de bens permanecerão sob a guarda do Setor de Recursos Humanos para remessa ao Tribunal de Contas quando requisitadas. IN nº TC 01/2006. Obs. A declaração de bens será feita em conformidade com o formulário padrão constante da referida Instrução Normativa e poderá ser substituída por cópia daquela apresentada à Receita Federal.
		5.2.11. Publicação dos Subsídios e da Remuneração dos Cargos e Empregos Públicos
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. O valor dos subsídios dos Agentes Políticos e a remuneração dos cargos e empregos públicos será publicado anualmente no órgão oficial do Município no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para ao Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 39, § 6º da CF.
		5.2.12. Rais
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. Preenchimento da Rais por Unidade Gestora com CNPJ e encaminhamento à CEF no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações aprovada pelo Chefe de Poder. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.
		5.2.13. Declaração Anual dos Rendimentos Pagos ou Creditados
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	Elaboração e entrega da Declaração dos Rendimentos Pagos ou Creditados a qualquer título no exercício anterior aos servidores, agentes políticos ou prestadores de serviços, no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	2. DIRF - Encaminhamento a Receita Federal do Brasil os rendimentos pagos ou creditados a qualquer título no exercício anterior a servidores, agentes políticos e prestadores de serviço.

Responsável p/Execução do Ato		5. ATOS DE PESSOAL 5.3. Vacância
Unidades Gestoras/ Unidade Administrativa	Responsável	
		5.3.1. Cargos Efetivos
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. Por exoneração, a pedido do servidor mediante apresentação de requerimento formal, declaração de bens, atestado demissional de saúde, cálculo de eventuais saldos de remuneração e elaboração da Portaria de exoneração para publicação desta no órgão oficial do Município.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Iprevent	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Instituto	2. Por aposentadoria compulsória com a verificação da idade máxima de 70 anos para permanecer no serviço público, apresentação da declaração de bens, cálculo de eventuais saldos de remuneração, parecer do controle interno quanto á legalidade do ato, edição de Portaria com publicação no órgão oficial do Município, encaminhamento da documentação necessária ao RPPS e remessa eletrônica de informações e documentos ao Tribunal de Contas para registro, observado o prazo de noventa dias, contados da publicação do ato. Art. 40, §1º, II da CF e IN TC 11/2011.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Iprevent	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Instituto	3. Por aposentadoria voluntária mediante apresentação de requerimento formal, contagem do tempo de serviço, cálculo da remuneração com memória, verificação do atendimento dos requisitos legais, apresentação de declaração de bens, cálculo e pagamento de eventuais saldos de remuneração, parecer do Controle Interno sobre a legalidade do ato e edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município, encaminhamento da documentação necessária ao RPPS e remessa eletrônica de informações e documentos ao Tribunal de Contas para registro, observado o prazo de noventa dias, contados da publicação do ato. Art. 40, §1º, II da CF e IN TC 11/2011.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Iprevent	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Instituto	4. Por aposentadoria involuntária decorrente de acidente de trabalho ou doença, mediante preenchimento da declaração de acidente de trabalho ou formulários e encaminhamento para inspeção médica com parecer final da junta médica, cálculo dos proventos com memória, apresentação de declaração de bens, cálculo e pagamento de eventuais saldos de remuneração, parecer do Controle Interno, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município, encaminhamento da documentação necessária ao RPPS e remessa eletrônica de informações e documentos ao Tribunal de Contas para registro, observado o prazo de noventa dias, contados da publicação do ato. Art. 40, §1º, II da CF e IN TC 11/2011.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Iprevent	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Instituto	5. Por falecimento, mediante apresentação do atestado de óbito pelos familiares, cálculo e pagamento aos herdeiros de eventuais saldos de remuneração conforme indicação da justiça, cálculo da pensão com memória, apresentação de declaração de bens, parecer do Controle Interno, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município, encaminhamento da documentação necessária ao RPPS e remessa eletrônica de informações e documentos ao Tribunal de Contas para registro, observado o prazo de noventa dias, contados da publicação do ato. IN TC 11/2011.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Iprevent	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Instituto	6. Por exoneração, baseado em decisão em processo administrativo, cálculo e pagamento de eventuais saldos de remuneração, atestado de saúde demissional, apresentação de declaração de bens, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município.
		5.3.2. Cargos em Comissão
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	1. Por exoneração mediante apresentação de carta, declaração de bens, cálculo e pagamento de eventuais saldos de remuneração, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	2. Por destituição mediante ordem do Chefe de Poder, apresentação de declaração de bens, cálculo e pagamento de eventuais saldos de remuneração, edição de Portaria com publicação desta no órgão oficial do Município.
Responsável p/Execução do Ato		6. Outros Controles Operacionais
Unidades Gestoras/ Unidade Administrativa	Responsável	
		6.1. Acompanhamento do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	Até o final do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre, conforme Agenda de Obrigações Diária, aprovada para o Município de Nova Trento (Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011), será elaborado e publicado demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação em cada fonte de recursos para verificação da necessidade ou não do procedimento administrativo da decretação de limitação de empenho e movimentação financeira, Anexo X, do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 9º da LRF.
		6.2. Limitação de Empenho
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. A limitação de empenho e movimentação financeira é um procedimento administrativo imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de preservar o alcance das metas fiscais estabelecidas em anexo da LDO e consiste no contingenciamento de créditos orçamentários para compensar a frustração da arrecadação, em cada fonte de recursos, prevista até o bimestre de referência e, se for o caso, para recondução da dívida ao limite legal. Artigo 9º e 31, inciso II da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Câmara Municipal	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor	2. Verificado ao final de um bimestre que o comportamento da arrecadação poderá afetar o cumprimento das metas fiscais de resultado primário ou nominal estabelecido na LDO os Poderes: Executivo e Legislativo por ato próprio e nos montantes necessários promoverão nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira através do contingenciamento de créditos orçamentários, segundo critérios fixados pela LDO. Art. 9º da LRF;
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Câmara Municipal	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor	3. Verificado ao final de cada quadrimestre que o montante da dívida fiscal líquida ultrapassou o limite de 120% da RCL, enquanto perdurar o excesso, os Poderes Executivo e Legislativo, por ato próprio e nos montantes necessários promoverão nos três quadrimestres subsequentes, limitação de empenho através do contingenciamento de créditos orçamentários, segundo critérios fixados na LDO. Art. 31, II da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. A necessidade de limitação de empenho e o montante necessário será comunicado oficialmente ao Chefe do Poder Legislativo até o dia 15 do mês seguinte ao período de apuração.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Câmara Municipal	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor	5. A limitação de empenho será estabelecida por Decreto do Chefe do Poder Executivo e do Poder Legislativo, observada a vinculação dos recursos
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Câmara Municipal	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor	6. Restabelecida a arrecadação ou o limite de endividamento, ainda que parcial, a recomposição das dotações contingenciadas se dará de forma proporcional às reduções efetivadas através de decretos dos titulares dos Poderes com base em exposição fundamentada. Art. 9º, § 1º da LRF;
		6.3. Elaboração e Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. O RREO é uma exigência da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado na forma dos demonstrativos descritos nos artigos 52 e 53, cujo manual de elaboração consta da Portaria STN nº 407/2011 com o objetivo de dar transparência à execução orçamentária, de forma a permitir o seu controle social. Art. 165, § 3º da CF.



Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. Integra o RREO os seguintes demonstrativos, na forma dos anexos constantes da Portaria STN nº 407/2011: Anexo I – Balanço Orçamentário; Anexo II – Demonstrativo da Execução da Despesa por Função/Sub-Função; Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida; Anexo V – Demonstrativo da Receita e Despesa Previdenciária do Regime Próprio da Previdência Social; Anexo VI – Demonstrativo do Resultado Nominal; Anexo VII – Demonstrativo do Resultado Primário; Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão; Anexo X – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Anexo XI – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital; Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência; Anexo XIV – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação desses Recursos; Anexo XVI – Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde. Anexo XVII – Demonstrativo Simplificado do RREO.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. O RREO será elaborado, publicado e enviado à CEF e ao Tribunal de Contas do Estado nas datas e prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para o Município de Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. Artigos 48, 52 e 53 da LRF. Art. 72 da LDB. Art. 7º da Portaria IN STN nº1/2005. Art. 12 da IN TCE nº 02/2001.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. A publicação do RREO será realizada na imprensa oficial do Município e em meios eletrônicos de acesso público. Art. 6º, da IN nº 02/2001 e art. 48 da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	5. O RREO será assinado pelo responsável pela contabilidade, pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e pelo Prefeito Municipal.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6. O RREO deverá ser arquivado em ordem cronológica, por meio documental, no Poder ou Órgão, pelo prazo de cinco anos, a contar do dia 1º do ano subsequente ao da elaboração. Art. 6º da IN TCE nº 02/2001.
		6.4. Elaboração e Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Câmara Municipal	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. O RGF é uma exigência da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF elaborado na forma dos demonstrativos descritos no artigo 55, cujo manual de elaboração consta da Portaria STN nº 407/2011 e tem como objetivo dar transparência aos atos de gestão de forma a permitir o acompanhamento à obediência a limites de gastos e de endividamento, e avaliar a responsabilidade fiscal do gestor público.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Câmara Municipal	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. Integra o RGF os seguintes demonstrativos na forma dos anexos constantes da Portaria STN nº 407/2011:  PODER LEGISLATIVO Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; Anexo VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar; Anexo VII – Demonstrativo dos Limites.  PODER EXECUTIVO Anexo I – Demonstrativo da Despesa Com Pessoal; Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada; Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contra-Garantias de Valores; Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito; Anexo V – Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa; Anexo VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar; Anexo VII – Demonstrativo dos Limites.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Câmara Municipal	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. O RGF será publicado na imprensa oficial do Município e em meios eletrônicos (Artigos 48, 54, 55 e 72 da LRF), enviado ao TCE (Artigo 12 da IN TC nº 02/2001), à Câmara Municipal (Artigo 59 da LRF, c/c artigo 5º, I da Lei Federal nº 10.028/2000) e à CEF (Artigo 6º, § único da Portaria IN STN nº1/2005, nos locais e prazos identificados na Agenda de Obrigações Diária, aprovada para Nova Trento). Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.

Câmara Municipal	Responsável pela Contabilidade	4. O RGF do Poder Legislativo será elaborado, conferido, publicado e enviado ao TCE e ao Poder Executivo pelo serviço de contabilidade da Câmara Municipal, observado os prazos indicados na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para Nova Trento. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.
Câmara Municipal	Responsável pela Contabilidade	5. O RGF do Poder Legislativo será assinado pelo Presidente da Câmara, demais membros da Mesa Diretora, pelo responsável pela administração financeira e pelo responsável pelo controle interno da Câmara. Artigo 5º, § 3º, VII e VIII da IN nº 02/2001.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Controladoria Geral	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Diretor de Controle Interno	6. O RGF do Poder Executivo será assinado pelo Prefeito, pelo responsável pela administração financeira e pelo responsável pelo controle interno. Art. 54, parágrafo único da LRF e Art. 5º, § 3º, VI e VIII da IN nº 02/2001.
		6.5. Avaliação em Audiência Pública do cumprimento das Metas Fiscais e Físicas estabelecidas para o Quadrimestre de referência
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	As metas fiscais e físicas estabelecidas na LDO e desdobradas em metas quadrimestrais (Anexos III e IV, do Decreto Municipal nº 107/2011) serão demonstradas e avaliadas o seu cumprimento em Audiência Pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal na forma dos Anexos V e VI, do Decreto Municipal nº 107/2011, com obediência ao seguinte calendário: Art. 9º, § 4º da LRF. Até 31/05 para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para o 1º quadrimestre do exercício de referência. Até 30/09 para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para o 2º quadrimestre do exercício de referência; Até 28/02 para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais e físicas fixadas para o 3º quadrimestre do exercício imediatamente anterior.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. A lista de presença e a ata das Audiências Públicas serão objeto de registro em livro próprio.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. O Tribunal de Contas será cientificado da realização das Audiências Públicas para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para cada quadrimestre, nos prazos indicados na Agenda de Obrigações Diárias. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011. Art. 17, I da IN TCE nº 02/2001.
		6.6. Controle da Execução de Obras
Unidades Gestoras/ Secretaria de Planejamento/ Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	Gestor/ Secretário	Do processo de execução da obra deve constar: Anotação de Responsabilidade Técnica, no CREA, do autor do projeto e do responsável técnico pela obra. Artigos 1º e 2º, da Lei (federal) 6496/77; Registro junto ao CREA, da empreiteira ou prestador de serviços; Livro diário de obras com registro das ocorrências; Estudo de impacto de vizinhança quando for o caso; Licenças necessárias; Alvará de licença para construção; Termo de recebimento provisório e definitivo da obra; Habite-se, quando for o caso.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Planejamento/ Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	Gestor/ Secretário	Os atrasos na execução da obra devem ser devidamente justificados pela autoridade superior. Art. 8º, da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Planejamento/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Gestor/ Secretário/ Procurador/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	As alterações do contrato com acréscimos ou supressões de serviços devem ser efetivadas por termo aditivo justificado e os preços dos acréscimos deverão ser aqueles constantes da Planilha Orçamentária apresentada na licitação. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da lei 8666/93. Art. 65, caput, §1º e §3º, da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Planejamento/ Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	Gestor/ Secretário/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	Eventuais modificações a serem introduzidas em projeto de engenharia de obra em execução devem ser baseadas em justificativas técnicas firmadas pelo engenheiro responsável pela supervisão da obra.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Planejamento/ Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos/	Gestor/ Secretário/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	O engenheiro responsável pela supervisão da obra é responsável solidário pelas medições realizadas.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Gestor/ Secretário/ Procurador/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	A prorrogação de contrato de obra, quando admitidas em lei, deve ocorrer antes do término da vigência do mesmo, através de termo aditivo.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Planejamento/	Gestor/ Secretário/ Engenheiro	O engenheiro responsável pela supervisão da obra fiscalizará o material utilizado, os recursos humanos envolvidos, os serviços executados e os equipamentos utilizados e anotar no livro diário, o registro das ocorrências relacionadas com a execução da obra, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Gestor/ Secretário/ Responsável p/ Patrimônio/ Procurador	As obras concluídas serão objeto de inspeções periódicas até o 5º ano do recebimento definitivo da obra para, se necessário, acionar a construtora para proceder às correções sem custos para a administração. Art. 618 do Código Civil.
Secretaria de Planejamento	Secretário/ Engenheiro	O termo de recebimento provisório da obra será feito pelo responsável pela sua fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes. Art. 73, inciso I, letra "a", da Lei 8666/93.
Secretaria de Planejamento	Secretário/ Engenheiro	O termo de recebimento definitivo da obra será feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, no prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório. Art. 73, da Lei 8666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Planejamento	Gestor/ Secretário/ Engenheiro	O boletim de medição aprovado pelo engenheiro responsável pela fiscalização da obra constitui o estágio da liquidação da despesa, de modo que o pagamento só poderá ser efetuado após esse estágio, observada a ordem cronológica das datas das suas exigibilidades. Artigos 62 e 63, da Lei 4.320/64 e art. 5º, da Lei 8.666/93.
Secretaria de Planejamento	Secretário	Eventual paralisação da obra será feita através da emissão de ordem publicada na imprensa oficial no prazo de cinco dias contados da emissão da respectiva ordem. Art. 8º e art. 26, da Lei 8.666/93.
Secretaria de Planejamento	Secretário	Os procedimentos de controle da execução de obras tramitarão pelo Setor responsável pela alimentação do e-Sfinge Obras.
		6.7. Controle dos Gastos Mínimos com Ensino
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, em cada exercício, será de pelo menos 25% das Receitas Resultantes de Impostos. Art. 212 da CF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. Os recursos recebidos anualmente do FUNDEB serão destinados integralmente à manutenção e desenvolvimento do ensino básico e valorização do magistério da rede municipal. Art. 60 dos ADCT e Art. 2º da Lei Federal 11.494/2007.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. Dos recursos recebidos anualmente do FUNDEB, pelo menos 60% serão destinados aos gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício da rede municipal de ensino básico, observado ainda o disposto no artigo 8º, § único da LRF. Art. 60, inciso XII do ADCT e Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	Dos recursos recebidos do FUNDEB e seus rendimentos no exercício, o Município deve aplicar no exercício pelo menos 95%.

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	<p>5. Por manutenção e desenvolvimento do ensino básico, se entende os gastos relacionados com ensino infantil, fundamental, jovens e adultos e educação especial, envolvendo as despesas definidas no art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394/96 e relacionadas a:</p> <p>Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e dos demais profissionais da educação;</p> <p>Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;</p> <p>Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;</p> <p>Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e a expansão do ensino;</p> <p>Realização de atividades meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;</p> <p>Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;</p> <p>Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nas alíneas deste artigo;</p> <p>Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.</p>
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	<p>6. Não constituem gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas definidas no art. 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394/96 e relacionadas a:</p> <p>Pesquisa, quando não vinculadas às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;</p> <p>Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;</p> <p>Formação de quadros especiais para Administração Pública seja militares ou civis, inclusive diplomáticos;</p> <p>Programas suplementares de alimentação;</p> <p>Obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;</p> <p>Pessoal docente e demais trabalhadores da educação quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.</p>
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	<p>Por receitas resultantes de impostos se entende as seguintes contas de receita: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, FPM (23,5% da participação no IPI e IR), ITR, Transferência Financeira do ICMS - Desoneração – LC 87/96, ICMS, IPVA, IPI – Exportação e Receita da Dívida Ativa de Impostos e Encargos Moratórios incidente sobre impostos.</p>
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	<p>8. A contribuição de 20% sobre receitas de Impostos para constituição do FUNDEB onera os gastos mínimos referidos nos itens 1 e 2 desta norma. Art. 212 da CF.</p>
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	<p>9. A verificação dos gastos mínimos em ensino será realizada mensalmente através de relatório específico, na forma do Anexo VII, do Decreto Municipal nº 107/2011.</p>
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	<p>10. O Relatório de verificação mensal dos gastos com ensino será publicado no Órgão Oficial do Município com encaminhamento de cópia ao Conselho Municipal de Educação e ao Secretário Municipal de Educação para conhecimento, acompanhamento e fiscalização. Art. 72 da Lei Federal nº 9.394/96, Arts. 24 a 27, da Lei Federal nº 11.494/2007 e Portaria STN n. 407/2011 .</p>
		6.8. Controle dos Gastos Mínimos com Saúde
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor	<p>Os gastos em ações e serviços públicos de saúde, em cada exercício serão de pelo menos 15% do produto da arrecadação de impostos.</p> <p>Os instrumentos de planejamento deverão ser elaborados de forma a dar cumprimento a essa exigência, cabendo ao CMS deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento das prioridades. Art. 77, III dos ADCT, art. 7º e 30 da LC 141/2012;</p> <p>O Gestor do FMS encaminhará a programação anual do Plano de Saúde ao CMS, para aprovação antes da data de encaminhamento da LDO à Câmara (até 20/09), o qual deverá ser objeto de ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Art. 36, §2º, da LC 141/2012.</p>

<p>Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde</p>	<p>Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor</p>	<p>As despesas com ações e serviços públicos de saúde são aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuidos no art. 7º da Lei nº 8080/90 e as seguintes diretrizes: Sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito; Estejam em conformidade com os objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação; e Sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicas, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população. Art. 2º, da LC 141/2012.</p>
<p>Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde</p>	<p>Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor</p>	<p>Para efeito de elaboração dos instrumentos de planejamento e apuração da aplicação dos recursos mínimos em ASPS, serão consideradas despesas com ASPS as referentes a: Vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária; Atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais; Capacitação do pessoal de saúde do SUS; Desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovido por instituições do SUS; Produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos; Saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo CMS do Município e esteja de acordo com as diretrizes previstas na LC 141/2012; Saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos; Manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças; Investimentos na rede física do SUS incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde; Remuneração e encargos sociais do pessoal ativo em efetivo exercício nas ações de saúde acima relacionada; Ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições pública do SUS e imprescindíveis à execução das ASPS; Gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde; Despesas incorridas no período referente à amortização e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 1º de janeiro de 2000, visando ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde; Art. 3º e 24 da LC 141/2012.</p>



Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor	Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de apuração dos gastos mínimos, as relativas a: Pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde; Pessoal ativo da área da saúde quando em atividade alheia à referida área; Assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal; Merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se as relacionadas a recuperação de deficiências nutricionais previsto na alínea "b" acima; Saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade; Limpeza urbana e remoção de resíduos; Preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente do Município; Ações de assistência social; Obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e Ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida na LC 141/2012, ou vinculados a fundos específicos distintos do FMS.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor	5. Por produto da arrecadação de impostos, base de cálculo do gasto mínimo de 15% em ASPS, se entende as seguintes contas de receita: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, FPM, ITR, IPI - Exportação, ICMS, IPVA, Receita da Dívida de Impostos e seus respectivos Encargos Moratórios incidentes sobre os Impostos. Art. 7º, da LC 141/2012.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor	6. Os recursos vinculados a ações e serviços públicos de saúde serão aplicados através da Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e movimentados em contas específicas em instituição financeira oficial federal. Art. 77, § 3º dos ADCT, parágrafo único do art. 2º e §2º do artigo 12, da LC 141/2012.

<p>Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde</p>	<p>Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor</p>	<p>7. A verificação do gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde será realizada mensalmente através de relatório específico na forma do Anexo VIII, do Decreto nº 107/2010, tomando por base as despesas liquidadas e os restos a pagar não processados inscritos até o limite das disponibilidades de caixa. Art. 24, da LC 141/2012.</p> <p>Demonstrativo próprio com a execução orçamentária dos recursos vinculados á ASPS acompanhará o RREO de que trata o §3º do art. 165, da CF/88. Art. 35, da LC 141/2012;</p> <p>Nos meses de maio, setembro e fevereiro, o Gestor do FMS elaborará, de forma complementar ao Anexo VIII do Decreto nº 107/2011, Relatório Detalhado referente ao quadrimestre anterior, com informações sobre a execução orçamentária e financeira, auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações, e indicação da oferta e produção de serviços públicos, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação. Art. 35, 36 e 41 da LC 141/2012;</p> <p>Este relatório quadrimestral deverá ser objeto de apresentação em audiência pública na Câmara Municipal nos meses de maio, setembro e fevereiro. Art. 36, § 5º, da LC 141/2012.</p> <p>Até o dia 30/03 o Gestor do FMS deverá encaminhar ao CMS, Relatório de Gestão com informações sobre o montante e fontes dos recursos aplicados no exercício anterior (Anexo VIII do Decreto nº 107/2011); auditorias realizadas ou em fase de execução e suas recomendações e determinações; oferta e produção de serviços públicos de saúde, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população (Anexo VI, do Decreto nº 107/2011), cabendo ao CMS emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na LC 141/2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos. Art. 31 e 36, §1º, da LC 141/2012.</p> <p>O eventual descumprimento do gasto mínimo em ASPS apurado ao final de cada quadrimestre deverá ser corrigido no quadrimestre seguinte do exercício financeiro. Parágrafo único do art. 23, da LC 141/2012.</p> <p>O Anexo VIII, do Decreto nº 107/2011, deverá ser encaminhado ao Gestor do FMS e ao CMS para avaliação e publicação daquele e desta em meios eletrônicos de acesso público para consulta e apreciação dos cidadãos e das instituições da sociedade. Art. 31 e 35, da LC 141/2012.</p> <p>O CMS avaliará a cada quadrimestre o Relatório Consolidado da Execução Orçamentária e Financeira (Anexo VIII do Decreto nº 107/2011) e o Relatório do Gestor do FMS sobre a repercussão da execução da LC nº 141/2012 nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde e encaminhará ao Prefeito com indicação de eventuais medidas corretivas necessárias. Art. 41, da LC 141/2012.</p>
<p>Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde</p>	<p>Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor</p>	<p>A disponibilidade de caixa vinculada aos Restos a Pagar, considerados para fins do cumprimento do gasto mínimo em ASPS e posteriormente cancelados ou prescritos, deverá ser, necessariamente, aplicada em ações e serviços públicos de saúde até o término do exercício seguinte ao do cancelamento ou da prescrição, mediante dotação específica para essa finalidade, sem prejuízo do percentual mínimo a ser aplicado no exercício correspondente. Art. 24, da LC 141/2012.</p>
<p>Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde</p>	<p>Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor</p>	<p>Eventual diferença que implique o não atendimento, em determinado exercício, dos recursos mínimos em ASPS, deverá ser acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente ao da apuração da diferença. Art. 25, da LC 141/2012.</p>

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Secretário da Saúde/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	O Diretor de Controle Interno, com o apoio do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, do responsável pela Contabilidade do FMS, do CMS e dos operadores do controle interno, fiscalizará o cumprimento dessas normas, dando imediato conhecimento ao Prefeito de eventuais irregularidades com indicação das medidas adotadas e adotar para corrigir e prevenir. Art. 27, da LC 141/2012.  A fiscalização deverá dar ênfase: À elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; Ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na LDO; À aplicação dos recursos mínimos em ASPS; À aplicação dos recursos vinculados ao SUS; À destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde. Art. 38, da LC 141/2012.
		6.9. Controle dos Gastos com Pessoal
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. O gasto com pessoal do Poder Executivo, em cada exercício, não excederá a 51,3% da Receita Corrente Líquida. Art. 22, § único da LRF.
Câmara Municipal	Responsável pela Contabilidade da Câmara	2. O gasto com pessoal do Poder Legislativo em cada exercício observará os seguintes limites: 5,7% da Receita Corrente Líquida. Art. 22, § único da LRF; A folha de pagamento da Câmara (aqui não considerado as obrigações patronais) não excederá a 70% da sua receita (Valor do orçamento aprovado para o Poder Legislativo). Art. 29-A, §1º da CF/88. O subsídio individual de cada vereador não excederá a 20% do subsídio do Deputado Estadual. Art. 29, inciso VI, "a" da CF/88. Os gastos com a remuneração total dos vereadores não excederá a 5% da receita total arrecadada pelo Município no exercício. Art. 29, VII da CF/88.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. Para efeito desta norma entende-se por gasto com pessoal o disposto nos artigos 18 e 19 da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. Para efeito desta norma entende-se por Receita Corrente Líquida o disposto no artigo 2º, IV da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	5. De forma preventiva e para adoção de medidas preventivas ou corretivas, o controle dos gastos com pessoal será realizado mensalmente.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6. A elaboração e publicação do Demonstrativo de Despesas com Pessoal de que trata a Portaria STN nº 407/2011 será realizada de acordo com o estabelecido na Agenda de Obrigações Diárias. Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.
		6.10. Controle dos Gastos Administrativos no RPPS
IPREVENT	Diretor do Instituto	As despesas administrativas anuais do RPPS, deve observar ao limite de 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS no exercício imediatamente anterior. Art. 17, §3º, da Portaria MPAS nº 4.992/99.
		6.11. Controle da Execução Orçamentária
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Responsável pelo Setor de Tributação	1. O controle da execução orçamentária compreenderá a verificação da legalidade dos atos relacionados à arrecadação e realização de despesa, nascimento ou extinção de direitos e obrigações, fidelidade funcional dos agentes públicos e o cumprimento dos programas e metas estabelecidas. Art. 75 da Lei 4.320/64.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Responsável pelo Setor de Tributação	O controle da execução orçamentária se dará através dos procedimentos administrativos constante das normas de controle interno de: Lançamento de tributos; Arrecadação das receitas; Baixa dos tributos lançados; Inscrição de créditos em Dívida Ativa; Atualização mensal dos créditos inscritos em dívida ativa e informação à contabilidade para registro contábil; Execução Fiscal dos créditos da Fazenda Pública; Empenho prévio da despesa; Liquidação da despesa, mediante atestado no documento fiscal que o material foi fornecido, o serviço foi prestado ou a obra foi executada; Pagamento de acordo com a ordem cronologia de vencimento das faturas em cada fonte de recursos; Abertura de créditos adicionais com autorização em lei e indicação da fonte de recursos; Acompanhamento do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação; Limitação de empenho e movimentação financeira; Elaboração e publicação do RREO e RGF; Avaliação do cumprimento dos objetivos, metas fiscais e metas físicas em audiência pública; Controle dos gastos mínimos com ensino, saúde, pessoal e montante da dívida; e Inscrição de despesas em Restos a Pagar;
		6.12. Controle da Execução Financeira
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. Compreenderá a movimentação financeira pelo fluxo orçamentário e extra-orçamentário. Arts. 90 a 93 da Lei 4.320/64 e 8º e 13 da LRF.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. O controle da execução financeira se dará através dos procedimentos administrativos constantes das normas de controle interno de: Desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; Elaboração da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso; Avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação; Limitação de empenho e movimentação financeira; Desdobramento das metas fiscais e físicas estabelecidas para o exercício, em metas quadrimestrais; Avaliação do cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para cada quadrimestre; Registro contábil diário das Arrecadações; Aplicação financeira das disponibilidades de caixa; Pagamentos por cheque nominal ou ordem bancária de acordo com a ordem cronológica de vencimento das faturas; Retenções contratuais e consignações; e Transferências Financeiras às Unidades Gestoras.
		6.13. Controle de Frota
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Frota	Os veículos e equipamentos rodoviários do Município terão seus gastos de manutenção controlados pela administração com as seguintes informações mínimas: Identificação do veículo ou equipamento; Identificação do motorista ou operador do equipamento; Nº da autorização da despesa, nº da Nota Fiscal, data, quantidade, especificação do produto ou serviço, valor unitário e total, dados do hodômetro ou horímetro; Quilometragem percorrida, ou horas trabalhada no mês; Cálculo do consumo de combustível por km rodado ou por hora trabalhada; e Gasto total de manutenção mensal do veículo ou equipamento, por Km rodado ou por hora trabalhada.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Frota	O abastecimento com combustíveis, a lavagem, lubrificação, pulverização, troca de óleo, filtro e outros, será realizado mediante autorização expedida por servidor especialmente designado.

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Frota	O fornecimento de peças de reposição e os serviços de oficina se darão mediante autorização expedida por servidor especialmente designado.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Frota	Relatórios mensais com indicação do veículo ou equipamento, quilometragem percorrida ou horas trabalhada no mês, litros de combustíveis consumido no mês, consumo médio de combustível, gasto total de manutenção e gasto por Km rodado ou hora trabalhada no mês, serão produzidos e encaminhados ao Diretor de Controle Interno do Município para avaliação crítica e, se for o caso indicação à autoridade competente, as medidas corretivas, preventivas e punitivas a serem adotadas.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Frota	Os veículos escolares, por envolver o transporte diário de crianças, deverão observar ainda os seguintes procedimentos (Anexo Único ao Ofício Circular nº TC/GAP 14/2010): Realizar manutenção preventiva e vistoria de segurança a cada 6 (seis) meses; Identificação do veículo como "Escolar"; Equipado com "Tacógrafo" para registro permanente de tempo e velocidade; Luzes dianteiras e traseiras sempre em perfeito funcionamento; Equipado com cintos de segurança individual em todos os bancos; Autorização do DETRAN afixado em local visível no veículo; Condutor do veículo com idade mínima de 21 (vinte e um) anos e habilitação na categoria "D"; Realização de cursos de reciclagem para os condutores a cada cinco anos; Não utilizar veículos com mais de 10 (dez) anos de uso;
Secretarias/Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor	Eventuais multas de trânsito são de responsabilidade do motorista, devendo o titular da Secretaria ou Unidade Gestora adotar providências imediatas no sentido de identificá-lo para, querendo, impetrar recurso ou recolher a multa, informar ao Órgão de Trânsito para registro dos pontos na carteira.
Secretarias/Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor	No caso de impedimento de licenciamento decorrente de multas não recolhidas, a Unidade Gestora de lotação do veículo efetuará o pagamento e a Gerência de Recursos Humanos deverá ser informada para desconto em folha do responsável, o valor da multa de sua responsabilidade.
Secretarias/Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor	Na impossibilidade de identificar o motorista responsável por deficiência no controle, a responsabilidade pelo pagamento da multa será do titular da Secretaria à época ou do Gestor da Unidade em que o veículo estava lotado na época da aplicação da multa.
Secretarias/Unidades Gestoras	Secretário/ Gestor	Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deverá conter indicação expressa, por pintura nas portas, do nome, sigla ou logotipo Oficial do Município de Nova Trento. Artigo 120, §1º, da Lei (federal) 9.503/97.
		6.14. Controle da Assistência a Pessoas Carentes
Prefeitura Secretaria da Assistência Social/ FMAS	Secretário/ Gestor do FMAS	A assistência a pessoas carentes será realizada em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Programa Municipal de Assistência Social, Lei Orgânica do Município e Lei Municipal que disciplina a matéria.
Prefeitura Assistência Social/ FMAS	Secretário/ Gestor do FMAS	A condição de pessoa carente será homologada pelo serviço de assistência social do Município através de cadastro sócio econômico, nos termos da Lei Municipal que trata da matéria.
Prefeitura Secretaria da Assistência Social/ FMAS	Secretário/ Gestor do FMAS	A assistência a pessoas carentes será realizada através de processo simplificado, montado e encaminhado pelo serviço de assistência social.
		6.15. Sistema de Controle de Gastos
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	Em atendimento aos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, as ações desenvolvidas pelo Município serão objeto de controle de gastos que permita a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme normas estabelecidas na LDO. Arts. 37 e 70 da CF, Arts. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	O Sistema de Controle de Gastos será desenvolvido de forma a apurar os gastos: dos programas e das ações de governo, do m2 das construções, do m2 da pavimentação de ruas, do gasto aluno/ano do ensino fundamental, do gasto aluno/ano do transporte escolar, do gasto aluno/ano do ensino infantil, do gasto aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc.



Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	3. Constará da LOA, Demonstrativo das Ações de Governo com especificação das metas físicas e financeiras.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. Constará do Balanço Geral do Exercício, Demonstrativo das Ações com avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras e seus respectivos gastos unitários realizados.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	5. As Unidades Administrativas ou servidor responsável pela execução das ações de governo informarão ao responsável pela contabilidade, ao final de cada quadrimestre, a realização física nele ocorrida para fins de demonstração e avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras e do controle de gastos em audiência Pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6. O Controle de Gastos orientará também estudos e medidas relacionadas ao atendimento aos princípios constitucionais da transparência, eficiência e da economicidade na execução dos atos da administração.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	7. O Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Físicas, Financeiras e Controle de Gastos serão apresentados na forma do Anexo VI, do Decreto Municipal nº 107/2011.
		6.16. Controle da Prestação de Serviços Particulares
Prefeitura/ Secretaria da Agricultura	Secretário	Sem prejuízo do interesse público o Município poderá prestar atendimento aos particulares com serviços de equipamentos da patrulha mecanizada agrícola, observado ao disposto na Lei Municipal nº 2123/2006.
Prefeitura/ Secretaria da Agricultura	Secretário	Os serviços serão requeridos pelos interessados mediante o pagamento dos serviços calculados por estimativa com base nos valores estabelecidos na Lei Municipal nº 2123/2006.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Tributação	3. O cálculo do valor dos serviços será realizado pelo Setor de Tributação, que emitirá Documento Municipal de Arrecadação para pagamento na rede bancária.
Prefeitura/ Secretaria da Agricultura	Secretário	4. Os serviços requeridos serão agendados por comunidade e o atendimento obedecerá à ordem cronológica de solicitação, combinada com a proximidade das propriedades para atender ao princípio da economicidade e de forma a observar o princípio constitucional da impessoalidade.
Prefeitura/ Secretaria da Agricultura/ Secretaria de Transportes e Obras	Secretário	5. Realizados os serviços particulares com equipamentos da patrulha mecanizada agrícola, o servidor responsável pela sua execução, em até cinco dias úteis, contados da conclusão dos serviços requeridos, informará ao Secretário Municipal da Agricultura a quantidade de horas efetivamente trabalhadas para acerto de contas com o beneficiário através do Setor de Tributação.
Prefeitura/ Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Secretário	6. Municípios em débito com a fazenda pública municipal terão seus pedidos de serviços com equipamentos da patrulha mecanizada agrícola indeferidos. Art. 3º, da Lei Municipal nº 2123/2006.
Prefeitura/ Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Tributação	7. Sobre os valores devidos e não recolhidos no prazo, incidirão os encargos moratórios previstos no Código Tributário Municipal, sem prejuízo da inscrição do crédito em dívida ativa para cobrança judicial.
		6.17. Prestação de Informações ao Tribunal de Contas
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	Declaração de Bens dos Gestores (Prefeito, Presidente da Câmara e Gestores de Fundo, Autarquia, Fundação e Empresas dependentes). Encaminhamento junto com o Balanço Geral Anual. Art. 115 da LC 202/2000 e Art. 7º da IN TC 01/2006.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	Demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação acompanhada, quando cabível, das medidas de combate a evasão e a sonegação fiscal, Programação Financeira e Cronograma de Execução mensal de desembolso. Art. 12 da IN TCE nº 02/2001.
Iprevent	Diretor do Instituto	Atos de aposentadoria e pensão de servidores vinculados ao RPPS, ou alteração do fundamento legal do ato concessório. Processo administrativo de concessão. Remessa eletrônica de informações ao Tribunal de Contas do Estado no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação do ato para apreciação e registro. IN TC nº 11/2011.
Prefeitura/Unidades Gestoras/Secretaria de Administração e Finanças/ Diretoria de Controle Interno	Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor de Controle Interno	Informações sobre o edital e sobre as nomeações e contratações ocorridas em cada bimestre devem ser remetidas ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, via Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge. Art. 9º, da IN TC 11/2011.

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	Concorrência, Pregão Presencial e Eletrônico para obras, compras, serviços, concessões e permissões, assim como suas alterações. Informação dos dados e arquivo eletrônico do Edital ao Tribunal de Contas mediante cadastramento no Website do TCE até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização da licitação. (Instrução Normativa nº 05/2008).
Unidades Gestoras/ Secretaria de Transportes e Obras	Secretário/Gestor Diretor de Obras	Sistema de cadastramento e acompanhamento de obras. Envio ao Tribunal de Contas. Art. 3º da IN TC nº 01/2002.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças/ Câmara Municipal	Secretário/Gestor Responsável pelo Setor de Contabilidade	7. RREO e RGF. Art. 12, da IN TC 02/2001.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Controladoria Geral	Gestor/Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Diretor de Controle Interno	8. E-Sfinge. Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004, alterado pela IN TC 01/2005.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Gestor/Secretário/ Responsável pelo Setor de Recursos Humanos	Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores e de Contratações de Mão de Obra Terceirizada para Substituição de Servidores. Art. 12, da IN TC nº 02/2001.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Controladoria Geral	Gestor/Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Diretor de Controle Interno	Balanço Geral das Unidades Gestoras e Balanço Consolidado acompanhado de relatório sobre as contas anuais de governo elaborado pela Controladoria Geral do Município. Art. 20 da Res. TC 16/94.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário Responsável pelo Setor de Contabilidade	11. Ata da audiência pública realizada para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas físicas e fiscais do quadrimestre. Art. 17, I da IN TC 02/2001.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário Responsável pelo Setor de Contabilidade	12. Relatório com informações necessárias, comprovando a priorização de recursos na LDO para obras em andamento e despesas com conservação do patrimônio público. Art. 17, III da IN TC 02/2001.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças/ Procuradoria Geral	Gestor/Secretário Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Procurador	13. Resposta à diligência, audiência, citação, notificação, pedido de informação e documentos complementares, nos prazos estabelecidos.
Prefeitura/ Controladoria Geral/ Câmara Municipal	Diretor de Controle Interno	14. Relatório bimestral de controle interno. Art. 5º da Resolução TC-16/1994, alterada pelo artigo 2º, § 3º da Resolução TC-11/2004.
Prefeitura/ Controladoria Geral/ Câmara Municipal	Diretor de Controle Interno	15. Relatório de Auditoria Interna. Art. 5º da Resolução TC-16/1994, alterada pelo artigo 2º, § 3º da Resolução TC-11/2004.
Prefeitura/ Controladoria Geral/ Câmara Municipal	Diretor de Controle Interno	16. Conclusão de processo de Tomada de Contas Especial. LC 202/2000.
		6.17-A. Controle das Restrições Apontadas pelo Tribunal de Contas.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	As restrições eventualmente apontadas pelo Tribunal de Contas na apreciação das contas de governo, no julgamento das contas dos demais gestores, nos relatórios de auditorias "in loco", nas citações e audiências oferecidas pelo Tribunal de Contas, deverão ser objeto de apuração imediata pelo Diretor de Controle Interno para adoção de providências com vistas a corrigir, prevenir e até punir se for o caso.
		6.18. Prestação de Informações à União
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	Disponibilização na "Homepage" do TCU, as comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos. Prazo - até o trigésimo dia de sua ocorrência. Art. 1º, V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	Disponibilização até o 5º dia útil do segundo mês subsequente a sua assinatura, na "Homepage" do TCU, os resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos. Caput do Art. 26, Art. 61 § único, Art. 62 § 3º, Arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei nº 8.666/93. Art. 1º, V, § 5º da Lei federal 9.755/98.

Iprevent	Diretor	RPPS - Legislação Editada a partir de 10/07/2008. Disponibilização para consulta em página eletrônica na rede mundial de computadores – internet, com indicação na lei da data inicial da sua publicação. (Artigo 5º, XVI, “a” c/c Artigo 5º, §§ 4º e 5º da Portaria MPS nº 204/2008) Obs. O ente deverá comunicar à Secretaria da Previdência Social – SPS, o endereço eletrônico em que a legislação poderá ser acessada. (Artigo 5º, §5º da Portaria MPS nº 204/2008). Alternativamente a legislação poderá ser encaminhada por meio documental autenticado e em arquivo magnético, com prova de publicação na imprensa oficial e declaração da data inicial de afixação no local competente. Artigo 5º, §§1º, 2º e 3º da Portaria MPS 204/2008,
Iprevent	Diretor	Demonstrativo Previdenciário do bimestre anterior. Encaminhamento por via eletrônica, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social – MPS na rede mundial de computadores – internet (Art. 5º, §6º, inciso II da Portaria MPS nº 204/2008).
Iprevent	Diretor	Demonstrativo de Investimentos e Disponibilidades Financeiras do bimestre anterior. Encaminhamento por via eletrônica, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social – MPS na rede mundial de computadores – internet (Art. 5º, §6º, inciso II da Portaria MPS nº 204/2008).
Iprevent	Diretor	Comprovante do Repasse e Recolhimento ao RPPS dos Valores decorrentes das Contribuições e Aporte de Recursos e Débitos de Parcelamento do bimestre anterior. Encaminhamento por via eletrônica, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social – MPS na rede mundial de computadores – internet (Art. 5º, §6º, inciso II da Portaria MPS nº 204/2008). Obs. Este documento deverá ser encaminhado à Secretaria de Previdência Social – SPC, do Ministério da Previdência Social, por meio documental, devidamente assinado pelo dirigente do ente e pelo dirigente da Unidade Gestora, via postal ou via correio eletrônico. (Art. 5º, §7º, da Portaria MPS 204/2008)
Iprevent	Diretor	Comprovação à Secretaria de Previdência Social do repasse ao RPPS das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados do bimestre anterior. Art. 14, § 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada.
Iprevent	Diretor	Quantitativo de servidores ativos e inativos e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social. Competência dezembro do exercício anterior. Informação à Secretaria de Previdência Social. Art. 14, § 7º, da Portaria MPAS nº 4.992/99 atualizada.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	Elaboração do Cadastro de Operações de Crédito de que trata a Portaria STN nº 101/2007. Competência exercício anterior. Encaminhamento à CEF de vinculação. Art. 3º e 5º da Portaria STN nº 204/2008 e alterações posteriores.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	Disponibilização na “Homepage” do TCU do montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios do 2º mês imediatamente anterior. Art. 1º, I, § 1º da Lei Federal nº 9.755/98.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	Disponibilização na “Homepage” do TCU da relação de todas as compras feitas pela administração no 2º mês imediatamente anterior. Art. 16 da Lei 8.666/93 e Art. 1º, VI, §6º da Lei Federal nº 9.755/98.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	12. Disponibilização na “Homepage” do TCU dos Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF do bimestre imediatamente anterior. Art. 1º, II, § 2º da Lei Federal 9.755/98.
Iprevent	Diretor	13. DRAA – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial. Encaminhamento por via eletrônica, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social na rede mundial de computadores – internet (Art. 5º, §6º, inciso I da Portaria MPS nº 204/2008).
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	14. RGF – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada. Competência Semestre imediatamente anterior. Disponibilização ao Ministério da Fazenda. Art. 4º, § único da Res. Nº 40/2001 do Senado.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	15. RREO – Informações dele extraídas. Competência bimestre anterior. Encaminhamento à CEF de vinculação. Art. 7º da Portaria STN nº 204/2008 e alterações posteriores.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	16. Consolidação dos Balanços das diversas Unidades Gestoras na forma estabelecida na Portaria STN nº 204/2008 e alterações posteriores – Encaminhamento à União via CEF, acompanhado de cópia dos Balanços do exercício. Art. 51, da LRF e Portaria STN nº 204/2008 e alterações posteriores.

Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	17. SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde. Encaminhamento ao Ministério da Saúde nos prazos indicados na Agenda de Obrigações aprovada para o Município de Nova Trento através do Anexo II, do Decreto nº 107/2011.
Prefeitura/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	18. SIOPE – Sistema de informações sobre Orçamento Público em Educação - Preenchimento dos dados através do sítio eletrônico oficial do INEP (www.siope.inep.gov.br). (Portaria MEC nº 06/2006). Conforme Agenda de Obrigações aprovada para Nova Trento através do Anexo II, do Decreto nº 107/2011.
		6.19. Publicação dos Atos Oficiais
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Chefe de Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	Constituem atos da administração, entre outros, sujeitos a publicação, a edição de leis, decretos, portarias, resoluções, aviso de concurso, audiências públicas, licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, chamamento público para atualização dos registros cadastrais e ingresso de novos interessados, minutas de contratos, convênios, acordos ajustes e seus aditivos, resultado do julgamento da habilitação e propostas de preços nos processos licitatórios, prestação de contas, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e outros atos da administração de interesse público.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	Os avisos de licitação nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão e pregão deverão ser publicados com antecedência, no mínimo uma vez: (Art. 21, da Lei 8.666/93) No Diário Oficial da União quando se tratar de obras financiadas total ou parcialmente com recursos do governo federal ou garantidas por instituições federais; No Diário Oficial do Estado; Em Jornal Diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou região. O aviso de licitação na modalidade convite deverá ser publicado na imprensa oficial do Município.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	A publicação dos avisos de licitação deverá ocorrer nos seguintes prazos mínimos antes do recebimento das propostas, contados a partir da última publicação conforme Art. 21, § 2º da Lei 8.666/93: 45 dias para modalidade concurso e no caso de modalidade concorrência quando o contrato a ser celebrado contemplar regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica e preço”. 30 dias para concorrência e tomada de preços do tipo “melhor técnica ou técnica e preço”. 15 dias para modalidade tomada de preços e leilão; 8 dias úteis para a modalidade pregão; 5 dias úteis para convite; Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, sendo que só iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão responsável pela licitação. Art. 110 da Lei 8.666/93;
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/ Gestor/ Chefe de Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	4. As leis, decretos, portarias e resoluções, serão publicadas no diário oficial do Município.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	5. Os contratos, convênios e seus aditivos, serão publicados no diário oficial do Município até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. Art. 61, § único da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	6. O chamamento público para atualização do registro cadastral para efeito de habilitação em licitações deverá ser realizado pelo menos uma vez por ano, através do diário oficial do Município e de jornal de circulação diário. Art. 34, § único da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	7. Os avisos de dispensa e inexigibilidade de licitação, habilitação ou inabilitação de licitantes, julgamento das propostas, anulação ou revogação de licitação e rescisão de contrato, deverão ser publicados no diário oficial do Município. Art. 26 e 109 da Lei 8.666/93.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor Gerente Legislativo	8. O Diário Oficial do Município é o veículo oficial de divulgação dos atos administrativos do Município, conforme definido na Lei Municipal nº 2.318/2009
		6.20. Dados e Informações à Câmara Municipal

Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. Encaminhamento do Balancete Mensal das diversas Unidades Gestoras.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	2. Encaminhamento do Balanço Geral das diversas Unidades Gestoras para que sejam colocadas à disposição para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. Art. 49 da LRF.
Prefeitura/ Procuradoria Geral	Procurador	3. Elaboração de resposta aos pedidos de informação apresentados pela Câmara Municipal.
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	4. Encaminhamento mensal das notas de empenho emitidas no mês imediatamente anterior.
		6.21. Informações à Secretaria de Estado da Fazenda
Unidades Gestoras/ Secretaria de Administração e Finanças	Secretário/Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	1. Dados do Balanço Geral Consolidado. Disponibilização através da CEF até 30 de abril. Art. 51 da LRF.
		6.22. Cumprimento da Agenda de Obrigações
Controladoria Geral	Diretor de Controle Interno	1. As diversas Unidades Administrativas, no desempenho de suas atribuições, deverão observar o cumprimento da Agenda de Obrigações Diárias aprovada para o Município de Nova Trento através do Anexo II, do Decreto Municipal nº 107/2011.

Responsável p/Execução do Ato		7. Auditoria Interna
Unidade Gestora/ Unidade	Responsável	
Administrativa		

Prefeitura/ Controladoria Geral	Diretor de Controle Interno/ Auditor	Auditoria Interna no âmbito do sistema de controle interno é um procedimento administrativo regular com a finalidade de: Avaliar os controles internos quanto a sua funcionalidade e adequação; Assegurar que as normas de controle interno estão sendo observadas na execução dos atos da administração; Confirmar que as informações produzidas são corretas e foram extraídas dos sistemas oficiais do Município; Verificar se as metas fixadas estão sendo executadas e confirmam os resultados esperados; Verificar a correta gestão orçamentária, financeira e patrimonial sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, publicidade e transparência, conforme as normas de controle interno, aqui descritas. Art. 32, do Decreto Municipal nº 107/2011.
Prefeitura/ Controladoria Geral	Diretor de Controle Interno/ Auditor	2. A Auditoria Interna será realizada pelo menos uma vez por ano, mediante programação, planejamento e coordenação da Controladoria Geral do Município.
Prefeitura/ Controladoria Geral	Diretor de Controle Interno/ Auditor	3. A verificação do cumprimento das normas de controle interno poderá ser por amostragem, orientada por "check-list" aprovado através do Anexo XII, do Decreto Municipal nº 107/2011, com registro claro e objetivo em relatório de eventuais falhas, erros, deficiências, ilegalidades ou irregularidades constatadas. Art. 22 e 23, do Decreto Municipal nº 107/2011.
Prefeitura/ Controladoria Geral	Diretor de Controle Interno/ Auditor	4. De posse do relatório de auditoria interna a Controladoria Geral emitirá parecer sobre ele, dará conhecimento aos chefes dos Poderes correspondentes com indicação das medidas adotadas e sugestão sobre as medidas a serem adotadas para corrigir e prevenir novas falhas e encaminhará cópia do Relatório de Auditoria Interna ao Tribunal de Contas. Art. 34, do Decreto Municipal nº 107/2011.



Prefeitura/ Controladoria Geral	Diretor de Controle Interno/ Auditor	5. A auditoria interna será exercida preferencialmente por servidor ocupante do cargo de auditor ou por servidores efetivos, devidamente capacitados e com formação nas áreas de abrangência, estes indicados pelo Chefe de Poder correspondente, admitida a contratação de auditoria externa, mediante justificativa e aprovação pelo Chefe de Poder correspondente, de forma a preservar o princípio da segregação de função. Na área contábil a auditoria será realizada por Contador. Art. 35, do Decreto 107/2011.
------------------------------------	---	---

Responsável p/Execução do Ato	8. Tomada de Contas Especial
Unidade Gestora/ Unidade	
Administrativa	

Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	A tomada de contas especial é o procedimento devidamente formalizado que visa à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando constatada: Omissão no dever de prestar contas de recursos de adiantamento ou de recursos concedidos pelo Município a título de subvenção, auxílios e contribuições, através de convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere; Ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos; Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico ou omissão no cumprimento de dever legal, dos quais resultem prejuízo ao erário. Art. 78, d Lei (federal) nº 4320/64 c/c art. 2º, da IN TC 13/2012.
Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Gestor/ Operadores do Controle Interno/ Diretor de Controle Interno	Os operadores do controle interno ao tomarem conhecimento de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, com indícios de dano ao erário, deverão de imediato dar conhecimento ao Diretor de Controle Interno para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária. Art. 6º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Ao tomar conhecimento de fatos com indícios de dano ao erário, Diretor de Controle Interno do Município, sob pena de responsabilidade solidária, deverá dar início às providências administrativas para obtenção do ressarcimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data: Em que deveria ter sido apresentada a prestação de contas de recursos de adiantamento ou recursos concedidos a título de subvenção, auxílio e contribuição; Do conhecimento da ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos; Do conhecimento da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico ou omissão no cumprimento de dever legal, dos quais resultem em prejuízo ao erário; e De recebimento da determinação feita pelo Tribunal de Contas para adoção de providências administrativas ou de instauração de tomada de contas especial. Art. 2º e 3º da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	As providências administrativas serão formalizadas por diligências, notificações e comunicações para a reposição dos valores ou bens ou para a indenização correspondente ao dano causado ao erário, observando-se o contraditório e a ampla defesa. As providências administrativas deverão ser comunicadas ao Gestor da Unidade correspondente no prazo máximo de 5 (cinco) dias e ao Tribunal de Contas através do Relatório bimestral de controle interno. Art. 6º da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	5. As providências administrativas com vistas à recomposição do erário deverão ser concluídas no prazo de até sessenta dias com comunicação imediata ao Gestor da Unidade correspondente e ao Tribunal de Contas através do Relatório bimestral de controle interno. Art. 11, inciso I, da IN TC 13/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Diretor de Controle Interno	6. Havendo a reposição do bem ou a indenização correspondente ao dano causado na fase dos procedimentos administrativos ou na conclusão da tomada de contas especial, será lavrado um Termo de Responsabilidade e Composição, com cópias para o Gestor da Unidade correspondente, para o responsável e, conforme o caso, aos setores específicos para os registros contábil, financeiro e patrimonial. Art. 4º e Anexo I da IN TC 12/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	7. Esgotadas as providências administrativas sem a consecução da prestação de contas, da restituição de recurso repassado e não aplicado ou da reparação do dano ao erário, o Diretor de Controle Interno do Município deverá de imediato, quando couber, sob pena de responsabilidade solidária, propor ao Chefe de Poder correspondente a instauração do processo de Tomada de Contas Especial no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da proposição. Art. 7º da IN TC 13/2012.

Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	8. Diante da omissão do Chefe de Poder correspondente em instaurar o processo de Tomada de Contas Especial no prazo previsto no item 7 acima, o Diretor de Controle Interno do Município de imediato representará o fato ao Tribunal de Contas. Art. 6º, parágrafo único, da IN TC 13/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	9. A Tomada de Contas Especial deverá ser autuada, protocolada e numerada na ordem cronológica dos procedimentos, iniciando-se com o ato de instauração, ao qual serão juntados, oportunamente, os documentos exigidos no art. 12, da IN TC 13/2012. Art. 8º, da IN TC 13/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	10. A tomada de contas especial, a critério do Chefe de Poder competente, poderá ser conduzida por comissão ou por um único servidor, designado por ato específico publicado no órgão de imprensa oficial, competindo-lhes a formalização e a instrução do procedimento, devendo concluí-la no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias. Art. 7º, §§1º e 3º e art. 11, inciso III, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	11. O Diretor de Controle Interno acompanhará a evolução do processo de Tomada de Contas Especial, devendo representar ao Tribunal de Contas eventual descumprimento do prazo para sua conclusão, sob pena de sujeição às sanções previstas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Art. 11, §1º, da IN TC 13/2012.

<p>Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno</p>	<p>Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno</p>	<p>12. Os autos da Tomada de Contas Especial deverão ser instruídos com os seguintes documentos:</p> <p>12.1. Ato de instauração da tomada de contas especial e ato de designação de servidor ou comissão;</p> <p>12.2. Comprovantes de despesas, comunicações, pareceres, depoimentos colhidos e outros elementos necessários à apuração dos fatos;</p> <p>12.3. Notificações, acompanhadas de aviso de recebimento ou de qualquer outra forma que assegure a ciência do notificado, bem como de suas manifestações, defesa ou de documentos que comprovem a reparação do dano ao erário, quando houver;</p> <p>12.4. Cópias dos relatórios conclusivos, bem como de relatório final de inquérito policial, e de decisões em processos administrativos e ações judiciais, se houver;</p> <p>12.5. Relatório conclusivo circunstanciado, assinado por todos os membros da comissão ou pelo servidor designado, abrangendo os seguintes elementos:</p> <p>a) Descrição cronológica dos fatos apurados, especificando o motivo determinante da instauração, origem e data da ocorrência e/ou do conhecimento do fato, com a indicação das normas ou regulamentos eventualmente infringidos;</p> <p>b) Referência a documentos e instrumentos que respaldaram a conclusão do referido relatório pelo servidor designado ou pela comissão, os quais integrarão os autos da tomada de contas especial, na forma do item 12.4;</p> <p>c) Qualificação dos responsáveis indicando dentre outros dados: nome, CPF, endereço, e se agente público, cargo ou emprego e matrícula, na forma do Anexo III da IN TC 13/2012;</p> <p>d) Demonstrativo financeiro do débito contendo o valor original, valor atualizado acompanhado de memória de cálculo, indicando o fator de atualização e a sua base legal, e, se for o caso, valores das parcelas recolhidas e data do (s) recolhimento(s), com os respectivos acréscimos legais, na forma do Anexo IV da IN TC 13/2012;</p> <p>e) Análise conclusiva em torno das informações colhidas nos elementos do item 12.2, devendo ser demonstrada a conduta do agente, o resultado danoso, o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado, bem como a culpabilidade e eventuais circunstâncias que excluam a responsabilidade;</p> <p>f) Recomendação de providências a serem adotadas pela autoridade administrativa competente;</p> <p>g) Identificação de ação judicial e indicação da fase processual em que se encontra, caso o fato consignado na tomada de contas especial também seja objeto de demanda no Poder Judiciário.</p> <p>12.6. Pronunciamento do Chefe do Poder correspondente, no qual atestará haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indicará as medidas adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades;</p> <p>12.7. Parecer Diretor de Controle Interno contendo manifestação acerca das apurações realizadas, especialmente quanto a:</p> <p>a) Adequada apuração dos fatos, com indicação das normas ou regulamentos eventualmente infringidos;</p> <p>b) Correta identificação dos responsáveis;</p> <p>c) Precisa quantificação do dano, das parcelas eventualmente recolhidas e critérios para atualização do valor do débito;</p> <p>d) Conclusão sobre a regularidade ou irregularidade das contas tomadas;</p> <p>e) Informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade gestora e os respectivos resultados, relativas às decisões do Tribunal de Contas que tenham determinado à autoridade administrativa a adoção de providências relacionadas ao objeto da Tomada de Contas em análise.</p> <p>12.8. Decisão do Tribunal de contas caso a tomada de contas especial tenha sido por ele determinada, bem como outros documentos que possam subsidiar o julgamento pelo Tribunal.</p> <p>Art. 12, incisos I a VIII</p>
---	--	---

Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	<p>13. A tomada de contas especial instaurada em decorrência da ausência de prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenção, auxílios e contribuições, ou em face da constatação de outras irregularidades de que resulte dano ao erário deverão conter, além dos documentos indicados no item 12 acima, mais os seguintes:</p> <p>13.1. O procedimento administrativo que originou a concessão dos recursos, juntamente com a prestação de contas, quando for o caso;</p> <p>13.2. Comprovação de retenção, pelo Município, das parcelas vincendas, se for o caso;</p> <p>13.3. Comprovante de bloqueio e inclusão, em cadastro próprio, do beneficiário inadimplente ou em situação irregular, com vistas ao não recebimento de novos repasses;</p> <p>13.4. Cópia dos termos de adjudicação e homologação dos processos licitatórios, dispensas ou inexigibilidade e do respectivo contrato, quando for o caso;</p> <p>13.5. Comprovação de recebimento do objeto da avença, em conformidade com o disposto no art. 73, c/c o art. 116, da Lei (federal) nº 8.666/93;</p> <p>13.6. O parecer do Diretor de Controle Interno deverá conter, além das manifestações previstas no item 12.7 acima, pronunciamento sobre a observância das normas legais e regulamentares por parte do Município, referente a celebração do termo, avaliação do plano de trabalho, fiscalização do cumprimento do objeto e instauração tempestiva da tomada de contas especial.</p> <p>Art. 12, §1º, inciso I e II, da IN TC 13/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	<p>A tomada de contas especial instaurada em decorrência de desfalque ou desvio de bens, dinheiro ou valores públicos deverá conter, além dos documentos indicados no item 12 acima, mais os seguintes:</p> <p>Comunicação formal do setor responsável pelos bens, dinheiros ou valores públicos desviados;</p> <p>Cópia da nota fiscal de aquisição do bem ou do termo de doação;</p> <p>Ficha individual do bem patrimonial ou ficha do movimento do material, contendo a descrição do bem, número patrimonial, data e valor da aquisição e sua localização;</p> <p>Cópia do contrato, convênio ou termo de cessão, quando se tratar de bens de terceiros;</p> <p>Orçamentos com valores atual do bem ou similar;</p> <p>Cópia do boletim de ocorrência policial, caso o fato tenha sido comunicado a autoridade policial;</p> <p>Comprovação dos registros contábeis de baixa do bem e inscrição na conta de responsabilidade.</p> <p>Art. 12, §2º, da IN TC 13/2012.</p>
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	Todos os documentos exigidos na instrução do processo de tomada de contas especial deverão conter assinaturas e as qualificações dos responsáveis. Art. 12, §3º, da IN TC 13/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	16. Após a adoção das providências necessárias à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano ou conclusão pela inexistência deste, a comissão ou o servidor tomador de contas deverá elaborar relatório conclusivo nos termos do art. 12, da IN TC 13/2012 e encaminhar o processo ao Diretor de Controle Interno para emissão de parecer e certificado de auditoria, ao Chefe de Poder competente para pronunciamento nos termos do item 12.6 acima e à contabilidade da Unidade Gestora de origem para registro contábil do crédito da fazenda pública. Artigos 9º, 10 e 12 incisos IV, V, VI e VII da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	17. O processo de tomada de contas especial, acompanhado de Nota da Conferência constante do Anexo V da IN TC 13/2012 deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento, tão logo concluída, quando o valor do dano apurado for igual ou superior à quantia para esse efeito fixada anualmente por aquele Órgão. Art. 12, §4º e art. 13, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>18. Fica dispensado o encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal e autorização o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses de:</p> <p>Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente;</p> <p>Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial; (Atualmente R\$ 25.000,00)</p> <p>Descaracterização do débito;</p> <p>Apresentação e aprovação da prestação de contas. Art. 13, §1º, da IN TC 13/2012.</p> <p>Artigo 49, da IN TC 14/2012.</p>
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	19. Quando o somatório dos diversos débitos do mesmo responsável exceder o limite referido no item 18.2, estes deverão ser consolidado num mesmo procedimento de tomada de contas especial e encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento. Art. 13, § 3º, da IN TC 13/2012.

Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	20. O registro contábil do crédito da fazenda pública deve ser baixado quando houver o recolhimento pelo responsável com os devidos acréscimos legais, no âmbito administrativo interno ou quando o Tribunal comunicar que: 20.1. Julgou a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva; 20.2. Excluiu a responsabilidade do agente; 20.3. Afastou o débito, ainda que o julgamento tenha sido pela irregularidade das contas do responsável; 20.4. Considerou ilíquidáveis as contas; 20.5. Concedeu quitação ao responsável pelo recolhimento do débito; 20.6. Deferiu o pedido de parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento de cada parcela. No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela é motivo para reinclusão do nome do responsável; Art. 14, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	21. A conclusão da tomada de contas especial deverá ser informada de imediato ao Tribunal de Contas por meio eletrônico, anexando arquivo eletrônico do relatório conclusivo da comissão da tomada de contas ou do servidor tomador e do parecer e certificado de auditoria do Diretor de Controle Interno a que se referem os itens 12.5 e 12.7 acima. Art. 15, da IN TC 13/2012.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	22. A atualização monetária do débito de que trata o item 12.5, alínea "d" acima, deverá ser feita pelo mesmo índice utilizado pelo Município para cobrança dos tributos em atraso, a contar da data: 22.1. Do recebimento, nos casos de recursos financeiros antecipados ou concedidos; 22.2. Nos demais casos, da prática do ato impugnado ou, se desconhecida, da data do conhecimento do fato ensejador da tomada de contas especial pela Administração. Art. 18, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	23. O responsável pelo dano causado ao erário deverá ser notificado pelo Diretor de Controle Interno sobre a conclusão do processo de Tomada de Contas Especial para, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, recolher aos cofres públicos do Município o valor do débito devidamente corrigido, sem prejuízo das providências legais previstas nesta norma. Art. 37, § 4º do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	24. Não havendo imputação de débito, mas comprovada a prática de grave infração a norma constitucional ou legal, a juízo da comissão ou tomador de contas, o responsável estará sujeito às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores ou em regulamento próprio. Art. 37, §5º, do Decreto Municipal nº 107/2011 e alterações posteriores.
Secretaria de Administração e Finanças/ Unidades Gestoras/ Diretoria de Controle Interno	Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	A tomada de contas especial poderá deixar de ser instaurada quando o valor do dano, atualizado monetariamente, for igual ou inferior ao valor adotado pela respectiva fazenda pública para dispensa do ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa, sem prejuízo de outras medidas para assegurar o ressarcimento do erário, e das sanções administrativas e penais cabíveis. Artigo 7º, §4º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	26. Fica dispensado o encaminhamento ao Tribunal de Contas a Tomada de Contas Especial já constituída nas hipóteses de: Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente; Apresentação e aprovação da prestação de contas; Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial (Atualmente R\$ 25.000,00); Outra situação em que o débito seja descaracterizado. Art. 13, §1º, da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Na hipótese prevista no item 26.3 acima, além da inclusão do nome do responsável no sistema de registros contábeis na condição de devedor do ente, o Diretor de Controle Interno providenciará o registro em cadastro de débitos não quitados se existente. Art. 13, §2º da IN TC 13/2012.
Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade exceder o valor indicado no item 26.3 acima, o Diretor de Controle Interno deverá consolidá-los em um mesmo procedimento de tomada de contas especial, e encaminhá-lo ao Tribunal. Art. 13, §3º, da IN TC 13/2012.



Diretoria de Controle Interno	Diretor de Controle Interno	<p>O registro no cadastro de débitos não quitados deve ser excluído quando houver recolhimento do débito, com os devidos acréscimos legais, no âmbito administrativo interno ou quando o Tribunal:</p> <p>Julgar a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva;</p> <p>Excluir a responsabilidade do agente;</p> <p>Afastar o débito, ainda que julgadas irregulares as contas do responsável;</p> <p>Considerar ilíquidáveis as contas;</p> <p>Der quitação ao responsável pelo recolhimento do débito;</p> <p>Deferir parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento da primeira parcela.</p> <p>No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela é motivo para reinclusão do nome do responsável;</p> <p>Art. 14, da IN TC 13/2012.</p>
-------------------------------	-----------------------------	---

Responsável p/Execução do Ato		9. Processo Administrativo
Unidade Gestora/		
Unidade		
Administrativa	Responsável	

Unidades Gestoras/ Procuradoria Geral/ Controladoria Geral	Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	1. O Processo Administrativo é um procedimento voltado para apurar responsabilidade de servidor pelo descumprimento de norma de controle interno sem dano ao erário, mas, caracterizado como grave infração a norma legal. Art. 38 do Decreto Municipal nº 107/2011.
Unidades Gestoras/ Procuradoria Geral/ Controladoria Geral	Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	2. O Processo Administrativo será proposto pelo Diretor de Controle Interno e determinado pelo Chefe de Poder correspondente. Art. 38 do Decreto Municipal nº 107/2011.
Unidades Gestoras/ Procuradoria Geral/ Controladoria Geral	Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	3. Instaurado o Processo Administrativo, sua conclusão se dará no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias. Art. 39, do Decreto Municipal nº 107/2011.
Unidades Gestoras/ Procuradoria Geral/ Controladoria Geral	Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	4. O Processo Administrativo será desenvolvido por comissão designada pelo Chefe de Poder correspondente, assegurado aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa. Art. 40, do Decreto Municipal nº 107/2011.
Unidades Gestoras/ Procuradoria Geral/ Controladoria Geral	Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	5. Os fatos apurados pela comissão serão objeto de registro claro em relatório e encaminhamento a Controladoria Geral do Município para emissão de parecer e conhecimento ao Chefe de Poder correspondente com indicação das medidas adotadas ou a adotar para prevenir novas falhas, ou se for o caso, indicação das medidas punitivas cabíveis aos responsáveis, na forma do estatuto dos servidores. Art. 41, do Decreto Municipal nº 107/2011.
Unidades Gestoras/ Procuradoria Geral/ Controladoria Geral	Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	6. O Chefe de Poder correspondente decidirá no prazo de 30 (trinta) dias, contados do conhecimento do relatório, a aplicação das penalidades indicadas no processo.

**Decreto 088/2012 - Anexo XII****MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO**  
**Diretoria de Controle Interno****Decreto nº 107/2011 com atualizações aprovadas pelos Decretos nº 040 e 088/2012****ANEXO XII****CHECK LIST PARA ORIENTAR O TRABALHO DE AUDITORIA E PARA INFORMAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE CONTROLE INTERNO PELAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS****1. PLANEJAMENTO****1.1. PLANO PLURIANUAL**

Legenda: S = Sim; N = Não; e NA = Não se aplica

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>1.1.1</b>	<b>Estudos</b>			
Responsável p/ Contabilidade	1.1.1.1	As diretrizes, objetivos e metas da administração municipal foram definidas com base em diagnóstico das necessidades, dificuldades, potencialidades e vocação econômica da cidade?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.1.2	O orçamento da receita do PPA, de todas as Unidades Gestoras, foi elaborado por fonte de recursos e com base em série histórica de arrecadação?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.1.3	A capacidade de investimentos ou de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental foi apurado a partir da quantificação dos gastos com manutenção de cada uma das Unidades Gestoras em comparação com o Orçamento da Receita, discutido e aprovado em audiência pública?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.1.4	Os programas e ações estão apresentados em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, classificação funcional, metas físicas e financeiras e fonte de financiamento?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.1.5	O PPA apresenta anexo com a consolidação da despesa pela funcional programática?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.1.6	O PPA apresenta anexo com a consolidação da despesa por programa?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.1.7	O PPA apresenta anexo demonstrando a compatibilização da origem e destinação de recursos para evidenciar o equilíbrio orçamentário em cada fonte de recurso?			
	<b>1.1.2</b>	<b>Audiência Pública</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.1.2.3	A audiência pública foi realizada até o dia 15/07 do primeiro do ano do mandato do Prefeito?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.2.4	Na audiência foi apresentado o orçamento da receita, os programas de duração continuada com a quantificação dos seus gastos e o volume de recursos disponíveis para as ações relacionadas a criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.2.5	Houve chamamento público e incentivo a participação popular na audiência pública, registro em livro, das presenças e da ata?			
	<b>1.1.3</b>	<b>Elaboração do Projeto de Lei</b>			
Responsável p/Contabilidade/ Procurador	1.1.3.1	As diretrizes, objetivos e metas da administração constante da Lei do PPA foram baseadas nas decisões estabelecidas na audiência pública?			
Responsável p/Contabilidade/ Procurador	1.1.3.2	O projeto de lei do PPA foi encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 31 de julho do primeiro do mandato do Prefeito?			
	<b>1.1.4</b>	<b>Apreciação e Votação no Legislativo</b>			
Presidente da Câmara	1.1.4.2	O Poder Legislativo Municipal devolveu a Lei do PPA para sanção do Poder Executivo até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato do Prefeito?			
	<b>1.1.5</b>	<b>Sanção pelo Chefe do Poder Executivo</b>			

Procurador/ Prefeito	1.1.5.1	O Chefe do Poder Executivo sancionou a lei do PPA no prazo de 15 dias úteis contados da data do recebimento da Câmara Municipal?			
	<b>1.1.6</b>	<b>Publicação</b>			
Chefe de Gabinete/ Gerente Legislativo	1.1.6.1	A lei do PPA foi publicada no órgão oficial do Município e em meios eletrônicos?			
	<b>1.1.7</b>	<b>Encaminhamento do PPA ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.1.7.1	A Lei do PPA foi encaminhada ao Poder Legislativo e ao TCE no prazo legal?			
	<b>1.1.8</b>	<b>Avaliação do Cumprimento dos Objetivos e Metas</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.1.8.1	Foi elaborado relatórios quadrimestrais de avaliação do cumprimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, na forma do Anexo VI, do Decreto Municipal nº 107/2011?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.8.2	Os relatórios de avaliação são encaminhados ao Chefe do Poder Executivo para conhecimento e orientação nas tomadas de decisões?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.8.3	Esses relatórios de avaliação estão sendo publicados?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

**1. PLANEJAMENTO****1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>1.2.1</b>	<b>Estudos</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.2.1.1	A LDO apresenta orçamento da receita das diversas unidades gestoras, em cada uma das fontes de recursos, projetada com base em série histórica de arrecadação?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.1.2	A capacidade de investimentos ou de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental foi apurado a partir da quantificação dos gastos com manutenção de cada uma das Unidades Gestoras em comparação com o Orçamento da Receita?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.1.3	Os programas e ações estão apresentados em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, classificação institucional, funcional e econômica, metas físicas e financeiras e fonte de financiamento?			
	<b>1.2.2</b>	<b>Audiência Pública</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.2.2.2	A audiência pública foi realizada até o dia 15 de setembro?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.2.3	Na audiência pública foi apresentado dados do orçamento da receita, os programas de duração continuada e os recursos disponíveis para definição das ações relacionadas à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental?			
Responsável p/Contabilidade	1.1.2.4	Houve chamamento público e incentivo a participação popular na audiência pública, registro em livro, da ata e das presenças?			
	<b>1.2.3</b>	<b>Relatório dos Projetos que passarão em andamento para o exercício seguinte e das obras com necessidade de Conservação, objeto de priorização de recursos na LDO.</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.2.3.1	A LDO apresenta relatório dos projetos que passarão em andamento para o exercício seguinte e das obras com necessidade de conservação contendo as informações constantes do art. 17, III, da IN TC n. 02/2001?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.3.2	O Relatório foi encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.3.3	O Relatório foi publicado no Órgão Oficial do Município?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.3.4	O Relatório foi encaminhado ao Tribunal de Contas na forma e no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações Diárias aprovada para Nova Trento?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.3.5	A LDO priorizou recursos para as obras em andamento e para conservação daquelas que se encontra em mau estado?			
	<b>1.2.4</b>	<b>Elaboração do Projeto de Lei da LDO</b>			
Responsável p/Contabilidade/Procurador	1.2.4.1	A LDO foi elaborada dispondo sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária e estabeleceu as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte extraídas do PPA e aprovadas em Audiência Pública?			
Responsável p/Contabilidade/Procurador	1.2.4.2	A LDO foi elaborada de acordo com as exigências estabelecidas na LRF dispondo, basicamente, sobre: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alteração da legislação tributária?</li> <li>2. Autorização para: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Criar cargos, empregos e funções?</li> <li>b) Concessão de vantagens?</li> <li>c) Concessão de aumento aos servidores?</li> <li>d) Alteração da estrutura de carreira?</li> <li>e) Admissão de pessoal a qualquer título?</li> </ol> </li> </ol>			

		3. Equilíbrio entre receita e despesa? 4. Limitação de empenho? 5. Controle de custos? 6. Avaliação do resultado dos programas? 7. Condições p/ transferências de recursos a entidades públicas e privadas? 8. Anexo com estabelecimento de Metas Fiscais para receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida? 9. Avaliação do cumprimento de metas do ano anterior? 10. Demonstrativo das metas anuais instruído com memória e metodologia que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores? 11. Demonstrativo da Evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios? 12. Demonstrativo da Origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos? 13. Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS? 14. Avaliação da situação financeira e atuarial? 15. Estimativa e compensação da renúncia de receita? 16. Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado? 17. Reserva de recursos para Riscos fiscais? 18. Definição da forma de utilização e montante da reserva de contingência? 19. Normas para elaboração da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso? 20. Definição de despesa irrelevante para dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro? 21. Prioridade para obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos? 22. Autorização para assumir custeio de competência de outros entes? 23. Definição dos incentivos ou benefícios tributários – renúncia de receita?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.4.3	Consta da LDO demonstrativo da compatibilização das metas com o PPA?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.4.4	Consta da LDO demonstrativo da compatibilização da origem e destinação de recursos?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.4.5	A LDO foi encaminhada à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro?			
	<b>1.2.5</b>	<b>Apreciação e Votação da LDO no Legislativo</b>			
Secretário de Adm. e Finanças/ Responsável p/Contabilidade/ Procurador	1.2.5.1	O Secretário Municipal, o responsável pela contabilidade e a Procuradoria acompanharam as discussões e votações na Câmara para apresentação de eventuais esclarecimentos aos Senhores Vereadores?			
Presidente da Câmara	1.2.5.2	O Poder Legislativo devolveu a LDO ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sanção até o dia 30 de outubro para sanção?			
	<b>1.2.6.</b>	<b>Sanção da LDO pelo Chefe do Poder Executivo</b>			
Secretário de Adm. e Finanças/ Responsável p/Contabilidade/ Procurador/ Prefeito	1.2.6.1	A LDO foi sancionada pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento da Câmara Municipal?			
	<b>1.2.7</b>	<b>Publicação da LDO</b>			
Chefe de Gabinete/ Gerente Legislativo	1.2.7.1	A LDO sancionada foi publicada no órgão oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos?			
	<b>1.2.8</b>	<b>Encaminhamento de Cópia da LDO ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas.</b>			



Chefe de Gabinete/ Gerente Legislativo	1.2.8.1	A LDO foi encaminhada ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal no prazo legal conforme disposto na Agenda de Obrigações Diárias?			
	<b>1.2.9</b>	<b>Avaliação do Cumprimento das Prioridades e Metas</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.2.9.1	Foi elaborado o demonstrativo do desdobramento das metas fiscais e físicas em metas quadrimestrais para avaliação do seu cumprimento em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.9.2	Os Demonstrativos de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais e Físicas foram encaminhados ao Chefe do Poder Executivo para conhecimento e orientação nas tomadas de decisões?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.9.3	Os Demonstrativos foram publicados no órgão oficial do Município?			
Responsável p/Contabilidade	1.2.9.4	A Audiência pública foi realizada mediante chamamento público, incentivo à participação popular e objeto de registro em livro próprio, as presenças e ata das decisões ali tomadas?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

**1. PLANEJAMENTO**  
**1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>1.3.1</b>	<b>Estudos</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.3.1.1	O orçamento da receita foi quantificado com base em série histórica de arrecadação e alteração da legislação tributária?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.1.2	A capacidade de criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental foi apurada do confronto entre o orçamento da receita e a quantificação dos gastos com manutenção de cada uma das Unidades Gestoras?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.1.3	As despesas estão demonstradas em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, classificação institucional, funcional, programática, econômica, modalidade de aplicação, metas físicas e financeiras e fonte de financiamento?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.1.4	A LOA apresenta os Anexos, Adendos e Demonstrativos de receitas e despesas previstos na Lei 4.320/64, Lei Complementar (federal) nº 101/2000, Portarias da STN e na LDO?			
	<b>1.3.2</b>	<b>Audiência Pública</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.3.2.1	A Audiência pública foi agendada e convocada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.2.2	A audiência pública foi realizada até o dia 15 de outubro?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.2.3	A lista de presentes e a ata da audiência pública foram registradas em livro próprio?			
	<b>1.3.3</b>	<b>Estudos das Estimativas da Receita, inclusive da Receita Corrente Líquida</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.3.3.1	Esses estudos foram disponibilizados ao Poder Legislativo, com as respectivas memórias de cálculo, até 30 dias antes da remessa da proposta orçamentária à Câmara?			
	<b>1.3.4</b>	<b>Elaboração do Projeto de Lei</b>			
Responsável p/Contabilidade/Procurador	1.3.4.1	O texto da lei dispõe sobre a previsão da receita e fixação da despesa das diversas unidades gestoras?  Identifica o volume de recursos dos orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas?  Contempla autorização para abertura de créditos adicionais suplementares por conta dos recursos previstos no art. 43, da Lei 4.320/64?  A Lei Orçamentária apresenta matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa?			
Responsável p/Contabilidade/Procurador	1.3.4.2	Foi elaborada mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo com o conteúdo previsto na LDO?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.4.3	A proposta orçamentária foi encaminhada ao Poder Legislativo até o dia 30 de outubro?			
	<b>1.3.5</b>	<b>Apreciação e Votação no Legislativo</b>			
Responsável p/Contabilidade/Procurador	1.3.5.1	A discussão e votação da proposta orçamentária na Câmara foi acompanhada pelo Secretário de Administração e Finanças, pelo			

		Responsável pela Contabilidade e pelo Procurador para prestar eventuais esclarecimentos?			
Vereador Presidente	1.3.5.2	O Poder Legislativo devolveu a Lei Orçamentária para sanção até o dia 15 de dezembro?			
	<b>1.3.6</b>	<b>Sanção pelo Chefe do Poder Executivo</b>			
Responsável p/Contabilidade/Procurador	1.3.6.1	A lei orçamentária foi sancionada pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de até 15 dias úteis, contados da data do recebimento da Câmara Municipal?			
	<b>1.3.7</b>	<b>Publicação</b>			
Chefe de Gabinete/Gerente Legislativo	1.3.7.1	A Lei Orçamentária foi publicada na imprensa oficial do Município e em meios eletrônicos?			
	<b>1.3.8</b>	<b>Encaminhamento de Cópia da LOA ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas</b>			
Chefe de Gabinete/Gerente Legislativo	1.3.8.1	A Lei Orçamentária Anual sancionada foi encaminhada ao Poder Legislativo Municipal e ao Tribunal de Contas no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações?			
	<b>1.3.9</b>	<b>Desdobramento da Receita Prevista em metas bimestrais de arrecadação</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.3.9.1	Foi elaborado o Demonstrativo do Desdobramento da Receita Prevista em metas bimestrais de arrecadação na forma do Anexo IX, do Decreto Municipal nº 107/2011?			
Responsável/Setor de Tributação	1.3.9.2	Foi elaborado o Demonstrativo das Medidas de Combate à Evasão e à Sonegação Fiscal com as informações exigidas pelo Tribunal de Contas?			
Responsável/Setor de Contabilidade	1.3.9.3	Foi editado Decreto Municipal aprovando o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação?			
Chefe de Gabinete/Gerente Legislativo	1.3.9.4	Esses atos foram publicados no Órgão Oficial do Município?			
Chefe de Gabinete/Gerente Legislativo	1.3.9.5	Esses atos foram encaminhados ao Tribunal de Contas no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações?			
	<b>1.3.10</b>	<b>Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.3.10.1	Foi elaborada a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso de cada uma das Unidades Gestoras na forma do Anexo XI, do Decreto Municipal nº 107/2011?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.10.2	A Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso foram aprovados por Decreto Municipal?			
Chefe de Gabinete/Gerente Legislativo	1.3.10.3	O Decreto Municipal foi publicado na Imprensa Oficial do Município?			
Chefe de Gabinete/Gerente Legislativo	1.3.10.4	Esse ato foi encaminhado ao Tribunal de Contas no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações?			
	<b>1.3.11</b>	<b>Desdobramento das Metas Fiscais Anuais e as Metas Físicas em Metas Quadrimestrais</b>			
Responsável p/Contabilidade	1.3.11.1	As metas fiscais anuais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida, foram desdobradas em metas quadrimestrais para acompanhamento e avaliação do cumprimento em Audiência Pública, na forma do Anexo III, do Decreto Municipal nº 107/2011?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.11.2	As metas físicas anuais foram desdobradas em metas quadrimestrais para acompanhamento e avaliação do cumprimento em Audiência Pública?			
Responsável p/Contabilidade	1.3.11.3	O desdobramento das metas anuais em metas quadrimestrais foi aprovado por Decreto Municipal?			
Chefe de Gabinete/Gerente Legislativo	1.3.11.4	O Decreto Municipal foi publicado na Imprensa Oficial do Município?			
Chefe de Gabinete/Gerente Legislativo	1.3.11.5	Esse ato foi encaminhado ao Tribunal de Contas no prazo estabelecido na Agenda de Obrigações?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

**2. RECEITA****2.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>2.1.1</b>	<b>Lançamento de Tributos</b>			
Responsável p/Setor de Tributação/ Gestor Samae	2.1.1.7	O valor dos tributos lançados foi calculado de acordo com o Código Tributário Municipal e suas atualizações?			
Responsável p/Setor de Tributação/ Gestor Samae	2.1.1.8	As receitas lançadas foram registradas por sistema eletrônico de forma a permitir o registro da baixa no momento da arrecadação e registro em Dívida Ativa os valores lançados e não arrecadados?  Foi expedido aviso de lançamento do tributo aos respectivos contribuintes?			
Responsável p/Setor de Tributação/ Gestor Samae	2.1.1.9	Os encargos moratórios incidentes sobre as receitas recolhidas fora do prazo de vencimento foram calculados na forma estabelecida pelo Código Tributário Municipal?			
Responsável p/Setor de Tributação/ Gestor Samae	2.1.1.10	Os agentes arrecadadores foram informados dos encargos moratórios incidentes sobre as receitas pagas fora do prazo de vencimento?			
Responsável p/Setor de Tributação/ Gestor Samae	2.1.1.11	As receitas arrecadadas foram baixadas até o dia seguinte ao recolhimento às contas do Município pelos agentes arrecadadores?			
	<b>2.1.2</b>	<b>Procedimento para Alienação de Ativos</b>			
Responsável p/Setor de Patrimônio	2.1.2.1	A alienação de bens foi precedida de solicitação da autoridade administrativa interessada, com indicação do bem a ser alienado e justificativa quanto ao interesse público?			
Gestor/ Chefe do Setor de Patrimônio	2.1.2.2	Consta do processo de alienação de bens o laudo de avaliação?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Patrimônio	2.1.2.3	A alienação foi autorizada por lei municipal?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Patrimônio	2.1.2.4	A alienação se baseou em processo licitatório regular?			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade	2.1.2.5	Os recursos da alienação de ativos foram contabilizados de forma segregada para comprovação da sua aplicação em despesas de capital ou despesas com obrigações patronais?			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade	2.1.2.6	A alienação de ativo foi objeto de lançamentos de ajustes contábeis no sistema patrimonial, registro do ingresso da receita e baixa patrimonial do bem alienado?			
	<b>2.1.3</b>	<b>Arrecadação das Receitas</b>			
Gestor/ Tesoureiro	2.1.3.2	A arrecadação das receitas municipais se deu exclusivamente pela rede bancária?  Os documentos de receitas apresentam as informações mínimas exigidas e estão arquivados em boa ordem?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Tributação/ Tesoureiro	2.1.3.3.	O Setor de Tributação se informa diariamente das receitas arrecadadas pelos agentes autorizados para fins de conferência, baixa, classificação, registro contábil e aplicação no mercado financeiro das disponibilidades			

		de caixa?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Tributação	2.1.3.4	Sobre as receitas arrecadadas após a data de vencimento incidu os encargos moratórios previstos no Código Tributário?			
Gestor/Responsável p/Contabilidade	2.1.3.5	As receitas vinculadas a fundos, órgãos ou despesas foram contabilizadas de forma segregada?			
Gestor/Tesoureiro	2.1.3.6	As entidades municipais civis organizadas foram notificadas no prazo legal sobre o recebimento de recursos oriundos de convênios firmados com o Governo Federal e oriundos de operações de crédito?			
Gestor/Tesoureiro/ Responsável p/Contabilidade	2.1.3.7	O registro contábil das receitas pertencentes ao Município obedeceu ao regime de caixa?			
Responsável p/Contabilidade/ Tesoureiro	2.1.3.8	O IR e o ISS retido em Unidade Gestora diversa da Prefeitura, foi objeto de registro contábil no fluxo extra-orçamentário como Depósito de Diversas Origens? Esses tributos foram recolhidos à Unidade Gestora Prefeitura até o 5º dia útil do mês seguinte à retenção para registro nesta como receita orçamentária?			
	<b>2.1.4</b>	<b>Aplicações Financeiras das Disponibilidades de Caixa</b>			
Gestor/Tesoureiro	2.1.4.3	As disponibilidades de caixa para fins de aplicação no mercado financeiro foram apuradas diariamente?  As disponibilidades de caixa constaram de registro próprio de forma que a vinculação a fundo, órgão ou despesa obrigatória fossem identificados e escriturados de maneira individualizada?			
Gestor/Tesoureiro	2.1.4.4	As disponibilidades de caixa vinculadas a objeto de convênio foram aplicadas em caderneta de poupança quando a previsão de uso foi superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a utilização verificou-se em prazos menores que 30 dias?			
Gestor/Tesoureiro	2.1.4.5	As receitas financeiras auferidas com a aplicação das disponibilidades de caixa foram registradas em contas do grupo "Receita de Valores Mobiliários" e de forma a preservar as sua vinculação original?			
Gestor/Tesoureiro	2.1.4.6	Quando possível, as disponibilidades de caixa foram consolidadas com vistas à obtenção de melhores taxas de rendimento, com registro pró-rata dos rendimentos auferidos de forma a preservar a sua vinculação?			
Gestor/Tesoureiro	2.1.4.7	Os rendimentos de aplicação obtidos pela Unidade Gestora Câmara Municipal estão sendo contabilizados no fluxo extra-orçamentário e recolhidos ao caixa da Unidade Gestora Prefeitura para contabilização no fluxo orçamentário?			
	<b>2.1.5</b>	<b>Dação em Pagamento</b>			
Procurador	2.1.5.2	A dação em pagamento foi objeto de manifestação expressa do devedor, autorização em lei, manifestação expressa da Prefeitura no interesse do bem imóvel e emissão de laudo de avaliação por comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo?			
Procurador	2.1.5.3	A relação entre as partes foi regida pelas normas de compra e venda?			
Procurador	2.1.5.5	A dação em pagamento foi objeto de processo com parecer da Assessoria Jurídica sobre a sua legalidade e homologação pelo Prefeito Municipal?			
Procurador	2.1.5.6	O bem imóvel objeto da dação em pagamento, acompanhado da escritura pública, foi recebido mediante processo de liquidação devidamente homologado por servidor responsável?			
Responsável p/Contabilidade	2.1.5.7	O bem imóvel transferido pelo devedor da Fazenda Pública Municipal foi objeto de registro contábil na forma de despesa orçamentária e Resultado Aumentativo Orçamentário pela incorporação do bem ao Patrimônio?			
Responsável p/Contabilidade	2.1.5.8	O crédito da Fazenda Municipal compensado com o bem imóvel transferido pelo devedor foi objeto de registro contábil na forma de			



		receita orçamentária e Resultado Diminutivo Orçamentário pela baixa da dívida ativa no sistema patrimonial?			
	<b>2.1.6</b>	<b>Baixa das Receitas Lançadas</b>			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.6.1	A baixa das receitas lançadas tem sido realizada de forma regular até o dia seguinte ao recolhimento pelos agentes arrecadadores às contas do Município?			
	<b>2.1.7</b>	<b>Restituições de Receitas</b>			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.7.2	As restituições de receitas foram objeto de requerimento por parte do interessado com relato dos fatos, razões de direito e juntada dos comprovantes necessários?			
Responsável pelo Setor de Tributação/ Procurador	2.1.7.3	O requerimento de restituição de receita foi examinado para constatar do direito, foi objeto de parecer fundamentado e despacho do Secretário Municipal de Administração e Finanças?			
Responsável p/Contabilidade	2.1.7.4	-O registro contábil da restituição de receita ordinária se deu através de conta redutora de receita? -O registro contábil da restituição de receita extraordinária se deu através de conta redutora de receita até o limite da sua arrecadação no exercício e o excedente através de despesa orçamentária? -O registro contábil da restituição foi feito em contrapartida com a conta 21225.00.00 – Restituição de Receitas a Pagar do Passivo Circulante?			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.7.5	As restituições de receita pagas a maior observaram o prazo máximo de cinco anos para requerer a restituição?			
	<b>2.1.8</b>	<b>Inscrição e Cobrança de Créditos em Dívida Ativa</b>			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.8.4	Os créditos da fazenda pública municipal, inscritos em dívida ativa, identificam, pelo menos, o nome e o endereço completo do contribuinte, o número da inscrição cadastral, a natureza do crédito, valor e data de vencimento?			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.8.5	O valor dos créditos inscritos em dívida ativa pelo responsável pela Tributação foi informado ao responsável pela Contabilidade para o devido registro patrimonial?  Os contribuintes foram notificados administrativamente no prazo de sessenta dias, contados da data da inscrição do respectivo débito em dívida ativa, para pagamento ou contestação no prazo de trinta dias, contados da data do recebimento da notificação?			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.8.6	O responsável pelo Setor de Tributação expediu CDA e encaminhou a Procuradoria Geral do Município no prazo de 60 dias, contados da expiração do prazo dado ao contribuinte para pagamento ou contestação?			
Procurador	2.1.8.7	A Procuradoria Geral do Município notificou o contribuinte devedor no prazo de 60 dias contados do recebimento da certidão de dívida ativa, do valor do seu débito para com a Fazenda Pública Municipal e que este seria objeto de execução fiscal?			
Procurador	2.1.8.8	A Procuradoria Geral do Município, no prazo de 150 dias contados do recebimento da certidão de dívida ativa, ajuizou as respectivas ações de cobrança desses créditos?			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.8.9	A cobrança dos créditos da fazenda pública foi objeto de baixa no livro da Dívida Ativa e comunicação ao responsável pela Contabilidade para os devidos registros?			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.8.10	O estoque da dívida ativa está sendo objeto de atualização mensal do seu valor, com a agregação dos encargos moratórios e informação do valor da atualização à contabilidade para registro patrimonial?			
	<b>2.1.9</b>	<b>Procedimento Administrativo para Renúncia de Receita</b>			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.9.1	Ocorreram atos caracterizados como renúncia de receita?			
Responsável pelo Setor de Tributação/ Procurador	2.1.9.2	a) A renúncia de receita foi formalizada através de processo? b) Demonstrou que atende ao disposto na LDO?			

		c) Tem autorização em lei municipal? d) Foi prevista em contas redutoras no orçamento da receita constante da Lei Orçamentária Anual? e) Foi elaborado o procedimento administrativo relacionado à estimativa do impacto orçamentário-financeiro?			
Responsável pelo Setor de Tributação	2.1.9.3	A estimativa do impacto orçamentário-financeiro foi elaborada para o exercício em que iniciou a vigência da renúncia e para os dois seguintes, comprovou que atendeu o disposto na LDO e a pelo menos uma das condições estabelecidas no artigo 14 da LRF?			

Relato dos achados apurados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

## 2. RECEITA

### 2.2. RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>2.2.1</b>	<b>Arrecadação</b>			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade	2.2.1.2	Nos pagamentos realizados, quando cabível, foram realizadas as retenções a título, por exemplo: de caução, fiança, INSS, IRRF, imposto sobre serviços e outras?  Houve operação de crédito por antecipação de receita?			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade	2.2.1.3	Essas retenções, quando recursos de terceiros, foram contabilizadas de forma segregada?			
Gestor/ Tesoureiro	2.2.1.4	As retenções, quando referentes a garantias contratuais, são aplicadas no mercado financeiro?			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade	2.2.1.5	As retenções relacionadas à IRRF, ISS e outros tributos, quando realizadas por unidades gestoras diversa da Prefeitura, foram contabilizadas no fluxo extra-orçamentário e transferidas à Prefeitura para registro como receita orçamentária?			
	<b>2.2.2</b>	<b>Restituição de Receita Extra-Orçamentária</b>			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade	2.2.2.1	Houve restituição de receita extra-orçamentária em razão de retenção a maior ou indevida?			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade	2.2.2.2	As restituições ocorridas foram objeto de requerimento pelo interessado, com relato dos fatos, das razões de direito e juntada dos documentos comprobatórios?			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade	2.2.2.3	O pedido de restituição foi objeto de exame e despacho do Secretário de Administração e Finanças ou Gestor da Unidade?			
Gestor/ Responsável p/Contabilidade/ Tesoureiro	2.2.2.4	As restituições foram processadas com a emissão de ordem de pagamento, cheque nominal ou ordem bancária ao credor e registro contábil envolvendo contas do Passivo e Ativo Circulante do grupo financeiro?			
	<b>2.2.3</b>	<b>Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO</b>			
Secretário/ Gestor	2.2.3.1	A Unidade Gestora realizou no exercício operação de crédito por ARO? A operação observou o disposto no capítulo V, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001?			
Secretário/ Gestor	2.2.3.2	A operação de crédito por ARO foi realizada e paga no período de 10/01 a 20/12 do mesmo exercício? A Unidade Gestora observou a vedação de realização operação de crédito por ARO no último ano do mandato e enquanto a operação anterior não for integralmente liquidada?			
Secretário/ Gestor/ Responsável	2.2.3.3	O ingresso dos recursos de operação de crédito por ARO foi objeto de registro contábil no fluxo extra-orçamentário?			

p/Contabilidade				
-----------------	--	--	--	--

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

### 3. DESPESA

#### 3.1. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>3.1.1.</b>	<b>Levantamento das Necessidades</b>			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.1.1	As necessidades da Administração, para efeito de contratação, foram apuradas de forma tempestiva em obediência ao princípio do planejamento das ações de forma a evitar o parcelamento nas contratações?			
	<b>3.1.2</b>	<b>Requisição</b>			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.2.1	As necessidades da Administração foram objeto de requisição ao Secretário de Administração e Finanças ou Gestor correspondente com identificação das quantidades, especificação completa do objeto e justificativa sobre a necessidade para adoção dos procedimentos legais pelo Setor de Compras?  Quando a necessidade se referiu a obras ou serviços de engenharia a requisição veio acompanhada dos respectivos projetos de engenharia, orçamento de preço e memorial descritivo?			
	<b>3.1.3</b>	<b>Orçamento de Preços</b>			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.3.1	Nos processos de compras consta orçamento de preços apurados em pesquisa de mercado ou em banco de dados de fornecedores?  Nas contratações diretas o fornecedor escolhido tem sido aquele que apresentou o menor preço no orçamento?  O menor preço ou o preço médio dos orçamentos tem servido de referência para as contratações através de processo licitatório?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.3.2	As contratações observam a programação financeira de forma a preservar o equilíbrio de caixa?			
	<b>3.1.4</b>	<b>Desapropriação</b>			
Procurador	3.1.3.1	O Município realizou operação de desapropriação?			
Procurador	3.1.3.2	A desapropriação baseou-se em decreto do Chefe do Poder Executivo com identificação completa do bem, destinação, nome do expropriado, valor da indenização baseada em laudo de avaliação emitida por pelo menos dois profissionais do ramo imobiliário?			
Responsável pela Contabilidade	3.1.3.3	Foi elaborado o procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro?			
Procurador	3.1.3.4	Os bens havidos por processo de desapropriação foram empregados nos fins indicados no processo?			
Procurador	3.1.3.5	A desapropriação se deu de forma amigável? A desapropriação se deu de forma judicial?			

Responsável pela Contabilidade	3.1.3.6	No caso da desapropriação ter sido processada de forma judicial o valor foi depositado em juízo mediante registro contábil na conta 1.1.2.5.1.02.00 do Plano de Contas Único adotado pelo Tribunal de Contas?			
Responsável pela Contabilidade	3.1.3.7	No caso da desapropriação ter sido processada de forma amigável, a despesa obedeceu aos seus estágios de empenho, liquidação (escritura pública), pagamento e registro do bem no Patrimônio do Município?			
	<b>3.1.5</b>	<b>Verificação da Disponibilidade Orçamentária</b>			
Responsável p/Contabilidade		Os processos de compras são encaminhados à contabilidade para informação sobre a classificação da despesa e disponibilidade orçamentária e financeira?			
	<b>3.1.6</b>	<b>Abertura de Créditos Adicionais</b>			
Responsável p/Contabilidade	3.1.6.2	Os créditos adicionais suplementares e especiais foram processados com base em autorização em lei municipal?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.6.3	Os créditos extraordinários abertos foram objeto de imediato conhecimento ao Poder Legislativo?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.6.4	Os créditos adicionais suplementares e especiais abertos indicam as fontes de recursos e elas efetivamente existiam?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.6.5				
Responsável p/Contabilidade	3.1.6.6	Na apuração do excesso de arrecadação por fontes foi deduzida a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.6.8	A reabertura de crédito adicional especial ou extraordinário no exercício se deu com base no fato de terem sido abertos nos últimos quatro meses do exercício anterior?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.6.9	A abertura de créditos adicionais foi iniciada com exposição fundamentada da sua necessidade?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.6.10	A ação governamental objeto de crédito adicional especial estava contemplada no PPA e na LDO?			
	<b>3.1.7</b>	<b>Autorização da Autoridade Competente</b>			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.7.1	As contratações de obras e fornecimento de bens e serviços foram autorizadas pela autoridade competente?			
	<b>3.1.8</b>	<b>Procedimentos Administrativos para Geração de Despesas</b>			
Responsável p/Contabilidade	3.1.8.1 a 3.1.8.4	A geração de despesas, caracterizadas como criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, ou obrigatórias de caráter continuado, foram precedidas do procedimento administrativo de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e elaboradas de acordo com as normas?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras/ Responsável p/Contabilidade	3.1.8.5	O procedimento administrativo foi considerado como condição prévia para licitação e empenho da despesa?			
	<b>3.1.9</b>	<b>Licitação</b>			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.1	As licitações foram realizadas com base em estimativas de consumo das necessidades, nas requisições feitas pelas diversas unidades administrativas e autorizadas pela autoridade competente?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.2	Quando cabível, o processo de estimativa de impacto orçamentário-financeiro integrou o processo licitatório?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.3	Os processos licitatórios observaram os princípios da igualdade de condições dos concorrentes, publicidade, escolha da proposta mais vantajosa para a administração e as modalidades adequada para cada caso?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.4	A comissão de licitação foi renovada para o exercício?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.5 "a"	As licitações foram realizadas através da abertura de processos, numeradas, registradas em livro, autorizadas pela autoridade competente e publicadas de forma regular?			
Responsável p/Setor de Licitações,	3.1.9.5	Constam do Edital de licitação, quando cabível, projeto básico e/ou			



Contratos e Compras	"b"	executivo, orçamento estimado e minuta do contrato?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.5 "c"	Consta do processo licitatório, parecer prévio da Assessoria Jurídica aprovando a minuta Edital e do Contrato?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.5 "d"	As propostas foram recebidas pela comissão de licitação mediante protocolo?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.5 "e"	As deliberações da comissão de licitação em cada processo foram registradas em ata?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.5 "f"	Os documentos de habilitação e proposta em cada processo licitatório foram rubricados pelos membros da comissão e pelos licitantes presentes?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.5 "g"	O resultado de cada processo de licitação foi homologado e adjudicado pela autoridade competente?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.6	Constam dos processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação as justificativas cabíveis, parecer da Assessoria Jurídica, comunicação a autoridade competente e publicação no prazo legal?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.7	Há cadastro atualizado de fornecedores?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.8	Foi publicado chamamento público anual para atualização do registro cadastral e ingresso de novos interessados em fornecer a Prefeitura?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.10	Os processos licitatórios foram enviados ao Tribunal de Contas via e-SFINGE no prazo legal?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.11	Os processos licitatórios de valor enquadrável na modalidade concorrência foram enviados ao Tribunal de Contas no prazo legal?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.12	Os processos licitatórios de obras e serviços de engenharia tramitaram pelo responsável pela remessa de dados e informações ao TC via e-Sfinge obras para cadastramento das informações e dados necessários?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.9.13	Os boletins de medição, depois de aprovados pelo engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra ou serviço de engenharia, transitaram pela responsável pela remessa de dados e informações ao TC via e-Sfinge obras?			
	<b>3.1.10</b>	<b>Empenho</b>			
Responsável p/Contabilidade	3.1.10.7	Os empenhos das despesas foram emitidos de forma prévia, com base em contrato, convênio, autorização de obra, serviço ou fornecimento?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.10.8	A nota de empenho apresenta as informações mínimas como: data, número, classificação institucional, funcional programática, econômica, fonte de financiamento, valores unitário e total, dedução do saldo da dotação, tipo de empenho, nome do credor, endereço, especificação completa da despesa, número e a modalidade de licitação, número do contrato e seus aditivos, número do convênio, identificação e assinatura da autoridade competente, do contador e do responsável pelo serviço?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.10.9	Os documentos de suporte da despesa pública estão anexados à nota de empenho e se constitui de documentos regulares?			
Responsável p/Contabilidade	3.1.10.10	As notas de empenho estão arquivadas em ordem de numeração e acompanhadas dos documentos que lhe deram origem?			
	<b>3.1.11</b>	<b>Reinscrição de Restos a Pagar</b>			
Responsável pela Contabilidade	3.1.11.1	Ocorreu reinscrição de restos a pagar prescritos ou cancelados?			
Responsável pela Contabilidade	3.1.11.1	A reinscrição de restos a pagar baseou-se em processo com tramitação regular e deferido?			
Responsável pela Contabilidade	3.1.11.1	A reinscrição de restos a pagar foi objeto de empenhamento como despesas de exercícios anteriores?			
	<b>3.1.12</b>	<b>Empenho da Despesa com Publicidade</b>			
Assessor de Imprensa/ Gestor	3.1.12.1	A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ocorrida no período de referência foram de caráter			

		educativo, informativo ou de orientação social e delas não constou nomes, símbolos ou imagens que poderiam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos?			
Responsável pela Contabilidade/ Gestor	3.1.12.2	Os comprovantes de despesa com publicidade estão acompanhados de: <ol style="list-style-type: none"> <li>Memorial descritivo da campanha de publicidade, quando relativa a criação e produção?</li> <li>Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade?</li> <li>Indicação da matéria veiculada, com menção das datas, horários e tempos de divulgação?</li> <li>Cópia do material impresso, em se tratando de publicidade escrita, e gravação da matéria veiculada, quando se tratar de publicidade escrita, e gravação da matéria veiculada, quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva?</li> <li>Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados?</li> </ol>			
Secretário/ Assessor/ Responsável pela Contabilidade/ Gestor	3.1.12.3	Nos últimos de três meses de que antecedeu a eleição foi observada a vedação de realizar despesas com publicidade e propaganda?			
Secretário/ Assessor/ Responsável pela Contabilidade/ Gestor	3.1.12.4	No ano eleitoral foi observado que os gastos com publicidade e propaganda não poderia exceder a média de gastos dos últimos três exercícios anteriores a eleição ou os gastos do exercício imediatamente anterior?			
	<b>3.1.13</b>	<b>Empenho de Adiantamento da Despesa</b>			
Secretário/ Gestor	3.1.13.1	Os Adiantamentos de despesas realizados foram entregues á servidores do Município formalmente designado para realizar despesas excepcionais expressamente definidas na Lei Municipal nº 2423/2011, que por sua natureza ou urgência não poderiam subordinar-se ao processo normal de requisição, autorização, empenho, liquidação e pagamento?			
Secretário/ Gestor	3.1.13.2	Os servidores designados para realização de despesas pelo regime de adiantamento, recaiu, preferencialmente, em ocupante de cargo efetivo ou emprego público com capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função?			
Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.3	A concessão de recursos a título de adiantamento observou a regra do empenho prévio da despesa?  O empenho da despesa com adiantamento se baseou em requerimento e autorização do Secretário da Administração ou Gestor da Unidade correspondente?  O requerimento para concessão de recursos a título de adiantamento continha as informações abaixo: <ol style="list-style-type: none"> <li>Nome do servidor, matrícula, cargo ou emprego?</li> <li>Indicação do valor total do adiantamento a ser concedido e da finalidade?</li> <li>Fundamentação legal?</li> <li>Indicação da dotação orçamentária: nº da ação de governo, grupo de natureza de despesa, elemento de despesa, fonte de recursos?</li> <li>Assinatura do requerente?</li> </ol> Autorização do Secretário da Administração ou Gestor da Unidade correspondente?			
Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.4	O valor de cada adiantamento para atender despesas miúdas e de pronto pagamento observou o limite estabelecido no item 3.1.13.4?			
Secretário/ Gestor/	3.1.13.5	Foi observada a regra de não se fazer adiantamento: <ol style="list-style-type: none"> <li>Á responsável por dois adiantamentos?</li> <li>Á servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo em situações especiais devidamente justificadas?</li> <li>Para atender despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas?</li> <li>Á responsável com prazo de prestação de contas vencido?</li> <li>Á responsável que aplicou recursos adiantados em desacordo com a</li> </ol>			

		<p>legislação em vigor?</p> <p>5.6. Á responsável que tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário?</p> <p>5.7. Á responsável que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos?</p> <p>5.8. Á responsável que dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação do Assessor de Controle Interno ou do Tribunal de Contas para regularizar prestação de contas?</p>			
Secretário/ Gestor/	3.1.13.6	<p>Na aplicação dos recursos do adiantamento foi observada a regra de não realizar despesas fora do prazo de aplicação ou distintas das suas finalidades?</p> <p>As despesas realizadas observaram a legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos?</p>			
Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3.1.13.7	<p>Os recursos de adiantamentos concedidos foram depositados em conta bancária identificada com o nome da Unidade Gestora concedente, acrescido da expressão “Adiantamento” e quando possível, com o nome do responsável?</p> <p>As contas bancárias que deixaram de ser movimentadas foram imediatamente encerradas?</p> <p>Foi observada a regra de não reutilização de contas bancárias para outros fins ou sua movimentação por outro servidor?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiário	3.1.13.8	<p>Os recursos do adiantamento foram movimentados, quando possível, por ordem bancária ou transferência eletrônica?</p> <p>Movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor e saques para pagamento em espécie foram realizados mediante justificativa apresentada na prestação de contas?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiário	3.1.13.9	<p>Na concessão de adiantamento á Agentes Políticos, servidores comissionados e ACT's, sem designação formal, esta se baseou em justificativa do requerente e autorização do Gestor?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.10	<p>Nos casos em que se esgotou o prazo para aplicação dos recursos do adiantamento ou o saldo não aplicado no objeto, assim como as retenções realizadas (ISS, IRRF, INSS) foram imediatamente recolhidas à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras?</p> <p>Esses fatos foram objeto de registro contábil correspondente?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.11	<p>O servidor responsável por adiantamento foi inscrito pela contabilidade no Sistema de Compensação para controle da responsabilidade até a apresentação da prestação de contas?</p> <p>As prestações de contas foram apresentadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão da Ordem de Pagamento?</p> <p>Nos adiantamentos para atender despesas com viagens, a prestação de contas foi realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do retorno ao Município?</p> <p>Em ambos os casos foi observado á norma de que a apresentação da prestação de contas não excederá a data de 28 de dezembro do exercício em que o adiantamento foi concedido?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Diretor de Controle Interno	3.1.13.12	<p>Os documentos fiscais apresentados nas prestações de contas são em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinha?</p> <p>Os documentos fiscais constantes das prestações de contas apresentam as indicações mínimas abaixo indicadas:</p> <p>12.1.Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente?</p> <p>12.2.Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita</p>			

		<p>identificação?</p> <p>12.3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação?</p> <p>12.4. Número da placa e a quilometragem registrada quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos?</p> <p>12.5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal?</p> <p>12.6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável pelo adiantamento?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Diretor de Controle Interno	3.1.13.13	Os documentos que compõem a prestação de contas do adiantamento estão autuados na Unidade Gestora concedente e constituem processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem cronológica, organizada de forma individualizada por empenho ou nota de liquidação e correspondem ao valor integral do recurso recebido?			
Beneficiário/ Diretor de Controle Interno	3.1.13.14	<p>As prestações de contas de adiantamento foram apresentadas ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer técnico conclusivo pela regularidade, pela regularidade com ressalvas e recomendações ou pela irregularidade, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento?</p> <p>Nas prestações de contas constam os seguintes documentos:</p> <p>14.1. Requerimento do adiantamento com a autorização da autoridade competente?</p> <p>14.2. Balancete de prestação de contas?</p> <p>14.3. Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver?</p> <p>14.4. Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período, se for o caso?</p> <p>14.5. Documentos comprobatórios das despesas?</p> <p>14.6. Comprovantes das transações bancárias ou cópia dos cheques, se for o caso?</p> <p>14.7. Guia de recolhimento do saldo não utilizado e de eventuais descontos (INSS, ISS, IRRF), se houver?</p> <p>14.8. Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie?</p> <p>14.9. Diligências ou notificações expedidas, se for o caso?</p> <p>14.10. Parecer do Diretor de Controle Interno sobre a análise realizada nas contas, concluindo por considerá-la regular ou irregular?</p>			
Diretor de Controle Interno	3.1.13.15	<p>Na análise das prestações de contas e nos pareceres do Diretor de Controle Interno foram considerados, dentre outros, os aspectos abaixo?</p> <p>15.1. A regular aplicação dos recursos nas finalidades estabelecidas?</p> <p>15.2. Observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo Município?</p> <p>15.3. A regularidade dos documentos comprobatórios das despesas e da composição da prestação de contas?</p> <p>15.4. A realização das deduções devidas, tais como ISS, INSS e IRRF?</p> <p>15.5. A execução total ou parcial do objeto?</p> <p>15.6. A eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda?</p> <p>A devolução de eventual saldo de recursos não aplicados, inclusive de receitas de aplicações financeiras?</p>			
Diretor de Controle Interno	3.1.13.16	Em caso de irregularidade na prestação de contas, o Diretor de Controle Interno notificou o responsável para apresentação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de esclarecimentos, documentos complementares ou comprovante do recolhimento ao caixa da Unidade Gestora concedente do valor das despesas glosadas?			
Diretor de Controle	3.1.13.17	Decorrido o prazo para manifestação e mantida a irregularidade, o Diretor de			

Interno		Controle Interno concluiu seu parecer na forma da norma constante do item 3.1.13.14 com registro da correta identificação dos responsáveis, a quantificação do dano causado ao erário e indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do débito?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.18	Os processos de prestação de contas com parecer técnico do Diretor de Controle Interno foram de imediato encaminhado ao Gestor da Unidade concedente para pronunciamento sobre as recomendações e/ou determinações indicadas no referido parecer técnico e ao responsável pela contabilidade para baixa da responsabilidade quando considerada regular?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.19	Se o parecer técnico e o pronunciamento do Gestor da Unidade concedente foram no sentido de instauração de Tomada de Contas Especial, esta foi instaurada em conformidade com as normas estabelecidas no item 8, do Anexo I do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores?  No caso de instauração de tomada de contas especial ocorreu o registro contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que deu causa?  Medidas administrativas e judiciais foram adotadas para reparação do erário e para inclusão do responsável no cadastro informativo de débitos não quitados de forma a impedi-lo de receber novos adiantamentos?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.20	O Município enviou ao Tribunal de Contas por meio eletrônico: 20.1. Informações sobre os recursos concedidos a títulos de adiantamento e sobre as prestações de contas? 20.2. A conclusão da análise das prestações de contas, anexando arquivo eletrônico do parecer técnico do Assessor de Controle Interno?  As informações acima foram enviadas via e-Sfinge tempestivamente?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.21	O Diretor de Controle Interno foi notificado pelo Responsável pela Contabilidade quando da concessão de adiantamento da despesa mediante entrega de cópia da nota de empenho para controle do prazo de apresentação da prestação de contas pelo responsável?			
Diretor de Controle Interno	3.1.13.22	Nos casos em que decorreram 15 (quinze) dias do prazo para apresentação da prestação de contas do adiantamento sem que esta tenha sido apresentada, o Diretor de Controle Interno notificou o responsável a fazê-lo no prazo de cinco dias, contados do recebimento da notificação?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.23	Decorrido o novo prazo sem a apresentação da prestação de contas, o Diretor de Controle Interno do Município de imediato o declarou em alcance?  Comunicou o fato ao responsável pela contabilidade para registro contábil do crédito em conta de responsável?  Registrou o fato no cadastro de débitos não quitados se existente?  Quando coube, propôs ao Chefe de Poder correspondente a instauração de Tomada de Contas Especial para recuperação do dano causado ao erário, conforme normas editadas para tomada de contas especial?			
Diretor de Controle Interno	3.1.13.24	As prestações de contas de adiantamentos consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial foram encaminhadas ao Tribunal para julgamento?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.25	A tomada de contas especial deixou de ser instaurada quando o valor do dano, atualizado monetariamente, foi igual ou inferior ao valor adotado pela respectiva fazenda pública para dispensa do ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa?  Nesses casos medidas foram adotadas para assegurar o ressarcimento do erário e para aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis?			
Diretor de Controle Interno	3.1.13.26	Foi dispensado o encaminhamento ao Tribunal de Contas a Tomada de Contas Especial já constituída nas hipóteses de: 26.1. Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente? 26.2. Apresentação e aprovação da prestação de contas?			



		26.3. Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial (Atualmente R\$ 25.000,00)?			
		26.4. Outra situação em que o débito seja descaracterizado?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.13.27	Na hipótese prevista no item 26.3 acima, além da inclusão do nome do responsável no sistema de registros contábeis na condição de devedor do ente, o Diretor de Controle Interno providenciou o registro em cadastro de débitos não quitados se existente?			
Diretor de Controle Interno	3.1.13.28	Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade excedeu o valor indicado no item 26.3 acima, o Diretor de Controle Interno consolidou em um mesmo procedimento de tomada de contas especial, e encaminhou ao Tribunal?			
Diretor de Controle Interno	3.1.13.29	O registro no cadastro de débitos não quitados só foi excluído quando houve recolhimento do débito com os devidos acréscimos legais no âmbito administrativo interno? ou  Quando o Tribunal decidiu: 29.1. Julgar a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva? 29.2. Excluir a responsabilidade do agente? 29.3. Afastar o débito, ainda que julgadas irregulares as contas do responsável? 29.4. Considerar ilíquidáveis as contas? 29.5. Dar quitação ao responsável pelo recolhimento do débito? 29.6. Deferir parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento da primeira parcela? No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela foi motivo para reinclusão do nome do responsável?			
Diretor de Controle Interno	3.1.13.30	Foi dispensado do encaminhamento das prestações de contas de adiantamento ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses abaixo? 30.1. Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente? 30.2. Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial? (Atualmente R\$ 25.000,00) 30.3. Descaracterização do débito? 30.4. Apresentação e aprovação da prestação de contas?			
	<b>3.1.14</b>	<b>Empenho da Diária</b>			
Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Tesoureiro	3.1.14.1	O pagamento de diária é feito antes do deslocamento, salvo em situações especiais?  A diária é requerida de forma prévia pelo servidor ou Agente Político e formalmente autorizada pela autoridade competente em formulário próprio denominado “Requerimento/autorização”?  O documento “Requerimento/Autorização” contém, no mínimo: 1.1. A indicação do centro de custo (Unidade Gestora e Unidade Administrativa)? 1.2. A matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor ou agente político? 1.3. O destino e justificativa do deslocamento? 1.4. A indicação do horário e data de saída e de retorno? 1.5. O meio de transporte a ser utilizado? 1.6. O número de diárias e cálculo do valor devido?			
Secretário/ Gestor	3.1.14.2	Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis foram expressamente justificados no formulário “requerimento/autorização” referido no item 1 acima?			
Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Tesoureiro	3.1.14.3	2. Eventual pagamento de diárias decorrente de deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto no formulário “requerimento/autorização” estão acompanhados da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente?			
Secretário/	3.1.14.4	O valor da diária foi calculado levando em conta os seguintes critérios?			

Gestor		<p>3.1. Deslocamentos a outras cidades por período de 24 horas: direito ao valor de uma diária;</p> <p>3.2. Deslocamentos a outras cidades sem pernoite: direito ao valor de ½ (meia) diária quando superior ao período de quatro horas.</p>			
Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Responsável p/ Recursos Humanos	3.1.14.5	<p>Autorizada a viagem, o “requerimento/autorização” foi encaminhado ao setor de contabilidade para empenho, liquidação da despesa, pagamento e registro da responsabilidade no sistema de compensação até a apresentação dos documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem?</p> <p>Cópia do “requerimento/autorização” foi encaminhada pelo responsável pela contabilidade ao setor de Recursos Humanos para registro do benefício e posterior informação na Declaração Anual de Rendimentos pagos?</p>			
Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Tesorero/ Beneficiário	3.1.14.6	<p>O beneficiário da diária comprovou ao tesoureiro para juntar ao processo, a efetiva realização do deslocamento, a estada no local de destino e o cumprimento pelo servidor dos objetivos da viagem, mediante a apresentação dos seguintes documentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data do retorno do deslocamento?</p> <p>6.1. Do deslocamento do beneficiário - quaisquer dos documentos abaixo, conforme o caso:</p> <p>a) Ordem de tráfego e autorização para uso do veículo, em caso de viagem com veículo oficial (O formulário “requerimento/autorização” pode atender essa exigência);</p> <p>b) Bilhete de passagem, no caso de transporte rodoviário coletivo;</p> <p>c) Comprovante de embarque, no caso de transporte aéreo.</p> <p>6.2. Da estada do beneficiário no local de destino - quaisquer dos documentos abaixo:</p> <p>a) Nota fiscal de hospedagem;</p> <p>b) Nota fiscal de alimentação;</p> <p>c) Nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;</p> <p>d) Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.</p> <p>6.3. Do cumprimento do objetivo da viagem pelo servidor - quaisquer dos documentos abaixo:</p> <p>a) Cópia da ata de presença em reunião ou missão;</p> <p>b) Declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;</p> <p>c) Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;</p> <p>d) Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.</p> <p>O tesoureiro notificou o responsável pela contabilidade quando da apresentação da prestação de contas para registro contábil da baixa da responsabilidade no sistema de compensação?</p>			
Secretário/ Gestor/ Tesorero/ Diretor de Controle Interno	3.1.14.7	<p>Constatada a ausência de prestação de contas, o tesoureiro comunicou o fato ao Diretor de Controle Interno para adoção de providências administrativas e, quando foi o caso, propôs a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme disposto nas normas de controle interno constantes do Anexo I, item 8 do Decreto Municipal nº 107/2011?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiário/ Tesorero/ Diretor de Controle Interno	3.1.14.8	<p>O beneficiário da diária restituiu integralmente ao caixa da Unidade Gestora correspondente o valor das diárias consideradas indevidas?</p> <p>O fato foi de imediato comunicado ao Diretor de Controle Interno para apuração de responsabilidade, quando foi o caso de indícios de má-fé, e ao responsável pelo setor de contabilidade para os registros contábeis correspondentes?</p>			
Secretário/ Gestor/ Tesorero/ Responsável p/ Recursos Humanos	3.1.14.9	<p>A restituição de diárias foi objeto de comunicação ao Setor de Recursos Humanos para retificação dos seus registros?</p>			
Secretário/	3.1.14.10	<p>O valor da diária recebido sem o efetivo afastamento ou na hipótese de</p>			

Gestor/ Tesoureiro/ Beneficiário		<p>retorno antes do prazo previsto foi restituído ao caixa da Unidade Gestora correspondente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do seu recebimento ou do retorno?</p> <p>Em caso de indícios de má-fé, o fato foi objeto de apuração de responsabilidade?</p>			
	<b>3.1.15</b>	<b>Empenho de Contribuições, Auxílios ou Subvenções Sociais</b>			
Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	3.1.15.1	Despesas orçamentárias às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas a atender despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado foram classificadas no elemento 41 – Contribuições?			
Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	3.1.15.2	Despesas orçamentárias destinadas a atender despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos foram classificadas no elemento 42 – Auxílios e, observado, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da LC (federal) nº 101/2000?			
Secretário/ Gestor/ Responsável pela Contabilidade	3.1.15.3	Despesas orçamentárias para cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa foram classificadas no elemento 43 – Subvenções Sociais e observado o disposto no artigo 26 da LC (federal) nº 101/2000?			
Secretário/ Gestor	3.1.15.4	A concessão de recursos públicos para entidades privadas observou a exigência de se submeter exclusivamente ao atendimento de necessidade coletiva ou interesse público devidamente demonstrado e justificado, e observou os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade?			
Secretário/ Gestor	3.1.15.5	<p>Na concessão de recursos á entidades a título de contribuições, auxílios ou subvenções sociais, foi cumprido os requisitos abaixo?</p> <p>5.1.Requerimento formal ao Chefe do Poder Executivo Municipal;</p> <p>5.2.Comprovante de inscrição CNPJ;</p> <p>5.3.Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;</p> <p>5.4.Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;</p> <p>5.5.Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;</p> <p>5.6.Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;</p> <p>5.7.Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;</p> <p>5.8.Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertence á entidade, com data de emissão não superior a doze meses;</p> <p>5.9.Indicação de conta bancária identificada com o nome da entidade recebedora dos recursos acrescido da expressão “Subvenção”, “Auxílio” ou “Contribuição” e do nome da Unidade Gestora;</p> <p>5.10.Plano de trabalho assinado pelo representante legal da entidade interessada;</p> <p>5.11.Certificação da entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;</p> <p>5.12. Cópia da lei que a considerou entidade de utilidade pública;</p> <p>5.13. Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social;</p> <p>5.14. Certificado de Regularidade do FGTS;</p> <p>5.15. Certidão Negativa de Débitos para com o Município;</p> <p>5.16. Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;</p> <p>5.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;</p> <p>5.18. Parecer da Unidade Gestora concedente que demonstre:</p> <p>a) A conveniência da concessão do recurso, nos termos do artigo 16 da Lei (federal) nº 4320/64; (Art. 16 Subvenções para prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a</p>			

		<p>suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica). (Parágrafo único – O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados)</p> <p>b) A compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;</p> <p>c) A capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;</p> <p>d) O regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;</p> <p>e) O interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;</p> <p>f) A compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;</p> <p>g) A compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado;</p> <p>h) Atendimento das condições estabelecidas na LDO;</p> <p>i) Comprovação de previsão orçamentária na LOA; e</p> <p>j) Existência de lei municipal específica autorizando a concessão dos recursos pretendidos; e</p> <p>k) Estar em dia com a prestação de contas de recursos eventualmente recebidos do Município anteriormente;</p> <p>5.19. Assinatura de termo de convênio.</p>			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	3.1.15.6	Os documentos constantes do item 5 acima formaram processo específico para cada projeto ao qual foram apensados as respectivas prestações de contas?			
Secretário/ Gestor	3.1.15.7	<p>O Plano de Trabalho apresentado pelo proponente apresenta no mínimo as seguintes informações?</p> <p>7.1. Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas á capacidade técnica e operacional para a execução do objeto, tais como: Espaço físico utilizado, equipamentos disponíveis, nº de colaboradores, quantidade de serviços produzidos, etc.;</p> <p>7.2. Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende obter;</p> <p>7.3. Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os objetivos econômicos e sociais a serem obtidos;</p> <p>7.4. Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;</p> <p>7.5. Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;</p> <p>7.6. Cronograma físico de execução;</p> <p>7.7. Cronograma financeiro de desembolso;</p> <p>7.8. Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.</p>			
Secretário/ Gestor	3.1.15.8	<p>Quando o repasse teve por objeto a realização de obra constou também do processo os seguintes documentos?</p> <p>8.1. Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade plena do imóvel com data não superior a trinta dias, nos casos em que o repasse tiver como objeto a execução de obra ou benfeitoria no mesmo, inclusive para a contratação de projeto arquitetônico;</p> <p>8.2. Licença ambiental prévia e, se for o caso, outras licenças expedidas pelos órgãos ambientais competentes, quando o contrato envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, conforme previsto na legislação federal e estadual aplicável;</p> <p>8.3. Alvarás de licença necessários à realização de obras, expedidos pelos órgãos municipais competentes;</p> <p>8.4. Registro fotográfico da situação por ocasião do pedido, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimo;</p> <p>8.5. Projeto básico, conforme definido na Lei Federal sobre licitações e</p>			

		contratos, que poderá ser dispensado pela autoridade competente no caso de objeto padronizado.			
Secretário/ Gestor	3.1.15.9	Quando o objeto envolveu a contratação de serviços de assessoria, assistência, consultoria, produção, capacitação e congêneres, foram detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se a quantidade e o custo individual?			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.10	O representante legal da entidade beneficiária manteve atualizado o seu endereço residencial e o endereço da entidade?			
Secretário/ Gestor/ Assessor Jurídico/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.15.11	Na concessão de recursos á entidades foi formalizado termo de convênio?  O convênio foi publicado e encaminhado ao Diretor de Contabilidade para empenho, liquidação, pagamento, registro da responsabilidade no sistema de compensação? O Diretor de Contabilidade notifica o Assessor de Controle Interno sobre a transferência de recursos á entidades para controle do prazo para apresentação da prestação de contas?  A Unidade Gestora repassadora de recursos á entidade privada acompanha a execução do objeto do convênio e do plano de trabalho?			
Secretário/ Gestor/ Assessor Jurídico	3.1.15.12	O termo de convênio apresenta no mínimo, o seguinte conteúdo? 12.1. Objeto e finalidade do repasse; 12.2. Obrigações das partes; 12.3. Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros, se for o caso; 12.4. Valor da contrapartida, quando houve, seu detalhamento e a forma de sua aplicação; 12.5. Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pela concedente; 12.6. Obrigação do beneficiário de manter atualizado seu cadastro junto à concedente; 12.7. Prerrogativa da concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade; 12.8. Obrigação do beneficiário de identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas; 12.9. Compromisso do beneficiário de movimentar os recursos na conta bancária específica; 12.10. Proibição do beneficiário de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo Município; 12.11. Obrigação do beneficiário de prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento de cada parcela; 12.12. Orientação acerca da forma da prestação de contas, dos prazos, indicação expressa da documentação que deve integrar a prestação de contas e outros elementos que facilitem ao responsável cumprir adequadamente a obrigação de prestação das contas; 12.13. Hipóteses de rescisão; 12.14. Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver; 12.15. Vigência do ajuste, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto; 12.16. Obrigatoriedade de devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação financeira, nos casos previstos; e 12.17. Indicação do foro competente para dirimir conflitos decorrentes de sua execução.			
Secretário/ Gestor	3.1.15.13	Foi observada a norma de não conceder recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições: 13.1. Para instalação, organização ou fundação de instituições? 13.2. À pessoa física ou jurídica que:			



		<p>a) Deixou de prestar contas nos prazos estabelecidos?</p> <p>b) Aplicou os recursos em desacordo com a legislação em vigor?</p> <p>c) Tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário?</p> <p>d) Tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos?</p> <p>e) Dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão de controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas?</p> <p>A vedação se manteve até que todas as pendências sejam regularizadas?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.14	<p>A entidade beneficiária movimentou os recursos concedidos na conta bancária específica indicada por ordem bancária ou transferência eletrônica?</p> <p>A movimentação por cheques nominais cruzados e individualizados por credor ocorreu apenas quando não foi possível na modalidade acima, e essa circunstância foi justificada na prestação de contas?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.15	<p>Quando o prazo previsto para utilização foi superior a 30 (trinta) dias, os recursos foram aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública?</p> <p>Os rendimentos de aplicação foram aplicados no objeto ou devolvidos a Unidade Gestora concedente?</p>			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.16	<p>Os documentos fiscais das prestações de contas são originais, em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais (INSS e FGTS) e de tributos e apresentam as seguintes indicações mínimas?</p> <p>16.1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente;</p> <p>16.2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de ajuste;</p> <p>16.3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;</p> <p>16.4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;</p> <p>16.5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente. Em caso de recibo, admitido apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;</p> <p>16.6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;</p> <p>16.7. As folhas de pagamento contem o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;</p> <p>16.8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;</p> <p>16.9. Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:</p> <p>a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;</p> <p>b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;</p> <p>c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;</p> <p>d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando</p>			

		se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva; e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.17	As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades beneficiadas atendem aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade?			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.18	Os comprovantes de despesas com cursos, palestras, seminários, <i>work shop</i> e congêneres estão acompanhados de relação contendo o nome dos participantes, CPF, e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, temas abordados, a carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto?			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.19	Os comprovantes de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas estão acompanhados de relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador contratado?			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.20	Os comprovantes de despesas com locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos estão acompanhados dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marca, potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação?			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.21	Os comprovantes de despesas com aquisição de materiais para distribuição gratuita estão acompanhados de relação na qual conste o nome, CPF ou RG, endereço dos beneficiários, e suas assinaturas e elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registro fotográfico, filmagem, entre outros?			
Secretário/ Gestor/ Beneficiária	3.1.15.22	Nas prestações de contas foram admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	3.1.15.23	Os documentos que devem compor a prestação de contas de recursos concedidos foram autuados na Unidade Gestora concedente, constituem processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem cronológica, organizada de forma individualizada por empenho ou nota de liquidação e corresponde ao valor integral do recurso recebido?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	3.1.15.24	Cada parcela repassada constituiu um processo de prestação de contas e foi anexado ao processo de concessão?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	3.1.15.25	Integra a prestação de contas os recursos concernentes á contrapartida financeira da proponente?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	3.1.15.26	Quando o objeto envolveu também a aplicação de recursos oriundos de outras fontes (estadual, federal, patrocínios privados ou outros), na prestação de contas foram demonstrados tais valores, sua finalidade e a aplicação?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	3.1.15.27	A prestação de contas de recursos transferidos a título de subvenções, auxílios e contribuições foi apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer técnico conclusivo pela regularidade, pela regularidade com ressalvas e recomendações ou pela irregularidade, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento?  As prestações de contas continham os seguintes documentos abaixo: 27.1. Processo de concessão dos recursos? 27.2. Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houve? 27.3. Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro? 27.4. Parecer do Conselho Fiscal, quanto á correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada? 27.5. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos			

		<p>financiados com recursos públicos em que houve cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar?</p> <p>27.6. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.)?</p> <p>27.7. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período?</p> <p>27.8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas?</p> <p>27.9. Guia de recolhimento de saldo não aplicado?</p> <p>27.10. Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas?</p> <p>27.11. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor?</p> <p>27.12. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha?</p> <p>27.13. Documentos complementares quando a prestação de contas de recursos concedidos se referiu a realização de obra e serviço de engenharia:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável?</li> <li>Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas?</li> <li>Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento?</li> <li>Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal?</li> </ol> <p>27.14. Diligências ou notificações expedidas, quando foi o caso?</p> <p>27.15. Parecer do Diretor de Controle Interno sobre a análise realizada nas contas, concluindo por considerá-la regular, regular com ressalva e recomendação ou irregular?</p>			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.28	<p>A análise e o parecer do Diretor de Controle Interno consideraram dentre outros aspectos:</p> <p>28.1. A regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas?</p> <p>28.2. A observância na aplicação dos recursos, dos princípios da economicidade, impessoalidade, moralidade, transparência e as normas regulamentares editadas pelo Município?</p> <p>28.3. O cumprimento do plano de trabalho?</p> <p>28.4. A regularidade dos documentos comprobatórios das despesas e da composição da prestação de contas?</p> <p>28.5. Execução física e o atendimento do objeto do repasse?</p> <p>28.6. Aplicação total ou parcial da contrapartida?</p> <p>28.7. Eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda?</p> <p>28.8. Devolução de eventual saldo de recursos não aplicados, inclusive de receitas de aplicações financeiras?</p>			

Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	3.1.15.29	Em caso de irregularidade na prestação de contas, o Diretor de Controle Interno notificou o responsável para apresentação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de esclarecimentos, documentos complementares ou comprovantes do recolhimento ao caixa da Unidade Gestora concedente do valor das despesas glosadas?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.30	Decorrido o prazo para manifestação e mantida a irregularidade, o Diretor de Controle Interno conclui seu parecer na forma da norma constante do item 3.1.14.28 acima, com registro da correta identificação dos responsáveis, a quantificação do dano causado ao erário e indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do débito?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.15.31	O processo de prestação de contas com parecer técnico do Diretor de Controle Interno foi de imediato encaminhado ao Gestor da Unidade concedente para pronunciamento sobre as recomendações e/ou determinações indicadas no referido parecer técnico e ao responsável pela contabilidade para baixa da responsabilidade quando considerada regular?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	3.1.15.32	Se o parecer técnico e o pronunciamento do Gestor da Unidade concedente foram no sentido de instauração de Tomada de Contas Especial, aplicaram-se as normas estabelecidas no item 8, do Anexo I do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores?  No caso de instauração do processo de tomada de contas especial foi feito o registro contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que deu causa?  Foram adotadas medidas administrativas e judiciais para reparação do erário?  O responsável foi incluído no cadastro informativo de débitos não quitados de forma a impedi-lo de receber novos recursos?			
Diretor de Controle Interno/ Beneficiária	3.1.15.33	Decorrido 15 (quinze) dias do prazo para apresentação da prestação de contas sem que esta tenha sido apresentada, o Diretor de Controle Interno notificou o responsável a fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	3.1.15.34	Decorrido o novo prazo sem apresentação da prestação de contas, o Diretor de Controle Interno do Município de imediato sugeriu ao Chefe de Poder Executivo a instauração de Tomada de Contas Especial na forma do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores, Anexo I, item 8?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.35	As prestações de contas consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial (Atualmente R\$ 25.000,00), foram encaminhadas ao Tribunal para julgamento?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	3.1.15.36	A tomada de contas especial deixou de ser instaurada quando o valor do dano, atualizado monetariamente, foi igual ou inferior ao valor adotado pela respectiva fazenda pública para dispensa do ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa?  Nesses casos medidas foram adotadas para assegurar o ressarcimento do erário e para aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.37	Foi dispensado o encaminhamento ao Tribunal de Contas a Tomada de Contas Especial já constituída nas hipóteses de: 37.1.Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente? 37.2.Apresentação e aprovação da prestação de contas? 37.3.Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial (Atualmente R\$ 25.000,00)? 37.4.Outra situação em que o débito seja descaracterizado?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.38	Na hipótese prevista no item 37.3 acima, além da inclusão do nome do responsável no sistema de registros contábeis na condição de devedor do ente, o Diretor de Controle Interno providenciou o registro em cadastro de débitos não quitados se existente?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.39	Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade excedeu o valor indicado no item 37.3 acima, o			

		Diretor de Controle Interno consolidou em um mesmo procedimento de tomada de contas especial, e encaminhou ao Tribunal?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.40	<p>O registro no cadastro de débitos não quitados só foi excluído quando houve recolhimento do débito com os devidos acréscimos legais no âmbito administrativo interno? ou</p> <p>Quando o Tribunal decidiu:</p> <p>40.1. Julgar a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva?</p> <p>40.2. Excluir a responsabilidade do agente?</p> <p>40.3. Afastar o débito, ainda que julgadas irregulares as contas do responsável?</p> <p>40.4. Considerar iliquidáveis as contas?</p> <p>40.5. Dar quitação ao responsável pelo recolhimento do débito?</p> <p>40.6. Deferir parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento da primeira parcela?</p> <p>No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela foi motivo para reinclusão do nome do responsável?</p>			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.41	<p>Foi dispensado do encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses abaixo?</p> <p>41.1. Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente?</p> <p>41.2. Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial? (Atualmente R\$ 25.000,00)</p> <p>41.3. Descaracterização do débito?</p> <p>41.4. Apresentação e aprovação da prestação de contas?</p>			
Diretor de Controle Interno	3.1.15.42	<p>O Município enviou ao Tribunal de Contas por meio eletrônico:</p> <p>42.1. Informações sobre os recursos concedidos a títulos de subvenções sociais, auxílios e contribuições e sobre as prestações de contas?</p> <p>42.2. A conclusão da análise das prestações de contas, anexando arquivo eletrônico do parecer técnico da Diretoria de Controle Interno?</p> <p>As informações foram enviadas da forma abaixo?</p> <p>42.3. No caso do item 42.1, na primeira remessa do e-Sfinge posterior ao prazo em que deveria ter sido apresentada a prestação de contas? Exemplo: Prazo para apresentação da prestação de contas: 29/07. e-Sfinge do 3º bimestre.</p> <p>42.4. No caso do item 42.2, na primeira remessa do e-Sfinge, depois de transcorridos 120 (cento e vinte) dias do prazo em que for apresentada a prestação de contas. Exemplo: Prazo para apresentação da prestação de contas: 29/07. e-Sfinge do 5º bimestre.</p>			
	<b>3.1.15-A</b>	<b>Empenho da Despesa com Transferência de Recursos a outros Entes.</b>			
Secretário/Gestor/Assessor Jurídico	3.1.15-A.1	A transferência de recursos a outros entes da federação visando à execução de programas ou ações de interesse recíproco ocorreu mediante a assinatura de convênio ou instrumento congênere, precedido da análise e parecer da assessoria jurídica do Município e publicação do seu extrato, inclusive aditivos, no órgão oficial do Município?			
Secretário/Gestor/Assessor Jurídico	3.1.15-A.2	<p>Do convênio ou instrumento congênere constou o seguinte conteúdo mínimo?</p> <p>2.1. Objeto e finalidade;</p> <p>2.2. Obrigações dos partícipes e dos intervenientes, se houver;</p> <p>2.3. Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhado o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros;</p> <p>2.4. Valor da contrapartida, quando houver, e a forma de sua aferição, quando prestada por meio de bens e serviços economicamente mensuráveis;</p> <p>2.5. Classificação da despesa e o número do empenho;</p> <p>2.6. Informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios</p>			



		<p>futuros, no caso de investimento, estão consignados no Plano Plurianual ou previstos em lei que autorize as despesas;</p> <p>2.7. Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pela concedente;</p> <p>2.8. Prerrogativa da concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralização ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;</p> <p>2.9. Obrigação do conveniente de identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;</p> <p>2.10. Compromisso do conveniente de registrar o ingresso dos recursos em fonte específica, na forma estabelecida no artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>2.11. Proibição para o conveniente repassar os recursos recebidos para outros órgãos ou entidades congêneres ou não, salvo expressa autorização na legislação própria do Município;</p> <p>2.12. Sujeição da aquisição de bens e serviços à legislação sobre licitações e contratos públicos;</p> <p>2.13. Obrigação da conveniente em prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, se houver;</p> <p>2.14. Hipóteses de rescisão;</p> <p>2.15. Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do convênio, se houver;</p> <p>2.16. Direito de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto conforme plano de trabalho, de forma a verificar a regularidade dos atos praticados, bem como os resultados obtidos;</p> <p>2.17. Direito de suspender a liberação de parcelas ou novas concessões em caso de inadimplência, desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou práticas que atentam contra os princípios fundamentais da administração pública;</p> <p>2.18. Plano de trabalho como parte integrante do convênio ou instrumento congênere.</p>			
Secretário/Gestor/Responsável p/Contabilidade/Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.3	<p>Assinado e publicado o convênio, o processo foi encaminhado ao Departamento de Contabilidade para empenho, liquidação, pagamento, registro da responsabilidade no sistema de compensação?</p> <p>O Diretor de Contabilidade notificou o Assessor de Controle Interno sobre o pagamento para controle do prazo para apresentação da prestação de contas?</p>			
Secretário/Gestor/Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.4	<p>Para cada convênio ou instrumento congênere foi constituído processo específico, ao qual foram apensados os processos de prestação de contas parciais, se for o caso, e o processo de prestação de contas final?</p>			
Secretário/Gestor/Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.5	<p>O Município mantém controle atualizado sobre os recursos liberados e as prestações de contas?</p>			
Secretário/Gestor/Beneficiário	3.1.15-A.6	<p>Os documentos fiscais estão preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais (INSS e FGTS) e de tributos e apresentam as seguintes indicações mínimas?</p> <p>6.1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente, referência ao termo de ajuste e ao seu número;</p> <p>6.2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o ente complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;</p> <p>6.3. Valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;</p> <p>6.4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;</p> <p>6.5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços</p>			

		<p>por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;</p> <p>6.6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;</p> <p>6.7. Folhas de pagamento com o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;</p> <p>6.8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;</p> <p>6.9. Comprovantes de despesa com publicidade de acompanhados dos seguintes documentos:</p> <p>a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;</p> <p>b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;</p> <p>c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;</p> <p>d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;</p> <p>e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados. Diligências ou notificações expedidas, se for o caso.</p>			
Secretário/Gestor/ Beneficiário	3.1.15- A.7	Os documentos de despesas realizadas são com data posterior à assinatura do termo de convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência?			
Diretor de Controle Interno/ Beneficiário	3.1.15- A.8	<p>A prestação de contas de recursos transferidos a outros entes da federação foi apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer técnico conclusivo pela regularidade, pela regularidade com ressalvas e recomendações ou pela irregularidade, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento e constam os seguintes documentos?</p> <p>8.1. Cópia do convênio e do plano de aplicação;</p> <p>8.2. Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;</p> <p>8.3. Balancete de prestação de contas assinado pela autoridade competente;</p> <p>8.4. Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;</p> <p>8.5. Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;</p> <p>8.6. Contratos, se houver;</p> <p>8.7. Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;</p> <p>8.8. Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;</p> <p>8.9. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução e fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, em caso de obras;</p> <p>8.10. Cópia da proposta de preço vencedora, das atas da comissão de licitação, dos termos de adjudicação e de homologação das licitações realizadas e das justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade;</p> <p>8.11. Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;</p> <p>8.12. Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;</p> <p>8.13. Relação dos serviços prestados, se houver;</p> <p>8.14. Relação dos treinados ou capacitados, se houver;</p> <p>8.15. Relação com o nome, número do CPF, endereço e telefone dos beneficiários, em caso de doação;</p> <p>8.16. Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas, se houver;</p> <p>8.17. Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no termo de convênio, se for o caso;</p> <p>8.18. Cópia do termo de recebimento provisório ou definitivo a que se refere o art. 73, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei (federal) 8.666/93;</p> <p>8.19. Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular</p>			

		<p>aplicação dos recursos no objeto do convênio;</p> <p>8.20. Comprovante do recolhimento do saldo de recursos, inclusive rendimentos de aplicação, se houver;</p> <p>8.21. Diligências ou notificações expedidas, se for o caso;</p> <p>8.22. Parecer do Diretor de Controle Interno sobre a análise realizada nas contas, concluindo por considerá-la regular, regular com ressalva e recomendação ou irregular.</p>			
Diretor de Controle Interno/ Beneficiário	3.1.15-A.9	A prestação de contas de cada parcela foi apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do recurso?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.10	<p>A análise e o parecer do Diretor de Controle Interno consideraram, dentre outros aspectos:</p> <p>10.1.A regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas?</p> <p>10.2.A observância na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade e transparência e das normas regulamentares editadas pelo Município?</p> <p>10.3.O cumprimento do plano de trabalho?</p> <p>10.4.A regularidade dos documentos comprobatórios das despesas e da composição da prestação de contas?</p> <p>10.5.A execução física e o atendimento do objeto do repasse?</p> <p>10.6.A aplicação total ou parcial da contrapartida?</p> <p>10.7.A eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda?</p> <p>10.8.A evolução de eventual saldo de recursos não aplicados, inclusive de receitas de aplicações financeiras?</p>			
Diretor de Controle Interno/ Beneficiário	3.1.15-A.11	Em caso de irregularidade na prestação de contas, o Diretor de Controle Interno notificou o responsável para apresentação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação, de esclarecimentos, documentos complementares ou comprovantes do recolhimento ao caixa da Unidade Gestora concedente do valor das despesas glosadas?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.12	Decorrido o prazo para manifestação e mantida a irregularidade, o Diretor de Controle Interno concluiu seu parecer na forma da norma constante do item 10 acima, com registro da correta identificação dos responsáveis, a quantificação do dano causado ao erário e indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do débito?			
Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/Contabilidade	3.1.15-A.13	O processo de prestação de contas com parecer técnico do Diretor de Controle Interno foi de imediato encaminhado ao Gestor da Unidade concedente para pronunciamento sobre as recomendações e/ou determinações indicadas no referido parecer técnico e ao responsável pela contabilidade para baixa da responsabilidade quando considerada regular?			
Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/Contabilidade	3.1.15-A.14	<p>Se o parecer técnico e o pronunciamento do Gestor da Unidade concedente foram no sentido de instauração de Tomada de Contas Especial, aplicaram-se as normas estabelecidas no item 8, do Anexo I do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores?</p> <p>O dano ao erário foi objeto de registro contábil do valor na responsabilidade da pessoa que deu causa?</p> <p>Foram adotadas medidas administrativas e judiciais para reparação do erário e da inclusão do responsável no cadastro informativo de débitos não quitados de forma a impedi-lo de receber novos recursos?</p>			
Diretor de Controle Interno/ Beneficiário	3.1.15-A.15	Decorrido 15 (quinze) dias do prazo para apresentação da prestação de contas sem que esta tenha sido apresentada, o Diretor de Controle Interno notificou o responsável a fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação?			
Secretário/Gestor/ Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.16	Decorrido o novo prazo sem apresentação da prestação de contas, o Diretor de Controle Interno do Município de imediato sugeriu ao Chefe de Poder Executivo a instauração de Tomada de Contas Especial?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.17	As prestações de contas consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial (Atualmente R\$ 25.000,00), foram encaminhadas ao Tribunal para julgamento?			
Secretário/Gestor/	3.1.15-	A tomada de contas especial deixou de ser instaurada quando o valor do			

Diretor de Controle Interno	A.18	dano, atualizado monetariamente, foi igual ou inferior ao valor adotado pela respectiva fazenda pública para dispensa do ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa?			
		Nesses casos medidas foram adotadas para assegurar o ressarcimento do erário e para aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.19	Foi dispensado o encaminhamento ao Tribunal de Contas a Tomada de Contas Especial já constituída nas hipóteses de: 19.1.Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente? 19.2.Apresentação e aprovação da prestação de contas? 19.3.Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial (Atualmente R\$ 25.000,00)? 19.4.Outra situação em que o débito seja descaracterizado?			
Secretário/Gestor/Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.20	Na hipótese prevista no item 19.3 acima, além da inclusão do nome do responsável no sistema de registros contábeis na condição de devedor do ente, o Diretor de Controle Interno providenciou o registro em cadastro de débitos não quitados se existente?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.21	Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade excedeu o valor indicado no item 19.3 acima, o Diretor de Controle Interno consolidou em um mesmo procedimento de tomada de contas especial, e encaminhou ao Tribunal?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.22	O registro no cadastro de débitos não quitados só foi excluído quando houve recolhimento do débito com os devidos acréscimos legais no âmbito administrativo interno? ou  Quando o Tribunal decidiu: 22.1.Julgar a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva? 22.2.Excluir a responsabilidade do agente? 22.3.Afastar o débito, ainda que julgadas irregulares as contas do responsável? 22.4.Considerar ilíquidas as contas? 22.5.Dar quitação ao responsável pelo recolhimento do débito? 22.6.Deferir parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento da primeira parcela?  No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela foi motivo para reinclusão do nome do responsável?			
Diretor de Controle Interno	3.1.15-A.23	Foi dispensado do encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses abaixo? 23.1.Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente? 23.2.Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial? (Atualmente R\$ 25.000,00) 23.3.Descaracterização do débito? 23.4.Apresentação e aprovação da prestação de contas?			
	<b>3.1.16</b>	<b>Formalização do Contrato</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras/Procurador	3.1.16.1	Os contratos administrativos estabelecem de forma clara e precisa as condições para sua execução, direitos, obrigações e responsabilidades das partes?			
Gestor/Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras/Procurador	3.1.16.2	Quando exigido pela norma legal os contratos tem sido formalizados?			
Gestor/Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras/Procurador	3.1.16.3	Os contratos e seus aditivos foram elaborados em conformidade com o Capítulo III, da Lei 8666/93, publicados na imprensa oficial do Município no prazo legal e enviados ao Tribunal de Contas por meio eletrônico?			

Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.16.4	Os contratos foram registrados em livro próprio ou em arquivo eletrônico e arquivados em ordem cronológica juntamente com seus aditivos?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras/ Procurador	3.1.16.5	A minuta dos contratos e seus aditivos foram previamente examinados pela Assessoria Jurídica?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.16.6	A execução dos contratos e seus aditivos foram ou estão sendo acompanhados e fiscalizados por profissional habilitado indicado pela administração e com registro em livro próprio das ocorrências?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.16.7	Os contratos estão sendo objeto de controle quanto à execução, cumprimento do prazo, vigência e aditamentos tempestivos?			
	<b>3.1.17</b>	<b>Autorização de Fornecimento, Execução de Obras ou Serviços</b>			
Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.17.1	As contratações realizadas pelo Município foram atendidas mediante autorizações formais expedidas pela autoridade competente?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.17.2	As autorizações de fornecimento foram emitidas em três vias com destinação de uma via para o fornecedor, uma via para a contabilidade e uma via para arquivo no Setor de Compras, Licitações e Contratos?			
	<b>3.1.18</b>	<b>Anulação de Empenho</b>			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.18.1	As anulações de empenhos estão fundamentadas pelo servidor responsável e autorizadas pela autoridade competente?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.18.4	As notas de anulação de empenho contem informações básicas, exigidas na norma de controle interno número 3.1.17.4?			
	<b>3.1.19</b>	<b>Liquidação da Despesa</b>			
Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.19.1	O estágio da liquidação da despesa tem se baseado nos dados da licitação, do contrato, da autorização de fornecimento, da nota de empenho, do boletim de medição, do documento fiscal, relatório dos serviços realizados, relatório da fiscalização da execução da obra ou serviço, observado a importância exata a ser paga e o verdadeiro credor?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	3.1.19.2	A liquidação da despesa tem se efetivado com atestado apostado no documento fiscal pelo setor correspondente, responsável pelas compras, execução da obra ou serviço ou pelo requisitante?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.19.3	O atestado de liquidação da despesa acompanhado do documento fiscal competente tem sido encaminhado ao Setor de Contabilidade para registro contábil, emissão da respectiva ordem de pagamento com indicação da fonte de recursos e data de vencimento para obediência da ordem cronológica de pagamento na forma estabelecida no artigo 5º da Lei 8.666/93?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.19.4	Quando da liquidação da despesa, os bens de uso especial ou dominial têm sido objeto de registro contábil no sistema patrimonial?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.19.5	Os empenhos e liquidações de obras, caracterizadas como bens de uso especial ou dominiais, foram objetos de registro contábil em conta específica e individualizada, de forma a expressar o seu custo final para fins de registro e controle patrimonial?			
Gestor/ Engenheiro	3.1.19.6	Em se tratando de obras, quando da sua conclusão, foi emitido o respectivo termo de recebimento provisório e definitivo?			
Gestor/ Procurador	3.1.19.7	Quando não aceita como liquidada a despesa, medidas administrativas e judiciais foram tomadas para preservar o interesse público?			
Gestor/ Responsável pela Contabilidade	3.1.19.8	Os órgãos incumbidos de arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado e Municípios tem sido informados sobre os valores pagos aos fornecedores?			
	<b>3.1.20</b>	<b>Incorporação de Bens ao Patrimônio</b>			
Gestor/ Responsável pela	3.1.20.1	Após a liquidação da despesa com a aquisição de bens ou após a			



Contabilidade/ Responsável pelo Patrimônio		emissão do termo de recebimento definitivo da obra de uso especial ou dominial, foi realizado o registro do bem no patrimônio com especificação completa, numeração, identificação do responsável pela carga, fixação da placa de identificação quando for o caso, além de outras providências julgadas importantes para um bom controle sobre o bem?			
	<b>3.1.21</b>	<b>Registro de Entrada do Material no Almoxarifado</b>			
Gestor/ Responsável pelo Patrimônio	3.1.21.1	Os materiais adquiridos e sem previsão de consumo imediato, tem sido objeto de registro contábil na conta Almoxarifado?			
Gestor/ Responsável pelo Patrimônio	3.1.21.2	Há controle físico da entrada e saída dos materiais do Almoxarifado?			
Gestor/Responsável pelo Patrimônio/ Responsável pela Contabilidade	3.1.21.3	As saídas do Almoxarifado são registradas com base em requisições expedidas pelas Unidades Administrativas e informadas à contabilidade para registro de baixa?			
Secretário/ Gestor	3.1.21.4	A dispensação de medicamentos da farmácia básica nas Unidades de Saúde são objeto de rigoroso controle, de forma que permita apurar a qualquer tempo, a quantidade de cada medicamento que entrou e saiu do estoque e o nome dos Municípios beneficiados?			
	<b>3.1.22</b>	<b>Pagamento da Despesa</b>			
Gestor/Tesoureiro	3.1.22.1	O pagamento da despesa é feito mediante autorização da autoridade competente e após regular liquidação?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.22.2	A ordem de pagamento da despesa é processada pelo serviço de contabilidade?			
Gestor/Tesoureiro	3.1.22.3	Os pagamentos obedeceram à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades em cada fonte de recursos? Eventuais descumprimentos da ordem cronológica basearam-se em razões de interesse público previamente justificado, homologado pela autoridade competente e publicado na imprensa oficial do Município?			
Gestor/Tesoureiro	3.1.22.4	As despesas com valores dentro do limite de dispensa de licitação de que trata o item II do artigo 24, da Lei 8.666/93 foram pagas no prazo de até cinco dias úteis contados da apresentação da fatura?			
	<b>3.1.23</b>	<b>Retenções de INSS, ISS, IRRF, Caução, Contribuições Previdenciárias, etc.</b>			
Gestor/Responsável p/Contabilidade/ Tesoureiro	3.1.23.1	As ordens de pagamento registram as retenções previstas em contrato ou na legislação vigente com evidência do valor líquido a ser pago ao credor?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade/ Tesoureiro	3.1.23.2	As retenções foram registradas contabilmente de forma individualizada em contas específicas no fluxo orçamentário ou extra-orçamentário de acordo com sua natureza?			
Gestor/ Tesoureiro	3.1.23.3	As retenções originárias de garantias contratuais foram aplicadas no mercado financeiro para devolução devidamente corrigida?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade/ Tesoureiro	3.1.23.4	As retenções relacionadas ao ISS, IRRF e créditos da Fazenda Pública realizadas pelas Unidades Gestoras tem sido recolhidas à Unidade Gestora Prefeitura até o quinto dia útil do mês subsequente à retenção?			
	<b>3.1.24</b>	<b>Anulação de Pagamento</b>			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.24.1	As anulações de pagamento identificam o motivo?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.24.2	Os recursos financeiros originários da anulação de pagamentos retornaram às contas bancárias originais?			
	<b>3.1.25</b>	<b>Inscrição em Restos a Pagar</b>			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.25.1	A inscrição de despesas em restos a pagar distingue as processadas das não processadas?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.25.2	O registro contábil da inscrição de despesas em restos a pagar é especificado por exercício e por credor com especificação do serviço da dívida a pagar?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.25.3	No último ano do mandato ocorreu registro de restos a pagar não			

		processados sem disponibilidade de caixa na fonte de recursos?			
Gestor/Tesoureiro	3.1.25.4	O pagamento de restos a pagar foi realizado em obediência a ordem cronológica?			
	<b>3.1.26</b>	<b>Prestação de Contas de Convênio</b>			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.26.1	Os rendimentos das aplicações financeiras de recursos de convênios foram computados á crédito do convênio e aplicado no seu objeto?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.26.2	Os recursos de convênios foram aplicados exclusivamente no objeto da sua finalidade e dentro do prazo conveniado?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.26.4	Os saldos financeiros dos convênios foram devolvidos no prazo à entidade ou ao órgão repassador dos recursos e mediante registro contábil em conta redutora de receita quando dentro do próprio exercício ou por empenho, quando fora do exercício em que ocorreu o ingresso?			
	<b>3.1.27</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>			
Gestor/Responsável pela Contabilidade/ Tesoureiro	3.1.27.1	As transferências financeiras às Unidades Gestoras foram realizadas de acordo com a programação financeira?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.27.2	O registro contábil dessas transferências financeiras foi realizado em conta do grupo “5. Resultado Aumentativo do Exercício”, “5.1 Resultado Orçamentário”, “5.1.2 Interferências Passivas”, “5.1.2.1 Transferências Financeiras Concedidas”?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.27.3	As transferências financeiras a Câmara foram realizadas dentro do limite e no prazo legal?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.27.4	Os dados da execução orçamentária e financeira das unidades gestoras foram disponibilizados à contabilidade geral do Município até o quinto dia útil do mês subsequente ao de referência para consolidação?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.1.27.5	Os saldos financeiros da Câmara em 31/12 não comprometidos foram recolhidos ao caixa do tesouro municipal no prazo?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

### 3. DESPESA

#### 3.2. DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>3.2.1</b>	<b>Cancelamento de Restos a Pagar</b>			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.2.1.1	Os restos a pagar não processados e não pagos até 31/12 do exercício seguinte à sua inscrição foram cancelados?			
Gestor/Responsável pela Contabilidade	3.2.1.2	O registro contábil do cancelamento de restos a pagar se deu em contrapartida com conta do grupo “6. Resultado Aumentativo do			

		Exercício”?			
	<b>3.2.2</b>	<b>Pagamento de Retenções</b>			
Gestor/Tesoureiro	3.2.2.1	O pagamento das retenções como INSS, Caução, Contribuição Previdenciária dos Servidores e outras observaram as respectivas datas de vencimentos, no caso de contribuições previdenciárias e o contrato, no caso de caução?			
Gestor/Tesoureiro	3.2.2.2	A iniciativa dos processos de pagamento das cauções foi do interessado, mediante requerimento protocolado com relato dos fatos, razões de direito e juntada dos comprovantes?			
Gestor/Tesoureiro	3.2.2.3	Os requerimentos para pagamento das retenções foram examinados para constatar do direito, emissão de parecer fundamentado e autorização pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças?			
Gestor/Tesoureiro/ Responsável pela Contabilidade	3.2.2.4	Autorizado o pagamento de retenções, ele se efetivou com a emissão de ordem de pagamento, cheque nominal ou ordem bancária ao credor e registro contábil envolvendo as respectivas contas do Passivo e Ativo Circulante do Grupo Financeiro?			
	<b>3.2.3</b>	<b>Pagamento de Restos a Pagar</b>			
Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3.2.3.1	O pagamento de Restos a Pagar foi efetuado mediante ordem do Prefeito, Gestor ou servidor legalmente designado e após regular liquidação?			
Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3.2.3.2	O pagamento de Restos a Pagar obedeceu, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa homologada pelo Chefe de Poder correspondente, devidamente publicada?			
Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3.2.3.3	Os Restos a Pagar cujos valores se enquadram no limite de dispensa de licitação para compras e serviços de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, dentro de cada fonte diferenciada de recursos, foram pagas no prazo de até 5 cinco (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura?			
Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	<b>3.2.4</b>	<b>Pagamento de Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO</b>			
Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3.2.4.1	O pagamento do valor principal da operação de crédito por ARO foi realizado mediante registros contábeis no fluxo extra-orçamentário?			
Secretário/ Gestor/ Tesoureiro	3.2.4.2	Os encargos financeiros incidentes sobre a operação de crédito por ARO foram contabilizados como despesa orçamentária no Grupo de Natureza de Despesa: 3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida/Aplicação Direta, nos elementos de despesa: 25 – Encargos sobre Operações de Crédito por ARO e 75 – Correção Monetária da Dívida com Operações de Crédito por ARO?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

#### 4. PATRIMÔNIO

##### 4.1. BENS IMÓVEIS

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>4.1.1</b>	<b>Controle Físico, Cadastral e Contábil da Movimentação</b>			
Gestor/ Responsável p/Setor Patrimônio	4.1.1.2	A movimentação sofrida pela conta “Bens Imóveis” se deu por: a) Aquisição? b) Recebimento em doação?			

		c) Recebimento por dação em pagamento? d) Aquisição por desapropriação? e) Aquisição por usucapião? f) Transferência por doação? g) Transferência por alienação? h) Construção ou ampliação? i) Reavaliação? j) Perda por sinistro? k) Depreciação? l) Exaustão? m) Outras situações? Especificar: _____			
Gestor/ Responsável p/Setor Patrimônio	4.1.1.3	Constam dos processos dos bens imóveis os documentos básicos como escritura pública e registro em cartório?			
Gestor/ Responsável p/Setor Patrimônio	4.1.1.3	Constam dos processos dos bens imóveis os documentos complementares como: a) Planta do terreno com representação das benfeitorias? b) Planta de situação? c) Folha de tombo? d) Termo de responsabilidade administrativa sobre o imóvel distribuído? e) Ficha de cadastro do imóvel no controle patrimonial? f) Laudo de vistoria? g) Termo de entrega e recebimento do imóvel? h) Termos de recebimento provisório e definitivo de obra? i) Original do “habite-se”?			
Gestor/ Responsável p/Setor Patrimônio	4.1.1.4	A folha de tombo contém as informações mínimas exigidas pela norma de controle interno, como: (?) a) Município e Estado; b) Endereço e denominação pelo qual o imóvel é eventualmente conhecido; c) Destinação do imóvel; d) Forma de aquisição, número da nota de empenho, fonte de recursos que financiou a aquisição e nome do transferidor; e) Identificação do título de transferência, cartório, comarca, número de registro, livro, folha e data; f) Dimensões do terreno e área do imóvel; g) Valor de aquisição; h) Descrição dos limites e confrontações do terreno; i) Especificação detalhada das benfeitorias; j) Tipo de cerca existente; k) Outras informações úteis para melhor caracterização do imóvel.			
Gestor/ Responsável p/Setor Patrimônio	4.1.1.5	Há registro de relato das condições dos imóveis sobre limpeza, conservação e posse, a cada um ano?			
Gestor/ Responsável p/Setor Patrimônio	4.1.1.6	Há registro de emissão de laudo de avaliação dos imóveis emitido por comissão e atualização por lançamento contábil no ativo permanente a cada dois anos?			
Gestor/ Responsável p/Setor Patrimônio	4.1.1.7	O controle dos bens imóveis é realizado de forma documental, através de processos; contábil, através de registros em contas específicas; e cadastral, através de programa informatizado?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

--

**4. PATRIMÔNIO**  
**4.2. BENS MÓVEIS**

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1	Controle Contábil, Cadastral e Físico?			



Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1.1	Os bens móveis têm registro analítico individualizado com indicação do valor, características e dos responsáveis pela sua guarda e administração?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1.2	O valor dos registros contábeis dos bens móveis confere com os registros cadastrais?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1.3	Há registro de inventário anual dos bens móveis?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1.4	No controle dos bens móveis há registro de: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Distribuição dos bens móveis para as unidades administrativas?</li> <li>b) Afixação de chapas de identificação com número do registro?</li> <li>c) Emissão de termo de responsabilidade e guarda dos bens?</li> <li>d) Recolhimento por inservibilidade, desnecessidade, obsoleto ou excedente; perda ou extravio, furto ou roubo; alienação ou doação, etc.?</li> <li>e) Redistribuição?</li> <li>f) Empréstimo, troca ou transferência:</li> <li>g) Baixa, etc.?</li> </ul>			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1.5	No controle cadastral dos bens móveis há informações de: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Número do registro cadastral?</li> <li>b) Requisitante do bem?</li> <li>c) Nomenclatura e descrição do bem?</li> <li>d) Dados do fornecedor?</li> <li>e) Número da Nota de Empenho, valor e fonte de recursos que financiou a aquisição?</li> <li>f) Movimentação de carga, data, número do documento fiscal, número do termo de responsabilidade, transferência, recolhimento, descrição da declaração, etc.?</li> <li>g) Identificação do responsável que autorizou sua baixa?</li> </ul>			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1.6	As ocorrências com os bens são comunicadas pelos usuários ao Responsável pelo Patrimônio?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1.7	Há trabalhos de manutenção preventiva e corretiva dos bens móveis?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Patrimônio	4.2.1.8	Quando necessário os responsáveis pela guarda de bens móveis solicitam trabalhos de manutenção preventiva e corretiva?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

## 5. ATOS DE PESSOAL

### 5.1. INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>5.1.1</b>	<b>Provimento Efetivo</b>			
Gestor/	5.1.1.1	A nomeação de servidores para cargos de provimento efetivo se deu com			

Responsável p/Setor de Recursos Humanos		base em aprovação em concurso público?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.1.2	O concurso público foi realizado mediante autorização da autoridade competente para preenchimento de cargos vagos de necessidade permanente para a administração?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.1.3	O concurso público obedeceu aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e fez reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.1.4	<p>a) As nomeações foram formalizadas através de processos administrativos e estes se encontram arquivados no Setor de Recursos Humanos à disposição do Tribunal de Contas para exame da legalidade?</p> <p>b) Dos processos administrativos de nomeação constam a documentação abaixo exigida na norma de controle interno nº 5.1.1.4 constante do Anexo I, do Decreto Municipal nº 107/2011:</p> <p>4.1. Declaração da autoridade competente que existe dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes?</p> <p>4.2. Autorização específica na LDO?</p> <p>4.3. Declaração da autoridade competente que a despesa com pessoal não excede a 95% do limite do Poder correspondente?</p> <p>4.4. Estimativa do Impacto orçamentário-financeiro?</p> <p>4.5. Número do Edital do Concurso Público?</p> <p>4.6. Comprovação da homologação do resultado final do concurso?</p> <p>4.7. Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol dos aprovados?</p> <p>4.8. Ato de admissão?</p> <p>4.9. Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente?</p> <p>4.10. Comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei?</p> <p>4.11. Regime jurídico?</p> <p>4.12. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício?</p> <p>4.13. Termo de posse?</p> <p>4.14. Comprovação relativa:</p> <p>a) A nacionalidade brasileira?</p> <p>b) Gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor)?</p> <p>c) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso?</p> <p>d) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral)?</p> <p>e) Idade mínima de 18 anos?</p> <p>f) Habilitação exigida no edital?</p> <p>4.15. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público?</p> <p>4.16. Informação concernente aos dados pessoais como: nome sexo, CPF, número de registro ou matrícula, cargo/emprego, classe, nível, padrão de referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver?</p> <p>4.17. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista?</p> <p>4.18. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato?</p> <p>4.19. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária?</p> <p>4.20. Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável?</p> <p>4.21. Endereço?</p> <p>4.22. Declaração de bens?</p> <p>4.23. Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão?</p>			
Diretor de Controle	5.1.1.5	As informações sobre o edital e sobre as nomeações ocorridas em cada bimestre			

Interno		foram remetidas ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, via Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.1.6	No estágio probatório os servidores nomeados estão sendo avaliados na forma do regulamento?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.1.7	Aprovado no estágio probatório o servidor foi declarado estável no serviço público?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.1.8	Os servidores reprovados no estágio probatório foram exonerados mediante processo administrativo, sendo-lhes assegurado o contraditório e a ampla defesa?			
	<b>5.1.2</b>	<b>Provimento Temporário</b>			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.2.1	A contratação de pessoal por tempo determinado ocorreu nas seguintes situações:  a) Por motivo de excepcional interesse público? b) Para substituir servidor efetivo? c) Para cumprir objeto de convênio e programas temporários firmados com órgãos públicos federais, estaduais, entidades beneficentes sem fins lucrativos, programa de reflorestamento, campanhas relativas ao lixo e programa de alfabetização de adultos?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.2.2	A investidura em cargo público de provimento temporário decorreu da aprovação em processo seletivo simplificado salvo em situações de emergência e estado de calamidade pública?  A contratação se deu com base em autorização em lei municipal e previsão na LDO?  A contratação se destinou a substituir servidor em: 1. Licença para tratamento de saúde? 2. Afastamento para cumprir pena disciplinar? 3. Serviço militar obrigatório? 4. Licença sem vencimento para tratar de serviços de interesse particular? 5. Licença para assistência pessoal, tratamento de pessoa da família? 6. Licença por mudança de domicílio quando casado? 7. Licença prêmio? 8. Afastamento definitivo na impossibilidade de realização imediata de concurso público para preenchimento da vaga?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.2.3	A contratação de pessoal temporário se deu com base em autorização da autoridade competente?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.2.4	O prazo de vigência das contratações de pessoal por tempo determinado obedeceu 1. O prazo em que servidor titular ficar afastado? 2. O prazo em que perdurou a situação de emergência ou estado de calamidade pública? 3. O prazo do convênio ou programa?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.2.5	O processo administrativo formalizado em decorrência da contratação de pessoal para o serviço público por prazo determinado se encontra no Setor de Recursos Humanos à disposição do Tribunal de Contas para exame da legalidade?  O processo está instruído com os seguintes documentos: 1. Caracterização da necessidade temporária e do excepcional interesse público? 2. Documentos que comprovem a realização do processo seletivo ou			

		<p>documentos que justifiquem a sua dispensa quando presente relevantes situações de interesse público?</p> <p>3. Comprovação de autorização específica na LDO?</p> <p>4. Comprovação de que a contratação está em consonância com a lei municipal que disciplina a matéria?</p> <p>5. Declaração da autoridade competente que existe dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes?</p> <p>6. Declaração da autoridade competente que a despesa com pessoal não excede a 95% do limite do Poder correspondente?</p> <p>7. Número do Edital do Processo Seletivo?</p> <p>8. Comprovação da homologação do resultado final do processo seletivo?</p> <p>9. Comprovante de publicidade do edital do processo seletivo e do rol dos aprovados?</p> <p>10. Minuta do contrato e comprovante da sua publicação, se for o caso?</p> <p>11. Comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei?</p> <p>12. Regime jurídico?</p> <p>13. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício?</p> <p>14. Comprovação relativa:</p> <p>14.1. A nacionalidade brasileira?</p> <p>14.2. Gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor)?</p> <p>14.3. Quitação com as obrigações militares, quando for o caso?</p> <p>14.4. Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral)?</p> <p>14.5. Idade mínima de 18 anos?</p> <p>14.6. Habilitação exigida no edital?</p> <p>15. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital do processo seletivo?</p> <p>16. Informação concernente aos dados pessoais como: nome sexo, CPF, número de registro ou matrícula, cargo/emprego, vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver?</p> <p>17. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista?</p> <p>18. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato?</p> <p>19. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária?</p> <p>20. Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável?</p> <p>21. Endereço?</p> <p>22. Declaração de bens?</p> <p>23. Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão?</p>			
Diretor de Controle Interno	5.1.2.6	As informações sobre o edital e sobre as contratações ocorridas em cada bimestre foram remetidas ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, via Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge?			
	<b>5.1.3</b>	<b>Provimento em Comissão</b>			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.3.1	As nomeações para cargo em comissão atendeu ao limite de vagas fixadas em lei?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.3.2	As nomeações para cargo em comissão se destinaram ao desempenho de atribuições de chefia, direção e assessoramento?			
Gestor/ Responsável p/Setor	5.1.3.3	O processo administrativo formalizado em decorrência da nomeação para			

de Recursos Humanos		<p>cargo em comissão se encontra no Setor de Recursos Humanos à disposição do Tribunal de Contas para exame da legalidade?</p> <p>O processo está instruído com os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comprovação de autorização específica na LDO?</li> <li>2. Declaração da autoridade competente que existe dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes?</li> <li>3. Declaração da autoridade competente que a despesa com pessoal não excede a 95% do limite do Poder correspondente?</li> <li>9. Ato de nomeação?</li> <li>10. Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente?</li> <li>11. Comprovação da existência de cargo criado por lei?</li> <li>12. Regime jurídico?</li> <li>13. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício?</li> <li>14. Termo de posse?</li> <li>15. Comprovação relativa: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) A nacionalidade brasileira?</li> <li>b) Gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor)?</li> <li>c) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso?</li> <li>d) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral)?</li> <li>e) Idade mínima de 18 anos?</li> </ol> </li> <li>16. Informação concerning aos dados pessoais como: nome sexo, CPF, número de registro ou matrícula, cargo, remuneração, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver?</li> <li>17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato?</li> <li>18. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária?</li> <li>19. Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável?</li> <li>20. Endereço?</li> <li>21. Declaração de bens?</li> <li>22. Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão?</li> </ol>			
Diretor de Controle Interno	5.1.3.4	As informações sobre as nomeações em cargo em comissão ocorridas em cada bimestre foram remetidas ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, via Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge?			
	<b>5.1.4</b>	<b>Provimento dos Cargos Eletivos</b>			
Secretário da Câmara	5.1.4.1	Os vereadores empossados apresentaram o diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens e documentos pessoais?			
Secretário da Câmara	5.1.4.1	O termo de posse do vereador foi assinado em livro próprio?			
Secretário da Câmara	5.1.4.2	O Prefeito e o Vice-Prefeito apresentaram o diploma fornecido pela Justiça Eleitoral, declaração de bens e documentos pessoais?			
Secretário da Câmara	5.1.4.2	O termo de posse foi assinado em livro próprio pelo Prefeito e Vice-Prefeito?			
Secretário da Câmara	5.1.4.3	Os membros do Conselho Tutelar, eleitos por eleição direta na forma do Estatuto foram nomeados pelo Chefe do Poder Executivo?			
Gestor do FMAS	5.1.4.3	Os membros do Conselho Tutelar foram empossados mediante apresentação da ata da eleição, documentos pessoais e assinatura do			



		termo de posse em livro próprio?			
	<b>5.1.5</b>	<b>Estagiários</b>			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.5.2	A contratação de estudantes estagiários se realizou através de processo seletivo?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.5.2	Os estagiários contratados desempenham funções exclusivas de apoio às atividades próprias dos servidores?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.5.3	Há controle da matrícula e frequência às aulas pelos estagiários?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.1.5.4	Os estagiários estão amparados por apólice de seguro de acidente de trabalho?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

## 5. ATOS DE PESSOAL

**5.2. CONTROLES FUNCIONAIS**

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>5.2.1</b>	<b>Registro Funcional</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.1.1	As ocorrências funcionais do servidor, como promoções, atribuições, licenças, punições e outras, estão registradas em ficha ou em banco de dados informatizado?			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.1.2	Os documentos relacionados às ocorrências funcionais estão arquivados em boa ordem e em pastas individuais?			
	<b>5.2.2</b>	<b>Frequência</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.2.1	A frequência do servidor ao trabalho é controlada através de registro do ponto?			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.2.1	A folha de pagamento é elaborada com base no registro do ponto?			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.2.2	As faltas justificadas, quando possíveis, foram comprovadas?			
	<b>5.2.3</b>	<b>Hora Extra</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.3.1	Houve pagamento de hora extra a servidores?			
		As horas extras realizadas e pagas foram objeto de requerimento pelo servidor, caracterização da necessidade imperiosa, temporária e excepcional e autorização pela autoridade competente?			
		As horas extras pagas tiveram como base o registro no cartão ponto?			
	<b>5.2.4</b>	<b>Férias</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.4.1	As férias devidas aos servidores foram concedidas dentro dos doze meses subsequentes ao período aquisitivo, baseada em escala previamente elaborada e aprovada pela autoridade competente?			
	<b>5.2.5</b>	<b>Licença Prêmio</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.5.1	As licenças prêmios concedidas aos servidores foram objeto de requerimento pelo servidor?			
		Na concessão de licença prêmio a servidores efetivo foi observado o cumprimento do período aquisitivo e o interesse público?			
	<b>5.2.6</b>	<b>Promoções</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.6.1	As promoções funcionais previstas no estatuto e concedidas aos servidores são objeto de controle quanto à sua concessão?			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.6.1	As promoções concedidas no período estão em conformidade com a norma legal e atribuídas através de Portarias editadas pela autoridade competente?			
	<b>5.2.6-A</b>	<b>Elaboração da Folha de Pagamento</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.6-A-1	As verbas salariais da remuneração mensal de cada servidor foram calculadas com base no registro da frequência, eventual autorização para realizar hora extra, consonância com o Plano de Cargos e Salários, estatuto dos servidores e legislação complementar?			
	<b>5.2.7</b>	<b>Gfip - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.7.1	A Gfip das Unidades Gestoras com CNPJ tem sido enviada no prazo legal e com todas as informações obrigatórias?			
	<b>5.2.8</b>	<b>Demonstrativo Previdenciário</b>			
Diretor do Iprevent	5.2.8.1	O Demonstrativo Previdenciário está sendo elaborado e enviado à Secretaria Nacional da Previdência Social nos prazos estabelecidos e conforme Agenda de Obrigações?			

	<b>5.2.9</b>	<b>Demonstrativo das Admissões e Contratação de Servidores</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.9.1	O Demonstrativo das Admissões e Contratação de Servidores de que trata a IN TC nº 02/2001 está sendo elaborado e enviado ao Tribunal de Contas no prazo legal?			
	<b>5.2.10</b>	<b>Declaração de Bens</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.10.1	A Declaração de Bens com indicação das fontes de renda do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, e todos quantos exerçam cargos eletivos e cargos, empregos ou funções de confiança, no momento da posse, entrada em exercício do cargo, emprego ou função, bem como na data do término da gestão ou mandato, e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, está sendo entregue no Setor de Recursos Humanos para guarda e remessa ao Tribunal de Contas quando requisitado?			
	<b>5.2.11</b>	<b>Publicação dos Subsídios e da Remuneração dos Cargos e Empregos Públicos</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.11.1	Os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos estão sendo publicados anualmente na imprensa oficial do Município?			
	<b>5.2.12</b>	<b>Rais</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.12.1	A Rais das Unidades Gestoras com CNPJ foram preenchidas e encaminhadas à CEF no prazo legal?			
	<b>5.2.13</b>	<b>Declaração Anual dos Rendimentos Pagos ou Creditados</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.13.1	A declaração anual dos rendimentos pagos ou creditados aos servidores no exercício anterior foi elaborada e entregue no prazo legal para efeito de ajuste anual do Imposto de Renda?			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.2.13.2	Os rendimentos pagos ou creditados a título de remuneração por serviços prestados foram informados à Receita Federal no prazo legal?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

## 5. ATOS DE PESSOAL

### 5.3. VACÂNCIA

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>5.3.1</b>	<b>5.3.1. Cargos Efetivos</b>			

Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.3.1.1	Na vacância de cargo efetivo por pedido de exoneração, no processo constam os documentos: a) Requerimento com pedido de exoneração? b) Declaração de bens do exonerado? c) Cálculo de eventuais saldos de remuneração? d) Atestado demissional de saúde? e) Portaria de exoneração publicada no órgão de imprensa do Município?			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Iprevent	5.3.1.2	Na vacância de cargo por aposentadoria compulsória, no processo constam os documentos: a) Requerimento do interessado com pedido de aposentadoria ou informação da Gerência de Recursos Humanos com base em levantamento realizado? a) Memória de cálculo dos proventos devidos? b) Declaração de bens? c) Cálculo de eventuais saldos de remuneração? d) Portaria de aposentadoria com publicação no órgão de imprensa do Município? e) Parecer do controle interno sobre a legalidade do ato? f) Comunicação ao Regime Próprio de Previdência com encaminhamento da documentação para montagem do processo? g) Comprovante de remessa eletrônica de informações e documentos ao Tribunal de Contas no prazo de 90 dias, contados da aposentadoria, para registro?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Iprevent	5.3.1.3	Na vacância de cargo por aposentadoria voluntária, no processo constam os documentos: b) Requerimento com pedido de aposentadoria? c) Memória de cálculo da contagem do tempo de serviço? d) Memória de cálculo dos proventos devidos? e) Declaração de bens do exonerado? f) Cálculo de eventuais saldos de remuneração? g) Atestado demissional de saúde? h) Portaria de exoneração publicada no órgão de imprensa do Município? i) Parecer do controle interno sobre a legalidade do ato? j) Comunicação ao Regime Próprio de Previdência com encaminhamento da documentação para montagem do processo? k) Comprovante de remessa eletrônica de informações e documentos ao Tribunal de Contas no prazo de 90 dias, contados da aposentadoria, para registro?			
Gestor/ Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Iprevent	5.3.1.4	Na vacância de cargo por aposentadoria involuntária, decorrente de acidente de trabalho ou doença, no processo constam os documentos: a) Declaração de acidente de trabalho ou parecer final da junta médica? b) Requerimento com pedido de aposentadoria? c) Memória de cálculo da contagem do tempo de serviço? d) Memória de cálculo dos proventos devidos? e) Declaração de bens do exonerado? f) Rescisão para pagamento de eventuais saldos de remuneração? g) Portaria de aposentadoria publicada no órgão de imprensa do Município? h) Parecer do controle interno sobre a legalidade do ato? i) Comunicação ao Regime Próprio de Previdência com encaminhamento da documentação para montagem do processo?			

		j) Comprovante de remessa eletrônica de informações e documentos ao Tribunal de Contas no prazo de 90 dias, contados da aposentadoria, para registro?			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos/ Diretor do Iprevent	5.3.1.5	Na vacância de cargo por falecimento do servidor, no processo constam os documentos: a) Atestado de óbito? b) Memória de cálculo da contagem do tempo de serviço? c) Memória de cálculo da pensão eventualmente devida? d) Cálculo de eventuais saldos de remuneração? e) Portaria de concessão de pensão com publicação no órgão de imprensa do Município? f) Comunicação ao Regime Próprio de Previdência com encaminhamento da documentação para montagem do processo? g) Comprovante de remessa de informações e documentos ao Tribunal de Contas no prazo de 90 dias, contados da concessão da pensão, para registro?			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.3.1.5	Na vacância de cargo por exoneração do servidor, no processo constam os documentos: a) Processo administrativo para exoneração? b) Cálculo de eventuais saldos de remuneração? c) Portaria de exoneração com publicação no órgão de imprensa do Município? d) Atestado demissional de saúde? e) Declaração de bens do exonerado?			
	<b>5.3.2</b>	<b>Cargos em Comissão</b>			
Gestor/Responsável p/Setor de Recursos Humanos	5.3.2.1 e 5.3.2.2	Na vacância de cargo em comissão, no processo constam os documentos: a) Carta com pedido de exoneração ou ordem da autoridade competente? b) Declaração de bens; c) Cálculo de eventuais saldos de remuneração? d) Portaria de exoneração editada pela autoridade competente? e) Publicação da Portaria no órgão oficial do Município?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

## 6. OUTROS CONTROLES OPERACIONAIS



Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
	<b>6.1</b>	<b>Acompanhamento do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação</b>			
Responsável p/ Contabilidade	6.1.1	Foram elaborados e publicados os demonstrativos de avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação em cada fonte de recursos para verificação da necessidade ou não da decretação de limitação de empenho e movimentação financeira?			
	<b>6.2</b>	<b>Limitação de Empenho</b>			
Gestor/Responsável p/ Contabilidade	6.2.1 e 6.2.2	Nas fontes de recursos em que a meta bimestral de arrecadação não foi alcançada foi editado, nos trinta dias subsequentes ao encerramento de cada bimestre, decreto de limitação de empenho e movimentação financeira?			
Gestor/Responsável p/ Contabilidade	6.2.3	O montante da dívida fiscal líquida, ao final de cada quadrimestre, ultrapassou o limite de 120% da Receita Corrente Líquida?  Em caso positivo foi editado decreto de limitação de empenho e movimentação financeira?			
Responsável p/ Contabilidade	6.2.4	A necessidade de limitação de empenho e o montante necessário foi comunicado tempestivamente ao Chefe do Poder Legislativo?  O Chefe do poder Legislativo editou decreto de limitação de empenho em atendimento à comunicação realizada pelo Chefe do Poder Executivo?			
Responsável p/ Contabilidade	6.2.5	A limitação de empenho determinada por decreto foi objeto de registro contábil?			
Gestor/Responsável p/ Contabilidade	6.2.6	Restabelecida a arrecadação ou o limite de endividamento, ainda que parcial, a recomposição das dotações indisponibilizadas foram realizadas?			
	<b>6.3</b>	<b>Elaboração e Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO</b>			
Responsável p/ Contabilidade	6.3.1 a 6.3.3	O Relatório Resumido da Execução Orçamentária, composto dos demonstrativos constantes da Portaria STN nº 462/2009 foi elaborado de forma consolidada e publicado nos prazos legais conforme Agenda de Obrigações?			
Responsável p/ Contabilidade	6.3.4	A publicação do RREO foi realizada na imprensa oficial do Município e em meios eletrônicos de acesso ao público?			
Responsável p/ Contabilidade	6.3.5	Os RREO foram assinados pelo responsável pela contabilidade do Município, pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e pelo Prefeito Municipal?			
Responsável p/ Contabilidade	6.3.6	Os RREO estão arquivados em ordem cronológica em cada Poder e Órgão e preservados pelo prazo de cinco anos?			
	<b>6.4</b>	<b>6.4. Elaboração e Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF</b>			
Responsável p/ Contabilidade	6.4.1 a 6.4.3	Os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF dos Poderes, composto pelos demonstrativos constantes da Portaria STN nº 462/2009 foram elaborados de forma consolidada, publicado na imprensa oficial do Município e em meios eletrônicos, nos prazos legais conforme Agenda de Obrigações, enviado ao Tribunal de Contas, ao Poder Legislativo e à CEF?			
Gestor/Responsável p/ Contabilidade	6.4.4	Os RGF do Poder Legislativo foram elaborados, publicados e enviados ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas nos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações?			
Gestor/Responsável p/ Contabilidade	6.4.5	Os RGF do Poder Legislativo foram assinados pelo Presidente da Câmara, demais membros da mesa diretora, pelo responsável pela administração financeira e pelo responsável pelo controle interno da Câmara?			
Responsável p/ Contabilidade/	6.4.6	Os RGF do Poder Executivo foram assinados pelo Prefeito, pelo responsável pela administração financeira e pelo responsável pelo sistema			

Diretor de Controle Interno		de controle interno?			
	<b>6.5</b>	<b>Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Quadrimestre em Audiência Pública</b>			
Responsável p/ Contabilidade	6.5.1	As metas físicas e as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida, desdobradas em metas quadrimestrais, foram demonstradas e avaliadas em audiência pública na comissão de orçamento e finanças da Câmara Municipal: a) Até 31/05 relativamente ao 1º quadrimestre? b) Até 30/09 relativamente ao 2º quadrimestre? c) Até 28/02 relativamente ao 3º quadrimestre?			
Responsável p/ Contabilidade	6.5.2	As audiências públicas foram objeto de registro das presenças e da ata em livro próprio?			
Responsável p/ Contabilidade	6.5.3	O Tribunal de Contas do Estado foi notificado da realização das Audiências Públicas?			
	<b>6.6</b>	<b>Controle da Execução de Obras</b>			
Secretário de Obras/ Secretário de Planejamento/ Gestor	6.6.1	Do processo de execução da obra consta: a) Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA, do autor do projeto e do responsável técnico pela obra? b) Registro junto ao CREA, da empreiteira ou prestador de serviços? c) Diário de obras com registro das ocorrências? d) Estudo de impacto de vizinhança? e) Licenças necessárias? f) Alvará de licença para construção? g) Termo de recebimento provisório e definitivo da obra? h) Habite-se, quando for o caso?			
Secretário de Obras/ Secretário de Planejamento/ Gestor	6.6.2	Eventuais atrasos na execução de obras foram devidamente justificados pela autoridade superior?			
Gestor/ Secretário/ Procurador/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.6.3	As alterações do contrato com acréscimos ou supressões de serviços foram efetivadas por termo aditivo justificadas, e os preços dos acréscimos foram àqueles constantes da Planilha Orçamentária apresentada na licitação? Quando o acréscimo referiu-se a serviços novos, o preço foi fixado por acordo entre as partes e compatível com aqueles praticados no mercado?			
Gestor/ Secretário/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.6.4	Eventuais modificações introduzidas em projeto de engenharia de obra em execução foram baseadas em justificativas técnicas firmadas pelo engenheiro responsável pela supervisão da obra?			
Gestor/ Secretário/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.6.5	O engenheiro responsável pela supervisão da obra aparece como responsável solidário pelas medições realizadas?			
Gestor/ Secretário/ Procurador/ Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.6.6	A prorrogação de contrato de obra, quando admitidas em lei, ocorreu antes do término da vigência do mesmo, através de termo aditivo?			
Gestor/ Secretário/ Engenheiro	6.6.7	Há registro de que o engenheiro responsável pela supervisão da obra fiscalizou o material utilizado, os recursos humanos envolvidos, os serviços executados e os equipamentos utilizados? Ele anotou, no livro diário, o registro das ocorrências relacionadas com a execução da obra, determinando o que foi necessário à regularização das falhas ou defeitos observados?			
Gestor/ Secretário/ Responsável p/ Patrimônio/	6.6.8	Há registro de que as obras concluídas foram objeto de inspeções periódicas até o 5º ano do recebimento definitivo da obra para, se			

Procurador		necessário, acionar a construtora para proceder às correções sem custos para a administração?			
Secretário/ Engenheiro	6.6.9	O termo de recebimento provisório da obra foi feito pela responsável pela sua fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes?			
Secretário/ Engenheiro	6.6.10	O termo de recebimento definitivo da obra foi feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, no prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório?			
Gestor/ Secretário/ Engenheiro	6.6.11	O boletim de medição aprovado pelo engenheiro responsável pela fiscalização da obra, que constitui o estágio da liquidação da despesa, serviu de base para a realização dos pagamentos?			
Secretário	6.6.12	Eventual paralisação da obra foi feita através da emissão de ordem, publicada na imprensa oficial no prazo de cinco dias?			
Secretário	6.6.13	Os procedimentos de controle da execução das obras transitaram pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento para alimentação do e-Sfinge Obras?			
	<b>6.7</b>	<b>Controle dos Gastos Mínimos com Ensino</b>			
Responsável p/ Contabilidade	6.7.1	Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, no período auditado, foram objeto de controle para acompanhamento do cumprimento dos gastos mínimos na forma estabelecida nas normas de controle interno?  O Município aplicou no exercício em exame o mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino básico?			
Responsável p/ Contabilidade	6.7.2	Os recursos do FUNDEB foram aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico e na valorização do magistério da rede de ensino municipal?			
Responsável p/ Contabilidade	6.7.3	Dos recursos recebidos do FUNDEB o Município aplicou no exercício em exame o mínimo de 60% das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício?			
Responsável p/ Contabilidade	6.7.4 e 6.7.5	Na classificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino básico a contabilidade observou as regras estabelecidas no artigo 70 e 71 da Lei (federal) 9.394/96?			
Responsável p/ Contabilidade	6.7.6	Na apuração das receitas resultantes de impostos, base de cálculo do gasto mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento do ensino, a contabilidade observou as contas de receitas relacionadas na norma de controle interno nº 6.7.6?			
Responsável p/ Contabilidade	6.7.8	A verificação do cumprimento dos gastos mínimos em ensino foi realizada mensalmente?			
Responsável p/ Contabilidade	6.7.9	Os relatórios de verificação mensal dos gastos com ensino foram publicados na imprensa oficial do Município, encaminhados ao Secretário Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação?			
	<b>6.8</b>	<b>Controle dos Gastos com Saúde?</b>			
Secretário/ Responsável p/Contabilidade/ Gestor	6.8.1	Os instrumentos de planejamento para o exercício auditado foram elaborados de forma a dar cumprimento ao gasto mínimo de 15% das receitas de impostos em ASPS?  Na elaboração da LDO para o exercício auditado o CMS deliberou sobre as diretrizes para o estabelecimento das prioridades?  O Gestor do FMS encaminhou a programação anual do Plano de Saúde ao CMS, para aprovação antes da data de encaminhamento da LDO à Câmara?  O Plano de Saúde foi objeto de ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público?  Os gastos em ações e serviços públicos de saúde, no exercício auditado alcançou			

		o mínimo de 15% do produto da arrecadação de impostos?			
Secretário/ Responsável p/Contabilidade/ Gestor	6.8.2	<p>As despesas realizadas com ASPS no exercício auditado dizem respeito a promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas e atenderam simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei nº 8080/90?</p> <p>As despesas com ASPS no exercício auditado atenderam as diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) De serem destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito?</li> <li>b) De estarem em conformidade com os objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação? E</li> <li>c) De serem de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicas, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população?</li> </ul>			
Secretário/ Responsável p/Contabilidade/ Gestor	6.8.3	<p>Para efeito de elaboração dos instrumentos de planejamento e apuração da aplicação dos recursos mínimos em ASPS, foram consideradas apenas as despesas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária?</li> <li>b) Atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais?</li> <li>c) Capacitação do pessoal de saúde do SUS?</li> <li>d) Desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovido por instituições do SUS?</li> <li>e) Produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos?</li> <li>f) Saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo CMS do Município e esteja de acordo com as diretrizes previstas na LC 141/2012?</li> <li>g) Saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos?</li> <li>h) Manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças?</li> <li>i) Investimentos na rede física do SUS incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde?</li> <li>j) Remuneração e encargos sociais do pessoal ativo em efetivo exercício nas ações de saúde acima relacionada?</li> <li>k) Ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições pública do SUS e imprescindíveis à execução das ASPS?</li> <li>l) Gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde?</li> <li>m) Despesas incorridas no período referente à amortização e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 1º de janeiro de 2000, visando ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde?</li> </ul>			
Secretário/ Responsável p/Contabilidade/ Gestor	6.8.5	Na base de cálculo do gasto mínimo de 15% em ASPS, foi considerada a arrecadação de impostos das receitas de: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, FPM, ITR, IPI - Exportação, ICMS, IPVA, Receita da Dívida de Impostos e seus respectivos Encargos Moratórios incidentes sobre os Impostos?			
Secretário/ Responsável p/Contabilidade/ Gestor	6.8.6	Os recursos vinculados a ASPS no exercício auditado foram aplicados através do Fundo Municipal de Saúde e movimentados em contas específicas em instituição financeira oficial federal?			
Secretário/ Responsável p/Contabilidade/ Gestor	6.8.7	<p>A verificação do gasto mínimo em ASPS no exercício auditado foi realizada mensalmente através do <b>Anexo VIII, do Decreto nº 107/2011</b> e tomou por base as despesas liquidadas e os restos a pagar não processados inscritos até o limite das disponibilidades de caixa?</p> <p>Demonstrativo próprio com a execução orçamentária dos recursos vinculados á</p>			

		<p>ASPS acompanhou o RREO?</p> <p>Nos meses de maio, setembro e fevereiro, o Gestor do FMS elaborou, de forma complementar ao Anexo VIII do Decreto nº 107/2011, <b>Relatório Detalhado</b> referente ao quadrimestre anterior, com informações sobre a execução orçamentária e financeira, auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações, e indicação da oferta e produção de serviços públicos, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação?</p> <p>Este relatório quadrimestral foi ser objeto de apresentação em audiência pública na Câmara Municipal nos meses de maio, setembro e fevereiro?</p> <p>Até o dia 30/03 o Gestor do FMS encaminhou ao CMS, <b>Relatório de Gestão</b> com informações sobre: o montante e fontes dos recursos aplicados no exercício anterior (Anexo VIII do Decreto nº 107/2011); auditorias realizadas ou em fase de execução e suas recomendações e determinações; oferta e produção de serviços públicos de saúde, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população (Anexo VI, do Decreto nº 107/2011)?</p> <p>O CMS emitiu parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na LC 141/2012 e este foi amplamente divulgado, inclusive em meios eletrônicos?</p> <p>O eventual descumprimento do gasto mínimo em ASPS apurado ao final de cada quadrimestre foi corrigido no quadrimestre seguinte do exercício financeiro?</p> <p>O Anexo VIII, do Decreto nº 107/2011 foi encaminhado pelo Setor de Contabilidade ao Gestor do FMS e ao CMS para avaliação e publicação daquele e desta em meios eletrônicos de acesso público para consulta e apreciação dos cidadãos e das instituições da sociedade?</p> <p>O CMS avaliou em cada quadrimestre o <b>Relatório Consolidado da Execução Orçamentária e Financeira</b> (Anexo VIII do Decreto nº 107/2011) e o <b>Relatório do Gestor do FMS</b> sobre a repercussão da execução da LC nº 141/2012 nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde e encaminhou sua avaliação ao Prefeito com indicação de eventuais medidas corretivas necessárias?</p>			
Secretário/ Responsável p/Contabilidade/ Gestor	6.8.8	A disponibilidade de caixa vinculada aos Restos a Pagar, considerados para fins do cumprimento do gasto mínimo em ASPS e posteriormente cancelados ou prescritos, foi aplicada em ações e serviços públicos de saúde até o término do exercício seguinte ao do cancelamento ou da prescrição, mediante dotação específica para essa finalidade, sem prejuízo do percentual mínimo a ser aplicado no exercício correspondente?			
Secretário/ Responsável p/Contabilidade/ Gestor	6.8.9	Eventual diferença que implicou no não atendimento dos recursos mínimos em ASPS no exercício anterior ao auditado, foi acrescida ao montante mínimo do exercício auditado?			
	6.8.10	<p>O Diretor de Controle Interno, com o apoio do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, do responsável pela Contabilidade do FMS, do CMS e dos operadores do controle interno, fiscalizou o cumprimento das normas para aplicação dos recursos vinculados a ASPS e deu imediato conhecimento ao Prefeito de eventuais irregularidades com indicação das medidas adotadas e adotar para corrigir e prevenir?</p> <p>A fiscalização teve como ênfase:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) À elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual?</li> <li>b) O cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na LDO?</li> <li>c) À aplicação dos recursos mínimos em ASPS?</li> <li>d) À aplicação dos recursos vinculados ao SUS?</li> <li>e) À destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde?</li> </ul>			
	<b>6.9</b>	<b>Controle dos Gastos com Pessoal</b>			
Responsável p/ Contabilidade	6.9.1	Os gastos com pessoal do Poder Executivo no exercício auditado se situaram dentro do limite prudencial de 51,3% das receitas correntes			



		Líquidas?			
Gestor/ Responsável p/ Contabilidade	6.9.2	Os gastos com pessoal do Poder Legislativo no exercício auditado se situaram dentro dos limites: a) Prudencial de 5,7% das receitas correntes líquidas? b) A folha de pagamento do Poder Legislativo se situou dentro do limite de 70% da sua receita? c) O subsídio individual de cada Vereador se situou dentro do limite de 20% do subsídio do Deputado Estadual? d) A remuneração total dos vereadores se situou dentro do limite de 5% da receita total realizada pelo Município no exercício auditado?			
Responsável p/ Contabilidade	6.9.3	Existem gastos com pessoal não computado para efeito de cálculo dos limites?			
Responsável p/ Contabilidade	6.9.4	As Receitas Correntes Líquidas foram calculadas em conformidade com a norma legal?			
Responsável p/ Contabilidade	6.9.5	O controle dos gastos com pessoal foi realizado com periodicidade mensal?			
Responsável p/ Contabilidade	6.9.6	O Demonstrativo das Despesas com Pessoal foi publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre?			
	<b>6.10</b>	<b>Controle dos Gastos Administrativos no RPPS</b>			
Diretor do Iprevent	6.10.1	A despesa administrativa do IPREVENT, no exercício auditado, observou ao limite de 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS no exercício imediatamente anterior?			
	<b>6.11</b>	<b>Controle da Execução Orçamentária</b>			
Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Responsável pelo Setor de Tributação	6.11.1	Há controle da execução orçamentária quanto a verificação da legalidade dos atos relacionados à arrecadação da receita e realização da despesa, nascimento e extinção de direitos e obrigações, fidelidade funcional dos agentes públicos e o cumprimento dos programas e metas estabelecidas?			
Secretário/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Responsável pelo Setor de Tributação	6.11.2	O controle da execução orçamentária se deu através dos procedimentos administrativos relacionados a: a) Lançamento de tributos? b) Registro contábil da arrecadação de receitas? c) Baixa dos tributos arrecadados? d) Inscrição em dívida ativa os tributos lançados e não arrecadados? e) Atualização mensal dos créditos inscritos em dívida ativa e informação à contabilidade para registro? f) Os créditos inscritos em dívida ativa estão sendo objeto de cobrança administrativa e judicial? g) As despesas são objeto de empenho prévio? h) As despesas realizadas são objeto de liquidação mediante atestado de que o material foi fornecido, o serviço foi prestado ou a obra foi executada? i) Os Pagamentos são realizados somente após a liquidação da despesa e em obediência a ordem cronológica de vencimento das faturas? j) A abertura de créditos adicionais é realizada com base em autorização legal e com indicação da fonte de recursos? k) O Município realiza o acompanhamento do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação? l) Quando as metas de arrecadação não são alcançadas é editado decreto de Limitação de empenhos e movimentação financeira? m) Os RREO e RGF são elaborados e publicados no prazo legal? n) O Município realizou a avaliação do cumprimento das metas físicas e fiscais em audiência pública na comissão de orçamento e finanças da Câmara nos prazos regulamentares? o) O Município realizou o controle dos gastos mínimos com ensino, saúde, pessoal e montante da dívida? e			

		p) As despesas empenhadas e não pagas foram inscritas em Restos a Pagar, segregadas por credor, processadas e não processadas?			
	6.12	<b>Controle da Execução Financeira</b>			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6.12.2	A execução financeira das diversas unidades gestoras está sendo controlada de forma regular através dos procedimentos administrativos constante das normas de controle interno, tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação?</li> <li>b) Elaboração da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso?</li> <li>c) Avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação?</li> <li>d) Adoção do procedimento administrativo da limitação de empenho e movimentação financeira quando as metas de arrecadação não forem alcançadas?</li> <li>e) Avaliação do cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para cada quadrimestre?</li> <li>f) Registro contábil diário das Arrecadações?</li> <li>g) Aplicação das disponibilidades de caixa no mercado financeiro?</li> <li>h) Pagamento por cheque nominal ou ordem bancária de acordo com a ordem cronológica de vencimento das faturas em cada fonte de recursos?</li> <li>i) Retenções contratuais e consignações?</li> <li>j) Transferências Financeiras às Unidades Gestoras?</li> </ul>			
	6.13	<b>Controle de Frota</b>			
Gestor Responsável pelo Setor de Frota	6.13.1	Há controle dos gastos de manutenção da frota e dele constam as informações mínimas exigidas, como: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Identificação do veículo ou equipamento?</li> <li>b) Identificação do motorista ou operador?</li> <li>c) Nº da autorização de gasto, nº da Nota Fiscal, data, quantidade, especificação do produto ou serviço, valor unitário e total, dados do hodômetro ou horímetro no momento do gasto e assinatura do motorista ou operador do equipamento?</li> <li>d) Quilometragem percorrida no mês, ou horas trabalhada no mês;</li> <li>e) Cálculo do consumo de combustível? e</li> <li>f) Gastos de manutenção mensal do veículo ou equipamento, por Km rodado ou hora trabalhada?</li> </ul>			
Gestor Responsável pelo Setor de Frota	6.13.2	Os gastos com combustíveis, lavação, lubrificação, pulverização, troca de óleo, filtro e outros, são realizadas mediante autorização expedida por servidor especialmente designado pela Secretaria correspondente e dela consta as informações exigidas na norma de controle interno nº 6.13.1?			
Gestor Responsável pelo Setor de Frota	6.13.3	Os gastos com peças de reposição e os serviços de oficina são realizados mediante autorização expedida por servidor especialmente designado pela Secretaria correspondente e dela consta as informações exigidas na norma de controle interno nº 6.13.1?			
Gestor Responsável pelo Setor de Frota	6.13.4	Os relatórios mensais com o controle dos gastos de manutenção da frota rodoviária estão sendo encaminhados ao Secretário de Administração e Finanças para avaliação crítica providências preventivas e corretivas, quando for o caso?			
Gestor Responsável pelo Setor de Frota	6.13.5	Os veículos envolvidos com o transporte diário dos alunos da rede de ensino: <ul style="list-style-type: none"> <li>d) Realizam manutenção preventiva e vistoria de segurança a cada 6 (seis) meses?</li> <li>e) Neles há identificação como sendo “Escolar”?</li> <li>f) Esses veículos estão equipados com “Tacógrafo” para registro</li> </ul>			

		<p>permanente de tempo e velocidade?</p> <p>g) As luzes dianteiras e traseiras estão sempre em perfeito funcionamento?</p> <p>h) Esses veículos estão equipados com cintos de segurança individual em todos os bancos?</p> <p>i) Eles têm autorização do DETRAN afixado em local visível?</p> <p>j) Todos os seus condutores têm idade mínima de 21 (vinte e um) anos e habilitação na categoria “D”?</p> <p>k) É realizado cursos de reciclagem para os condutores a cada cinco anos?</p> <p>l) Todos os veículos têm menos de 10 (dez) anos de uso?</p>			
Gestor Responsável pelo Setor de Frota	6.13.6	Eventuais multas de trânsito foram objeto de responsabilização do respectivo motorista com providências para cobrança e informação ao Órgão de Trânsito para registro dos pontos na sua carteira?			
Gestor Responsável pelo Setor de Frota	6.13.7	Nos eventuais pagamentos de multas de trânsito com recursos do Município para fins de licenciamento do veículo a Gerência de Recursos Humanos foi informada para desconto em folha do responsável?			
Gestor Responsável pelo Setor de Frota	6.13.8	Na impossibilidade de identificar o motorista responsável por deficiência no controle, a responsabilidade pelo pagamento da multa foi imputada ao titular da Secretaria à época ou do Gestor da Unidade em que o veículo estava lotado na época da aplicação da multa?			
	6.13.9	Os veículos automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque do Poder Público Municipal contém indicação expressa, por pintura nas portas, do nome, sigla ou logotipo Oficial do Município de Nova Trento?			
	<b>6.14</b>	<b>Controle da Assistência a Pessoas Carentes</b>			
Gestor do FMAS	6.14.1	A assistência social á pessoas carentes é realizada em conformidade com as normas estabelecidas na lei municipal que disciplina a matéria?			
Gestor do FMAS	6.14.2	A condição de pessoa carente é avaliada através de cadastro sócio-econômico na forma estabelecida na lei municipal?			
Gestor do FMAS	6.14.3	A assistência a pessoas ou famílias carentes é realizada através de processo montado pelo serviço de assistência social?			
	<b>6.15</b>	<b>Controle de Gastos</b>			
Responsável p/ Contabilidade	6.15.1	As ações de governo constantes da LOA são objeto de controle de gastos?			
Responsável p/ Contabilidade	6.15.2	Esse controle apura os gastos por programa e ações de governo, indicando, em cada caso e quando possível o produto e a unidade de medida?			
Responsável p/ Contabilidade	6.15.3	A LOA apresenta Demonstrativo das ações com especificação das metas físicas e financeiras?			
Responsável p/ Contabilidade	6.15.4	O Balanço Geral apresenta demonstrativo das ações de governo com especificação das metas físicas, financeiras e seus respectivos gastos unitários realizados?			
Responsável p/ Contabilidade	6.15.5	Os servidores responsáveis pela execução dos programas ou ações de governo informam regularmente a realização física?			
Responsável p/ Contabilidade	6.15.6	O sistema de controle de gastos orienta estudos e medidas relacionadas ao atendimento aos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade na execução dos atos da administração?			
	<b>6.16</b>	<b>Controle da Prestação de Serviços Particulares</b>			
Secretário da Agricultura	6.16.1	No exercício em exame ocorreu a realização de serviços particulares com equipamentos rodoviários do Município?			
Secretário da Agricultura	6.16.2	Os serviços foram requeridos pelos interessados mediante pagamento dos serviços calculados por estimativa com base em valores estabelecidos na Lei Municipal nº 2123/2006?			
Secretário da Agricultura/ Responsável p/Setor de Tributação	6.16.3	O cálculo do valor dos serviços foi realizado pelo Setor de Tributação para emissão do respectivo Documento Municipal de Arrecadação para pagamento na rede bancária?			
Secretário da	6.16.4	Os serviços requeridos foram agendados por comunidade e o			

Agricultura		atendimento obedece á ordem cronológica de solicitação combinada com a proximidade das propriedades para atender ao princípio da economicidade e de forma a observar o princípio constitucional da impessoalidade?			
Secretário da Agricultura	6.16.5	Realizados os serviços particulares com equipamentos da patrulha mecanizada agrícola, o servidor responsável pela sua execução, em até cinco dias úteis, contados da conclusão dos serviços requeridos, informou ao Secretário Municipal da Agricultura a quantidade de horas efetivamente trabalhadas para acerto de contas com o beneficiário através do Setor de Tributação?			
Secretário da Agricultura	6.16.6	Municípios em débito com a fazenda pública municipal tiveram seus pedidos de serviços com equipamentos da patrulha mecanizada agrícola indeferido?			
Secretário de Agricultura/ Responsável p/Setor de Tributação	6.16.7	Sobre os valores recolhidos em atraso incidiu os encargos moratórios previsto no Código Tributário Municipal?			
	<b>6.17</b>	<b>Prestação de Informações ao Tribunal de Contas</b>			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6.17.1	A Declaração de Bens dos Gestores (Prefeito, Presidente da Câmara e Gestores de Fundo, Autarquia, Fundação e Empresas dependentes) foi encaminhada ao Tribunal de Contas juntamente com o Balanço Geral Anual?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6.17.2	O Demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação acompanhada, quando cabível, das medidas de combate a evasão e a sonegação fiscal, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução mensal de desembolso, foram encaminhados tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Diretor do Iprevent	6.17.3	Os atos de aposentadoria e pensão de servidores vinculados ao RPPS, ou alteração do fundamento legal do ato concessório foram encaminhados tempestivamente ao Tribunal de Contas para o devido registro?			
Diretor de Controle Interno	6.17.4	Informações sobre o edital e sobre as nomeações e contratações ocorridas em cada bimestre foram remetidas ao Tribunal de Contas, por meio eletrônico, via Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge?			
Responsável p/Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.17.5	Os Editais de Concorrência, Pregão Presencial e Eletrônico para obras, compras, serviços, concessão e permissões, assim como suas alterações, foram encaminhadas tempestivamente ao Tribunal de Contas até o dia seguinte à 1ª publicação do aviso de realização de licitação?			
Gestor Diretor de Obras	6.17.6	O Sistema de cadastramento e acompanhamento de obras tem sido encaminhado tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Gestor Responsável pelo Setor de Contabilidade	6.17.7	Os dados do RREO e RGF têm sido encaminhados tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Diretor de Controle Interno	6.17.8	Os dados e informações, via e-sfinge têm sido encaminhados tempestivamente ao Tribunal de Contas. Artigo 3º, I da IN nº TC 04/2004, alterado pela IN TC 01/2005?			
Responsável p/setor de Recursos Humanos	6.17.9	O Demonstrativo das Admissões e Contratações de Servidores e de Contratações de Mão de Obra Terceirizada para Substituição de Servidores tem sido encaminhado tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade/ Diretor de Controle Interno	6.17.10	O Balanço Geral das Unidades Gestoras e Balanço Consolidado, acompanhado do relatório sobre as contas anuais de governo elaborado pela Controladoria Geral do Município, foram encaminhados tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Responsável pelo Setor de Contabilidade	6.17.11	As Atas das audiências públicas realizadas para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas físicas e fiscais estabelecidas para cada quadrimestre foram encaminhadas tempestivamente ao Tribunal de Contas?			

Responsável p/Contabilidade	6.17.12	O Relatório com informações necessárias, comprovando a priorização de recursos na LDO para obras em andamento e despesas com conservação do patrimônio público, foi encaminhado tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Responsável p/Contabilidade/Procurador	6.17.13	As Respostas à diligência, audiência, citação, notificação, pedido de informação e documentos complementares foram encaminhadas tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Diretor de Controle Interno	6.17.14	O Relatório bimestral de controle interno tem sido encaminhado tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Diretor de Controle Interno	6.17.15	O Relatório de Auditoria Interna foi encaminhado tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
Diretor de Controle Interno	6.17.16	Os Processos de Tomada de Contas Especial foram encaminhados tempestivamente ao Tribunal de Contas?			
	<b>6.17-A</b>	Controle das Restrições Apontadas pelo Tribunal de Contas.			
Diretor de Controle Interno	6.17-A.1	As restrições eventualmente apontadas pelo Tribunal de Contas na apreciação das contas de governo, no julgamento de contas do gestor, nos relatórios de auditorias “ <i>in loco</i> ”, nas citações e audiências oferecidas pelo Tribunal de Contas, foram objeto de apuração imediata pelo Diretor de Controle Interno para adoção de providências com vistas a corrigir, prevenir e até punir se for o caso?			
	<b>6.18</b>	<b>Prestação de Informações a União</b>			
Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	6.18.1	Foram disponibilizadas tempestivamente na “Homepage” do TCU as comunicações ratificadas pela autoridade superior sobre contratos e seus aditivos?			
Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	6.18.2	Foram disponibilizados até o 5º dia útil do segundo mês subsequente a sua assinatura, na “Homepage” do TCU os resumos dos Instrumentos de Contratos ou seus aditivos?			
Diretor do Iprevent	6.18.3	A Legislação Editada sobre RPPS foi disponibilizada para consulta em página eletrônica na rede mundial de computadores – internet, com indicação na lei, a data inicial da sua publicação?  A Secretaria da Previdência Social – SPS, foi informada do endereço eletrônico em que a legislação poderá ser acessada?  Alternativamente, a legislação editada sobre RPPS foi encaminhada por meio documental, autenticado e em arquivo magnético, com prova de publicação na imprensa oficial e declaração da data inicial de afixação no local competente?			
Diretor do Iprevent	6.18.4	O Demonstrativo Previdenciário de cada bimestre foi encaminhado tempestivamente para o Ministério da Previdência Social por via eletrônica, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social – MPS na rede mundial de computadores – internet?			
Diretor do Iprevent	6.18.5	O Demonstrativo de Investimentos e Disponibilidades Financeiras de cada bimestre dói encaminhamento por via eletrônica, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social – MPS na rede mundial de computadores – internet?			
Diretor do Iprevent	6.18.6	O comprovante do Repasse e Recolhimento ao RPPS dos Valores decorrentes das Contribuições e Aporte de Recursos e Débitos de Parcelamento de cada bimestre foi encaminhado por via eletrônica, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social – MPS na rede mundial de computadores – internet?  Este documento foi encaminhado à Secretaria de Previdência Social – SPC, do Ministério da Previdência Social, por meio documental, devidamente assinado pelo dirigente do ente e pelo dirigente da Unidade Gestora, via postal ou via correio eletrônico?			
Diretor do Iprevent	6.18.7	Foi comprovado à Secretaria de Previdência Social o repasse ao RPPS das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados de cada			



		um dos bimestres?			
Diretor do Iprevent	6.18.8	O Quantitativo de servidores ativos e inativos e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, competência dezembro do exercício anterior, foi Informado tempestivamente à Secretaria de Previdência Social?			
Responsável pela Contabilidade	6.18.9	Foi elaborado o Cadastro de Operações de Crédito de que trata a Portaria STN nº 101/2007, competência exercício anterior e encaminhado tempestivamente à CEF de vinculação?			
Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	6.18.10	Foi disponibilizado tempestivamente na “Homepage” do TCU o montante dos tributos arrecadados e recursos recebidos de convênios?			
Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	6.18.11	Foi disponibilizada tempestivamente na “Homepage” do TCU a relação de todas as compras feitas pela administração?			
Gestor/Chefe do Depto. da T.I.	6.18.12	Foi disponibilizado tempestivamente na “Homepage” do TCU os Relatórios da Execução Orçamentária de que trata o Art. 165, § 3º da CF de 1988?			
Diretor do Iprevent	6.18.13	Foi realizada avaliação atuarial, elaborado o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial e encaminhado tempestivamente por via eletrônica, no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social na rede mundial de computadores – internet?			
Responsável pela Contabilidade	6.18.14	O Demonstrativo da Dívida Consolidada, Anexo II do RGF foi elaborado e disponibilizado tempestivamente ao Ministério da Fazenda?			
Responsável pela Contabilidade	6.18.15	Foi elaborado o RREO e as informações dele extraídas foram encaminhadas tempestivamente à CEF de vinculação?			
Responsável pela Contabilidade	6.18.16	Os balanços das diversas Unidades Gestoras na forma estabelecida na Portaria STN nº 204/2008 e alterações posteriores foram encaminhadas à União via CEF, acompanhado de cópia dos Balanços do exercício?			
Responsável pela Contabilidade	6.18.17	O SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde foi encaminhado tempestivamente ao Ministério da Saúde?			
Responsável pela Contabilidade	6.18.18	O SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação foi encaminhado tempestivamente ao Ministério da Educação?			
	<b>6.19</b>	<b>Publicação dos Atos Oficiais</b>			
Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.19.2 e 6.19.3	Os avisos de licitação nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão e pregão foram publicados nos veículos de comunicações adequados e com observância aos prazos legais de antecedência ao recebimento das propostas?			
Gestor/ Chefe de Gabinete do Prefeito Gerente Legislativo	6.19.4	As leis, decretos, portarias e resoluções foram publicadas no Diário Oficial do Município?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.19.5	Os contratos, convênios e seus aditivos foram publicados no Diário Oficial do Município até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.19.6	O chamamento público para atualização do registro cadastral para efeito de habilitação em licitações foi realizado pelo menos uma vez por ano, através da imprensa oficial e de jornal de circulação diária?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Licitações, Contratos e Compras	6.19.7	Os avisos de dispensa e inexigibilidade de licitação, habilitação ou inabilitação de licitantes, julgamento das propostas, anulação ou revogação de licitação e rescisão de contrato, foram publicados no Diário Oficial do Município?			
	<b>6.20</b>	<b>Dados e Informações à Câmara Municipal</b>			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6.20.1	O Balancete Mensal das diversas Unidades Gestoras foi encaminhado tempestivamente à Câmara Municipal?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6.20.2	O Balanço Geral das diversas Unidades Gestoras foi encaminhado tempestivamente à Câmara Municipal para que seja colocada à disposição para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade?			
	6.20.3	Os pedidos de informação apresentados pela Câmara Municipal foram			

Procurador		respondidos tempestivamente?			
Gestor/ Responsável pelo Setor de Contabilidade	6.20.4	A relação mensal das notas de empenhos tem sido encaminhada à Câmara?			
	<b>6.21</b>	<b>Informações à Secretaria de Estado da Fazenda</b>			
Responsável pela Contabilidade	6.21.1	Os dados do Balanço Geral Consolidado foram disponibilizados tempestivamente à Secretaria de Estado da Fazenda através da CEF?			
	<b>6.22</b>	<b>Cumprimento da Agenda de Obrigações</b>			
Controlador Interno	6.22.1	As diversas unidades administrativas do Município observam as obrigações e os prazos constantes da Agenda de Obrigações?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

**7. AUDITORIA INTERNA****(Não aplicável)****8. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.1	No período auditado houve instauração de tomada de contas especial para apuração de fatos, identificação de responsáveis e quantificação de dano decorrentes da constatação da: a) Omissão no dever de prestar contas de recursos de adiantamento ou de recursos concedidos pelo Município a título de subvenção, auxílios e contribuições, através de convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere? b) Ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos? c) Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico ou omissão no cumprimento de dever legal, dos quais resultem prejuízo ao erário?			
Gestor/ Operadores do Controle Interno/ Diretor de Controle Interno	8.2	Os operadores do controle interno no período auditado tomaram conhecimento de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, com indícios de dano ao erário?  Em caso positivo de imediato deram conhecimento ao Diretor de Controle Interno para as providências cabíveis?			
Diretor de Controle Interno	8.3	Ao tomar conhecimento de fatos com indícios de dano ao erário o Diretor de Controle Interno do Município deu início às providências administrativas para obtenção do ressarcimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data: a) Em que deveria ter sido apresentada a prestação de contas de recursos de adiantamento ou recursos concedidos a título de subvenção, auxílio e contribuição? b) Do conhecimento da ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos? c) Do conhecimento da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico ou omissão no cumprimento de dever legal, dos quais resultem em prejuízo ao erário? e d) De recebimento da determinação feita pelo Tribunal de Contas para adoção de providências administrativas ou de instauração de tomada de contas especial?			
Diretor de Controle Interno	8.4	Foram adotadas providências administrativas formalizadas por diligências, notificações e comunicações para a reposição dos valores ou bens ou para a indenização correspondente ao dano causado ao erário?  Nas providências administrativas adotadas foi observando o princípio do contraditório e da ampla defesa?			

		As providências administrativas adotadas foram comunicadas ao Gestor da Unidade correspondente no prazo máximo de 5 (cinco) dias e ao Tribunal de Contas através do Relatório bimestral de controle interno?			
Diretor de Controle Interno	8.5	As providências administrativas com vistas à recomposição do erário foram concluídas no prazo de até sessenta dias com comunicação imediata ao Gestor da Unidade correspondente e ao Tribunal de Contas através do Relatório bimestral de controle interno?			
Secretário/ Gestor/ Responsável p/ Contabilidade/ Diretor de Controle Interno	8.6	Quando da reposição do bem ou da indenização correspondente ao dano causado na fase dos procedimentos administrativos ou na conclusão da tomada de contas especial, foi lavrado o Termo de Responsabilidade e Composição?  Cópia do referido termo foi encaminhado para o Gestor da Unidade correspondente, para o responsável e conforme o caso, aos setores específicos para os registros contábil, financeiro e patrimonial?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.7	Esgotadas as providências administrativas sem a consecução da prestação de contas, da restituição de recurso repassado e não aplicado ou da reparação do dano ao erário, o Diretor de Controle Interno do Município de imediato propôs ao Chefe de Poder correspondente a instauração do processo de Tomada de Contas Especial?  A instauração do processo de Tomada de Contas Especial ocorreu no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da proposição apresentada?			
Diretor de Controle Interno	8.8	Diante da omissão do Chefe de Poder correspondente em instaurar o processo de Tomada de Contas Especial no prazo de 10 (dez) dias o Diretor de Controle Interno do Município de imediato representou o fato ao Tribunal de Contas?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.9	O processo de Tomada de Contas Especial foi autuado, protocolado, numerado na ordem cronológica dos procedimentos, iniciou com o ato de instauração e juntado os documentos exigidos no art. 12, da IN TC 13/2012?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.10	A tomada de contas especial foi conduzida por comissão ou por um único servidor designado por ato publicado no órgão de imprensa oficial e foi concluída no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua instauração?			
Diretor de Controle Interno	8.11	O Diretor de Controle Interno acompanhou a evolução do processo de Tomada de Contas Especial e representou ao Tribunal de Contas eventual descumprimento do prazo para sua conclusão?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.12	12. Os autos da Tomada de Contas Especial foram instruídos com os documentos abaixo? 12.1. Ato de instauração da tomada de contas especial e ato de designação de servidor ou comissão? 12.2. Comprovações de despesas, comunicações, pareceres, depoimentos colhidos e outros elementos necessários à apuração dos fatos? 12.3. Notificações, acompanhadas de aviso de recebimento ou de qualquer outra forma que assegure a ciência do notificado, bem como de suas manifestações, defesa ou de documentos que comprovem a reparação do dano ao erário, se houve? 12.4. Cópias dos relatórios conclusivos, bem como de relatório final de inquérito policial, e de decisões em processos administrativos e ações judiciais, se houve? 12.5. Relatório conclusivo circunstanciado, assinado por todos os membros da comissão ou pelo servidor designado, abrangendo os seguintes elementos: a) Descrição cronológica dos fatos apurados, especificando o motivo determinante da instauração, origem e data da ocorrência e/ou do conhecimento do fato, com a indicação das normas ou regulamentos eventualmente infringidos? b) Referência a documentos e instrumentos que respaldaram a conclusão do referido relatório pelo servidor designado ou pela comissão, os quais integrarão os autos da tomada de contas especial, na forma do item 12.4? c) Qualificação dos responsáveis indicando dentre outros dados:			

		<p>nome, CPF, endereço, e se agente público, cargo ou emprego e matrícula, na forma do Anexo III da IN TC 13/2012?</p> <p>d) Demonstrativo financeiro do débito contendo o valor original, valor atualizado acompanhado de memória de cálculo, indicando o fator de atualização e a sua base legal, e, se for o caso, valores das parcelas recolhidas e data do (s) recolhimento(s), com os respectivos acréscimos legais, na forma do Anexo IV da IN TC 13/2012?</p> <p>e) Análise conclusiva em torno das informações colhidas nos elementos do item 12.2, com demonstração da conduta do agente, do resultado danoso, do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado, bem como a culpabilidade e eventuais circunstâncias que excluam a responsabilidade?</p> <p>f) Recomendação de providências a serem adotadas pela autoridade administrativa competente?</p> <p>g) Identificação de ação judicial e indicação da fase processual em que se encontra, caso o fato consignado na tomada de contas especial também seja objeto de demanda no Poder Judiciário?</p> <p>12.6. Pronunciamento do Chefe do Poder correspondente, com atestado de haver tomado conhecimentos dos fatos apurados e indicação das medidas adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades?</p> <p>12.7. Parecer do Diretor de Controle Interno contendo manifestação acerca das apurações realizadas, especialmente quanto a:</p> <p>a) Adequada apuração dos fatos, com indicação das normas ou regulamentos eventualmente infringidos?</p> <p>b) Correta identificação dos responsáveis?</p> <p>c) Precisa quantificação do dano, das parcelas eventualmente recolhidas e critérios para atualização do valor do débito?</p> <p>d) Conclusão sobre a regularidade ou irregularidade das contas tomadas?</p> <p>e) Informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade gestora e os respectivos resultados, relativas às decisões do Tribunal de Contas que tenham determinado à autoridade administrativa a adoção de providências relacionadas ao objeto da Tomada de Contas em análise?</p> <p>12.8. Decisão do Tribunal de contas caso a tomada de contas especial tenha sido por ele determinada, bem como outros documentos que possam subsidiar o julgamento pelo Tribunal?</p>			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.13	<p>A tomada de contas especial instaurada em decorrência da ausência de prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenção, auxílios e contribuições, ou em face da constatação de outras irregularidades de que resulte dano ao erário contém, além dos documentos indicados no item 12 acima, mais os seguintes?</p> <p>13.1. O procedimento administrativo que originou a concessão dos recursos, juntamente com a prestação de contas, quando se foi o caso?</p> <p>13.2. Comprovação de retenção, pelo Município, das parcelas vincendas, se foi o caso?</p> <p>13.3. Comprovante de bloqueio e inclusão, em cadastro próprio, do beneficiário inadimplente ou em situação irregular, com vistas ao não recebimento de novos repasses?</p> <p>13.4. Cópia dos termos de adjudicação e homologação dos processos licitatórios, dispensas ou inexigibilidade e do respectivo contrato, quando foi o caso?</p> <p>13.5. Comprovação de recebimento do objeto da avença, em conformidade com o disposto no art. 73, c/c o art. 116, da Lei (federal) nº 8.666/93?</p> <p>13.6. O parecer da Assessoria de Controle Interno contém, além das manifestações previstas no item 12.7 acima, pronunciamento sobre a observância das normas legais e regulamentares por parte do Município, referente a celebração do termo, avaliação do plano</p>			



		de trabalho, fiscalização do cumprimento do objeto e instauração tempestiva da tomada de contas especial?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.14	<p>A tomada de contas especial instaurada em decorrência de desfalque, desvio de bens, dinheiro ou valores públicos contém, além dos documentos indicados no item 12 acima, mais os seguintes:</p> <p>14.1. Comunicação formal do setor responsável pelos bens, dinheiros ou valores públicos desviados?</p> <p>14.2. Cópia da nota fiscal de aquisição do bem ou do termo de doação?</p> <p>14.3. Ficha individual do bem patrimonial ou ficha do movimento do material, contendo a descrição do bem, número patrimonial, data e valor da aquisição e sua localização?</p> <p>14.4. Cópia do contrato, convênio ou termo de cessão, se os bens eram de terceiros?</p> <p>14.5. Orçamentos com valores atuais do bem ou similar?</p> <p>14.6. Cópia do boletim de ocorrência policial, caso o fato tenha sido comunicado a autoridade policial?</p> <p>14.7. Comprovação dos registros contábeis de baixa do bem e inscrição na conta de responsabilidade?</p>			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.15	Todos os documentos exigidos na instrução do processo de tomada de contas especial, contém assinaturas e as qualificações dos responsáveis?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	8.16	<p>Após a adoção das providências necessárias à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano ou conclusão pela inexistência deste, a comissão ou o servidor tomador de contas elaborou relatório conclusivo nos termos do art. 12, da IN TC 13/2012?</p> <p>O relatório conclusivo foi encaminhado ao Diretor de Controle Interno para emissão de parecer e certificado de auditoria, ao Chefe de Poder correspondente para pronunciamento nos termos do item 12.6 e à contabilidade da Unidade Gestora de origem para registro contábil do crédito da fazenda pública?</p>			
Diretor de Controle Interno	8.17	O processo de tomada de contas especial, acompanhado de Nota da Conferência constante do Anexo V da IN TC 13/2012 foi encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento, tão logo concluída, se o valor do dano apurado foi igual ou superior à quantia para esse efeito fixada anualmente por aquele Órgão?			
Diretor de Controle Interno	8.18	<p>Houve processo de prestação de contas que não foi encaminhado ao Tribunal de Contas e autorizado o seu arquivamento por se enquadrar nas hipóteses abaixo?</p> <p>18.1. Recolhimento do débito devidamente atualizado monetariamente;</p> <p>18.2. Apresentação e aprovação da prestação de contas;</p> <p>18.3. Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal de Contas para encaminhamento de tomada de contas especial;</p> <p>18.4. Outra situação em que o débito seja descaracterizado.</p> <p>O dano apurado nesses processos foi objeto de registro contábil em nome do responsável e providências legais foram adotadas para cobrança?</p>			
Diretor de Controle Interno	8.19	Quando o somatório dos diversos débitos imputados ao mesmo responsável excedeu ao limite referido no item 18.3, estes foram consolidados num mesmo procedimento de tomada de contas especial e encaminhados ao Tribunal de Contas para julgamento?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno/ Responsável p/ Contabilidade	8.20	<p>O registro contábil do crédito da fazenda pública foi baixado quando ocorreu o recolhimento do dano corrigido pelo responsável ou quando o Tribunal comunicou que:</p> <p>20.1. Julgou a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva?</p> <p>20.2. Excluiu a responsabilidade do agente?</p> <p>20.3. Afastou o débito, ainda que o julgamento tenha sido pela irregularidade das contas do responsável?</p> <p>20.4. Considerou ilíquidáveis as contas?</p> <p>20.5. Concedeu quitação ao responsável pelo recolhimento do débito?</p>			

		<p>20.6. Deferiu o pedido de parcelamento do débito e restou comprovado o pagamento de cada parcela?</p> <p>No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela foi motivo para reinclusão do nome do responsável?</p>			
Diretor de Controle Interno	8.21	A conclusão da tomada de contas especial foi informada de imediato ao Tribunal de Contas por meio eletrônico, anexando arquivo eletrônico do relatório conclusivo da comissão da tomada de contas ou do servidor tomador, do parecer e certificado de auditoria do Diretor de Controle Interno a que se referem os itens 12.5 e 12.7 acima?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.22	<p>A atualização monetária do débito de que trata o item 12.5, alínea “d” acima, foi feita pelo mesmo índice utilizado pelo Município para cobrança dos tributos em atraso, a contar da data:</p> <p>22.1. Do recebimento, nos casos de recursos financeiros antecipados ou concedidos?</p> <p>22.2. Nos demais casos, da prática do ato impugnado ou, se desconhecida, da data do conhecimento do fato ensejador da tomada de contas especial pela Administração?</p>			
Diretor de Controle Interno	8.23	O responsável pelo dano causado ao erário foi notificado pelo Diretor de Controle Interno sobre a conclusão do processo de Tomada de Contas Especial para, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, recolher aos cofres públicos do Município o valor do débito devidamente corrigido, sem prejuízo das providências legais previstas nesta norma?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.24	Quando não houve imputação de débito em processo de tomada de contas especial, mas comprovada a prática de grave infração a norma constitucional ou legal, a juízo da comissão ou tomador de contas, ao responsável foi imposto às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores ou em regulamento próprio?			
Secretário/ Gestor/ Diretor de Controle Interno	8.25	<p>A tomada de contas especial deixou de ser instaurada quando o valor do dano, atualizado monetariamente, foi igual ou inferior ao valor adotado pela respectiva fazenda pública para dispensa do ajuizamento de ação de cobrança de dívida ativa?</p> <p>Nesses casos medidas foram adotadas para assegurar o ressarcimento do erário e para aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis?</p>			
Diretor de Controle Interno	8.26	<p>Foi dispensado o encaminhamento ao Tribunal de Contas a Tomada de Contas Especial já constituída nas hipóteses de:</p> <p>26.1. Recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente?</p> <p>26.2. Apresentação e aprovação da prestação de contas?</p> <p>26.3. Valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de tomada de contas especial (Atualmente R\$ 25.000,00)?</p> <p>26.4. Outra situação em que o débito seja descaracterizado?</p>			
Diretor de Controle Interno	8.27	Na hipótese prevista no item 26.3 acima, além da inclusão do nome do responsável no sistema de registros contábeis na condição de devedor do ente, o Diretor de Controle Interno providenciou o registro em cadastro de débitos não quitados se existente?			
Diretor de Controle Interno	8.28	Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade excedeu o valor indicado no item 26.3 acima, o Diretor de Controle Interno consolidou em um mesmo procedimento de tomada de contas especial, e encaminhou ao Tribunal?			
Diretor de Controle Interno	8.29	<p>O registro no cadastro de débitos não quitados só foi excluído quando houve recolhimento do débito com os devidos acréscimos legais no âmbito administrativo interno? ou</p> <p>Quando o Tribunal decidiu:</p> <p>29.1. Julgar a tomada de contas especial regular ou regular com ressalva?</p> <p>29.2. Excluir a responsabilidade do agente?</p> <p>29.3. Afastar o débito, ainda que julgadas irregulares as contas do responsável?</p> <p>29.4. Considerar ilíquidáveis as contas?</p>			

		<p>29.5. Dar quitação ao responsável pelo recolhimento do débito?</p> <p>29.7. Deferir parcelamento do débito e ficar comprovado o pagamento da primeira parcela?</p> <p>No caso de exclusão em razão de parcelamento de débito, o inadimplemento de qualquer parcela foi motivo para reinclusão do nome do responsável?</p>			
Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:					

## 9. PROCESSO ADMINISTRATIVO

Responsável	Nº de Ordem da Norma SCI	DESCRIÇÃO	S	N	NA
Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	9.1 9.2	No período auditado houve proposição da Controladoria Geral ao Chefe de Poder correspondente para abertura de processo administrativo destinado a apurar responsabilidade de servidor por descumprimento de norma de controle interno?			
Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	9.3	Instaurado processo administrativo, sua conclusão se deu no prazo de 180 dias?			
Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	9.4	O processo administrativo foi desenvolvido por comissão designada pelo Chefe de Poder correspondente e foi assegurado aos envolvidos o direito ao contraditório e a ampla defesa?			
Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	9.5	Os fatos apurados pela comissão foram objeto de registro claro em relatório?  A controladoria geral emitiu parecer sobre o relatório?  O Chefe de Poder correspondente tomou conhecimento dos fatos apurados com indicação das medidas adotadas e a adotar para corrigir e prevenir a ocorrência de falhas da mesma natureza?  Houve indicação de medidas punitivas aos servidores responsáveis pelo descumprimento de norma de controle interno?  Houve punição aos servidores responsáveis?			
Gestor/ Procurador/ Diretor de Controle Interno	9.6	O Chefe de Poder correspondente decidiu no prazo de 30 dias, contados do conhecimento do relatório, sobre a aplicação ou não das punições indicadas no processo?			

Relato dos achados na Auditoria Interna, de forma a caracterizar os pontos positivos, ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros:

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

**Decreto Nº 1.978, de 04 de Setembro de 2012.**

DECRETO Nº 1.978, de 04 de Setembro de 2012.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 452/2011;

Considerando a ocorrência de excesso de arrecadação no exercício vigente;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 5.497,63 (cinco mil quatrocentos e noventa e sete reais com sessenta e três centavos), relativos a recursos ordinários e vinculados, assim consignados:

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 - Manutenção Fundo Mun. De Saúde.

Elemento de Despesa 4.4.90-1.0066.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.724,53

Elemento de Despesa 3.3.90-1.0093.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.773,10

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 5.497,63

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 04 de Setembro de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

**Editais de Audiência Pública**

EDITAL DE AUDIENCIA PUBLICA

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 9º Parágrafo 4º c/c com o Artigo 63 da Lei Complementar 101/2000, FAZ SABER a todos que fará AUDIÊNCIA PÚBLICA, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2012, no dia 25 de Setembro de 2012, as 08:00 horas no Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, Santa Catarina.

Novo Horizonte - SC, em 03 de Setembro de 2012

SANTOS ZILLI

RICHARDSON BATISTI

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Fazenda

Registre-se e Publique-se

**Anexos RREO de Novo Horizonte**

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>8.749.029,00</b>	<b>8.749.029,00</b>	<b>2.092.151,82</b>	<b>23,91</b>	<b>7.821.867,12</b>	<b>89,40</b>	<b>927.161,88</b>
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>270.000,00</b>	<b>270.000,00</b>	<b>45.991,87</b>	<b>17,03</b>	<b>178.479,18</b>	<b>66,10</b>	<b>91.520,82</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>270.000,00</b>	<b>270.000,00</b>	<b>45.991,87</b>	<b>17,03</b>	<b>178.479,18</b>	<b>66,10</b>	<b>91.520,82</b>
Contribuição Previdenciária	270.000,00	270.000,00	45.991,87	17,03	178.479,18	66,10	91.520,82
Contribuição Previdenciária	270.000,00	270.000,00	45.991,87	17,03	178.479,18	66,10	91.520,82
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.138.143,69</b>	<b>23,71</b>	<b>8.000.346,30</b>	<b>88,71</b>	<b>1.018.682,70</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.138.143,69</b>	<b>23,71</b>	<b>8.000.346,30</b>	<b>88,71</b>	<b>1.018.682,70</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.138.143,69</b>	<b>23,71</b>	<b>8.000.346,30</b>	<b>88,71</b>	<b>1.018.682,70</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	812.287,28	—	—	664.994,23	—	—
Superávit Financeiro	—	812.287,28	—	—	664.994,23	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>8.729.529,00</b>	<b>2.752.716,54</b>	<b>11.482.245,54</b>	<b>1.721.557,33</b>	<b>8.195.647,54</b>	<b>2.095.489,63</b>	<b>6.912.349,23</b>	<b>60,20</b>	<b>4.569.896,31</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.300.205,00</b>	<b>1.864.082,39</b>	<b>9.164.287,39</b>	<b>1.212.099,03</b>	<b>7.124.583,63</b>	<b>1.516.664,39</b>	<b>6.125.063,25</b>	<b>66,84</b>	<b>3.039.224,14</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.582.601,00	742.475,31	4.325.076,31	644.072,68	2.853.565,72	672.110,78	2.793.889,52	64,60	1.531.186,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	-14.500,00	5.500,00	742,93	3.427,07	742,93	3.427,07	62,31	2.072,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.697.604,00	1.136.107,08	4.833.711,08	567.283,42	4.267.590,84	843.810,68	3.327.746,66	68,84	1.505.964,42
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>547.324,00</b>	<b>888.634,15</b>	<b>1.435.958,15</b>	<b>509.458,30</b>	<b>1.071.063,91</b>	<b>578.825,24</b>	<b>787.285,98</b>	<b>54,83</b>	<b>648.672,17</b>
INVESTIMENTOS	512.324,00	900.134,15	1.412.458,15	505.617,40	1.055.700,31	574.984,34	771.922,38	54,65	640.535,77
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	35.000,00	-11.500,00	23.500,00	3.840,90	15.363,60	3.840,90	15.363,60	65,38	8.136,40
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	877.000,00	0,00	877.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	877.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>289.500,00</b>	<b>5.100,00</b>	<b>294.600,00</b>	<b>45.991,87</b>	<b>178.479,18</b>	<b>45.991,87</b>	<b>178.479,18</b>	<b>60,58</b>	<b>116.120,82</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	289.500,00	5.100,00	294.600,00	45.991,87	178.479,18	45.991,87	178.479,18	60,58	116.120,82
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.757.816,54</b>	<b>11.776.845,54</b>	<b>1.767.549,20</b>	<b>8.374.126,72</b>	<b>2.141.481,50</b>	<b>7.090.828,41</b>	<b>60,21</b>	<b>4.686.017,13</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.757.816,54</b>	<b>11.776.845,54</b>	<b>1.767.549,20</b>	<b>8.374.126,72</b>	<b>2.141.481,50</b>	<b>7.090.828,41</b>	<b>60,21</b>	<b>4.686.017,13</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	909.517,89	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>2.757.816,54</b>	<b>11.776.845,54</b>	<b>1.767.549,20</b>	<b>8.374.126,72</b>	<b>2.141.481,50</b>	<b>8.000.346,30</b>	<b>60,21</b>	<b>4.686.017,13</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.343.033,18

FONTE:

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

---

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

---

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

---

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	8.729.529,00	11.482.245,54	1.721.557,33	8.195.647,54	2.095.489,63	6.912.349,23	97,48	60,20	4.569.896,31
Habitação	46.002,00	47.494,35	0,00	11.501,33	0,00	11.501,33	0,16	24,22	35.993,02
Habitação Rural	46.002,00	47.494,35	0,00	11.501,33	0,00	11.501,33	0,16	24,22	35.993,02
Agricultura	1.040.006,00	1.408.394,92	170.335,76	1.129.981,46	252.906,53	990.447,73	13,97	70,32	417.947,19
Recursos Hídricos	25.000,00	41.400,00	0,00	17.955,30	0,00	17.955,30	0,25	43,37	23.444,70
Promoção da Produção Vegetal	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Promoção da Produção Animal	55.000,00	55.000,00	1.487,81	49.933,81	2.719,81	48.609,81	0,69	88,38	6.390,19
Extensão Rural	936.005,00	1.287.993,92	168.847,95	1.062.092,35	250.186,72	923.882,62	13,03	71,73	364.111,30
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Energia Elétrica	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Indústria	45.001,00	120.397,00	1.649,00	100.889,91	0,00	1.690,00	0,02	1,40	118.707,00
Promoção Industrial	45.001,00	120.397,00	1.649,00	100.889,91	0,00	1.690,00	0,02	1,40	118.707,00
Transporte	880.000,00	1.656.558,91	522.493,84	1.493.247,14	590.550,20	1.348.111,77	19,01	81,38	308.447,14
Transporte Rodoviário	880.000,00	1.656.558,91	522.493,84	1.493.247,14	590.550,20	1.348.111,77	19,01	81,38	308.447,14
Desporto e Lazer	161.503,00	181.503,00	28.415,31	151.086,51	32.993,58	131.392,02	1,85	72,39	50.110,98
Desporto Comunitário	161.503,00	181.503,00	28.415,31	151.086,51	32.993,58	131.392,02	1,85	72,39	50.110,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	289.500,00	294.600,00	45.991,87	178.479,18	45.991,87	178.479,18	2,52	60,58	116.120,82
Legislativa	3.000,00	3.600,00	564,46	2.130,01	564,46	2.130,01	0,03	59,17	1.469,99
Ação Legislativa	3.000,00	3.600,00	564,46	2.130,01	564,46	2.130,01	0,03	59,17	1.469,99
Administração	45.000,00	37.500,00	5.957,65	23.357,49	5.957,65	23.357,49	0,33	62,29	14.142,51
Administração Geral	45.000,00	37.500,00	5.957,65	23.357,49	5.957,65	23.357,49	0,33	62,29	14.142,51
Assistência Social	6.000,00	6.000,00	1.110,86	4.361,16	1.110,86	4.361,16	0,06	72,69	1.638,84
Assistência Comunitária	6.000,00	6.000,00	1.110,86	4.361,16	1.110,86	4.361,16	0,06	72,69	1.638,84
Saúde	75.000,00	75.000,00	12.663,42	49.616,23	12.663,42	49.616,23	0,70	66,15	25.383,77
Atenção Básica	75.000,00	75.000,00	12.663,42	49.616,23	12.663,42	49.616,23	0,70	66,15	25.383,77
Educação	93.000,00	93.000,00	12.630,60	48.534,54	12.630,60	48.534,54	0,68	52,19	44.465,46
Ensino Fundamental	86.000,00	86.000,00	12.217,50	47.914,89	12.217,50	47.914,89	0,68	55,71	38.085,11
Educação Infantil	7.000,00	7.000,00	413,10	619,65	413,10	619,65	0,01	8,85	6.380,35

Continua 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	289.500,00	294.600,00	45.991,87	178.479,18	45.991,87	178.479,18	2,52	60,58	116.120,82
Agricultura	41.000,00	41.000,00	7.081,72	26.330,08	7.081,72	26.330,08	0,37	64,22	14.669,92
Extensão Rural	41.000,00	41.000,00	7.081,72	26.330,08	7.081,72	26.330,08	0,37	64,22	14.669,92
Transporte	22.000,00	34.000,00	5.115,64	20.743,85	5.115,64	20.743,85	0,29	61,01	13.256,15
Transporte Rodoviário	22.000,00	34.000,00	5.115,64	20.743,85	5.115,64	20.743,85	0,29	61,01	13.256,15
Desporto e Lazer	4.500,00	4.500,00	867,52	3.405,82	867,52	3.405,82	0,05	75,68	1.094,18
Desporto Comunitário	4.500,00	4.500,00	867,52	3.405,82	867,52	3.405,82	0,05	75,68	1.094,18
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>11.776.845,54</b>	<b>1.767.549,20</b>	<b>8.374.126,72</b>	<b>2.141.481,50</b>	<b>7.090.828,41</b>	<b>100,00</b>	<b>60,21</b>	<b>4.686.017,13</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	747.147,33	941.849,70	1.013.491,64	1.170.399,67	931.807,45	1.046.580,81	879.732,58	1.219.281,44	1.076.492,89	855.121,53	1.007.463,82	939.564,03	11.828.932,89	10.254.004,00
RECEITA TRIBUTARIA	21.515,77	15.272,68	33.907,66	25.401,47	16.114,27	20.204,07	20.085,26	33.081,61	24.597,54	17.757,26	72.155,77	18.656,93	318.750,29	278.000,00
I.P.T.U.	58,29	649,60	718,54	1.251,88	0,00	0,00	0,00	13.126,98	4.597,63	215,72	2.150,13	1.421,77	24.190,54	24.000,00
I.R.R.F	9.639,37	9.405,41	17.240,11	10.724,90	12.604,08	9.618,46	10.354,17	10.262,05	10.608,27	10.232,50	10.261,22	10.539,76	131.490,30	115.000,00
I.S.S.	2.425,75	1.964,52	7.049,02	11.347,13	2.699,08	1.308,52	4.659,08	1.776,62	3.099,23	1.751,09	3.609,69	2.053,29	43.743,02	50.000,00
I.T.B.I.	3.380,43	1.234,20	6.326,84	1.246,40	802,31	0,00	1.684,00	3.115,50	3.978,75	4.561,14	53.844,94	3.364,15	83.538,66	45.000,00
Outras Receitas Tributárias	6.011,93	2.018,95	2.573,15	831,16	8,80	9.277,09	3.388,01	4.800,46	2.313,66	996,81	2.289,79	1.277,96	35.787,77	44.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.604,66	16.644,91	31.725,71	16.738,51	16.755,34	16.804,98	16.481,97	19.437,13	18.091,11	13.778,94	22.901,04	18.392,33	224.356,63	214.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	33.354,07	109.461,38	136.913,12	33.378,96	108.646,23	152.109,06	127.233,96	302.875,45	135.198,44	5.358,14	177.836,74	143.934,94	1.466.300,49	631.001,00
RECEITA AGROPECUARIA	150,00	360,00	210,00	1.080,00	120,00	300,00	450,00	360,00	180,00	300,00	90,00	180,00	3.780,00	4.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	38,00	38,00	42,00	17,00	38,00	21,00	38,00	21,00	38,00	21,00	38,00	38,00	388,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.297,64	14.767,39	15.436,21	16.034,11	1.228,53	7.491,84	4.185,70	7.306,72	7.300,72	4.449,88	3.762,00	4.608,25	88.868,99	124.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	671.486,59	783.581,19	789.847,27	1.076.032,43	785.653,11	845.734,14	709.761,35	854.331,25	888.906,30	812.658,93	723.005,78	752.389,98	9.693.388,32	8.952.003,00
Cota-Parte do F.P.M.	293.620,37	385.943,24	407.763,82	685.720,81	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	5.119.725,04	4.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	242.752,83	245.397,92	250.251,31	254.296,59	245.633,12	214.013,35	231.663,34	242.613,13	217.972,58	225.284,69	220.315,80	220.532,58	2.810.727,24	2.700.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	13.545,12	15.135,73	4.034,37	3.490,29	9.683,95	8.666,96	11.306,21	9.945,62	17.024,48	12.624,88	19.668,85	15.764,41	140.890,87	115.000,00
Cota-Parte do ITR.	2.433,25	3.377,52	0,00	63,62	158,58	55,75	18,39	0,00	0,00	0,00	12,82	42,70	6.162,63	6.000,00
Outras Transferências Correntes	58.459,39	68.706,14	63.407,91	65.299,56	38.506,60	42.860,23	51.622,26	91.088,25	91.541,82	87.178,15	107.826,38	105.609,97	872.106,66	602.003,00
Transferências da LC 61/1989	3.906,19	5.518,11	5.175,44	5.854,46	1.959,38	4.093,27	3.645,04	3.866,41	4.376,22	3.909,54	3.645,79	4.029,76	49.979,61	60.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.215,62	1.215,62	1.214,97	1.214,97	1.214,97	1.214,97	1.214,97	1.214,97	14.765,50	19.000,00
Transferências do FUNDEB	55.508,33	58.241,42	57.953,31	60.045,99	57.510,11	53.486,22	56.216,16	59.352,27	57.676,52	56.540,49	52.268,65	54.231,30	679.030,77	750.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.700,60	1.724,15	5.409,67	1.717,19	3.251,97	3.915,72	1.496,34	1.868,28	2.180,78	797,38	7.674,49	1.363,60	33.100,17	49.000,00
DEDUÇÕES (II)	126.664,91	146.488,65	163.986,62	162.952,66	153.225,89	165.251,03	136.866,35	157.309,97	164.475,86	146.088,84	134.089,69	135.360,28	1.792.760,75	1.717.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	15.161,32	15.162,12	30.301,70	15.241,20	15.298,83	15.373,67	16.481,97	16.532,02	16.538,45	12.300,99	21.507,73	16.850,76	206.750,76	196.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	111.503,59	131.326,53	133.684,92	147.711,46	137.927,06	149.877,36	120.384,38	140.777,95	147.937,41	133.787,85	112.581,96	118.509,52	1.586.009,99	1.520.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	620.482,42	795.361,05	849.505,02	1.007.447,01	778.581,56	881.329,78	742.866,23	1.061.971,47	912.017,03	709.032,69	873.374,13	804.203,75	10.036.172,14	8.537.004,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/4

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.067.000,00</b>	<b>1.067.000,00</b>	<b>403.724,59</b>	<b>1.446.019,38</b>	<b>897.467,80</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	190.000,00	212.000,00	25.461,81	102.986,20	88.431,66
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	23.848,07
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	23.848,07
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	190.000,00	212.000,00	25.461,81	102.986,20	64.583,59
Pessoal Civil	0,00	0,00	15.822,53	70.412,09	64.583,59
Aposentadorias	0,00	0,00	10.390,40	43.409,41	37.741,72
Pensões	0,00	0,00	3.752,12	15.668,57	13.896,72
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.680,01	11.334,11	12.945,15
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	190.000,00	212.000,00	9.639,28	32.574,11	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Demais Despesas Previdenciárias	190.000,00	212.000,00	9.639,28	32.574,11	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>190.000,00</b>	<b>212.000,00</b>	<b>25.461,81</b>	<b>102.986,20</b>	<b>88.431,66</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>877.000,00</b>	<b>855.000,00</b>	<b>378.262,78</b>	<b>1.343.033,18</b>	<b>809.036,14</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			607.000,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	8.075.569,80	8.245.642,73	6.514.699,56
FONTE:			

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 4/4

FONTE:

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

---

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

---

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

---

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Jun 2012 (B)	Em 31 Ago 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	59.534,25	48.011,55	414.170,65
DEDUÇÕES (II)	1.066.962,04	581.905,82	143.389,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.154.509,16	805.715,10	500.826,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	-88,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	87.547,12	223.721,28	357.436,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.007.427,79	-533.894,27	270.780,98
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.007.427,79</b>	<b>-533.894,27</b>	<b>270.780,98</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>			
		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>		<b>804.675,25</b>	<b>1.278.208,77</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>63.832,34</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Jun 2012 (B)	Em 31 Ago 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	6.902.609,55	7.867.379,95	8.245.642,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.902.609,55	7.867.379,95	8.245.642,73
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-6.902.609,55	-7.867.379,95	-8.245.642,73
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-6.902.609,55</b>	<b>-7.867.379,95</b>	<b>-8.245.642,73</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.390.003,00</b>	<b>1.442.219,06</b>	<b>5.927.797,28</b>	<b>5.426.255,87</b>
Receita Tributária	278.000,00	90.812,70	222.652,71	150.595,36
I.P.T.U.	24.000,00	3.571,90	21.512,23	16.435,04
I.S.S.	52.000,00	5.662,98	20.956,60	23.651,07
I.T.B.I.	45.000,00	57.209,09	71.350,79	25.418,02
I.R.R.F.	145.000,00	20.800,98	84.480,51	62.910,93
Outras Receitas Tributárias	145.000,00	3.567,75	24.352,58	22.180,30
Receita de Contribuição	484.000,00	87.285,24	321.122,02	281.960,17
Receitas Previdenciárias	467.000,00	84.350,36	309.363,60	270.827,26
Outras Contribuições	17.000,00	2.934,88	11.758,42	11.132,91
Receita Patrimonial Líquida	2.000,00	0,00	0,00	1.242,50
Receita Patrimonial	631.001,00	321.771,68	1.153.192,96	658.544,90
(-) Aplicações Financeiras	631.001,00	321.771,68	1.153.192,96	657.302,40
Transferências Correntes	7.447.003,00	1.246.366,78	5.318.907,35	4.932.452,47
F.P.M.	3.760.000,00	535.213,49	2.677.341,68	2.575.421,38
I.C.M.S.	2.160.000,00	352.678,89	1.454.423,58	1.403.857,43
Convênios	2.160.000,00	93.846,38	211.744,84	86.225,00
Outras Transferências Correntes	1.527.003,00	264.628,02	975.397,25	866.948,66
Demais Receitas Correntes	179.000,00	17.754,34	65.115,20	60.005,37
Dívida Ativa	36.000,00	6.034,51	15.607,18	14.366,42
Diversas Receitas Correntes	143.000,00	11.719,83	49.508,02	45.638,95
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>374.152,95</b>	<b>919.356,06</b>	<b>163.950,00</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	370.000,00	370.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	80.200,00	17.700,00
Transferências de Capital	18,00	4.152,95	469.156,06	146.250,00
Convênios	18,00	4.152,95	469.156,06	146.250,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>4.152,95</b>	<b>469.156,06</b>	<b>146.250,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>8.390.021,00</b>	<b>1.446.372,01</b>	<b>6.396.953,34</b>	<b>5.572.505,87</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>9.458.887,39</b>	<b>1.562.656,26</b>	<b>6.303.542,43</b>	<b>4.662.788,64</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.619.676,31	718.102,65	2.972.368,70	2.162.718,88
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.500,00	742,93	3.427,07	5.052,58
Outras Despesas Correntes	4.833.710,08	843.810,68	3.327.746,66	2.495.017,18
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>9.453.387,39</b>	<b>1.561.913,33</b>	<b>6.300.115,36</b>	<b>4.657.736,06</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.435.958,15</b>	<b>578.825,24</b>	<b>787.285,98</b>	<b>238.662,96</b>
Investimentos	1.412.458,15	574.984,34	771.922,38	219.977,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	23.500,00	3.840,90	15.363,60	18.685,02
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.412.458,15</b>	<b>574.984,34</b>	<b>771.922,38</b>	<b>219.977,94</b>



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>882.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>11.747.845,54</b>	<b>2.136.897,67</b>	<b>7.072.037,74</b>	<b>4.877.714,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.357.824,54</b>	<b>-690.525,66</b>	<b>-675.084,40</b>	<b>694.791,87</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	664.994,23	0,00
Superávit Financeiro	-	-	664.994,23	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

## DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-554.508,00</b>
--	--------------------

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	87.547,12	87.547,12	-	-	50.897,67	455.468,63	497.646,78	440.474,61	7.219,52	58.672,17
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	87.547,12	87.547,12	0,00	0,00	50.897,67	455.468,63	497.646,78	440.474,61	7.219,52	58.672,17
SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE	0,00	86.002,14	86.002,14	0,00	0,00	50.897,67	260.982,76	304.660,91	304.660,91	7.219,52	-0,00
SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	1.544,98	1.544,98	0,00	0,00	0,00	87.205,99	87.205,99	87.205,99	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.279,88	105.779,88	48.607,71	0,00	58.672,17
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>87.547,12</b>	<b>87.547,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.897,67</b>	<b>455.468,63</b>	<b>497.646,78</b>	<b>440.474,61</b>	<b>7.219,52</b>	<b>58.672,17</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

SANTOS ZILLI  
 PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
 SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
 CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
 TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	450.000,00	534.654,60	81.175,48	359.667,30	67,27
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	450.000,00	534.654,60	81.175,48	359.667,30	67,27
14- OUTRAS DESPESAS	304.000,00	234.000,00	48.615,65	118.003,65	50,43
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	304.000,00	234.000,00	48.615,65	118.003,65	50,43
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	754.000,00	768.654,60	129.791,13	477.670,95	62,14
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					80,18
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	1.959.500,00	1.959.500,00	311.431,76	1.377.658,20	70,31
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	56.000,00	56.000,00	3.167,14	39.557,17	70,64
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	56.000,00	56.000,00	3.167,14	39.557,17	70,64
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.514.000,00	1.678.654,60	268.755,59	1.142.336,02	68,05
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	754.000,00	768.654,60	129.791,13	477.670,95	62,14
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	760.000,00	910.000,00	138.964,46	664.665,07	73,04
25- ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.570.000,00	1.734.654,60	271.922,73	1.181.893,19	68,13
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-614.501,77
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.317,63
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					14.654,60
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-598.529,54
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.780.422,73
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					32,31

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	70.000,00	75.419,24	17.317,79	50.232,47	66,60
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	100.004,00	513.860,13	105.700,55	272.261,52	52,98
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	170.004,00	589.279,37	123.018,34	322.493,99	54,73
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.740.004,00	2.323.933,97	394.941,07	1.504.387,18	64,73
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	6.569,23	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	447.281,72	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	451.383,54	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.317,63	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	3.785,04	0,00

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 14.654,60, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2,00	370.000,00		-369.998,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.435.958,15	787.285,98	0,00	648.672,17
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.435.958,15	787.285,98	0,00	648.672,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.435.956,15	-417.285,98		-1.018.670,17

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5,00	80.200,00	-80.195,00
Alienação de Bens Imóveis	1,00	0,00	1,00
Alienação de Bens Móveis	4,00	80.200,00	-80.196,00
<b>TOTAL</b>	5,00	80.200,00	-80.195,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	71.088,92	11.342,10	0,00	59.746,82
Investimentos	71.088,92	11.342,10	0,00	59.746,82
<b>TOTAL</b>	71.088,92	11.342,10	0,00	59.746,82

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	11.088,92	68.857,90	79.946,82

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	7.838.000,00	7.838.000,00	5.510.632,81	70,31
Impostos	234.000,00	234.000,00	198.300,13	84,74
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	24.000,00	24.000,00	21.512,23	89,63
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	45.000,00	45.000,00	71.350,79	158,56
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	50.000,00	50.000,00	20.956,60	41,91
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	115.000,00	115.000,00	84.480,51	73,46
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	3.407,22	85,18
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	3.407,22	85,18
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	7.600.000,00	7.600.000,00	5.308.925,46	69,85
Da União	4.725.000,00	4.725.000,00	3.356.686,10	71,04
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.700.000,00	4.700.000,00	3.346.676,80	71,21
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.000,00	6.000,00	288,24	4,80
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	19.000,00	19.000,00	9.721,06	51,16
Do Estado	2.875.000,00	2.875.000,00	1.952.239,36	67,90
Cota-Parte do ICMS	2.700.000,00	2.700.000,00	1.818.028,59	67,33
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	60.000,00	60.000,00	29.525,41	49,21
Cota-Parte do IPVA	115.000,00	115.000,00	104.685,36	91,03
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.701.029,00	2.701.029,00	3.551.496,98	131,49
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.520.000,00	-1.520.000,00	-1.061.783,49	69,85
<b>TOTAL</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>9.019.029,00</b>	<b>8.000.346,30</b>	<b>88,71</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.770.500,00	1.881.348,51	1.164.709,93	61,91
Pessoal e Encargos Sociais	944.000,00	963.904,69	656.581,08	68,12
Outras Despesas Correntes	826.500,00	917.443,82	508.128,85	55,39
DESPESAS DE CAPITAL	43.503,00	148.596,17	24.352,06	16,39
Investimentos	43.503,00	148.596,17	24.352,06	16,39

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	43.503,00	148.596,17	24.352,06	16,39
Investimentos	43.503,00	148.596,17	24.352,06	16,39
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>1.814.003,00</b>	<b>2.029.944,68</b>	<b>1.189.061,99</b>	<b>58,58</b>
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.814.003,00	2.029.944,68	1.189.061,99	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	314.003,00	477.709,82	191.996,52	16,15
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	286.000,00	420.233,93	156.960,71	13,20
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	28.003,00	57.475,89	35.035,81	2,95
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.552.234,86</b>	<b>997.065,47</b>	<b>83,85</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;² [(V - VI) / I]</b>	<b>18,09</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.814.003,00	2.029.944,68	1.189.061,99	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.814.003,00</b>	<b>2.029.944,68</b>	<b>1.189.061,99</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RICHARDSON BATISTI  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	9.019.029,00
Previsão Atualizada			—	9.019.029,00
Receitas Realizadas			2.138.143,69	8.000.346,30
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	664.994,23
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	9.019.029,00
Créditos Adicionais			—	2.757.816,54
Dotação Atualizada			—	11.776.845,54
Despesas Empenhadas			1.767.549,20	8.374.126,72
Despesas Liquidadas			2.141.481,50	7.090.828,41
Superavit Orçamentário			—	909.517,89
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.767.549,20	8.374.126,72
Despesas Liquidadas			2.141.481,50	7.090.828,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				10.036.172,14
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			403.724,59	1.446.019,38
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			25.461,81	102.986,20
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			378.262,78	1.343.033,18
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		63.832,34	1.278.208,77	2.002,45
Resultado Primário		-554.508,00	-675.084,40	121,74
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	87.547,12	0,00	87.547,12	0,00
EXECUTIVO	87.547,12	0,00	87.547,12	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	506.366,30	7.219,52	440.474,61	58.672,17
EXECUTIVO	506.366,30	7.219,52	440.474,61	58.672,17
TOTAL:	593.913,42	7.219,52	528.021,73	58.672,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.780.422,73	25%	32,31
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		359.667,30	60%	80,18
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			370.000,00	-369.998,00
Despesa de Capital Líquida			787.285,98	648.672,17
			</	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	80.200,00	-80.195,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	11.342,10	59.746,82

  

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	997.065,47	15,00	18,09

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/08/2012

\_\_\_\_\_  
 SANTOS ZILLI  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 RICHARDSON BATISTI  
 SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
 DIANA A. SANAGIOTTO  
 CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
 VALDEMAR P. GOBI  
 TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

# Palhoça

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº137/2012

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º137/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa L.MOHR LTDA ME. OBJETO: aquisição de livros para Secretaria de Educação e Cultura. VALOR: R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais).

DATA: 13/08/2012.

### Extrato de Contrato Nº138/2012

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º138/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA EPP. OBJETO: aquisição de lousas interativas com instalação, notebooks, computadores e projetores multimídias para Secretaria de Educação e Cultura. VALOR: R\$ 79.775,00 (setenta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais).

DATA: 13/08/2012.

### Extrato de Contrato Nº139/2012

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º139/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAWICON - CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: reforma do prédio da Autarquia Águas de Palhoça. VALOR: R\$ 56.813,10 (cinquenta e seis mil oitocentos e treze reais e dez centavos).

DATA: 16/08/2012.

### Extrato de Contrato Nº140/2012

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º140/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAWICON - CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: reforma do prédio da Autarquia Águas de Palhoça. VALOR: R\$ 56.813,10 (cinquenta e seis mil oitocentos e treze reais e dez centavos).

DATA: 18/08/2012.

### Extrato de Contrato Nº143/2012

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º143/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RUDIGER AUTOMÓVEIS LTDA. OBJETO: a aquisição de veículo para utilização do setor de Recursos Humanos. VALOR: R\$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais).

DATA: 20/08/2012.

### Extrato de Contrato Nº145/2012

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º145/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VIAN EMPREITEIRA LTDA. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento e execução de drenagem e pavimentação à lajotas da Rua Mariano da Silva, Rua B e Servidão Valmor João da Silva no Bairro Bela Vista e Rua João José dos Quadros no Bairro Guarda do Cubatão. VALOR: R\$ 302.529,69 (trezentos e dois mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos).

DATA: 20/08/2012.

### Extrato de Contrato Nº146/2012

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º146/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BEE2B INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos de informática. VALOR: R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais).

DATA: 22/08/2012.

### Extrato de Contrato Nº147/2012

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º147/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos de informática. VALOR: R\$ 11.880,00 (onze mil, oitocentos e oitenta reais).

DATA: 22/08/2012.

### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º026/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º026/2012 – Pregão Presencial n.º013/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DPASCOAL COMERCIAL AUTOMOTIVA. OBJETO: Aquisição de pneus para a frota da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 01/03/2012 a 01/03/2013.

Item	Qtde	Un	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	80	UN	Pneu para veículo Fiat uno mille, dimensão 165/70 R13, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.	GOODYER K METF	R\$ 111,78	R\$ 8.942,40
11	26	UN	Pneu para veículo Logan, dimensão 185/65/R15, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.	GOODYER GPS3 S	R\$ 209,91	R\$ 5.457,66
12	84	PCT	Pneu para veículo máster, boxer, ducato e ford transit, dimensão 205/75/R16, construção radial, reforçado, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.	GOODYER G 32 C	R\$ 371,86	R\$ 31.236,24
13	8	PCT	Pneu para veículo boxer, dimensão 205/75/R15, construção radial, reforçado, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.	GOODYER WRRT	R\$ 399,94	R\$ 3.199,52
14	16	UN	Pneu para veículo siena fire flex, dimensão 175/65/R14, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.	GOODYER GPS3	R\$ 172,74	R\$ 2.763,84

15	8	UN	Pneu para veículo siena HLX, dimensão 185/60/R15, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.	GOODYER EANCT	R\$ 222,96	R\$ 1.783,68
----	---	----	---	---------------	------------	--------------

Valor Total: R\$ 53.383,34

## CÂMARA MUNICIPAL

### Despacho de Desição

A empresa PROGUAARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., requer formalmente a rescisão do contrato de prestação de serviços de vigilância armada nº 14/2012, originário do certame realizado na modalidade Tomada de Preço nº007/2012, alegando, em síntese, o encerramento de suas atividades no Estado de Santa Catarina. Ampara seu pedido na alínea "b" da cláusula décima do referido instrumento, verbis: CLÁUSULA DÉCIMA - Da Inexecução e da Rescisão do Contrato: Partindo dessa premissa, importante analisar o procedimento licitatório que deu origem ao referido contrato, Extraí-se do certame já encerrado que a empresa requerente, dentre três participantes, foi a única habilitada para a execução dos serviços, via de consequência, houve somente uma proposta comercial, a qual preencheu os requisitos previamente estabelecidos no edital convocatório, razão pela qual foi esta aclamada vencedora do certame. Assim, frente a fragilidade das razões esposadas pela empresa requerente e não sendo conveniente a rescisão contratual para a CONTRATANTE, no caso a Câmara Municipal de Palhoça, posto que redundaria na falta imediata da prestação desses serviços, o qual se revela necessário e indispensável a segurança do patrimônio público e dos bens e documentos por este guardado, razão propulsora da deflagração do certame, REJEITO o pedido de rescisão contratual.

**Palmitos**

## PREFEITURA

### Processo 99/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº099/12 Modalidade: Tomada de Preço nº020/12.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PALMITOS. Entrega do Envelopes: 24/09/2012, até as 09:30 horas. Abertura do Envelopes: 24/09/2012 as 10:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Palmitos 05 de Setembro de 2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 017/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 017 DE 30 DE AGOSTO DE 2012.

“ALTERA O ARTIGO 19 E INCLUI O ARTIGO 45, NA LEI Nº 451, DE 08 DE OUTUBRO DE 2003, QUE TRATA SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º - O Artigo 19, da Lei nº 451, de 08 de outubro de 2003 que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos das Crianças e Adolescentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 - Somente poderão concorrer ao pleito de escolha, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I- Reconhecida idoneidade moral;

II- Idade superior a vinte e um anos;

III- Residir no Município de Passo de Torres a mais de dois anos;

IV- Estar no gozo dos Direitos Políticos, Cíveis e Criminais;

V- Ensino Médio ou equivalente concluído, em entidade devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC;

VI- Comprovar conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação “coaduna”, através de prova escrita;

VII- Carteira nacional de Habilitação, emitida pelo DETRAN, permitindo conduzir veículos a partir da Categoria B.

Parágrafo Único - O Ministério Público orientará e fiscalizará o procedimento referente ao Inciso VI.

Art. 2º - Inclui o Artigo 45, na Lei nº 451, de 08 de Outubro de 2003 que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos das Crianças e Adolescentes, com a seguinte redação:

“Art. 45 - Os veículos do Conselho Tutelar poderão ser conduzidos para o cumprimento de suas funções operacionais e administrativas, por:

I - Conselheiros Tutelares devidamente empossados no cargo;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

II - Motoristas Oficiais e Agentes legalmente autorizados a conduzir veículos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

III - Policiais.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 30 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 30 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Lei Nº 833/2012

LEI Nº 833, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ASSOCIAÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Pelos relevantes serviços que presta à comunidade Pas-sosorense, fica declarada de utilidade pública a “Associação de Moradores da Passárgada”.

Parágrafo Único - A Associação a que menciona o caput deste artigo, encontra-se com Estatuto registrado sob o nº 383 - livro A-02 do Cartório Clezar de registro de títulos e documentos localizado na Cidade de Sombrio - SC, bem como com cadastro no CNPJ sob o nº 02.393.208/0001-43.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente lei, corre as custas do Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, SC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 23 de agosto de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 23 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Lei Nº 834/2012

LEI Nº 834, DE 23 AGOSTO DE 2012.

“AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta da transposição de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 170.176,75 (cento e setenta mil, cento e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 2.010 Manutenção do Ensino Básico

Modalidade: 3.1.90.00.0100 (28) - Aplicações Diretas R\$ 170.176,75

TOTAL R\$ 170.176,75

Art. 2º - Os créditos de que tratam o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 2.017 Manutenção do Departamento de Educação

Modalidade: 3.1.90.00.0100 (48) - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00

Modalidade: 3.3.90.00.0100 (49) - Aplicações Diretas R\$ 68.176,75  
TOTAL R\$ 170.176,75

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 23 de agosto de 2012.  
JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 23 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Lei Nº 835/2012

LEI N.º 835 DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO PRESENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 43.200,00 (Quarenta e três mil e duzentos reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Projeto: 1.052: PAVIM. E DRENAGEM PLUVIAL DE RUAS E AVENIDAS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 43.200,00  
TOTAL R\$ 43.200,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos de alienação de bens móveis (089) do presente exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se o disposto no Parágrafo Único do Art. 3º da Lei 829 de 28 de junho de 2012.

Passo de Torres, em 23 de agosto de 2012.  
JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 23 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Lei Nº 836/2012

LEI N.º 836 DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Projeto: 1.052: PAVIM. E DRENAGEM PLUVIAL DE RUAS E AVENIDAS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito  
Projeto: 1.005: CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA  
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 (02) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Projeto: 1.051: AQUIS. DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIP.  
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 (115) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se o disposto no Parágrafo Único do Art. 3º da Lei 829 de 28 de junho de 2012.

Passo de Torres, em 23 de agosto de 2012.  
JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 23 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Lei Nº 837/2012

LEI N.º 837 DE 30 DE AGOSTO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj/Atividade: 2.030 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA  
3.1.90.00.00.00.00.00.00.02.0100.0 (11) - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00  
TOTAL R\$ 130.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj/Atividade: 2.030: MANUTENÇÃO DOS PSF/PACS  
3.1.71.00.00.00.00.00.00.02.0100.0 (08) - Transferência a Consórcios Públicos - Pessoal  
R\$ 130.000,00  
TOTAL R\$ 130.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 30 de agosto de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 30 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Lei Nº 838/2012

LEI Nº 838 DE 30 DE AGOSTO DE 2012.

"ALTERA O ART. 1º E 5º DA LEI 733 DE 13 DE ABRIL DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - O Art. 1º e 5º da Lei Municipal 733 de 13 de abril de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída a Comissão Permanente de Licitações do Município de Passo de Torres - SC cujos membros serão investidos mediante decreto do prefeito municipal, sendo composta por até 5 (cinco) servidores, sendo que a maioria deles devem ser ocupantes de cargos efetivos ou estáveis, pertencentes ao quadro permanente da Prefeitura Municipal.

Art. 2º -

Art. 3º -

Art. 4º -

Art. 5º - A Câmara Municipal de Vereadores nomeará sua própria comissão de licitação por ato próprio, respeitado o número de componentes mencionados no Art. 1º."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 30 de agosto de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 30 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Decreto Nº 252/2012

DECRETO Nº 252 DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (35) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (39) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (28) - Aplicações Diretas R\$

50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 08 de agosto de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08 de agosto de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Decreto Nº 253/2012

DECRETO N.º 253, DE 23 AGOSTO DE 2012.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 834/2012.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta da transposição de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 170.176,75 (cento e setenta mil, cento e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 2.010 Manutenção do Ensino Básico

Modalidade: 3.1.90.00.0100 (28) - Aplicações Diretas R\$ 170.176,75

TOTAL R\$ 170.176,75

Art. 2º - Os créditos de que tratam o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 2.017 Manutenção do Departamento de Educação

Modalidade: 3.1.90.00.0100 (48) - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00

Modalidade: 3.3.90.00.0100 (49) - Aplicações Diretas R\$ 68.176,75

TOTAL R\$ 170.176,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 23 de agosto de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 23 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº 254/2012**

DECRETO N.º 254 DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO PRESENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 8352012.

Art. 1º - Fica aberto Crédito Especial ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 43.200,00 (Quarenta e três mil e duzentos reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Projeto: 1.052: PAVIM. E DRENAGEM PLUVIAL DE RUAS E AVENIDAS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 43.200,00  
TOTAL R\$ 43.200,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos de alienação de bens móveis (089) do presente exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se o disposto no Parágrafo Único do Art. 3º da Lei 829 de 28 de junho de 2012.

Passo de Torres, em 23 de agosto de 2012.  
JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 23 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº 255/2012**

DECRETO N.º 255 DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 8362012.

Art. 1º - Fica aberto Crédito Especial ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Projeto: 1.052: PAVIM. E DRENAGEM PLUVIAL DE RUAS E AVENIDAS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:  
Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Projeto: 1.005: CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA  
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 (02) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Projeto: 1.051: AQUIS. DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIP.  
4.4.90.00.00.00.00.00.0089 (115) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se o disposto no Parágrafo Único do Art. 3º da Lei 829 de 28 de junho de 2012.

Passo de Torres, em 23 de agosto de 2012.  
JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 23 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº 256/2012**

DECRETO Nº. 256, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

“NOMEIA MARIA MADALENA DA SILVA BITTENCOURT PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Maria Madalena da Silva Bittencourt para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.  
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Decreto Nº 257/2012**

DECRETO Nº. 257, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

“NOMEIA ELIZABETE TEIXEIRA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada, Elizabete Teixeira da Silva para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Decreto Nº 258/2012**

DECRETO Nº. 258, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA ANA PAULA ROSA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada, Ana Paula Rosa para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Decreto Nº 259/2012**

DECRETO Nº. 259, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA MARCIA REGINA SILVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada, Marcia Regina Silveira para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais),

do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Decreto Nº 260/2012**

DECRETO Nº. 260, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA AMAURETE JOAQUIM KEJELLIM PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA- SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada, Amaurete Joaquim Kegellim para exercer o cargo de Professora Pedagogia - Séries Iniciais (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Decreto Nº 261/2012**

DECRETO Nº. 261, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA JOSÉ MARCELO SCHEFFER DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeado, José Marcelo Scheffer de Souza para exercer o cargo de Professora de Educação Física (40 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **Decreto Nº 262/2012**

DECRETO Nº. 262, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA CAROLINI BROCCA MARGUTTI PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Carolini Brocca Margutti para exercer o cargo de Professora de Educação Física (20 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **Decreto Nº 263/2012**

DECRETO Nº. 263, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"NOMEIA ANDRÉA DE SOUZA FERREIRA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Andréa de Souza Ferreira para exercer o cargo de Professora de Língua Portuguesa (10 horas semanais), do Grupo Docente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Portaria Nº 081/2012**

PORTARIA Nº. 081, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE AUMENTO DE CARGA HORÁRIA DE 10 PARA 40 HORAS, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ANDRÉA DE SOUZA FERREIRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Aumentar , de 10 (dez) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora Andréa de Souza Ferreira, com aumento de salário na mesma proporção, no período de agosto a dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **Portaria Nº 082/2012**

PORTARIA Nº 082, 28 DE AGOSTO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ROSA PERPETUA JORGE SCHARDOSIM, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade apartir de 28/08/2012 por 120 (cento e vinte) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Rosa Perpetua Jorge Schardosim, pelo período de 120 ( cento e vinte ) dias, a contar do dia 28/08/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de agosto de 2012.



JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

#### Portaria Nº 083/2012

PORTARIA Nº 083, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.  
"CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL À PROFESSORA JUCENI LOPES SCHEFFER, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com os Artigos 16 e 20 da Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Mudança de Nível à Professora Juceni Lopes Scheffer, do Nível MAG-LP 2D, para o Nível PG - 4 A, conforme Art. 17 parágrafo único e Art. 20 inciso IV, da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Pós Graduação "LATO SENSU" na modalidade Especialização em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Séries Iniciais e Inclusão da Educação Especial, ministrado na Faculdade Capivari, FUCAP-S/C.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de setembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

## Porto Belo

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Edital de Licitação Tomada de Preço 01/2012

A Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberta a presente licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo Menor Preço Global, sob o regime de execução indireta - empreitada por preço global, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e condições deste instrumento convocatório.

## Porto União

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 065/2012

PORTARIA Nº 065, de 04 de setembro de 2012.  
Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 027, de 24 de abril de 2012;

CONSIDERANDO que os servidores incorreram na infração determinada no Artigo 213, Inciso XI da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º APLICAR a penalidade de Advertência por escrito prevista no Inciso I, do Artigo 222, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, ao servidor Daniel de Jesus Júnior.

Art. 2º APLICAR a penalidade de Suspensão de 05 (cinco) dias, prevista no Inciso II, do Artigo 222, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, ao servidor Vanderlei de Lima.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### Portaria Nº 066/2012

PORTARIA Nº 066, de 04 de setembro de 2012.  
Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instaurada pela Portaria nº 049, de 27 de junho de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

#### DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instaurada pela Portaria nº 049, de 27 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração,  
Esporte e Cultura



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Decreto 2630

DECRETO Nº 2.630, de 21 de maio de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DOS PROCESSOS SELETIVOS Nº. 003 e 004/2012"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e da Lei nº. 3.796 de 26/06/2002,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica homologado o resultado final dos Processo Seletivo nº. 003 e 004/2012, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Processo Seletivo.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal

21 de junho de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

### Portaria N. 0937/RH

PORTARIA N. 0937/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora DINALVA MARIA SEMEONI, matrícula n. 9660/09, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível I, Classe "B", promovendo-o para o Nível II, Classe "A", mediante apresentação do certificado de conclusão do curso de Graduação em Pedagogia, através do protocolo n. 135817/2012, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 06 de agosto de 2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de agosto de 2012.

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal de Administração interino

Lsos

### Portaria N. 0938/RH

PORTARIA N. 0938/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora SIRLEI APARECIDA SCHMITT, matrícula n. 32492/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível I, Classe "A0", promovendo-o para o Nível II, Classe "A", mediante apresentação do certificado de conclusão do curso de Graduação Plena em Pedagogia, através do protocolo n. 136057/2012, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 21 de agosto de 2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de agosto de 2012.

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal de Administração interino

Lsos

### Portaria N. 0967/RH

PORTARIA N. 0967/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando O Memorando SMA/RH n. 521/2012 e a folha ponto em anexo,

#### RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 014/2012, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, Cleiston Roberto Passig, matrícula n. 27693/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Programador, em tese, teria transgredido o artigo 157, inciso I, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2011, alterada pela Portaria n. 0187/RH de 29 de março de 2012, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

### Portaria N. 0968/RH

PORTARIA N. 0968/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando O Memorando SMA/RH n. 521/2012 e a folha ponto em anexo,

#### RESOLVE:



Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 015/2012, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, Gilberto Julio Vicente, matrícula n. 18252/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, em tese, teria transgredido o artigo 157, inciso I, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2011, alterada pela Portaria n. 0187/RH de 29 de março de 2012, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

#### **Portaria N. 0969/RH**

PORTARIA N. 0969/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando O Memorando SMA/RH n. 521/2012 e a folha ponto em anexo,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 016/2012, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, Marcelo Cristiano Slomp, matrícula n. 35137/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, em tese, teria transgredido o artigo 157, inciso I, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2011, alterada pela Portaria n. 0187/RH de 29 de março de 2012, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

#### **Portaria N. 0973/RH**

PORTARIA N. 0973/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando O Memorando SMA/RH n. 521/2012 e a folha ponto em anexo,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 017/2012, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde, Janaína de Souza, matrícula n. 6033/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Atendente de Educação Infantil, em tese, teria transgredido os artigos 157, inciso I e 171, § 3º, ambos da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2011, alterada pela Portaria n. 0187/RH de 29 de março de 2012, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

#### **Portaria Nº 0935/2012**

PORTARIA Nº. 0935/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, 30 dias a partir de 30/07/2012, para a servidora ZENAIDE KUSTER, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, atuar como Diretora de Unidade Educacional de Pequeno Porte da Rede Pública Municipal - Centro de Educação Infantil Danilo Lourival Schmidt, devido afastamento da titular por motivo de Auxílio Doença. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Agosto de 2012.

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal de Administração Interino

Vf

#### **Portaria Nº 0940/RH**

PORTARIA Nº 0940/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 28/08/2012 a 26/09/2012, a servidora municipal SIMONE KLEHM, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

**Portaria Nº 0941/RH**  
PORTARIA Nº 0941/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 30/08/2012 a 27/11/2012, ao servidor municipal SESIO VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Coveiro, classe B.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

**Portaria Nº 0942/RH**  
PORTARIA Nº 0942/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 22/08/2012 a 19/11/2012, a servidora municipal MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III classe "C".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

**Portaria Nº 0943/RH**  
PORTARIA Nº 0943/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207 de 28/09/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para

Tratamento de Saúde no período de 24/08/2012 a 21/11/2012, concedida através da Portaria nº 0431/RH de 05/06/2012, a servidora municipal MARGARETE DUBIELA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

**Portaria Nº 0944/RH**  
PORTARIA Nº 0944/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho/Serviço de Inspeção Médica Municipal, pertencente ao Departamento de Recursos Humanos/Secretaria Municipal de Administração e, designar como membros: Tiago Andre De Souza, matrícula 29963/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e designado para exercer as funções do cargo de Chefe da Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho, Jullian Hermann Creutzberg, matrícula 35192/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e Maristela Regina Balbinot, matrícula 35229/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes à Divisão supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Mglb

**Portaria Nº 0945/RH**  
PORTARIA Nº 0945/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio

em pecúnia, referente ao quinquênio 25/07/2007 a 22/07/2012 , ao servidor municipal NELSON SALVADOR ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, classe E

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

#### **Portaria Nº 0946/RH**

PORTARIA Nº 0946/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 22/08/2007 a 19/08/2012 , ao servidor municipal AIRTON CARLOS DAHMER ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, classe E

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

#### **Portaria Nº 0947/RH**

PORTARIA Nº 0947/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 20/08/2007 a 17/08/2012 , ao servidor municipal RAMIRO DE LIZ E SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, classe E

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

#### **Portaria Nº 0948/RH**

PORTARIA Nº 0948/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140,

parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 13/08/2007 a 10/08/2012 , a servidora municipal MARIA DE LOURDES MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III classe "D".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

#### **Portaria Nº 0949/RH**

PORTARIA Nº 0949/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 01/03/2007 a 27/02/2012 , a servidora municipal CIMARA BENTA DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível I classe "B".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

#### **Portaria Nº 0950/RH**

PORTARIA Nº 0950/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 16/08/2007 a 13/08/2012 , a servidora municipal ANDREIA BECKER ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
TAS

#### **Portaria Nº 0951/RH**

PORTARIA Nº 0951/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**



Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 14/08/2007 a 11/08/2012 , a servidora municipal GABRIELA BAVARESCO LANZARIN ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, nível H.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal de Administração Interino

TAS

#### **Portaria Nº 0952/RH**

PORTARIA Nº 0952/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 31/08/2007 a 28/08/2012 , a servidora municipal JANARA ELIANA DOEGE ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III classe "C".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal de Administração Interino

TAS

#### **Portaria Nº 0953/RH**

PORTARIA Nº 0953/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 21/06/2007 a 18/06/2012 , a servidora municipal ELI REGINA BECHTOLD ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal de Administração Interino

TAS

#### **Portaria Nº 0954/RH**

PORTARIA Nº 0954/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 31/05/2006 a 29/05/2011 , a servidora municipal DENISE BELTRAMINI DEMARCH ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal de Administração Interino

TAS

#### **Portaria Nº 0955/RH**

PORTARIA Nº 0955/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 19/08/2007 a 16/08/2012 , ao servidor municipal VITAL FONTANIVE ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Postural, classe G.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2012

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal de Administração Interino

TAS

#### **Portaria Nº 0957/RH**

PORTARIA Nº 0957/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Cobras, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Luceia Schaffer, matrícula 25054/07, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III, classe "A" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Seneli Ferreira Da Silva Zonta, matrícula 25860/05, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", Daniela Aparecida Rodrigues Donner Claudino, matrícula 33731/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A" e, designar como seus respectivos suplentes: Mariana Minatti Giacomini, matrícula 35254/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A" e Evelise Sucatelli Mate, matrícula 24031/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.



Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 0958/RH**  
PORTARIA Nº 0958/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro Educacional Ricardo Marchi, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Erondina Marchi, matrícula 15920/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Eliane da Costa, matrícula 9741/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III, classe "A", Genir Ceola, matrícula 24805/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III, classe "C" e, designar como seus respectivos suplentes: Fabiola Regina Hinckel de Jesus, matrícula 24783/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B" e Sonia Eger Censi, matrícula 24996/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro Educacional supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 0959/RH**  
PORTARIA Nº 0959/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere

Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Santa Galo, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Simone Rosires Barbeta Thiede, matrícula 6122/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Cintia Klaumann Ávila, matrícula 28568/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "A", Jeniana Bechtold Bruning, matrícula 25151/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C" e, designar como seus respectivos suplentes: Greti Elaine dos Santos Ern, matrícula 20559/06, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B" e Luci Terezinha Bagattoli, matrícula 5126/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "C".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 0960/RH**  
PORTARIA Nº 0960/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 21/08/2012 a 19/10/2012, a servidora municipal GORETTI SCHLICKMANN LEHMKUHL, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe A.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Setembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0961/RH**

PORTARIA Nº 0961/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 21/08/2012 a 19/10/2012, a servidora municipal JANARA ELIANA DOEGE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe C.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Setembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0962/RH**

PORTARIA Nº 0962/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 13/08/2012 a 10/12/2012, a servidora municipal PATRICIA NICOLLADELLI GILI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, classe E

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Setembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0972/RH**

PORTARIA Nº 0972/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro Educacional Daniel Maschio, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Raquel Aparecida Wessner Froenhlich, matrícula 18341/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "D" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Edlamar Leonor Furtado de Souza, matrícula 35127/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III, classe "A", Lilian Rode Barbosa, matrícula 26441/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe

"B" e, designar como seus respectivos suplentes: Angela Cristina Hamann Scussel, matrícula 23043/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C" e Neuza Margarete Giacomozzi Schlup, matrícula 21903/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro Educacional supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 0974/RH**

PORTARIA Nº 0974/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Roseli Muller Petersen, matrícula 25062/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Vanessa Bagattoli, matrícula 35198/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", Angela Maria Schneider, matrícula 5959/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A" e, designar como suplente: Deise Montibeler, matrícula 13579/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº. 0956/2012**

PORTARIA Nº. 0956/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/09/2012, o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, ocupado pelo(a) servidor(a) INES ISABEL MULLER, matrícula nº 2354003, em virtude de sua Aposentadoria por Idade, conforme Decreto nº 2.784 de 10 de agosto de 2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

**Portaria Nomeação Adriana Franzen**

PORTARIA Nº. 0981/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ADRIANA FRANZEN para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**Portaria Nomeação Alaide Fernandes**

PORTARIA Nº. 0901/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ALAIDE FERNANDES para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Cfr

**Portaria Nomeação Euni Casas**

PORTARIA Nº. 0982/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, EUNI CASAS para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**Portaria Nomeação Fatima de Souza dos Anjos**

PORTARIA Nº. 0899/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, FATIMA DE SOUZA DOS ANJOS para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Cfr

**Portaria Nomeação Kisiane Cordova Garbin**

PORTARIA Nº. 0892/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, KISIANE CORDOVA GARBIN para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE ARTES, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Cfr

**Portaria Nomeação Leila Patricia Conti**

PORTARIA Nº. 0900/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, LEILA PATRICIA CONTI para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
Cfr

**Portaria Nomeação Maercio Tomio**

PORTARIA Nº. 0971/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MAÉRCIO TOMIO para exercer o cargo de provimento efetivo CIRURGIÃO DENTISTA, 20 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**Portaria Nomeação Marcilene Fernandes**

PORTARIA Nº. 0966/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARCILENE FERNANDES para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**Portaria Nomeação Marlene Moraes**

PORTARIA Nº. 0898/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARLENE MORAES para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
Cfr

**Portaria Nomeação Nadir Xavier**

PORTARIA Nº. 0970/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, NADIR XAVIER para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**Portaria Nomeação Regiane Kammer**

PORTARIA Nº. 0983/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, REGIANE KAMMER para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**CÂMARA MUNICIPAL****Aviso de Alteração de Pregão Presencial N° 05/2012**

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL -

N° 05/2012

PROCESSO LICITATÓRIO N° 06/2012

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu pregoeiro, designado pela Resolução n° 641/12, torna público, as alterações ocorridas nas especificações do item 1 do lote 01, Scanner de Alta Produção, do Edital n° 05/2012, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR LOTE). Em razão das alterações, a abertura do Processo Licitatório será no dia 19/09/2012, às 09h00min, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, n° 01. O Edital e suas alterações estão disponíveis no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, ou pelo site:



## Salto Veloso

### PREFEITURA

**Portaria Nº. Dp00293/2012**

PORTARIA Nº. DP00293/2012

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de Setembro de 2012 a 02 de Outubro de 2012, totalizando 30 dias de férias a Servidora STEFANIA MARIA DORNER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/07/2011 a 02/07/2012, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de Setembro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. Dp00294/2012**

PORTARIA Nº. DP00294/2012

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de Setembro de 2012 a 02 de Outubro de 2012, totalizando 30 dias de férias ao Servidor RUDIMAR CORNELLI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2010 a 17/02/2011, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de Setembro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

**Extrato de Edital**

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 0585/2012 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISICAO DE RETROESCAVADEIRAS NOVA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 19/09/12, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: [www.staterezhinahprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhinahprogresso.sc.gov.br).

Santa Terezinha do Progresso (SC), 05/09/12.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal.

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

**Lei Nº 3069/12**

LEI Nº 3069, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

ALTERA O PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. O artigo 104-A da Lei nº 1.718, de 24 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104-A. A alíquota de contribuição do Município, suas autarquias, fundações e Câmara Municipal, para cobertura do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos segurados em atividade corresponderá a:

I - 5,15 % (cinco vírgula quinze por cento) até a competência dezembro/2012;

II - 4% (quatro por cento) a partir da competência janeiro/2013 até a competência dezembro/2014, sendo acrescida de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) a cada período de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da competência janeiro/2015, até atingir a alíquota de 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento), que vigorará nos anos 2027 e 2028.

III - 10% (dez por cento), a partir da competência janeiro/2029, permanecendo constante até a competência dezembro/2044, quando da liquidação do déficit atuarial."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao prazo nonagesimal.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3070/12**

LEI Nº 3070, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔN. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Funcional: 17.512.0020.1.003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00.0200 - Obras e Instalações R\$ 150.000,00

4.4.90.51.00.00.00.0600 - Obras e Instalações R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto, serão utilizados recursos provenientes de parte do superávit financeiro constante no Balanço Patrimonial do Exercício de 2011, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme cópia anexa, apurado nas respectivas fontes de recursos e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔN. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Funcional: 17.512.0020.1.001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada

4.4.90.51.00.00.00.0200 - Obras e Instalações R\$ 150.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3071/12**

LEI Nº 3071, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e incluirá a seguinte dotação

orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Funcional: 20.606.0009.1.008 - Investimentos na Agropecuária

4.4.90.93.00.00.00.0024 - Indenizações e Restituições

R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso à anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Funcional: 20.606.0009.1.008 - Investimentos na Agropecuária

4.4.90.52.00.00.00.0024 - Equip. Mat. Permanente R\$ 1.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3072/12**

LEI Nº 3072, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

DENOMINA DE ORANDINA PINTO RIBEIRO DE SOUZA, TRAVESSA DO MUNICÍPIO.

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Orandina Pinto Ribeiro de Souza, travessa localizada no Bairro Serra Alta, lateral da Rua Carlos Gortler, com extensão de 27,10 metros e largura de 12,00 metros conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3073/12**

LEI Nº 3073, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

DENOMINA DE FERNANDO HACKBARTH, RUA DO MUNICÍPIO.

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Fernando Hackbarth, Rua localizada no Bairro Brasília, lateral da Rua Karl Wilhlem Bendlin, com extensão de 62,00 metros e largura de 12,00 metros conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1220/12**

DECRETO Nº 1220, DE 30 DE AGOSTO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 -SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 -Sistema de Esgoto Sanitário

Funcional: 17.512.0020.2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário

3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Out Serviços de Terceiros - P.Jurídica R\$ 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário

Funcional: 17.512.0020.2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário

4.4.90.52.00.00.00.00.0200 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de agosto de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1221/12**

DECRETO Nº 1221, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os Servidores Antonia Leci Hinke Rauteberg, Jocemari Telma Teixeira, Viviane Moser, Tiago Martinhuk e Anderson Hinke para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 311/2012, a realizar-se às 09:30 horas do dia 19 de setembro de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1222/12**

DECRETO Nº 1222, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os Servidores Laura Correa, Jocemari Telma Teixeira, Viviane Moser, Rosiele Fendrich e Tiago Martinhuk para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 303/2012, a realizar-se às 09:00 horas do dia 13 de setembro de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1223/12**

DECRETO Nº 1223, DE 31 DE AGOSTO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS

Funcional: 22.661.0008.2.078 - Manutenção do Fundo Mun de Desenvolvimento Econômico

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 55.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS

Funcional: 22.661.0008.2.078 - Manutenção do Fundo Mun de Desenvolvimento Econômico

3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços de Consultoria R \$ 55.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1224/12**

DECRETO Nº 1224, DE 31 DE AGOSTO DE 2012  
ESTABELECE O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com do art.1º, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 679/00,

**DECRETA**

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM para o mês de setembro de 2012 fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 2,9986.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2012.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1225/12**

DECRETO Nº 1225, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
REGULAMENTA O ART. 9º DA LEI MUNICIPAL Nº 817/2003 (REGISTRO FUNERAL) E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR FUNERÁRIAS NÃO-PERMISSIONÁRIAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições regulamentares, DECRETA:

Art. 1º. A prestação de serviços públicos municipais funerários, no território do Município de São Bento do Sul, é exclusiva das funerárias para as quais foi outorgada permissão, precedida de licitação (art. 4º da Lei 817/2003).

§1º. Excetuando-se o disposto no caput deste artigo, é lícito às funerárias não-permissionárias prestar serviços funerários no território do Município de São Bento do Sul quando (art. 26 da Lei 817/2003):

I - o óbito tenha ocorrido em São Bento do Sul e o contratante dos serviços opte pelo velório, sepultamento ou cremação noutro município;

II - o óbito tenha ocorrido noutro município e o contratante dos serviços opte pelo sepultamento em São Bento do Sul.

§2º. É ilícita a prestação dos serviços públicos funerários, em território do Município de São Bento do Sul, por parte de empresa não-permissionária de serviços outorgados pelo poder concedente, fora das hipóteses referidas no §1º deste artigo, podendo a ilicitude ser considerada crime de usurpação do exercício de função pública (art. 328 do Código Penal), caso em que o fato será levado, em sede de representação criminal, ao conhecimento das autoridades policiais.

Art. 2º. A liberação de corpo cadavérico custodiado por hospital, instituto médico legal ou familiar, para fins funerais, está condicionada a prévio registro de informações funerais (art. 9º da Lei 817/2003).

§1º. O registro se opera com o preenchimento do "Formulário de Registro de Óbito", desde já aprovado na forma do Anexo I deste decreto.

§2º. Os blocos do Formulário de Registro de Óbito serão numerados e mantidos com o poder público e com cada uma das permissionárias do serviço público funerário municipal.

§3º. O Formulário de Registro de Óbito conterá 04 (quatro) vias, assim destinadas:

I - a primeira via será entregue a quem detiver a custódia do corpo cadavérico (hospital, instituto médico legal ou familiar), que só o liberará nesta condição;

II - a segunda via ficará com o contratante dos serviços funerários, em cumprimento ao art. 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor;

III - a terceira via será entregue ao responsável pelos cemitérios, que só liberará o sepultamento nesta condição;

IV - a quarta via ficará no bloco, para posterior controle por parte

do poder órgão municipal.

§4º. Quando os serviços funerários forem pretendidos por empresa funerária não-permissionária, esta deverá obter o Formulário de Registro de Óbito com:

I - o poder público municipal, nos horários em que houver expediente na repartição pública municipal;

II - uma das permissionárias do serviço público funerário municipal, nos demais horários, para o que é imprescindível constar, nos locais de custódia de corpo cadavérico, o número do telefone de plantão de todas as permissionárias.

Art. 3º. É terminantemente proibida a liberação, por quem primeiramente detenha a custódia do cadáver (ente familiar, hospital ou instituto médico legal), de corpo cadavérico em mãos de prestador de serviço funerário, sem o adequado registro das informações funerais.

Parágrafo Único: A violação do disposto neste artigo pode ensejar a representação criminal por subtração de cadáver (art. 211 do Código Penal).

Art. 4º. Uma vez adequadamente registradas as informações funerais:

I - restará autorizada a empresa funerária permissionária do serviço em São Bento do Sul a retirar o corpo e dar início aos serviços funerários;

II - será autorizada a custódia do corpo em favor de prestador de serviço funerário não-permissionário em São Bento do Sul, para que se proceda o transporte funeral para outro município.

Parágrafo Único: A autorização de custódia de corpo cadavérico referida no inciso II do caput deste artigo partirá de agente público funerário, que poderá ser:

I - o servidor responsável pelo órgão público municipal competente para gestão de cemitérios;

II - o preposto de uma das empresas funerárias permissionárias do serviço em São Bento do Sul.

Art. 5º. É obrigatória a afixação, no necrotério do hospital local, na unidade local do instituto médico legal, nos principais cemitérios municipais e na Prefeitura Municipal, de placa indicativa com os dizeres conforme o Anexo II deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1226/12**

DECRETO Nº 1226, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3070 de 04 de setembro de 2012

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔN. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Funcional: 17.512.0020.1.003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00.0200 - Obras e Instalações R\$ 150.000,00

4.4.90.51.00.00.00.0600 - Obras e Instalações R\$ 100.000,00



Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto, serão utilizados recursos provenientes de parte do superávit financeiro constante no Balanço Patrimonial do Exercício de 2011, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme cópia anexa, apurado nas respectivas fontes de recursos e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔN. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Funcional: 17.512.0020.1.001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada

4.4.90.51.00.00.00.0200 - Obras e Instalações R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 1227/12

DECRETO Nº 1227, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3071 de 04 de setembro de 2012

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e incluirá a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Funcional: 20.606.0009.1.008 - Investimentos na Agropecuária

4.4.90.93.00.00.00.00.0024 - Indenizações e Restituições R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso à anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Funcional: 20.606.0009.1.008 - Investimentos na Agropecuária

4.4.90.52.00.00.00.00.0024 - Equip. Mat. Permanente R\$ 1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 13678, de 31 de agosto de 2012. Revoga, a partir de 08 de março de 2012, a Portaria nº 10444/12 que concedeu conclusão de estágio probatório à servidora pública municipal Zilda dos Santos Castilho, eis que emitida em duplicidade com a Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13683, de 31 de agosto de 2012. Concede Conclusão de Estágio Probatório, referente ao período de 03/08/2009 a

03/08/2012. Jurandir Moreira Machado. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 13684, de 31 de agosto de 2012. Exonera Servidor Público, a pedido. Diana Catarina Gerlach Pasqualotto. Médico Pediatra. SEMUS.

Portaria nº 13685, de 31 de agosto de 2012. Declara Vago Cargo de Professor Anos Iniciais, a partir de 31 de agosto de 2012, ocupado pela servidora Fátima Maria Fiorini da Silva, na Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 13686, de 31 de agosto de 2012. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Isolete Valentini Fernandes. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 13687, de 31 de agosto de 2012. Exonera Servidor Público, a pedido. Marília Rutenski. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 13688, de 31 de agosto de 2012. Demite Servidor Temporário, a pedido. Neuza Aparecida dos Santos. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 13689, de 31 de agosto de 2012. Declara Vago Cargo de Professor Anos Iniciais, a partir de 31 de agosto de 2012, ocupado pela servidora Roseli Terezinha Luy, na Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no art. 47, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 13690, de 31 de agosto de 2012. Concede Auxílio Doença INSS, no período de 07/07/2012 a 20/08/2012, à servidora Cíntia Rodrigues Skonieczny, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13691, de 31 de agosto de 2012. Concede Licença Maternidade, no período de 23/08/2012 a 20/12/2012. Cíntia Rodrigues Skonieczny. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 13692, de 31 de agosto de 2012. Prorroga Licença Maternidade, no período de 21/12/2012 a 18/02/2013. Cíntia Rodrigues Skonieczny. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 13693, de 31 de agosto de 2012. Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 10/07/2012 a 08/08/2012. Lucia Martendal. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 13694, de 31 de agosto de 2012. Concede Auxílio Doença INSS, no período de 28/06/2012 a 30/09/2012, à servidora Maria Valdeleia Aparecida Miranda Cruz, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13695, de 31 de agosto de 2012. Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 09/07/2012 a 06/09/2012. Mauro Vaz. Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 13696, de 31 de agosto de 2012. Concede Licença Maternidade, no período de 13/08/2012 a 10/12/2012. Priscila Aparecida Benjamin dos Santos. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 13697, de 31 de agosto de 2012. Prorroga Licença Maternidade, no período de 11/12/2012 a 08/02/2012. Priscila Aparecida Benjamin dos Santos. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 13698, de 31 de agosto de 2012. Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho, nos termos da Lei nº 2585/2010, sem prejuízo da remuneração, conforme Processo nº 5235/2012. Sirlene Peters. Contador. SEMUS.

Portaria nº 13699, de 31 de agosto de 2012. Demite Servidor



Temporário, por término de contrato. Dirlei Maria Moser Leithold, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação e REVOGA a Portaria nº 13659/12.

Portaria nº 13700, de 04 de setembro de 2012. Declara Vago Cargo de Professor Anos Iniciais, a partir de 03 de setembro de 2012, ocupado pela servidora Eliane Zélia dos Santos Stradioto, na Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no art. 47, VI, da Lei nº 228/2001.

São Bento do Sul, 06 de setembro de 2012.  
MAGNO BOLLMANN,  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 13679/12**

PORTARIA Nº 13679, DE 31 DE AGOSTO DE 2012  
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LINDAMIR MARIA STIZ DE CARVALHO, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00063/12-4 de 03 anos, 06 meses e 09 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 5874, de 28 de agosto de 2012.

Art. 2º Conceder averbação de Tempo de Serviço/Contribuição de 03 anos, 11 meses e 05 dias para fins de aposentadoria - conforme Certidão de Tempo de Serviço nº 653/97 do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 13680/12**

PORTARIA Nº 13680, DE 31 DE AGOSTO DE 2012  
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal VERA APARECIDA RIBEIRO, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00062/12-8 de 15 anos, 01 mês e 15 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 5867, de 28 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 13681/12**

PORTARIA Nº 13681, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, I, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de setembro de 2012, aposentadoria por invalidez integral à segurada ROSELI TERESINHA LUY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Em Extinção - Anos Iniciais, Nível I, Classe H, matrícula nº 1450, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5562/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2012.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 13682/12**

PORTARIA Nº 13682, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de setembro de 2012, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada FÁTIMA MARIA FIORINI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Nível II, Classe D, matrícula nº 3800, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5536/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2012.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Editais de Chamada de Pública**

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

PROCESSO Nº 319/2012

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Agricultura, torna público, para quem interessar possa, que receberá até às 13:45 horas do dia 14 de setembro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº. 75, propostas para:

DO OBJETO: Credenciamento de entidades de natureza privada, sem fins lucrativos, para fins de celebração de convênio, visando a explorar de serviços de estacionamento e gastronomia na 19ª Edição da Expoama nos dias 22 e 23 de setembro de 2012 conforme plano de trabalho e demais anexos.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00.

São Bento do Sul, 06 de setembro de 2012  
ALISSON ANTONIO HASTREITER  
Secretário de Agricultura

**Resumido Edital de Tomada de Preços Nº 316/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 316/2012

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Educação, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 24 de setembro de 2012, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO (980,40M2) NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALEXANDRE PFEIFFER, RUA DR. ARNDT S/N, BAIRRO COLONIAL, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/FNDE .

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 06 de setembro de 2012.  
NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS  
Secretária de Educação

**Errata**

ERRATA :

No Diário Oficial do Município Edição nº 1058 de 17 de agosto de 2012, na publicação do Decreto nº 1193 de 15 de agosto de 2012, no local que se lê "XV - Conselho Tutelar: Joabe Ramos Correa - Titular", leia-se "XI - Conselho Tutelar: Joabe Ramos Correa."

**FUNDAÇÕES****Extrato de Contrato Nº 026/2012**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2012

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços que entre si celebram de um lado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, E A Empresa JCE SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para a Execução da Subestação Transformadora 112KVA em poste na Piscina Pública Municipal situada a Rua Vigando Koch, 251.

DO VALOR: R\$ 30.060,75- Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 02(dois) meses a contar desta data.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2012.  
ASS: MÁRCIO VANDERLEI WEILLER, pela Fundação.  
CIDNEI XAVIER BRANCO, pela Empresa Contratada

**Extrato do Contrato Nº 027/2012**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2012

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços que entre si celebram de um lado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, E A EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material e mão de obra do padrão de ligação de água da Piscina Pública Municipal situada a Rua Vigando Koch, 251.

DO VALOR: R\$ 6.890,68- Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 02(dois) meses a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2012.  
ASS: MÁRCIO VANDERLEI WEILLER, pela Fundação.  
LOURIVAL NEGRELLI, pela Empresa Contratada.

**Termo Aditivo Nº 024/2012**

TERMO ADITIVO Nº 024/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE Nº 005/2012 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA POSTO PÉROLA DO VALE LTDA. EM 13 DE JANEIRO DE 2012, CONFORME CONVITE Nº 004/2012

Considerando o objeto do Contrato que consiste em fornecimento parcelado de gasolina comum, óleo diesel e etanol para o abastecimento dos veículos da Fundação Municipal de Desportos, tendo em vista que a contratada ingressou com pedido de reajuste, e visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de que trata o Art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666/93, faz-se necessário aditar o Contrato nº 024/2012 o valor mensal nos seguintes termos:

1º - Fica alterado a partir de 19 de julho de 2012 o valor do litro do diesel de R\$ 2,06 (dois reais e seis centavos) para R\$ 2,17 (dois reais e dezessete centavos).

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de fevereiro de 2012, e Termo Aditivo 013/2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de julho de 2012.  
ASS: MÁRCIO VANDERLEI WEILLER, pela Fundação.  
ARNO ALDROVANDI, pela Empresa Contratada.

**SAMAE****Portaria /SAMAE/SBS Nº 259, de 05 de Setembro de 2012.****" CONCEDE FÉRIAS "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 11886, de 05 de abril de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ADRIANO ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 24/09/12 a 13/10/2012.

JEAN MARCELO FUCK  
Diretor Presidente

**Portaria /SAMAE/SBS Nº 260, de 05 de Setembro de 2012.****" CONCEDE FÉRIAS "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 11886, de 05 de abril de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º- CONCEDER ao servidor AMARILDO CHAVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 10/09/12 a 29/09/2012.

JEAN MARCELO FUCK  
Diretor Presidente

**Inexigibilidade de Licitação**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

DO OBJETO: O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE torna público, para quem possa interessar, que conforme autorização do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, adquiriu por inexigibilidade de licitação, 2.100 vales transporte urbano municipal, para uso dos servidores da Autarquia, conforme Autorização de Fornecimento n.º 1351/2012.

DO VALOR: R\$ 5.565,00 total.

CONTRATADA: NIVALDO STOEBERL & CIA. LTDA.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2012.

JEAN MARCELO FUCK  
Diretor Presidente

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****Decreto Nº 4.490, de 05 de Setembro de 2012.****DECRETO Nº 4.490, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.**

Designa engenheiro civil para efetuar laudo de avaliação de bem imóvel de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil, inscrito no CREA-SC sob o nº 066134-5, para expedir Laudo de Avaliação do lote industrial número 09 (nove), com área de 10.446,59m² (dez mil, quatrocentos e quarenta e seis vírgula cinquenta e nove metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, localizado na Zona Industrial São Paulinho, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, Matrícula nº 15.407, do Cartório de Registro de Imóveis Local, conforme Matrícula constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 05 de setembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 275/2012, de 06 de Agosto de 2012.****EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2012, DE 06 DE AGOSTO DE 2012.**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 237/2011

Origem: Processo Licitatório nº 082/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Eng. nº 015/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Charrua Construções LTDA, CNPJ sob o nº 06.014.475/0001-13.

Objeto: dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 237/2012, de 06/07/2012, por 60 (sessenta) dias, lapso este que se faz necessário em razão do atraso da locação das edificações pela equipe técnica de topografia do Município.

Data de Assinatura: 06/08/2012.

Vigência: de 06/08/2012 a 05/10/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante Fábio Silva Pedrosa - pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 276/2012, de 06 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2012, DE 06 DE AGOSTO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 167/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 060/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 040/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Elvi Cozinhas Industriais LTDA, CNPJ sob o nº 01.259.958/0001-64.

Objeto: dilatação do prazo de execução do Contrato nº 167/2012, de 04/05/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário tendo em vista que alguns dos equipamentos a serem fornecidos pela Contratada possuem dimensões específicas e diferentes da linha de produção, eis que tal fato implica no aumento do tempo de produção dos itens a serem fornecidos em aço inox.

Data de Assinatura: 06/08/2012.

Vigência: de 06/08/2012 a 05/09/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante Luciano das Neves Sola - pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 278/2012, de 08 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2012, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 136/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 030/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia nº 004/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Ivaí Ar Condicionado LTDA, CNPJ sob o nº 12.482.939/0001-19.

Objeto: dilatação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 136/2012, de 09/04/2012, por 60 (sessenta) dias, lapso este que se faz necessário em razão de que do Contratante não ter concluído a entrada definitiva de energia, motivo este que impede a realização dos testes nos equipamentos fornecidos pela Contratada.

Data de Assinatura: 06/08/2012.

Vigência: de 08/08/2012 a 08/10/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante Sidney Bergamin Reis - pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 288/2012, de 14 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 288/2012, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº 115/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 032/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 05.581.992/0001-01.

Contratada: Aurus Comercial e Distribuidora LTDA, CNPJ nº 50.870.575/0001-33.

Objeto: dilatação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 115/2012 de 23/03/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário para que a fiscalização do Município realize a vistoria dos equipamentos fornecidos e instalados pela Contratada.

Data de Assinatura: 14/08/2012.

Vigência: de 14/08/2012 a 13/09/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Juliano da Silveira Ghizoni - pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 290/2012, de 14 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 290/2012, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

Quinto Termo Aditivo Ao Contrato Nº 229/2010.

Origem: Processo nº 120/2010, Modalidade Tomada de Preços nº 16/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 05.581.992/0001-01.

Contratada: MAX E ALLAN PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA - ME, CNPJ nº 08.713.473/0001-48.

Objeto: dilatação do prazo de vigência do Contrato nº 229/2010, de 07/12/2010, por 60 (sessenta) dias, lapso este que se faz necessário para que o Município possa analisar a documentação, entregue pela Contratada, para conclusão do processo de rescisão contratual.

Data de Assinatura: 14/08/2012.

Vigência: de 14/08/2012 a 15/10/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Antoninho Seibel - pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 294/2012, de 20 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 294/2012, DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 112/2012

Origem: Processo Licitatório nº 023/2012, Modalidade Tomada de Preços nº 001/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Construtora Deca LTDA, CNPJ sob o nº 05.581.992/0001-01.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 112/2012, de 21/03/2012, por 45 (quarenta e cinco) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar a Contratada tempo suficiente para conclusão da obra, bem como para que a fiscalização do Município possa realizar a medição final e organizar a documentação para o recebimento definitivo da obra.

Data de Assinatura: 21/08/2012.

Vigência: de 20/08/2012 a 04/10/2012.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedrosa - pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 296/2012, de 21 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 296/2012, DE 21 DE AGOSTO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 127/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 083/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Palácio das Cortinas Indústria e Comércio LTDA, CNPJ sob o nº 49.926.926/0001-00.

Objeto: Aquisição de materiais/equipamentos, instalação e montagem do sistema complementar da vestimenta cênica/cenário e iluminação cênica do auditório do centro de eventos de São Lourenço do Oeste - SC.

Valor: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com as



liberações financeiras advindas do Convênio nº 01.339/2012-4 (PTEC 01590/2012) firmado entre o Município e o Estado de Santa Catarina.

Data de Assinatura: 21/08/2012.

Vigência: de 31/08/2012 a 01/11/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante José Garotti Júnior - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 297/2012, de 21 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2012, DE 21 DE AGOSTO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 127/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 083/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Cordinox Indústria e Comércio LTDA ME, CNPJ sob o nº 13.610.545/0001-61.

Objeto: aquisição instalação de estruturas para churrasqueiras para o centro de eventos de Lourenço do Oeste - SC.

Valor: R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com as liberações financeiras advindas do Convênio nº 01.339/2012-4 (PTEC 01590/2012) firmado entre o Município e o Estado de Santa Catarina.

Data de Assinatura: 21/08/2012.

Vigência: de 21/08/2012 a 09/11/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante Mari Lucia Borsoi - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 298/2012, de 22 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2012, DE 22 DE AGOSTO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 069/2012

Origem: Processo Licitatório nº 016/2012, Modalidade Convite p/ Obras e Serviços nº 003/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. e INCORPORACÕES LTDA, CNPJ sob o nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 069/2012, de 15/02/2012, por 60 (sessenta) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar a Contratada tempo suficiente para consertar as infiltrações no telhado da obra.

Data de Assinatura: 22/08/2012.

Vigência: de 22/08/2012 a 22/10/2012.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante Ailton Pandini - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 299/2012, de 23 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 299/2012, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº 190/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 048/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia nº 007/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 05.581.992/0001-01.

Contratada: Distribuidora Meredional de Motores Cummins S/A,

CNPJ nº 90.627.332/0001-93.

Objeto: dilação do prazo de execução e vigência do Contrato nº 190/2012, de 24/05/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário para que a fiscalização do Município realize a vistoria do equipamento fornecido pela Contratada.

Data de Assinatura: 23/08/2012.

Vigência: de 23/08/2012 a 24/09/2012.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Diderot Menegassi Velloso - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 300/2012, de 24 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 300/2012, DE 24 DE AGOSTO DE 2012.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 070/2012

Origem: Processo Licitatório nº 017/2012, Modalidade Convite p/ Obras e Serviços nº 004/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. e INCORPORACÕES LTDA, CNPJ sob o nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 070/2012, de 16/02/2012, por 45 (quarenta e cinco) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar ao Município tempo suficiente para realizar a medição final, bem como para elaborar os termos de recebimento provisório e definitivo da obra.

Data de Assinatura: 24/08/2012.

Vigência: de 24/08/2012 a 10/10/2012.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante Ailton Pandini - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 301/2012, de 27 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2012, DE 27 DE AGOSTO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº 225/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 083/2012, Modalidade Tomada de Preços nº 003/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 05.581.992/0001-01.

Contratada: Absoluta Artes e Acessórios LTDA, CNPJ nº 11.202.601/0001-01.

Objeto: dilação do prazo de execução do Contrato nº 225/2012, de 28/06/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário devido ao atraso na execução da obra devido ao período chuvoso, bem como pelo atraso do Município para definir os pontos estratégicos para a instalação dos pórticos e placas de sinalização.

Data de Assinatura: 27/08/2012.

Vigência: de 27/08/2012 a 26/09/2012.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Cassiane Betti - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 302/2012, de 27 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2012, DE 27 DE AGOSTO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº 223/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 075/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serviços nº 013/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 05.581.992/0001-01.

Contratada: Pandini Constr. e Incorporações LTDA, CNPJ nº



03.210.836/0001-09.

Objeto: dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 223/2012 de 27/06/2012, por 60 (sessenta) dias, lapso este que se faz necessário para a conclusão da pavimentação asfáltica, pois esta obra exige a utilização de equipamentos que necessitam de áreas para manobra das máquinas (exemplo: motoniveladora, rolo compactador, entre outros), sendo assim a Contratada precisa aguardar a conclusão de referida obra de pavimentação asfáltica para dar início a pavimentação em blocos intertravados de concreto (paver), pois esta obra deve ser executada adjacente aos locais de pavimentação asfáltica.

Data de Assinatura: 27/08/2012.

Vigência: de 27/08/2012 a 26/10/2012.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 303/2012, de 29 de Agosto de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2012, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato Nº 218/2011

Origem: Processo Licitatório nº 35/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 4/2009.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Proenerg Engenharia LTDA, CNPJ sob o nº 02.586.175/0001-58.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 218/2011, de 13/10/2011 por 15 (quinze) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar à fiscalização municipal tempo suficiente para repassar os dados da vistoria e medição final da obra à contabilidade do Município, para que este órgão providencie a constituição do orçamento para pagamento da obra; bem como para que a Contratada possa apresentar toda a documentação necessária, prevista em contrato, para emissão do termo de recebimento definitivo da obra em questão. Data de Assinatura: 24/08/2012.

Vigência: de 29/08/2012 a 13/09/2012.

Signatários: João Carlos Ecker (Prefeito Municipal em Exercício) - pela contratante Júlio César Pereira Alves- pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº 304/2012, de 03 de Setembro de 2012.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 304/2012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

Origem: do Processo Licitatório nº 132/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 087/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Sistema Netgrande Comunicações LTDA, CNPJ nº 04.194.082/0002-94.

Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços radiofônicos em modulação em amplitude (fm), de abrangência local, visando a veiculação de programa de rádio diário, divulgação de atos, avisos e notícias do governo municipal, bem como a inserção de mídia de 30 segundos, com abrangência no território do MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 2.313,00 (dois mil, trezentos e três reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012, da seguinte rubrica orçamentária: 33 90 30 26 000 000 (87).

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 03/09/2012.

Da Vigência: de de 03/09/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Edson Luiz Casagrande - pela contratada.

**Schroeder****PREFEITURA****Decreto Nº 2.498/2012, de 04 de Setembro de 2012.**

DECRETO Nº 2.498/2012, de 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura dos Protocolos nº 3.160/2012, nº 307/2012 e nº 319/2012, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuados pelos servidores desta municipalidade, senhores Rose-néia Oestereich, Vanessa Cristina Basso Devegili e Juliana Holtz Thomaz, respectivamente;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Juliana Holtz Thomaz	Professora A	Professora B	A-1	B-1
Rosenéia Oestereich	Professora B	Professora C	B-Inicial	C-Inicial
Vanessa Cristina B. Devegili	Professora A	Professora B	A-1	B-1

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Decreto Nº 2.499/2012, de 04 de Setembro de 2012.**

DECRETO Nº 2.499/2012, de 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando a avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 04 de setembro de 2012;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Juliana Holtz Thomaz	B-1	B-1-I
Katty Daisy Figur Hol- derried	B-4	B-4-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Decreto Nº 2.500/2012, de 04 de Setembro de 2012.**

DECRETO Nº 2.500/2012, de 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Adriana Patricia Welter de Marco	24	25
Ingo Vogel	21	22
João Carlos Lescowicz	25	26
Mario Muller Junior	50	51
Tânia Maria Zoz	40	41

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Marcia Aparecida Oberthur	B-4	B-5
Maria Alvacir Schmoller Konell	C-6-II	C-7-II
Nilda de Souza Batista	C-4-V	C-5-V
Ronir Voigt	C-3-I	C-4-I
Valdêni Gaedke Lenzi	C-9-III	C-10-III
Zoraide Rodrigues da Silva	C-1	C-2

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.739/2012, de 5 de Setembro de 2012**

PORTARIA Nº 4.739/2012, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012

NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Senhora Fabieli Pilatti, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº044.593.891-66, CREA-SC 093.485-5 SC, como responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de um reservatório de água com capacidade para 100,00m³ e suas instalações serem implantadas na Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bracinho, neste Município, de acordo com as especificações no Contrato nº. 158/2012 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 19/2012-PMS, Processo nº. 102/2012-PMS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUA LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 5 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.737/2012, de 04 de Setembro de 2012.**

PORTARIA Nº 4.737/2012, de 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário, senhor Rodrigo Ferreira de Souza, em 12 de agosto de 2012;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pético

e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.492/2012, de 28/08/2012, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Jane Carla Hasse, para exercer o cargo de Médica Pediatra, percebendo o nível salarial nº 110, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 072/2009, de 17/06/2009, e suas alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.492/2012, de 28/08/2012, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.738/2012, de 04 de Setembro de 2012.**

PORTARIA Nº 4.738/2012, de 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido efetuado pela funcionária Madalena Laube Borgert à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da funcionária Sra. Madalena Laube Borgert, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, adquirindo efeitos retroativos a partir de 03 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.740/2012, de 05 de Setembro de 2012.**  
PORTARIA Nº 4.740/2012, de 05 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Monielle Menezes de Carvalho, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.741/2012, de 05 de Setembro de 2012.**

PORTARIA Nº 4.741/2012, de 05 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Kenia Tamara de Souza Zimmermann, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

RUBENS FIEDLER  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 19/2012-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder>.

sc.gov.br

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 19/2012-PMS**

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 19/2012-PMS, Processo de licitação nº. 102/2012-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de um reservatório de água com capacidade para 100m<sup>3</sup> e suas instalações serem implantadas na Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bracinho, neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante do Contrato, como se transcrito fosse.

Empresa vencedora: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.433.705/0001-92.

Valor da proposta vencedora: R\$ 88.578,21(oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos).

Schroeder, 05 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 158/2012-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 158/2012-PMS - Modalidade Tomada de Preços nº. 19/2012-PMS, Processo nº. 102/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, no Município de Schroeder/SC. Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.433.705/0001-92, estabelecida na Rua Carlos Hruschka, nº 161, Bairro Rau, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-432.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de um reservatório de água com capacidade para 100m<sup>3</sup> e suas instalações serem implantadas na Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bracinho, neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 88.578,21(oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos).

Data da Assinatura: 05/09/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2012-Secel - Marlene Aparecida da Silva**

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2012-SECEL

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARLENE APARECIDA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 021.959.479-18, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2012-SECEL, para o cargo de SERVENTE - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 17 de setembro de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 10.3 e 10.4, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 05 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2012-Secel - Viviane Maria Soares Ricardo**

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2012-SECEL

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VIVIANE MARIA SOARES RICARDO, inscrita no CPF sob nº. 025.870.584-14, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2012-SECEL, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 17 de setembro de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 10.3 e 10.4, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 05 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer



## Timbó

### PREFEITURA

#### **Aviso Edital Pregão Presencial N.º 09 2012 Fct - Restaurante de Serviço Festa Municipal** ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO DE PREGÃO Nº 000009/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO E JANTAR) PARA EQUIPE E PESSOAL QUE EXECUTARÁ ATIVIDADES JUNTO À 22ª FESTA DO IMIGRANTE QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 11 À 14 DE OUTUBRO DE 2012. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h45min do dia 20 de setembro de 2012. ABERTURA: dia 20 de setembro de 2012 as 14h55min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbo (SC), 28/08/2012.  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Presidente da FCT

#### **Extrato de Dispensa Nº 126 2012 Aquisição de Maçã** ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 126/2012  
CONTRATANTE: Secretaria de Educação  
CONTRATADO: Marcelo Nunes Seifert

OBJETO: Dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios (maçã) conforme Lei Federal nº 11.947, destinados à merenda escolar.  
VALOR TOTAL: R\$ 13.784,40 (treze mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Timbó, 05 de setembro 2012  
THOMAZ H.N. CAMPREGHER  
Diretor de Administração

### SAMAE

**Extrato do Contrato 2012/113**  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/113  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/113.  
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: ECAGEL EMPRESA CATARINENSE DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.  
OBRA: EXECUÇÃO DA OBRA DE ASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO DE PARALELEPÍPEDO OU PAVIMENTO INTERTRAVADO DE CONCRETO - PAVER SOBRE CALÇADAS E VIAS DANIFICADAS PELA IMPLANTAÇÃO DA ADUTORA DO BAIRRO DAS NAÇÕES CONFORME CARTA CONVITE N. 28/2012. DATA DA ASSINATURA:

05/07/2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: PRORROGADO POR MAIS 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS CONTADOS DA SUBSCRIÇÃO DESTES TERMO ADITIVO, OU SEJA, ATÉ A DATA DE 03/09/2012.

Timbó, 04 de setembro de 2012.  
EDSON ADAM  
Diretor Presidente

**Extrato do Contrato N.2012/80**  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/80  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/80.  
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: SERVIM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.  
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO BAIRRO DAS NAÇÕES CONFORME CARTA CONVITE N. 17/2012. DATA DA ASSINATURA: 03/08/2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: PRORROGADO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS CONTADOS DA SUBSCRIÇÃO DESTES TERMO ADITIVO, OU SEJA, ATÉ A DATA DE 04/09/2012.

Timbó, 04 de setembro de 2012.  
EDSON ADAM  
Diretor Presidente

## Videira

### PREFEITURA

#### **Tomada de Preços Nº 01/2012 - FMS** MUNICÍPIO DE VIDEIRA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2012-FMS

O Prefeito Municipal de Videira através do Fundo Municipal de Saúde comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00 hrs do dia 10 de Outubro de 2012. O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, telefones (49) 3566-9012/3566-9034.

Videira, 03 de Setembro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

#### **Tomada de Preços Nº 38/2012 - PMV** PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 38/2012 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL EM



ALVENARIA - 1ª ETAPA, NA RUA ANITA GARIBALDI, COM ÁREA DE 1.207,60 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 02 de Outubro de 2012. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 05 de Setembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0065/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0065/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA ALVES DOS SANTOS GIRIOLI

CPF: 050.827.479-67

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2012 até 18 de dezembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0196/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0196/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARISSA MARIA MEISTERLIN

CPF: 060.179.979-80

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2012 até 21 de dezembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0240/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0240/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO

CPF: 614.116.559-15

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 03 de outubro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0241/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0241/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCILENE MARIA FAVARIN

CPF: 916.013.639-15

VIGÊNCIA: 17 de julho de 2012 até 16 de setembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0264/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0264/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA MENDES DOS SANTOS

CPF: 010.424.039-37

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 19 de outubro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0266/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0266/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA CONCEIÇÃO CARLESSO

CPF: 457.629.029-00

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2012 até 09 de outubro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0268/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0268/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINES GOMES

CPF: 425.749.609-63

VIGÊNCIA: 31 de julho de 2012 até 30 de setembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0272/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0272/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS

CPF: 944.551.209-04

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2012 até 23 de setembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0282/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0282/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: POLIANA ANTUNES DE LIMA

CPF: 016.947.249-30

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 18 de dezembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0285/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0285/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETI

CPF: 044.123.639-10

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 09 de outubro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0308/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0308/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANUSA APARECIDA CORREA

CPF: 076.087.429-84

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 15 de outubro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0375/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0375/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FÁTIMA DE JESUS BARBOSA

CPF: 666.033.747-49

VIGÊNCIA: 29 de julho de 2012 até 28 de setembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0404/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0404/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EUNICE DANIELA HOIER

CPF: 062.316.669-05

VIGÊNCIA: 28 de julho de 2012 até 01 de setembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0488/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0488/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT

CPF: 058.788.399-54

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2012 até 03 de agosto de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0488/2012.**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0488/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT

CPF: 058.788.399-54

VIGÊNCIA: 04 de agosto de 2012 até 30 de novembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Portaria Nº 169/2012**

P O R T A R I A Nº 169/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2011, do dia 10 de novembro de 2011,

Nome: FERNANDO KRAMBECK

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, podendo ser lotado em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de setembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal De Vitor Meireles (Sc), 04 De Setembro De 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/ \_\_/ \_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Associações****EGEM****Edital Nº 52/2012 - Chamamento Inscrição Capacitação Cmas \_caçador**

EDITAL Nº 52/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPACITAÇÃO SOBRE ATRIBUIÇÕES DOS

CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**1. OBJETIVO DO CURSO**

Capacitar os conselheiros de assistência social, apresentando e discutindo suas atribuições e competências diante do controle social, da fiscalização da Política Pública de Assistência Social e da inscrição de entidades..

**2. PÚBLICO-ALVO**

Conselheiros de Assistência Social, Gestores e Trabalhadores do SUAS e Rede Socioassistencial.

**3. CALENDÁRIO****QUADRO I**

Cidade/Local	Caçador/SC
Período das inscrições	10/09/2012 à 02/10/2012
Vencimento do boleto de cobrança	02/10/2012
Homologação das inscrições	05/10/2012
Período de realização	10 e 11 de outubro de 2012
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	60

**4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES****QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 150,00
Demais participantes	R\$ 200,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do

pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

## 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

## 6. PROGRAMAÇÃO

### Primeiro Dia

8h30 às 12h

Contextualização da Política de Assistência Social  
Sistema Único de Assistência Social – SUAS  
Benefícios Eventuais  
Concepção  
Tipos de Benefícios Eventuais  
Lei dos Benefícios Eventuais

13h30 às 17h30

Os Conselhos Municipais de Assistência Social  
Como são criados os conselhos de assistência social?  
As competências dos conselhos de assistência social  
Funcionamento dos conselhos de assistência social  
Periodicidade das reuniões dos conselhos  
Composição dos conselhos de assistência social  
Período de gestão dos conselhos de assistência social  
Nomeação dos conselheiros e presidência do conselho  
Os conselhos como instâncias de representação da sociedade  
A articulação entre os conselhos de assistência social,  
As instâncias de controle social do PBF e os demais conselhos setoriais  
A articulação entre conselhos e os órgãos  
De controle da administração pública  
Os diferentes órgãos e mecanismos de controle da administração pública

### Segundo Dia

8h30 às 12h

Reestruturação dos Conselhos Municipais de Assistência Social (Atualização da Lei Municipal)

As secretarias executivas dos conselhos de assistência social

13h30 às 17h30

Processo de Inscrição de Entidades/Organizações

Terminologias

Documentação

Caracterização das entidades e/ou organizações de AS

Atribuições do CMAS

Atribuição do órgão gestor

Cadastro Nacional de Entidades e/ou organizações

Cancelamento de inscrição

Recurso de Indeferimento de Inscrição

Visita Técnica

Plano de ação e Relatório de Atividades

## DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

## REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

## FIQUE ATENTO!

## 7. PALESTRANTES

Iraci de Andrade

Atuou como gestora municipal de Assistência Social e Habitação, Conselheira de Políticas Públicas, Direção do COEGEMAS-SC e CRESS. Atualmente é professora em cursos técnicos e de especialização, realiza consultorias à prefeituras, conselhos municipais e Governo do Estado, doutoranda em Serviço Social PUCRS e pesquisadora da CAPES.

Janice Merigo

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios – FECAM. Conselheira Estadual de Assistência Social. Trabalhou como Assistente Social no município de Dionízio Cerqueira e da Palhoça/SC e da Palhoça/SC, na proteção social especial no atendimento das famílias envolvidas com situações de violência intrafamiliar. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Docente do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Ministrou capacitações sobre a inscrição das entidades socioassistenciais, sobre trabalho com famílias e sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais..

## 8. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## Consórcios

### CINCO

#### Aviso do Pregão Eletrônico Nº 0009/2012 - Medicamentos

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2012  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0010/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Salto Veloso, Tangará e Videira, durante o período de 20 de setembro a 30 de novembro de 2012. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 06/09/2012 até às 09:00 horas do dia 19/09/2012. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:15 horas do dia 19/09/2012. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:16 horas do dia 19/09/2012. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cinco.sc.gov.br](http://www.cinco.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 05 de setembro de 2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

#### Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0008/2012

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0008/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de materiais e utensílios odontológicos para uso nos consultórios das Unidades de Saúde, pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Salto Veloso, durante o período de 01 de setembro de 2012 a 31 de janeiro de 2013.

FORNECEDORES:

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO906;  
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO907;  
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO908;  
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO909;  
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO910;  
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO911;  
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO912;  
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO913;  
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-12CINCO914;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO915;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO916;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO917;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO918;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO919;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO920;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO921;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO922;  
SILMES COM. DE PROD. ODONT. LTDA ME - Ata nº AT12CINCO923;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO924;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO925;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO926;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO927;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO928;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO929;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO930;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO931;  
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO932;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- Ata nº AT-12CINCO933;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- Ata nº AT-12CINCO934  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- Ata nº AT-12CINCO935  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- Ata nº AT-12CINCO936  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- Ata nº AT-12CINCO937  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- Ata nº AT-12CINCO938  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- Ata nº AT-12CINCO939  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- Ata nº AT12CINCO940;



PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CIN-CO941;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CIN-CO942;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CIN-CO943;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CIN-CO944;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CIN-CO945;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CIN-CO946;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CIN-CO947.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 03.09.2012 a 31.01.2013. PAL nº: 0011/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0008. Registro de Preços nº: 0009.

Fraiburgo (SC), 04 de setembro de 2012  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO

## COINCO

### Edital Coinco 004/2012

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO (COINCO)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012

O COINCO comunica na forma e prazo da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, que fará realizar no dia 19/09/2012, às 14:00 horas, na sua sede administrativa localizada na Av. Lions s/n. Parque Pouso do Tropeiro, em Curitiba/SC fone: 49-3241-3904, Email: coinco5@gmail.com licitação na modalidade pregão presencial, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada para executar os serviços de coleta SELETIVA, nos municípios de Brunópolis, Curitiba, Frei Rogério, Monte Carlo, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul, conforme cláusulas constantes do edital licitatório cuja íntegra encontra-se publicada no site [www.coinco.sc.gov.br](http://www.coinco.sc.gov.br) e disponível na sua sede administrativa. O protocolo dos envelopes de proposta e habilitação deve ocorrer até as 14:00 horas do dia 19/09/2012.

Curitiba, 29 de agosto de 2012  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Presidente do COINCO

### Extrato de Contrato 004/2012

Contratante: Consórcio Intermunicipal do Contestado - COINCO  
Contratada: ECOLÓGICA AMBIENTAL LTDA - ME.  
Contrato nº 004/2012. Data: 22/08/2012.  
Processo licitatório: Pregão Presencial n.002/2012  
Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

OBJETO, VALOR e VIGÊNCIA: Contratar empresa especializada para os serviços de triagem dos Resíduos Sólidos Domésticos na Estação de Triagem do Aterro Sanitário do COINCO.  
Prazo do contrato: 01 (um) ano  
Valor do contrato: R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais) mensais.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI,  
Presidente do COINCO.

### Extrato de Contrato 005/2012

Contratante: Consórcio Intermunicipal do Contestado - COINCO  
Contratada: ECOLÓGICA AMBIENTAL LTDA - ME.  
Contrato nº 005/2012. Data: 29/08/2012.  
Processo licitatório: Pregão Presencial n.003/2012  
Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

OBJETO, VALOR e VIGÊNCIA: Contratar empresa especializada executar os serviços de Infraestrutura do Aterro do Consórcio Intermunicipal do Contestado - COINCO Prazo do contrato: 01 (um) ano  
Valor do contrato: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) mensais.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI,  
Presidente do COINCO.

## CISAMA

### Convocação de Assembléia Geral Ordinária - CISAMA

Lages, 31 de agosto de 2012.  
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CISAMA  
Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência para a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar - CISAMA a ser realizada no dia 10 de setembro de 2012, segunda-feira com início às 14:00 horas na sede da AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro - Lages tendo a seguinte pauta:

1. Assinatura do Contrato de Programa "Desenvolver Serra Catarinense"
2. Assinatura do Contrato de Rateio para elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PIGIRS;
3. Processo de revisão do Estatuto do CISAMA;
4. Lei Orçamentária Anual dos Municípios e orçamento do CISAMA para 2013;
5. Auditoria do Ministério da Agricultura para adesão ao Serviço de Inspeção Brasileiro SISBI/SUASA;
6. Assuntos Gerais;

Atenciosamente  
RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Presidente do CISAMA

### Ata da Assembléia Geral CISAMA Capão Alto - 10 de Julho de 2012.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA - CAPÃO ALTO - 10 DE JULHO DE 2012.

- Aos dez (10) dias do mês de julho de dois mil e doze, com início às dezesseis (16) horas e trinta (30) minutos nas dependências da Sala de Eventos da "Cia do Queijo", sita às margens da BR-116, Km 275, localidade de Vacas Gordas em Capão Alto SC, reuniram-se os prefeitos abaixo relacionados para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Relatório da participação do CISAMA no "Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica"; 2) Composição da Equipe Técnica responsável pelo Serviço de Inspeção nos Municípios; 3) Resultado da licitação e programação da entrega dos veículos, móveis e equipamentos para o Serviço de Inspeção Municipal; 4) Aprovação da alteração no Plano de Trabalho do Contrato



0364038-28/2011 MDA/CEF para fins de utilização do saldo; 5) Participação em Seminários Regionais e Nacionais sobre Consórcios Públicos e adesão ao SISBI/SUASA; 6) Relato da reunião com o MDS e MDA sobre consórcios públicos e definição de encaminhamentos; 7) Aprovação da Proposta Técnica para os recursos destinados por emenda parlamentar para o MDS e MAPA e aprovação da contrapartida; 8) Assuntos Gerais. A Sra. Iraci Viera fez a abertura da reunião fazendo a composição da mesa, convidando o prefeito de Ponte Alta Sr. Luiz Paulo Farias - presidente da AMURES, o prefeito de Cerro Negro Sr. Janerson José Delfes Furtado - presidente do Consórcio da Saúde, o prefeito de Capão Alto Sr. Antonio Coelho Lopes Junior, município anfitrião e vice presidente do CISAMA neste ato representando o Sr. Renato Nunes de Oliveira - presidente do CISAMA, que esta afastado temporariamente por motivos de saúde e o Sr. Juarez Matos representando o Sr. Jurandir Agostini da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR de Lages. O Sr. Luiz Paulo Farias convidou para fazer uso da palavra o Sr. Michele Ferrari que passará 40 dias em nossa região visitando as prefeituras para tratar sobre projetos de cooperação com a região de VERONA na Itália. Ato contínuo passou a palavra ao vice-presidente do CISAMA que colocou em discussão o primeiro item da ordem do dia: relato da participação do CISAMA no "Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica". Solicitou a Sra. Lúcia Padilha de Arruda Ide que fizesse uma explanação sobre o fórum que aconteceu nos dias 28 de maio a 31 de junho em Florianópolis. O estande foi montado na mostra gastronômica em parceria com a Amures e o IFSC Campus de Urupema. Nele os produtos dos 18 municípios consorciados foram apresentados e degustados. Foi o estande mais visitado da feira, com destaque para os produtos desconhecidos para outras regiões do país e de fora dele como o pinhão, a gila, iogurte, sucos de uva integral, sementes cristalizadas entre tantos outros. O IFSC reiterou o convite para participarmos do próximo Fórum Mundial que acontecerá em Pernambuco em 2014. Na seqüência a médica veterinária apresentou o quadro de composição da equipe técnica responsável pelo Serviço de Inspeção nos Municípios, destacando que no último semestre quatro prefeitos contrataram profissionais por tempo determinado ou chamaram concursados e outros municípios por sua vez demitiram técnicos em função da conjuntura eleitoral e de final de mandato. Destacou a importância dos municípios constituírem a sua equipe mínima e citou alguns exemplos de municípios onde o trabalho da equipe está possibilitando o surgimento de dezenas de estabelecimentos agroindustriais. A meta a médio e longo prazo é termos as equipes formadas em todos os municípios, capacitadas, valorizadas e estruturadas para desenvolver o serviço de inspeção e fomento às agroindústrias familiares. Neste sentido, o projeto de estruturação do serviço de inspeção vem numa hora boa, com a aquisição de um veículo por município e equipando com computadores, impressoras, projetores, smartphones, mesas e cadeiras os escritórios do Serviço de Inspeção dos Municípios. No quarto item da pauta "aprovação da alteração no Plano de Trabalho do Contrato 0364038-28/2011 MDA/CEF para fins de utilização do saldo"; o Diretor Executivo Selênio Sartori apresentou o resultado do processo licitatório, realizado na modalidade pregão eletrônico através do portal de compras da CEF. O processo representou uma economia no contrato para o MDA no valor de R\$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais) e para o CISAMA (contrato de rateio dos municípios) no valor de R\$ 23.428,00 (vinte três mil quatrocentos e vinte oito reais). O prefeito de Urupema, Amarildo Gaio disse que o valor economizado é suficiente para adquirir mais um veículo, e propôs à assembleia que o recurso do saldo fosse utilizado para a aquisição de um veículo para o CISAMA. O Prefeito Antônio Coelho Lopes Junior colocou a proposta em discussão, que foi aprovada por unanimidade dos presentes. Quanto aos recursos faltantes para completar o valor de R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais) do veículo existem duas possibilidades: i) solicitar ao MDA, através de apresentação de uma proposta de uso do saldo do contrato no portal de convênios ou; ii) serão cobertos pelo orçamento do

próprio CISAMA. No quinto item da pauta, sobre a "participação em Seminários Regionais e Nacionais sobre Consórcios Públicos e adesão ao SISBI/SUASA" Selênio falou do convite da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF/MDA e da Confederação Nacional dos Municípios - CNM para participar como palestrante nos Seminários Nacionais que acontecerão em todos os Estados, representando o CISAMA. Os seminários estaduais visam discutir o modelo de consórcio como alternativa à adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção SISBI/SUASA e a nossa experiência é uma referência. Selênio solicitou a liberação dos dias necessários ao deslocamento e participação de 11 seminários estaduais. O prefeito Amarildo Gaio comentou a importância da participação, divulgando a experiência do CISAMA a nível nacional. O vice-presidente do CISAMA colocou em discussão, sendo aprovado por unanimidade dos prefeitos a liberação do tempo profissional e do veículo para deslocamento do técnico até o aeroporto. Ato contínuo passou ao relato da reunião com o MDS e MDA sobre consórcios públicos e definição de encaminhamentos. O Diretor Executivo do CISAMA, juntamente com a Secretária Executiva da Amures, apresentaram o contexto no qual recebemos a visita da Secretaria de Relações Institucionais do Gabinete da Presidência, do Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Jurandi Gugel e da Consultora da FAO, Geise Assis Mascarenhas. Trata-se de um estudo e acompanhamento nacional que está sendo realizado junto a 13 consórcios públicos com vistas ao seu fortalecimento como instâncias de pactuação de projetos com o governo federal. Propõem a ampliação das finalidades do CISAMA ou a constituição de um novo consórcio multifinalitário. A Secretária Iraci Vieira apresentou um estudo encomendado pela Amures dos custos de implantação de um consórcio público. Nos custos foram desconsiderados os custos de constituição do consórcio, o trabalho de articulação, elaboração do protocolo de intenções, aprovação das rubricas nos orçamentos municipais, aprovação das Leis de Consorciamento e na pactuação dos Contratos de Rateio. Os custos de pessoal (com uma equipe mínima: diretor executivo, gerente administrativo, contador, um engenheiro, um técnico operacional e um estagiário) e operacionais totalizam R\$ 31.428,15 mensais. Colocada em discussão a matéria, os prefeitos avaliaram como inviável a constituição de um novo consórcio público e que a alternativa será a ampliação das áreas de atuação do CISAMA. Destacaram que esta é uma matéria que deve estar na agenda do próximo mandato, com envolvimento de novos gestores. Selênio destacou a importância de avançarmos no estudo de revisão do documento sob dois aspectos apontados pela equipe nacional: a ampliação de finalidades e a participação social no CISAMA. A assembleia definiu pela construção de uma proposta de revisão do Estatuto Social do CISAMA, incorporando os aspectos levantados, a ser ratificada posteriormente. No item sobre a aprovação da Proposta Técnica para os recursos destinados por emenda parlamentar para o MDS e MAPA e aprovação da contrapartida; foi apresentado pelo Diretor Executivo todo o processo de construção das emendas junto a parlamentar Carmen Zanotto. Uma das emendas está direcionada ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, no valor de R\$ 200.000,00, sendo que a proposta é aplicar os recursos do MDS, com contrapartida do CISAMA de R\$ 4.082,00 (quatro mil e oitenta e dois reais) na "Melhoria da estrutura da central de distribuição dos produtos do PAA e PNAE da Serra Catarinense". Trata-se de um prédio da Prefeitura Municipal de Lages onde já funciona uma central de distribuição há mais de cinco anos. A segunda emenda foi destinada ao Ministério da Agricultura para apoio ao pequeno e médio produtor rural. O Secretário da Agricultura de Lages, Murilo Ramos Vieira apresentou o projeto de revitalização do mercado público de Lages, onde a prefeitura municipal de Lages, em parceria com o Governo do Estado, irão investir mais de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) na reforma e revitalização. A proposta é que o mercado abrigue um box de comercialização dos produtos de cada um dos municípios do CISAMA, sendo que os recursos da emenda de 300.000,00 (trezentos mil reais) seriam destinados para equipar este espaço de comercialização com uma contrapartida de R\$

6.122,50 (seis mil cento e vinte dois reais e cinquenta centavos) do CISAMA. As propostas de destinação dos recursos das emendas e da contrapartida foram colocadas em discussão pelo vice-presidente do CISAMA e aprovadas por unanimidade dos presentes. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada com a presença dos prefeitos abaixo relacionados.

Capão Alto (SC), 10 de Julho de 2012.

ROBERTO MARIN

Prefeito de Anita Garibaldi

CPF: 385.970.129-00

ANTÔNIO COELHO LOPES JÚNIOR

Prefeito de Capão Alto

CPF: 560.070.869-68

EVERALDO JOSÉ RANSONI

Prefeito de São José do Cerrito

CPF:

DENÍLSON LUIZ PADILHA

Prefeito de Otacílio Costa

CPF: 781.639.609-06

JENERSON DELFES FURTADO

Prefeito de Cerro Negro

CPF 737.764.329-34

MARLENE DE FÁTIMA KAYSER DA ROSA

Prefeita de São Joaquim

CPF: 581.782.019-68

LUIZ PAULO FARIAS

Prefeito de Ponte Alta

CPF: 479.645.109-91

AMARILDO LUIZ GAIO

Prefeito de Urupema

CPF: 479.034.819-91

ADEMAR DE BONA SARTORI

Prefeito de Rio Rufino

CPF 295.870.009-78

OSNI FRANCISCO DE SOUSA

Prefeito de Palmeira

CPF 020.869.999-68

ADILSON JORGE COSTA

Prefeito de Urubici

CPF 351.464.949-91

LÚCIA PADILHA DE ARRUDA IDE

Coordenadora de Projetos - CISAMA

CPF 195.108.969-34

IRACI VIEIRA DE SOUZA

Secretária Executiva da AMURES

CPF: 811.574.019-53

SELÊNIO SARTORI

Diretor Executivo do CISAMA

CPF: 72.938.849-87